MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
Secretaria-Executiva

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO 2011

SECRETARIA-EXECUTIVA

Março/2012

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação
Marco Antonio Raupp

Secretário-Executivo
Luiz Antonio Rodrigues Elias

Assessor Especial de Controle Interno
Marcos Luiz Manzochi

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
Secretaria-Executiva

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU n.º 63/2010, da Decisão Normativa TCU n.º 108/2010 e da Portaria TCU n.º 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno.

Março/2012

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

ASSIN – Assessoria de Assuntos Internacionais

ASCOM – Assessoria de Comunicação Social

CGRH – Coordenação-Geral de Recursos Humanos

C,T&I – Ciência, Tecnologia e Inovação

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CONJUR – Consultoria Jurídica

LNCC – Laboratório Nacional de Computação Científica

LOA – Lei Orçamentária Anual

MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual

PPA – Plano Plurianual

RNP – Rede Nacional de Ensino e Pesquisa

SECIS – Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social

SEPED – Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento

SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados

SETEC – Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

SEXEC – Secretaria-Executiva

SIAFI Gerencial – Sistema Integrado de Administração do Governo Federal

SigMCT – Sistema de Informações Gerenciais do Ministério da Ciência e Tecnologia

SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

SPOA – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

SUMÁRIO

1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010. 11
1.1 RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL.....11
1.2 RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO.....11
1.3 RELATÓRIO DE GESTÃO AGREGADO.....11
2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010. 11
2.4.6 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação 11
3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010. 11
5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010. 11
7. PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010. 11
10. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010. 11
11. PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº108, DE 24/11/2010. 11
12. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010. 11
13. PARTE A, ITEM 13, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010. 12
14. PARTE A, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010. 12
15. PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010. 12
16. PARTE A, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010 12
17. PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010 12
18. PARTE B, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010. 12
19. PARTE B, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010. 12
20. PARTE B, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN Nº 108, DE 24/11/2010. 12
21. PARTE C, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010. 12
22. PARTE C, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010. 13
23. PARTE C, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010. 13
23.1 INDICADORES DE DESEMPENHO DAS IFES NOS TERMOS DA DECISÃO Nº TCU 408/2002 – PLENÁRIO E MODIFICAÇÕES POSTERIORES 13
24. PARTE C, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010. 13
25. PARTE C, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010. 13
26. PARTE C, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010. 13
26.1 CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES NA MODALIDADE "PRODUTO", NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS 13
27. PARTE C, ITEM 19, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010. 13
27.1 SUPERVISÃO DE CONTRATOS DE GESTÃO CELEBRADOS COM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS.....13
28. PARTE C, ITEM 30, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010. 13
29. PARTE C, ITEM 37, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010. 13
30. PARTE C, ITEM 38, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010. 14
PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 –.....15
CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO.....15
1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010. 16
1.4 RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO E AGREGADO 16
2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010 18
2.1 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE.....18
2.2 ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS 20
2.3 PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ - PROGRAMA 0461 22
2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ 23
2.3.2 Execução Física das ações realizadas pela UJ 30
2.4 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO - PROGRAMA 0461 33
2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa.....33

2.4.2 Programação de Despesas Correntes....33
2.4.3 Programação de Despesas de Capital....33
2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa....35
2.4.5 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação....39
2.3 PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ - PROGRAMA 0473....39
2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ....39
2.4 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO - PROGRAMA 0473....48
2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa....50
2.4.5 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação....54
2.3 PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ - PROGRAMA 1388....55
2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ....55
2.4 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO - PROGRAMA 1388....65
2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa....67
2.4.5 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação....70
2.4.7 Indicadores Institucionais....70
4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010. 71
4.1 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES .71
4.2 ANÁLISE CRÍTICA....74
5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010. 75
5.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS....75
5.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada....75
5.1.3 Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da unidade jurisdicionada....78
5.1.4 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade....79
5.1.5 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade....80
5.2 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS....82
5.2.1 Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria....82
5.2.2 Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada....83
5.3 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS....84
5.4 DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA....85
6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010. 87
6.1 INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO....87
Já a Assessoria de Comunicação Social – ASCOM utilizou os recursos da ação 4641 nas diversas demandas publicitárias como divulgação, acompanhamento, serviços gráficos, áudio, vídeo e foto deste MCTI, justificando, assim, a ausência de instrumentos de transferência.....87
6.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011....87
6.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios....92
6.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2012 e seguintes....93
6.2 INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS CONVÊNIOS, TERMOS DE COOPERAÇÃO E CONTRATOS DE REPASSE....94
6.2.1 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse....95
6.3 ANÁLISE CRÍTICA....96
8. PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010. 97

8.1 SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 8.730/93 97
8.2 ANÁLISE CRÍTICA.....99
9. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010. 100
9.1 ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ 100
15. PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010. 102
15.1 DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO 102
16. PARTE A, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010. 111
16.1 RECOMENDAÇÕES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO OU DE AUDITORIA INTERNA ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.....111

LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.4 - Identificação – Relatório de Gestão Consolidado e Agregado 16
Quadro A.2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo 23
Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ 30
Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias 33
Quadro A.2.4 - Programação de Despesas Correntes 33
Quadro A.2.5 - Programação de Despesas Capital 33
Quadro A.2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência 34
Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa 34
Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ 35
Quadro A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ36
Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ 38
Quadro A.2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo 39
Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ 44
Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias 48
Quadro A.2.4 - Programação de Despesas Correntes 48
Quadro A.2.5 - Programação de Despesas Capital 49
Quadro A.2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência 49
Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa 49
Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ 50
Quadro A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ52
Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ 53
Quadro A.2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo 55
Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ 61
Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias 65
Quadro A.2.4 - Programação de Despesas Corrente 65
Quadro A.2.5 - Programação de Despesas Capital 65
Quadro A.2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência 66
Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa 66
Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ 67
Quadro A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ68
Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ 69
Quadro A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores 71
programa 0461 71
Quadro A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores 71
programa 0473 71
Quadro A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores 73
programa 1388 73
Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12 75
SEXEC/ASCAP/ASCAV 75
Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12 75
ASSIN/ASCOM/CTNBio 75
Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12 77
SEXEC/ASCAP/ASCAV 77
Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12 78
ASSIN/ASCOM/CTNBio 78
Quadro A.5.3 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro) 78

SEXEC/ASCAP/ASCAV 78
Quadro A.5.3 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro) 79
ASSIN/ASCOM/CTNBio 79
Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12 79
SEXEC/ASCAP/ASCAV 79
Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12 80
ASSIN/ASCOM/CTNBio 80
Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12 80
SEXEC/ASCAP/ASCAV 80
Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12 81
ASSIN/ASCOM/CTNBIO 81
Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro 82
SEXEC/ASCAP/ASCAV 82
Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro 82
ASSIN/ASCOM/CTNBio 82
Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12 83
SEXEC/ASCAP/ASCAV 83
Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12 83
ASSIN/ASCOM/CTNBio 83
Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários 84
SEXEC/ASCAP/ASCAV 84
Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários 84
ASSIN/ASCOM/CTNBio 84
Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores 85
SEXEC/ASCAP/ASCAV 85
Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores 86
ASSIN/ASCOM/CTNBio 86
Quadro A.6.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência 87
SEXEC 87
Quadro A.6.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência 91
assiN 91
Quadro A.6.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios 92
SEXEC 92
Quadro A.6.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios 92
assin 92
Quadro A.6.3 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes 93
SEXEC 93
Quadro A.6.3 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes 93
assiN 93
Quadro A.6.4 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse. 94
SEXEC 94

Quadro A.6.4 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse. 95
assiN 95
Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR 97
SEXEC/ASCAV/ASCAP 97
Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR 97
assin/ASCOM/CTNBio 97
Quadro A.9.1 – Estrutura de controles internos da UJ 100
Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício 102
Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício 111
Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício 111
Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício 112
Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício 113

INTRODUÇÃO

O presente relatório encontra-se estruturado em itens e subitens, cada qual com seus respectivos quadros de forma a propiciar melhor leitura e entendimento dos dados informados.

ITENS QUE NÃO SE APLICAM E/OU NÃO HOUVE OCORRÊNCIAS À NATUREZA DA UJ:

1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

1.1 Relatório de Gestão Individual
1.2 Relatório de Gestão Consolidado
1.3 Relatório de Gestão Agregado

2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

2.4.6 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

3.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos
3.2 Análise Crítica

5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

5.5 Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada
5.6 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

7. PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

7.1 Modelo da declaração de atualização de dados no SIASG e SICONV

10. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

11. PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº108, DE 24/11/2010.

11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

12. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

12.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

13. PARTE A, ITEM 13, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

13.1 Despesas Com Cartão de Crédito Corporativo

14. PARTE A, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

14.1 Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ
14.2 Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida
14.3 Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física
14.4 Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária - Pessoas Físicas e Jurídica
14.5 Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária
14.6 Prestações de Contas de Renúncia de Receitas
14.7 Comunicações à RFB
14.8 Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas
14.9 Declaração
14.10 Fiscalizações Realizadas pela RFB

15. PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

15.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício
15.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício
15.4 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

16. PARTE A, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010

16.2 Recomendações da unidade de controle interno ou de Auditoria Interna pendentes de atendimento

17. PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010

17.1 Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis

18. PARTE B, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

18.1 Análise Crítica das Demonstrações Contábeis da Administração Pública Federal Direta

19. PARTE B, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

19.1 Análise Crítica das Demonstrações Contábeis das Empresas Estatais

20. PARTE B, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN Nº 108, DE 24/11/2010.

20.1 Composição Acionária do Capital Social
20.2 Composição Acionária da UJ como investidora

21. PARTE C, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

21.1 Informações sobre o Fundo Partidário a serem prestadas pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE

21.2 Informações sobre o Fundo Partidário a serem prestadas pelos Tribunais Regionais Eleitorais – TRE

22. PARTE C, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

22.1 Evolução da situação financeira dos fundos constitucionais de financiamento

23. PARTE C, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

23.1 Indicadores de desempenho das IFES nos termos da decisão nº TCU 408/2002 – plenário e modificações posteriores

24. PARTE C, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

24.1 Análise da situação econômico-financeira
24.2 Análise da distribuição da riqueza gerada pela UJ
24.3 Análise Crítica

25. PARTE C, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

25.1 Remuneração paga aos administradores

26. PARTE C, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

26.1 Contratação de consultores na modalidade "produto", no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais
26.2 Análise Crítica

27. PARTE C, ITEM 19, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

27.1 Supervisão de contratos de gestão celebrados com organizações sociais

28. PARTE C, ITEM 30, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

28.1 Imóveis alienados em 2010 em consonância com o Plano Nacional de Desimobilização – PND
28.2 Análise Crítica

29. PARTE C, ITEM 37, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

29.1 Informações sobre os Contratos de Gestão Celebrados
29.2 Composição e atuação do Conselho de administração
29.3 Volume de recursos repassados às entidades privadas signatárias do contrato de gestão
29.4 Dirigentes da entidade privada signatária do contrato de gestão
29.5 Despesa com Pessoal da Entidade Privada Signatária do Contrato de Gestão
29.6 Composição da Comissão de Avaliação do resultado do contrato de gestão
29.7 Prestação de contas e avaliação dos resultados da contratação
29.8 Estrutura de pessoal da UJ para acompanhamento dos contratos de gestão
29.9 Recursos da UJ colocados à disposição da entidade privada signatária do contrato de gestão

30. PARTE C, ITEM 38, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

30.1 Avaliação do Termo de Parceria Celebrado pela Unidade Jurisdicionada
30.2 Valores repassados em razão de termos de parceira firmados
30.3 Estrutura de Acompanhamento dos Resultados dos Termos de Parceria Firmados
30.4 Avaliação dos resultados obtidos com a Parceria

PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 – CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO

1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

1.4 Relatório de Gestão Consolidado e Agregado

QUADRO A.1.4 - IDENTIFICAÇÃO – RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO E AGREGADO

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo – CNPJ 01.263.896.0001-64			
Órgão de Vinculação ou Supervisão: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação			**Código SIORG**: 01988
Identificação da Unidade Jurisdicionada consolidadora e agregadora			
Denominação completa: Secretaria-Executiva			
Denominação abreviada: SEXEC			
Código SIORG: 03234	**Código na LOA:** 240112		**Código SIAFI:** 240112
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral			**Código CNAE:** 8411-6/00
Telefones/Fax de contato:	(061) 2033-7500	(061) 2033-8652	Fax (061) 2033-7764 fax
Endereço Eletrônico: executiva@mct.gov.br			
Página na Internet: http://www.mct.gov.br			
Endereço Postal: Ministério da Ciência e Tecnologia – Esplanada dos Ministérios, Bloco E, 5º andar, CEP: 70067-900 - Brasília-DF.			

Identificação das Unidades Jurisdicionadas consolidadas		
Nome	Situação	Código SIORG
Assessoria de Captação de Recursos	Ativa	47271
Assessoria de Acompanhamento e Avaliação das Atividades Finalísticas	Ativa	14046

Identificação das Unidades Jurisdicionadas agregadas			
Número de Ordem: 01			
Denominação completa: Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração			
Denominação abreviada: SPOA			
Código SIORG: 08882	**Código na LOA:** 240101		**Código SIAFI:** 240101
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral			**Código CNAE:** 8411-6/00
Telefones/Fax de contato:	(061) 20337700	(061) 20337771	(099) 9999-9999
E-mail: spoa@mct.gov.br			
Página na Internet: http://www.mct.gov.br			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco E, Sobreloja - CEP 70067-900 - Brasília - DF			

Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas
Decreto 91.146, de 15 de março de 1985
Decreto 5886, de 06 de setembro de 2006.
Portaria 758, de 03 de outubro de 2006.
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas

Identificação das Unidades Jurisdicionadas agregadas		
Número de Ordem: 02		
Denominação completa: Assessoria de Coordenação de Fundos Setoriais		
Denominação abreviada: ASCOF		
Código SIORG: 90117	**Código na LOA:** 240139	**Código SIAFI:** 240139
Situação: ativa		

Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral			**Código CNAE:** 8411-6/00
Telefones/Fax de contato:	(061) 20338030	(061) 20338004	(099) 20337691
E-mail: fundossetoriais@mct.gov.br			
Página na Internet: http://www.mct.gov.br			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco E, Sala 552 - CEP 70067-900 – Brasília - DF			
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
Decreto 91.146, de 15 de março de 1985			
Decreto 5886, de 06 de setembro de 2006.			
Portaria 758, de 03 de outubro de 2006.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas agregadas			
Número de Ordem: 03			
Denominação completa: Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa			
Denominação abreviada: SCUP			
Código SIORG: 47229	**Código na LOA:** 240113		**Código SIAFI:** 240113
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral			**Código CNAE:** 8411-6/00
Telefones/Fax de contato:	(61) 20337607	(61) 20338012	(61) 20337768
E-mail: scup@mct.gov.br			
Página na Internet: http://www.mct.gov.br			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios Bloco E, 5º andar - CEP: 70067-900 – Brasília - DF			
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
Decreto 91.146, de 15 de março de 1985			
Decreto 5886, de 06 de setembro de 2006.			
Portaria 758, de 03 de outubro de 2006.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			

- Portaria MCTI nº 967, de 21.12.2011 – "Disciplina as atividades de promoção acompanhamento, avaliação e fiscalização dos contratos de gestão celebrados com organizações sociais e dá outras providências"
- Portaria MCTI nº 157, de 26.02.2010 – "Disciplina as atividades de acompanhamento e fiscalização da execução de Contratos de Gestão celebrados com Organizações Sociais, e dá outras providências" - **REVOGADA**
- Portaria MCT Inº 86, de 03.02.2010 – "Institui política de aquisição planificada de títulos de periódicos e de acesso ao Portal da CAPES para as Unidades de Pesquisa do MCTI"
- Portaria MCTI nº 1.037, de 10.12.2009 – "Dispõe sobre a busca e a escolha de Diretores das Unidades de Pesquisa que integram o Ministério da Ciência e Tecnologia, com base em competência técnico-científica, gerencial e administrativa"
- Portaria MCTI nº 613, de 23.07.2009 – "Disciplina a implementação e o funcionamento do Programa Entidades Associadas das Unidades de Pesquisa do MCTI" (Portaria MCTI nº 510, de 12.08.2008 – Institui o Programa Entidades Associadas das Unidades de Pesquisa do MCTI, visando dinamizar o desenvolvimento científico e tecnológico no País
- Portaria MCTI nº 229, de 02.04.2009 – "Dispõe sobre autorização de afastamento do país de

servidores empregados do MCT e suas entidades vinculadas e controladas"

- Portaria MCTI nº 657, de 11.09.2008 - "Institui o Prêmio Bolsista Destaque do Programa de Capacitação Institucional - PCI do MCTI"
- Portaria MCTI nº 01, de 23.10.2008 – Altera a Portaria MCTI nº 01 de 10.06.2005 – "Regulamenta o Programa de Capacitação Institucional – PCI"
- Portaria MCTI n.º 01, de 10.06.2005 - "Regulamenta o Programa de Capacitação Institucional – PCI estabelecendo procedimentos para o processo de concessão de bolsas de fomento tecnológico nas Unidades de Pesquisa subordinadas, vinculadas e supervisionadas pelo Ministério da Ciência e Tecnologia - MCTI, de acordo com as orientações da Política de C & T do Governo Federal"
- Termos de Compromisso de Gestão celebrados com Unidades de Pesquisa http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/1163.html
- Contratos de Gestão e seus Termos Aditivos celebrados com Organizações Sociais http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/1033.html

Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
999999	
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
99999	

Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
999999	99999

2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade

A Secretaria Executiva tem como responsabilidade institucional assistir ao Ministro de Estado na supervisão e coordenação das atividades das Secretarias integrantes da estrutura do Ministério e das entidades a ele vinculadas; supervisionar e coordenar as atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de organização e modernização administrativa, de administração dos recursos de informação e informática, de recursos humanos, de serviços gerais, de documentação e arquivos, de administração financeira e de contabilidade, no âmbito do Ministério; auxiliar o Ministro de Estado na definição das diretrizes e na implementação das ações da área de competência do Ministério; supervisionar e coordenar a elaboração das diretrizes, normas, planos e orçamentos relativos a planos anuais e plurianuais; coordenar os trabalhos relacionados à avaliação de programas e projetos, levantamentos dos dispêndios dos recursos vinculados às áreas de competência do Ministério; supervisionar e coordenar as ações do Ministério e das unidades de pesquisa e entidades vinculadas, voltadas à captação de recursos para o financiamento de programas e projetos de desenvolvimento científico e tecnológico, inclusive os de fundos setoriais; identificar e mobilizar novas fontes de recursos para financiamento de programas de desenvolvimento científico e tecnológico e de formação de recursos humanos, destinados à criação de novos conhecimentos ou que atendam às necessidades específicas de setores de importância estratégica nacional ou regional; supervisionar e coordenar o acompanhamento das realizações de programas e projetos de pesquisa científica e tecnológica das unidades de pesquisa; avaliar os contratos de gestão firmados entre o Ministério e as entidades qualificadas como organizações sociais; exercer outras competências que lhe forem cometidas e exerce ainda, o papel de órgão setorial dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, de Administração dos Recursos da Informação e Informática - SISP, de Serviços Gerais - SISG, de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal e de

Contabilidade Federal, por intermédio da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e de Administração a ela subordinada.

Tem como objetivos estratégicos a inclusão e ampliação das parcerias, envolvendo a participação de todas as instâncias do governo federal, dos governos estaduais, por meio dos conselhos de secretários estaduais de C&T e das fundações de amparo à pesquisa. Além disso, envolve, também, o setor privado, institutos, universidades, Confederação Nacional da Indústria e federações de indústrias. Inclui, ainda, ampla colaboração dos Comitês Gestores dos Fundos Setoriais, entidades e conselhos diversos, como a Academia Brasileira de Ciências (ABC) e, em especial, o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT).

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) tem o papel de impulsionar a nova economia brasileira, apoiando os setores portadores de futuro, preparando o Brasil para a economia do conhecimento e da informação, auxiliando na transição para uma economia verde e criativa e contribuindo para a inclusão produtiva e social.

Com o objetivo de preparar o País para os enormes desafios que se colocam ao seu desenvolvimento neste início de século, o MCTI elaborou e aprovou, em 2011, a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI), dando continuidade ao Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação 2007-2010 (PACTI), concomitantemente à elaboração do seu o Plano Plurianual 2012-2015, processo esse que envolveu todo o Ministério por quase todo o ano e que foi desenhado dentro do novo modelo proposto pelo Ministério do Planejamento.

A elaboração do PPA 2012-2115 levou em conta na sua estruturação à definição de Objetivos, Iniciativas e Ações aderentes às prioridades estratégicas governamentais, às definições das prioridades no âmbito do próprio MCTI e o seu papel determinante para a consecução das propostas definidas na ENCTI.

O trabalho relacionado à elaboração do PPA 2012-2015 vem ensejando, também, ampla discussão e revisão sobre os modelos de gestão vigentes referente ao monitoramento e operacionalização dos processos que abarcam suas Políticas, Programas e Ações. Todo um esforço visa a institucionalização desse novo Modelo de Gestão a partir de 2012.

Por suas vez, a ENCTI incorporou as experiências vividas ao longo dos últimos anos em ações de planejamento e formulação de políticas, estabelecendo diretrizes para consolidar um Sistema capaz de conjugar esforços em todos os âmbitos – federal, estadual, municipal, público e privado – e promover o aperfeiçoamento do marco legal e a integração dos diferentes instrumentos de apoio a C,T&I existentes no País.

A Estratégia prioriza a inovação no esforço de desenvolvimento sustentável do País, com ênfase na geração e apropriação do conhecimento científico necessário à construção de uma sociedade justa e solidária e de uma economia crescentemente integrada, produtiva e competitiva.

São propostas ações voltadas à diminuição das assimetrias regionais, reforçando a pós-graduação e a infraestrutura de pesquisa nas regiões Amazônica, Nordeste e Centro-Oeste, de modo a valorizar as potencialidades das regiões menos desenvolvidas, sem comprometer os níveis de excelência alcançados pelas regiões Sudeste e Sul.

Alguns setores, como biotecnologia e nanotecnologia, tecnologias da informação e comunicação, fármacos e complexo industrial da saúde, petróleo e gás, complexo industrial da defesa, aeroespacial, e áreas relacionadas com a economia verde e o desenvolvimento social, foram considerados prioritários.

A política de difusão de C&T deverá avançar no sentido de motivar a juventude a se interessar por carreiras científicas e tecnológicas e a inclusão social, por meio da transferência de tecnologias maduras para a agricultura familiar, pequenos produtores, micro e pequenas empresas e empreendedores individuais, apoio a inclusão digital, bem como do desenvolvimento de tecnologias assistivas terão atenção especial.

O documento propõe estratégias e linhas de atuação para expandir e fortalecer a infraestrutura de pesquisa e desenvolvimento, a formação de recursos humanos em áreas estratégicas com foco nas ciências básicas e nas engenharias – o programa Ciência sem Fronteiras é um dos seus grandes instrumentos - e aumentar a inserção da base científica brasileira nas redes internacionais de P&D.

O fortalecimento da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), acompanhado de aumento expressivo dos recursos de crédito, na consolidação do Sistema Brasileiro de Tecnologia (Sibratec) e na criação da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii), novos instrumentos e modalidades de fomento à inovação – utilização direcionada das compras governamentais, participação compartilhada Estado/empresa privada no processo de inovação,

estabelecimento de contrapartidas ao investimento direto estrangeiro (internalização de centros de P&D, associação com empresas brasileiras, transferência de tecnologia e conteúdo local) – se agregarão aos mecanismos já existentes.

Atenção especial também para o enfrentamento e a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, por meio do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden); e do apoio à pesquisa e a agregação de valor à biodiversidade, voltadas para a preservação dos recursos naturais.

2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ - Programa 0461

Programa 0461 - Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico

A pesquisa em áreas situadas na chamada fronteira do conhecimento deve ser uma das grandes prioridades da ação governamental, por meio do fomento direto a instituições de pesquisa e do estímulo ao envolvimento do setor empresarial nesta tarefa. O Brasil avançou bastante nesta área nos últimos anos, principalmente na integração entre instituições de pesquisa e destas com o setor empresarial, mas muito ainda precisa ser feito. O sistema nacional de ciência e tecnologia precisa ainda ser consolidado e seguir em processo de expansão qualitativa e quantitativa, visando atender às necessidades do País no enfrentamento da globalização e às questões internas que afligem a população.

Os investimentos feitos por meio deste Programa têm como finalidade apoiar o aumento da produtividade científica e tecnológica, a geração e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, a inclusão de pesquisadores em projetos de relevância estratégica, econômica e social, bem como a organização e consolidação de novos grupos e/ou grupos emergentes de pesquisa, o crescimento e o fortalecimento da infraestrutura para pesquisa, em especial nas instituições vinculadas ao MCT. A desconcentração da atividade de pesquisa, visando evitar a ampliação dos desequilíbrios regionais verificados no país, e os aspectos relacionados com a melhoria da qualidade de vida da população, norteiam os critérios de seleção de prioridades neste Programa, observando-se a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior, os Objetivos Setoriais e Diretrizes estabelecidos pelo MCT no Plano Plurianual (PPA).

Restrições orçamentárias com passagens e diárias prejudicaram algumas das ações do Programa no caso de instituições que necessitam de trabalhos de campo para executar suas pesquisas e tiveram que restringi-las ou mesmo suspendê-las. São viagens necessárias para a coleta de dados e materiais, visitas técnicas a empresas e outras instituições nacionais e internacionais, algumas delas inseridas no âmbito de cooperações com outros países.

Obras de recuperação ou início de construção (laboratórios principalmente), necessárias para continuidade do Programa de Infraestrutura das Unidades de Pesquisa, tiveram que ser retardadas.

2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

QUADRO A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA	0461
Denominação	Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Tipo do Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Promover o desenvolvimento científico e tecnológico do País, mediante o fortalecimento da pesquisa e da infraestrutura técnico-científica existentes e incremento da produtividade dos pesquisadores.
Objetivos Específicos	-
Gerente	Secretário-Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.
Público Alvo	Instituições de Pesquisa, Universidades e empresas nacionais.

Informações orçamentárias e financeiras do Programa					**Em R$ 1,00**
Dotação		**Despesa Empenhada**	**Despesa Liquidada**	**Restos a Pagar não processados**	**Valores Pagos**
Inicial	**Final**				
671.451.297,00	650.644.433,00	618.420.555,67	351.182.996,79	267.201.481,64	291.076.484,61

Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	**Indicador (Unidade medida)**	**Referência**			**Índice previsto no exercício**	**Índice atingido no exercício**
		Data	**Índice inicial**	**Índice final**		
1	Índice de produtividade científica dos pesquisadores das unidades de pesquisa do MCTI	31/08/2008	2,2	2,4	2,4	2,13

Fórmula de Cálculo do Índice

Relação entre a produção científica e o total de técnicos de nível superior vinculados diretamente à pesquisa (pesquisadores, tecnologistas e bolsistas) nas Unidades de Pesquisa do MCT, em cada ano. Produção científica medida em número de artigos completos efetivamente publicados em periódicos, revistas de divulgação científica nacionais, internacionais, em congressos e eventos similares, e número de capítulos de livros publicados. Não serão considerados resumos ou resumos expandidos apresentados em congressos ou similares; apenas os trabalhos completos publicados nesses eventos. São usados os dados do Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq.

Análise do Resultado Alcançado

Em relação a 2010, esse indicador teve uma redução de 9.2%. Para tanto concorreram dois grandes motivos: a) as restrições para viagens de campo de várias Unidades de Pesquisa, para coleta de informações básicas para publicação; e b) o menor número de Congressos, Simpósios e similares, quando é apresentada uma grande parte das comunicações científicas, que acabam sendo publicadas em Anais e Atas desses eventos.

Ordem	**Indicador (Unidade medida)**	**Referência**			**Índice previsto no exercício**	**Índice atingido no exercício**
		Data	**Índice inicial**	**Índice final**		
2	Artigos publicados por pesquisadores brasileiros	30/05/2007	19.436	36.396	36.396	*

	em periódicos científicos indexado no ISI					

Fórmula de Cálculo do Índice

Número de artigos publicados por pesquisadores residentes no Brasil, ou vinculados a instituições sediadas no país, em periódicos científicos internacionais indexados no ISI no ano.

Análise do Resultado Alcançado

*O indicador estará disponível no mês de agosto de 2012.

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
3	Número de instituições usuárias da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa	31/12/2007	306	392	392	800

Fórmula de Cálculo do Índice

Número de organizações qualificadas como usuárias primárias ou secundárias da rede Ipê, considerando apenas as unidades-sede das organizações.

Análise do Resultado Alcançado

Apesar da fórmula do indicador incluir apenas as organizações qualificadas, o número apurado inclui também as instituições descentralizadas. Para qualquer número apurado, o que se verifica é que o índice previsto para o ano foi alcançado .

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
4	Processos e Técnicas Desenvolvidas nas Unidades de Pesquisa do MCT	31/12/2006	670	700	700	1530

Fórmula de Cálculo do Índice

Número total de processos, protótipos, softwares e técnicas desenvolvidos no ano, medidos pelo nº de relatórios finais produzidos.

Análise do Resultado Alcançado

Em relação a 2010, esse indicador teve um acréscimo de 14,5%, graças à ênfase dada à inovação pelo Ministério, de que decorreram o desenvolvimento de novos processos e técnicas e softwares e o registro de patentes junto ao INPI - Instituto Nacional de Propriedade Intelectual.

Fonte: SigMCT

Principais Ações Executadas do Programa 0461	
Dados Gerais da Ação	
Tipo de Ação	Atividade Orçamentária – 6995 – Fomento a Projetos de Fortalecimento da Capacidade Científica e Tecnológica
Finalidade	Fortalecer a capacidade científica e tecnológica no país especialmente em áreas novas e/ou estratégicas, com vistas ao constante aprimoramento da qualidade dos produtos ofertados, proporcionando maior competitividade à indústria nacional e estímulo ao crescimento e desenvolvimento da base científica e tecnológica do país.
Descrição	Apoio a projetos apresentados pelas diversas áreas da produção e do conhecimento que tenham como propósito o fortalecimento da capacidade científica e tecnológica apoiando, inclusive, laboratório de instituições públicas

	ou privadas convidadas a se associarem ao sistema das Unidades de Pesquisa do MCT, que disponibilizam sua infraestrutura laboratorial e funcional à comunidade científica e tecnológica para permitir a realização de suas atividades de pesquisa e desenvolvimento. Criação e manutenção de Núcleos Regionais de Pesquisa, no âmbito das Unidades de Pesquisa do MCT.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria-Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
Coordenador Nacional da Ação	Secretário-Executivo- Luiz Antonio Rodrigues Elias
Unidades Executoras	Secretaria-Executiva
COMENTÁRIOS	Os principais projetos apoiados no âmbito desta ação foram: 1. "**Apoio à realização do XII Encontro Nacional de Ranicultura e III International Meeting on Frog Research and Technology"**, com o objetivo de proporcionar aos ranicultores, pesquisadores, técnicos, estudantes e iniciantes, oportunidades para debaterem temas relevantes relacionados ao cultivo de rãs enquanto atividade zootécnica capaz de produzir alimentos e gerar renda para pequenos, médios e grandes produtores – Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito com a Universidade Federal de Uberlândia, no valor de **R$ 38.411,30**; 2. "**Manutenções do Navio Oceanográfico (NOc) Antares e do Navio Hidroceanográfico (NHo) Cruzeiro do Sul" –** Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito firmado com a Secretaria de Ciência Tecnologia e Inovação da Marinha- SecCTM, no valor de **R$ 400.000,00** com o objetivo de proporcionar levantamentos de oceanografia física, química, biológica e geológica, incluindo levantamentos sísmicos; 3. "**Desenvolvimento de Pesquisas sobre o Clima e os Ecossistemas Amazônicos nos sítios do Programa de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia-LBA",** com o objetivo de Desenvolver pesquisas de campo sobre o clima e os ecossistemas amazônicos nos sítios do Programa de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia-LBA, Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito com o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA, no valor de **R$ 300.000,00;** 4.**"Laboratório Móvel de Educação Científica"**, apoiado em parceria com a Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social-SECIS, cujo objetivo é estruturar, desenvolver e implementar o Laboratório Móvel de Educação Científica para trabalhar a Educação Científica junto à comunidade escolar das escolas públicas de ensinos fundamental e médio do litoral do Paraná e, a partir de sua atuação, desenvolver pesquisas e metodologias, produzir recursos didáticos e promover a extensão de conhecimentos sobre o ambiente e a cultura regional na área de atuação - Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito com a Universidade Federal do Paraná, no valor total de R$ 180.000,00, dos quais R$ 100.000,00 da SECIS e **R$ 80.000,00** desta SEXEC; 5**. "Projeto de Pesquisa: Interação de Lectinas vegetais com bactérias, fungos e protozoários – potencial biotecnológico e capacitação de pessoal"**

	objetivando Avaliar lectinas isoladas de tecidos vegetais como agente antibacteriano, antifúngico, antiprotozoário e como indicador de poluição em água do mar - Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito firmado com a Universidade Federal de Pernambuco, no valor de **R$ 350.000,00;** 6.**"Apoio à Pesquisa do tratamento de Pacientes com necessidades especiais, mobilidade reduzida e idosos no Centro de Tecnologia Celular da UFRGS" –** Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito firmado com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no valor de **R$ 300.000,00** com o objetivo de Desenvolver pesquisa avançada na área de Nanomedicina para, em associação com as células-tronco, promover a engenharia de tecidos e a medicina regenerativa; 7**. "Programas de Pesquisas do IDSM Sobre Manejo Sustentável de Recursos Naturais e Impactos das Mudanças Climáticas nas Várzeas Amazônicas e em UC´s da Amazônia Central."** aditivo ao Contrato de Gestão com o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – IDSM, no valor de **R$ 1.200.000,00**, visando ampliar as áreas de abrangência da atuação do IDSM para outras Unidades de Conservação (UC) das várzeas da Amazônia brasileira; levar a abrangência dos programas de pesquisas do IDSM voltados para o uso sustentável de recursos naturais para o Alto e o Baixo Solimões; levar a abrangência dos programas de pesquisas do IDSM voltados para a avaliação dos impactos futuros das mudanças climáticas e da emissão de gases do efeito estufa sobre a ecologia das florestas alagadas para todo o curso da calha central do Solimões-Amazonas e capacitar novos pesquisadores nas pesquisas sobre estes temas críticos para as florestas de várzea da Amazônia Brasileira; 8.**"Ações preliminares em P,D&I visando o aproveitamento de lítio a partir da recursos evaporíticos"** que visa executar ações preliminares de P, D & I no âmbito do Acordo e Cooperação Brasil-Bolívia, que permitam, assim, utilizar técnicas e processos hidrometalúrgicos, visando a recuperação de lítio e a conseqüente preparação de compostos precursores de elevada pureza, segundo os preceitos de sustentabilidade – Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito firmado com o Centro de Tecnologia Mineral – CETEM, no valor de **R$ 170.000,00;** 9.**"Implantação de Estúdio de áudio, MDI e Vídeo Digital e desenvolvimento de softwares para convergência operacional de Micro e Pequenas Empresas – MPE's" -** Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito firmado com a Universidade Federal de Uberlândia, no valor de **R$ 482.600,00** cujo o objetivo é gerar uma solução generalizada, abrangente, a qual viabilize a implementação, criação de Vortais do Empreendedor por todo o país, mesmo mundialmente, ou, até mesmo, a criação de uma unidade centralizadora de serviços utilizando as soluções geradas, de tal modo a inserir qualquer MPE no mercado globalizado, utilizando soluções digitais baseadas em sistemas evolutivos especialistas inteligentes; 10.**"Adequação da estrutura física dos Laboratórios de Polímeros Biodegradáveis e de Materiais Vítreos da Universidade Federal de São Carlos"** objetivando incrementar a atividade em Inovação na UFSCar, entendendo-a como veículo que transforma o conhecimento gerado pelos pesquisadores em riqueza e melhoria da qualidade de vida de nossa sociedade;

	aumentar os projetos de parcerias entre grupos de pesquisa do DEMa-UFSCar e empresas em Pesquisa Tecnológica e Inovação e aumentar a quantidade de registros de marca, patentes e cultivares protegidas, bem como inserir na formação dos alunos de graduação e pós-graduação o conceito da Inovação como consequência da boa pesquisa e os mecanismos de transferência de conhecimento-tecnologia ao meio social e empresarial – Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito firmado com a Universidade Federal de São Carlos, no valor de **R$ 406.326,02;** 11.**"Desenvolvimento do Plano Estratégico, do Projeto Museográfico e do Projeto Museológico do Parque do Jiquiá"** Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito firmado com a Universidade Federal de Pernambuco, no valor de R$ 1.119.995,06 com a finalidade de Viabilizar a implantação do Parque do Jiquiá de maneira eficiente com a descrição detalhada dos equipamentos e obras, análise do impacto socioeconômico e ambiental do projeto, analise da necessidade de recursos humanos, da viabilidade econômica; estruturar o sistema de gestão, elaborar o plano de negócios, bem como estabelecer critérios e ações estruturais a partir da seleção de um conceito - capaz de ser traduzido sob as muitas perspectivas científicas, um marco referencial para a implantação de um Museu de Ciência, a fim de estabelecer pontes entre o conhecimento acadêmico e o público em geral, e desenvolvimento de um percurso expositivo, em acordo com o projeto museológico, em ambiente fechado e ao ar livre, que deverá estimular estudantes, professores e o público em geral a se apropriarem de princípios científicos através de experiências interativas e lúdicas, visando à divulgação do conhecimento científico e tecnológico; 12. Empenho do valor de **R$ 300.000,00**, referente ao projeto "**Apoio à realização das Atividades de Divulgação Científica da SBPC 2011**", convênio firmado com a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC com o objetivo de reunir cientistas, estudantes, professores, jornalistas, e cidadãos interessados em intercâmbio de trabalhos científicos, esposições de idéias e de resultados científicos e análise das políticas educacionais e de C&T. Consolidar no Brasil um mecanismo – que já vem sendo utilizado com êxito em vários países do mundo, como Reino Unido, Espanha, França, e África do Sul e Chile – que mobilize a população em torno dos temas e importância da ciência e tecnologia e contribua para a popularização da ciência de forma mais integrada nacionalmente; 13. Empenho da 2ª parcela, no valor de **R$ 300.000,00**, referente ao projeto "**Implantação do Centro Tecnológico do Trabalhador de Ibiporã/PR**", convênio firmado com a Prefeitura de Ibiporã com o objetivo de modernizar a infraestrutura do Município de amparo ao trabalhador, assegurando o desenvolvimento tecnológico no processo de qualificação profissional, ampliando a capacidade local de geração de emprego e renda, fortalecendo o elo da cadeia-produtiva e contribuindo para o desenvolvimento local e regional; 14. **"Aprofundamento das relações institucionais de cooperação científica e pedagógica entre ON e UFRN no âmbito das pesquisas e do ensino de graduação e pós-graduação, nas áreas de Astronomia e Geofísica"** - Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito firmado com o Observatório Nacional, no valor de R$ 674.000,00; 15. **"Realizar o programa científico do IIF conforme estabelecido pelo**

	Comitê Internacional de Assessoramento, dentro do âmbito de Entidade Associada ao CBPF", Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito firmado com o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas – CBPF, no valor de **R$ 1.123.400,00** visando apoiar a Programação Científica e o Programa de Pós-doutorado do IIF-UFRN, contemplando a realização eventos científicos internacionais, a reunião do Comitê Nacional de Especialistas, a Reunião do Comitê Científico Internacional, o treinamento de pós-doutores, a vinda de Professores Titulares Visitantes, o Programa de Pesquisadores Associados e a realização de pesquisas em áreas definidas pelo Comitê Científico Internacional do IIF-UFRN; 16. **"Fomento ao Apoio Técnico para o Desenvolvimento de Projetos para o Fortalecimento da Capacidade Científica e Tecnológica da Paleontologia Nacional – Edital"** com o objetivo de dar continuidade às ações que visam apoiar e fortalecer a Paleontologia brasileira, considerando-se que em 25 estados brasileiros há informações sobre a incidência de registros significativos na área, conforme estudo realizado pelo próprio MCTI com a colaboração da Sociedade Brasileira de Paleontologia (SBP). O estudo obteve inicialmente dados de 45 instituições distribuídas em 17 estados, mas ainda existem outras instituições a serem incorporadas - Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito firmado com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, no valor de **R$ 1.714.401,00.**

Fonte: SigMCT

Análise crítica:

O programa 0461 - Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico abrangeu 39 Ações, com objetivos bastante diversificados, envolvendo desde aquelas relacionadas aos Institutos de Pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, até as referentes ao apoio da FINEP e do CNPq à promoção da pesquisa e do desenvolvimento tecnológico no País, tanto no que concerne à infraestrutura física e laboratorial das instituições de C&T, como naquilo relacionado aos recursos humanos. Em 2011, a contenção de despesas com diárias e passagens para as Unidades de Pesquisa do MCTI prejudicou o andamento pleno de suas atividades; especialmente para aquelas que, como o ON, o INT, o CTI Renato Archer, o MAST, o INSA, o MPEG e o INPA, necessitam de trabalhos de campo para a coleta de amostras e medições especiais que não são processadas em laboratório. Igualmente, o corte orçamentário do FNDCT /FINEP neste ano prejudicou intensamente os Projetos de Encomenda, que estavam previstos para se iniciarem e até mesmo aqueles que já aprovados não tiveram a liberação de recursos.

A despeito do forte contingenciamento, o Programa alcançou uma execução orçamentária de 95 %, atendendo importantes ações de instituições de Pesquisa do País (incluindo Institutos administrados e supervisionados pelo MCT), como também, aquelas ações relacionadas à concessão de bolsas para essas instituições de pesquisa, além daquelas relacionadas à divulgação e disseminação do conhecimento científico e tecnológico. Dentre as ações que se destacaram encontram-se:

1. a conclusão da construção dos seis blocos da Sede Administrativa do Instituto Nacional do Semi-Árido – INSA;

2. convênio celebrado pelos três museus mais antigos do Brasil – Goeldi, Zoologia da USP e Nacional – para a conservação da biodiversidade brasileira;

3. o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE deu sequência ao acordo de cooperação com a China, na construção do satélite CBERS 3 e na preparação de construção de outros satélites (Lattes, Amazônia); aprimorou as suas observações e registros sobre as queimadas na Amazônia e sobre as informações sobre o clima, alojando, ademais, o CEMADEN – Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais, dando andamento, no final do ano, aos preparativos de aerolevantamento a ser realizado pelo Reino Unido em parceria com o Instituto, dentro do Programa Global de Estudos sobre Mudanças Climáticas (Programa SAMBBA, em inglês);

4. publicação da Portaria MPOG nº 553, que autoriza a realização de concurso público para 832 cargos das Carreiras de Pesquisa em Ciência e Tecnologia e de Gestão, Planejamento e Infra-Estrutura em Ciência e Tecnologia, do Quadro de Pessoal do MCTI, o que, sobretudo, dará um alívio para suas Unidades de Pesquisa em função das aposentadorias previstas proximamente, embora não venha resolver ainda o problema de recursos humanos no Ministério, suas Agências (CNPq e FINEP) e Institutos de Pesquisa;

5. continuação do Programa de Capacitação Institucional – PCI, de bolsas no âmbito dos Institutos de Pesquisa, concedidas por intermédio do CNPq;

6. assinatura dos Termos Aditivos aos Contratos de Gestão das cinco Organizações Sociais supervisionadas pela Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa (ABTLuS _ Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron, CGEE – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, IDSM – Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, IMPA – Associação Instituto de Matemática Pura e Aplicada e RNP – Rede Nacional de Ensino e Pesquisa), visando à continuidade dos Projetos contratados, com ênfase à preparação do Projeto Sirius (nova linha de luz síncrotron a ser instalada na ABTLuS) e ao início do estudo

pelo CGEE para a implementação do sistema gerencial integrado em CT&I "Plataforma Aquarius", para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI.

2.3.2 Execução Física das ações realizadas pela UJ

QUADRO A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
19	571	0461	6995*	Atividade	-	Projeto Apoiado	8	13	10
19	571	0461	1249 (20HZ)	Projeto	-	Instituto implantado	41	74	41
19	571	0461	2061	Atividade	-	Curso realizado	5	1	05
19	572	0461	2095	Atividade	-	Projeto apoiado	200	238	280
19	122	0461	2272	Atividade	-	"Não requer"	-	-	-
19	571	0461	4122	Atividade	-	Artigo publicado	65	70	31
19	571	0461	4123	Atividade	-	Artigo publicado	216	252	216
19	571	0461	4124	Atividade	-	Artigo publicado	69	6	69
19	571	0461	4125	Atividade	-	Artigo publicado	247	32	247
19	571	0461	4126	Atividade	-	Artigo publicado	18	2	18
19	571	0461	4128	Atividade	-	Processo desenvolvido	63	46	46
19	571	0461	4129	Atividade	-	Artigo publicado	375	375	375
19	573	0461	4132	Atividade	-	Informação disseminada	911.425	916.263	3.631.731
19	571	0461	4139	Atividade	-	Artigo publicado	126	131	126
19	573	0461	4148	Atividade	-	Evento realizado	60	163	60
19	571	0461	4158	Atividade	-	Projeto apoiado	1.591	2.802	1.625
19	126	0461	4172	Atividade	-	Ponto de rede	27	0	27

						mantido			
19	573	0461	4174	Atividade	-	Evento realizado	57	76	57
19	572	0461	4186	Atividade	-	Processo desenvolvido	45	60	45
19	571	0461	4188	Atividade	-	Artigo publicado	60	75	34
19	571	0461	4192	Atividade	-	Artigo publicado	230	231	207
19	573	0461	4213	Atividade	-	Revista publicada	72	1	72
19	572	0461	4655	Atividade	-	Serviço implantado	5	10	04
19	571	0461	4661	Atividade	-	Projeto apoiado	27	1	27
19	571	0461	4665	Atividade	-	Projeto apoiado	260	58	10.000 (até 2015)
19	571	0461	4947	Atividade	-	Projeto apoiado	24	37	25
19	572	0461	4972	Atividade	-	Processo desenvolvido	120	12	60
19	573	0461	6190	Atividade	-	Evento apoiado	4	0	6
19	572	0461	6237	Atividade	-	Pesquisa realizada	5	5	5
19	573	0461	6780	Atividade	-	Título mantido	2.700	0	2.700
19	571	0461	8989	Atividade	-	Projeto apoiado	3	9	3
19	571	0461	10GU	Projeto	-	Unidade implantada	40	20	4
19	571	0461	10GY	Projeto	-	Infraestrutura modernizada	20	20	11
19	571	0461	12C9	Projeto	-	Unidade recuperada	5	5	7
19	571	0461	12EH	Projeto	-	Instituto construído	15	0	Extinta
19	571	0461	200D	Atividade	-	Artigo publicado	15	1	15
19	571	0461	2C66	Atividade	-	Pesquisa realizada	3	1	3
19	571	0461	2C67	Atividade	-	Pesquisa realizada	10	2	10

Fonte: SigMCT e Sítio MCTI

** Das ações descritas, somente a 6995 é executada pela SEXEC.*

Análise crítica:

No exercício de 2011, esta UJ, assim como todos os órgãos, sofreu com o contingenciamento dos recursos, entretanto, buscou aplicar e distribuir conscientemente o montante recebido, utilizando boa parte dos recursos no auxílio a pesquisadores, contratação de PJ e aquisição de equipamentos visando, com isso, alcançar o objetivo de promover o desenvolvimento científico e tecnológico do país, mediante o fortalecimento da pesquisa e da infraestrutura técnico-científica existentes e incremento da produtividade dos pesquisadores.

Visando o alcance desse objetivo, foram apoiados projetos de pesquisa **mediante a concessão de recursos financeiros** (custeio e/ou capital) e de forma suplementar, por meio da concessão de bolsas de pesquisa e de formação científica e tecnológica, em parceria com o Programa Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Pesquisa. Para isso foram utilizadas as seguintes formas de execução: seleção de projetos por meio do lançamento de edital ou chamadas de projetos, apoio a projetos selecionados a partir da demanda espontânea dos pesquisadores e/ou grupos de pesquisa feita ao CNPq e à Finep.

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro - Programa 0461

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

QUADRO A.2.3 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI	24101	240102
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq	24201	364001
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	24901	240901
Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN	24204	113209
Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada – CEITEC	24209	245209

2.4.2 Programação de Despesas Correntes

QUADRO A.2.4 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES Valores em R$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO						426.643.948,00	375.510.578,00
	PLOA						426.643.948,00	375.510.578,00
	LOA						365.661.184,00	352.870.578,00
CRÉDITOS	Suplementares						4.665.343,00	5.800.000,00
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados						39.849.966,00	38.730.000,00
Outras Operações								
Total							**1.263.464.389,00**	**1.148.421.734,00**

Fonte: SIAFI Gerencial

2.4.3 Programação de Despesas de Capital

QUADRO A.2.5 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL Valores em R$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários	Grupos de Despesa de Capital		
	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida
	Exercícios	Exercícios	Exercícios

			2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		331.559.842,00	366.357.920,00				
	PLOA		331.559.842,00	366.357.920,00				
	LOA		284.983.249,00	421.905.299,00				
CRÉDITOS	Suplementares		22.620.561,00	40.720.000,00				
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados		8.252.802,00					
Outras Operações								
Total			**978.976.296,00**	**1.195.341.139,00**				

Fonte: SIAFI Gerencial

2.4.3.1 Quadro Resumo da Programação de Despesas

QUADRO A.2.6 - QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valores em R$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		426.643.948,00	375.510.578,00	331.559.842,00	366.357.920,00		
	PLOA		426.643.948,00	375.510.578,00	331.559.842,00	366.357.920,00		
	LOA		365.661.184,00	352.870.578,00	284.983.249,00	421.905.299,00		
CRÉDITOS	Suplementares		4.665.343,00	5.800.000,00	22.620.561,00	40.720.000,00		
	Especiais							
	Extraordinários							
	Créditos Cancelados		39.849.966,00	38.730.000,00	8.252.802,00			
Outras Operações								
Total			**1.263.464.389,00**	**1.148.421.734,00**	**978.976.296,00**	**1.195.341.139,00**		

Fonte: SIAFI Gerencial

2.4.3.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

QUADRO A.2.7 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Valores em R$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentaç	Concedid	240112	-			203.841.972,92

ão Interna	**os**					*
	Recebidos					
Movimentação Externa	**Concedidos**	240112	-			248.442.663,13 **
	Recebidos					
Natureza da Movimentação de Crédito		**UG concedente ou recebedora**	**Classificação da ação**	**Despesas de Capital**		
				4 – Investimentos	**5 – Inversões Financeiras**	**6 – Amortização da Dívida**
Movimentação Interna	**Concedidos**	240112	-	25.734.412,64 *		
	Recebidos					
Movimentação Externa	**Concedidos**	240112	-	75.472.082,61 **		
	Recebidos					

Fonte: SIAFI Gerencial

**Créditos concedidos a UGs Executoras vinculadas ao MCTI.*

*** Créditos concedidos a UGs Executoras externas.*

Análise crítica:

Com relação à movimentação orçamentária interna no Programa 0461 ocorrida no exercício, os valores apresentados no Quadro A.2.7 representam as concessões efetuadas a UGs executoras ligadas ao MCTI como, por exemplo, o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia – INPA, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais- INPE, Instituto Nacional do Semi-Árido – INSA, Centro Brasileiro der Pesquisas Científicas – CBPF, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, dentre outros. Já com relação à movimentação orçamentária externa, apresentamos os montantes concedidos a Universidades, Fundações, Instituto Federais, dentre outros.

2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa

2.4.4.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

1..1.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação

QUADRO A.2.8 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ — Valores em R$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação				
Convite	65.328,10	101.209,07	-	9.569,88
Tomada de Preços	10.253.994,28	4.020.766,19	1.132.159,13	1.497.113,64
Concorrência	8.248.850,05	16.732.112,17	1.114.450,50	7.491.177,76
Pregão	37.359.996,60	43.014.806,18	19.019.637,36	28.006.373,29
Concurso	-	15.000,00	-	15.000,00
Consulta	-	-	-	-
Registro de Preços	-	-	-	-
Contratações Diretas				
Dispensa	45.682.524,86	39.799.773,55	27.405.843,37	26.131.309,28

Inexigibilidade	9.041.782,65	8.167.998,32	4.757.616,84	4.697.058,45
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	116.986,89	118.390,16	116.986,89	118.390,16
Pagamento de Pessoal	**-**	**-**	**-**	**-**
Pagamento em Folha	-	-	-	-
Diárias	-	-	-	-
Outros	507.622.951,56	645.593.588,44	237.501.649,84	326.160.478,61

Fonte: SIAFI Gerencial

1..1.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

QUADRO A.2.9 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Valores em R$ 1,00

Grupos de Despesa	**Despesa Empenhada**		**Despesa Liquidada**		**RP não processados**		**Valores Pagos**	
1 – Despesas de Pessoal	**2011**	**2010**	**2011**	**2010**	**2011**	**2010**	**2011**	**2010**
1º elemento de despesa								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
3 – Outras Despesas Correntes								
04	18.741,60	56.499,00	14.087,60	54.199,00	4.654,00	2.300,00	14.087,60	54.199,00
14	1.037.950,10	2.459.873,34	1.029.745,73	2.318.291,39	8.204,37	141.581,95	1.029.745,73	2.318.291,39
18	8.322.780,04	11.478.907,96	2.546.776,21	6.743.638,03	5.776.003,83	4.735.269,93	2.331.547,29	6.743.638,03
20	57.091.229,40	113.463.839,57	22.833.554,52	82.247.550,14	34.257.674,88	31.216.289,43	20.535.955,24	75.133.341,88
30	8.328.400,97	6.009.575,85	4.260.051,09	4.025.418,19	4.068.349,88	1.984.157,66	3.958.878,94	3.886.079,57
31	-	72.800,00	-	72.800,00	-	-	-	72.800,00
32	-	9.651,30	-	9.651,30	-	-	-	9.651,30
33	928.662,65	2.480.734,47	903.274,79	2.304.242,72	25.387,86	176.491,75	893.046,72	2.168.497,80

34	533.735,05	-	533.735,05	-	-	-	505.892,45	
35	728.745,19	988.397,78	658.888,64	458.895,96	69.856,55	529.501,82	421.241,00	458.895,96
36	2.917.090,30	2.759.896,78	1.568.647,67	2.094.976,17	1.348.442,63	664.920,61	1.303.146,36	1.968.076,17
37	5.857.349,58	6.977.567,08	4.921.211,24	6.519.231,64	936.138,34	458.335,44	4.506.538,90	5.954.087,56
39	203.579.615,11	132.777.328,71	189.095.986,04	123.325.920,16	14.483.629,07	9.451.408,55	152.930.169,65	109.744.053,26
41	47.726.388,31	60.398.298,09	19.508.960,17	29.701.073,79	28.217.428,14	30.697.224,30	15.107.959,65	24.559.108,10
47	368.366,49	225.551,89	172.577,22	222.194,34	195.789,27	3.357,55	172.577,22	222.194,34
92	349.256,72	335.258,86	17.006,62	325.837,99	332.250,10	9.420,87	17.006,62	325.837,99
93	1.377.591,24	1.437.550,58	1.377.591,24	1.437.550,58	-	-	1.377.591,24	1.437.550,58

Fonte: SIAFI Gerencial

1..1.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

QUADRO A.2.10 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Valores em R$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
4 – Investimentos	**2011**	**2010**	**2011**	**2010**	**2011**	**2010**	**2011**	**2010**
20	31.981.107,24	37.270.546,86	23.946.607,51	28.228.576,60	8.034.499,73	9.041.970,26	23.530.252,67	25.850.277,92
30	1.560,00	-	1.560,00	-	-	-	1.560,00	-
39	312.897,52	37.270.546,86	148.906,85	85.663,26	163.990,67	177.533,60	148.906,85	84.883,26
41	180.056.546,67	37.270.546,86	52.250.287,65	128.671.599,72	127.806.259,02	186.471.952,35	38.247.360,81	108.229.695,49
42	300.000,00	37.270.546,86	-	-	300.000,00	1.700.000,00	-	-
51	19.199.473,42	37.270.546,86	2.400.734,75	6.952.393,55	16.798.738,67	13.221.167,42	2.215.227,28	5.905.631,30
52	47.374.815,57	37.270.546,86	22.964.793,70	20.457.790,18	24.410.021,87	20.689.521,65	21.799.779,89	19.065.935,95
92	21.580,90	-	21.580,90	-	-	177.533,60	21.580,90	-
93	6.671,60	1.345,00	6.431,60	1.345,00	240,00	-	6.431,60	1.345,00
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								

Fonte: SIAFI Gerencial

Análise crítica:

No âmbito desta SEXEC, os recursos da Ação 6995 foram executados de forma direta por meio da formalização de Convênios, Termos de Cooperação para Descentralização de Crédito e aditivos a Contratos de Gestão. Mesmo diante dos efeitos provocados pelo contingenciamento dos créditos orçamentários em 2011, esta SEXEC apoiou 16 projetos dentro do Programa 0461, dentre eles 13 Termos de Cooperação, 2 Convênios e 1 Aditivo a Contrato de Gestão.

2.4.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.4.3 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

***Observação**: Dados constantes no Relatório de Gestão da SPOA*

2.4.5 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

***Observação**: Dados constantes no Relatório de Gestão da SPOA*

2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ - Programa 0473

Programa 0473 - Gestão da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação

O Programa visa apoiar o planejamento, a avaliação e o monitoramento do conjunto de atividades que refletem a política de ciência, tecnologia e inovação nacionais. Trata-se de uma ferramenta de apoio aos demais Programas do PPA do MCTI. Seus principais desafios são, em primeiro lugar, o de construir bons indicadores - tanto para o acompanhamento de ações específicas, como para monitorar a evolução da dinâmica de C&T no País e no exterior; em segundo lugar, desenvolver metodologias de acompanhamento e de avaliação de impactos das ações do MCTI que permitam gerenciar melhor essas atividades; e em terceiro lugar, realizar ou induzir estudos - sejam de caráter analítico mais imediato, sejam de caráter prospectivo - que subsidiem a formulação da política científica e tecnológica nacional.

A execução orçamentário-financeira do Programa foi bastante expressiva, apesar de uma parte do recurso ter sido contingenciada, constrangendo, parcialmente, a implementação de algumas ações.

Mereceram destaque a implementação das seguintes ações:

• 008A - Contribuição à Academia Brasileira de Ciências – ABC, com a efetivação do pagamento da contribuição anual, que além de contribuir para que a Academia Brasileira de Ciência atinja seu objetivo estatutário, em proveito da ciência, tecnologia e inovação, elevou o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação à condição de Membro Institucional da Academia;
• 00F8 - Contribuição à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, com a efetivação do pagamento da contribuição anual a fim de permitir à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC alcançar seu objetivo estatutário, em prol do desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação do país;
• 2495 - Controle de Bens Sensíveis Esta ação realiza uma série de atividades em âmbitos internacional e nacional, que estão inter-relacionadas, voltados principalmente para as áreas nuclear, química e biológica;
• 4210 - Formulação da Política Nacional de Ciência e Tecnologia;
• 6147 - Cooperação Internacional em Ciência, Tecnologia e Inovação Destacaram-se as atividades
• 7306 - Implantação do Sistema Integrado de Gestão nas Unidades de Pesquisa do MCTI e Treinamento por videoconferência como forma alternativa de garantir a capacitação em ambiente de forte contingenciamento enfrentado pelo Ministério em 2011.

2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

QUADRO A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA	0473
Denominação	Gestão da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação
Tipo do Programa	Gestão de Políticas Públicas
Objetivo Geral	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de ciência, tecnologia e inovação

Objetivos Específicos	-
Gerente	Secretário-Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
Público Alvo	Governo

Informações orçamentárias e financeiras do Programa					**Em R$ 1,00**
Dotação		**Despesa Empenhada**	**Despesa Liquidada**	**Restos a Pagar não processados**	**Valores Pagos**
Inicial	**Final**				
33.227.045,00	33.835.637,00	27.553.416,48	22.892.492,59	4.660.923,89	20.501.395,47

Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	**Indicador (Unidade medida)**	**Referência**			**Índice previsto no exercício**	**Índice atingido no exercício**
		Data	**Índice inicial**	**Índice final**		
-	Não possui*	-	-	-	-	-

* O Manual de Elaboração do Plano Plurianual 2008-2011 faculta a presença de indicadores para programas de apoio às políticas e áreas especiais.

Fonte: SigMCT

Principais Ações Executadas do Programa 0473	
Dados Gerais da Ação	
Tipo de Ação	Atividade Orçamentária – 4210 - Formulação da Política Nacional de Ciência e Tecnologia.
Finalidade	Manter política única de Ciência e Tecnologia para o segmento, buscando integrar os sistemas estaduais e federais.
Descrição	Desenvolvimento de ações de coordenação e supervisão voltadas à capacitação do sistema de desenvolvimento científico e tecnológico.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria-Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
Coordenador Nacional da Ação	Secretário-Executivo- Luiz Antonio Rodrigues Elias
Unidades Executoras	Secretaria-Executiva
COMENTÁRIOS	Buscando conduzir a política de ciência, tecnologia e inovação do MCT, conforme estabelecido no plano de ação e alcançar suas prioridades estratégicas, até o momento, foram apoiados os seguintes projetos no âmbito desta ação: 1. "**Apoio à Realização da XI Conferência ANPEI de Inovação Tecnológica"** com o objetivo de **se constituir um** fórum privilegiado para o encontro de representantes de empresas, agências do governo e instituições de C,T&I Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito com Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, no valor de **R$ 150.000,00**; 2.**"Apoio à realização do XV Congresso Brasileiro de Sociologia – Mudanças, Permanências e Desafios Sociológicos"** com o objetivo de Promover o intercâmbio e o debate acerca das temáticas contemporâneas que desafiam a consolidação e a atualização das matrizes disciplinares da Sociologia, levando em consideração ainda sua interlocução com outras Ciências Sociais e afins. Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito firmado com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, no valor de **R$ 50.000,00**; 3.**"Apoio à realização do Congresso Brasileiro de Inovação na Indústria 2011"** Termo de

	Cooperação para Descentralização de Crédito firmado com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, no valor de **R$ 400.225,00** visando aprimorar e intensificar as discussões para o aperfeiçoamento do ambiente de inovação no país e apresentar uma agenda para estimular a inovação para empresas de todos os portes e setores. Os empresários precisam estar à frente dos debates e da condução dessa agenda; 4.**"Apoio a realização do I CosmoSul – Cosmologia e Gravitação no Cone Sul"** com a finalidade de alavancar colaborações cientificas entre os grupos de pesquisa em Cosmologia e Gravitação do Brasil, Argentina e Chile - Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito firmado com o Observatório Nacional - ON no valor de **R$ 13.948,10**; 5. **"Apoio à realização da Top Innovation 2011 – Feira de Gestão da Inovação",** Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito firmado com a Universidade Tecnológica Federal do Paraná, no valor de **R$ 73.500,00** objetivando envolver os profissionais do setor industrial, de modo a propiciar rodada de negócios, troca de experiências e discussão sobre os aspectos gerais do mercado e demonstração de novos produtos e equipamentos ligados à gestão da inovação, estimulando as empresas e instituições no processo de "Global Sourcing"; 6. **"Apoio à realização do X Simpósio Brasileiro de Automação Inteligente (SBAI 2011), da IX Competição Brasileira de Robótica - CBR 2011 e das finais da V Olimpíada Brasileira de Robótica - OBR 2011."** visando discutir realidade, tendências e perspectivas da automação inteligente nas questões de engenharia que promovem o desenvolvimento tecnológico e social de nosso país - Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito firmado com a Universidade Federal de São João Del Rei, no valor de **R$ 40.000,00**; 7. **"Apoio à realização da IV Mostra de C&T em políticas públicas municipais"** - Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito firmado com a Universidade Federal de São Carlos, no valor de **R$ 100.222,00**, objetivando divulgar experiências dos diversos municípios e de incubadoras de base tecnológica que, por meio de desenvolvimento em C&T, atuaram na solução de problemas municipais em diversas áreas e na geração de empresas, emprego e renda; 8. **"Apoio à realização da reunião "Ciência e Tecnologia no Cone Sul – CTS"** na Argentina e à publicação do Jornal da Ciência e da Revista Ciência e Cultura" visando Aproximar as comunidades científicas do Brasil e da Argentina dentro de temas de interesse comum, visando intercâmbio científico, estabelecimento de parcerias em convênios e projetos conjuntos e, também, discutir e influenciar suas políticas de CTI e manter a divulgação de Ciência Tecnologia e Inovação para a comunidade cientifica através destas mídias impressas, e ampliar o seu campo de ação, ampliando sua distribuição para novas universidades, parque tecnológicos e empresas privadas que ainda não recebem os informativos – Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito firmado com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, no valor de **R$ 150.000,00**; 9. **"Formação de uma rede de gestão integrada em ciência, tecnologia e inovação para os secretários estaduais de ciência e tecnologia."** Termo Aditivo ao Contrato de Gestão com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa, no valor de **R$ 700.000,00** objetivando promover a integração nacional através da RNP e das Redes Metropolitanas de Educação e Pesquisa (Redecomep), integrar os atores da área de C,T&I, contribuir para a Formulação da Política Nacional de Ciência e Tecnologia por meio da interlocução entre os atores; 10. **"Apoio à realização do Circuito Nacional de Ciência e Tecnologia, sob o tema 'A ciência não está de braços cruzados. E você?'"** com o objetivo de estimular a participação social da Universidade Federal do Rio de Janeiro e dos pós-graduandos brasileiros, frente às decisões das políticas de educação, ciência, tecnologia e inovação, contribuindo ainda com a formulação de uma política nacional em Ciência e Tecnologia e fortalecendo a Rede Nacional de Pós-Graduandos, e sua atuação democrática na tomada de decisões - Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito firmado com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, no valor de **R$ 100.000,00**; 11. **"Produção, publicação e distribuição da segunda edição do livro 'O Céu: histórias e estrelas'"** - Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito firmado com o Conselho

	Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, no valor de **R$ 100.000,00** com a finalidade de produzir, publicar e distribuir um livro de Astronomia, o mais abrangente possível, que sirva como guia para professores e alunos, dos diversos segmentos escolares das duas esferas governamentais (municipal e estadual); 12. **"Produção e divulgação do programa de Astronomia INFINITUM 2"** objetivando produzir o segundo episódio da série INFINITUM, utilizando uma nova e moderna técnica de animação, de forma educativa e divertida, direcionada ao público infanto-juvenil - Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito firmado com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, no valor de **R$ 98.670,00**; 13. **"Centro de Altos Estudos para o Brasil no Sec. XXI" e "Saúde e Inovação"** Termo Aditivo ao Contrato de Gestão com o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, no valor de **R$ 1.200.000,00** visando, respectivamente, realizar estudos de alto nível sobre temas estratégicos para o desenvolvimento do Brasil e sua inserção geopolítica internacional, articulando a problemática da ciência, tecnologia e inovação com o desenvolvimento econômico e social do país, que contribuam ao debate e à formulação de estratégias e políticas públicas, e estudo da territorialização do Complexo Econômico-Industrial da Saúde sob a perspectiva de evolução e dinâmica de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais no Brasil tem como objetivo central estabelecer bases para o desenvolvimento de uma política para o fortalecimento produtivo e inovativo do Complexo Econômico-Industrial da Saúde, considerando as características e especificidades territoriais encontradas no país.
Dados Gerais da Ação	
Tipo de Ação	Atividade Orçamentária – 2272 – Gestão e Administração do Programa - Nacional
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria-Executiva
Coordenador Nacional da Ação	Secretario Executivo- Luiz Antonio Rodrigues Elias
Unidades Executoras	Secretária-Executiva
COMENTÁRIOS	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por

	objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
Dados Gerais da Ação	
Tipo de Ação	Atividade Orçamentária – 4523 – Funcionamento da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança
Finalidade	Manter as atividades da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, o que inclui a realização de reuniões, visitas técnicas, capacitação dos membros e dos técnicos da Secretaria Executiva e realização de estudos.
Descrição	Apoio a realização das reuniões mensais da CTNBio; apoio à capacitação de pessoal técnico da CTNBio e da sociedade atuante em biossegurança; emissão de parecer técnico; contratação de estudos; realização de visitas técnicas às instituições que desenvolvem pesquisa com OGM.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria-Executiva
Coordenador Nacional da Ação	Coordenador-Geral da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança do Gabinete do Ministro
Unidades Executoras	Coordenação-Geral da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança
COMENTÁRIO	A execução dos recursos da ação 4523 no exercício de 2011, destinou-se ao pagamento de despesas com a realização de reuniões ordinárias e técnicas da CTNBio e na contratação de empresa para prestação de serviços de publicidade, justificando, assim, a ausência de instrumentos de transferência.
Dados Gerais da Ação	
Tipo de Ação	Atividade Orçamentária – 4641 – Publicidade de Utilidade Pública
Finalidade	Propiciar o atendimento ao princípio constitucional da publicidade, mediante ações que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar a sua qualidade de vida.
Descrição	A ação se desenvolverá por meio de divulgação de conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público, que assuma caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenha uma orientação à população que a habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos e que expresse, com objetividade e clareza, mediante a utilização de linguagem de fácil entendimento para o cidadão.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria-Executiva
Coordenador Nacional da Ação	Chefe da Assessoria de Comunicação Social do Gabinete do Ministro
Unidades Executoras	Assessoria de Comunicação Social do Gabinete do Ministro
COMENTÁRIO	A Assessoria de Comunicação Social – ASCOM utilizou os recursos da referida ação nas diversas demandas publicitárias como divulgação, acompanhamento, serviços gráficos, áudio, vídeo e foto deste MCTI.

Fonte: SigMCT

Análise crítica:

O Programa 0473 visa apoiar o planejamento, a avaliação e o monitoramento do conjunto de atividades que refletem a política de ciência, tecnologia e inovação nacionais. Assim, trata-se de uma ferramenta de apoio aos demais Programas do PPA do MCTI. Nesse sentido, as ações deste programa de gestão foram, por sua própria natureza, executadas pela administração direta, ou seja, os créditos foram concedidos devido à necessidade de articulação com os órgãos responsáveis pelo planejamento, avaliação e controle de suas unidades vinculadas. Seus parceiros naturais são encontrados no âmbito do MCTI, na figura de todos os demais programas que compõem o PPA; em cada um dos demais Ministérios, governos estaduais e órgãos públicos que, no país e no exterior, exerçam atividades ligadas ao apoio e à coordenação da C&T; e na comunidade de pesquisadores de universidades e centros de pesquisa que desenvolvam estudos sobre a temática da política de ciência, tecnologia e inovação.

2.3.2 Execução Física das ações realizadas pela UJ

QUADRO A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
19	121	0473	4210*	Atividade	-	Política Formulada	1	1	1
19	122	0473	2272	Atividade	-	"Não requer"	-	-	-
19	122	0473	4523	Atividade	-	Unidade	36	60	50
19	131	0473	4641	Atividade	-	"Não requer"	-	-	-
19	125	0473	2495	Atividade	-	Unidade	100	100	100
19	126	0473	4208	Atividade	-	Unidade	1	1	1
19	121	0473	4475	Atividade	-	Unidade	6	6	12
19	128	0473 (2106)	4572 (2106 – MCTI)	Atividade	-	Unidade	3598	922	3980
19	128	0473 (2106)	4572 (2106 – CEITEC)	Atividade	-	Unidade	80	528	100
19	128	0473 (2106)	4572 (2106 - CNPq)	Atividade	-	Unidade	686	2110	686
19	212	0473	6147	Atividade	-	Unidade	8	2	9
19	126	0473	7306	Projeto	-	Unidade	30	30	2

19	122	0473	008A	Operação Especial	-	"Não requer"	-	-	-
19	122	0473	00F7	Operação Especial	-	"Não requer"	-	-	-
19	122	0473	00F8	Operação Especial	-	"Não requer"	-	-	-

Fonte: SigMCT e Sítio MCTI

** Das ações descritas, somente a 4210 é executada pela SEXEC.*

Análise crítica:

O programa 0473 - Gestão da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação abrangeu 13 Ações, relacionadas à gestão e administração do Programa, sistemas integrados de Informações e de Gestão, Desenvolvimento de Estudos, capacitação e qualificação de servidores públicos, cooperações internacionais e apoios e contribuições a importantes Instituições que, tradicionalmente, atuam na área de Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I), com o objetivo de coordenar o planejamento, a formulação de políticas setoriais, a avaliação e o controle dos programas na área de C,T&I.

A execução orçamentário-financeira do Programa foi bastante expressiva, com valores empenhados acima de R$ 22 milhões, apesar de uma parte do recurso ter sido contingenciada, constrangendo, parcialmente, a implementação de algumas ações.

A seguir apresentam-se as principais ações executadas pelo Programa:

O MCTI contribuiu com instituições que, historicamente, desempenham funções de alta significância para o segmento científico e tecnológico, tais como: a Academia Brasileira de Ciências (ABC), a Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica (ABIPTI) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), ampliando, ainda mais, a sua interação com a comunidade científica e tecnológica brasileira e, também, o debate com a sociedade civil organizada.

Em relação ao Controle de Bens Sensíveis, o MCTI esteve envolvido numa série de atividades em âmbitos internacional e nacional, que estão inter-relacionadas, voltados principalmente para as áreas nuclear, química e biológica, com destaque para as participações em diversas conferências/convenções relacionadas à proibição das armas biológicas e químicas, além do controle de tecnologias de mísseis, no âmbito internacional. No âmbito nacional, foram relevantes atividades e eventos/cursos relacionados a bens sensíveis e segurança biológica e transportes de produtos químicos.

Foi dada continuidade aos trabalhos junto à Plataforma Lattes após a conclusão do Censo 2010 dos Grupos de Pesquisa no Brasil. A partir do Censo 2010 do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil-DGP, foram consultadas 452 instituições, inventariados 27.523 grupos de pesquisa e cadastrados cerca de 128.892 pesquisadores, dos quais 81.726 são doutores. Houve ampliação da base de currículos para 2.441.081, sendo que 2.110.682 (86%) foram atualizados nos últimos 48 meses; ampliação do número de instituições com acesso aos serviços de extração de CV e grupos de pesquisa da base Lattes para 144. No que se refere ao Censo mencionado, os resultados encontram-se disponíveis na internet, porém alguns merecem destaque. O número total de grupos cresceu 20,73% em relação ao censo de 2008 e o número de doutores 22,37%. A região que mais cresceu em número de grupos foi a Centro-Oeste, seguida das regiões Norte, Nordeste, Sul e Sudeste; essa última, a que menos cresceu. A região Sudeste, embora ainda concentre cerca de 50% do total de doutores, foi também a que menos cresceu (19%), enquanto a região Centro-Oeste teve o maior crescimento em número de doutores (38%). A região Sul destaca-se pelo crescimento relativo de doutores (o número de doutores em relação ao de pesquisadores - D/P), que foi de 61,9, sendo a única região que teve esse indicador aumentado em relação ao censo de 2008. Foram registradas 106.715 linhas de pesquisa, sendo as Ciências Humanas a grande área com maior número de linhas (16.813), seguida de Ciências da Saúde (16.728), Engenharias e Ciências da Computação (16.115) em terceiro, sendo a grande área

de Linguística, Letras e Artes com o menor número (5.025). As 6 áreas com maior número de linhas foram: Educação, Medicina, Agronomia, Química, Ciência da Computação e Física Os quatro setores de aplicação que concentraram os maiores números das linhas de pesquisa foram Educação; Saúde humana; Agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal; e Produtos e serviços voltados para a defesa e proteção do meio ambiente, incluindo o desenvolvimento sustentado. A participação dos pesquisadores por gênero está praticamente igual (50,3% de homens e 49,7 de mulheres), mas quando distinguidos pela liderança, o percentual masculino é maior: 55% de homens e 45% de mulheres. Já entre os não líderes, as mulheres já são maioria (52%).

No âmbito da Formulação da Política Nacional de C,T&I, destaque-se o apoio a ANPEI para realização da Conferência Nacional de Inovação Tecnológica, além dos apoios a projetos e a realização de eventos como o "XV Congresso Brasileiro de Sociologia – Mudanças, Permanências e Desafios Sociológicos"; o "Congresso Brasileiro de Inovação na Indústria 2011", O "I CosmoSul – Cosmologia e Gravitação no Cone Sul"; a "Top Innovation 2011 – Feira de Gestão da Inovação a realização do X Simpósio Brasileiro de Automação Inteligente (SBAI 2011)", a "IX Competição Brasileira de Robótica - CBR 2011" e das finais da "V Olimpíada Brasileira de Robótica - OBR 2011", a "IV Mostra de C&T em políticas públicas municipais", a reunião "Ciência e Tecnologia no Cone Sul – CTS", na Argentina e a publicação do "Jornal da Ciência e da Revista Ciência e Cultura", com o objetivo de aproximar as comunidades científicas do Brasil e da Argentina dentro de temas de interesse comum, visando intercâmbio científico, estabelecimento de parcerias em convênios e projetos conjuntos e, também, discutir e influenciar suas políticas de CTI.

O MCTI também apoiou a "Formação de uma rede de gestão integrada em ciência, tecnologia e inovação composta por secretários estaduais de ciência e tecnologia, objetivando promover a integração nacional por meio da RNP e das Redes Metropolitanas de Educação e Pesquisa (Redecomep), de forma a integrar os atores da área de C,T&I e contribuir para a Formulação da Política Nacional de Ciência e Tecnologia por meio da interlocução entre os atores. Apoiou à realização do Circuito Nacional de Ciência e Tecnologia, sob o tema "A ciência não está de braços cruzados. E você?", com o objetivo de estimular a participação social da Universidade Federal do Rio de Janeiro e dos pós-graduandos brasileiros, frente às decisões das políticas de educação, ciência, tecnologia e inovação, contribuindo ainda com a formulação de uma política nacional em Ciência e Tecnologia e fortalecendo a Rede Nacional de Pós-Graduandos, e sua atuação democrática na tomada de decisões.

O MCTI apoiou, também, a "Produção, publicação e distribuição da segunda edição do livro 'O Céu: histórias e estrelas", com a finalidade de produzir, publicar e distribuir um livro de Astronomia, o mais abrangente possível, que sirva como guia para professores e alunos, dos diversos segmentos escolares das duas esferas governamentais (municipal e estadual); a "Produção e divulgação do programa de Astronomia INFINITUM 2", objetivando produzir o segundo episódio da série INFINITUM, utilizando uma nova e moderna técnica de animação, de forma educativa e divertida, direcionada ao público infanto-juvenil.

O MCTI firmou o Termo Aditivo ao Contrato de Gestão com o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, com o objetivo de realizar estudos de alto nível sobre temas estratégicos para o desenvolvimento do Brasil e sua inserção geopolítica internacional, articulando a problemática da ciência, tecnologia e inovação com o desenvolvimento econômico e social do país, de forma a contribuir com o debate e à formulação de estratégias e políticas públicas. Foi também realizado estudo da territorialização do Complexo Econômico-Industrial da Saúde sob a perspectiva de evolução e dinâmica de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais no Brasil.

Foram concluídos 6 estudos relativos às subações pactuadas do Contrato de Gestão CGEE/FINEP/MCT, cuidando o Centro de prover estudos financiados pela FINEP: Semicondutores orgânicos na indústria da Informação e Comunicação; Recomendações para o aprimoramento das políticas de informática e desenvolvimento das TIC's; Sustentabilidade e sustentação da produção de alimentos – Etapa I; Segurança jurídica com relação as empresas: Análise da consistência do marco legal brasileiro de apoio a Inovação; Avaliação de instrumentos de apoio à P&D com foco na Lei do Bem, e Subsídios à formulação de diretrizes – CT Hidro.

Nas ações de Cooperação Internacional em Ciência, Tecnologia e Inovação, destacaram-se as atividades realizadas pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN): Cooperação técnica na área nuclear com Argentina, Bélgica, Estados Unidos, França, Ucrânia, assim como no âmbito do Acordo Regional de Cooperação com América Latina e Caribe (ARCAL). Foram assinados o Acordo de Cooperação entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) da República Federativa do Brasil e a Autoridade Regulatória Nuclear (ARN) da República Argentina, para Importação e Exportação de Fontes Radioativas e o Memorando de Entendimento entre o Departamento de Energia dos EUA e a Secretaria de Portos da Presidência da República, a Secretaria da Receita Federal e a Comissão Nacional de Energia Nuclear da República Federativa do Brasil, sobre cooperação para prevenir o tráfico ilícito de materiais nucleares especiais e outros materiais radioativos; Foi realizada, no Brasil, com a participação de 8 países da América Latina e Caribe, reunião de Coordenadores Nacionais do ARCAL para preparação do Termo de Referência para o Perfil Estratégico Regional 2016-2021. Também foram realizados, no Brasil, 17 eventos patrocinados pela International Atomic Energy Agency (AIEA), com a participação de aproximadamente 200 pesquisadores brasileiros e estrangeiros.

Outro destaque deve ser dado à implantação do Sistema Integrado de Gestão nas Unidades de Pesquisa do MCT, que trata da adaptação e implantação do Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas, desenvolvido pelo CenPRA - Centro de Pesquisa Renato Archer (atual Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer - CTI) nas demais Unidades de Pesquisa do MCT, com o objetivo de promover a evolução e o aperfeiçoamento das práticas de gestão, controle de projetos e programas, estruturação e registro do acervo de conhecimentos produzidos.

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro - Programa 0473

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

QUADRO A.2.3 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI	24101	240102
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq	24201	24201
Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN	24204	24204
Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada - CEITEC	24209	24209

2.4.2 Programação de Despesas Correntes

QUADRO A.2.4 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES Valores em R$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO						32.861.845,00	33.856.245,00
	PLOA						32.861.845,00	33.856.245,00
	LOA						33.220.437,00	53.256.245,00
CRÉDITOS	Suplementares						608.592,00	
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados						250.000,00	200.000,00
Outras Operações								
Total							**99.802.719,00**	**121.168.735,00**

Fonte: SIAFI Gerencial

2.4.3 Programação de Despesas de Capital

QUADRO A.2.5 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL

Valores em R$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa de Capital					
			4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		365.200,00	671.155,00				
	PLOA		365.200,00	671.155,00				
	LOA		615.200,00	671.155,00				
CRÉDITOS	Suplementares		250.000,00					
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total			1.595.600,000	2.013.465,0				

Fonte: SIAFI Gerencial

2.4.3.1 Quadro Resumo da Programação de Despesas

QUADRO A.2.6 - QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valores em R$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		32.861.845,00	33.856.245,00	365.200,00	671.155,00		
	PLOA		32.861.845,00	33.856.245,00	365.200,00	671.155,00		
	LOA		33.220.437,00	53.256.245,00	615.200,00	671.155,00		
CRÉDITOS	Suplementares		608.592,00		250.000,00			
	Especiais							
	Extraordinários							
	Créditos Cancelados		250.000,00	200.000,00				
Outras Operações								
Total			99.802.719,00	121.168.735,0	1.595.600,00	2.013.465,00		

Fonte: SIAFI Gerencial

2.4.3.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

QUADRO A.2.7 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE

Valores em

DESPESA R$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	240112	-			29.484.958,24 *
	Recebidos					-
Movimentação Externa	Concedidos	240112	-			3.730.212,64 **
	Recebidos					-
Natureza da Movimentação de Crédito		**UG concedente ou recebedora**	**Classificação da ação**	**Despesas de Capital**		
				4 – Investimentos	**5 – Inversões Financeiras**	**6 – Amortização da Dívida**
Movimentação Interna	Concedidos	240112	-	571.360,00*		
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos			-		
	Recebidos					

Fonte: SIAFI Gerencial

**Créditos concedidos a UGs Executoras vinculadas ao MCTI.*

*** Créditos concedidos a UGs Executoras externas.*

Análise crítica:

Com relação à movimentação orçamentária interna no Programa 0473 ocorrida no exercício, os valores apresentados no Quadro A.2.7 representam as concessões efetuadas a UGs executoras ligadas ao MCTI como, por exemplo, o Observatório Nacional – ON, Centro de Tecnologia Mineral – CETEM, Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer – CTI, Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada - CEITEC, dentre outros. Já com relação à movimentação orçamentária externa, apresentamos os montantes concedidos a Universidades Federais, Fundações, Institutos, dentre outros.

2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa

2.4.4.1 Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

1..1.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação

QUADRO A.2.8 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ Valores em R$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação				
Convite	9.800,00	61.748,78	9.800,00	41.768,78
Tomada de Preços	-	-	-	
Concorrência	750.000,00	3.400.010,00	698.595,66	3.267.342,87

Pregão	7.572.952,45	7.413.292,67	5.426.913,03	6.139.531,87
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Registro de Preços				
Contratações Diretas	588.299,64	882.446,28	554.007,79	452.792,48
Dispensa	1.064.185,42	908.881,84	909.618,43	660.896,27
Inexigibilidade				
Regime de Execução Especial	-	-	-	-
Suprimento de Fundos				
Pagamento de Pessoal	-	-	-	-
Pagamento em Folha	-	-	-	-
Diárias	17.427.764,37	33.621.612,51	12.762.545,95	31.981.405,81
Outros				

Fonte: SIAFI Gerencial

1..1.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

QUADRO A.2.9 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Valores em R$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1 – Despesas de Pessoal	**2011**	**2010**	**2011**	**2010**	**2011**	**2010**	**2011**	**2010**
1º elemento de despesa								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
3 – Outras Despesas Correntes								
04	-	348.424,93	-	348.424,93	-	-	-	348.424,93
14	591.825,75	1.149.599,04	591.825,75	1.096.927,94	-	52.671,10	591.825,75	1.096.927,94
15	47.307,34	40.403,55	47.307,34	40.403,55	-	-	47.307,34	40.403,55
18	16.450,00	402.740,00	-	720,00	16.450,00	402.020,00	-	720,00
20	1.675.046,12	934.377,06	799.207,12	402.177,06	875.839,00	532.200,00	749.371,82	302.177,06
30	21.455,62	27.069,68	20.122,38	12.452,25	1.333,24	14.617,43	20.122,38	12.452,25
31	56.000,00	-	56.000,00	-	-	-	56.000,00	-
33	972.115,97	2.049.651,61	911.101,26	1.810.598,76	61.014,71	239.052,85	911.101,26	1.761.260,64
34	3.927.721,80		3.839.355,76		88.366,04		3.522.429,85	
35	-	7.950,00	-	7.950,00	-	-	-	7.950,00
36	618.601,73	722.818,63	537.363,97	581.297,08	81.237,76	141.521,55	537.363,98	581.297,08
37	393.575,99	3.308.491,25	313.333,40	3.300.603,08	80.242,59	7.888,17	313.333,40	3.300.603,08
39	12.043.821,51	14.854.536,34	10.190.920,78	13.186.783,41	1.852.900,73	1.667.752,93	8.185.920,86	13.163.765,94
41	6.167.040,00	21.899.656,54	4.679.000,00	21.893.508,38	1.488.040,00	6.148,16	4.679.000,00	21.893.508,38
47	9.570,21	36.857,59	3.658,56	8.193,28	5.911,65	28.664,31	3.658,56	8.193,28
92	36.176,94	4.336,66	36.176,94	4.336,66	-	-	36.176,94	4.336,66
93	405.347,50	324.107,88	403.301,03	323.424,71	2.046,47	683,17	399.565,03	322.474,71

Fonte: SIAFI Gerencial

1..1.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

QUADRO A.2.10 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Valores em R$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
4 – Investimentos	**2011**	**2010**	**2011**	**2010**	**2011**	**2010**	**2011**	**2010**
39	419.420,00	169.135,00	419.020,00	167.635,00	400,00	1.500,00	419.020,00	167.635,00
42	21.360,00	-	-	-	21.360,00	-	-	-
52	130.580,00	476.228,73	44.798,30	28.920,00	85.781,70	447.308,73	29.198,30	-
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								

Fonte: SIAFI Gerencial

Análise crítica:

Visando construir bons indicadores - tanto para o acompanhamento de ações específicas, como para monitorar a evolução da dinâmica de C&T no País e no exterior; em segundo lugar, desenvolver metodologias de acompanhamento e de avaliação de impactos das ações do MCT que permitam gerenciar melhor essas atividades; e em terceiro lugar, realizar ou induzir estudos - sejam de caráter analítico mais imediato, sejam de caráter prospectivo - que subsidiem a formulação da política científica e tecnológica nacional, a UJ utilizou os recursos principalmente na contratação de pessoa jurídica e na aquisição de equipamentos para, assim, auxiliar no saneamento desses principais desafios do programa.

No âmbito desta SEXEC, os recursos da Ação 4210 foram executados de forma direta por meio da formalização de Termos de Cooperação para Descentralização de Crédito e aditivos a Contratos de Gestão. Mesmo diante dos efeitos provocados pelo contingenciamento dos créditos orçamentários em 2011, esta SEXEC apoiou 13 projetos dentro do Programa 0473, dentre eles 11 Termos de Cooperação e 2 Aditivos a Contratos de Gestão.

2.4.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.4.3 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

***Observação**: Dados constantes no Relatório de Gestão da SPOA*

2.4.5 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

***Observação**: Dados constantes no Relatório de Gestão da SPOA*

2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ - Programa 1388

Programa 1388 - Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)

O Programa procurou atingir um patamar de investimentos compatível com as necessidades e os desafios de uma economia competitiva, consolidando o Sistema Nacional de Inovação, em sintonia com a Política de Desenvolvimento Produtivo - PDP.

Enfatizou-se a capacidade de gerar inovações tecnológicas de produtos e processos produtivos, a capacidade gerencial das empresas brasileiras e a formação e fortalecimento de parcerias entre os diversos atores: empresas, institutos tecnológicos, universidades e agentes financiadores.

Essas parcerias contribuíram para o incremento da competitividade dos bens e serviços produzidos no País, para o desenvolvimento do setor de tecnologia da informação, da nanociência e nanotecnologia, da biotecnologia e de outras áreas de fronteira e estruturantes.

Por abrigar muitas ações, envolvendo diversas áreas, como é o caso dos Fundos Setoriais, a execução das ações deste Programa não é homogênea. Podem ocorrer paralisações decorrentes de indefinições por parte dos Comitês Gestores dos Fundos, no que tange à autorização para novas atividades. Alguns comitês gestores realizaram a primeira reunião somente no final de setembro.

Outro aspecto que determinou a diminuição do ritmo de algumas ações, foi o corte nas despesas relacionadas ao pagamento de diárias e compras de passagens aéreas.

Além disso, algumas restrições impostas pela LDO em 2011 prejudicaram ou atrasaram contratações para financiamento por parte de algumas ações.

Todos estes aspectos refletiram no andamento da execução do Programa, entretanto, algumas ações se destacaram e os resultados alcançados serão detalhados ao longo deste Relatório.

2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

QUADRO A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA	1388
Denominação	Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)
Tipo do Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Promover o desenvolvimento científico e tecnológico e inovações voltadas à melhoria da competitividade dos produtos e processos das empresas nacionais, à criação e consolidação de nichos de mercado baseados em novas tecnologias e à ampliação da inserção da economia brasileira no mercado internacional.
Objetivos Específicos	-
Gerente	Secretário-Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
Público Alvo	Empresas em geral e, em especial, as de nanotecnologia e biotecnologia; de química; de materiais; de eletrônica; de energias renováveis; de software; de fármacos; de semicondutores e microeletrônica; prestadoras de serviços tecnológicos; de consultoria tecnológica, atuantes em pesquisa e desenvolvimento de produtos e processos em áreas de fronteira tecnológica; laboratórios nacionais; e comunidade científica e tecnológica.
Informações orçamentárias e financeiras do Programa	**Em R$**

						1,00
Dotação		**Despesa Empenhada**	**Despesa Liquidada**	**Restos a Pagar não processados**	**Valores Pagos**	
Inicial	**Final**					
1.942.711.390,00	1.898.828.280,00	1.712.188.860,01	1.023.398.644,38	688.704.965,13	745.796.086,72	

Informações sobre os resultados alcançados

Ordem	**Indicador (Unidade medida)**	**Referência**			**Índice previsto no exercício**	**Índice atingido no exercício**
		Data	**Índice inicial**	**Índice final**		
1	Certificações de sistemas e famílias de produtos	31/12/2007	9.614	14.374	14.374	5.725

Fórmula de Cálculo do Índice

Número de certificados válidos de sistemas e de famílias de produtos no ano, de acordo com o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade – SBAC.

Análise do Resultado Alcançado

O número de certificados emitidos em 2011 para certificações de Sistemas ISO 9000 e 14000 mantém praticamente o mesmo valor de 2010. A redução do número de Famílias de Produtos Certificados de forma voluntária explica a queda do indicador em 2011.

Ordem	**Indicador (Unidade medida)**	**Referência**			**Índice previsto no exercício**	**Índice atingido no exercício**
		Data	**Índice inicial**	**Índice final**		
2	Volume de depósito de patentes de invenção (prioridade Br)	31/12/2007	3.742	4.528	4.528	4.476

Fórmula de Cálculo do Índice

Quantidade de depósitos de invenção (prioridade BR) efetuadas por ano.

Análise do Resultado Alcançado

Apuração feita e encaminhada pelo INPI correspondente ao período de outubro de 2010 a setembro de 2011, conforme metodologia aplicada por eles e acatada por nós para esse indicador.

Ordem	**Indicador (Unidade medida)**	**Referência**			**Índice previsto no exercício**	**Índice atingido no exercício**
		Data	**Índice inicial**	**Índice final**		
3	Pedidos de patentes de invenção no escritório norte –americano de patentes (USPTO) depositados por residentes no Brasil	31/12/2007	385	432	432	540

Fórmula de Cálculo do Índice

Número de pedidos de patentes de invenção depositados no USPTO, por residentes no Brasil, no ano.

Análise do Resultado Alcançado

Apuração preliminar visto que ainda não se encontra disponível o número definitivo apurado/divulgado pelo USPTO. Os números finais divulgados para esse indicador foram: 2007: 385; 2008: 499; 2009: 497; 2010: 584. No caso da ASCAV, trabalhamos a partir do índice de referência de 385 em 2007 e fizemos estimativas que foram as seguintes: 2009: 534; 2010: 432 e 2011: 504. Estimamos, com base no número divulgado pelo USPTO em 2010 que 2011 poderemos alcançar: 638

Orde	**Indicador (Unidade**	**Referência**			**Índice**	**Índice**

m	medida)	Data	Índice inicial	Índice final	previsto no exercício	atingido no exercício
4	Taxa de participação dos gastos em pesquisa e desenvolvimento na receita líquida de vendas das empresas.	31/12/2005	0,850	1,02	1,02	1,02

Fórmula de Cálculo do Índice

Gasto total em atividades de pesquisa e desenvolvimento (soma das atividades internas com a aquisição externa de P&D) das empresas públicas e privadas de Serviços (telecomunicações, atividades de informática e serviços relacionados e P&D), e indústrias extrativas de transformação, dividido pela receita liquida de vendas, multiplicado por 100.

Análise do Resultado Alcançado

Índice apurado provisório. Na verdade se trata da repetição do valor estimado com base no último dado fornecido pela PINTEC/IBGE.

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
5	Mestres e Doutores em atividades de P&D no total de pessoal em P&D das empresas	31/12/2007	13,4	16,20	16,20	15,60

Fórmula de Cálculo do Índice

Número de mestres e doutores, em equivalência de tempo integral, alocados em atividades internas de P&D dividido pelo total de pessoas alocadas em atividades internas de P&D das empresas públicas e privadas de Serviços (telecomunicações, atividades de Informática e Serviços relacionados e P&D) e indústrias Extrativistas de Transformação, multiplicado por 100 - Nota do Usuário: O indicador será apurado por estimativa nos anos em que não houver a PINTEC.

Análise do Resultado Alcançado

Índice apurado é igual ao índice estimado calculado pela ASCAV a partir dos últimos dados fornecidos pela PINTEC/IBGE

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
6	Participação das exportações de produtos de alta tecnologia no total das exportações de produtos industriais	31/12/2007	8,1	9,1	9,1	6,2

Fórmula de Cálculo do Índice

Valor das exportações de produtos de alta tecnologia dividido pelo valor das exportações brasileiras de produtos industriais, multiplicado por 100.

Análise do Resultado Alcançado

Ao apurarmos o índice de 2011, apuramos também o de 2010 que ficou em 7,3. A apuração foi feita com auxilio do MDIC por meio da sua Secretaria de Comércio Exterior e Departamento de Planejamento e Desenvolvimento de Comércio Exterior

Fonte: SigMCT

Principais Ações Executadas do Programa 1388	
COMENTÁRIO	Conforme estabelecido pela Portaria MCT n.º 686/2010, o Secretário-Executivo é o gerente do programa 1388, entretanto, a responsabilidade de execução das ações deste programa é atribuída a outras áreas, cabendo às mesmas fornecer dados de suas respectivas ações.

Análise crítica:

O programa 1388 - Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) teve por objetivo: "promover o desenvolvimento científico e tecnológico e inovações voltadas à melhoria da competitividade dos produtos e processos das empresas nacionais, à criação e consolidação de nichos de mercado baseados em novas tecnologias e à ampliação da inserção da economia brasileira no mercado internacional". Outrossim, seus públicos alvos são as empresas em geral e, em especial, as de nanotecnologia e biotecnologia; de química; de materiais; de eletrônica; de energias renováveis; de software; de fármacos; de semicondutores e microeletrônica; prestadoras de serviços tecnológicos; de consultoria tecnológica, atuantes em pesquisa e desenvolvimento de produtos e processos em áreas de fronteira tecnológica; laboratórios nacionais; e comunidade científica e tecnológica.

Uma restrição importante foi a dos cortes orçamentários (contingenciamento de recursos) e limites financeiros, que se refletiram em algumas ações, em especial os cortes nas despesas relacionadas ao pagamento de diárias e passagens aéreas. Contudo, a despeito de certos obstáculos, destacamos para o período alguns dos resultados alcançados:

- Foi lançado o Edital Universal- CNPq 14/2011, no valor total de R$ 120 milhões, para apoio a projetos, por 24 meses, em todas as áreas do conhecimento;

- Inauguração do Pool de Equipamentos Geofísicos do Brasil, que foi coordenado e instalado pelo Observatório Nacional, e que vai dar suporte instrumental e de pessoas a projetos de pesquisa não comerciais apoiados pela Rede de Estudos Geotectônicos da Petrobras;

- Na área da Saúde, a implementação dos projetos contratos em 2010 e o pagamento de parcelas de projetos contratados em anos anteriores, como os projetos relacionados a tecnologias estratégicas para o Sistema Único de Saúde - SUS, produtos médicos e biomateriais; desenvolvimento de fármacos e medicamentos. Nas iniciativas no campo da saúde, tem sido importante o trabalho em parceria com a SCTIE/ Ministério da Saúde, Fundo Nacional de Saúde – FNS e Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, dentre outros;

- Na área da Tecnologia Industrial Básica, foram feitas prospecções das demandas das redes de serviços tecnológicos no âmbito do Sibratec;

- No caso de incubadoras e parques tecnológicos, foi firmado convênio com SETEC/MCT e CNPq para realizar duas chamadas públicas, sendo uma voltada às Incubadoras de Empresas no valor de R$ 6,5 milhões e outra para apoio a parques tecnológicos no valor de R$ 6 milhões;

- Acreditação pelo INMETRO do laboratório de Gases combustíveis (Lagas) do Instituto Nacional de Tecnologia – INT, um novo serviço que atende a empresas de exploração e distribuição de gás natural, indústrias produtoras de gás liquefeito de petróleo (GLP) e empresas que exploram aterros sanitários e estações de tratamento de efluentes para produção de biogás. O laboratório também foi acreditado para realizar amostragem de gás a alta e baixa pressão. Os novos ensaios do Lagas cumprem rigorosamente as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para determinação da composição química por cromatografia gasosa (NBR 14903) e para determinação de compostos sulfurados utilizando cromatografia em fase gasosa (NBR 15631). A acreditação foi concedida pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), que avaliou o cumprimento rigoroso das normas e procedimentos dos novos ensaios.

No âmbito dos Fundos Setoriais, merecem destaque:

- CT-Verde-Amarelo - Estímulo à empresa de base tecnológica: 10 fundos em *due diligence*. 1 fundo de venture capital está em fase final de aprovação. 1 fundo de capital semente entrou em operação; apresentação oral da empresas qualificadas no processo de seleção para a

subvenção econômica; aprovação de 5 projetos para o prêmio FINEP; financiamento a 50 projetos de desenvolvimento tecnológicos de empresas que estavam dentro da carteira de crédito reembolsável; fomento à inovação e pesquisa tecnológica - contratados 4 novos projetos junto ao Sibratec, com destaque para o projeto para área de microeletrônica dentro do Programa Nacional de Microeletrônica – PNM, a ser desenvolvido no CEITEC;

- CT-Mineral: apoio a 3 projetos encomendados, sendo que 2 deles serão desenvolvidos pela ABNT e objetivam normalizar e avaliar a conformidade e ensaios e análises laboratoriais do setor de rochas ornamentais;

- CT- Energ: apoio a 16 projetos de pesquisa relativos a 4 chamadas públicas de anos anteriores e 15 em fase de contratação, oriundos de encomendas. Chama-se a atenção para a manutenção do apoio ao projeto, já em desenvolvimento desde 2001, que tem como objetivo o domínio da tecnologia de produção da bateria a base de sódio (bateria de sal);

- CT-Saúde: recomendado o apoio a três projetos: Desenvolvimento de método tecnológico para solubilização de drogas terapêuticas pouco solúveis de interesse do SUS - Fiocruz – R$ 5.800.000,00 Projeto contratado Valor – R$ 5 654.511,00; Desenvolvimento de dispositivo para suporte diagnóstico ao Programa Rede Cegonha - Instituto De Biologia Molecular do Paraná – IBMP – R$ 8.055.000,00 ; Sistema de valores do instrumento EuroQol de mensuração de qualidade de vida – Instituto Nacional de Cardiologia – INC – R$ 2.000.000,00;

- CT-Agro: prorrogação do apoio aos Projetos: Inovação Tecnológica para a Defesa Agropecuária com extensão do prazo e suplementação de valor; " Fortalecimento e apoio a pesquisa, desenvolvimento e validação de métodos e demais atividades laboratoriais nos laboratórios Nacionais, por meio de concessão de bolsas tecnológicas;

- CT-Petro: apoio a 44 projetos por meio do CNPq e ANP que somados ao outros projetos já em andamento somam 90 projetos;

- Na área de Nanotecnologia, foi lançada chamada pública para apoio à criação de 2 redes cooperativas de pesquisa e desenvolvimento em nanotoxicologia e 2 duas redes em nanoinstrumentação. Além disso, foi realizado o lançamento de duas chamadas públicas para implementação de projetos de P&D entre brasileiros e cubanos em nanobiotecnologia e outro para pesquisas entre brasileiros e mexicanos, nesse caso para agronegócios, energia, meio ambiente, eletrônica, saúde;

Em 2011, a FINEP aprovou 48 novos projetos reembolsáveis no valor total de R$ 506,23 milhões, com o benefício da equalização da taxa de juros com recursos do FNDCT. Na área do Fomento à Pesquisa e à Inovação Tecnológica, foram contratados 08 novos projetos: 02 projetos do SIBRATEC, da Rede de Serviços Tecnológicos, 01 projeto na Área estratégica de Defesa e 03 projetos da Chamada PRÓ-INOVA. No âmbito do Projeto Aliança Estratégica Público-Privada, os principais projetos de anos anteriores apoiados pelo FVA/FNDCT, foram decorrentes das seguintes ações: Chamada Pública - Ação Transversal – Modernit – 03/2006; Chamada Pública – Ação Transversal – Cooperativo; ICT-Empresa; – Microeletrônica 01/2007; Chamada Pública – Ação transversal – SIBRATEC – 03/2008; Encomendas SIBRATEC Redes de Serviços Tecnológicos – demanda de 2008; Encomendas transversais de projetos de pesquisa – demandas de 2007, 2008 e 2009 (projetos da área estratégica de energia e defesa); e Chamada Pública - Núcleos de Apoio à Gestão da Inovação-NAGI 11/2010.

Cabe ressaltar que este Programa possui ações bastante heterogêneas, com uma amplitude de objetivos bastante expressiva, e que requerem diferentes instrumentos para viabilizá-las. Alguns objetivos relevantes são: estimular a contratação de novos pesquisadores, titulados como mestres ou doutores, empregados em atividades de inovação tecnológica em empresas localizadas no território brasileiro (implementada por meio de concessão de subvenção (com recursos alocados para o pagamento dos projetos contratados em 2008); incentivar a melhoria da qualidade, da produtividade e do desenvolvimento tecnológico da indústria nacional; financiar as empresas com projetos de pesquisa visando ao desenvolvimento tecnológico; reduzir custo financeiro das operações de financiamento para o desenvolvimento de projetos de inovação tecnológica (com recursos para equalizar juros projetos reembolsáveis contratados pela FINEP em 2011 e em anos anteriores); realizar inversões financeiras,

sob a forma de empréstimos de longo prazo a projetos de desenvolvimento tecnológico de empresas, através da FINEP; incentivar a exploração econômica da biodiversidade da Amazônia brasileira de modo sustentável, financiamento de projetos de desenvolvimento científico e tecnológico de interesse do setor mineral, das empresas e da cadeia produtiva e financiamento de projetos de pesquisa que visem minimizar ou solucionar os impactos sociais provocados pelas atividades relacionadas ao setor mineral; implementar projetos de pesquisa com os propósitos de contribuir para o combate a doenças que afligem a Sociedade Brasileira; transferir tecnologia de produtos, processos e de serviços para o setor produtivo; possibilitar o melhor aproveitamento da capacidade técnico-científica e dos recursos de potencial terapêutico da flora e fauna nacionais com vistas à obtenção de farmoquímicos, medicamentos ou outros produtos para o tratamento da saúde.

Importante salientar que a natureza diferenciada das ações do Programa Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), parte delas descritas anteriormente, inclusive aquelas relativas de caráter financeiro (Juros e concessão de subvenção), e os instrumentos utilizados para implementação – chamadas públicas e editais-, que compreendem diversas fases (lançamento, processo seletivo etc), fazem com que o ciclo completo de implementação das ações ultrapasse mais de um exercício fiscal.

2.3.2 Execução Física das ações realizadas pela UJ

QUADRO A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
19	845	1388	0741	Operação Especial	-	"Não requer"	-	-	-
19	845	1388	0745	Operação Especial	-	Unidade	7	0	2
19	845	1388	0748	Operação Especial	-	"Não requer"	-	-	-
19	572	1388	2092	Atividade	-	Unidade	1	1	1
19	572	1388	2113	Atividade	-	Unidade	120	51	70
19	572	1388	2119	Atividade	-	Unidade	12	10	5
19	572	1388	2189	Atividade	-	Unidade	70	48	45
19	572	1388	2191	Atividade	-	Unidade	1	1	1
19	122	1388	2272	Atividade	-	"Não requer"	-	-	-
19	572	1388	2291	Atividade	-	Unidade	70	70	70
19	572	1388	2997	Atividade	-	Unidade	88	37	55
19	572	1388	4031	Atividade	-	Unidade	36	6	25
19	572	1388	4043	Atividade	-	Unidade	84	83	20
19	572	1388	4053	Atividade	-	Unidade	17	43	14
19	572	1388	4141	Atividade	-	Unidade	100	141	100
19	572	1388	4156	Atividade	-	Unidade	81	260	70
19	572	1388	4163	Atividade	-	Unidade	380	705	380
19	572	1388	4163.0029	Atividade	-	Unidade	-	-	2

19	572	1388	4163.0056	Atividade	-	Unidade	-	-	1
19	572	1388	4163.0058	Atividade	-	Unidade	-	-	1
19	572	1388	4163.0060	Atividade	-	Unidade	-	-	1
19	572	1388	4185	Atividade	-	Unidade	38	10	10
19	571	1388	4940	Atividade	-	Unidade	5	8	*
19	572	1388	4942	Atividade	-	Unidade	3	3	3
19	572	1388	4949.0001	Atividade	-	Unidade	4	2	4
19	572	1388	4949.0101	Atividade	-	Unidade	2	1	2
19	572	1388	4954	Atividade	-	Unidade	25	42	20
19	572	1388	4955	Atividade	-	Unidade	20	45	20
19	572	1388	4967	Atividade	-	Unidade	7	7	3
19	572	1388	6257	Atividade	-	Unidade	7	4	6
19	572	1388	6432 (SEPIN)	Atividade	-	Unidade	6	6 (projeto apoiado)	4.900.000 (componente produzido)
19	572	1388	6432 (CEITEC)	Atividade	-	Unidade	3	3 (projeto apoiado)	1000 (componente produzido)
19	572	1388	6846	Atividade	-	Unidade	5	0	5
19	572	1388	8470	Atividade	-	Unidade	20	27	95
19	572	1388	8470.0029	Atividade	-	Unidade	-	-	1
19	572	1388	8470.0042	Atividade	-	Unidade	-	-	9
19	572	1388	8470.0058	Atividade	-	Unidade	-	-	1
19	572	1388	8470.0060	Atividade	-	Unidade	-	-	1

19	572	1388	8470.0062	Atividade	-	Unidade	-	-	1
19	572	1388	8470.0064	Atividade	-	Unidade	-	-	1
19	572	1388	8470.0066	Atividade	-	Unidade	-	-	1
19	572	1388	8470.0080	Atividade	-	Unidade	-	-	1
19	572	1388	8470.0082	Atividade	-	Unidade	-	-	1
19	572	1388	8470.0084	Atividade	-	Unidade	-	-	3
19	571	1388	8480	Atividade	-	Unidade	2	2	2
19	572	1388	8482	Atividade	-	Unidade	1	1	1
19	572	1388	8500	Atividade	-	Unidade	2	2	1
19	572	1388	8563	Atividade	-	Unidade	32	47	20
19	572	1388	8655	Atividade	-	Unidade	10	17	14
19	845	1388	007Z	Operação Especial	-	“Não requer”	-	-	-
19	572	1388	0A29	Operação Especial	-	“Não requer”	-	-	-
19	572	1388	0A37	Operação Especial	-	Unidade	25	50	50
19	572	1388	2B41	Atividade	-	Unidade	5	12	6
19	572	1388	7N34	Atividade	-	Unidade	205	495	240**

Fonte: SigMCT e Sítio MCTI

A ação 4940 migrou para outra ação e, portanto, não tem uma meta física específica.

****** *A ação 7N34 mudou o código para 20I4, em 2012.*

Análise crítica:

Em um Programa que abriga muitas ações, envolvendo diversas áreas, como é o caso dos Fundos Setoriais, a execução das ações deste Programa não é homogênea. Podem ocorrer paralisações decorrentes de indefinições por parte dos Comitês Gestores dos Fundos, no que tange à autorização

para novas atividades. Alguns comitês gestores, em 2011, realizaram a primeira reunião somente no final de setembro.

A diminuição do ritmo de algumas ações também foi afetada pelo corte nas despesas relacionadas ao pagamento de diárias e passagens aéreas.

Entretanto, a execução física do Programa se mostrou bastante satisfatória. Das 38 ações do Programa, 5 não requerem meta física. Das 33 restantes, 69,7% alcançaram a meta física prevista para o exercício, ou 23 ações. Dessas 23, 52,2% ou 12 ações, ultrapassaram a previsão.

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro - Programa 1388

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

QUADRO A.2.3 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI	24101	240102
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq	24201	364001
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	24901	240901
Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada – CEITEC	24209	245209

2.4.2 Programação de Despesas Correntes

QUADRO A.2.4 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTE Valores em R$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO						1.802.230.847,00	1.722.816.822,00
	PLOA						1.802.230.847,00	1.722.816.822,00
	LOA						1.369.679.683,00	1.829.538.744,00
CRÉDITOS	Suplementares						2.320.684,00	65.233.720,00
	Especiais	Abertos						500.000,00
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados						58.565.497,00	15.788.074,00
Outras Operações								
Total							**5.035.027.558,00**	**5.356.694.182,00**

Fonte: SIAFI Gerencial

2.4.3 Programação de Despesas de Capital

QUADRO A.2.5 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL Valores em R$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários	Grupos de Despesa de Capital					
	4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
	Exercícios		Exercícios		Exercícios	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010

LOA	**Dotação proposta pela UO**		552.039.078,00	449.939.570,00	74.010.800,00	80.010.800,00		
	PLOA		552.039.078,00	449.939.570,00	74.010.800,00	80.010.800,00		
	LOA		471.092.421,00	546.911.880,00	58.056.176,00	80.010.800,00		
CRÉDITOS	**Suplementares**		19.335.828,00	14.100.282,00				
	Especiais	**Abertos**		500.000,00				
		Reabertos						
	Extraordinários	**Abertos**						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados		6.974.125,00	61.842.495,00				
Outras Operações								
Total			**1.601.480.530,00**	**1.523.233.797,0**	**206.077.776,00**	**240.032.400,00**		

Fonte: SIAFI Gerencial

2.4.3.1 Quadro Resumo da Programação de Despesas

QUADRO A.2.6 - QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valores em R$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			**Despesas Correntes**		**Despesas de Capital**		**9 – Reserva de Contingência**	
			Exercícios		**Exercícios**		**Exercícios**	
			2011	**2010**	**2011**	**2010**	**2011**	**2010**
LOA	**Dotação proposta pela UO**		1.802.230.847,00	1.722.816.822,00	626.049.878,00	529.950.370,00		
	PLOA		1.802.230.847,00	1.722.816.822,00	626.049.878,00	529.950.370,00		
	LOA		1.369.679.683,00	1.829.538.744,00	529.148.597,00	626.922.680,00		
CRÉDITOS	**Suplementares**		2.320.684,00	65.233.720,00	19.335.822,00	14.100.282,00		
	Especiais		500.000,00			500.000,00		
	Extraordinários							
	Créditos Cancelados		58.565.497,00	15.788.074,00	6.974.125,00	61.842.495,00		
Outras Operações								
Total			**5.035.027.558,00**	**5.356.694.182,00**	**1.807.558.306,00**	**1.763.266.197,00**		

Fonte: SIAFI Gerencial

2.4.3.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

QUADRO A.2.7 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Valores em R$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito	**UG concedente ou**	**Classificação da ação**	**Despesas Correntes**		
			1 – Pessoal e Encargos	**2 – Juros e**	**3 – Outras Despesas**

		recebedora		Sociais	Encargos da Dívida	Correntes
Movimentação Interna	**Concedidos**	240112	-			964.285.543,42*
	Recebidos					
Movimentação Externa	**Concedidos**	240112	-			404.108.678,36**
	Recebidos					

Natureza da Movimentação de Crédito		**UG concedente ou recebedora**	**Classificação da ação**	**Despesas de Capital**		
				4 – Investimentos	**5 – Inversões Financeiras**	**6 – Amortização da Dívida**
Movimentação Interna	**Concedidos**	240112	-	255.011.858,68 *	58.056.176,00*	
	Recebidos					
Movimentação Externa	**Concedidos**			215.220.422,31**		
	Recebidos	240112	-			

Fonte: SIAFI Gerencial

**Créditos concedidos a UGs Executoras vinculadas ao MCTI.*

*** Créditos concedidos a UGs Executoras externas.*

Análise crítica:

Com relação à movimentação orçamentária interna no Programa 1388 ocorrida no exercício, os valores apresentados no Quadro A.2.7 representam as concessões efetuadas a UGs executoras ligadas ao MCTI como, por exemplo, o Museu Paraense Emílio Goeldi, Instituto Nacional de Tecnologia–Nordeste, Instituto Nacional de Tecnologia – INT, Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, dentre outros. Já com relação à movimentação orçamentária externa, apresentamos os montantes concedidos a Universidades Federais, Fundações, Institutos, Centros, dentre outros.

2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa

2.4.4.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

1..1.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação

QUADRO A.2.8 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ — Valores em R$ 1,00

Modalidade de Contratação	**Despesa Liquidada**		**Despesa paga**	
	2011	**2010**	**2011**	**2010**
Modalidade de Licitação				
Convite	358.635,10	212.564,82	310.510,10	65.990,90
Tomada de Preços	1.532.170,67	850.386,60	48.703.11	358.954,48
Concorrência	46.269,72	1.697.197,15	28.433,42	1.040.431,01
Pregão	27.389.545,78	18.573.434,55	14.164.016,30	8.705.216,24

Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	
Registro de Preços	-	-	-	-
Contratações Diretas				
Dispensa	17.186.206,96	66.271.117,24	8.861.267,40	24.799.444,11
Inexigibilidade	50.300.907,32	64.592.383,67	32.900.013,08	47.384.659,89
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	14.351,86	3.458,54	14.351,86	3.458,54
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	-	-	-	-
Diárias	-	-	-	-
Outros	1.615.339.849,28	2.229.704.267,08	689.447.686,12	1.313.262.478,20

Fonte: SIAFI Gerencial

1..1.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

QUADRO A.2.9 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Valores em R$ 1,00

Grupos de Despesa	**Despesa Empenhada**		**Despesa Liquidada**		**RP não processados**		**Valores Pagos**	
1 – Despesas de Pessoal	**2011**	**2010**	**2011**	**2010**	**2011**	**2010**	**2011**	**2010**
1º elemento de despesa								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
3 – Outras Despesas Correntes								
04	690,00	211.010,06	690,00	210.923,66	-	86,40	460,00	210.923,66
14	981.182,06	2.225.677,40	963.097,92	1.648.449,99	18.084,14	577.227,41	963.097,92	1.648.449,99
18	240.256.748,76	233.695.921,68	177.668.406,27	172.459.191,04	62.588.342,49	61.236.730,64	177.476.215,75	172.359.577,59
20	146.010.413,11	248.437.189,62	70.933.838,82	189.087.802,64	75.076.574,29	59.349.386,98	32.962.103,23	178.272.701,19
30	13.116.251,08	5.272.319,34	2.111.878,44	2.379.962,62	11.004.372,64	2.892.356,72	2.037.599,57	2.301.218,29
32	7.950,00	-	7.950,00	-	-	-	7.950,00	-
33	2.049.484,88	4.605.406,11	1.825.821,57	3.741.881,03	223.663,31	863.525,08	1.807.395,20	3.111.559,13
34	4.031.260,86	-	4.031.260,76	-	0,10	-	3.955.630,41	-
	3.545.511,14	895.703,75	2.949.236,20	689.130,63	596.274,94	206.573,12	2.611.440,93	689.130,63

35								
36	1.290.682,29	2.511.844,14	1.208.727,72	1.160.829,27	81.954,57	1.351.014,87	320.508,34	1.160.397,27
37	6.633.397,68	8.424.694,57	4.792.793,18	8.313.151,57	1.840.604,50	111.543,00	2.627.216,64	7.281.151,57
39	123.245.221,59	256.887.375,35	110.534.654,19	206.381.961,84	12.710.567,40	50.505.413,51	70.097.953,12	126.579.456,94
41	512.617.550,26	808.100.278,47	243.355.949,95	484.171.256,59	269.261.600,31	323.929.021,88	202.157.602,10	462.994.348,26
45	187.895.093,00	210.700.000,00	187.895.093,00	148.850.845,37	-	61.849.154,63	102.204.706,60	148.850.845,37
47	217.585,61	46.692,49	217.585,61	5.682,70	-	41.009,79	217.585,61	5.682,70
49	835,88	-	-	-	835,88	-	-	-
92	11.911,68	27.251,83	11.911,68	27.251,83	-	-	11.911,68	27.251,83
93	6.107.195,09	9.108.181,08	6.107.120,33	7.086.542,53	74,76	2.021.638,55	6.103.520,33	7.084.742,53

Fonte: SIAFI Gerencial

1..1.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

QUADRO A.2.10 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Valores em R$ 1,00

Grupos de Despesa	**Despesa Empenhada**		**Despesa Liquidada**		**RP não processados**		**Valores Pagos**	
4 – Investimentos	**2011**	**2010**	**2011**	**2010**	**2011**	**2010**	**2011**	**2010**
20	199.304.021,43	149.995.209,78	101.067.717,31	120.710.665,73	98.236.304,12	29.284.544,05	53.112.634,19	103.754.229,87
30	646.578,48	98.767,92	142.203,59	-	504.374,89	98.767,92	142.203,59	-
39	12.481.428,25	18.201.264,66	6.695.869,71	11.863.017,29	5.785.558,54	6.338.247,37	6.695.869,71	11.838.386,02
41	158.321.973,92	237.812.582,15	85.403.532,07	123.162.012,70	72.918.441,85	114.650.569,45	65.522.875,54	109.882.889,35
42		51.456.748,69		-		51.456.748,69		-
51	13.017.726,42	20.781.611,31	11.252.696,26	18.413.099,94	1.765.030,16	2.368.511,37	11.252.696,26	17.413.099,94
52	22.324.309,27	32.628.573,43	4.202.928,53	13.498.951,04	18.121.380,74	19.129.622,39	3.489.228,73	13.054.885,44
93	17.681,27	-	17.681,27	-	-		17.681,27	-
5 – Inversões Financeiras								
65	58.056.176,00	80.010.800,00	-	27.330.000,00	58.056.176,00	52.680.800,00	-	27.330.000,00
6 – Amortização da								

Dívida								
1º elemento de despesa								

Fonte: SIAFI Gerencial

Análise crítica:

O programa 1388 visa promover o desenvolvimento científico e tecnológico e inovações voltadas à melhoria da competitividade dos produtos e processos das empresas nacionais, à criação e consolidação de nichos de mercado baseados em novas tecnologias e à ampliação da inserção da economia brasileira no mercado internacional, para isso, os recursos do programa foram aplicados em itens como auxílios financeiros a estudantes e pesquisadores, contribuições, subvenções econômicas.

Durante o exercício de 2011, programa enfatizou não só a capacidade de gerar inovações tecnológicas de produtos e processos produtivos, mas também a capacidade gerencial das empresas brasileiras e ainda, buscou estimular a formação e o fortalecimento de parcerias entre os diversos atores: empresas, institutos tecnológicos, universidades e agentes financiadores. O apoio a inovação para a competitividade do setor produtivo requer formas de atuação articulada e em parceria entre as entidades do Governo, agências de fomento, instituições de C&T, entidades de apoio e empresas, dai o motivo da concessão dos créditos as instituições parceiras.

Nenhuma ação do Programa foi executada por esta SEXEC, conforme previsto na Portaria MCT n.º 686/2010.

2.4.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.4.3 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

***Observação**: Dados constantes no Relatório de Gestão da SPOA*

2.4.5 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

***Observação**: Dados constantes no Relatório de Gestão da SPOA*

2.4.7 Indicadores Institucionais

Informamos que, em razão das atividades desta SEXEC se caracterizarem por atividades correspondentes a indicadores globais da instituição, consideram-se como tais, os indicadores dos respectivos programas, de modo que optou-se por não reproduzir os mesmos dados neste item.

4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

QUADRO A.4.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

PROGRAMA 0461

Valores em R$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	**Montante Inscrito**	**Cancelamentos acumulados**	**Pagamentos acumulados**	**Saldo a Pagar em 31/12/2011**
2011	60.106.770,29	25.417,08	42.649.136,04	17.432.217,17
2010	17.884.453,27	-	2.794.010,33	15.090.442,94
2009	35.768.144,97	-	932.471,00	34.835.673,97
2008	6.615.913,52	8.500,00	-	6.607.413,52
2007	9.412.117,06	-	-	9.412.117,06
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	**Montante Inscrito**	**Cancelamentos acumulados**	**Pagamentos acumulados**	**Saldo a Pagar em 31/12/2011**
2011	267.201.481,64	791.566,34	34.973.713,34	231.436.201,96
2010	95.944.016,49	1.111.484,67	1.794.444,62	93.038.087,20
2009	1.360.387,56	-	30.000,00	1.330.387,56
2008	962.075,98	-	-	962.075,98
2007	692.576,94	-	-	692.576,94
Observações:				

Fonte: SIAFI Gerencial

QUADRO A.4.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

PROGRAMA 0473

Valores em R$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	**Montante Inscrito**	**Cancelamentos acumulados**	**Pagamentos acumulados**	**Saldo a Pagar em 31/12/2011**
2011	2.391.097,13	-	2.391.097,13	-
2010	1.000,00	-	1.000,00	-
2009	-	-	-	-
2008	-	-	-	-
2007	2.164,72	-	-	2.164,72
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	**Montante Inscrito**	**Cancelamentos acumulados**	**Pagamentos acumulados**	**Saldo a Pagar em 31/12/2011**
2011	4.660.923,89	940.737,80	1.930.162,04	456.821,27
2010	506.550,48	540,00	49.189,21	1.790.024,05
2009	-	-	-	-
2008	-	-	-	-
2007	-	-	-	-
Observações:				

Fonte: SIAFI Gerencial

QUADRO A.4.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

PROGRAMA 1388

Valores em R$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	**Montante Inscrito**	**Cancelamentos acumulados**	**Pagamentos acumulados**	**Saldo a Pagar em 31/12/2011**
2011	277.602.557,66	-	70.886.531,13	206.716.026,53
2010	30.081.734,77	146.889,22	637.824,35	29.297.021,20
2009	39.338.099,35	101.982,00	2.627.044,36	36.609.072,99
2008	2.900.384,06	91.227,03	-	2.809.157,03
2007	1.932.255,72	-	257.933,14	1.674.322,58
2006	12.090.081,55	-	-	12.090.081,55
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	**Montante Inscrito**	**Cancelamentos acumulados**	**Pagamentos acumulados**	**Saldo a Pagar em 31/12/2011**
2011	688.704.965,13	719.108,89	83.034.241,89	604.951.614,35
2010	305.234.312,81	60.592,58	9.486.034,17	295.687.686,06
2009	2.034.805,04	-	1.029.415,98	1.005.389,06
2008	384.847,16	-	-	384.847,16
2007	1.048.771,66	-	-	1.048.771,66
2006	-	-	-	-
Observações:				

Fonte: SIAFI Gerencial

4.2 Análise Crítica

Os valores inscritos em restos a pagar podem apresentar relação com seguintes fatores: regularização fiscal por parte dos convenentes, eventuais pendências técnicas e/ou procedimentais, disponibilidade financeira do órgão, apresentação e regularização de prestação de contas parciais, no caso de cronograma de execução que prevê pagamento em parcelas, dentre outros. Neste sentido, visando atingir o interesse maior de Administração que é ver cumprir os seus convênios, objetos e objetivos, a estratégia adotada pela UJ é inscrever os valores em restos a pagar até que tais pendências sejam sanadas e, assim, alcançar a plena execução de seus projetos.

5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

5.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada

QUADRO A.5.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12
SEXEC/ASCAP/ASCAV

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	Não há	47	8	3
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não há	1	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	Não há	46	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não há	34	8	3
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	2	2	1
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	10	3	3
2. Empregados Públicos	Não há	5	-	3
3. Servidores com Contratos Temporários	Não há	-	-	-
4. Total de Servidores (1+2)	Não há	52	13	7

Fonte: Cadastro Interno de Servidores

QUADRO A.5.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12
ASSIN/ASCOM/CTNBIO

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	Não há	27	5	5
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não há	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	Não há	27	5	5
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não há	23	5	3
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	-	-	1
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	4	2	2
3. Empregados Públicos	Não há	6	2	-
3. Servidores com Contratos Temporários	Não há	-	-	-

4. Total de Servidores (1+2)	Não há	**33**	**7**	**5**

Fonte: Cadastro Interno de Servidores

5.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da unidade jurisdicionada

QUADRO A.5.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	**-**
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	-
1.2. Exercício de Função de Confiança	-
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	-
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	**-**
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Gradução Stricto Sensu no País	-
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	**-**
3.1. De oficio, no interesse da Administração	-
3.2. A pedido, a critério da Administração	-
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	-
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	**-**
4.1. Doença em pessoa da família	-
4.2. Capacitação	-
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	**-**
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	-
5.2. Serviço militar	-
5.3. Atividade política	-
5.4. Interesses particulares	-
5.5. Mandato classista	-
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	**-**
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	**-**

Fonte: Cadastro Interno de Servidores

QUADRO A.5.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	**-**
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	-
1.2. Exercício de Função de Confiança	-
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	-
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	**-**
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	1
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Gradução Stricto Sensu no País	-
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	-
3.1. De oficio, no interesse da Administração	-
3.2. A pedido, a critério da Administração	-
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	-
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	**-**
4.1. Doença em pessoa da família	-
4.2. Capacitação	-
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	-
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	2
5.2. Serviço militar	-
5.3. Atividade política	-
5.4. Interesses particulares	1
5.5. Mandato classista	-
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	**-**
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	**4**

Fonte: Cadastro Interno de Servidores

5.1.3 Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da unidade jurisdicionada

QUADRO A.5.3 – DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

SEXEC/ASCAP/ASCAV

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão				
1.1. Cargos Natureza Especial	Não há	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	Não há	-	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não há	11	-	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	1	-	-
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	Não há	10	-	3
1.2.4. Sem vínculo	Não há	-	-	1
1.2.5. Aposentados	Não há	-	-	-

1.2.6. Empregados Públicos	Não há	1	-	-
2. Funções gratificadas			-	-
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não há	1	-	-
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	-	-	-
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	Não há	-	-	-
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	Não há	24	-	4

Fonte: Cadastro Interno de Servidores

QUADRO A.5.3 – DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

ASSIN/ASCOM/CTNBIO

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão				
1.1. Cargos Natureza Especial	Não há	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	Não há	-	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não há	3	1	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	-	-	-
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	Não há	4	-	1
1.2.4. Sem vínculo	Não há	11	2	3
1.2.5. Aposentados	Não há	-	-	-
1.2.6. Empregados Públicos	Não há	-	-	-
2. Funções gratificadas				
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não há	1	-	-
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	-	-	-
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	Não há	-	-	-
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	Não há	**19**	**3**	**4**

Fonte: Cadastro Interno de Servidores

5.1.4 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade

QUADRO A.5.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

SEXEC/ASCAP/ASCAV

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo					
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	5	11	13	5	2
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
1.4. Empregados Públicos	-	-	4	1	-
2. Provimento de cargo em comissão					

2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	4	5	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	-
3. Totais (1+2)	**6**	**15**	**22**	**6**	**2**

Fonte: Cadastro Interno de Servidores

QUADRO A.5.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

ASSIN/ASCOM/CTNBIO

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo					
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	2	12	8	-	1
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
1.4. Empregados Públicos	-	2	2	2	-
2. Provimento de cargo em comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	2	3	7	3	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	-
3. Totais (1+2)	**4**	**17**	**17**	**5**	**1**

Fonte: Cadastro Interno de Servidores

5.1.5 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade

QUADRO A.5.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

SEXEC/ASCAP/ASCAV

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	-	-	2	4	17	5	8
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.4. Empregados Públicos	-	-	-	3	1	1	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	10	-	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Totais (1+2)	**-**	**-**	**-**	**3**	**3**	**15**	**17**	**5**	**8**

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 –

Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Cadastro Interno de Servidores

QUADRO A.5.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

ASSIN/ASCOM/CTNBIO

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**
1. Provimento de cargo efetivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	-	1	2	1	8	3	8
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.4. Empregados Públicos	-	-	-	1	5	-	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	1	2	12	-	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Totais (1+2)	**-**	**-**	**-**	**3**	**9**	**13**	**8**	**3**	**8**

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Cadastro Interno de Servidores

5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

5.2.1 Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria

QUADRO A.5.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

SEXEC/ASCAP/ASCAV

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral		
1.1 Voluntária	1	-
1.2 Compulsória	-	-
1.3 Invalidez Permanente	-	-
1.4 Outras	-	-
2. Proporcional		
2.1 Voluntária	-	-
2.2 Compulsória	-	-
2.3 Invalidez Permanente	-	-
2.4 Outras	-	-
3. Totais (1+2)	**1**	-

Fonte: Cadastro Interno de Servidores

QUADRO A.5.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

ASSIN/ASCOM/CTNBIO

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral		
1.1 Voluntária	1	-
1.2 Compulsória	-	-
1.3 Invalidez Permanente	-	-
1.4 Outras	-	-
2. Proporcional		
2.1 Voluntária	-	-
2.2 Compulsória	-	-
2.3 Invalidez Permanente	-	-
2.4 Outras	-	-
3. Totais (1+2)	**1**	-

Fonte: Cadastro Interno de Servidores

5.2.2 Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada

QUADRO A.5.7 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

SEXEC/ASCAP/ASCAV

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado		
1.1. Integral	-	-
1.2. Proporcional	-	-
2. Em Atividade	-	-
3. Total (1+2)	-	-

Fonte: Cadastro Interno de Servidores

QUADRO A.5.7 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

ASSIN/ASCOM/CTNBIO

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado		
1.1. Integral	-	-
1.2. Proporcional	-	-
2. Em Atividade	-	-
3. Total (1+2)	-	-

Fonte: Cadastro Interno de Servidores

5.3 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.5.8 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS
SEXEC/ASCAP/ASCAV

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior					
1.1 Área Fim	-	-	-	-	-
1.2 Área Meio	1	1	1	1	8.026,66
2. Nível Médio	-	-	-	-	-
2.1 Área Fim	-	-	-	-	-
2.2 Área Meio	-	-	-	-	-
3. Total (1+2)	**1**	**1**	**1**	**1**	**8.026,66**

Fonte: Cadastro Interno de Servidores

QUADRO A.5.8 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS
ASSIN/ASCOM/CTNBIO

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior					
1.1 Área Fim	-	-	-	-	-
1.2 Área Meio	6	5	4	4	25.205,65
2. Nível Médio					
2.1 Área Fim					
2.2 Área Meio	1	1	1	1	4.650,00
3. Total (1+2)	**7**	**6**	**5**	**5**	**29.855,65**

Fonte: Cadastro Interno de Servidores

5.4 Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada

QUADRO A.5.9 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

SEXEC/ASCAP/ASCAV

Em R$ 1,00

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2011										
	2010										
	2009										
Empregados Públicos											
Exercícios	2011	132.021,63									132.021,63
	2010	157.607,20									157.607,20
	2009	-									
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2011	1.449.201,97		1.375.615,36	94.762,60						2.919.579,93
	2010	-		-	-						-
	2009	-		-	-						-
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2011										
	2010										
	2009										
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2011										
	2010										
	2009										
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2011										
	2010										
	2009										
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2011	424.718,86									424.718, 86
	2010	-									-
	2009	-									-
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2011	5.052,12									5.052,12
	2010	-									-
	2009	-									-

Fonte: Cadastro Interno de Servidores

QUADRO A.5.9 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

ASSIN/ASCOM/CTNBIO

Em R$ 1,00

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2011										
	2010										
	2009										
Empregados Públicos											
Exercícios	2011	139.746,78									139.746,78
	2010	-									
	2009	-									
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2011	780.137,47		739.928,48	6.778,42						1.526.844,37
	2010	-		-	-						-
	2009	-		-	-						-
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2011										
	2010										
	2009										
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2011										
	2010										
	2009										
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2011										
	2010										
	2009										
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2011	52.941,12	711.918,77	58.560,36	24.640,92						848.061,17
	2010										
	2009										
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2011										
	2010										
	2009										

Fonte: Cadastro Interno de Servidores

6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

6.1 Instrumentos de transferências vigentes no exercício

Observação: *Detalharemos a seguir os instrumentos de transferência formalizados pela Secretaria-Executiva, por meio das ações 6995 e 4210, e pela Assessoria de Assuntos Internacionais, por meio das ações 2495 e 6147.*

Os recursos da ação 4523, executada pela Comissão Nacional de Biossegurança – CTNBio, foram destinados ao pagamento de despesas com a realização de reuniões ordinárias e técnicas da CTNBio e na contratação de empresa para prestação de serviços de publicidade.

Já a Assessoria de Comunicação Social – ASCOM utilizou os recursos da ação 4641 nas diversas demandas publicitárias como divulgação, acompanhamento, serviços gráficos, áudio, vídeo e foto deste MCTI, justificando, assim, a ausência de instrumentos de transferência.

6.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011

QUADRO A.6.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

SEXEC

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Secretaria-Executiva									
CNPJ: 03.132.745/0001-00					**UG/GESTÃO:** 240112				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	**Nº do instrumento**	**Beneficiário**	**Valores Pactuados**		**Valores Repassados**		**Vigência**		**Sit.**
			Global	**Contrapartida**	**No exercício**	**Acumulado até exercício**	**Início**	**Fim**	
1	627507/2007	Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária - FEPAGRO	6.000.000,00	1.200.000,00	-	4.800.000,00	30/12/2007	30/06/2011	1*
1	701378/2008	Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá- IEPA	555.550,00	55.555,00	-	499.995,00	31/12/2008	30/09/2011	1*
1	700953/2008	Secretaria de Infraestrutura do Estado de Sergipe - SEINFRA	1.333.333,33	133.333,33	-	1.200.000,00	31/12/2008	30/05/2013	1
1	701032/2008	Secretaria de Infraestrutura do Estado de Sergipe - SEINFRA	12.000.000,00	1.200.000,00	-	10.800.000,00	31/12/2008	31/12/2012	1
1	701447/2008	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia - SECTI	19.000.000,00	2.000.000,00	-	17.000.000,00	31/12/2008	31/12/2013	1
1	702293/2008	Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia - SEAGRI	272.500,00	30.000,00	-	47.500,00	31/12/2008	30/12/2011	6
1	25813/2011	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC	887.755,10	17.755,10	-	-	20/12/2011	31/08/2012	5
1	702305/2008	Obra Social Dom Bosco	521.000,00	21.000,00	-	500.000,00	31/12/2008	30/12/2011	1*

1	724550/2009	Casa da Cultura – Centro de Formação Artística e Cultura da Baixada Fluminense	182.785,95	32.787,00	-	149.998,95	28/12/2009	28/06/2012	1
1	721326/2009	Prefeitura de Brotas	464.000,00	14.000,00	-	262.000,00	30/12/2009	30/12/2012	1
1	721443/2009	Fundação para o Desenvolv. Científico e Tecnológico - FUNDETEC	720.000,00	120.000,00	-	200.000,00	28/12/2009	29/03/2014	1
1	702637/2008	Frente Nacional de Prefeitos - FNP	480.968,00	54.024,00	-	426.944,00	31/12/2008	31/12/2011	1*
1	751117/2010	Prefeitura de Ibiporã	675.000,00	75.000,00	300.000,00	300.000,00	31/12/2010	28/02/2013	1
1	748051/2010	Prefeitura Municipal de Descalvado	271.450,00	57.200,00	-	214.250,00	01/11/2010	24/06/2012	1
1	734474/2010	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	6.499.129,55	5.499.129,55	-	-	31/12/2010	25/04/2014	1
1	734466/2010	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	31.325.890,00	6.265.178,00	-	25.060.712,00	25/06/2010	25/04/2014	1
1	741123/2010	Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação, e Pesquisa Aplicada em Águas - HIDROEX	875.000,00	175.000,00	700.000,00	700.000,00	31/12/2010	29/06/2012	1
1	747953/2010	Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação, e Pesquisa Aplicada em Águas - HIDROEX	6.868.743,72	1.373.748,74	-	-	31/12/2010	31/12/2012	1
1	748196/2010	Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação, e Pesquisa Aplicada em Águas – HIDROEX	3.066.777,53	613.355,51	-	-	31/12/2010	31/12/2012	1
1	704270/2009	Fundação Planetário do Rio de Janeiro.	169.880,00	69.880,00	-	-	30/12/2009	30/07/2013	1
1	723668/2009	Prefeitura de Recife	1.120.000,00	120.000,00	400.000,00	400.000,00	30/12/2009	30/12/2012	1
1	748560/2010	Instituto Brasil Cidadão - IBRACI	322.104,20	15.338,00	-	306.766,20	06/12/2010	06/02/2012	1*
3	4198/2008	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq	49.350,00	-	-	49.350,00	10/2008	01/2011	4
3	3192/2008	Universidade Federal do Mato Grosso	1.500.000,00	-	-	1.500.000,00	02/2008	12/2011	2
3	5090/2010	Universidade de Brasília – UnB	90.000,00	-	-	90.000,00	12/2010	10/2012	1
3	5178/2010	Universidade Federal do Rio de Janeiro	50.000,00	-	-	50.000,00	12/2010	02/2011	4
3	5270/2010	Universidade Federal de Minas Gerais	270.000,00	-	-	270.000,00	12/2010	12/2012	1
3	2248/2010	Laboratório Nacional de Computação Científica - LNCC	200.000,00	-	-	200.000,00	12/2010	06/2012	1
3	5282/2010	Universidade Federal Fluminense	266.000,00	-	-	266.000,00	12/2010	12/2012	1
3	685/2010	Universidade Federal do Paraná - Litoral	564.566,71	-	-	564.566,71	06/2010	03/2013	1

3	5288/2010	Universidade de Brasília	400.000,00	-	-	400.000,00	12/2010	12/2013	1
3	135/2010	Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste - CETENE	1.515.000,00	715.000,00	-	800.000,00	05/2010	03/2014	1
3	1274/2010	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq	1.500.000,00	-	-	1.500.000,00	05/2010	06/2012	1
3	1710/2010	Universidade de Brasília	301.123,00	-	-	301.123,00	07/2010	06/2012	1
3	4190/2010	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq	1.343.400,00	-	-	1.343.400,00	10/2010	10/2012	1
3	4365/2010	Universidade Federal do Acre - UFA	200.000,00	-	-	200.000,00	11/2010	11/2012	1
3	813/2010	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq	4.939.909,60	-	-	4.939.909,60	04/2010	12/2012	1
3	4818/2010	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq	2.582.430,39	-	-	2.582.430,39	12/2010	12/2012	1
3	813/2010	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq - Aditivo	535.471,70	-	-	535.471,70	12/2010	12/2012	1
3	4540/2010	Universidade Federal de Santa Maria	1.700.000,00	-	-	1.700.000,00	12/2010	12/2012	1
3	4895/2010	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq	500.000,00	-	-	500.000,00	12/2010	12/2013	1
3	2710/2010	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	10.000.000,00	-	-	10.000.000,00	11/2010	11/2012	1
3	4596/2010	Universidade Federal de Minas Gerais	230.480,53	-	-	230.480,53	12/2010	06/2011	6
3	4913/2010	EMBRAPA	10.500.000,00	-	-	10.500.000,00	12/2010	06/2012	1
3	2166/2010	Instituto Federal do Triângulo Mineiro	6.000.000,00	-	-	6.000.000,00	10/2010	02/2012	2
3	5034/2010	Universidade Federal do Rio de Janeiro	49.145,57	-	-	49.145,57	12/2010	06/2011	6
3	5022/2010	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq	244.500,00	-	-	244.500,00	12/2010	06/2012	1
3	4209/2010	Universidade Federal de Pernambuco	300.000,00	-	-	300.000,00	10/2010	12/2011	2
3	4340/2010	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq	100.000,00	-	-	100.000,00	12/2010	03/2014	1
3	4165/2010	Universidade Federal do Goiás	150.000,00	-	-	150.000,00	11/2010	09/2012	1
3	4330/2010	Universidade Federal de Goiás	70.000,00	-	-	70.000,00	11/2010	01/2011	1*
3	2187/2010	Laboratório Nacional de Computação Científica - LNCC	200.000,00	-	-	200.000,00	06/2010	07/2011	1*
3	4162/2010	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq	216.000,00	36.000,00	-	180.000,00	12/2010	12/2013	1
3	1631/2010	Universidade Federal do Acre – UFA	400.877,00	5.000,00	-	395.877,00	07/2010	08/2012	1
3	4728/2011	Universidade Federal de Pernambuco - UFPE	1.119.995,06	-	1.119.995,06	1.119.995,06	12/2011	04/2013	1
3	4530/2011	Universidade Federal de São Carlos - UFSCar	406.326,02	-	406.326,02	406.326,02	12/2011	08/2012	1
3	4541/2011	Universidade Federal de Uberlândia - UFU	482.600,00	-	482.600,02	482.600,00	12/2011	12/2012	1
3	4583/2011	Centro de Tecnologia Mineral - CETEM	170.000,00	-	170.000,00	170.000,00	12/2011	03/2012	1

3	3470/2011	Universidade Federal do rio Grande do Sul - UFRGS	300.000,00	-	300.000,00	300.000,00	12/2011	11/2013	1
3	3711/2011	Universidade Federal de Pernambuco - UFPE	350.000,00	-	350.000,00	350.000,00	11/2011	09/2014	1
3	1952/2011	Universidade Federal do Paraná - Litoral - UFPR	80.000,00	-	80.000,00	80.000,00	08/2011	05/2013	1
3	1412/2011	Universidade Federal de Uberlândia - UFU	38.411,30	-	38.411,30	38.411,30	06/2011	08/2011	4
3	1459/2011	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação da Marinha - SecCTM	400.000,00	-	400.000,00	400.000,00	06/2011	12/2011	2
3	443/2011	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA	300.000,00	-	300.000,00	300.000,00	06/2011	04/2012	1
3	2463/2011	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	674.000,00	-	674.000,00	674.000,00	10/2011	12/2011	1*
3	2265/2011	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	1.123.400,00	-	1.123.400,00	1.123.400,00	10/2011	03/2012	1
3	3339/2011	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq	1.714.401,00	-	1.714.401,00	1.714.401,00	10/2011	04/2014	1
3	3838/2011	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq	100.000,00	-	100.000,00	100.000,00	12/2011	05/2012	1
3	3839/2011	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq	98.670,00	-	98.670,00	98.670,00	12/2011	01/2013	1
3	4533/2011	Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ	100.000,00	-	100.000,00	100.000,00	12/2011	05/2012	1
3	3808/2011	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq	150.000,00	-	150.000,00	150.000,00	11/2011	02/2012	2
3	2854/2011	Universidade Federal de São Carlos - UFSCar	100.222,00	-	100.222,00	100.222,00	12/2011	08/2012	1
3	2884/2011	Universidade Federal de São João Del Rei	40.000,00	-	40.000,00	40.000,00	09/2011	12/2011	2
3	2712/2011	Universidade Federal Técnica do Paraná	73.500,00	-	73.500,00	73.500,00	08/2011	09/2011	4
3	2070/2011	Observatório Nacional - ON	13.948,00	-	13.9418,00	13.948,00	07/2011	03/2012	1
3	2010/2011	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq	400.225,00	-	400.225,00	400.225,00	10/2011	06/2012	1
3	1716/2011	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq	50.000,00	-	50.000,00	50.000,00	07/2011	07/2012	1
3	327/2011	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq	150.000,00	-	150.000,00	150.000,00	06/2011	05/2012	1

LEGENDA

Modalidade:

1 - Convênio
2 - Contrato de Repasse
3 - Termo de Cooperação
4 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

1 - Adimplente
2 - Inadimplente
3 - Inadimplência Suspensa
4 - Concluído
5 - Excluído
6 - Rescindido
7 - Arquivado

Fonte: SIAFI Gerencial, Controle SEXEC

**Aguardando análise de Prestação de Contas*

QUADRO A.6.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

ASSIN

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Assessoria de Assuntos Internacionais									
CNPJ: 03.132.745/0001-00		**UG/GESTÃO:** 240110							
Informações sobre as transferências									
Modalidade	**Nº do instrumento**	**Beneficiário**	**Valores Pactuados**		**Valores Repassados**		**Vigência**		**Sit.**
			Global	**Contrapartida**	**No exercício**	**Acumulado até exercício**	**Início**	**Fim**	
*	3623/2011	Palácio do Planalto	2.402,13	-	2.402,13	2.402,13	02/11	03/11	2**
3	1762/2011	Ministério do Exército	14.300,00	-	14.300,00	14.295,32	07/11	09/11	2**
*	3231/2011	Ministério das Relações Exteriores	5.828,07	-	5.828,07	5.828,07	09/11	12/11	2**
*	3404/2011	Ministério das Relações Exteriores	3.200,75	-	3.200,75	3.200,75	05/11	06/11	2**
*	3642/2011	Ministério das Relações Exteriores	4.387,20	-	4.387,20	4.387,20	08/11	10/11	2**
*	3232/2011	Ministério das Relações Exteriores	11.006,67	-	11.006,67	11.006,67	08/11	09/11	2**
*	1300/2011	Ministério das Relações Exteriores	2.268,00	-	2.268,00	2.268,00	07/11	08/11	2**
3	2615/2011	Centro Tecnológico Renato Acher	58.978,58	-	58.978,58	58.978,58	02/11	03/11	2**
3	468/2011	Inst. Butantan	64,500,00	-	57.148,25	57.148,25	01/11	02/11	2**
3	4444/2011	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq	345.000,00	-	343.220,00	343.220,00	11/11	11/13	1
3	1581/2011	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq	24.350,00	-	24.350,00	24.350,00	07/11	11/11	2**
3	4524/2011	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq	100.000,00	-	100.000,00	100.000,00	11/11	11/12	1
3	2848/2011	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq	300.000,00	-	283.784,30	283.784,30	11/11	12/12	1
3	5045/2011	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq	25.438,30	-	25.438,00	25.438,00	02/11	11/11	2**

LEGENDA

Modalidade:

1 - Convênio
2 - Contrato de Repasse
3 - Termo de Cooperação
4 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

1 - Adimplente
2 - Inadimplente
3 - Inadimplência Suspensa
4 - Concluído
5 - Excluído
6 - Rescindido
7 - Arquivado

Fonte: SIAFI Gerencial e Controle ASSIN

**Destaques Orçamentários*

***Aguardando Prestação de Contas*

6.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

QUADRO A.6.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

SEXEC

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Secretaria-Executiva					
CNPJ:	03.132.745/0001-00					
UG/GESTÃO:	240112					
Modalidade	**Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício**			**Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R$ 1,00)**		
	2011	**2010**	**2009**	**2011**	**2010**	**2009**
Convênio	1	8	5	1.400.000,00	27.120.671,15	29.547.495,00
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	24	30	-	8.435.698,38	44.662.904,50	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	**25**	**38**	**5**	**9.835.698,38**	**71.783.575,65**	**29.547.495,00**

Fonte: SigMCT, SICONV, Controle SEXEC

QUADRO A.6.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

ASSIN

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Assessoria de Assuntos Internacionais					
CNPJ:	03.132.745/0001-00					
UG/GESTÃO:	240110					
Modalidade	**Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício**			**Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R$ 1,00)**		
	2011	**2010**	**2009**	**2011**	**2010**	**2009**
Convênio	-	-	-	-	-	-
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	14*	04	-	961.480,00	407.602,70	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	**14***	**04**	**-**	**961.480,00**	**407.602,70**	**-**

Fonte: SIAFI Gerencial e Controle ASSIN

**Incluindo Destaques Orçamentários*

6.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2012 e seguintes

QUADRO A.6.3 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2011 E EXERCÍCIOS SEGUINTES

SEXEC

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Secretaria-Executiva					
CNPJ: 03.132.745/0001-00		**UG/GESTÃO:** 240112			
Modalidade	**Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes**	**Valores** (R$ 1,00)			**% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011**
		Contratados	**Repassados até 2011**	**Previstos para 2012**	
Convênio	17	67.400.144,15	56.593.727,15	9.936.417,00 *	83,97%
Contrato de Repasse	-	-	-	-	0%
Termo de Cooperação	42	50.703.065,48	50.703.065,48	-	100%
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
Totais	**59**	**118.103.209,63**	**107.296.792,63**	**9.936.417,00**	**88,97%**

Fonte: SigMCT, SICONV, Controle SEXEC

**Neste montante desconsideramos o convênio nº 25813/2011 (R$870.000,00) firmado com a SBPC, pois foi formalizado, porém, rescindido.*

QUADRO A.6.3 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2011 E EXERCÍCIOS SEGUINTES

ASSIN

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Assessoria de Assuntos Internacionais					
CNPJ: 03.132.745/0001-00		**UG/GESTÃO:** 240110			
Modalidade	**Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes**	**Valores** (R$ 1,00)			**% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011**
		Contratados	**Repassados até 2011**	**Previstos para 2012**	
Convênio	-	-	-	-	-
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	03	745.000,00	745.000,00	-	100%
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
Totais	**03**	**745.000,00**	**745.000,00**	**-**	**100%**

Fonte: SIAFI Gerencial e Controle ASSIN

6.2 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios, termos de cooperação e contratos de repasse

QUADRO A.6.4 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE.

SEXEC

Valores em R$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Secretaria-Executiva					
CNPJ: 03.132.745/0001-00		**UG/GESTÃO:** 240112			
Exercício da prestação das contas	**Quantitativos e montante repassados**		**Instrumentos** (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios*	**Termo de Cooperação**	**Contratos de Repasse**
2011	**Contas prestadas**	**Quantidade**		07	-
		Montante Repassado		738.037,40	-
	Contas NÃO prestadas	**Quantidade**		07	-
		Montante Repassado		5.068.122,00	-
2010	**Contas prestadas**	**Quantidade**		16	-
		Montante Repassado		7.101.121,60	-
	Contas NÃO prestadas	**Quantidade**		02	-
		Montante Repassado		143.000,00	-
2009	**Contas prestadas**	**Quantidade**		06	-
		Montante Repassado		3.520.680,00	-
	Contas NÃO prestadas	**Quantidade**		03	-
		Montante Repassado		500.874,19	-
Anteriores a 2009	**Contas NÃO prestadas**	**Quantidade**		-	-
		Montante Repassado		-	-

Fonte: Controle SEXEC

**Os dados sobre Convênios constam no Relatório de Gestão da SPOA*

QUADRO A.6.4 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE.

ASSIN

Valores em R$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Assessoria Internacional					
CNPJ: 03.132.745/0001-00		**UG/GESTÃO:** 240110			
Exercício da prestação das contas	**Quantitativos e montante repassados**		**Instrumentos** (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	**Termo de Cooperação**	**Contratos de Repasse**
2011	**Contas prestadas**	**Quantidade**	**-**	-	**-**
		Montante Repassado	-	-	-
	Contas NÃO prestadas	**Quantidade**	-	11*	-
		Montante Repassado	-	216.480,00	-
2010	**Contas prestadas**	**Quantidade**	**-**	04	**-**
		Montante Repassado	-	107.602,70	-
	Contas NÃO prestadas	**Quantidade**	-	01	-
		Montante Repassado	-	300.000,00	-
2009	**Contas prestadas**	**Quantidade**	**-**	-	**-**
		Montante Repassado	-	-	-
	Contas NÃO prestadas	**Quantidade**	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
Anteriores a 2009	**Contas NÃO prestadas**	**Quantidade**	**-**	-	**-**
		Montante Repassado	-	-	-
Fonte: SIAFI Gerencial e Controle ASSIN **Incluindo Destaques Orçamentários*					

6.2.1 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse

***Observação**: Dados constantes no Relatório de Gestão da SPOA*

6.3 Análise Crítica

O objetivo das transferências de recursos é de estimular, apoiar e promover os projetos e pesquisas com a intenção de desenvolver políticas nacionais e internacionais, bem como fortalecer parcerias estratégicas com os diversos atores: empresas, institutos tecnológicos, universidades e agentes financiadores.

O crescente desempenho desta Secretaria-Executiva no que tange ao apoio a projetos no período de 2009 a 2011, como mostram os números deste relatório, é resultado de constante esforço da UJ no sentido de viabilizar, tanto qualitativa e quantitativamente projetos que contribuam diretamente à Formulação da Política Nacional de C,T&I, que fomentem e fortaleçam a Ciência e Tecnologia no país contribuir para a geração de inovações tecnológicas de produtos e processos produtivos.

No âmbito da Assessoria de Assuntos Internacionais, não ocorreram inadimplências ao longo do exercício de 2011, no que se refere às transferências de recursos. Todas elas foram executadas e as respectivas prestações de contas, apresentadas de forma satisfatória. Com relação ao volume de transferências, este vem sofrendo aumento gradativo conforme solicitações condizentes à abordagem da Assessoria.

A Secretaria-Executiva da CTNBio tem executado suas funções de modo a melhorar o desempenho brasileiro na biossegurança relacionada com a liberação para pesquisa e comercialização de Organismos Geneticamente Modificados. Há uma crescente demanda dos usuários (empresas, entidades públicas e organizações da sociedade civil) pela implantação do Sistema de Informações de Biossegurança (SIB) previsto na Lei Nº 11.105/2005, que acarretará aumento das despesas no ano de 2012, no tocante ao desenvolvimento do SIB. As responsabilidades assumidas pela CTNBio com a ratificação do Protocolo de Cartagena pelo governo brasileiro precisam ser atendidas através de um sistema de informações ágil e confiável, acreditamos que o SIB atenderá boa parte dessas demandas.

A Assessoria de Comunicação Social – ASCOM utilizou os recursos da ação orçamentária 4661 nas diversas demandas publicitárias como divulgação, acompanhamento, serviços gráficos, áudio, vídeo e foto deste MCTI. Mencionamos as três ações de destaque no ano de 2011:

1) A divulgação e realização da 63ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, que reúne a sociedade e a comunidade científica para atividades onde se debatem as contribuições e os desafios da ciência brasileira;

2) A divulgação e realização da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia – SNCT 2011, que mobiliza estados e municípios em torno de milhares de atividades voltadas para a popularização da Ciência.

3) Estudo e desenvolvimento que aproximem logomarcas de identificação visual imediata às agências, unidades de pesquisa e empresas públicas do MCTI e Governo Federal, compreendendo:

    - Proposta e mapeamento da estrutura geral do MCTI;
    - Proposta, mapeamento da estrutura e mapeamento gráfico do Portal atual; e
    - Proposta de desenvolvimento do novo Portal do MCTI.

    Meta: curto prazo – ampliar e facilitar o alcance do site do MCTI junto a jovens, crianças investidores, empreendedores e trabalhadores.

    Meta: médio prazo – transformar o Portal do MCTI em uma referência nacional em conteúdos sobre ciência, tecnologia e inovação, com interação total com a população geral e a comunidade científica.

8. PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

8.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93

QUADRO A.8.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

SEXEC/ASCAV/ASCAP

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR	51		
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte: SIAPE

QUADRO A.8.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

ASSIN/ASCOM/CTNBIO

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			

	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR	47		
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte:SIAPE

8.2 Análise Crítica

O § 2º do art. 3 do Decreto nº 5.483, de 30 de junho de 2005 oferece a opção de entrega de autorização de acesso à declaração anual apresentada à Secretaria da Receita Federal, com as respectivas retificações. Esta autorização de consulta facilita o controle por parte do serviço de pessoal e traz economicidade para o Governo já que diminui a quantidade de papel recebido por ano.

A partir de 2011, todos os servidores passaram a entregar a cópia da Declaração de Imposto de Renda ou a Autorização de Acesso ao Imposto de Renda à Coordenação de Recursos Humanos, de acordo a Portaria Interministerial MP/CGU Nº 298, de 6 de setembro de 2007. Esta Portaria trata da exigência de entrega da Declaração de Imposto de Renda ou Autorização de Acesso a todo agente público, não havendo necessidade de renovação anual da autorização.

9. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

9.1 Estrutura de controles internos da UJ

QUADRO A.9.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					**X**
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					**X**
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					**X**
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					**X**
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				**X**	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					**X**
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				**X**	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.			**X**		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				**X**	
Avaliação de Risco	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					**X**
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			**X**		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				**X**	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				**X**	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				**X**	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			**X**		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	**X**				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					**X**
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					**X**
Procedimentos de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				**X**	

20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				**X**	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				**X**	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				**X**	
Informação e Comunicação	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					**X**
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					**X**
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			**X**		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				**X**	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					**X**
Monitoramento	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				**X**	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					**X**
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					**X**
Considerações gerais:					

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

15. PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

15.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício

QUADRO A.15.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					3234
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
1	019.587/2006-3	918/2011 - TCU - 2ª Câmara	1.5.1.	Determinação	324/2011-TCU/SECEX-6
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					**Código SIORG**
Secretaria-Executiva					3234
Descrição da Deliberação:					
1.5.1.1. regularize, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da ciência desta deliberação, a situação dos convênios relacionados nos Anexos 1 e 2 da instrução de fls. 850/851, mediante: *1.5.1.1.1. análise conclusiva das prestações de contas já apresentadas, relativas aos convênios listados nos Anexos 1 e 2, nos termos previstos no art. 31 da Instrução Normativa STN nº 1/97 ou no § 7º do art. 10º do Decreto 6.170/2007, conforme o caso; e* *1.5.1.1.2. atualização da situação dos convênios listados no Siafi e instauração de tomada de contas especial para os casos em que não houve apresentação de prestação de contas, nos termos do inciso I do art. 38 da Instrução Normativa STN nº 1/97 ou do § 6º do art. 10 do Decreto 6.170/2007 c/c o inciso I do § 1º do art. 63 da Portaria Interministerial MP/MF/MCT 127/2008, conforme o caso;* *1.5.1.2. comunique a este Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da ciência desta deliberação, sobre a efetiva incorporação das centrais telefônicas fornecidas pelo Instituto UNIEMP - Fórum Permanente das Relações Universidade-Empresa ao patrimônio do Ministério;* *1.5.2. à 6ª Secex que encaminhe à Secretaria-Executiva do MCT cópia das fls. 850/854 (Convênios da UG 420.101 com "Valores a Comprovar" e Convênios da UG 420.101 com "Valores a Aprovar").*					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					**Código SIORG**
SPOA					8882
Síntese da providência adotada:					
Foi informado ao TCU pelo Ofício 226/2011-SEXEC que foi dado conhecimento da deliberação aos responsáveis no item 1.1, bem como que este Ministério incorporou ao seu patrimônio as centrais telefônicas fornecidas pelo Instituto UNIEMP. Foi encaminhado ao TCU Ofício 453/2011-SEXEC com relação contendo a situação dos convênios até o mês de setembro de 2011.					
Síntese dos resultados obtidos					
Este Ministério incorporou ao seu patrimônio as centrais telefônicas fornecidas pelo Instituto UNIEMP					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

QUADRO A.15.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					03234
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
2	023.504/2006-7	1224/2008 - Plenário	9.8	Determinação	1261/2011-TCU/SECEX-MG/D3
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					**Código SIORG**
Ministério da Ciência e Tecnologia					1988
Descrição da Deliberação:					
9.8. determinar ao Ministério da Ciência e Tecnologia que: *9.8.1. se abstenha de promover a celebração de convênios distintos para realização de projetos em mais de uma etapa, adotando, nas situações em que tal procedimento se mostrar justificadamente imprescindível, mecanismos que assegurem que os recursos para execução de cada etapa somente sejam repassados quando for demonstrado que os valores descentralizados para execução da etapa anterior tiveram boa e regular aplicação;* *9.8.2. examine os reflexos das irregularidades apuradas nos presentes autos na prestação de contas do Convênio n. 501.784, informando ao Tribunal, no prazo de 90 (noventa dias), as providências adotadas a respeito, encaminhando-lhe, para, tanto, cópia desta deliberação, acompanhada dos respectivos relatório e voto, do relatório de fls. 01/47 e da instrução de fls. 79/120;* *9.8.3. promova o exame dos serviços prestados no âmbito dos Contratos n. 49/2005, firmado com a FUNDEP, 04/06, 17/06, 36/06 e 37/06, celebrados com a Fundação Renato Azevedo, todos destinados à execução do Convênio SIAFI nº 530.534, com vistas a apurar se houve dano ao erário, decorrente da coincidência dos objetos pactuados e da contratação de consultoria (Contrato n. 36/06), a quantificar os prejuízos porventura apurados e a identificar os respectivos responsáveis, informando ao Tribunal sobre as providências adotadas, no prazo de 90 (noventa) dias, inclusive no que diz respeito à instauração da competente tomada de contas especial, se for o caso;*					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					**Código SIORG**
SPOA					8882
Síntese da providência adotada:					
O Senhor Ordenador de Despesas, em 08 de julho de 2011, enviou o Ofício Nº 653/2011-CGRL ao Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SECTES de Minas Gerais, por meio do qual solicitou a apresentação de justificativas e/ou esclarecimentos sobre questões levantadas na análise da prestação de contas final constantes da Informação Financeira nº 172/2011, cuja cópia seguiu anexa ao ofício, estabelecendo o prazo de 15 (quinze) dias a contar do recebimento do ofício. A SECTES-MG encaminhou o OF/SECTES/GAB/383/2011, em 26 de julho de 2011, pedindo prorrogação de prazo em 30 (trinta) dias para o atendimento das solicitações realizadas, alegando necessidade de tempo para a pesquisa documental, tendo sido atendido conforme o Ofício nº 750/2011-CGRL, de 4 de agosto de 2011. Em 25 de agosto de 2011, a SECTES, por meio do OF/SECTES/GAB nº 471/2011, encaminhou cópias de documentos complementares e prestou esclarecimentos sobre os itens questionados quando da análise da prestação de contas. Tal documentação encontra-se em fase de análise final para emissão do Parecer Final da prestação de contas, apresentando a devida conclusão e o exame dos reflexos das irregularidades apuradas nos autos do TC 023.504/2006-7. Ressalto ainda, que a administração vem envidando todos os esforços com a finalidade de esgotar todas as medidas cabíveis no âmbito administrativo interno para apuração e correção das impropriedades apontadas e não sendo possível alcançar um resultado favorável, posteriormente será instaurada a competente TCE na forma do disposto na IN/TCU nº 56/2007.					

Síntese dos resultados obtidos
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

QUADRO A.15.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					03234
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
3	022.676/2008-3	3643/2011 - Segunda Câmara	9.3	Determinação	1431/2011-TCU/SECEX-RJ-D3
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					**Código SIORG**
Ministério da Ciência e Tecnologia					1988

Descrição da Deliberação:

9.3. determinar à Finep e ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) que, no prazo de noventa dias, contados a partir da ciência, apresentem plano de ação, contemplando:

9.3.1. as medidas a serem tomadas para dotar os setores responsáveis pela análise das prestações de contas dos recursos concedidos pela Finep, seja por meio de convênio ou outro ajuste congênere, dos meios necessários, em termos de recursos humanos, processos de trabalho e recursos materiais, para um efetivo cumprimento da função gerencial fiscalizadora por parte da concedente, de modo a sanar as deficiências registradas no relatório de gestão da CGU e no relatório que fundamentou este acórdão;

9.3.2. a fixação de metas para redução do estoque de convênios pendentes de análise conclusiva, aumento da tempestividade em admoestar e sancionar os convenentes que se encontrem em atraso na entrega das respectivas prestações de contas e aumento da acurácia das análises no que toca à verificação da conformidade da prestação de contas frente ao estipulado na legislação aplicável à matéria;

9.3.3. cronograma para atingimento das metas fixadas;

9.3.4. previsão da elaboração de relatórios periódicos acerca do andamento e do resultado das medidas a serem adotadas;

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	**Código SIORG**
FINEP	1

Síntese da providência adotada:

Houve no dia 18/08/2011 reunião de grupo de trabalho composto por representantes deste Ministério e da FINEP para discutir o Plano de Ação.

Posteriormente, o referido Plano de Ação foi homologado por esta SEXEC por meio do Ofício nº 435/2011-SEXEC, de 09/09/2011, restando à FINEP a incumbência de apresentar ao Tribunal de Contas o que ocorreu em reunião realizada no dia 13/09/2011.

Síntese dos resultados obtidos

Em 14 de setembro de 2011 foi encaminhado ao TCU Plano de Ação com medidas adotadas por sucessivos períodos na FINEP e que culminaram com a realização de estudo abrangente e determinante para o desenvolvimento do Projeto que, por sua fez, contém soluções integradas de natureza institucional, organizacional e específicas para o passivo de prestações de contas de convênios e termos de cooperação.

O projeto possui plano de implantação, que foi revisto e aprovado pela Diretoria Executiva em agosto de 2011, o qual contém prazos e responsáveis das ações identificadas, atendendo dessa forma à metodologia definida para elaboração de Plano de Ação.

O documento foi debatido com representantes deste Ministério que aprovou o documento que foi encaminhado ao TCU.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

QUADRO A.15.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					03234
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
4	004.992/2010-5	910/2011 - Plenário			2347/2011-TCU/SECEX/RJ/D1
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					**Código SIORG**
FINEP e MCTI					1 e 1388
Descrição da Deliberação:					
SIGILOSO					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					**Código SIORG**
FINEP e MCTI					1 e 1388
Síntese da providência adotada:					
A SETEC promoveu reunião junto ao INPI, FINEP, CONJUR e ASCOF em 07/12/11 visando adoção de posicionamento inicial conjunto. Foram discutidos aspectos essenciais em torno da questão levantada pelo TCU. Foi solicitado, por meio o Ofício 111/2012/SEXEC-MCTI, que a FINEP elabore um Relatório Técnico abordando pelo menos quatro principais questões e a ser posteriormente submetido ao GRA-PI e ao Comitê Executivo do FNDCT, para discussão e estabelecimento dos próximos passos.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

QUADRO A.15.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					3234
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
5	019.232/2011-0	1964/2011 - Plenário			
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					3234
Descrição da Deliberação:					
SIGILOSO					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					3234
Síntese da providência adotada:					
Todos os itens das Solicitações de Auditoria foram atendidos por meio dos Ofícios 533/2011-SEXEC,					

544/2011-SEXEC, 548/2011-SEXEC e 560/2011-SEXEC
Síntese dos resultados obtidos
Publicação da Portaria SEXEC Nº 17, de 7 de novembro de 2011.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

QUADRO A.15.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					3234
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
6	013.267/2006-7	2359/2011 - Plenário	9.7	Recomendação	1415/2011-TCU/SECEX-MT
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					**Código SIORG**
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação					1388
Descrição da Deliberação:					
9.7. recomendar ao Ministério da Fazenda, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e ao Ministério da Ciência e Tecnologia que incluam, na Portaria Interministerial MF/MPOG/MCT nº 127/2008, que regulamenta os convênios e contratos de repasse federais, previsão explícita no sentido de que, nos casos de parcelamento dos repasses por força de indisponibilidade financeira por contingenciamento de recursos, deve-se adequar o convênio ao mecanismo de prestação de contas previsto nessa portaria, exceção feita nos casos em que o desdobramento ocorra em curto espaço de tempo, inferior a 30 (trinta) dias, o qual deve ser tratado como parcela única					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					**Código SIORG**
SPOA					8882
Síntese da providência adotada:					
Informo que, no âmbito deste MCTI, o Exmo. Sr. Ministro de Estado, em 13/05/2011, instituiu o Grupo de Trabalho de Convênios - GTC, composto pelas principais autoridades da Pasta e presidido pelo Secretário-Executivo. O objetivo do GTC é realizar o levantamento do atual estágio em que se encontram os convênios deste MCTI, identificar os convênios que não se apresentem conformes com vistas à recomendação das ações corretivas, emitir relatório conclusivo de avaliação dos convênios já celebrados, além de propor aperfeiçoamento aos marcos de regulamentação, propor normas e diretrizes para a fiscalização e critérios para celebração de novos convênios. Tendo em vista o interesse e o empenho desta Pasta na participação dos debates e ações que visem ao aprimoramento dos instrumentos que regulamentam a matéria, a equipe do MCTI se propôs a participar das discussões acerca do tema.					
Síntese dos resultados obtidos					
Instituição do Grupo de Trabalho de Convênios – GTC. Elaboração de Relatório Interno com Medidas para a Melhoria da Gestão pública no âmbito da SECIS/MCTI Elaboração do Guia para elaboração de Emendas Parlamentares Elaboração do Manual do Proponente.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

QUADRO A.15.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					3234
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
2	023.803/2006-6	259/2011 - Plenário	9.7.3	Determinação	740/2011-TCU/SECEX-RJ/D3
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					**Código SIORG**
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação					1388
Descrição da Deliberação:					
9.7.3. ao Ministério da Ciência e Tecnologia que, no prazo de 60 (sessenta) dias, apresente a esta Corte os relatórios de acompanhamento da aplicação dos recursos descentralizados para a implantação do Complexo de Simulação Aquaviária, nos termos do art. 3º, III e IV, da Portaria MCT nº 192/2006, com avaliação dos seguintes aspectos: 9.7.3.1. resultados obtidos com execução do projeto no que tange aos objetivos propostos no projeto básico, e, especificamente, os concernentes às atividades de ensino, pesquisa e extensão da proponente, a Universidade Federal do Rio de Janeiro; 9.7.3.2. se há restrição no acesso ao Complexo de Simulação Aquaviária a usuários que não sejam filiados ao Sindicato Nacional dos Oficiais de Marinha Mercante (Sindmar);					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					**Código SIORG**
SECIS					75229
Síntese da providência adotada:					
A Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Inclusão Social – SECIS, deste Ministério, realizou visita técnica ao CSA, reuniões com a UFRJ e demandou informações complementares a respeito das questões levantadas por este Tribunal. Considerada a importância estratégica do Complexo, a avaliação da SECIS/MCTI é a de que existe um grande potencial a ser ainda desenvolvido com o aprimoramento e a ampliação das atividades em andamento no CSA nas áreas de ensino, pesquisa e extensão. Nesse sentido, visando a esse aprimoramento, a SECIS/MCTI fez recomendações à UFRJ, por meio do Ofício 139/2011-SECIS, juntamente com a documentação relativa à visita técnica e às diligências realizadas. Relevante destacar a recente criação, pela UFRJ, da Comissão para Acompanhamento das Atividades do CSA, cuja atuação poderá potencializar significativamente a implementação e o acompanhamento das ações ora recomendadas e de outras que entender apropriadas para a maximização do sucesso do projeto. Informo, por oportuno, que a UFRJ nos encaminhou cópia do Parecer 031/2011/VPC/PF-UFRJ/PGF/AGU, de 17/08/2011, que está sendo submetido formalmente à análise da CONJUR deste Ministério, no qual se aborda a questão da imunidade tributária e da aplicação da Lei 8010/90 relativamente às universidades federais para fins de importação de equipamentos e insumos destinados às atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão. Assim, considerando os elementos já expostos acerca da elevada importância estratégica do CSA para o país e as medidas de aprimoramento recomendadas à UFRJ, foi solicitado ao Tribunal que suspenda as determinações que fez ao CNPq e à RFB, até a avaliação final sobre a questão.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de					

providências pelo gestor

16. PARTE A, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

16.1 Recomendações da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendidas no exercício

QUADRO A.16.1 – INFORMAÇÕES SOBRE RECOMENDAÇÃO DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO OU DE AUDITORIA INTERNA ATENDIDA NO EXERCÍCIO

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	201108871
Data do Relatório de Auditoria	28 de julho de 2011.
Item do Relatório de Auditoria	5.3.3.1 CONSTATAÇÃO: (26)
Comunicação Expedida/Data	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	SEXEC
Descrição da Recomendação	Encaminhar de forma tempestiva, aos órgãos da administração direta e indireta, subordinados ou vinculados ao Ministério, os Planos de Ação das contribuições aprovadas referentes às instituições beneficiadas, a fim de evitar a alocação de recursos a objetivos idênticos aos já constantes dos mencionados Planos de Ação.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Secretaria Executiva	
Síntese das providências adotadas	
Publicação da Portaria SEXEC Nº 17, de 7 de novembro de 2011.	
Síntese dos resultados obtidos	
A Portaria permite a rastreabilidade dos procedimentos adotados na análise e na aprovação dos Planos, bem como nos demais trâmites pertinentes.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

QUADRO A.16.1 – INFORMAÇÕES SOBRE RECOMENDAÇÃO DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO OU DE AUDITORIA INTERNA ATENDIDA NO EXERCÍCIO

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	201108871
Data do Relatório de Auditoria	28 de julho de 2011.
Item do Relatório de Auditoria	5.3.3.3 CONSTATAÇÃO: (28)
Comunicação Expedida/Data	
Nome da unidade interna	SEXEC

da UJ destinatária da recomendação	
Descrição da Recomendação	Que a SEXEC/MCT, efetue o acompanhamento a execução, pelos favorecidos, de seus respectivos Planos de Ação, por intermédio de visitas programadas ou inopinadas conforme prescrito no item 5.4 do Anexo à Portaria SEXEC n.º 21/2009.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Secretaria Executiva	
Síntese das providências adotadas	
Publicação da Portaria SEXEC Nº 17, de 7 de novembro de 2011.	
Síntese dos resultados obtidos	
No que se refere ao acompanhamento da execução dos planos de ação atinentes às contribuições (visitas programadas ou inopinadas), informo que no escopo do processo de aprimoramento e melhoria da sistemática de concessão das contribuições, esta SEXEC elaborou procedimento de Acompanhamento e Avaliação da Execução dos Planos de Ação, o qual estabelece a elaboração de um Plano Anual de Visitas. Esse Plano prevê o cronograma de realização das visitas nas favorecidas. Além disso, o referido procedimento define que deverá ser elaborada uma programação para cada visita a ser realizada, a qual deverá definir as ações a serem avaliadas. Essa programação deverá ser registrada no Formulário de Verificação in loco, que será aplicado no momento da visita como apoio aos registros dos achados durante a supervisão das ações do Plano.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

QUADRO A.16.1 – INFORMAÇÕES SOBRE RECOMENDAÇÃO DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO OU DE AUDITORIA INTERNA ATENDIDA NO EXERCÍCIO

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	201108871
Data do Relatório de Auditoria	28 de julho de 2011.
Item do Relatório de Auditoria	5.3.3.4 CONSTATAÇÃO: (29)
Comunicação Expedida/Data	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	SEXEC
Descrição da Recomendação	Que a SEXEC/MCT encaminhe para a CONJUR/MCT, para pronunciamento os seguintes fatos: a) Concessão de pagamento de despesas em caráter de excepcionalidade (processo n.º 01200.004790/2008-74), tendo em vista que o Incisos I e II do Item 4.1 do Anexo à Portaria MCT n.º 21, de 14/10/09, veda tais despesas, independente de autorização; b) Pagamento de dívida à empresa Resolver Assistência e Soluções Empresariais Ltda. referente a encargos de rescisões trabalhistas, relativo ao contrato ao Contrato ABC N.º 003/2008 de terceirização de mão-de-obra, firmado entre a ABC e a empresa Resolver

	(processo n.º 01200.004790/2008-74 e 01200.002727/2009-84).
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Secretaria Executiva	
Síntese das providências adotadas	
Em conformidade com a recomendação, esta SEXEC solicitou manifestação da CONJUR sobre os pagamentos questionados mediante Memo 405/2011-SEXEC de 01 julho de 2011.	
Síntese dos resultados obtidos	
Parecer jurídico nº 412/2011/CONJUR-MCTI/CGU/AGU de 06 de setembro de 2011, o qual conclui que os valores pagos com rescisões trabalhistas podem ser enquadrados dentro da ação.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

QUADRO A.16.1 – INFORMAÇÕES SOBRE RECOMENDAÇÃO DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO OU DE AUDITORIA INTERNA ATENDIDA NO EXERCÍCIO

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	201108871
Data do Relatório de Auditoria	28 de julho de 2011.
Item do Relatório de Auditoria	5.3.3.5 CONSTATAÇÃO: (30)
Comunicação Expedida/Data	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	SEXEC
Descrição da Recomendação	Que a SEXEC/MCT, adote procedimentos para estabelecer rotina de verificar, quando da liberação de recursos às instituições favorecidas com transferências financeiras, se existem pendências de aprovação de prestações de contas conforme determinar a Lei de Diretrizes Orçamentárias à época.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Secretaria Executiva	
Síntese das providências adotadas	
A SEXEC suspendeu o repasse dos recursos das contribuições de 2011 para as entidades que se encontram impedidas de receber recursos em face do inciso V, art. 37 da LDO de 2011, até que se regularize a situação.	
Síntese dos resultados obtidos	
Situação regularizada.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA , TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA
ASSESSORIA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES FINALÍSTICAS

ROL DE RESPONSAVEIS

Exercício 2011

ROL DE RESPONSÁVEIS

<table>
<tr><td colspan="6">UNIDADE GESTORA: 240112
GESTÃO: 240112 - Secretaria Executiva</td></tr>
<tr><td colspan="3">NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:
Em conformidade com a IN TCU nº57/2008, art. 10</td><td colspan="3">Dirigente máximo da UJ que apresenta as contas</td></tr>
<tr><td colspan="4">AGENTE: LUIZ ANTONIO RODRIGUES ELIAS</td><td colspan="2">CPF: 549.900.767-53</td></tr>
<tr><td colspan="6">ENDEREÇO RESIDENCIAL
SQS 109, BLOCO D, APTO 603 – ASA SUL</td></tr>
<tr><td>MUNICÍPIO:
Brasília</td><td>CEP:
70.372-040</td><td>UF:
DF</td><td colspan="2">TELEFONE:
61-2033-7602/7603</td><td>FAX:
61-2033-7764</td></tr>
<tr><td colspan="6">CARGO OU FUNÇÃO: Secretário-Executivo</td></tr>
<tr><td>DESIGNAÇÃO:</td><td>DOCUMENTO:</td><td>EXONERAÇÃO:</td><td>DOCUMENTO:</td><td colspan="2">PERÍODO DE GESTÃO:</td></tr>
<tr><td>Data

29/05/2007</td><td>Ato/nº/ano
Decreto s/nº-
2007</td><td>Data

-</td><td>Ato/nº/ano

-</td><td>Data início

30/05/2007</td><td>À data fim

-</td></tr>
</table>

_____ _____

Encarregado do Setor Dirigente da Unidade

ROL DE RESPONSÁVEIS

<table>
<tr><td colspan="6">UNIDADE GESTORA: 240112
GESTÃO: 240112 - Secretaria Executiva</td></tr>
<tr><td colspan="3">NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:
Em conformidade com a IN TCU nº57/2008, art. 10</td><td colspan="3">Dirigente máximo da UJ que apresenta as contas</td></tr>
<tr><td colspan="4">AGENTE: ANTONIO IBAÑEZ RUIZ</td><td colspan="2">CPF: 182.329.491-04</td></tr>
<tr><td colspan="6">ENDEREÇO RESIDENCIAL
SMPW QD. 15, CONJ. 07, LOTE 06, CS/E – PARK WAY</td></tr>
<tr><td>MUNICÍPIO:
Brasília</td><td>CEP:
71.741-507</td><td>UF:
DF</td><td colspan="2">TELEFONE:
61-2033-8502</td><td>FAX:
61-2033-7764</td></tr>
<tr><td colspan="6">CARGO OU FUNÇÃO: Secretário-Executivo – Substituto</td></tr>
<tr><td>DESIGNAÇÃO:</td><td>DOCUMENTO:</td><td>EXONERAÇÃO:</td><td>DOCUMENTO:</td><td colspan="2">PERÍODO DE GESTÃO:</td></tr>
<tr><td>Data

01/11/2007</td><td>Ato/nº/ano
Portaria nº
705/2007</td><td>Data

-</td><td>Ato/nº/ano

-</td><td>Data início

05/11/2007</td><td>À data fim

-</td></tr>
</table>

_____
Encarregado do Setor

_____
Dirigente da Unidade

ROL DE RESPONSÁVEIS

<table>
<tr><td colspan="6">UNIDADE GESTORA: 240112
GESTÃO: 240112 - Secretaria Executiva</td></tr>
<tr><td colspan="3">NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:
Em conformidade com a IN TCU nº57/2008, art. 10</td><td colspan="3">Membro da Diretoria</td></tr>
<tr><td colspan="4">AGENTE: LEILA DE MORAIS</td><td colspan="2">CPF: 607.027.961-15</td></tr>
<tr><td colspan="6">ENDEREÇO RESIDENCIAL
Q 105, LOTE 2525, APTO 903, EDIFÍCIO VITOR HUGO – ÁGUAS CLARAS</td></tr>
<tr><td>MUNICÍPIO:
Brasília</td><td>CEP:
70.337-050</td><td>UF:
DF</td><td colspan="2">TELEFONE:
61-2033-8502</td><td>FAX:
61-2033-7764</td></tr>
<tr><td colspan="6">CARGO OU FUNÇÃO: Chefe de Gabinete da Secretaria-Executiva</td></tr>
<tr><td>DESIGNAÇÃO:</td><td>DOCUMENTO:</td><td>EXONERAÇÃO:</td><td>DOCUMENTO:</td><td colspan="2">PERÍODO DE GESTÃO:</td></tr>
<tr><td>Data

20/04/2011</td><td>Ato/nº/ano
Portaria nº
220/2011</td><td>Data

-</td><td>Ato/nº/ano

-</td><td>Data início

29/04/2011</td><td>À data fim

-</td></tr>
</table>

_____ _____

Encarregado do Setor Dirigente da Unidade

ROL DE RESPONSÁVEIS

<table>
<tr><td colspan="6">UNIDADE GESTORA: 240112
GESTÃO: 240112 - Secretaria Executiva</td></tr>
<tr><td colspan="3">NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:
Em conformidade com a IN TCU nº57/2008, art. 10</td><td colspan="3">Membro da Diretoria</td></tr>
<tr><td colspan="4">AGENTE: CLAUDIA SILVA PRATES FRANÇA</td><td colspan="2">CPF: 317.269.331-72</td></tr>
<tr><td colspan="6">ENDEREÇO RESIDENCIAL
SQS 406, BLOCO F, APTO 204 – ASA SUL</td></tr>
<tr><td>MUNICÍPIO:
Brasília</td><td>CEP:
70.255-060</td><td>UF:
DF</td><td colspan="2">TELEFONE:
61-2033-8652</td><td>FAX:
61-2033-7764</td></tr>
<tr><td colspan="6">CARGO OU FUNÇÃO: Chefe de Gabinete – Substituta</td></tr>
<tr><td>DESIGNAÇÃO:</td><td>DOCUMENTO:</td><td>EXONERAÇÃO:</td><td>DOCUMENTO:</td><td colspan="2">PERÍODO DE GESTÃO:</td></tr>
<tr><td>Data

30/06/2009</td><td>Ato/nº/ano
Portaria nº
509/2009</td><td>Data</td><td>Ato/nº/ano</td><td>Data início

01/07/2009</td><td>À data fim</td></tr>
</table>

_____
Encarregado do Setor

_____
Dirigente da Unidade

ROL DE RESPONSÁVEIS

<table>
<tr><td colspan="6">UNIDADE GESTORA:
GESTÃO:</td></tr>
<tr><td colspan="3">NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:
Em conformidade com a IN TCU nº57/2008, art. 10</td><td colspan="3">Cargo de Direção</td></tr>
<tr><td colspan="4">AGENTE: MARIA DO SOCORO FERNANDES</td><td colspan="2">CPF: 145.643.781-04</td></tr>
<tr><td colspan="6">ENDEREÇO RESIDENCIAL
SQN 314 BLOCO I APT 204</td></tr>
<tr><td>MUNICÍPIO:
Brasília</td><td>CEP:
70.767-090</td><td>UF:
DF</td><td colspan="2">TELEFONE:
61- 3317 7583</td><td>FAX:
61-33178534</td></tr>
<tr><td colspan="6">CARGO OU FUNÇÃO: CHEFE DA ASSESSORIA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES FINALÍSTICAS</td></tr>
<tr><td>DESIGNAÇÃO:</td><td>DOCUMENTO:</td><td>EXONERAÇÃO:</td><td>DOCUMENTO:</td><td colspan="2">PERÍODO DE GESTÃO:</td></tr>
<tr><td>Data

05/12/2005</td><td>Ato/nº/ano

Portaria 1.014</td><td>Data

24/01/2011</td><td>Ato/nº/ano

Portaria 339</td><td>Data início

06/12/2005</td><td>À data fim

25/01/2011</td></tr>
</table>

_____
Encarregado do Setor

_____
Dirigente da Unidade

ROL DE RESPONSÁVEIS

<table>
<tr><td colspan="6">UNIDADE GESTORA:
GESTÃO:</td></tr>
<tr><td colspan="3">NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:
Em conformidade com a IN TCU nº57/2008, art. 10</td><td colspan="3">Cargo de Direção</td></tr>
<tr><td colspan="4">AGENTE: NORMA SUELI BATISTA GOMES</td><td colspan="2">CPF: 096.569.791-68</td></tr>
<tr><td colspan="6">ENDEREÇO RESIDENCIAL
COND. MANSÕES COLORADO CONJ. M, CASA 17 - GRANDE COLORADO</td></tr>
<tr><td>MUNICÍPIO:
SOBRADINHO</td><td>CEP:
73 105- 905</td><td>UF:
DF</td><td>TELEFONE:
61- 3595 1292</td><td colspan="2">FAX:
61- 3317 8048</td></tr>
<tr><td colspan="6">CARGO OU FUNÇÃO: COORDENADORA GERAL DE PROGRAMAS</td></tr>
<tr><td>DESIGNAÇÃO:</td><td>DOCUMENTO:</td><td>EXONERAÇÃO:</td><td>DOCUMENTO:</td><td colspan="2">PERÍODO DE GESTÃO:</td></tr>
<tr><td>Data

01/07/2010</td><td>Ato/nº/ano

Portaria 503</td><td>Data

31/01/2011</td><td>Ato/nº/ano

Portaria 40</td><td>Data início

02/07/2010</td><td>À data fim

01/02/2011</td></tr>
</table>

_____ _____

Encarregado do Setor Dirigente da Unidade

ROL DE RESPONSÁVEIS

<table>
<tr><td colspan="6">UNIDADE GESTORA:
GESTÃO:</td></tr>
<tr><td colspan="3">NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:
Em conformidade com a IN TCU nº57/2008, art. 10</td><td colspan="3">Cargo de Direção</td></tr>
<tr><td colspan="4">AGENTE: MARIANA MARTINS REBOUÇAS</td><td colspan="2">CPF: 425.558.177-00</td></tr>
<tr><td colspan="6">ENDEREÇO RESIDENCIAL
RUA GÓES MONTEIRO, Nº 8 Bloco F – AP. 1.303</td></tr>
<tr><td>MUNICÍPIO:
RIO DE JANEIRO</td><td>CEP:
22 298-900</td><td>UF:
RJ</td><td colspan="2">TELEFONE:
21- 8777 9131</td><td>FAX:</td></tr>
<tr><td colspan="6">CARGO OU FUNÇÃO: COORDENADORA GERAL DE INDICADORES</td></tr>
<tr><td>DESIGNAÇÃO:</td><td>DOCUMENTO:</td><td>EXONERAÇÃO:</td><td>DOCUMENTO:</td><td colspan="2">PERÍODO DE GESTÃO:</td></tr>
<tr><td>Data

17/11/2009</td><td>Ato/nº/ano

Portaria 969</td><td>Data

10/01/2012</td><td>Ato/nº/ano

Portaria 04</td><td>Data início

18/11/2009</td><td>À data fim

11/01/2012</td></tr>
</table>

_____ _____

Encarregado do Setor Dirigente da Unidade

ROL DE RESPONSÁVEIS

<table>
<tr><td colspan="6">UNIDADE GESTORA:
GESTÃO:</td></tr>
<tr><td colspan="3">NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:
Em conformidade com a IN TCU nº57/2008, art. 10</td><td colspan="3">Cargo de Direção</td></tr>
<tr><td colspan="4">AGENTE: VALDENIR FERREIRA</td><td colspan="2">CPF: 275.793.951- 34</td></tr>
<tr><td colspan="6">ENDEREÇO RESIDENCIAL
SQN 203 BLOCO H APT 509</td></tr>
<tr><td>MUNICÍPIO:
BRASÍLIA</td><td>CEP:
70 833-080</td><td>UF:
DF</td><td colspan="2">TELEFONE:
61- 33268993</td><td>FAX:
61- 3317 8048</td></tr>
<tr><td colspan="6">CARGO OU FUNÇÃO: COORDENADORA GERAL DE PROGRAMAS - SUBSTITUTA</td></tr>
<tr><td>DESIGNAÇÃO:</td><td>DOCUMENTO:</td><td>EXONERAÇÃO:</td><td>DOCUMENTO:</td><td colspan="2">PERÍODO DE GESTÃO:</td></tr>
<tr><td>Data

03/01/2008</td><td>Ato/nº/ano

Portaria 9</td><td>Data</td><td>Ato/nº/ano

Portaria 186</td><td>Data início

07/01/2008</td><td>À data fim

08/04/2011</td></tr>
</table>

_____ _____

Encarregado do Setor Dirigente da Unidade

ROL DE RESPONSÁVEIS

<table>
<tr><td colspan="6">UNIDADE GESTORA:
GESTÃO:</td></tr>
<tr><td colspan="3">NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:
Em conformidade com a IN TCU nº57/2008, art. 10</td><td colspan="3">Cargo de Direção</td></tr>
<tr><td colspan="4">AGENTE: RENATO BAUMGRATZ VIOTTI</td><td colspan="2">CPF: 345.307.116-68</td></tr>
<tr><td colspan="6">ENDEREÇO RESIDENCIAL
SQN 205 BLOCO E APT 105</td></tr>
<tr><td>MUNICÍPIO:
BRASÍLIA</td><td>CEP:
70 843-050</td><td>UF:
DF</td><td>TELEFONE:
61- 33497057</td><td colspan="2">FAX:
61-33178534</td></tr>
<tr><td colspan="6">CARGO OU FUNÇÃO: COORDENADOR-GERAL DE INDICADORES - SUBSTITUTO</td></tr>
<tr><td>DESIGNAÇÃO:</td><td>DOCUMENTO:</td><td>EXONERAÇÃO:</td><td>DOCUMENTO:</td><td colspan="2">PERÍODO DE GESTÃO:</td></tr>
<tr><td>Data
03/06/2009
13/07/2009
24/02/2010</td><td>Ato/nº/ano
Portaria 389
Portaria 562
Portaria 122</td><td>Data
13/07/2009
18/11/2009</td><td>Ato/nº/ano
Portaria 562
Portaria 968</td><td>Data início
03/06/2009
13/07/2009</td><td>À data fim</td></tr>
</table>

_____ _____

Encarregado do Setor Dirigente da Unidade

ROL DE RESPONSÁVEIS

<table>
<tr><td colspan="6">UNIDADE GESTORA:
GESTÃO:</td></tr>
<tr><td colspan="3">NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:
Em conformidade com a IN TCU nº57/2008, art. 10</td><td colspan="3">Cargo de Direção</td></tr>
<tr><td colspan="4">AGENTE: FERNANDA DE NEGRI</td><td colspan="2">CPF: 840.008.569-87</td></tr>
<tr><td colspan="6">ENDEREÇO RESIDENCIAL
SQN 212 BLOCO A APT 605</td></tr>
<tr><td>MUNICÍPIO:
BRASÍLIA</td><td>CEP:</td><td>UF:
DF</td><td colspan="2">TELEFONE:
61- 2033 7583</td><td>FAX:
2033 8048</td></tr>
<tr><td colspan="6">CARGO OU FUNÇÃO: CHEFE DA ASSESSORIA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES FINALÍSTICAS</td></tr>
<tr><td>DESIGNAÇÃO:</td><td>DOCUMENTO:</td><td>EXONERAÇÃO:</td><td>DOCUMENTO:</td><td colspan="2">PERÍODO DE GESTÃO:</td></tr>
<tr><td>Data

06/04/2011</td><td>Ato/nº/ano

Portaria 831</td><td>Data</td><td>Ato/nº/ano</td><td>Data início

07/04/2011</td><td>À data fim</td></tr>
</table>

_____ _____

Encarregado do Setor Dirigente da Unidade

ROL DE RESPONSÁVEIS

<table>
<tr><td colspan="6">UNIDADE GESTORA:
GESTÃO:</td></tr>
<tr><td colspan="3">NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:
Em conformidade com a IN TCU nº57/2008, art. 10</td><td colspan="3">Cargo de Direção</td></tr>
<tr><td colspan="4">AGENTE: ARIEL CECILIO GARCES PARES</td><td colspan="2">CPF: 228.551.570-72</td></tr>
<tr><td colspan="6">ENDEREÇO RESIDENCIAL
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO E, SALA 526</td></tr>
<tr><td>MUNICÍPIO:
BRASÍLIA</td><td>CEP
70.067-900</td><td>UF:
DF</td><td colspan="2">TELEFONE:
61- 20337833</td><td>FAX:
61- 2033 8048</td></tr>
<tr><td colspan="6">CARGO OU FUNÇÃO: COORDENADOR-GERAL DE PROGRAMAS</td></tr>
<tr><td>DESIGNAÇÃO:</td><td>DOCUMENTO:</td><td>EXONERAÇÃO:</td><td>DOCUMENTO:</td><td colspan="2">PERÍODO DE GESTÃO:</td></tr>
<tr><td>Data

31/01/2011</td><td>Ato/nº/ano

Portaria 39</td><td>Data</td><td>Ato/nº/ano

Portaria 483</td><td>Data início

01/02/2011</td><td>À data fim

07/07/2011</td></tr>
</table>

_____
Encarregado do Setor

_____
Dirigente da Unidade

ROL DE RESPONSÁVEIS

<table>
<tr><td colspan="6">UNIDADE GESTORA:
GESTÃO:</td></tr>
<tr><td colspan="3">NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:
Em conformidade com a IN TCU nº57/2008, art. 10</td><td colspan="3">Cargo de Direção</td></tr>
<tr><td colspan="4">AGENTE: ANDREA COSTA MAGNAVITA</td><td colspan="2">CPF: 545.267.365-20</td></tr>
<tr><td colspan="6">ENDEREÇO RESIDENCIAL
SQN 216 BLOCO H APT 201</td></tr>
<tr><td>MUNICÍPIO:
BRASÍLIA</td><td>CEP
70875-080</td><td>UF:
DF</td><td colspan="2">TELEFONE:
61- 20337839</td><td>FAX:
61- 2033 8048</td></tr>
<tr><td colspan="6">CARGO OU FUNÇÃO: COORDENADORA GERAL DE PROGRAMAS</td></tr>
<tr><td>DESIGNAÇÃO:</td><td>DOCUMENTO:</td><td>EXONERAÇÃO:</td><td>DOCUMENTO:</td><td colspan="2">PERÍODO DE GESTÃO:</td></tr>
<tr><td>Data

06/07/2011</td><td>Ato/nº/ano

Portaria 468</td><td>Data</td><td>Ato/nº/ano</td><td>Data início

07/07/2011</td><td>À data fim</td></tr>
</table>

_____
Encarregado do Setor

_____
Dirigente da Unidade

ROL DE RESPONSÁVEIS

<table>
<tr><td colspan="6">UNIDADE GESTORA:
GESTÃO:</td></tr>
<tr><td colspan="3">NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:
Em conformidade com a IN TCU nº57/2008, art. 10</td><td colspan="3">Cargo de Direção</td></tr>
<tr><td colspan="4">AGENTE: FLÁVIO NEVES BITTENCOURT DE SÁ</td><td colspan="2">CPF: 303.497.021-87</td></tr>
<tr><td colspan="6">ENDEREÇO RESIDENCIAL
SETOR DE MANSÕES SMPW QUADRA 12, CONJ. 01 - LOTE 07</td></tr>
<tr><td>MUNICÍPIO:
BRASÍLIA</td><td>CEP
71.741-201</td><td>UF:
DF</td><td>TELEFONE:
61- 20338599</td><td colspan="2">FAX:
61- 2033 8048</td></tr>
<tr><td colspan="6">CARGO OU FUNÇÃO: COORDENADOR GERAL DE PROGRAMAS - SUBSTITUTO</td></tr>
<tr><td>DESIGNAÇÃO:</td><td>DOCUMENTO:</td><td>EXONERAÇÃO:</td><td>DOCUMENTO:</td><td colspan="2">PERÍODO DE GESTÃO:</td></tr>
<tr><td>Data

10/08/2011</td><td>Ato/nº/ano

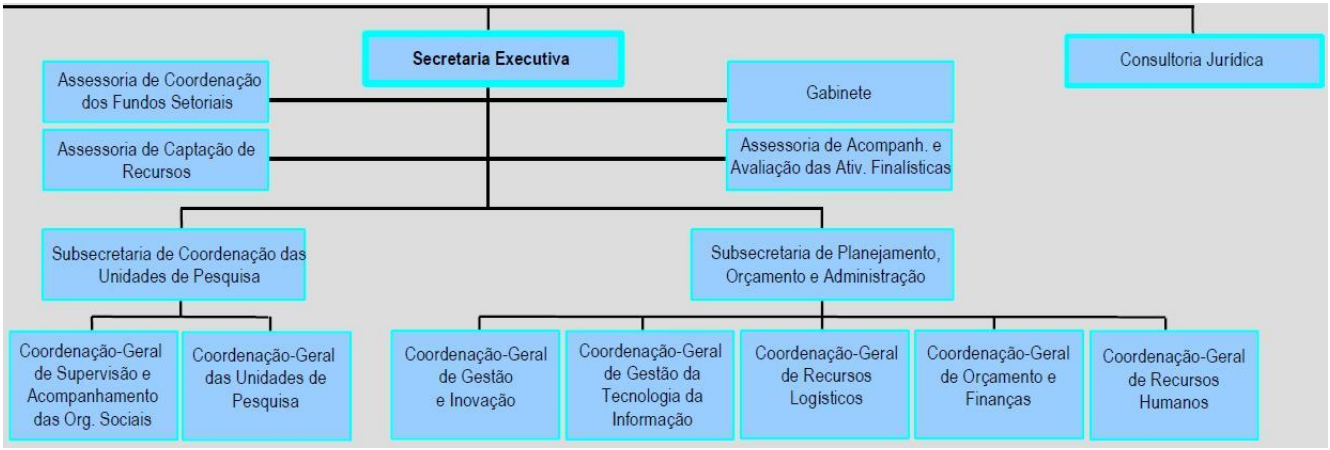
Portaria 626</td><td>Data</td><td>Ato/nº/ano</td><td>Data início

1208/2011</td><td>À data fim</td></tr>
</table>

_____ _____

Encarregado do Setor Dirigente da Unidade

ANEXO
Organograma



Assessoria de Coordenação dos Fundos Setoriais – ASCOF

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
Secretaria Executiva - SEXEC
Assessoria de Coordenação dos Fundos Setoriais - ASCOF

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Março/2012

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 e da Portaria – TCU n° 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno.

Unidade Agregada: 240139

Brasília, Março/2012

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

ASCOF – Assessoria de Coordenação dos Fundos Setoriais
CEDEPLAR - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional de Minas Gerais
CGEE – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
CGRH – Coordenação Geral de Recursos Humanos
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
ENCTI – Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos
FNDCT – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

LISTA DE QUADROS, TABELAS E GRÁFICOS

Quadro A.1.1 - Identificação – Relatório de Gestão Agregado..... 23
Quadro A.2.1 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa..... 28
Quadro A.2.2 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação..... 30
Quadro A.2.3 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação..... 31
Quadro A.3.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores 33
Quadro A.4.1 - Força de Trabalho da UJ 34
Quadro A.4.2 - Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)..... 34
Quadro A.4.3 - Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12/2011..... 35
Quadro A.4.4 - Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade – Situação apurada em 31/12/2011 35
Quadro A.4.5 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2011..... 36
Quadro A.4.6 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anos anteriores 38
Quadro A.5.1 - Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR..... 1
Quadro A.6.1 - Estrutura de controles internos da UJ..... 2
Quadro B.1.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada. 5

Figura 1 - Organograma da ASCOF..... 9

SUMÁRIO

SUMÁRIO 6
INTRODUÇÃO 10
1. PARTE A, ITEM 1, ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010 23
1.1 RELATÓRIO DE GESTÃO AGREGADO 23
2 PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010 24
2.1 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE 24
2.2 ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS 24
2.3 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO / FINANCEIRO 27
3 PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010. 33
3.1 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES 33
3.2 ANÁLISE CRÍTICA 33
4 PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010. 34
4.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS 34
4.2 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS 36
4.3 DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA 38
5 PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, 24/11/2010 1
5.1 SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 8.730/93 1
5.2 ANÁLISE CRÍTICA 1
6 ITEM 9 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 2
6.1 ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ 2
7 PARTE "B", ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108 DE 24/11/2010 4
7.1 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 4
8 PARTE C, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010. 6
8.1 CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES NA MODALIDADE "PRODUTO", NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS 6
8.2 ANÁLISE CRÍTICA 7
9 CONCLUSÃO 8
10 ANEXOS 9
10.1 ORGANOGRAMA 9
10.2 LISTA I - ROL DOS RESPONSÁVEIS 10

ORGANOGRAMA FUNCIONAL

A Assessoria de Coordenação dos Fundos Setoriais/ASCOF é uma instância vinculada à Secretaria Executiva do MCTI, criada pelo Decreto 5.886, de 06 de setembro de 2006, com a finalidade geral de prover apoio à gestão operacional dos Fundos Setoriais. Suas atividades estão previstas pelo referido Decreto, pela Portaria MCT nº 758, de 03 de outubro de 2006 e pela Instrução Normativa do Conselho Diretor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/FNDCT nº 2, de 22 de dezembro de 2010. Conforme ilustrado no organograma que compõe o Anexo I, está estruturada em sete divisões, cujas atribuições são as seguintes:

a) **Chefia da ASCOF**

- Auxiliar o Ministro de Estado e ao Secretário Executivo do MCTI na definição de diretrizes e na implementação de ações relativas aos Fundos Setoriais;
- Realizar a interlocução entre a ASCOF e as demais autoridades associadas aos Fundos Setoriais;
- Definir as diretrizes para atuação da ASCOF, estabelecer seus objetivos anuais e controlar seu cumprimento;
- Supervisionar a preparação das pautas das reuniões do Comitê de Coordenação dos Fundos, do Conselho Diretor do FNDCT e dos Comitês Gestores.

b) **Coordenação Geral da ASCOF**

- Elaborar planos de atividades para as demais unidades da ASCOF, a partir das diretrizes emanadas do Chefe da ASCOF, coordenar e supervisionar seu cumprimento;
- Coordenar, supervisionar e controlar as atividades relacionadas à administração de recursos humanos, material e patrimônio no âmbito da ASCOF;
- Supervisionar e controlar o recebimento, a movimentação e a expedição de documentos e correspondências de interesse da ASCOF;
- Prestar apoio técnico e administrativo às reuniões do Comitê de Coordenação dos Fundos Setoriais e do Conselho Diretor do FNDCT.

c) **Orçamento**

- Preparar a pré-proposta orçamentária dos Fundos Setoriais – PPLOA;
- Apoiar a elaboração da proposta orçamentária dos Fundos Setoriais – PLOA;
- Acompanhar a arrecadação e evolução dos recursos destinados aos Fundos Setoriais;
- Apoiar e acompanhar a elaboração e execução dos planos de investimento dos Fundos Setoriais;
- Acompanhar a execução orçamentária e financeira dos Fundos Setoriais;
- Realizar reuniões periódicas do Grupo de Acompanhamento da Execução Orçamentária e Financeira dos Fundos Setoriais;
- Elaborar relatórios mensais e anuais consolidados sobre a execução dos recursos dos Fundos Setoriais;

- Prover apoio técnico, no que diz respeito aos temas orçamento e finanças relacionados com os Fundos Setoriais, às Secretarias Técnicas, Gabinete do Ministro, Secretarias e Agências do MCTI.

d) **Programação**

- Consolidar a versão final dos Termos de Referência relativos às ações constantes dos Planos de Investimento Anuais dos Fundos Setoriais; Encaminhar os Termos de Referência às agências CNPq e FINEP.
- Realizar o acompanhamento, junto às agências CNPq e FINEP, do trâmite dos Termos de Referências: lançamento de editais, abertura de links para encomendas, julgamentos, contratações, empenhos e desembolsos;
- Apoiar a elaboração e o acompanhamento dos Planos de Investimento Anuais dos Fundos Setoriais.

e) **Avaliação**

- Definir e implementar metodologia, sistemática e indicadores para avaliação do Fundos Setoriais;
- Conceber e validar os instrumentos e sistemas tecnológicos utilizados na avaliação;
- Aplicar os instrumentos de avaliação aos coordenadores dos projetos selecionados de acordo com metodologia previamente definida e prestar-lhes apoio durante a coleta de dados;
- Tabular e analisar os resultados da coleta de dados e elaborar estudos e relatórios técnicos a partir desses insumos;
- Realizar a divulgação dos resultados dessas avaliações para os gestores do Fundos Setoriais, de modo a retroalimentar o processo de planejamento e decisão de aplicação de novos recursos.

f) **Administração/Unidade Gestora**

- Realizar, por intermédio da Unidade Gestora, a execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial, das despesas operacionais da ASCOF e dos Comitês Gestores dos Fundos Setoriais no âmbito do MCTI, em conformidade com Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI;
- Organizar a logística e o apoio administrativo às reuniões dos Comitês Gestores;
- Providenciar passagens e diárias para os membros dos Comitês Gestores e demais colaboradores da ASCOF;
- Suprir e controlar as necessidades de material e equipamentos da ASCOF;
- Apoiar a ASCOF nas demandas por serviços, estudos e seminários necessários ao cumprimento de suas atribuições.

g) **Secretarias Técnicas**

- Apoiar a elaboração do Plano de Investimento Anual dos Fundos Setoriais;

- Organizar e secretariar as reuniões dos comitês gestores;
- Elaborar estudos, documentos e demais relatórios relativos aos Fundos Setoriais;
- Dar encaminhamento e acompanhar a execução das deliberações dos comitês gestores;
- Manter os Comitês Gestores informados sobre a evolução dos termos de referências nas agências: lançamento de editais/abertura de links para encomendas, julgamento, contratações, empenhos e desembolsos;
- Realizar o acompanhamento das ações finalísticas contratadas com recursos dos Fundos Setoriais;
- Prestar apoio técnico à avaliação das ações dos Fundos Setoriais.

INTRODUÇÃO

A atuação da Assessoria de Coordenação dos Fundos Setoriais - ASCOF está centrada no planejamento, coordenação e supervisão das ações dos Fundos Setoriais em estreita consonância com os Colegiados que fazem parte da estrutura decisória dos Fundos.

Por intermédio da Unidade Gestora – UG 240139 - é realizada a execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial das despesas operacionais da Assessoria, dando suporte aos Comitês Gestores, ao Comitê de Coordenação e Conselho Diretor do FNDCT em conformidade com Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Nesse contexto foi elaborado o Relatório de Gestão do exercício de 2011, onde a ASCOF está inserida como Unidade Agregada, no âmbito da Unidade Jurisdicionada – UJ – SEXEC.

A execução orçamentária e financeira da ASCOF, para a realização das despesas operacionais dos fundos setoriais, está suportada por parte do percentual máximo de 5% (cinco por cento) estabelecido pela Lei nº 11.540/2007 para o FNDCT/Fundos Setoriais.

Ao longo desse Relatório serão listadas as atividades da Assessoria no exercício de 2011. Ressaltamos que algumas atividades foram prejudicadas em razão da falta de suporte na área de informática. A expectativa é, que a partir do pregão eletrônico previsto pelo MCTI para contratação da Fábrica de Software, esses problemas sejam solucionados em 2012.

Por não ter programação específica na LOA, muitos dos itens solicitados neste Relatório de Gestão não se aplicam à ASCOF ou, em alguns casos, não ocorreram no período. A discriminação desses itens, bem como a justificativa para sua não-aplicação ao caso da ASCOF, estão listadas abaixo.

- Item 2.3. Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

Quadro A.2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Justificativa de não-aplicação: A ASCOF não tem a responsabilidade de gerir programas de Governo inscritos na Lei do Plano Plurianual – PPA.

Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ

Justificativa de não-aplicação: A ASCOF, dadas as suas atribuições, não executa ações orçamentárias constantes da LOA.

- Item 2.4. Desempenho Orçamentário/Financeiro

Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias

Justificativa de não-aplicação: A ASCOF não é uma UO nem tem UGO consolidada ou agregada.

Quadro A.2.4 - Programação de Despesas Correntes
Quadro A.2.5 - Programação de Despesas Capital
Quadro A.2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas

Justificativa de não-aplicação: A ASCOF não é uma UO e sua Unidade Gestora não registrou contabilmente créditos atribuídos originariamente pela LOA nem créditos adicionais recebidos ou concedidos no exercício.

Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ
Justificativa de não-aplicação: A ASCOF não é uma UO e sua Unidade Gestora não registrou contabilmente créditos atribuídos originariamente pela LOA nem créditos adicionais recebidos ou concedidos no exercício.

Quadro A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ
Justificativa de não-aplicação: A ASCOF não foi beneficiária desse tipo de crédito

Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ
Justificativa de não-aplicação: A ASCOF não foi beneficiária desse tipo de crédito

Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação
Justificativa de não-aplicação: A ASCOF não executa esse tipo de despesa

- 3.1. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Quadro A.3.1. - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos
Justificativa de não-aplicação: A ASCOF não trabalha com as contas contábeis referidas nesse tópico.

- 5.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos

Quadro A.5.2 – Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ – Situação em 31/12
Justificativa de não-aplicação: A ASCOF não tem responsabilidade pela gestão de servidores

- 5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Quadro A.5.7 – Composição do Quadro de Instituidores de Pensão – Situação em 31/12
Justificativa de não-aplicação: A ASCOF não tem responsabilidade pelo controle dos servidores

- 5.3. Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários
Justificativa de não-aplicação: A ASCOF não tem responsabilidade pela gestão de cadastro de estagiários

- 5.5. Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada

Quadro A.5.9 – Cargos Atividades Inerentes a Categorias Funcionais do Plano de Cargos da Unidade Jurisdicionada
Justificativa de não-aplicação: A ASCOF não tem responsabilidade pela gestão dos funcionários terceirizados

Quadro A.5.10 – Relação dos Empregados Terceirizados Substituídos em Decorrência Realização de Concurso Público ou de Provimentos Adicional Autorizados e Quadro A.5.11 - Autorizações para Realização de Concursos Públicos ou Provimento Adicional para Substituição de Terceirizados
Justificativa de não-aplicação: A ASCOF não tem gerencia quanto a realização de concurso

Quadro A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva
Justificativa de não-aplicação: A ASCOF não realizou contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva no período.

Quadro A.5.13 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra
Justificativa de não-aplicação: A ASCOF não realizou contratos de prestação de serviços com Locação de Mão de Obra

5.6. Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos
Justificativa de não-aplicação: A ASCOF não é responsável pela área de recursos humanos.

- 6.1. Instrumentos de Transferências vigentes no exercício

Quadro A.6.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência
Justificativa de não-aplicação: A ASCOF não realizou, no período, transferências a título de convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílios ou contribuição.

Quadro A.6.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios
Justificativa de não-aplicação: A ASCOF não realizou, no período, transferências a título de convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílios ou contribuição.

Quadro A.6.3 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes
Justificativa de não-aplicação: A ASCOF não realizou, no período, transferências a título de convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílios ou contribuição.

- 6.2 Informações sobre Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

Quadro A.6.4 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e contratos de repasse.
Justificativa de não-aplicação: A ASCOF não realizou, no período, transferências a título de convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílios ou contribuição.

Quadro A.6.5 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse
Justificativa de não-aplicação: A ASCOF não realizou, no período, transferências a título de convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílios ou contribuição.

- 7.1. Modelo de declaração de atualização de dados no SIASG e SICONV

Justificativa de não-aplicação: A ASCOF não realizou, no período não firmou nenhum contrato , convênio ou instrumentos congêneres no exercício de 2011

- 10.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis
Justificativa de não-aplicação: A ASCOF não realizou processos licitatórios para a aquisição de bens/contratação de serviços no período.

- 11.1. Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.11.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União
Justificativa de não-aplicação: A ASCOF não tem imóveis de propriedade da União sob a responsabilidade.

Quadro A.11.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros
Justificativa de não-aplicação: A ASCOF não tem imóveis de propriedade da União sob a responsabilidade.

Quadro A.11.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

Justificativa de não-aplicação: A ASCOF não tem imóveis de propriedade da União sob a responsabilidade.

- 12.1. Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

Quadro A.12.1 – Gestão de TI da UJ
Justificativa de não-aplicação: A ASCOF não tem responsabilidade sobre gestão de tecnologia da informação – TI.

- 13.1 Despesas com Cartão de Crédito Corporativo

Quadro A.13.1 – Despesas com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador
Justificativa da não-aplicação: A ASCOF não utilizou cartão de crédito corporativo no exercício de 2011

Quadro A.13.2 – Despesas com Cartão de Crédito Corporativo (série histórica)

Justificativa da não-aplicação: A ASCOF não utilizou cartão de crédito corporativo no exercício de 2011

- 14.1. Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ

Quadro A.14.1 – Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ
Justificativa de não-aplicação: A ASCOF não tem responsabilidade sobre renúncias tributárias

- 14.2. Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida

Quadro A.14.2 - Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida
Justificativa de não-aplicação: A ASCOF não tem responsabilidade sobre renúncias tributárias

- 14.3. Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física

Quadro A.14.3 - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Fisicas
Justificativa de não-aplicação: A ASCOF não tem responsabilidade sobre renúncias tributárias

Quadro A.14.4 – Contribuintes Beneficiados pela Renúncia - Pessoas Jurídicas
Justificativa de não-aplicação: A ASCOF não tem responsabilidade sobre renúncias tributárias

- 14.4. Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária - Pessoas Físicas e Jurídica

Quadro A.14.5 - Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Físicas
Justificativa de não-aplicação: A ASCOF não tem responsabilidade sobre renúncias tributárias

Quadro A.14.6 - Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Jurídicas
Justificativa de não-aplicação: A ASCOF não tem responsabilidade sobre renúncias tributárias

- 14.5. Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária .

Quadro A.14.7 - Aplicação de Recursos da Renúncia de Receita pela própria UJ
Justificativa de não-aplicação: A ASCOF não tem responsabilidade sobre renúncias tributárias

- 14.6. Prestações de Contas de Renúncia de Receitas

Quadro A.14.8 - Prestações de Contas de Renúncia de Receitas
Justificativa de não-aplicação: A ASCOF não tem responsabilidade sobre renúncias tributárias

- 14.7. Comunicações à RFB

Quadro A.14.9 - Comunicações à RFB
Justificativa de não-aplicação: A ASCOF não tem responsabilidade sobre renúncias tributárias

- 14.8. Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas

Quadro A.14.10 - Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas
Justificativa de não-aplicação: A ASCOF não tem responsabilidade sobre renúncias de receitas

- 14.9. Declaração

Justificativa de não-aplicação: A ASCOF não tem responsabilidade sobre renúncias tributárias. Por essa razão não tem nada a declarar

- 14.10. Fiscalizações Realizadas pela RFB

Quadro A.14.11 - Ações da RFB
Justificativa de não-aplicação: A ASCOF não tem responsabilidade sobre renúncias tributárias

- 15.1. Deliberações do TCU atendidas no exercício

Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício
Justificativa de não-aplicação: A ASCOF não foi, no exercício, objeto de referência de deliberações do TCU.

- 15.2. Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

Quadro A.15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício
Justificativa de não-aplicação: A ASCOF não tinha, ao final do exercício, deliberações do TCU pendentes de cumprimento.

- 15.3. Recomendações do OCI atendidas no exercício

Quadro A.15.3 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI
Justificativa de não-aplicação: A ASCOF não recebeu no exercício, recomendações do OCI

- 15.4. Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício
Justificativa de não-aplicação: A ASCOF não tinha, ao final do exercício, recomendações do OCI pendentes de cumprimento.

- 16.1. Recomendações da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício
Justificativa de não-aplicação: A ASCOF não tinha, ao final do exercício, recomendações do pendentes de cumprimento.

- 16.2. Recomendações da unidade de Controle Interno ou de Auditoria Interna pendentes de atendimento

Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendação de Unidade de Auditoria Interna Pendente de Atendimento no final do exercício de Referência
Justificativa de não-aplicação: A ASCOF não tinha, ao final do exercício, recomendações do pendentes de cumprimento

- 17.1 Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis

Quadro B.1.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da UJ
Justificativa de não-aplicação: As demonstrações contábeis da ASCOF refletem sua adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial.

- 18.1 Análise Crítica das Demonstrações contábeis da Administração Pública Federal Direta

Justificativa de não-aplicação: A ASCOF não realizou no exercício de 2011 demonstrações contábeis.

- 19.1 Análise Crítica das Demonstrações Contábeis das Empresas Estatais

Justificativa de não-aplicação: A ASCOF não se enquadra como Empresa Estatal

- 20.1. Composição Acionária do Capital Social

Quadro B.4.1 - Composição Acionária do Capital Social
Justificativa de não-aplicação: A ASCOF não é uma empresa da Administração Pública Federal.

- 20.2. Composição Acionária da UJ como investidora

Quadro B.4.2 - Investimentos Permanentes em outras sociedades
Justificativa de não-aplicação: A ASCOF não é uma empresa da Administração Pública Federal.

- 21.1. Informações sobre o Fundo Partidário a serem prestadas pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE

Quadro C.1.1 – Relação dos partidos
Justificativa de não-aplicação: A ASCOF não é uma unidade vinculada à Justiça Eleitoral.

Quadro C.1.2 – Composição do montante arrecadado pelo Fundo Partidário

Justificativa de não-aplicação: A ASCOF não é uma unidade vinculada à Justiça Eleitoral.

Quadro C.1.3 – Distribuição dos valores do fundo partidário aos partidos no exercício de 2011
Justificativa de não-aplicação: A ASCOF não é uma unidade vinculada à Justiça Eleitoral.

Quadro C.1.4 – Partidos que prestaram contas relativas ao exercício anterior ao de referência
Justificativa de não-aplicação: A ASCOF não é uma unidade vinculada à Justiça Eleitoral.

Quadro C.1.5 – Partidos que NÃO prestaram contas relativas ao exercício anterior ao de referência
Justificativa de não-aplicação: A ASCOF não é uma unidade vinculada à Justiça Eleitoral.

Quadro C.1.6 – Situação da prestação de contas das direções nacionais dos partidos
Justificativa de não-aplicação: A ASCOF não é uma unidade vinculada à Justiça Eleitoral.

Quadro C.1.7 – Julgamento das contas das direções nacionais dos partidos

Justificativa de não-aplicação: A ASCOF não é uma unidade vinculada à Justiça Eleitoral.

- 21.2. Informações sobre o Fundo Partidário a serem prestadas pelos Tribunais Regionais Eleitorais – TRE.

Quadro C.1.8 – Relação dos diretórios de partidos no Estado
Justificativa de não-aplicação: A ASCOF não é uma unidade vinculada à Justiça Eleitoral.

Quadro C.1.9 – Discriminação das cotas do Fundo Partidário recebidas pelos diretórios estaduais das direções nacionais dos partidos.
Justificativa de não-aplicação: A ASCOF não é uma unidade vinculada à Justiça Eleitoral.

Quadro C.1.10 – Diretórios estaduais que prestaram contas relativas ao exercício anterior ao de referência

Justificativa de não-aplicação: A ASCOF não é uma unidade vinculada à Justiça Eleitoral.

Quadro C.1.11 – Diretórios estaduais que NÃO prestaram contas relativas ao exercício de 2010
Justificativa de não-aplicação: A ASCOF não é uma unidade vinculada à Justiça Eleitoral.

Quadro C.1.12 – Julgamento das contas dos diretórios estaduais dos partidos

Justificativa de não-aplicação: A ASCOF não é uma unidade vinculada à Justiça Eleitoral.

- 22.1. Evolução da situação financeira dos fundos constitucionais de financiamento

Quadro C.5.1 - Operações contratadas com riscos compartilhado e integral do fundo e do banco operador

Justificativa de não-aplicação: A ASCOF não tem sob sua responsabilidade a gestão de Fundos Constitucionais de Financiamento (definidos no art. 159, inciso I, alínea "c" da Constituição Federal).

Quadro C.5.2 - Créditos de liquidação duvidosa de operações contratadas

Justificativa de não-aplicação: A ASCOF não tem sob sua responsabilidade a gestão de Fundos Constitucionais de Financiamento (definidos no art. 159, inciso I, alínea "c" da Constituição Federal).

Quadro C.5.3 - Prejuízos contabilizados no exercício de 2011

Justificativa de não-aplicação: A ASCOF não tem sob sua responsabilidade a gestão de Fundos Constitucionais de Financiamento (definidos no art. 159, inciso I, alínea "c" da Constituição Federal).

Quadro C.5.4 - Ressarcimentos efetuados pelo Banco Operador ao fundo no exercício de 2011, decorrentes de perdas em operações com risco compartilhado

Justificativa de não-aplicação: A ASCOF não tem sob sua responsabilidade a gestão de Fundos Constitucionais de Financiamento (definidos no art. 159, inciso I, alínea "c" da Constituição Federal).

Quadro C.5.5 - Ações de Cobranças Judiciais ajuizadas no exercício de referência do relatório de gestão

Justificativa de não-aplicação: A ASCOF não tem sob sua responsabilidade a gestão de Fundos Constitucionais de Financiamento (definidos no art. 159, inciso I, alínea "c" da Constituição Federal).

- 23.1. Indicadores de desempenho das IFES nos termos da decisão nº TCU 408/2002 – plenário e modificações posteriores

Quadro C.7.1 – Resultados dos Indicadores Primários – Decisão TCU n.º 408/2002

Justificativa de não-aplicação: A ASCOF não é uma Instituição Federal de Ensino Superior – IFES.

Quadro C.7.2 – Resultados dos Indicadores da Decisão TCU n.º 408/2002

Justificativa de não-aplicação: A ASCOF não é uma Instituição Federal de Ensino Superior – IFES.

- 24.1. Análise da situação econômica-financeira

Quadro C.10.1 - Indicadores Análise da situação econômico-financeira
Justificativa de não-aplicação: A ASCOF, dadas as suas características e atribuições, não desempenha esse tipo de atividades.

- 24.2. Análise da distribuição da riqueza gerada pela UJ

Quadro C.10.2 - Análise da distribuição da riqueza gerada pela UJ
Justificativa de não-aplicação: A ASCOF, dadas as suas características e atribuições, não desempenha esse tipo de atividades.

- 25.1. Remuneração paga aos administradores

Quadro C.12.1 - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal
Justificativa de não-aplicação: A ASCOF, dadas as suas características e atribuições, não desempenha esse tipo de atividades.

Quadro C.12.2 - Síntese da remuneração dos administradores
Justificativa de não-aplicação: A ASCOF, dadas as suas características e atribuições, não desempenha esse tipo de atividades.

Quadro C.12.3 - Detalhamento de itens da remuneração variável dos administradores
Justificativa de não-aplicação: A ASCOF, dadas as suas características e atribuições, não desempenha esse tipo de atividades.

- 26.1 Contratação de Consultores na Modalidade "Produto", no âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

Quadro C - 16.1- Consultores na Modalidade "Produto", no âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais.
Justificativa de não-aplicação: A ASCOF, não contratou Consultores no âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais no exercício

- 27.1. Supervisão de Contratos de Gestão Celebrados com Organizações Sociais

Quadro A.19.1 – Informações sobre Contrato de Gestão Supervisionado pela UJ
Justificativa de não-aplicação: A ASCOF, não tem sob sua responsabilidade Contratos de Gestão

- 28.1. Imóveis Alienados em 2010 em Consonância com o Plano Nacional de Desimobilização – PND

Quadro C.30.1 – Evolução do Plano Nacional de Desimobilização no exercício de 2011
Justificativa de não-aplicação: A ASCOF, dadas as suas características e atribuições, não desempenha esse tipo de atividades.

- 29.1. Informações sobre os Contratos de Gestão Celebrados

Quadro C.37.1 – Caracterização dos Contratos de Gestão Vigentes no exercício

Justificativa de não-aplicação: A ASCOF, dadas as suas características e atribuições, não desempenha esse tipo de atividades.

- 29.2. Composição e Atuação do Conselho de Administração

Quadro C.37.2 – Relação de Membros do Conselho de Administração
Justificativa de não-aplicação: A ASCOF, não tem sob a sua responsabilidade a Gestão do Conselho de Administração

Quadro C.37.3 – Informações sobre o Custo de Participação do Membro nas reuniões
Justificativa de não-aplicação: A ASCOF, não tem sob a sua responsabilidade a Gestão do Conselho de Administração

29.3. Volume de Recursos Repassados às Entidades Privadas Signatárias do Contrato e Gestão

Quadro C.37.4 – Demonstração dos Valores Mensais Repassados no Exercício
Justificativa de não-aplicação: A ASCOF, não tem sob a sua responsabilidade a Gestão de Contratos de Gestão

- 29.4. Dirigentes da Entidade Privada Signatária do Contrato de Gestão

Quadro C.37.5 – Relação dos Dirigentes da Entidade Contratada por Meio de Contrato de Gestão
Justificativa de não-aplicação: A ASCOF, não tem sob a sua responsabilidade a Gestão de Contratos de Gestão

- 29.5. Despesa com Pessoal da Entidade Privada Signatária do Contrato de Gestão

Quadro C.37.6 – Demonstrativo da Remuneração do Pessoal da Entidade Signatária do Contrato de Gestão
Justificativa de não-aplicação: A ASCOF, não tem sob a sua responsabilidade a Gestão de Contratos de Gestão

- 29.6. Composição da Comissão de Avaliação do Resultado do Contrato de Gestão

Quadro C.37.7 – Relação dos Membros da Comissão de Avaliação
Justificativa de não-aplicação: A ASCOF, não tem sob a sua responsabilidade a Gestão de Contratos de Gestão

- 29.7. Prestação de Contas e Avaliação dos Resultados da Contratação

Quadro C.37.8 – Demonstrativo das Prestações de Contas Apresentadas no Exercício
Justificativa de não-aplicação: A ASCOF, não tem sob a sua responsabilidade a Gestão de Contratos de Gestão
Quadro C.37.9 – Valores Repassados e Avaliação do Contrato de Gestão
Justificativa de não-aplicação: A ASCOF, não tem sob a sua responsabilidade a Gestão de Contratos de Gestão

Quadro C.37.10 – Indicadores de Desempenho Pactuados e seus Resultados
Justificativa de não-aplicação: A ASCOF, não tem sob a sua responsabilidade a Gestão de Contratos de Gestão

Quadro C.37.11 – Avaliação Geral dos Resultados do Contrato de Gestão
Justificativa de não-aplicação: A ASCOF, não tem sob a sua responsabilidade a Gestão de Contratos de Gestão

- 29.8. Estrutura de Pessoal da UJ para Acompanhamento dos Contratos de Gestão

Quadro C.37.12 – Identificação da Estrutura de Pessoal da Unidade Responsável pelo Acompanhamento
Justificativa de não-aplicação: A ASCOF, não tem sob a sua responsabilidade a Gestão de Contratos de Gestão

- 29.9. Recursos da UJ Colocados à Disposição da Entidade Privada Signatária do Contrato de Gestão

Quadro C.37.13 – Discriminação dos Recursos da UJ Colocados à Disposição da Entidade Privada
Justificativa de não-aplicação: A ASCOF, não tem sob a sua responsabilidade a Gestão de Contratos de Gestão

- 30.1. Avaliação do Termo de Parceria Celebrado pela UJ

Quadro C.38.1 – Identificação dos Termos de Parceria Vigentes no Exercício
Justificativa de não-aplicação: A ASCOF, não tem sob a sua responsabilidade Termos de Parceria Celebrado

- 30.2. Valores Repassados em Razão de Termos de Parceria Firmados

Quadro C.38.2 – Demonstração dos Valores Mensais Repassados no Exercício em Razão de Termo de Parceria

Quadro C.38.3 – Dados Agregados dos Termos de Parceria de Exercícios Antecedentes ao de Referência
Justificativa de não-aplicação: A ASCOF, não tem sob a sua responsabilidade a Termos de Parceria Celebrados

- 30.3. Estrutura de Acompanhamento dos Resultados dos Termos de Parceria Firmados

Quadro C.38.4 – Composição da Comissão de Avaliação do Resultado da Parceria (Art.11,da Lei nº 9.790/99)

Quadro C.38.5 – Demonstrativo das Prestações de Contas apresentadas no Exercício

Justificativa de não-aplicação: A ASCOF, não tem sob a sua responsabilidade, Termos de Parceria Celebrados

- 30.4. Avaliação dos Resultados Obtidos com a Parceria

Quadro C.38.6 – Demonstrativo dos Indicadores Pactuados com Entidade Parceira
Justificativa de não-aplicação: A ASCOF, não tem sob a sua responsabilidade, Termos de Parceria Celebrados

A. CAPÍTULO

1. PARTE A, ITEM 1, ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010

Relatório de Gestão Agregado

Quadro A.1.1 - Identificação – Relatório de Gestão Agregado

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação			**Código SIORG**: 1988
Identificação da Unidade Jurisdicionada agregadora			
Denominação completa: Secretaria Executiva CNPJ 01.263.896/0001-64			
Denominação abreviada: SEXEC			
Código SIORG: 003234	**Código na LOA:** 24101		**Código SIAFI:** 240112
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão da Administração Direta do Poder Executivo			
Principal Atividade: Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais			**Código CNAE: 7210-0/00**
Telefones/Fax de contato: (61)2033-7500	(61) 2033-7702	(61)2033-8652	(61) 2033-7764
E-mail: executiva@mct.gov.br			
Página na Internet: http://www.mct.gov.br			
Endereço Postal: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – Esplanada dos Ministérios Bloco E, 5º andar – CEP:70067-900 Brasília-DF			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas agregadas			
Número de Ordem: 02			
Denominação completa: Assessoria de Coordenação dos Fundos Setoriais			
Denominação abreviada: ASCOF			
Código SIORG: 003243	**Código na LOA:**		**Código SIAFI:** 240139
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão da Administração Direta do Poder Executivo			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral			**Código CNAE:** 8411-6/00
Telefones/Fax de contato: (61)2033-7500	(61) 2033-8030	(61) 2033-8004	(61) 2033-7691
E-mail: fundossetoriais@mct.gov.br			
Página na Internet: http://www.mct.gov.br			
Endereço Postal: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – Esplanada dos Ministérios Bloco E, 5º andar , sala 552 – CEP:70067-900 Brasília-DF			
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
Decreto 91.146, de 15 de março de 1985 Decreto 5886, de 06 de setembro de 2006 Portaria 758, de 03 de outubro de 2006			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			

Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas		
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas		
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas		
Código SIAFI	Nome	
240139	ASCOF	
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas		
Código SIAFI	Nome	
00001	Tesouro	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões		
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão
240139		00001

PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010

Responsabilidades institucionais da unidade

I. Competência Institucional

De acordo com o artigo 64 da Portaria MCT nº 758, de 03.10.2006, compete à Assessoria de Coordenação dos Fundos Setoriais:

i) assessorar e apoiar a Secretaria-Executiva no planejamento e coordenação dos Fundos Setoriais destinados a financiar programas e projetos de desenvolvimento científico e tecnológico, em conformidade com as políticas e estratégias estabelecidas pelo Ministério;

ii) orientar e apoiar o planejamento e a supervisão de estudos, visando o estabelecimento de normas e procedimentos dos Fundos Setoriais, bem como acompanhar a evolução dos recursos a eles destinados;

iii) promover a gestão dos Fundos Setoriais no que se refere a sua implementação, acompanhamento de execução e avaliação;

iv) elaborar e divulgar calendários de chamadas públicas e outros instrumentos de seleção de propostas para ações dos Fundos Setoriais; e

v) promover e coordenar a articulação com as agências do Ministério e entidades relacionadas com as atividades dos Fundos Setoriais.

II. Objetivos estratégicos

Atuar de forma centrada no planejamento, coordenação e supervisão das ações dos Fundos Setoriais, em estreita consonância com os Colegiados que fazem parte da estrutura decisória dos Fundos – Comitês Gestores, Comitê de Coordenação e Conselho Diretor do FNDCT.

Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida

As ações finalísticas são executadas pelas agências FINEP e CNPq e demais unidades descentralizadas. A Unidade Gestora 240139 é de natureza operacional, realiza apenas parte das despesas operacionais dos Fundos Setoriais.

Análise do plano de ação da unidade referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão.

Em cumprimento às suas atribuições na gestão dos Fundos Setoriais, a ASCOF concentrou esforços em 2011 nas seguintes atividades principais:

1) Elaboração do Plano de Investimento Anual dos Fundos Setoriais, a partir das deliberações dos Comitês Gestores, do Conselho Diretor e do Comitê de Coordenação dos Fundos Setoriais:

1.1) Foram elaborados, aprovados e encaminhados às agências executoras, os Termos de Referência relativos às ações do Plano de Investimento, instrumentos fundamentais que embasam e autorizam toda a execução dos Fundos:

- Termos de Referência para Editais Transversais: 07
- Termos de Referência para Editais Verticais: 07
- Termos de Referência para Encomendas Transversais: 16
- Termos de Referência para Encomendas Verticais: 14

1.2) Adequação do Plano de Investimento dos Fundos Setoriais com a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação/ENCTI.

1.3) Acompanhamento da programação e distribuição regional das ações dos Fundos Setoriais, em observância às normas legais que preveem a aplicação de 30% dos recursos para as regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste e, no caso do Fundo do Petróleo e Gás Natural, 40% para o Norte e Nordeste.

1.4) Detalhamento das Ações Verticais, a partir das deliberações dos Comitês Gestores, garantindo a aderência ao escopo de cada Fundo Setorial, conforme lei de criação específica;

2) Monitoramento da execução orçamentária e financeira: foi estabelecida uma sistemática de acompanhamento da execução orçamentária e financeira com as agências FINEP e CNPq, procedimento que se mostrou altamente eficaz para o cumprimento do objetivo principal de aplicar todo o orçamento disponível no âmbito dos Fundos Setoriais, possibilitando identificar problemas, distorções e inadequações e encaminhar correções e soluções em tempo hábil.

3) A execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial das despesas operacionais da Assessoria e dos Comitês Gestores dos Fundos Setoriais no âmbito deste MCT foi realizada pela Unidade Gestora da ASCOF (240139) em conformidade ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI. A respectiva UG foi criada pela Portaria nº 219 de 11 de abril de 2007, publicada no DOU de 13 de abril de 2007, e é parte integrante da estrutura organizacional do MCTI, de acordo com o Decreto nº 5.886, de 06 de setembro de 2006.

4) Apoio técnico, operacional e administrativo aos Comitês Gestores, Comitê de Coordenação e Conselho Diretor do FNDCT. A ASCOF, dentro de seu papel de Secretaria Técnica e de Apoio aos Comitês que fazem parte da estrutura de decisão no âmbito dos Fundos, exerceu um papel central na organização das reuniões, definição de pauta, elaboração de documentos, relatórios e planilhas e implementação das decisões tomadas. Seu corpo técnico é responsável pela secretaria de todas as reuniões, elaboração dos documentos, apoio logístico, atas e encaminhamento das deliberações.

5) Avaliação dos Fundos Setoriais

5.1) Em 2010, o MCT realizou um levantamento sobre os resultados gerados pelo conjunto de projetos apoiados com recursos dos Fundos tendo como procedimento metodológico a pesquisa amostral. Em 2011, foi realizado o Plano Tabular e a expansão dos resultados da pesquisa, com destaque para os seguintes resultados:

- 71% desses projetos geraram algum tipo de produção bibliográfica (51% na forma de artigos completos publicados em periódicos nacionais e internacionais e 16,5% em livros ou capítulos de livro). Os projetos que publicaram artigos em periódicos são 4% oriundos da região Centro-Oeste; 3% da Norte; 11% da Nordeste; 22% da Sudeste e 11% da Sul.
- 13% desses projetos geraram dissertações de mestrado e 7%, teses de doutorado.
- 25% desses projetos geraram algum tipo de produção técnica (9,5% do tipo processos ou técnicas; 9% produtos tecnológicos; 6% softwares e 24% outros tipos de produção técnica).

5.2) Os estudos produzidos no âmbito do processo de avaliação dos impactos dos Fundos Setoriais, realizado em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e o Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional de Minas Gerais – CEDEPLAR/UFMG foram apresentados aos Comitês Gestores durante a segunda rodada de reuniões e deverão subsidiar o processo de elaboração do Documento de Diretrizes de cada Fundo Setorial.

A partir do conjunto de responsabilidades acima descrito e de seus desdobramentos, a ASCOF exerce o papel de relacionamento e negociações técnicas e operacionais com as agências executoras CNPq e FINEP, com os Institutos do MCTI que participam das ações dos Fundos e com os Ministérios e Órgãos que interagem com o planejamento e execução das nossas atividades.

Devido a disponibilidade orçamentária do FNDCT para novas ações e recursos bem como a necessidade da recomposição dos Comitês Gestores pelo fim do mandato dos representantes da Comunidade Científica e do Setor Empresarial, as reuniões só foram realizadas no segundo semestre de 2011.

O Conselho Diretor do FNDCT reuniu-se em 31 de agosto de 2011 quando foi aprovado o Plano de Investimento de 2011.

Em 21 de setembro foi realizado em Brasília-DF, na sede do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 1º Seminário Integrado dos Fundos Setoriais de 2011 que contou com a participação dos membros dos comitês gestores, secretários do MCTI e dirigentes de entidades empresariais e acadêmicas. O objetivo do Seminário foi realizar um balanço das ações desenvolvidas em 2010 e traçar o planejamento de 2011.

Nessa ocasião, ocorreu a primeira rodada de reuniões dos Comitês Gestores que teve por objetivo apresentar a situação das ações aprovadas em exercícios anteriores; apresentar o Orçamento do FNDCT para o ano de 2011; apresentar o Plano de Investimentos aprovado pelo Conselho Diretor do FNDCT; discutir as propostas para

2011 e colocar em discussão a revisão do Documento de Diretrizes para cada Fundo Setorial.

Tendo em vista o prazo para implementação de novas ações pelas agências Finep e CNPq, os Comitês Gestores optaram nessa rodada em alocar recursos em Editais e Encomendas já em andamento.

Em 14 dezembro foi realizado em Brasília-DF, na sede do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o Seminário das Agências Reguladoras sobre Iniciativas em Ciência, Tecnologia e Inovação. O objetivo do seminário foi debater as iniciativas e projetos das agências reguladoras relativas a C,T&I. Participaram as agências nacionais de Energia Elétrica (Aneel), de Telecomunicações (Anatel), dos Transportes Terrestres (ANTT) e a do Petróleo (ANP).

Nessa ocasião, ocorreu a segunda rodada de reuniões dos Comitês Gestores que teve por objetivo iniciar o processo de planejamento das ações para 2012. Foram discutidas pelos Comitês Gestores propostas de novo Regimento Interno e Manual Operativo buscando adequar os Fundos Setoriais ás mudanças na legislação.

A ASCOF apresentou a todos os Comitês Gestores o trabalho de Pesquisa Amostral que fez sobre o levantamento de resultados de projetos financiados pelos Fundos Setoriais entre os anos de 2003 a 2008.

Consultores do IPEA/CEDEPLAR apresentaram relatórios para cada Comitê Gestores mostrando o impacto dos Fundos Setoriais em diferentes dimensões do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação/SNDCTI.

Nas reuniões também foi apresentado e aprovado o Relatório de Gestão 2010 para cada Fundo Setorial, elaborado pelo FINEP, secretária executiva do FNDCT.

Desempenho Orçamentário / Financeiro

Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

QUADRO A.2.1 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	**Concedidos**	**240101**	**19572046120950001**	-	-	94.663,59
		240101	**19572112222230001**			9.453,87
		240101	**19572138821130001**			24.784,54
		240101	**19572138821890001**			17.715,31
		240101	**19572138829970001**			22.270,77
		240101	**19572138840430001**			17.172,88
		240101	**19572138840530001**			8.604,72
		240101	**19572138841850001**			9.616,79
		240101	**1957213887N340056**			176.026,22
	Concedidos	**240101**	**19753138841560001**			30.875,16
	Recebidos					
Movimentação Externa	**Concedidos**					
	Recebidos	**240901**	19572046120950001			94.663,59
	Recebidos	**240901**	19572112222230001			9.453,87
	Recebidos	**240901**	19572138821130001			24.784,54
	Recebidos	**240901**	19572138821890001			17.715,31
	Recebidos	**240901**	19572138829970001			22.270,77
	Recebidos	**240901**	19572138840430001			17.172,88
	Recebidos	**240901**	19572138840530001			8.604,72
	Recebidos	**240901**	19572138841850001			9.616,79
	Recebidos	**240901**	1957213887N340056			176.026,22
	Recebidos	**240901**	19753138841560001			30.875,16

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	**Concedidos**	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Movimentação Externa	**Concedidos**	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-

Fonte: ASCOF/SIAFI

O valor de R$ 411.183,85 (quatrocentos e onze mil cento e oitenta e três reais e oitenta e cinco centavos) recebido da UG 240901 foi destinado ao suporte administrativo e operacional às atividades dos Fundos Setoriais no exercício de 2011, dentre elas: Realização de Reuniões dos Comitês Gestores; do Conselho Diretor do FNDCT; Visitas Técnicas de supervisão e acompanhamento a entidades executoras e serviços de locação de mão-de-obra. Esse valor foi repassado à UG 240101 que executou o pagamento de passagens e diárias de servidores e colaboradores eventuais bem como o pagamento de locação de mão- de- obra.

Execução Orçamentária da Despesa

Despesas por Modalidade de Contratação

QUADRO A.2.2 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Licitação				
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão	-	1.906.706,84	-	1.902.277,55
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas				
Dispensa				
Inexigibilidade				
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos				
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias				
Outras				

Fonte: SIAFI

Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO A.2.3 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3- Outras Despesas Correntes								
37 – Locação de mão-de-obra	-	1.773.514,78	-	1.773.514,78			-	1.769.085,49
39 – Outros Serviços de terceiros - PJ	-	133.192,06	-	133.192,06			-	133.192,06
3º elemento de despesa								

Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI

PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

QUADRO A.3.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	**Montante Inscrito**	**Cancelamentos acumulados**	**Pagamentos acumulados**	**Saldo a Pagar em 31/12/2011**
2010	4.429,29	4.429,29	-	-
2009				
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	**Montante Inscrito**	**Cancelamentos acumulados**	**Pagamentos acumulados**	**Saldo a Pagar em 31/12/2011**
2010				
2009				
...				
Observações:				

Fonte: ASCOF/SIAFI

Análise Crítica

O recurso acima foi fruto de um equívoco no momento do cancelamento dos empenhos não utilizados no exercício de 2010. No início de 2011 o referido empenho foi cancelado.

PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

Composição do Quadro de Servidores Ativos

Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada

QUADRO A.4.1 - FORÇA DE TRABALHO DA UJ

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)		15	7	4
1.1. Membros de poder e agentes políticos		-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		15	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		13	7	4
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		-	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		2	-	1
2. Empregados Públicos		5	-	-
3. Servidores com Contratos Temporários		-	-	-
4. Total de Servidores (1+2)		20	7	5

Fonte: MCTI/CGRH

Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da unidade jurisdicionada

QUADRO A.4.2 - DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão				
1.1. Cargos Natureza Especial		-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior		-	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		3	-	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		-	-	-

1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas		2	-	1
1.2.4. Sem vínculo		-	-	-
1.2.5. Aposentados		-	-	1
1.2.6 Empregados Públicos		-	-	-
2. Funções gratificadas				
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		-	-	-
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		-	-	-
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas		-	-	-
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)		5	-	2

Fonte: MCTI/CGRH

Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade

QUADRO A.4.3 - QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2011

Tipologias do Cargo	**Quantidade de Servidores por Faixa Etária**				
	Até 30 anos	**De 31 a 40 anos**	**De 41 a 50 anos**	**De 51 a 60 anos**	**Acima de 60 anos**
1. Provimento de cargo efetivo					
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	**1**	**4**	**6**	**2**	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
1.4 Empregados Públicos	-	-	3	1	1
2. Provimento de cargo em comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	1	1
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	-
3. Totais (1+2)	**1**	**4**	**9**	**4**	**2**

Fonte: MCTI/CGRH

Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade

QUADRO A.4.4 - QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2011

Tipologias do Cargo	**Quantidade de pessoas por nível de escolaridade**								
	1	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**
1. Provimento de cargo efetivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-

1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	-	-	-	**1**	**8**	**3**	**1**
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.4 Empregados Públicos	-	-	-	1	2	2	-	-	
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	2	-	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Totais (1+2)	-	-	-	**1**	**2**	**5**	**8**	**3**	**1**

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: MCTI/CGRH

Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria

QUADRO A.4.5 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2011

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral		
1.1 Voluntária	2	
1.2 Compulsória		
1.3 Invalidez Permanente		
1.4 Outras		
2. Proporcional		
2.1 Voluntária		
2.2 Compulsória		
2.3 Invalidez Permanente		
2.4 Outras		

3. Totais (1+2)	2	

Fonte: MCTI/CGRH

Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada

QUADRO A.4.6 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANOS ANTERIORES

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciário	Demais despesas variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	**2011**										
	2010										
	2009										
Empregados Públicos											
Exercícios	**2011**	147.927.12									
	2010	147.929,40									
	2009										
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	**2011**	676.080,77		572.680,59	23.297,36						
	2010	582.587,52		296.260,84	16.852,56						
	2009	341.751,24		286.260,84	27.213,48						
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	**2011**										
	2010	164.760,00									
	2009	210.360,00									
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	**2011**										
	2010										
	2009										
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	**2011**										
	2010										
	2009										
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	**2011**	144.778,24									
	2010	224.398,08									
	2009	230.137,92									
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	**2011**										
	2010										
	2009	2.989,32									

Fonte: MCTI/CGRH

PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, 24/11/2010

Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93

QUADRO A.5.1 - DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO - POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR	20		
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte: MCTI/CGRH

Análise Crítica

O § 2º do art. 3 do Decreto nº 5.483, de 30 de junho de 2005 oferece a opção de entrega de autorização de acesso à declaração anual apresentada à Secretaria da Receita Federal, com as respectivas retificações. Esta autorização de consulta facilita o controle por parte do serviço de pessoal e traz economicidade para o Governo já que diminui a quantidade de papel recebido por ano.

A partir de 2011, todos os servidores passaram a entregar a cópia da Declaração de Imposto de Renda ou a Autorização de Acesso ao Imposto de Renda à Coordenação de Recursos Humanos, de acordo a Portaria Interministerial MP/CGU Nº 298, de 6 de setembro de 2007. Esta Portaria trata da exigência de entrega da Declaração de Imposto de Renda ou Autorização de Acesso a todo agente público.

ITEM 9 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

Estrutura de controles internos da UJ

QUADRO A.6.1 - ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					**X**
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			**X**		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					**X**
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.			**X**		
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				**X**	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			**X**		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			**X**		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					**X**
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				**X**	
Avaliação de Risco	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					**X**
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				**X**	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			**X**		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			**X**		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			**X**		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			**X**		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			**X**		

17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.			**X**		
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.			**X**		
Procedimentos de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			**X**		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			**X**		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			**X**		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			**X**		
Informação e Comunicação	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					**X**
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				**X**	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				**X**	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				**X**	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			**X**		
Monitoramento	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			**X**		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			**X**		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			**X**		
Considerações gerais: Na estrutura da ASCOF, não há uma unidade de controle interno. Esta unidade está na estrutura formal do MCTI. As questões que foram respondidas tem como base os procedimentos adotados no âmbito da Assessoria.					

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

PARTE "B", ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108 DE 24/11/2010

Declaração do Contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis

QUADRO B.1.1 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação completa (UJ)	**Código da UG**
Assessoria de Coordenação dos Fundos Setoriais - ASCOF	240139

Após análise dos registros contábeis e conformidade de registros de gestão que consiste na certificação dos registros dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira e patrimonial inclusos no SIAFI e da existência de documentos hábeis que comprovem as operações, declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011, refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da Assessoria de Coordenação dos Fundos Setoriais - ASCOF.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	**Brasília-DF**	**Data**	**31.01.2012**
Contador Responsável	Eliana Yukiko Takenaka	**CRC nº**	**6.666**

PARTE "C", ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

Contratação de consultores na modalidade "produto", no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

O processo de contratação dos consultores se deu no exercício de 2010. A ASCOF realizou o repasse financeiro para a UG 240101 no valor total das contratações conforme apresentado no Relatório de Gestão do exercício de 2010. Todavia os consultores entregaram os produtos no exercício de 2011 conforme o cronograma previsto.

O consultor Alisson Alexandre Araújo elaborou o projeto de Cooperação Técnica nº 914BRZ2018 – ASCOF código 01/004/2010 Contrato nº SA-3792/2010. O projeto produziu os seguintes produtos:

- Diagnóstico dos Mecanismos de Avaliação dos Fundos Setoriais;
- Estratégia para execução de pesquisa-piloto de avaliação dos Fundos Setoriais;
- Plano Tabular da Pesquisa-Piloto de Avaliação dos Fundos Setoriais";
- Análise dos Resultados da Pesquisa Amostral de Avaliação dos Fundos Setoriais;
- Proposta de Metodologia – Sistemática de Indicadores – para Avaliação dos Fundos Setoriais.

O consultor Caio Lustosa Mascarenhas Sobrinho elaborou o projeto de Cooperação Técnica nº 914BRZ2018 - ASCOF códigos 01/003/2010 Contrato: 3791/2010. O projeto produziu os seguintes produtos:

- Documento Técnico com estudo sobre o histórico da aplicação dos recursos do FNDCT/Fundos Setoriais nas regiões do país, considerando questões relativas às Ações Verticais, Ações Transversais, Subvenção Econômica, Instrumentos do Fundo Verde Amarelo, Financiamento a Projetos de Pesquisa FPDTE e Bolsas do CNPq; ii) Um diagnóstico dos mecanismos de acompanhamento, no âmbito do MCT, da aplicação dos recursos do FNDCT/Fundos Setoriais, especialmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste;
- Documento técnico propondo metodologia para acompanhamento permanente e tempestivo da aplicação dos recursos do FNDCT/Fundos Setoriais, especialmente no tocante às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, elaborado;
- Documento Técnico contendo proposta de teste e validação (projeto-piloto) da metodologia de acompanhamento a um dos fundos que têm histórico de dificuldade com relação ao cumprimento da legislação referente à obrigatoriedade de aplicação dos recursos nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (Fundo Setorial de Saúde, CT-Saúde);
- Documento Técnico contendo análise dos resultados do projeto-piloto proposto no produto nº 03;
- Documento Técnico contendo proposta de aplicação aos demais Fundos da metodologia (validada e testada no projeto-piloto) de acompanhamento permanente e tempestivo da aplicação dos recursos do FNDCT/Fundos Setoriais, especialmente no que diz respeito à necessidade de comprimento da obrigação legal de destinação de percentual mínimo anual desses recursos às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, de modo a subsidiar o planejamento e a tomada de decisão por parte dos gestores do FNDCT/Fundos Setoriais.

A consultora Rosirlei Renata Andrade elaborou o projeto de Cooperação Técnica nº 914BRZ2018 - ASCOF códigos 01/005/2010 Contrato:3793/2010. O projeto produziu os seguintes produtos:

- Documento Técnico com Diagnóstico sobre o Processo de Gestão da Informação Relativa à Aplicação dos Recursos do FNDCT/Fundos Setoriais;

- Documento técnico propondo aprimoramentos ao processo de gestão da informação quanto à aplicação dos recursos do FNDCT/Fundos Setoriais no âmbito do MCT;
- Documento Técnico contendo proposta do projeto-piloto sobre melhoria do processo de gestão da informação orçamentária do FNDCT/Fundos Setoriais no âmbito do MCT;
- Documento Técnico analisando os resultados do projeto-piloto objeto do produto nº 03;
- Documento Técnico com recomendações finais para melhoria do processo de gestão orçamentária do FNDCT/Fundos Setoriais no âmbito do MCTI.

Análise Crítica

Para o exercício de 2012 planeja-se a incorporação dos produtos gerados pelos três consultores contratados no âmbito do projeto de Cooperação Técnica nº 914BRZ2018 – ASCOF.

CONCLUSÃO

Para atender as atribuições da ASCOF, de forma centrada no planejamento, na coordenação e na supervisão das ações dos Fundos Setoriais no exercício de 2011, foram desenvolvidas atividades de suporte aos Colegiados que fazem parte da estrutura decisória dos Fundos.

Conforme demonstrado no Relatório de Gestão, as rodadas de reuniões com os quinze Comitês Gestores se iniciaram no segundo semestre de 2011, quando foram definidas as ações a serem implementadas com recursos dos Fundos Setoriais no exercício. Vale destacar que a execução orçamentária e financeira atendeu ao Plano de Investimento estabelecido.

Com relação ao Plano de Trabalho da ASCOF, que consubstancia o Termo de Cooperação firmado com a FINEP para utilização dos recursos do FNDCT para as despesas operacionais da UG 240139, a execução em, 2011 ocorreu dentro do planejado.

Em 2011 foi estabelecida uma parceira do MCTI com o CGEE – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos com o objetivo de subsidiar o processo de revisão e elaboração dos Documentos de Diretrizes de cada Fundo Setorial que será levado a termo em 2012.

Para o exercício de 2012 planeja-se a incorporação dos produtos gerados pelos três consultores contratados no âmbito do projeto de Cooperação Técnica nº 914BRZ2018 – ASCOF.

ANEXOS

Organograma

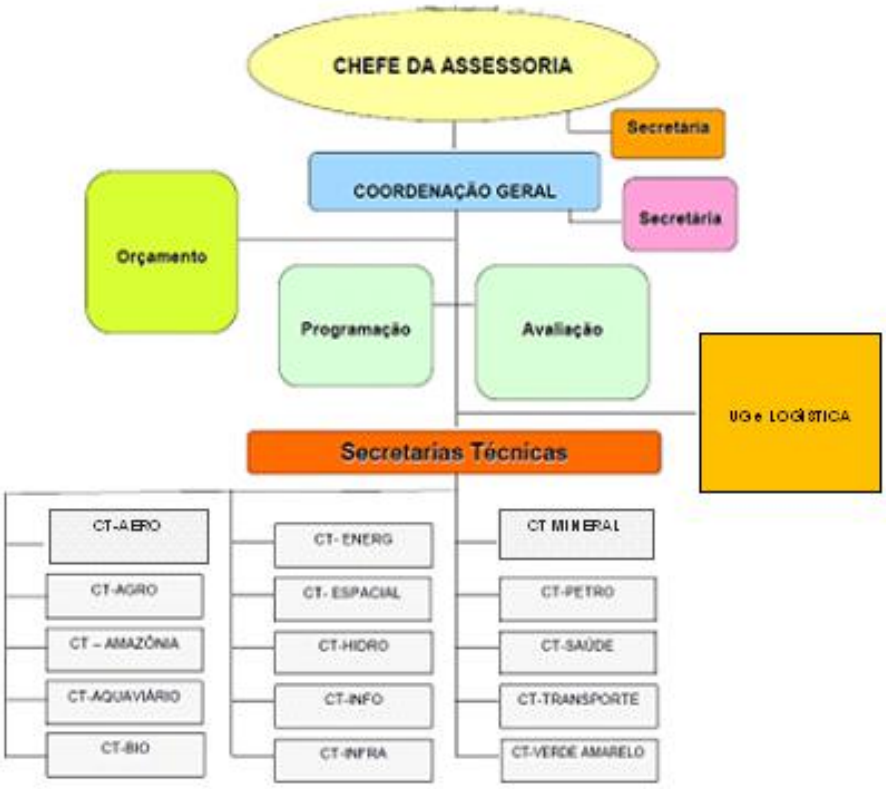


Figura 1 - Organograma da ASCOF

Lista I - Rol dos responsáveis

ROL DE RESPONSÁVEIS

UNIDADE GESTORA: 240112 GESTÃO: 240112-Secretaria Executiva					
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: em conformidade com a IN TCU nº 57/2008, art. 10	Dirigente Máximo da Unidade Jurisdicionada				
AGENTE: LUIZ ANTONIO RODRIGUES ELIAS				CPF: 54990076753	
ENDEREÇO RESIDENCIAL SQS 109 Bloco D Apto. 603 – Asa Sul					
MUNICÍPIO: Brasília	CEP:70372-040	UF:DF	TELEFONE: 61- 20337602 61- 20337603	FAX: 61-203377764	
CARGO OU FUNÇÃO: SECRETÁRIO EXECUTIVO					
DESIGNAÇÃO: Decreto – DOU Seção 2	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO DE GESTÃO: 2011	
Data 29.05.2007	Ato/nº/ano	Data	Ato/nº/ano	Data início	À data fim

_____ _____

Encarregado do Setor Dirigente da Unidade

UNIDADE GESTORA: 240112 GESTÃO: 240112-Secretaria Executiva					
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: em conformidade com a IN TCU nº 57/2008, art. 10	Membro de Diretoria				
AGENTE: ANTONIO IBAÑEZ RUIZ				CPF: 182329491-04	
ENDEREÇO RESIDENCIAL SMPW Qd. 15 Conj. 7 Lt. 06 – Park Way					
MUNICÍPIO: Brasília	CEP:71.741 - 507	UF:DF	TELEFONE: 61- 20338502 61- 203337602	FAX: 61-20337764	
CARGO OU FUNÇÃO: SECRETÁRIO EXECUTIVO SUBSTITUTO					
DESIGNAÇÃO: PORTARIA	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO DE GESTÃO: 2011	
Data 05/11/2007	Ato/nº/ano 705	Data	Ato/nº/ano	Data início	À data fim

_____ _____

Encarregado do Setor Dirigente da Unidade

UNIDADE GESTORA: 240139 GESTÃO: 00001 – Assessoria de Coordenação dos Fundos Setoriais					
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: em conformidade com a IN TCU nº 57/2008, art. 10	Dirigente Máximo da Unidade Jurisdicionada -				
AGENTE: ANTONIO IBAÑEZ RUIZ				CPF: 182329491-04	
ENDEREÇO RESIDENCIAL SMPW Qd. 15 Conj. 7 Lt. 06 – Park Way					
MUNICÍPIO: Brasília	CEP:71.741 - 507	UF:DF	TELEFONE: 61- 20338502 61- 20337602	FAX: 61-203377764	
CARGO OU FUNÇÃO: Chefe da Assessoria de Coordenação dos Fundos Setoriais					
DESIGNAÇÃO: PORTARIA	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO DE GESTÃO: 2011	
Data 26/10/2007	Ato/nº/ano 1138/2007	Data	Ato/nº/ano	Data início	À data fim

_____ _____

Encarregado do Setor Dirigente da Unidade

UNIDADE GESTORA: 240139 GESTÃO: 00001 – Assessoria de Coordenação dos Fundos Setoriais					
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: em conformidade com a IN TCU nº 57/2008, art. 10	Membro de Órgão Colegiado				
AGENTE: ALDO PINHEIRO DA FONSECA				CPF: 084755041-91	
ENDEREÇO RESIDENCIAL SQN 308 Bl. B – Apt. 201 – Asa Norte					
MUNICÍPIO: Brasília	CEP:71.047 - 020	UF:DF	TELEFONE: 61- 20338004 61- 20338030	FAX: 61-20337788	
CARGO OU FUNÇÃO: Coordenador Geral da Assessoria de Coordenação dos Fundos Setoriais					
DESIGNAÇÃO: PORTARIA	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO: PORTARIA	DOCUMENTO:	PERÍODO DE GESTÃO: 2011	
Data 27/09/2006	Ato/nº/ano 713	Data 10/08/2011	Ato/nº/ano 617	Data início	À data fim

_____ _____

Encarregado do Setor Dirigente da Unidade

UNIDADE GESTORA: 240139 GESTÃO: 00001 – Assessoria de Coordenação dos Fundos Setoriais					
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: em conformidade com a IN TCU nº 57/2008, art. 10	Membro de Órgão Colegiado				
AGENTE: ELIANNE PRESCOTT				CPF: 249758861-49	
ENDEREÇO RESIDENCIAL SHIS QI 15 Conjunto 10 Casa 4 – Lago Sul					
MUNICÍPIO: Brasília	CEP: 71635-300	UF:DF	TELEFONE: 61- 20338023 61- 20338030	FAX: 61-20337885	
CARGO OU FUNÇÃO: Coordenadora Geral da Assessoria de Coordenação dos Fundos Setoriais					
DESIGNAÇÃO: PORTARIA	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO DE GESTÃO: 2011	
Data 13/10/2011	Ato/nº/ano 801	Data	Ato/nº/ano	Data início	À data fim

_____ _____

Encarregado do Setor Dirigente da Unidade

UNIDADE GESTORA: 240139 GESTÃO: 00001 – Assessoria de Coordenação dos Fundos Setoriais					
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: em conformidade com a IN TCU nº 57/2008, art. 10	Membro de Órgão Colegiado - Substituto				
AGENTE: ALBA VALÉRIA PACHECO				CPF: 223597961-00	
ENDEREÇO RESIDENCIAL Av. Araucária Rua 13 Sul, Qd 204 Lt 07 – Apt. 401 – Residencial Império, Águas Claras					
MUNICÍPIO: Brasília	CEP: 71939-540	UF:DF	TELEFONE: 61- 20337823	FAX: 61-20337885	
CARGO OU FUNÇÃO: Coordenador Geral da Assessoria de Coordenação dos Fundos Setoriais - Substituta					
DESIGNAÇÃO: PORTARIA	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO DE GESTÃO: 2011	
Data 16/04/2008	Ato/nº/ano 227	Data	Ato/nº/ano	Data início	À data fim

_____ _____

Encarregado do Setor Dirigente da Unidade

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

SECRETARIA EXECUTIVA

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

Prestação de Contas Ordinária Anual

RELATORIO DE GESTÃO DO EXERCICIO DE 2011

03/2012

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

SECRETARIA EXECUTIVA

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

Prestação de Contas Ordinária Anual

RELATORIO DE GESTÃO DO EXERCICIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos Órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art.70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 e 117/2011 e da Portaria TCU nº 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno Portaria nº 2546, de 27 de dezembro de 2010.

Unidade Agregadora : SECRETARIA EXECUTIVA / MCT

Brasília , 03/ 2012

Sumário

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA 9
ORGANOGRAMA FUNCIONAL 11
PARTE A - CONTEÚDO GERAL 12
1. INTRODUÇÃO 12
2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA 13
2.1. Responsabilidades Institucionais da Unidade 13
2.1.1. Competência Institucional 13
2.1.2. Objetivos Estratégicos 15
2.2. Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais 15
2.2.1. Análise do andamento Plano Estratégico da Unidade ou do Órgão em que a Unidade esteja inserida 15
2.2.2. Análise do plano de ação da unidade referente ao exercício de 2011 18
2.3. Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ 20
2.3.1. Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ 20
2.3.2. Execução Física das Ações Realizadas pela UJ 20
2.4. Desempenho Orçamentário/Financeiro 24
2.4.1. Programação Orçamentária da Despesa 25
2.4.2. Execução Orçamentária da Despesa 25
2.4.3. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação 26
2.4.4. Indicadores Institucionais 27
3. Movimentação e Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores 29
3.1. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores 29
3.2. Análise Crítica 29
4. Recursos Humanos da Unidade 29
4.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos 30
4.1.1. Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada 30
4.1.2. Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da unidade jurisdicionada 30
4.1.3. Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da unidade jurisdicionada 30
4.1.4. Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade 30
4.1.5. Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade 30
4.2. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas 31
4.2.1. Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria 31
4.2.2. Demonstração das Origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada 32
4.3. Composição do Quadro de Estagiários 32
4.4. Custos Associados à Manutenção dos Recursos Humanos 32
4.5. Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada 32
4.5.1. Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para a realização de concursos públicos para substituição de terceirizados 32
4.5.2. Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade 33
4.6. Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos 33
5. Transferências mediante Convênio, Contrato de Repasse, Termo de Cooperação, Compromisso ou outros acordos, Ajustes, ou Instrumentos Congêneres, vigentes no exercício de 2011 34
5.1. Instrumentos de transferências Vigentes no Exercício 34
5.1.1. Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios 35

5.1.2. Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2012 e seguintes 35
5.2. Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios, termos de cooperação e contratos de repasse 35
6. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010..... 35
7. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas 35
7.1. Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93 36
8. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ 37
9. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras, tendo como referência a Instrução Normativa nº 1/2010 e a Portaria nº 2/2010, ambas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e informações relacionadas à separação de resíduos recicláveis descartados em conformidade com o Decreto nº 5.940/2006 37
9.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis 38
10. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como "Bens de Uso Especial", de propriedade da União ou locado de terceiros. 38
10.1. Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial 38
11. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ 39
12. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal. 39
QUADRO A.13.2 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA) 39
13. Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento. 40
PARTE B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO 41
1. Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) e o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável – UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão..... 41
Quadro B.1.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício NÃO REFLETEM corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada. 41
PARTE C – CONTEÚDO ESPECIFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES 42
1. ITEM 16 DA PARTE C - ÓRGÃOS E ENTIDADES QUE EXECUTAM ACORDOS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL, COM A CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES NA MODALIDADE "PRODUTO". 42
1.1 Informações sobre as contratações de consultores na modalidade "produto" no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais, no formato definido na portaria prevista no art. 4°, § 3° desta DN. 42
14. CONCLUSÃO..... 43

QUADRO A.2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo 45
Quadro A.2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo..... 45
Quadro A.2.4 - Programação de Despesas Correntes 57
QUADRO A.2.5 – Programação de Despesas Capital 57
Quadro A.2.6 – Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência..... 58
QUADRO A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa..... 59
QUADRO A.2.8 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ 61
QUADRO A.2.9 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ 62
QUADRO A.2.10 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ 62
QUADRO A.2.12 DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO 65
DEMONSTRAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO Á DISPOSIÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA..... 66
Composição do Quadro de Servidores Ativos- SPOA (CGOF -CGGI-CGRL-CGTI-CGRH) 66
Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12..... 66
Quantidade 66
Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12 ... 67
Quadro A.5.3 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro) 69
Quantificação do quadro de pessoal da Unidade Jurisdicionada segundo a idade 69
Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12 69
Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12 70
Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro..... 71
Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12..... 71
Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários..... 72
Quadro A.5.9 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada 74
Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensivas pela unidade 78
Quadro A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva..... 79
Quadro A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva..... 79
Quadro A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva..... 80
Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.... 81
Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.... 82
Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.... 83
Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.... 84
Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.... 85
Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.... 86
Quadro A.9.1 Estrutura de controles internos da UJ 87
Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis 89

Quadro A.11.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União 92
Quadro A.11.3 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ 92
Quadro A.12.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da unidade jurisdicionada ... 93
ITEM 15, DA PARTE A , DO ANEXO II, DN TCU 108/2010, DE 24/11/2010 93
Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício 94
Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício 96
Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI 119
Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI 120
Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI 121
OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UNIDADE PARA DEMONSTRAR A CONFORMIDADE E O DESEMPENHO DA GESTÃO NO EXERCÍCIO 122
Quadro I – Orçamento por Programa / 2011 122
Quadro II – Posição Inicial e Final do Orçamento / 2011 122
Gráfico da Posição Inicial e Final do Orçamento / 2011 124
LIMITES PARA MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO E PARA PAGAMENTO 125
Quadro III – Execução Orçamentária / 2011 125
LIMITE DE PAGAMENTO / OUTROS CUSTEIOS E CAPITAL - OCC 127
QUADRO IV – EXECUÇÃO FINANCEIRA / 2011 – OCC 127
Gráfico da Execução Financeira / 2011 127
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA 128
QUADRO V - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA / 2011 128
Gráfico da Execução Orçamentária e Financeira / 2011 129
RESTOS A PAGAR 130
Quadro VI – Inscrição de Restos a Pagar / 2009 – Outros Custeios e Capital 131
Quadro VII– Inscrição de Restos a Pagar / 2010 – Outros Custeios e Capital 133
Quadro VIII – Inscrição de Restos a Pagar / 2011 – Outros Custeios e Capital 135
Quadro A.6.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência 138
Quadro A.6.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios 180
Quadro A.6.3 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes 180
Quadro A.6.4 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse. 181
Quadro C.38.2 – Demonstração dos valores mensais repassados no exercício em razão de termo de parceria 204
Quadro C.38.2 – Demonstração dos valores mensais repassados no exercício em razão de termo de parceria 204
Quadro C.38.2 – Demonstração dos valores mensais repassados no exercício em razão de termo de parceria 205
Quadro C.38.3 – Dados agregados dos Termos de Parceria de exercícios antecedentes ao de referência 205
ANEXO III 1
Informações sobre as contratações de consultores na modalidade "produto" no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais, no formato definido na portaria prevista no art. 4°, § 3° desta DN. 1

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

AEB – Agência Espacial Brasileira
ASCOF – Assessoria de Coordenação dos Fundos Setoriais
CBPF – Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas
CEITEC – Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A.
CETEM – Centro de Tecnologia Mineral
CGOF – Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças
CGRL – Coordenação-Geral de Recursos Logísticos
CGRH – Coordenação-Geral de Recursos Humanos
CGTI - Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
CGGI – Coordenação-Geral de Gestão e Inovação
CGU – Controladoria - Geral da União
CNEN – Comissão Nacional de Energia Nuclear
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COCF – Coordenação de Contabilidade e Programação Financeira
CTI – Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer
DN – Decisão Normativa
DPF – Divisão de Programação Financeira
FCT – Funções Comissionadas Técnicas
FNDCT – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
INB – Indústrias Nucleares do Brasil S/A
INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
INSA – Instituto do Semi-Árido
INT – Instituto Nacional de Tecnologia
LNA – Laboratório Nacional de Astrofísica
LNCC – Laboratório Nacional de Computação Científica
MAST – Museu de Astronomia e Ciências Afins
MF – Ministério da Fazenda
MPEG – Museu Paraense Emílio Goeldi
NUCLEP – Nuclebrás Equipamentos Pesados
ON – Observatório Nacional
PACE – Programa de Assistência Técnica para o Crescimento Equitativo e Sustentável
RENE – Representação Regional do MCT no Nordeste
RNP - Rede Nacional de Pesquisa
SPOA – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
TCU – Tribunal de Contas da União

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO , ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

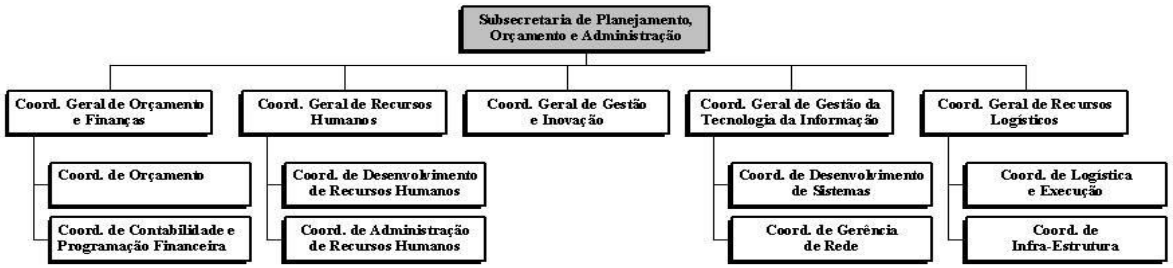
Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação/ MCTI		**Código SIORG**: 1988	
Identificação da Unidade Jurisdicionada Agregadora			
Denominação completa: Secretaria Executiva			
Denominação abreviada: Sexec/MCTI			
Código SIORG: 3234	**Código na LOA:** 24101		**Código SIAFI:** 240112
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público da Administração Direta			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral		**Código CNAE:** 8411600	
Telefones/Fax de contato:	(061) 33177603	(61) 33178408	(099) 9999-9999
Endereço eletrônico:executiva@mct.gov.br			
Página da Internet: http://www.mct.gov.br			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios Bloco E CEP : 70067-900 – Brasília - DF			
Identificação das Unidades Jurisdicionada Agregada			
Número de Ordem:			
Denominação completa: Subsecretaria de Planejamento , Orçamento e Administração			
Denominação abreviada: SPOA/MCT			
Código SIORG: 8882	**Código na LOA:** 24101		**Código SIAFI:** 240101
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral		**Código CNAE:** 8411600	
Telefones/Fax de contato:	(061) 33177700	(061) 33177771	(099) 9999-9999
Endereço eletrônico: spoa@mct.gov.br			
Página da Internet: http://www.mct.gov.br			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios Bloco E Sobreloja CEP 70.067-900- Brasília -DF			
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
Decreto 5.886 de 06/09/2006, Publicado DOU de 08/09/2006 Seção 1 pagina 2			

Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas
Portaria nº 758 de 03/10/2006, Publicado DOU de 05/10/2006 Seção 1 página 20
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas
Texto (identificação da norma e data de publicação)
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas

Código SIAFI	**Nome**
240101	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos
240102	Coordenação - Geral de Orçamento e Finanças
240133	Coordenação-Geral de Recursos Humanos
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	**Nome**
00001	Tesouro
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	**Código SIAFI da Gestão**
240101	00001
240102	00001
240133	00001
Identificação das Unidades Jurisdicionadas consolidadas	

Nome	**Situação**	**Código SIORG**

ORGANOGRAMA FUNCIONAL



PARTE A - CONTEÚDO GERAL

1. INTRODUÇÃO

1. O presente Relatório de Gestão Individual foi elaborado e estruturado em cumprimento ao dever de prestar contas previsto no art. 70 da Constituição Federal de 1988 e em conformidade com as orientações emanadas pelos Órgãos de Controle Interno e Externo.

2. Para tanto, no que se refere ao Controle Interno foi observada a Portaria/SE/CGU-PR nº 2.546, de 27.12.2010, publicada no DOU de 28.12.2010, S. 1, pg. 8 a 10, que aprovou na forma dos Anexos I e II da referida Portaria.

3. Quanto ao Controle Externo fundamentou-se na Instrução Normativa TCU nº 63/2010, de 01.09.2010 (DOU de 06.09.2010, S. 1, ps. 79 e 80), Decisão Normativa TCU nº 108, de 24 de novembro de 2011, bem como com a Portaria TCU nº 123 de 12 de maio de 2011.

4. Quanto ao ANEXO II da DN TCU Nº 108, de 2011, os itens 2.4.6 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesas dos Créditos recebidos por Movimentação e 3 - Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos, não ocorreram no período.

5. Também não ocorreu no período renúncia tributária, prevista no item 14 – Informações sobre Renúncia Tributária sob Gestão da UJ.

6. Não constam deste Relatório as informações previstas nos itens 2 a 5 da Parte B, do ANEXO II da DN TCU Nº 108, de 2011, por tratar-se de informações contábeis da gestão e que são apresentadas pela Secretaria de Contabilidade do Tesouro Nacional e não se aplicar à Natureza Jurídica da UJ.

7. Esta UJ não possui Unidades com Relatórios de Gestão Customizados, presente na Parte D do ANEXO II da DN TCU nº 108, de 2011. Portanto, a recomendação não se aplica a esta UJ.

8. A Parte C – Conteúdos específicos por unidade jurisdicionada ou grupo de unidades afins, consta no relatório os itens 16 – Órgãos e Entidades, que executam acordos de cooperação internacional com a contratação de consultores na modalidade "produto" e 38 Unidades que tenham firmado Termo de Parceria nos Termos da Lei 9.790/99 .

9. Em relação ao relatório e parecer de órgãos, entidades ou instâncias que devem se pronunciar sobre as contas , DN TCU 117/2011, item 6 do Anexo II, foi solicitado relatório emitido pelo órgão de correição sobre processos administrativos disciplinares instaurados na UJ no exercício de 2011, que está sendo apresentado, conforme orientação da CGU, com relatório do sistema do CGU- PAD, anexo.

2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

2.1. Responsabilidades Institucionais da Unidade

2.1.1. Competência Institucional

10. A Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA, compõe o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Órgão Integrante do Poder Executivo, responsável pelo exercício das funções de planejamento, coordenação, execução, organização e modernização das atividades administrativas, financeiras e de contabilidade; assim como as de recursos humanos e de serviços gerais; e também a administração da informação e do sistema de informática do Ministério.

11. Para cumprir suas funções, definidas na Portaria MCT nº 758, de 03 de outubro de 2006, a estrutura da SPOA foi constituída pelo Gabinete e 5 (cinco) coordenações-gerais, a saber:

a) Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças (CGOF)
b) Coordenação-Geral de Gestão e Inovação (CGGI)
c) Coordenação-Geral de Recursos Humanos (CGRH)
d) Coordenação-Geral de Gestão da Tecnologia da Informação (CGTI).
e) Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL

12. A Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças - CGOF, enquanto órgão setorial de Orçamento, Finanças e Contabilidade, tem por finalidade as atividades relativas aos processos de elaboração dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e de acompanhamento da execução orçamentária, assegurando a transferência às unidades gestoras e entidades supervisionadas do MCTI dos recursos orçamentários e financeiros necessários à execução dos projetos/atividades de suas competências, bem como acompanhar a correta aplicação das normas contábeis e das relacionadas à execução orçamentária e financeira. Também estabelece a ligação entre as Unidades da Administração Direta e Indireta do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação – MCTI com a Secretaria de Orçamento Federal/SOF, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e com a Secretaria do Tesouro Nacional/STN, do Ministério da Fazenda – MF. A CGOF desempenha as atividades relativas aos processos de elaboração dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e de acompanhamento da execução orçamentaria, assegurando a transferência às unidades gestoras e entidades supervisionadas do MCTI dos recursos orçamentários e financeiros necessários á execução dos projetos/atividades de suas competências, bem como acompanha a correta aplicação das normas contábeis e daquelas relacionadas à execução orçamentária e financeira.

13. A Coordenação-Geral de Gestão e Inovação – CGGI é responsável por: propor políticas e diretrizes referentes ao planejamento, implementação e manutenção das atividades relativas à modernização e informação; coordenar e acompanhar o desenvolvimento de planos, programas, projetos e atividades de desenvolvimento institucional e gestão da informação para a Administração Central e unidades de pesquisa; prestar orientação técnica e normativa na definição e implementação de programas, projetos e atividades de racionalização administrativa, desburocratização, adequação e desenvolvimento institucional, à Administração Central, unidades de pesquisa e entidades vinculadas; estimular, promover e coordenar o processo de implementação de planos, programas, projetos e atividades voltadas à promoção da qualidade e produtividade no âmbito da Administração Central, em articulação com a Coordenação-Geral de Recursos Humanos; pronunciar-se, previamente, em assuntos relativos a estrutura regimental, regimentos internos e estatutos da Administração Central, unidades de pesquisa e entidades vinculadas; emitir parecer

técnico sobre a contratação de consultorias externas específicas para atuar nas áreas de modernização e de informação; propor e avaliar programas de capacitação e desenvolvimento de recursos humanos julgados necessários ao desempenho dos projetos de modernização e gestão da informação, em articulação com a Coordenação-Geral de Recursos Humanos; promover a articulação, a cooperação técnica e o intercâmbio de experiências e informações com os órgãos centrais dos Sistemas de Modernização Administrativa e Sistema Nacional de Arquivos; planejar, coordenar e desenvolver as atividades e projetos relativos à modernização e organização administrativa, segundo as diretrizes e padrões emanados do Órgão Central do Sistema de Organização e Modernização Administrativa - SOMAD; coordenar e acompanhar o desenvolvimento de projetos de estruturação organizacional, bem como os processos de elaboração, revisão e atualização de regimentos internos e estatutos da Administração Central, unidades de pesquisa e entidades vinculadas ao Ministério; gerar e promover a disseminação de informações organizacionais para o Ministério, relacionadas a estruturas regimentais, regimentos internos, normas, rotinas, manuais de serviço, instruções e procedimentos operacionais; estimular, promover e coordenar a realização de estudos, pesquisas e eventos, na sua área de competência; e executar outras competências que lhe forem cometidas, no seu campo de atuação.

14. A Coordenação-Geral de Recursos Humanos - CGRH tem como competência : planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas às políticas de administração e desenvolvimento de recursos humanos, seguindo as diretrizes emanadas do órgão setorial do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC e as normas e orientações aprovadas pelo Conselho do Plano de Carreiras de Ciência e Tecnologia - CPC; prestar assessoramento técnico às comissões constituídas no MCT, pertinentes à sua área de atuação, bem como às Unidades de Pesquisa e entidades vinculadas nos assuntos relativos à recursos humanos; prestar orientação financeira às Unidades de Pesquisa; apropriar e executar a folha de pagamento centralizada no Sistema de Administração Financeira - SIAFI; bem como prover o quadro de servidores, de modo a viabilizar a execução das políticas públicas em Ciência, Tecnologia e Inovação.

15. À Coordenação-Geral de Gestão da Tecnologia da Informação - CGTI compete: planejar, coordenar, orientar, controlar, formular e avaliar os planos e programas relativos à execução das atividades na área de informática, no âmbito da Administração Central do Ministério; propor políticas e diretrizes referentes ao planejamento, implementação e manutenção das atividades relativas à informática; coordenar as atividades de avaliação dos planos setoriais, visando à racionalização dos investimentos de informática e a proposição de subsídios para a elaboração do orçamento de informática; propor e implementar medidas visando a racionalização do uso dos recursos de informática, inclusive definindo e implementando padrões de equipamentos de informática e programas de computador a serem adotados na Administração Central do Ministério; promover a articulação, a cooperação técnica e o intercâmbio de experiências e informações com os órgãos centrais dos Sistemas de Informática, com vistas ao aperfeiçoamento e ao aprimoramento da atuação da Coordenação-Geral.

16. A Coordenação-Geral de Recursos Logísticos - CGRL é responsável por planejar, coordenar, executar e controlar as atividades relativas à aquisição de bens e contratação de serviços, execução orçamentária e financeira, administração de material e patrimônio, licitações e contratos, obras e serviços de engenharia, transporte, terceirização, telefonia e serviços gerais, administração e manutenção predial no âmbito da Administração Central do Ministério; executar as diretrizes emanadas do órgão central dos Sistemas Integrados de Administração de Serviços Gerais e Financeira, SIASG e SIAFI, bem como orientar e implementar aplicação de normas e procedimentos objetivando a normatização, racionalização e o aprimoramento das atividades no seu campo de atuação, bem como orientar as unidades de pesquisa e entidades vinculadas em assuntos pertinentes à sua área de competência; orientar e expedir circulares às outras unidades do

Ministério em assuntos de exclusiva competência da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos; autorizar a abertura de procedimento para realizar contratação direta e licitação ,inclusive no tocante à modalidade escolhida; submeter ao Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração ,dúvidas e questões de ordem jurídica, bem como os procedimentos licitatórios relativos às Compras e Contratos, em conformidade com o artigo 38, parágrafo primeiro, da Lei nº 8.666/93 a serem encaminhados à Consultoria Jurídica do Ministério; decidir, em segunda instância, sobre os recursos e representações interpostos em face das decisões das Comissões de Licitação e Pregoeiros; ratificar o reconhecimento de inexigibilidade de licitação realizado pelo Coordenador de Logística e Execução, cujo objeto seja de valor estimado inferior ao fixado para Concorrência, conforme a Lei nº 8.666/93; reconhecer a inexigibilidade de licitação, cujo objeto seja de valor estimado igual ou superior ao fixado para Concorrência, conforme a Lei nº 8.666/93; autorizar a alteração, reajuste, recomposição, reequilibro de preços e a prorrogação dos contratos celebrados no âmbito de sua competência, na forma da lei; designar fiscais de contrato; e executar outras competências que lhe forem cometidas, no seu campo de atuação; na modalidade de Pregão, não havendo recurso, o Pregoeiro é competente para adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

2.1.2. Objetivos Estratégicos

17. Prestar apoio logístico aos órgãos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, planejando, coordenando, acompanhando e executando, de acordo com as normas e procedimentos padrões estabelecidos. No item a seguir será apresentado os objetivos estratégicos definidos pelo Planejamento Estratégico da Organização. Na busca do seu atingimento durante o exercício são gerenciadas e executadas ações que visam o atingimento da Missão e Visão Institucionais por meio do cumprimento das atribuições regimentais.

2.2. Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais

2.2.1. Análise do andamento Plano Estratégico da Unidade ou do Órgão em que a Unidade esteja inserida

18. A Subsecretária de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA possui atribuições transversais às demais unidades do Ministério da Ciência , Tecnologia e Inovação - MCTI. Por ser tratar de uma unidade de execução do planejamento desenvolvido no Ministério, suas ações refletem diretamente no cumprimento dos planos e programas estabelecidos. É um trabalho desenvolvido em conjunto, onde a interação é imperativa.

19. O modelo de administração pública orientada para resultados e o processo de avaliação constante do desempenho da gestão vêm requerendo, cada vez mais, a adoção de mecanismos de mensuração por objetivos, metas e resultados, tanto em relação a planejado e resultado, quanto a recursos financeiros, materiais e humanos empregados e benefícios gerados à sociedade.

20. Aliado aos fatores anteriormente mencionados cabe ressaltar que igual percepção vem sendo observada na abordagem dada por parte dos órgãos de controle junto à administração pública quanto à adoção de modelos consistentes de gestão, baseada em indicadores que demonstrem os resultados obtidos, onde o planejamento é fator crítico de sucesso para uma boa gestão.

21. Consoante a essas premissas, a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA/MCTI) buscou promover mais um avanço na gestão do seu Planejamento

Estratégico a partir da decisão de se adotar mecanismos de medição, objetivando a avaliação do desempenho organizacional.

22. Dos modelos estudados, optou-se pela modernização e dinamização da gestão estratégica do MCTI, garantia de maior transparência e melhores resultados aos investimentos públicos em CT&I, dando início ao desenvolvimento e implantação da plataforma Aquarius.

23. O Projeto é estruturado em três eixos principais de atividades que visam a construir um painel integrado de informações gerenciais. No primeiro eixo será realizada a modelagem dos principais processos do Ministério, de forma a permitir que as ações administrativas tenham acompanhamento naturalmente sincronizado com sua execução.

24. No segundo eixo, far-se-á a integração com o Portal da Transparência da CGU, com captura e uso das informações ali depositadas e referentes ao MCTI, e das informações existentes nos sistemas de informação do Ministério na produção de painéis de conhecimento e de gestão.

25. Da mesma maneira, no terceiro eixo pretende-se integrar as informações existentes em sistemas relativos a CT&I pertencentes a outras instituições com atividades conexas ao tema.

26. As informações dos três eixos estruturantes do Projeto serão exibidas em sala de situação pública e no formato de dados abertos (open data), tendo em vista que se considera ser esta a maneira mais adequada de permitir que a sociedade civil e os órgãos de controle externo acompanhem todos os aspectos da gestão do MCTI.

27. A oferta de dados abertos será feita em harmonia com as iniciativas em andamento no País, principalmente as que estão relacionadas à construção da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA), permitindo que a sociedade civil, a partir do acesso aos dados em estrutura aberta, também possam construir seus próprios mecanismos de análise e acompanhamento da gestão, sem depender dos recortes específicos apresentados na sala de situação ou nos Portais do MCTI.

28. Esta vertente do Projeto Aquarius qualificou-o a integrar a proposta brasileira no âmbito do "Open Government Partnership", iniciativa internacional, presidida no momento pelos Estados Unidos e pelo Brasil, que congrega as propostas de diversos Países no sentido de apresentar ações de construção de transparência de seus governos.

29. Embora a implantação da metodologia requeira adaptações face às especificidades existentes no serviço público e em especial à sua contextualização ao ambiente SPOA/MCTI, o Projeto apresenta os seguintes subprojetos e objetivos específicos:

a. Subprojeto 1 – Gestão administrativa: Reorganização administrativa e estratégica do MCTI, com produção de painéis de conhecimento integrados a sistemas operacionais existentes.
Objetiva modernizar, automatizar e gerenciar processo, integrando-o aos sistemas existentes, e definir arquitetura de sistemas para o MCTI integrar sua camada operacional à plataforma de informação proposta.

b. Subprojeto 2 – Gestão administrativa: integração com Portal da Transparência (CGU) e SIGs MCTI.
Objetiva realizar painéis de conhecimento integrados a sistemas existentes para acompanhar os dispêndios afins do MCTI.

c. Subprojeto 3 – Plataforma de gestão de informação estratégica e consolidação da sala de situação.
Objetiva monitorar informações estratégicas do SNCTI (planos, iniciativas, programas e projetos estratégicos).

d. Subprojeto 4 – Futuro da Informação.
Objetiva manter a evolução da Plataforma de maneira a deixa-la sempre atual às melhores ferramentas e padrões da administração pública, com a manutenção das estratégias iniciais.

30. Alinhado com a dimensões de governança e transparência, eficiência e eficácia, estão previstos na Plataforma os mecanismos para a oferta de serviços de informações e conhecimento ao cidadão, a partir de fontes de dados utilizadas pela própria plataforma.

31. No que se refere aos Sistemas de Orçamento , Financeiro e Contabilidade estes têm como premissa fundamental a manutenção e o aprimoramento do padrão de excelência no relacionamento e na cooperação gerencial e técnica, buscando atender de forma rápida, eficiente e satisfatória às demandas dos órgãos componentes do sistema.

32. Insere-se neste plano a execução de diversos trabalhos, tais como: acompanhamento via SIAFI da contabilização dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da administração direta e das entidades vinculadas; elaboração e divulgação das informações gerenciais relativas à execução orçamentária, financeira e patrimonial da administração direta e das entidades vinculadas; proposição e aprovação a programação orçamentária e financeira anual e mensal da administração direta e das entidades vinculadas; administração e descentralização dos créditos para a administração direta; elaboração e divulgação de informações gerenciais relativas aos créditos orçamentários e da programação financeira; liberação e acompanhamento dos limites de empenho para a administração direta e entidades vinculadas.; o plano de ação foi elaborado com vista a permitir o acompanhamento das atividades/ações de sua competência direta, bem como das atividades/ações das unidades integrantes de sua estrutura administrativa, conforme definidas no capítulo III do Regimento Interno da Secretaria-Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (SEXEC/MCTI).

33. Na área da Tecnologia da Informação o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), elaborado para o biênio de 2011-2012, visa assegurar a continuidade e aperfeiçoamento do planejamento das ações voltadas à área de Tecnologia da Informação (TI); a implantação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (CEMADEN). A disponibilidade orçamentária fez com que a CGTI efetuasse alguns ajustes em seu planejamento de tal forma que algumas ações de 2011 foram postergadas para 2012, bem como houve a antecipação, para 2011, de ações previstas para 2012. Destacando-se que a CGTI conseguiu executar quase cem por cento do seu planejamento orçamentário de 2011. O detalhamento dessas alterações foi apresentado ao Comitê Gestor de Segurança e Tecnologia da Informação do MCTI durante sua III Reunião Ordinária.

34. Norteiam a execução das atividades inerentes à administração de Recursos Humanos a inclusão e ampliação das parcerias, envolvendo a participação de colaboradores do setor privado, institutos, universidades, objetivando a plena execução do Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006; a realização de estudos permanentes, com vistas a identificar o perfil de força de trabalho no que tange à idade, formação acadêmica, necessidade de capacitação para a colaboração no

atendimento das metas e atribuições do MCTI, uma vez que estamos inseridos num contexto bastante dinâmico, ou seja, de mudanças rápidas e constantes.

35. No que se refere às atividades relacionadas a Administração de Recursos Logísticos a SPOA teve por escopo a busca constante da racionalização e modernização dos procedimentos inerentes ao suprimento de materiais, serviços e obras, à celebração, execução e prestação de contas de convênios e à execução orçamentária e financeira, com o objetivo de agilizar o atendimento as demandas provenientes das unidades do Ministério, pautando as suas ações em princípios gerenciais os mais transparentes e eficientes possíveis, segundo critérios rigorosamente profissionais a fim de contemplar as demandas administrativas sob à ótica da legalidade, qualidade, eficiência e responsabilidade com o bem público.

36. Em se tratando das atividades de gestão e de informação, busca trazer para o MCTI um modelo de gestão por processos tendo como escopo a adoção e a maturidade de tecnologias e metodologias existentes no mercado. Este processo utiliza-se de metodologia orientada a valor e operação automatizada, por meio da utilização de nova solução tecnológica, com o objetivo de aumentar o grau de maturidade em Gestão por Processos no âmbito do MCTI.

2.2.2. Análise do plano de ação da unidade referente ao exercício de 2011

37. A centralidade que as questões de ciência, tecnologia e inovação mereceram do Governo Federal nos últimos anos resultou na evolução crescente da execução orçamentária do MCTI. Nesse contexto, as unidades da SPOA apresentaram objetivos específicos visando ao aumento da satisfação das unidades usuárias, melhoria dos processos de trabalho, melhoria do desempenho das aquisições, desenvolvimento da força de trabalho, melhoria da gestão dos recursos humanos, padronização de procedimentos, cumprimento da programação orçamentária.

38. A partir das ações desenvolvidas no exercício de 2011, foi possível aprimorar ou instituir controles internos tendentes a minimizar a ocorrência das falhas tanto na área de administração de contratos e licitações, quanto na área de controle de instrumentos de transferências.

39. A gestão da SPOA procurou dotar as Coordenadorias-Gerais de condições mínimas para o desempenho das tarefas de análise, acompanhamento de contratos, prestação de contas de transferências voluntárias e descentralizações de créditos.

40. Medidas para apuração de responsabilidades e adoção de medidas saneadoras na área de contratos, gestão e transferências voluntárias vêm adotadas, sem olvido do exercício da ampla defesa consagrada no texto constitucional.

41. A mudança de paradigma, adotada no exercício de 2011, apresentou como resultado imediato a formalização de convênios somente com chamamento público e o cancelamento de mais de uma centena de instrumentos firmados com Estados, Distrito Federal, Municípios e entidades sem fins lucrativos.

42. A execução física e financeira dos instrumentos firmados está sendo analisada em sintonia com as normas técnicas e regulamentos de vigência, com foco na comprovação do uso dos valores segundo os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

43. Treinamento adequado dos servidores foram propiciados de modo a que todos os que participam das funções próprias da área de planejamento, gestão administrativa, orçamentária e financeira possam fazê-lo com eficiência, minimizando erros e retrabalhos.

44. Potenciais prejuízos apontados pelo exame de controle interno, próprio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, além daqueles oriundos dos órgãos de controle interno e externo específicos, foram objeto do devido processo administrativo para apuração e caracterização de atos, fatos e condutas, bem como dos agentes públicos e privados responsáveis e eventual recomposição do erário.

45. Em atenção ao que determina a Instrução Normativa SLTI-MPOG nº 4, de 19 de maio de 2008, a CGTI elaborou o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI.

46. O PDTI, elaborado segundo o modelo oficial determinado pelo SLTI-MPOG, contempla além do diagnóstico de necessidades e força de trabalho da área de tecnologia, as ações a serem desenvolvidas, contextualizadas com os riscos inerentes a cada ação e a necessidade de investimento em capacitação e recursos de ordem orçamentária e financeira.

47. Objetivando a Melhoria do Parque de Equipamentos do Ministério, a CGTI efetuou a compra de estações de trabalho para suprir carência em todas as unidades do Ministério, bem como a melhoria dos instrumentos de tráfego de rede.

48. A CGTI aumentou os aspectos de segurança da informação, estimulando o uso de certificação digital. Além desse aspecto, a administração pública tem a cada dia disponibilizado mais sistemas que fazem uso de certificação digital, com a conceção certificados digitais, do tipo e-token.

49. Como principais realizações da SPOA destacam-se: o planejamento e a elaboração da Proposta Orçamentária do MCTI para 2012; a realização da totalidade das alterações orçamentárias; a distribuição tempestiva dos limites de movimentação e empenho às unidades gestoras e orçamentárias do MCTI, bem como a realocação desses limites durante o exercício, em razão do acompanhamento e avaliação da execução orçamentária que propiciaram a maximização da utilização de recursos; conhecimentos adquiridos pelos servidores da CGTI durante o treinamento intitulado Programa de Desenvolvimento de Gestores de Tecnologia da Informação; coordenação do desenvolvimento da Plataforma Aquarius; participação no diagnóstico arquivístico eletrônico e delineamento da politica de gestão documental do MCTI e das Unidades Vinculadas do MCTI; a modernização e o aperfeiçoamento do levantamento de bens moveis; a implantação da avaliação de bens moveis; a elaboração de termo de referencia padronizado para aquisição de novos bens; criada rotina de trabalho composto de estudos dos espaços disponíveis, compatibilizando a estrutura do MCTI e órgãos vinculados ou subordinados bem como a estrutura de cada unidade.

50. Também foram desenvolvidos diversos projetos para adequação da infraestrutura como: ocupação racional do espaço físico e adequação dos mobiliários.

51. As licitações ocorridas no exercício de 2011 ficaram estimadas em R$ 62 milhões de reais, entretanto, as contratações delas decorrentes foram sempre em patamares inferiores aos orçados, com contratações de R$ 40 milhões de reais, gerando uma economia de aproximadamente 36% na execução do orçamento.

52. Também foi alterado o regime de fiscalização dos contratos, inserindo a figura do fiscal operacional, fiscal financeiro e gestor de contrato; aplicação de sanções à fornecedores e licitantes faltosos, segundo as normas que regem a matéria; ações voltadas à capacitação e ao desenvolvimento de pessoal contemplaram o desenvolvimento de competências tanto para o exercício das atividades inerentes à área meio quanto à finalística, contemplando diversas temáticas e modalidades de capacitação; autorização em 09 de dezembro de 2011 para realização do concurso publico, para provimento de cargos efetivos; implementação da portaria objetivando a redução de gastos com emissões de bilhetes próximas a data de embarque; propor aperfeiçoamento aos macros de regulamentação dos convênios; propor critérios para celebração de novos convênios.

53. As principais dificuldades encontradas para a realização dos objetivos decorreram: da escassez de recursos humanos em face da perda de servidores e da reposição insuficiente; do prazo exíguo estabelecido pela SOF/MP para a elaboração da Proposta Orçamentária 2012; do fracionamento do limite de empenho por fonte de recursos e grupos de despesas, que foi superado com as diversas solicitações à SOF/MP de remanejamento de limites entre os grupos/fontes; das restrições do Tesouro Nacional quanto às liberações de recursos aquém das necessidades financeiras que ensejaram uma crescente inscrição de despesas em Restos a Pagar.

54. Demandas dos órgãos de controle interno e externo, bem como determinações de exames de instrumentos de transferências voluntárias decretados pelo Executivo, despenderam grande esforço para atendimento, dado o passivo de processos em análise e a reduzida mão-de-obra disponível para análise e resolução. Para essas demandas foram necessárias ações de realocação de atividades e pessoal, com consequente diminuição do tempo para a instrução processual própria da função de cada repartição.

2.3. Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

Ver Anexo I – fls. 49

2.3.1. Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

55. A SPOA geriu, em essência, dois programas de Governo, que constam no Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo, o primeiro Programa diz respeito à Previdência de Inativos e Pensionistas da União, cuja execução é específica para os pagamentos de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis do MCTI e dos pensionistas.

56. O segundo se trata do Programa de Apoio Administrativo, utilizado para o atendimento de pagamento de despesas com as ações de manutenção das atividades, envolvendo os serviços com pessoal, estagiários, ajuda de custo, indenização de moradia e outros serviços administrativos compreendendo, serviços postais, telefonia fixa e telefonia móvel, manutenção predial, aquisição de material de consumo e expediente, assinatura de jornais e periódicos, serviços de apoio operacional e administrativo e a aquisição de equipamentos e material permanente.

57. Este programa, no final do exercício, ainda que tenhamos economizado aproximadamente 36% do orçamento a ele correspondente, teve os seus valores reforçados, sem o que não se concretizariam, por insuficiente, os pagamentos das despesas relativas ao últimos três meses do exercício.

2.3.2. Execução Física das Ações Realizadas pela UJ

58. A execução física das ações afetos à SPOA está demonstrada no Quadro A.2.2 – Execução Física das Ações Realizadas pela UJ , de responsabilidade de suas Coordenações-Gerais (008A.0001, 007F.0001, 00F8.0001, 12EH.0024, 4172.001, 0B18.0001, 2272.0001, 4572.0001, 0181.0001, 0110.0001, 09HB.0001, 2000.0001, 2004.0001, 2010.0001, 2011.0001, 2012.0001, 20CW.0001).

59. Merece destaque a Ação 12EH – Construção do Instituto de Neurociências no Estado do Rio Grande do Norte, não teve execução no exercício de 2011, posto que o Instituto já foi concluído em exercício anterior, mediante convênios e parcerias com organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPS) , o Governo do Estado do Rio Grande do Norte e o Município de Macaíba – RN,

60. Está em funcionamento a unidade Central de pesquisas do campus do Instituto Internacional de Neurociências de Natal – IINN – Campus do Cérebro, e é dedicado à produção cientifica e tecnológica na área de neurociências, com vocação ao fomento do desenvolvimento social e econômico local e regional a partir da filosofia de que ciência de ponta e promove o desenvolvimento social e econômico nessa área.

61. A Ação 4172 - Serviço de Comunicação da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP, teve sua execução plena com a manutenção da infra-estrutura de redes de alta velocidade, grande capacidade de transmissão de informação e elevado padrão de qualidade para suporte à pesquisa cientifica e à colaboração entre instituições de ensino superior, incrementando o grau de inserção do país na sociedade da informação.

62. Vale destacar que em 2011 foi concluída a implantação da sexta geração da rede acadêmica nacional de alto desempenho, beneficiando as 500 (quinhentas) maiores instituições de educação, pesquisa e cultura brasileiras, o que a elevou ao patamar das mais avançadas redes acadêmicas do mundo.

63. A Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (ASRNP) é responsável pelo programa Interministerial de Implantação e Manutenção da RNP (PI-MEC/MCT), que planeja, implanta e desenvolve a infraestrutura de rede nacional para educação, pesquisa e inovação.

64. Além disso destaca-se que está em curso a ampliação do backbone iniciada em 2011, cuja capacidade de tráfego aumentará, com redução do custeio de cerca de R$ 18 milhões, graças ao Acordo de Cooperação Técnica entre a RNP e OI, conforme aprovação do Comitê Gestor – RNP.

65. Também a Ação 0B18 – Participação da União no Capital – Alcântara Cyclone Space – ACS, que visa à integralização do capital social pertencente à União.

66. Mesmo assim, podemos citar que as metas físicas estabelecidas no PPA 2008-2011 para a integralização do capital social da ACS, consubstanciadas no percentual do capital a ser integralizado em cada exercício financeiro, tiveram por base o valor do capital social da empresa à época da elaboração do PPA, no exercício de 2007, que era de US$ 105,0 milhões, equivalentes a R$ 175,2 milhões, cabendo ao Brasil integralizar 50% do valor e os outros 50% pela Ucrânia.

67. A partir de 28/04/2009, entretanto, o capital social da ACS foi elevado para US$ 487,257,700.00 equivalentes a R$ 1.037.594.548,00, devendo o Brasil integralizar a metade desse valor, ou seja, R$ 518.797.274,00. Devido a não revisão do PPA 2008-2011 no período, esse novo

valor do capital social da empresa não foi tomado como base para a redefinição das metas percentuais anuais dessa ação orçamentária no PPA.

68. O Brasil integralizou até 2010 o montante de R$ 206.619.260,00, valor esse que equivale a 39,8% da parte brasileira do capital social atual e de meta física realizada. No exercício financeiro de 2011 foram integralizados mais R$ 50,0 milhões aprovados na Lei Orçamentária Anual e, ainda, empenhado e inscrito em Restos a Pagar outros R$ 50,0 milhões referentes ao crédito suplementar aprovado. Assim, em 2011, portanto, foram integralizados mais aproximadamente 10,0% da parte brasileira do capital atual da ACS, elevando a integralização acumulada de capital no período 2005/2011 para R$ 256.619.260,00, o que representa 49,4% do total da parte brasileira. Outros 9,6% foram empenhados e inscritos em Restos a Pagar, a serem pagos no exercício de 2012.

69. A execução orçamentária de 2011 da ação 0B18 – Participação da União no Capital – Alcântara Cyclone Space apresenta o empenho de R$ 100 milhões, correspondente ao total da dotação orçamentária da ação no exercício. Metade desse valor foi autorizado pela LOA 2011 (Lei nº 12.381/2011) e a outra metade constou do crédito suplementar aprovado pela Lei nº 12.581, de 29/12/2011. A parcela correspondente ao valor constante da LOA foi integralmente empenhada, liquidada e paga no exercício de 2011 conforme autorização do Decreto s/nº de 7 de novembro de 2011; já a parcela do crédito suplementar foi empenhada e inscrita em Restos a Pagar, a serem pagos no exercício de 2012, após a publicação do respectivo decreto autorizativo.

70. Quanto ao alcance da meta física para o período do PPA 2008-2011, se considerar o valor inicial previsto para a capitalização da empresa pela parte brasileira, que era inicialmente de R$ 87,6 milhões, entende-se que a mesma foi alcançada e ultrapassada em 157,6%, considerando que foram integralizados R$ 256,6 milhões. Entretanto, com a alteração em 2009 do valor do capital social para a empresa, a contribuição brasileira foi alterada e assim não se atingiu ainda a totalidade dessa nova integralização. Para efeito de registro, foi lançado no Sistema de Informações Gerenciais do MCTI o percentual da meta física para 2011 proporcional a esse novo valor que corresponde no exercício a aproximadamente 10,0%.

71. As contribuições à Academia Brasileira de Ciências – ABC, Ação 008A, à Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica- ABIPTI, Ação 00F7, e à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, Ação 00F8, também contribuíram para o alcance das metas de desenvolvimento do Ministério.

72. Essas contribuições visam a dotar essas entidades de recursos para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, da educação e do bem estar social do País.

73. Em razão do contingenciamento orçamentário ocorrido no exercício de 2011, a referida ação sofreu redução de 10,7% do seu valor global , tendo restado, para execução, recursos da ordem de R$ 2.679.000,00(dois milhões seiscentos e setenta e nove mil reais), de modo que a ABC promoveu os ajustes necessários e apresentou Plano de Ação .

74. Após análise e aprovação do Plano de Ação pela Secretaria Executiva, referente a contribuição de 2011, com vigência de novembro de 2011 a agosto de 2012, com o desígnio de assegurar a eficácia prática da contribuição e evitar prejuízos imediatos e futuros, considerando a relevância das atividades desenvolvidas pela beneficiária no âmbito do SNCTI.

75. Por fim, a Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa – Nacional, que visa a atender aos serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou

de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.

76. Trata-se de programa de execução centralizada, porém com responsabilidade descentralizada, de modo que as decisões estratégicas são adotadas pelos responsáveis em cada Secretaria do Ministério.

77. A demanda de execução da referida ação ficou sob a responsabilidade das Secretarias SETEC – Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação–UGR 240115 e SEPIN – Secretaria de Política de Informática- UGR 240116, SEXEC - Secretaria-Executiva, SECIS - SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA INCLUSÃO SOCIAL, ASCOM – Assessoria de Comunicação Social e a própria SPOA.

78. Os recursos foram utilizados para os pagamentos das despesas básicas de manutenção, gestão e administração do programa: serviços administrativos; pessoal (terceirizados, estagiários); tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas de C&T e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

79. A ação foi desenvolvida para suprir as necessidades básicas administrativas voltadas para a manutenção da operacionalidade do Órgão no Ed.Sede e no Complexo Setor Policial Sul, compreendendo: adequação dos layouts; projetos para padronização dos espaços físicos ; serviço de conserto, recuperação de mobiliário; manutenção preventiva, corretiva, reforma e modernização dos elevadores ; escoramento das lajes do 9º andar; remanejamento de divisórias; confecção de sala em gesso acartonado; confecção de base de concreto armado no bloco A para acomodação de um grupo motor gerador para alimentação dos nobreaks; confecção de piso de concreto armado no bloco A , tipo passeio, com acabamento em granitina e pedestais para colocação de maquetes, na face frontal ; fiscalização de manutenção preventiva e corretiva das instalações elétricas, logísticas e hidrossanitarios, ar condicionado central e de janela; reforma de corrimões; confecções de balcões ; manutenção corretiva e preventiva dos sistemas de telefonia (voz), operar, gravar sistema áudio; retirada de vazamentos da garagem; instalação, conserto e remanejamento de pontos de rede lógica, e pontos elétricos; promover a execução das atividades relativas a transporte, telefonia, terceirização, vigilância, conservação e limpeza, reprografia; serviços e confecções de chaves e carimbos; serviços de remessa de encomendas e cargas via aérea e terrestre; serviços de fornecimento de combustível e lubrificante automotivos; serviços de dedetização e desratização; aquisição de material de consumo , permanente e inclusive despesas com pessoal, ajuda de custo e indenização de moradia e estagiários.

80. Serviu, também, para a implantação do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais – CEMADEN, criado pelo Decreto nº 7.513, de 01/07/2011, inclusive para fazer face às despesas com o processo seletivo simplificado do Centro, aquisição de mobiliário e instrumentos de medição, que já em 2011 iniciou as operações emitindo sinais de alertas para possíveis desastres naturais, o que possibilitou a antecipação no atendimento às populações em risco.

81. Por fim, grande ênfase foi dada à Ação 4572 – CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS, para a promoção da qualificação e da requalificação dos servidores do MCTI, o que possibilitou a melhoria dos processos de trabalho e do crescimento profissional.

82. Dos recursos previstos na Lei Orçamentária Anual - LOA de 2011 (R$ 1.610.000,00), R$ 900.000,00 foram destinados à execução por parte da Administração Central - AC e, por meio de descentralização operacionalizada pela Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças - CGOF, R$ 600.000,00 foram destinados ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA e R$ 110.000,00 ao Centro de Tecnologia da Informação Renato Acher - CTI.

83. Em relação à execução atingiu-se um percentual de 61,27%, uma vez que foram gastos R$ 986.398,44 (R$ 383.249,57- MCTI, R$ 462.532,49 - INPA e R$ 107.367,42 - CTI). Transferência para as UG 1100175- R$5.847,20 e UG 200006- R$ 4.446,00, com objetivo de atender a necessidade de capacitação do próprio MCTI, em relação ao tema "Legislação de Pessoal – Provimento, Vacância, Direitos, Vantagens e Movimentações de Pessoas e Legislação do Sistema de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV".

84. O quantitativo de servidores capacitados, produto da Ação, correspondeu a 21,23% da meta prevista na LOA (13,15% pelo MCTI/AC; 1,89% pelo CTI e 6,20% pelo INPA). Se considerarmos apenas o recurso destinado ao MCTI/AC, atingiu-se um percentual de execução de 21,23% da meta correspondente. As ações voltadas à capacitação e ao desenvolvimento de pessoal contemplaram o desenvolvimento de competências tanto para o exercício das atividades inerentes à área meio quanto à área finalística, contemplando diversas temáticas e modalidades de capacitação.

85. Em 2011, foram capacitados 104 Dirigentes, Gerentes e Assessores e 623 servidores perfazendo o total de 727 colaboradores da Administração Central, mais o INPA e CTI. Dentre as diversas modalidades de capacitação, abrangendo Grupo Formal de Estudo, Intercâmbio, Oficina de Trabalho/Worshop, Palestras, Seminários, Congressos, Conferências, Fóruns, treinamentos, visitas técnicas e Aprendizagem em Serviço, foram promovidos 167 eventos.

2.4. Desempenho Orçamentário/Financeiro

86. O grupo Pessoal e Encargos Sociais, para 2011, foi alocado na lei orçamentária um montante de R$ 724.806.673,00. Entretanto, para atender o pagamento devido aos servidores civis inativos e seus pensionistas do Poder Executivo, cumprindo às disposições contidas em seu regime previdenciário próprio houve a necessidade de credito suplementar de R$ 19.600.000,00 na ação 0181.

87. No que tange ao Grupo de Despesa – Outras Despesas Correntes e de Capital, a previsão de gasto programada na Lei Orçamentária Anual – LOA para 2011, montou em R$ 92.042.298,00. Há uma suplementação de créditos de R$ 20.402.567,00 para atender as ações administrativas do ministério, como serviços de vigilância; publicidade; fornecimento, instalação e gerenciamento de sistema informatizado de gestão de riscos na área de TI; demandas de repactuações contratuais, inclusive conceder o auxilio alimentação ao servidor ou empregado e vale transporte , sob forma de pecúnia.

88. A meta estabelecida na execução, dentro de sua disponibilidade orçamentária, foi atender com rapidez e eficiência as solicitações de serviços e materiais, levando em consideração a economicidade na aquisição de bens e serviços, optando pela prática do binômio menor preço e

qualidade sob ótica da legalidade e embasado nos conceitos que fundamentam a execução orçamentária e financeira.

89. Com essas ações, o MCTI tenta cumprir suas competências, das quais destacamos as seguintes: política nacional de pesquisa científica, tecnológica e inovação; planejamento, coordenação, supervisão e controle das atividades da ciência e tecnologia; política de desenvolvimento de informática e automação; política nacional de biossegurança; política espacial; política nuclear e controle da exportação de bens e serviços sensíveis.

2.4.1. Programação Orçamentária da Despesa

90. No que tange ao Grupo de Despesa – Outras Despesas Correntes e de Capital, a previsão de gasto programada na Lei Orçamentária Anual – LOA para 2011, montou em R$ 92.042.298,00. Há uma suplementação de créditos de R$ 20.402.567,00 para atender as ações administrativas do ministério, como serviços de vigilância; publicidade; fornecimento, instalação e gerenciamento de sistema informatizado de gestão de riscos na área de TI; demandas de repactuações contratuais, inclusive conceder o auxilio alimentação ao servidor ou empregado e vale transporte , sob forma de pecúnia.

91. O total das despesas correntes, para o exercício de 2011, atingiu R$ 848.136.078,00, sendo que desse total R$ 43.361.567,00 corresponderam a créditos suplementares.

92. Do total programado, R$ 748.111.673,00 representaram gastos com pessoal e encargos sociais, enquanto R$ 100.024.405,00 foram aplicados na manutenção das atividades administrativas.

93. O total das despesas de capital, para o exercício de 2011, atingiu R$ 108.563.153,00, sendo que desse total R$ 50.346.000,00, corresponderam a créditos suplementares, lembrando que R$ 100.000.000,00 se referem à integralização do capital social da Alcântara Cyclone Space – ACS – Binacional. Do total programado, R$ 8.563.153,00 representaram gastos com investimentos.

Quadro A.2.4 – Programação de Despesas Correntes,
Quadro A.2.5 – Programação de Despesas Capital,
Quadro A.2.6 – Quadro de Resumo da Programação de Despesas
Quadro A.2.7 – Movimentação Orçamentaria por Grupo de Despesa
Ver anexo I fls.59 a 64

2.4.2. Execução Orçamentária da Despesa

94. A Execução Orçamentária da Despesa é composta pelos demonstrativos de despesas por modalidade de contratação, despesas correntes por grupo e elemento de despesa, despesas de capital por grupo e elemento de despesas, sendo tais demonstrativos em crédito originários e recebidos pela unidade .

95. As Despesas por Modalidade de Contratação, mediante créditos originários da unidade, destaca-se contratação por meio 2011TP0001, com o objeto reforma do prédio da sala de situação do Cemaden – Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais, criado pelo Decreto nr.7.513, de 01/07/2011 e crescimento na modalidade de concorrência devido emissão de empenhos para cobrir despesas com publicidade conforme contrato nr.02.0004.00/2006 , referente a 2005CC00001. Constata-se uma queda no nível de dispêndio realizado mediante suprimento de fundos em relação ao exercício de 2010, oriundos de despesas de pequeno vulto . Em relação as contratações diretas houve um crescimento de 10.06% nas dispensas devido em caráter emergencial da contratação dos serviços de apoio operacional ,sem emprego de material conforme 2011DI00023 e queda nas contratações por inexigilidade comparando ao exercício anterior.

96. Em relação ao desempenho dos gastos correntes por elemento de despesa no exercício de 2011, no grupo outros serviços de terceiros de pessoa jurídica estão concentrados no elemento "39"- as contratações de serviços de terceiros, uma vez que o órgão necessita de serviços especializados , elemento "46" – devido concessão de auxilio alimentação aos Servidores e Empregados e no elemento "93" devido concessão do beneficio à saúde aos servidores, empregados e seus dependentes.

97. Em se tratando do grupo de investimento, houve incremento devido aquisição de equipamentos de informática, principalmente solução de infraestrutura de visualização digital , unidades de armazenamento de entrada e saída – STORAGE e estações gráficas e unidades de backup para o MCTI.

98. O demonstrativo dos créditos recebidos por movimentação, refere-se as despesas de rateio de manutenção e funcionamento do Complexo Setor Policial Sul e Manutenção da infraestrutura da Rede Nacional de Pesquisa - RNP.

2.4.3. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

99. As Movimentações Externas Recebidas, das UG's (110407/203001/364102/443003/530001/110322), totalizaram R$ 8.928.161,24 e movimentação interna no valor de R$ 15.351,79, provisionado pela UG 240106, refere-se a um Termo de Acordo firmado entre os acordantes (MD/AEB/CNPq/ANA/MI/CENSIPAN/GSI/INPE) com o Ministério da Ciência , Tecnologia e Inovação – MCTI, com o objeto de rateio das despesas da administração do Complexo do Setor Policial Sul, em conformidade com o levantamento da área física e postos fixos, como por exemplo serviços de conservação e limpeza, manutenção das redes elétrica, hidráulica, hidros sanitárias, consumo de energia elétrica e de água e esgoto, confecção de sala em gesso acartonado, confecção de base de concreto para acomodação de um grupo motor gerador, iluminação especial do jardim frontal do bloco A, reforma da guarita central , bem como outras despesas relativas aos serviços e obras de engenharia.

100. A Movimentação Externa Recebida da UG 150014 – MEC – Ministério da Educação, com o objeto em promover a manutenção da infraestrutura de rede internet nacional de âmbito acadêmico. A Rede Nacional de Pesquisa, criada pelo MCT em 1989 , como era chamada em seu início , tinha também a função de disseminar o uso de redes no país.

101. A Movimentação Externa Recebida da UG 245209 – CEITEC – Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A, teve com objetivo de aquisição de passagem aérea, devido cancelamento do contrato..

102. A Movimentação Interna Recebida da UG 240139 – ASCOF, teve como objetivo atender despesas com diárias , passagens e administrativa .

103. A Movimentação Externa Concedida para as UG's 200006 – CGRH/MJ e 110175 – CGRH/DGI/SE/CGU, teve como objetivo atender despesas com hora aula referente aos Cursos de Modulo de Legislação de Pessoal pelo Programa de Multiplicadores em Gestão de Pessoas (criado pela Portaria nº 102, de 13/01/2011), da Secretaria de Recursos Humanos do MP e de Legislação aplicada ao SICONV, conforme Decreto n,º 5.707, de 23/02/2006, incentivar e apoiar as iniciativas de capacitação promovidas pelas próprias instituições , mediante o aproveitamento de habilidade e conhecimentos de servidores de se próprio quadro de pessoal. Os seminários foram realizados para atender a necessidade de capacitação do servidores do MCTI previsto no Levantamento de Necessidade de Capacitação.

104. A Movimentação Externa Concedida para a UG 240005 – COF/MRE teve como objetivo atender as despesas administrativas do Senhor Ministro do MCTI, no Encontro sobre Segurança Nuclear em Nova York e na V Conferencia ITALIA-AMERICA LATINA E CARIBE.

105. A Movimentação Externa Concedida para as UG'S 203001 – DPOA/AEB e 530001 –MI/SE/DGI/ADM G- visou atender despesas com remessa de material referente a Semana Nacional da Ciência e Tecnologia e Inovação e ressarcimento ao MI referente um dano causado a um aparelho televisor em cores .

Quadro A.2.8 –Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários
Quadro A.2.9 –Despesas correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originário
Quadro A.2.10 –Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários
Quadro A.2.11 –Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação
Quadro A.2.12 –Despesas correntes por grupo e Elemento de Despesas dos Créditos Recebidos por Movimentação

Ver anexo I- fls.65 a 69

2.4.4. Indicadores Institucionais

A Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças não tem a seu cargo a execução de programas orçamentários. Os indicadores de gestão da CGOF foram fixados tendo por base as competências estabelecidas para cada uma das suas áreas de atuação: orçamento, finanças e contabilidade.

Entre os indicadores apontados estão:

I. Elaboração da Proposta Orçamentária Anual

Entrega da proposta orçamentária anual do MCT ao Ministério do Planejamento no prazo estabelecido em ato próprio do órgão central do Sistema de Orçamento Federal.

Tipo: Indicador de eficácia.

Método de apuração: verificação do cumprimento do prazo estabelecido para apresentação da proposta orçamentária à SOF/MPOG.

Responsável pela apuração: Coordenador de Orçamento da CGOF.

Resultado apurado: o prazo estabelecido no Ofício Circular nº 06/SOF/MP, de 01/07/2011, foi integralmente observado.

II. Programação do Limite para Empenho

Distribuição do limite para empenho a ser observado pelas unidades do MCT, tendo por base os limites e prazos estabelecidos no Decreto de Programação Orçamentária e Financeira para o Ministério.

Tipo: Indicador de eficácia.

Método de apuração: verificação da distribuição de limite de empenho no prazo estabelecido para cada uma das Unidades do Ministério.

Responsável pela apuração: Coordenador de Orçamento da CGOF.

Resultado apurado: todas as Unidades foram contempladas com limite de empenho por meio do Ofício-Circular nº 95/2011 – SEXEC de 18 de março de 2011 e Memo-Circular nº 140/2011 – SEXEC, de 18 de março de 2011.

III. Elaboração da Programação Financeira do Ministério.

Descrição: elaboração e execução da Proposta de Programação Financeira relativas às unidades da administração direta e entidades vinculadas ao MCT, tendo por base os limites e prazos estabelecidos no Decreto de Programação Orçamentária e Financeira para o Ministério, bem como o cumprimento dos valores programados.

Tipo: Indicador de Eficácia.

Método de apuração:

a) verificação da distribuição às Unidades do Ministério dos limites para pagamento no prazo estabelecido pelo decreto de programação financeira;

b) percentual (PPF - Número de Proposta Solicitadas pelas Unidades / PFA - Número de Proposta Aprovada x 100%).

Responsável pela apuração: Coordenador de Contabilidade e Programação Financeira da CGOF.

Resultado apurado:

a) foi efetuada a distribuição às Unidades dos limites para pagamento no prazo estabelecido, por meio do Ofício-Circular Nº 107/2011 - SEXEC e Memo-Circular nº 181/2011 – SEXEC, de 31 de março de 2011.

b) 100% das propostas solicitadas pelas Unidades foram aprovadas e liberadas.

IV. Registro da Conformidade Contábil

Conformidade contábil dos atos e fatos praticados pela administração direta e entidades vinculadas ao MCT.

Tipo: Indicador de Eficácia.

Método de apuração: percentual (TCN – Total de Conformidade Necessária / TCE – Total de Conformidade Efetuada x 100%).

Responsável pela apuração: Coordenação de Contabilidade e Programação Financeira da CGOF.

Resultado apurado: 100% das conformidades contábeis necessárias nas unidades gestoras e órgãos foram efetuados dentro do prazo estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional.

3. Movimentação e Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	**Montante Inscrito**	**Cancelamentos acumulados**	**Pagamentos acumulados**	**Saldo a Pagar em 31/12/2011**
2009	270.202,01	0,00	0,00	270.202,01
2010	-	-	-	-
2011	2.023.726,64	0,00	2.023.726,64	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	**Montante Inscrito**	**Cancelamentos acumulados**	**Pagamentos acumulados**	**Saldo a Pagar em 31/12/2011**
2009	-	-	-	-
2010	1.653.941,41		33.285,52	1.620.655,89
2011	67.761.269,70	101.566,99	4.014.990,90	63.644.711,81
Observações: Decreto nº 7.654, e 23/12/2011 – paragrafo 2º - Os restos a pagar inscritos na condição de não processados e não liquidados posteriormente terão validade até 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição .				

3.1. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

106. No exercício de 2011 foram inscritos R$ 2.023.726,64, processados, e R$ 67.761.269,70, não processados, destes foram cancelados R$ 101.566,99. Foram pagos R$ 2.023.726,64, dos processados, e R$ 4.014.990,90, dos não-processados.

3.2. Análise Crítica

107. A execução de restos a pagar ocorreu em conformidade com os Decretos de Programação Financeira que estabelecem limites financeiros para pagamentos e o aumento da inscrição deve-se ao fato da concessão de limites orçamentários sem tempo hábil para cumprimento dos estágios de execução da despesa pública, sobretudo da liquidação e pagamento dentro do próprio exercício financeiro.

108. Com relação ao saldo a pagar em 31/12/2011 o valor de R$ 270.202,01 restos a pagar processados refere-se á contratação de serviços de telecomunicações conforme contrato nº 40/2007, faturado pela empresa TNL PCS S/A, aguardando ajuste por parte da empresa e análise por parte do fiscal de contrato.

4. Recursos Humanos da Unidade

109. A arquitetura das carreiras do MCTI é composta por cargos amplos, definidos como um conjunto de ocupações de naturezas assemelhadas, amplas e estratégicas, que permitem a flexibilidade necessária ao exercício de atribuições genéricas e diversificadas, com níveis equivalentes de complexidade e responsabilidade.

110. Nesse contexto, no que tange ao aspecto qualitativo, a CGRH vem envidando esforços para promover diversas ações de capacitação, envolvendo todos os cargos, inclusive o corpo gerencial.

4.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos

4.1.1. Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada

Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da UJ Ver anexo I – fl 70

4.1.2. Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da unidade jurisdicionada

Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ, Ver anexo I – fls 71/72

4.1.3. Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da unidade jurisdicionada

Os titulares de cargos de provimento efetivo de níveis intermediário e superior integrantes das carreiras de Pesquisa em Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Tecnológico e de Gestão, Planejamento e Infra-Estrutura em Ciência e Tecnologia, também fazem jus à Gratificação Temporária de Atividade de Ciência e Tecnologia – GTEMPCT, conforme o artigo 58 da Lei nº 11.907/2009.

Quadro A.5.3 – Detalhamento Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ, Ver anexo I – fl 73

4.1.4. Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade

111. A idade média dos servidores e a perspectiva de aposentadoria constituem, atualmente, um dos maiores desafios a ser enfrentado pela gestão de recursos humanos do MCTI. Supõe-se que para os próximos três anos, haverá perda significativa de pessoal efetivo em decorrência de aposentadoria.

112. Decorrente dessa previsão, este Ministério solicitou em 21 de setembro de 2011, autorização ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP para a realização de concurso público, para provimento de cargos efetivos, tendo o mesmo sido autorizado em 9 de dezembro de 2011, pela Portaria MP nº 553, de 8 de dezembro de 2011. Mesmo que o concurso enseje aumento da Força de Trabalho para esta Administração Central, cabe ressaltar que o provimento de 330 cargos de Assistente em Ciência e Tecnologia está condicionado à substituição da totalidade dos trabalhadores terceirizados, tendo em vista o cumprimento do Aditivo ao Termo de Conciliação Judicial, celebrado nos autos da Ação Civil Pública, constante do Processo nº 00810-2006-017-10-00-7.

Quadro A.5.4 – Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária, Ver anexo I – fl 74

4.1.5. Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade

113. Sobre a composição de cargos do quadro de pessoal deste Ministério, apresentamos a seguir uma breve explicação:

114. O MCTI faz parte do Plano de Carreiras para a área de Ciência e Tecnologia, conforme o art. 1º da Lei nº 8.691, de 28 de Julho de 1993, que tem a seguinte composição:

115. Carreira de Pesquisa em Ciência e Tecnologia;

116. Carreira de Desenvolvimento Tecnológico; e

117. Carreira de Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia (art. 2º. da Lei nº 8691/1993).

118. A Carreira de Pesquisa em Ciência e Tecnologia é constituída do cargo de nível superior de Pesquisador, classificado em Titular, Associado, Adjunto e Assistente de Pesquisa.

119. A Carreira de Desenvolvimento Tecnológico é constituída dos cargos de Tecnologista (nível superior), de Técnico (nível intermediário) e de Auxiliar Técnico (nível auxiliar).

120. A Carreira de Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia é constituída dos cargos de Analista em Ciência e Tecnologia (nível superior), de Assistente em Ciência e Tecnologia (nível intermediário) e de Auxiliar em Ciência e Tecnologia (nível auxiliar)

121. Esta Administração Central conta, ainda, com a força de trabalho de celetistas conforme a publicação da Portaria nº 525 pelo MP no Diário Oficial da União de 30 de dezembro de 2009, que autorizou o retorno ao serviço público federal, em quadro em extinção deste Ministério, de 118 ex-empregados demitidos da extinta Fundação de Tecnologia Industrial - FTI durante o Governo Collor e anistiados pela Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994.

122. Posteriormente, foram publicadas outras portarias do MP, autorizando o retorno ao serviço público federal, de mais ex-empregados, também da extinta FTI. No mês de dezembro de 2011, apurou-se o total de 141 celetistas.

123. A Coordenação de Desenvolvimento de Recursos Humanos - CODE, da CGRH possui, entre outras competências regimentais (Portaria nº 785, de 03 de outubro de 2006), a elaboração de subsídios para a proposição de políticas, diretrizes, programas e projetos de desenvolvimento, recrutamento e seleção de pessoal da Administração Central e, de forma complementar, das treze Unidades de Pesquisa que compõem a estrutura do MCTI. Entre suas competências regimentais destacam-se, ainda: a elaboração e implementação de ações de capacitação e desenvolvimento de pessoal; a seleção e a adequação funcional de servidores; o levantamento de necessidades de capacitação; o intercâmbio com instituições especializadas em treinamento e desenvolvimento; o recrutamento de instrutores internos e externos para atividades relacionadas à capacitação e ao desenvolvimento; a implementação ou alteração de atos normativos; e a realização de estudos.

124. O quantitativo de servidores capacitados, correspondeu a 21,23% da meta prevista (13,15% pelo MCTI/AC; 1,89% pelo CTI e 6,20% pelo INPA). Se considerarmos apenas o recurso destinado ao MCTI/AC, atingiu-se um percentual de execução de 21,23% da meta correspondente. As ações voltadas à capacitação e ao desenvolvimento de pessoal contemplaram o desenvolvimento de competências tanto para o exercício das atividades inerentes à área meio quanto à área finalística, contemplando diversas temáticas e modalidades de capacitação.

Quadro A.5.5 – Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade , Ver anexo I – fl 75

4.2. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

4.2.1. Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria

Quadro A.5.6 – Composição do Quadro de Servidores Inativo, Ver anexo I – fl 76

4.2.2. Demonstração das Origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada

Quadro A.5.7 – Composição do Quadro de Instituidores de Pensão, Ver anexo I – fl 77

4.3. Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.5.8 – Composição do Quadro de Estagiários, Ver anexo I – fl 78

4.4. Custos Associados à Manutenção dos Recursos Humanos

125. A política remuneratória do MCTI é a seguinte: a estrutura remuneratória dos servidores de nível superior integrantes das carreiras de Ciência e Tecnologia está prevista na Lei nº 11.907, de 02 de fevereiro de 2009, sendo composta do Vencimento Básico, da Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia -GDACT e da Retribuição por Titulação - RT. A RT é destinada aos portadores de títulos de Doutor, Mestre ou certificado de aperfeiçoamento ou de especialização atribuída de acordo com a classe e o padrão em que o servidor esteja posicionado e o nível de titulação comprovado.

126. A estrutura remuneratória dos servidores de níveis intermediário e auxiliar é composta do Vencimento Básico, da Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia – GDACT e da Gratificação de Qualificação - GQ. Sendo que a GQ é atribuída ao servidor de acordo com a classe e o padrão em que esteja posicionado e o nível de qualificação comprovado.

127. A GDACT, devida aos servidores de nível superior, intermediário e auxiliar integrantes das carreiras, é atribuída em função do alcance das metas de desempenho individual e do alcance das metas de desempenho institucional dos respectivos órgãos de lotação.

128. Cabe ressaltar, oportunamente, que o servidor ativo beneficiário da GDACT que obtiver na avaliação de desempenho individual pontuação inferior a 50% (cinqüenta por cento) da pontuação máxima estabelecida para essa parcela será imediatamente submetido à processo de capacitação ou de análise da adequação funcional, conforme o caso, sob responsabilidade da sua chefia imediata ou unidade de lotação.

129. Os titulares de cargos de provimento efetivo de níveis intermediário e superior integrantes das carreiras de Pesquisa em Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Tecnológico e de Gestão, Planejamento e Infra-Estrutura em Ciência e Tecnologia, também fazem jus à Gratificação Temporária de Atividade de Ciência e Tecnologia – GTEMPCT, conforme o artigo 58 da Lei nº 11.907/2009.

Quadro A.5.9 – Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de referencia e nos dois anteriores, Ver anexo I – fl 78

4.5. Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada

Quadro A.5.9 – Cargos e Atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da UJ, Ver anexo I – fl 79 a 82

4.5.1. Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para a realização de concursos públicos para substituição de terceirizados

130. No exercício de 2011 foi expedida a Portaria MPOG nº 553, de 08 de dezembro de 2011, autorizando a realização de concurso público para 330 vagas para o MCT, publicado no DOU 9/12/2011 – Seção I, pág.128.

4.5.2. Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade

Quadro A.5.12 – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva , Ver anexo I – fls 84 a 85

Quadro A.5.13 – Contratos de Prestação de Serviços de Locação de Mão de Obra , Ver anexo I – fls 86 a 91

4.6. Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

131. Com relação à Avaliação de Desempenho, cabe ressaltar que existem três tipos:

a. Avaliação de desempenho para o estágio probatório do servidor, conforme prevê o art. 20 da Lei nº 8112/1990;

b. Avaliação de desempenho individual, que visa a aferir o desempenho do servidor no MCTI, no exercício das atribuições do cargo ou função, com vistas no alcance das metas de desempenho institucional; e

c. Avaliação de desempenho institucional, que visa a aferir o alcance das metas organizacionais, podendo considerar projetos e atividades prioritárias e condições especiais de trabalho, além de outras características específicas.

132. Tanto a avaliação de desempenho individual, como a institucional, está aguardando a regulamentação pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. E portanto os servidores que ingressaram no último concurso 2008/2009 só percebem o percentual de 80% referente á avaliação institucional.

▪ Absenteísmo;
Os sistemas de controle no órgão são efetivos

▪ Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais;
Não houve

▪ Rotatividade (turnover);
84 ingressos e 102 egressos das mais diversas formas.

▪ Educação Continuada;
Não houve

▪ Disciplina;
Foram abertos 2 Processos Administrativos Disciplinares

▪ Aposentadoria versus reposição do quadro.
Não teve reposição

133. Com relação à Avaliação de Desempenho, cabe ressaltar que existem três tipos:

a. Avaliação de desempenho para o estágio probatório do servidor, conforme prevê o art. 20 da Lei nº 8112/1990;

b. Avaliação de desempenho individual, que visa a aferir o desempenho do servidor no MCTI, no exercício das atribuições do cargo ou função, com vistas no alcance das metas de desempenho institucional; e

c. Avaliação de desempenho institucional, que visa a aferir o alcance das metas organizacionais, podendo considerar projetos e atividades prioritárias e condições especiais de trabalho, além de outras características específicas.

134. Tanto a avaliação de desempenho individual, como a institucional, está aguardando a regulamentação pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. E portanto os servidores que ingressaram no último concurso 2008/2009 só percebem o percentual de 80% referente á avaliação institucional.

135. Esta Administração Central conta, ainda, com a força de trabalho de celetistas conforme a publicação da Portaria nº 525 pelo MP no Diário Oficial da União de 30 de dezembro de 2009, que autorizou o retorno ao serviço público federal, em quadro em extinção deste Ministério, de 118 ex-empregados demitidos da extinta Fundação de Tecnologia Industrial - FTI durante o Governo Collor e anistiados pela Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994.

136. Posteriormente, foram publicadas outras portarias do MP, autorizando o retorno ao serviço público federal, de mais ex-empregados, também da extinta FTI. No mês de dezembro de 2011, apurou-se o total de 141 celetistas.

137. A Coordenação de Desenvolvimento de Recursos Humanos - CODE, da CGRH possui, entre outras competências regimentais (Portaria nº 785, de 03 de outubro de 2006), a elaboração de subsídios para a proposição de políticas, diretrizes, programas e projetos de desenvolvimento, recrutamento e seleção de pessoal da Administração Central e, de forma complementar, das treze Unidades de Pesquisa que compõem a estrutura do MCTI. Entre suas competências regimentais destacam-se, ainda: a elaboração e implementação de ações de capacitação e desenvolvimento de pessoal; a seleção e a adequação funcional de servidores; o levantamento de necessidades de capacitação; o intercâmbio com instituições especializadas em treinamento e desenvolvimento; o recrutamento de instrutores internos e externos para atividades relacionadas à capacitação e ao desenvolvimento; a implementação ou alteração de atos normativos; e a realização de estudos.

138. O quantitativo de servidores capacitados, correspondeu a 21,23% da meta prevista (13,15% pelo MCTI/AC; 1,89% pelo CTI e 6,20% pelo INPA). Se considerarmos apenas o recurso destinado ao MCTI/AC, atingiu-se um percentual de execução de 21,23% da meta correspondente. As ações voltadas à capacitação e ao desenvolvimento de pessoal contemplaram o desenvolvimento de competências tanto para o exercício das atividades inerentes à área meio quanto à área finalística, contemplando diversas temáticas e modalidades de capacitação.

5. Transferências mediante Convênio, Contrato de Repasse, Termo de Cooperação, Compromisso ou outros acordos, Ajustes, ou Instrumentos Congêneres, vigentes no exercício de 2011

5.1. Instrumentos de transferências Vigentes no Exercício

Quadro A.6.1 –Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de referência

Ver anexo I Fl. 145

5.1.1. Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

Quadro A.6.2 – Resumo dos Instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Ver anexo I Fl. 187

5.1.2. Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2012 e seguintes

Quadro A.6.3 – Resumo dos Instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Ver anexo I Fl. 187

5.2. Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios, termos de cooperação e contratos de repasse

Quadro A.6.4 – Resumo da Prestação de Contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e contratos de repasse

Quadro A.6.5 – Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse

Ver anexo I Fls. 188 a 190

6. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.

139. Em cumprimento ao que determina o item 7 anexo II da DN/TCU nº 107 de 27/10/2010, declaro para os devidos fins que as informações referentes a contratos, bem como, sobre convênios, contratos de repasse e termos de parcerias firmados estão disponíveis e atualizadas respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria-SICONV, conforme estabelecido o art.19 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010.

7. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas

140. Em conformidade com a Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, é obrigatória a apresentação de declaração de bens, com indicação das fontes de renda, no momento da posse ou, inexistindo esta, na entrada em exercício de cargo, emprego ou função, bem como no final de cada exercício financeiro, no término da gestão ou mandato e nas hipóteses de exoneração, renúncia ou afastamento definitivo, por parte das autoridades e servidores públicos.

141. A cópia da Declaração de Imposto de Renda ou a Autorização de Acesso ao Imposto de Renda deverá ser entregue em envelope fechado endereçado à Coordenação de Recursos Humanos, especificando o assunto e cadastrado no Sistema Próton (programa de trâmite de documentos do Ministério da Ciência e Tecnologia) para garantir a data da entrega e o seu recebimento. Na Divisão de Pagamentos do CGRH é feito o controle de recebimento da documentação através de um programa Access e devidamente arquivado.

142. O § 2º do art. 3 do Decreto nº 5.483, de 30 de junho de 2005 oferece a opção de entrega de autorização de acesso à declaração anual apresentada à Secretaria da Receita Federal, com as respectivas retificações. Esta autorização de consulta facilita o controle por parte do serviço de pessoal e traz economicidade para o Governo já que diminui a quantidade de papel recebido por ano.

143. A partir de 2011, todos os servidores passaram a entregar a cópia da Declaração de Imposto de Renda ou a Autorização de Acesso ao Imposto de Renda à Coordenação de Recursos Humanos, de acordo a Portaria Interministerial MP/CGU Nº 298, de 6 de setembro de 2007. Esta Portaria trata da exigência de entrega da Declaração de Imposto de Renda ou Autorização de Acesso a todo agente público.

7.1. Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	**Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93**	**Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR**		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	**Final do exercício da Função ou Cargo**	**Final do exercício financeiro**
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	1		
	Entregaram a DBR	1		
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	321		
	Entregaram a DBR	321		
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte: SIAPE 2011

8. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ

144. Para a melhoria do funcionamento do controle interno da SPOA, forma instituídas instâncias de verificação em cada Divisão, de modo que os processos, antes de seguir sejam revisados por servidor que não participou da instrução.

145. Este procedimento tem evitado erros formais e de valores quanto à execução das atividades de cada setor.

146. Nesse aspecto, o dirigentes do MCTI percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos e dão suporte adequado ao seu funcionamento, fazendo as devidas correções, nos molde recomendados pela norma e pelas instâncias de verificação de instrução processual.

147. Vários instrumentos de controle, inclusive "check list" foram implementados com vistas a dar maior eficiência aos processos internos.

8.1 Estrutura de Controles Internos da UJ

Quadro A.9.1 – Estrutura de Controles Internos da UJ - ver anexo I – fls 92/93

9. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras, tendo como referência a Instrução Normativa nº 1/2010 e a Portaria nº 2/2010, ambas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e informações relacionadas à separação de resíduos recicláveis descartados em conformidade com o Decreto nº 5.940/2006

148. Quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras, tendo como referência o Decreto nº 5.940/2006 e a Instrução Normativa nº 1/2010, Secretaria Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento , Orçamento e Gestão.

149. O MCTI tem incluído critérios de sustentabilidade em suas licitação, de modo a levar em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas, com preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).

150. Ressalta-se a participação de servidor dessa UJ em Seminário de Contratações Públicas Sustentáveis, que foi realizado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, capacitando-o a multiplicar informações sobre o tema no âmbito da Administração. Esse mesmo servidor foi convidado pela CGEON/SLSG/SLTI/MP para participar da Comissão Julgadora do Concurso "Equipe Sustentável e Edital Sustentável" de iniciativa do MPOG, com atribuição de selecionar, avaliar e julgar os melhores trabalhos que serão apresentados pelos interessados.

151. Ademais, as áreas demandantes deste MCT vêm adotando na elaboração dos Termos de Referências critérios de sustentabilidade ambiental, a exemplo, da contratação de empresa para o fornecimento de solução de impressão, cópia e digitalização departamental (outsourcing) tais como: exigindo da contratada compromisso a dar destinação ecologicamente adequada aos cartuchos

vazios (carcaças) e, apresentação após a assinatura do contrato, de um plano de descarte dos suprimentos e de sustentabilidade na execução dos referidos serviços que atenda explicitamente a legislação vigente e seja aderente à política de "TI Verde" do Governo Federal"

9.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.10.1 – Gestão Ambiental e Licitações - ver anexo I – fls 95 a 97

10. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como "Bens de Uso Especial", de propriedade da União ou locado de terceiros.

152. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário da UJ, classificado como 'Bens de Us Especial " de propriedade da União ou locado de terceiros.

153. O imóvel acima demonstrado constitui-se de um terreno doado pelo estado do Rio Grande do Sul ao Ministério de Ciência e Tecnologia, na localidade da cidade de Porto Alegre/RS. Esta doação foi oriunda do Termo de Cooperação Técnica entre a União por meio do MCT e o Estado do Rio Grande do Sul, para a Construção da Fábrica de Semicondutores CEITEC S.A. Futuramente, quando da finalização da fábrica, bem como do inicio da operacionalização produtiva, esta propriedade será repassada a empresa CEITEC S.A.

10.1. Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.11.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso

Quadro A.11.3 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

Ver anexo I fls 98 a 99

11. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ

154. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ, contemplando os seguintes aspectos: planejamento, recursos humanos, segurança da informação , desenvolvimento e produção de sistemas e contratação e gestão de bens e serviços de TI.

11.1 – <u>Gestão da Tecnologia da Informação da UJ</u>

Quadro A.12.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da UJ - ver anexo I – fl 100

12. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal.

Informações sobre a utilização do cartão de pagamento do governo federal , observando –se as disposições dos Decretos nºs 5.355/2005 e 6.370/2008.

Quadro A.13.1 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador e Valores

Código da UG 1: 240101/0001		**Limite de utilização da UG R$ 50.000,00**			
Portador	**CPF**	**Limite individual**	**Valor**		**Total**
			Saque	**Fatura**	
Wanderley Vieira Borges	**008.263.161-15**	**10.134,00**	**0,00**	**4.865,91**	**4.865,91**
Claudia da Silva França	**317.269.331-72**	**4.000,00**	**0,00**	**171,00**	**171,00**
Total utilizado pela UG			**0,00**	**5.036,91**	**5.036,91**
Código da UG 2:		**Limite da Utilização da UG**			
Total utilizado pela UG					
Total utilizado pela UJ			**0,00**	**5.036,91**	**5.036,91**

Quadro A.13.2 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Exercício	**Saque**		**Fatura**		**Total (R$)**
	Quantidade	**Valor (a)**	**Quantidade**	**Valor (b)**	**(A+B)**
2009	**0**	**0,00**	**22**	**12.151,38**	**12.151,38**
2010	**0**	**0,00**	**11**	**7.151,40**	**7.151,40**
2011	**0**	**0,00**	**11**	**5.036,91**	**5.036,91**

13. Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.

Quadro A.15.1 - Cumprimento das Deliberações do TCU atendidas no exercício
Quadro A.15.2 - Cumprimento das Deliberações do TCU pendentes no exercício
Quadro A.15.3 – Recomendação do OCI atendidas no exercício

Ver anexo I fls 101 a 126

PARTE B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

1. Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) e o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável – UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão.

Quadro B.1.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício NÃO REFLETEM corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação completa (UJ)	**Código da UG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA	

Após análise dos registros contábeis e conformidade de registros de gestão que consiste na certificação dos registros dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira e patrimonial inclusos no SIAFI e da existência de documentos hábeis que comprovem as operações, declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011, da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos (UG 240101), da Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças (UG 240102) e da Coordenação-Geral de Recursos Humanos (UG 240133), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA, **EXCETO** no tocante às restrições registradas na conformidade contábil da Unidade Gestora Executora 240101-Coordenação-Geral de Recursos Logísticos - CGRL, conforme abaixo:

a) Restrição Contábil 169 – Convênios a Comprovar com data expirada

b) Restrição Contábil 170 – Convênios a Aprovar com data expirada

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração

.

Local	**Brasília, DF**	**Data**	**31/01/2012**
Contador Responsável	**Eliana Yukiko Takenaka**	**CRC nº**	**DF.6.666**

PARTE C – Conteúdo Especifico por Unidade Jurisdicionada ou Grupo de Unidades

1. Item 16 da parte C - Órgãos e Entidades que executam acordos de cooperação internacional, com a contratação de consultores na modalidade "produto".

O presente Projeto de Cooperação Internacional, desenvolvido pelo MCTI em parceria com a UNESCO, tem como objetivo principal a elaboração e a implantação de processos e estratégias institucionais destinados à promoção da Ciência, Tecnologia e Inovação – CT&I, como fatores de desenvolvimento humano e de crescimento sustentável do país. Estão programadas, para a execução deste objetivo, ações destinadas ao aprimoramento dos processos de planejamento e gestão do MCTI, ampliando sua capacidade institucional para a formulação, implantação e avaliação das políticas de CT&I do governo brasileiro. Além dessas ações, estão previstas atividades de estímulo e avaliação de planos e programas de inovação tecnológica; consolidação do sistema nacional de CT&I e; intensificação dos conhecimentos científicos, tecnológicos e de inovação como instrumentos de desenvolvimento social, regional e local no Brasil. Com a execução das atividades deste Projeto espera-se que sejam ampliadas e consolidadas condições políticas e institucionais para democratizar, em todo país, o acesso às informações de CT&I e, com isso, popularizar as ciências e melhorar a qualidade de ensino básico em ciências físicas e biológicas. O resultado final que se espera atingir, com a execução das atividades deste Projeto é a intensificação das ações de CT&I como forças promotoras do desenvolvimento sustentado em todas as Regiões brasileiras

1.1 Informações sobre as contratações de consultores na modalidade "produto" no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais, no formato definido na portaria prevista no art. 4°, § 3° desta DN.

Ver anexo III , fls 215 a 254

2. Item 38 da Parte C – Unidades que tenham firmado Termo de Parceria nos Termos da Lei 9.790/99

Quadro C.38.1 – Identificação dos Termos de Parceria Vigentes no Exercício
Quadro C.38.2 – Demonstração dos Valores Mensais Repassados no Exercício
Quadro C.38.3 – Dados Agregados dos Termos de Parceria de Exercícios Antecedentes ao de Referência
Quadro C.38.5 – Demonstrativo das prestações de contas apresentadas no exercício

Ver anexo II , fls 191 a 214

14. CONCLUSÃO

155. O presente relatório apresentou, as realizações da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA, executadas em conjunto e por cada uma de suas Coordenações-Gerais, nas suas respectivas áreas de atuação.

156. Desenvolveu importantes ações para o Ministério, dentre as quais merecem ser destacadas:

157. O Projeto Plataforma Aquarius é ser um instrumento de governança pública, apoiando o processo de modernização e dinamização da gestão estratégica do MCTI com instrumentos que garantam maior transparência e melhores resultados aos investimentos públicos em CT&I. É fruto da filosofia e princípios de gestão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, que se baseia em: transparência para o governo e para a sociedade na elaboração e execução de políticas, programas e ações estratégicas em Ciência, Tecnologia e Inovação; eficiência e eficácia na administração, alinhadas com as principais políticas de CT&I; uso intensivo das tecnologias de informação e comunicação (TIC) para permitir maior controle social e facilitar modelos de gestão compartilhada.

158. A criação e os trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho sobre Convênios - GTC no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI foi instituído por meio da Portaria MCTI 335 de 13/05/2011, publicada no DOU do dia 17/05/2011, com as seguintes atribuições: realizar o levantamento do atual estágio em que se encontram os convênios celebrados pelo Ministério; identificar os convênios que não se apresentem conformes, com vistas à recomendação das ações corretivas; emitir relatório conclusivo de avaliação dos convênios já celebrados pelo Ministério; propor aperfeiçoamento aos marcos de regulamentação dos convênios; propor normas e diretrizes para a fiscalização dos convênios; e propor critérios para celebração de novos convênios. Destacam-se os seguintes resultados do Grupo de Trabalho sobre Convênios – GTC : à capacitação dos servidores que trabalham com convênios, com o objetivo de melhorar o nível de conhecimento dos normativos e a qualidade da instrução e do trâmite processual, bem como a das análises financeiras, técnicas e a do enquadramento dos projetos nos Programas e Ações do MCTI; a edição do Decreto nº 7.468, de 28/04/2011, que determinou o cancelamento dos convênios com recursos empenhados em restos a pagar não processados referentes a 2007, 2008 e 2009, cuja execução não atendesse às condições nele especificadas, levou à constatação da existência de 43 ajustes, os quais foram cancelados; o Decreto 7.592/2011 que determinou a avaliação da regularidade da execução dos ajustes celebrados com entidades privadas sem fins lucrativos, suspendendo o repasse de recursos até que se assegurasse a regularidade da execução, e determinando a tomadas de providências cabíveis nos casos em que se constatassem irregularidades. O esforço destinado ao atendimento às determinações do Decreto envolveu diversas providências, dentre as quais a designação de 22 servidores de 11 Institutos do MCTI para, conjuntamente com servidores da sede, realizar as atividades de análise e avaliação necessárias. A orientação dos trabalhos realizados por esses servidores foi formatada no âmbito do GTC e aplicada por membros do Grupo, que também providenciaram suporte técnico e operacional, em oficinas de trabalho e por meio da elaboração de checklists para análise documental e verificações in loco, bem como de modelos de Relatório e Pareceres.

159. A aprovação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, para o biênio 2011/2012, Portaria n° 12, de 18 de agosto de 2011, cujo objetivo é assegurar a continuidade e aperfeiçoamento do planejamento das ações voltadas à

área de Tecnologia da Informação. O foco deste PDTI está nos projetos e ações contínuas de TI alinhadas às necessidades de negócio, ao Plano de Metas da CGTI e às novas diretrizes governamentais para as áreas de Tecnologia da Informação da Administração Pública Federal, visando a melhoria contínua do modelo de governança de TI.

160. A autorização pelo Ministério do Planejamento em dezembro, após negociações que se estenderam por quase todo o exercício de 2011, para a realização de novo concurso público, para provimento de 832 vagas, sendo que deste total , 330 cargos de Assistente em Ciência e Tecnologia estão condicionados à substituição da totalidade dos trabalhadores terceirizados existentes no âmbito deste Ministério que estão em desacordo com a legislação vigente, obedecendo ao disposto no Aditivo ao Termo de Conciliação Judicial celebrado nos autos da Ação Civil Pública – Processo nº 00810-2006-017-10-00-7.

161. A edição do Decreto n° 7.446/2011, que ao fixar limites de gastos com passagens e diárias para os ministérios, impossibilitou as visitas técnicas e treinamento às equipes das unidades do MCTI, seminários, congressos, treinamento e em outros eventos realizados foram do Distrito Federal. Em decorrência do decreto foi implementado a Portaria MCT 766, objetivando a redução de gastos com emissões de bilhetes próximas a data de embarque e com a finalidade de divulgar tais normativos , foram enviadas a unidades deste MCTI, memorando circular , alertando quanto ao cumprimento dos dispositivos legais acerca dos prazos de solicitação e justificativas de viagens urgentes, viagens sem diárias e prestação de contas pendentes.

162. A busca da qualificação institucional necessária para a incorporação e o acompanhamento do Sistema de Informações Gerenciais – SIG/MCTI; a implantação da primeira etapa da Plataforma Aquarius; a capacitação, o aperfeiçoamento, o treinamento e a reciclagem dos servidores e colaboradores do MCTI; as orientações para exame documental e verificação em campo, relativo a transferência voluntária de recursos; o aprimoramento dos fluxos processuais; o apoio à implementação da Lei de Acesso à Informação; e a intensificação da interação com a Assessoria de Acompanhamento e Avaliação da Secretaria-Executiva – ASCAV/SECEX, unidade responsável pelos planejamentos plurianual e estratégico do MCTI, como vista ao acompanhamento, avaliação e revisão do PPA 2012/2015, pois o mesmo tem reflexo direto na elaboração dos Projetos de Leis Orçamentárias do referido período

163. As ações implementadas refletem a consolidação das praticas de governança e demonstram o amadurecimento de sua equipe no tocante ao cumprimento das orientações e diretrizes emanadas pelos órgãos de acompanhamento e controle.

GERSON GALVÃO
Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

ANEXO I – QUADROS

QUADRO A.2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

II - Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0089	**Denominação : Previdência de Inativos e Pensionistas da União**					
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Objetivo Geral: Garantir o pagamento devido aos servidores civis inativos do Poder Executivo ou seus pensionistas, cumprindo às disposições contidas em seu regime previdenciário próprio						
Objetivos Específicos: Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis do Poder Executivo ou dos seus pensionistas. Garantir o pagamento devido aos servidores civis inativos do Poder Executivo ou seus pensionistas, cumprindo às disposições contidas em seu regime previdenciário próprio						
Gerente:		**Responsável: Executor SPOA**				
Público Alvo: Administração Direta						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						**Em R$ 1,00**
Dotação		**Despesa Empenhada**	**Despesa Liquidada**	**Restos a Pagar não processados**	**Valores Pagos**	
Inicial	**Final**					
173.600.970	**193.200.970**	**191.553.297**	**191.553.297**		**191.553.297**	

Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	**Indicador (Unidade medida)**	**Referência**			**Índice previsto no exercício**	**Índice atingido no exercício**
		Data	**Índice inicial**	**Índice final**		
1	**Pessoa beneficiada**	**99/99/99**	**99,99**	**99,99**	**99,99**	**99,99**
Fórmula de Cálculo do Índice						
Texto ...						
Análise do Resultado Alcançado						
Texto						

Ordem	**Indicador (Unidade medida)**	**Referência**			**Índice previsto no exercício**	**Índice atingido no exercício**
		Data	**Índice inicial**	**Índice final**		
N	**Texto**	**99/99/99**	**99,99**	**99,99**	**99,99**	**99,99**

Quadro A.2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 00750	**Denominação : Apoio Administrativo**					
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Objetivo Geral: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos Orçamentos da União, agregando as despesas que são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.						
Objetivos Específicos: Atender o pagamento de despesas com as ações de manutenção das atividades, envolvendo os serviços com pessoal, estagiários, ajuda de custo, indenização de moradia e outros serviços administrativos compreendendo, serviços postais, telefonia fixa e telefonia móvel, manutenção predial, aquisição de material de consumo e expediente, assinatura de jornais e periódicos, serviços de apoio operacional e administrativo e a aquisição de equipamentos e material permanente visando atender as necessidades vitais do órgão.						
Gerente:		**Responsável: Executora - SPOA**				
Público Alvo: Administração Publica Federal						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						**Em R$ 1,00**
Dotação		**Despesa Empenhada**	**Despesa Liquidada**	**Restos a Pagar não**	**Valores Pagos**	
Inicial	**Final**					

				processados	
707.315.348	73.2877.043	721.153.593	695.027.099	26.126.494	690.805.777

Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	**Indicador (Unidade medida)**	**Referência**			**Índice previsto no exercício**	**Índice atingido no exercício**
		Data	**Índice inicial**	**Índice final**		
1	**Pessoa beneficiada**	**99/99/99**	**99,99**	**99,99**	**99,99**	**99,99**
Fórmula de Cálculo do Índice						
Texto ...						
Análise do Resultado Alcançado						
Texto						

Ordem	**Indicador (Unidade medida)**	**Referência**			**Índice previsto no exercício**	**Índice atingido no exercício**
		Data	**Índice inicial**	**Índice final**		
N	**Texto**	**99/99/99**	**99,99**	**99,99**	**99,99**	**99,99**
Fórmula de Cálculo do Índice						
Texto ...						
Análise do Resultado Alcançado						
Texto						

Quadro A.2.2 - Execução Física das Ações Realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo de Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser realizada em PLO 2012
19	571	0461	12EH	P	4	Exec.física	15	0	15
19	126	0461	4172	A	4	unidade	27	27	27
19	572	0464	0B18	OP	4	Capital composto	33%	33%	Não requer
19	122	0473	008A	OP	4	Não requer	Não requer		Não requer
19	122	0473	00F7	OP	4	Não requer	Não requer		Não requer
19	122	0473	00F8	OP	4	Não requer	Não requer		Não requer
19	122	1388	2272	A	4	Não requer	Não requer		Não requer
19	122	0750	2000	A	4	Não requer	Não requer		Não requer
19	122	0750	0110	A	4	unidade	Não requer		Não requer
19	122	0750	09HB	A	4	unidade	Não requer		Não requer
19	301	0750	2004	A	4	Pessoa beneficiada	11.068	9.232	8.000
19	365	0750	2010	A	4	Criança atendida	281	367	326
19	331	0750	2011	A	4	Servidor beneficiado	1.287	1.351	1.442
19	306	0750	2012	A	4	Servidor beneficiado	3.856	3.856	3.980
09	272	0089	181	A	4	Pessoa beneficiada	Não requer		Não requer
19	128	0473	4572	A	4	Servidor capacitado	3.598	3.598	3.980
19	301	0750	20CW	A	4	Servidor beneficiado	2.307	2.307	2.931

Fonte: LOA 2011/PLO 2012

Ação 12EH – Construção do Instituto de Neurociências – no Estado do Rio Grande do Norte

Tipo de Ação	Projeto
Finalidade	Construção do Instituto de Neurociências
Descrição	Elaboração de projeto arquitetônico e de engenharia, realização de estudo urbanístico, ambiental e de gestão técnico cientifico e a edificação das instalações do Instituto.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	240.134 – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA
Coordenador Nacional da ação	Coordenador-Geral de Recursos Logísticos/CGRL

Metas e Resultados da Ação no Exercício

Previstas		Realizadas		% Execução	
Física Produto: Instituto	LOA	Física Produto: Instituto	Empenhado	Física	Orçamentária
15	1.742.693	0	0,00	0	0

Fonte: Informações extraídas do Sistema SIGMCTI

Ação 4172 - Serviço de Comunicação da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Prover infra-estrutura de redes de alta velocidade, grande capacidade de transmissão de informação e elevado padrão de qualidade para suporte à pesquisa cientifica e à colaboração entre instituições de ensino superior, incrementando o grau de inserção do país na sociedade da informação.
Descrição	Manutenção e atualização de serviços de telecomunicações nacionais e internacionais para consolidação e desenvolvimento da infra-estrutura física de comunicação e colaboração em ensino , pesquisa e inovação;bem como comunicação e computação dos 27 pontos de presença (POP) da rede no País.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	240.134 – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA
Coordenador nacional da ação	Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação-CGTI

Metas e Resultados da Ação no Exercício

Previstas		Realizadas		% Execução	
Física Produto: 27	LOA	Física Produto: ponto de rede mantido	Empenhado	Física	Orçamentária
Ponto de rede Mantido	15.000.000 - MCTI	27	13.106.756	100%	87,38%
	60.500.000 MEC		60.500.000	100%	100%

Fonte: Informações extraídas do Sistema SIGMCTI

Ação 0B18 – Participação da União no Capital – Alcântara Cyclone Space - ACS

Tipo de Ação	Operação Especial
Finalidade	Compor Capital da empresa Alcântara Cyclone Space
Descrição	Participação da União , como acionista brasileira, na composição do capital da empresa Bi-Nacional, que se responsabilizará pelo desenvolvimento e operação do Sítio de Lançamento do Cyclone 4
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	240.134 – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA
Coordenador nacional da ação	Coordenador-Geral de Orçamento e Finanças - CGOF

Metas e Resultados da Ação no Exercício

Previstas		Realizadas		% Execução	
Física Produto: capital composto	LOA	Física Produto: capital composto	Empenhado	Física	Orçamentária
33%	100.000.000	10%	100.000.000	29,09%	100%

Fonte: Informações extraídas do Sistema SIGMCTI

Ação 008A – Contribuição à Academia Brasileira de Ciências - ABC

Tipo de Ação	Operação Especial
Finalidade	Contribuição à Academia Brasileira de Ciências - ABC
Descrição	Pagamento de cota contributiva anual a fim de permitir à ABC o atingimento do seu objetivo estatutário
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	240113 - Subsecretaria de Coordenações das Unidades de Pesquisa - SCUP
Coordenador nacional da ação	Coordenador-Geral das Unidades de Pesquisa
Unidades Executoras	240112 – SEXEC

Metas e Resultados da Ação no Exercício

Previstas		Realizadas		% Execução	
Física	LOA	Física Produto:	Empenhado	Física	Orçamentária
Não requer	3.000.000		2.679.000		89,30%

Fonte: Informações extraídas do Sistema SIGMCTI

Ação 00F7 – Contribuição à Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica-ABIPTI

Tipo de Ação	Operação Especial
Finalidade	Contribuição a Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica - ABIPTI
Descrição	Pagamento de cota contributiva anual a fim de permitir à ABIPTI o atingimento do seu objetivo estatutário
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	240113 - Subsecretaria de Coordenações das Unidades de Pesquisa - SCUP
Coordenador nacional da ação	Coordenador-Geral das Unidades de Pesquisa
Unidades Executoras	240112 – SEXEC

Metas e Resultados da Ação no Exercício

Previstas		Realizadas		% Execução	
Física	LOA	Física Produto:	Empenhado	Física	Orçamentária
Não requer	800.000		714.400,00		89,30%

Fonte: Informações extraídas do Sistema SIGMCTI

Ação 00F8 – Contribuição à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC

Tipo de Ação	Operação Especial
Finalidade	Contribuição a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC
Descrição	Pagamento de cota contributiva anual a fim de permitir à SBPC no cumprimento do seu objetivo estatutário
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	240113 - Subsecretaria de Coordenações das Unidades de Pesquisa - SCUP
Coordenador nacional da ação	Coordenador-Geral das Unidades de Pesquisa
Unidades Executoras	240112 – SEXEC

Metas e Resultados da Ação no Exercício

Previstas		Realizadas		% Execução	
Física	LOA	Física Produto:	Empenhado	Física	Orçamentária
Não requer	2.000.000		2.000.000		100%

Fonte: Informações extraídas do Sistema SIGMCTI

Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa – Nacional

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas ,agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa
Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	240.134 – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA
Coordenador nacional da ação	Coordenador-Geral de Recursos Logísticos
Unidades Executoras	240115 – SETEC E 240116 – SEPIN

Metas e Resultados da Ação no Exercício

Previstas		**Realizadas**		**% Execução**	
Física	LOA + CREDITOS	Física	Empenhado	Física	Orçamentária
Não requer	4.235.095		1.151.304		27,19%

Fonte: Informações extraídas do Sistema SIGMCTI

Ação 2000 - Administração da Unidade

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas ,agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa
Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	240.134 – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA
Coordenador nacional da ação	Coordenador-Geral de Recursos Logísticos
Unidades Executoras	240101 - Coordenação Geral de Recursos Logísticos

Metas e Resultados da Ação no Exercício

Previstas		**Realizadas**		**% Execução**	
Física	LOA + Créditos		Empenhado	Orçamentária	Física
Não requer	462.104.600	Pessoal	461.340.956	99,83%	Não requer
Não requer	48.413.858	Custeio	42.639.610	88,07%	Não requer
Não requer	5.520.460	Capital	5.440.972	98,57%	Não requer
Não requer	Outras unidades	Custeio	30.000,00	100%	Não requer
Não requer	Outras unidades	Custeio	2.564.000,00	100%	Não requer

Fonte: Informações extraídas do Sistema SIGMCTI

Ação 0110- Contribuição a Previdência Privada

Tipo	Atividade
Finalidade	Assegurar que as autarquias, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União possam contribuir como patrocinadoras às entidades fechadas de Previdência Privada nos termos da Lei nº 8.020, de 12 de abril de 1990 e alterações
Descrição	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos Orçamentos da União, agregando as despesas que são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	
Coordenador Nacional da Ação	Flavio Coutinho
Unidades Executoras	COORDENAÇÃO – GERAL DE RECURSOS HUMANOS - 240133

Tipo de programa	Meio

Previstas		Realizadas		% Execução	
Física	LOA + CREDITOS	Física	Empenhado	Física	Orçamentária
Não requer	103.654	Não requer	103.636	Não requer	100%

Ação 09HB – Contribuição da União de sua Autarquias e Fundações para Custeio de Regime de Previdência dos Servidores Federais na Forma do Art.8º da Lei 10.887, de 18 de junho de 2004.

Tipo	Atividade
Finalidade	Assegurar o pagamento da contribuição da União, para custeio do regime de previdência dos servidores federais, na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
Descrição	Assegurar o pagamento da contribuição da União, para custeio do regime de previdência dos servidores federais, na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	
Coordenador Nacional da Ação	Flavio Coutinho
Unidades Executoras	COORDENAÇÃO – GERAL DE RECURSOS HUMANOS – 240133
Tipo de programa	Meio

Previstas		Realizadas		% Execução	
Física	LOA + CREDITOS	Física	Empenhado	Física	Orçamentária
Não requer	92.702.448		89.530.920		96,58%

Ação 2004 – Assistência Medica e Odontológica aos Servidores, Empregados e Seus Dependentes

Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar aos servidores, seus dependentes e pensionistas condições para saúde física e mental.
Descrição	Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	
Coordenador Nacional da Ação	Flavio Coutinho
Unidades Executoras	COORDENAÇÃO – GERAL DE RECURSOS HUMANOS – 240133
Tipo de programa	Meio

Previstas		Realizadas		% Execução	
Física	LOA + CREDITOS	Física	Empenhado	Física	Orçamentária

11.068	9.562.716	9.232	8.960.245	83,41	93.70%

Ação 2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

Tipo	Atividade
Finalidade	Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme dispõe o art. 3º do Decreto nº 977, de 10 de setembro 1993.
Descrição	Concessão do benefício aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar, conforme dispõe o Decreto nº 977/93, pago diretamente no contracheque, a partir da apresentação de requerimento,
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	
Coordenador Nacional da Ação	Flavio Coutinho
Unidades Executoras	COORDENAÇÃO – GERAL DE RECURSOS HUMANOS – 240133
Tipo de programa	Meio

Previstas		**Realizadas**		**% Execução**	
Física	LOA + CREDITOS	Física	Empenhado	Física	Orçamentária
281	371.412	367	369.888		99,59

Ação 2011 – Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados

Tipo	Atividade
Finalidade	Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica e indenizatória aos servidores e empregados
Descrição	Assegurar ao servidor e empregado o benefício do transporte para deslocamento entre a residência e o local de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei n.º 7.418, de 16 de dezembro de 1985 e alterações.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	
Coordenador Nacional da Ação	Flavio Coutinho
Unidades Executoras	COORDENAÇÃO – GERAL DE RECURSOS HUMANOS – 240133
Tipo de programa	Meio

Previstas		**Realizadas**		**% Execução**	
Física	LOA + CREDITOS	Física	Empenhado	Física	Orçamentária
1.287	2.548.296	1.351	2.408.324		94.51%

Ação 2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

Tipo	Atividade

Finalidade	Conceder o auxílio-alimentação ao servidor ou empregado, sob forma de pecúnia, paga na proporção dos dias trabalhados e custeados com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor.
Descrição	Conceder em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeados com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor, de acordo com a Lei nº 9527 de 10 de dezembro de 1997.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	
Coordenador Nacional da Ação	Flavio Coutinho
Unidades Executoras	COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS - 240133
Tipo de programa	Meio

Previstas		**Realizadas**		**% Execução**	
Física	LOA + CREDITOS	Física	Empenhado	Física	Orçamentária
3.856	14.497.696	3.856	14.149.032	100%	99,9%

Ação - 00181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões a Servidores Civis

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir o pagamento devido aos servidores civis inativos do Poder Executivo ou seus pensionistas, cumprindo às disposições contidas em seu regime previdenciário próprio.
Descrição	Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis do Poder Executivo ou dos seus pensionistas.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	
Coordenador Nacional da Ação	Flavio Coutinho
Unidades Executoras	COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS – 240133
Tipo de programa	

Previstas		**Realizadas**		**% Execução**	
Física	LOA + CREDITOS	Física	Empenhado	Física	Orçamentária
Não requer	193.200.970		191.553.297		99%

Ação – 20CW – Assistência médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos

Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar aos servidores e empregados condições pra manutenção da saúde física e mental
Descrição	Realização de exames médicos periódicos dos servidores e empregados da administração publica , autárquica e fundacional e das empresas estatais dependentes, mediante a contratação de serviços terceirizados, bem como pela aquisição de insumos, reagentes e outros materiais, necessários, nos casos em que os referidos exames sejam realizados pelo próprio órgão.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Subsecretaria de Planejamento,Orçamento e Administração
Coordenador Nacional da Ação	Flavio Coutinho
Unidades Executoras	COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS – 240133
Tipo de programa	

Previstas		**Realizadas**		**% Execução**	
Física	LOA + CREDITOS	Física	Empenhado	Física	Orçamentária
2.307	415.332		0,00	0	0

Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas a melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenador Nacional da Ação	Flavio Coutinho
Unidades Executoras	COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS -240133

Previstas		**Realizadas**		**% Execução**	
Física	LOA + CREDITOS	Física	Empenhado	Física	Orçamentária
3.598	1.610.000		986.398		61,27%

Quadro A.2.3 – Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
MINISTÉRIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA	24101	240102

Quadro A.2.4 - Programação de Despesas Correntes

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO						80.707.913	50.779.420
	PLOA		724.806.673	630.631.444			80.707.913	81.633.327
	LOA		724.806.673	630.631.444			80.467.838	80.723.327
9CRÉDITOS	Suplementares		23.305.000	106.682.500			20.056.567	9.980.809
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados						- 500.000	
Outras Operações								
Total			748.111.673	737.313.944			100.024.405	90.704.316

QUADRO A.2.5 – Programação de Despesas Capital

Origem dos Créditos Orçamentários			4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Outras Despesas de Capital	
			Exercícios					
			2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		13.164.000	5.786.600	50.000.000			
	PLOA		13.164.000	7.783.650	50.000.000	50.000.000		
	LOA		11.574.460	3.924.856	50.000.000	50.000.000		
CRÉDITOS	Suplementares		346.000		50.000.000			
	Especiais	Abertos		69.599.610				
		Reabertos		4.200.000				
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados		-3.357.307					
Outras Operações								
Total			8.563.153	77.724.466	100.000.000	50.000.000		

Quadro A.2.6 – Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
			Exercícios					
			2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		80.707.913	50.779.420	63.164.000	5.786.600		
	PLOA		805.514.586	712.264.771	63.164.000	57.783.650		
	LOA		805.274.511	711.354.771	61.574.460	53.924.856		
CRÉDITOS	Suplementares		43.361.567	116.663.309	50.346.000	1.659.397		
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados		-500.000		-3.357.307			
Outras Operações								
Total			**848.136.078**	**828.018.080**	**108.563.153**	**55.584.253**		

QUADRO A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Despesas Correntes						
Natureza da Movimentação de Crédito		**UG concedente ou recebedora**	**Classificação da ação**	**1 – Pessoal e Encargos Sociais**	**2 – Juros e Encargos da Dívida**	**3 – Outras Despesas Correntes**
Interna	**Concedidos**					
	Recebidos	240106	24101/19122075020000001			15.351,79
		240106	24205/19572046441950001			585.000,00
		240106	240101/19572142141840001			7.837.000,00
		240106	24205/19572046449590001			978.000,00
		240127	24101/19571046141280001			2.178,47
		240104	240101/19572046149720001			2.697,96
		240139	24901/19572046120950001			94.663,59
		240139	24901/19572112222230001			9.453,87
		240139	24901/19572138821130001			24.784,54
		240139	24901/19572138821890001			17.715,31
		240139	24901/19572138829970001			22.270,77
		240139	24901/19572138840430001			17.172,88
		240139	24901/19572138840530001			8.604,72
		240139	24901/19572138841850001			9.616,79
		240139	24901/19753138841560001			30.875,16
		240139	24901/1957213887N340056			176.026,22
Externa	**Concedidos**	240005	24101/1912207502000001			7.587,95
		203001	24101/1912207502000001			41.310,06
		200006	24101/1912804734572001			4.446,00
		110175	24101/1912804734572001			5.847,20
	Recebidos	150014	26101/12126106741720001			60.500.000,00
		110407	52101/05122075020000001			663.783,10
		203001	24205/19122046422720001			1.711.043,59
		364102	24201/19122075020000001			110.412,09
		443003	44205/18122075020000001			2.744.060,51
		530001	53101/04122075020000001			3.172.136,10

		110407	52101/05122049622720001			398.587,06
		110322	20101/0418211132B270001			128.138,79
		245209	24209/1912207502000001			961,46
Despesas de Capital						
Natureza da Movimentação de Crédito		**UG concedente ou recebedora**	**Classificação da ação**	**4 - Investimentos**	**5- Inversões Financeiras**	**6 – Outras Despesas de Capital**
Interna	**Concedidos**					
	Recebidos					
Externa	**Concedidos**	530001	24101/1912207502000001	485,00		
	Recebidos					

Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

QUADRO A.2.8 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	Exercícios			
	2011	2010	2011	2010
Licitação	**40.447.757**	**35.190.107,75**	**25.108.446**	**32.550.130,04**
Convite				
Tomada de Preços	931.371,70		345.490,22	
Concorrência	9.908.215,99	5.117.787,72	5.066.087,88	5.068.418,55
Pregão	29.608.169,27	30.072.320,03	19.696.867,82	27.481.711,49
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas	**5.459.630,02**	**5.220.926,14**	**4.385.727,90**	**4.461.026,83**
Dispensa	4.606.707,43	4.143.127,75	3.678.881,85	3.525.993,40
Inexigibilidade	852.922,59	1.077.798,39	706.846,05	935.033,43
Regime de Execução Especial	**4.865,91**	**7.151,40**	**4.865,91**	**7.151,40**
Suprimento de Fundos	4.865,91	7.151,40	4.865,91	7.151,40
Pagamento de Pessoal	**767.562.221,45**	**553.335.265,94**	**767.293.139,27**	
Pagamento em Folha	767.229.898,36	553.190.106,10	766.960.816,18	553.190.106,10
Diárias	332.323,09	145.159,84	332.323,09	145.159,84
Outros	**123.054.382,31**	**10.911.292,93**	**71.962.724,31**	**27.481.711,49**

Fonte: SIAFI PRODUÇÃO – CONTA 192420200/292410300

QUADRO A.2.9 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal	**737.956.193**	**553.327.233**	**737.689.511**	**553.190.106**	**266.682**	**137.127**	**98.063.840**	**553.190.106**
1º 11	448.497.125	452.514.531	448.497.125	452.514.531	0,00	0,00	448.497.125	452.514.531
2º 01	164.362.366	97.358.872	164.362.366	97.358.872	0,00	0,00	164.362.366	97.358.872
3º 03	26.766.180	1.268.661	26.766.180	1.131.535	0,00	137.127	26.766.180	1.131.535
Demais elementos do grupo	98.330.522	2.185.168	98.063.840	2.185.168	266.682	0,00	98.063.840	2.185.168
3- Outras Despesas Correntes	**92.160.619**	**78.942.066**		**76.052.497**		**2.889.569**		**75.541.153**
39 – Outros Serviços de Terceiros -Pessoa Jurídica	40.345.971	32.345.071	31.493.355	29.667.332	8.852.616	2.677.739	30.192.345	29.158.428
46 – Auxilio Alimentação	14.142.306	14.216.331	14.142.306	14.216.331	0,00	0,00	14.142.306	14.216.331
93 – Indenização e Restituição	9.189.091	12.122.343	9.186.691	12.122.343	2.400	0,00	9.186.691	12.122.343
Demais elementos do grupo	28.483.251	20.258.321	26.860.168	20.046.491	1.623.083	211.830	26.860.168	20.044.051

Fonte: SIAFI PRODUÇÃO

QUADRO A.2.10 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 - Investimentos	**6.412.045**	**541.139**	**1.266.492**	**540.139**	**5.145.553**	**1.000**	**1.266.492**	**540.139**
52 – Equipamentos	5.421.627	49.997	861.955	48.997	4.559.672	1000	861.955	48.998

e Material Permanente								
51 – Obras e Instalações	988.198	473.167	402.317	473.167	585.881		402.317	473.167
30 Material de Consumo	2.220	17.975	2.220	17.975	0,00	0,00	2.220	17.975
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5 - Inversões Financeiras	**100.000.000**	**50.000.000**	**50.000.000**	**50.000.000**	**50.000.000**	**0,00**	**50.000.000**	**50.000.000**
65 – Constituição ou Aumento de Capital – Empresas Públicas	100.000.000	50.000.000	50.000.000	50.000.000	50.000.000	0,00	50.000.000	50.000.000

Fonte: SIAFI PRODUÇÃO

Quadro A.2.11- Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos recebidos por Movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	Exercícios			
	2011	2010	2011	2010
Licitação	**7.816.223**	**39.120.150,46**	**7.816.223**	**32.958.811,47**
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência	**1.646.989**	**3.398.665,01**	**1.646.989**	**3.199.091,89**
Pregão	**6.169.234**	**35.721.485,45**	**6.169.234**	**29.759.719,58**
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas	**1.505.670**	**1.221.058,59**	**1.505.670**	**1.221.058,59**
Dispensa	**1.434.147**	**1.221.058,59**	**1.434.147**	**1.221.058,59**
Inexigibilidade	**71.523**		**71.523**	
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos				
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	**9.402.786**		**9.402.786**	
Diárias	**18.781**		**18.781**	
Não Aplicável	**60.500.000**	**4.035.257,58**	**60.500.000**	**4.035,257,58**

Fonte: SIAFI PRODUÇÃO – CONTA 192420200/292410300

QUADRO A.2.12 DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
3- Outras Despesas Correntes	**79.243.460**	**61.816.781,**	**79.243.460**	**53.833.377**		**7.983.404**	**69.840.674**	**33.833.377**
39 – Outros Serviços de Pessoa Jurídica	62.885.553	53.808.950	62.885.553	47.847.184		5.961.766	62.885.553	27.847.184
04 Contrato Temporário	9.400.000	5.383.741	9.400.000	5.383.741		0,00	9.400.000	5.383.741
37 Locação de mão de obra	6.543.215	2.624.091	6.543.215	602.453		2.021.639	6.543.215	602.453
Demais elementos do grupo	414.692	0,00	414.692	0,00		0,00	414.692	0,00

DEMONSTRAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO Á DISPOSIÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Composição do Quadro de Servidores Ativos- SPOA (CGOF -CGGI-CGRL-CGTI-CGRH)

Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Quantidade

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	Não há	**131**	**29**	**25**
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não há	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	Não há	**131**	**29**	**25**
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não há	111	19	20
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	3	2	3
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	17	8	2
2. Servidores com Contratos Temporários	Não há	55	7	9
3. Total de Servidores (1+2)	Não há	**186**	**36**	**34**

Fonte: CGRH/SPOA

Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	**106**
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	24
1.2. Exercício de Função de Confiança	28
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	• 50 servidores, Decreto nº 3.605 de 20 de setembro de 2000 • 1 servidor cedido sem função, conforme Decreto nº 6.999 de 7 de julho de 1982 • 1 servidor cedido sem função, conforme Inciso I do art. 93 da Lei 8.112 de 12 de dezembro de 1990 e art. 2º da Lei 9.007 de 17/03/1995.. • 1 servidor cedido sem função, conforme Inciso II do art. 93 da Lei 8.112 de 12 de dezembro de 1990 (art. 47 da Lei complementar nº 73, de 1993 e art. 2º do Decreto nº 4.050, de 2001) 1 servidor cedido sem função, conforme Inciso II do art. 93 da Lei 8.112 de 12 de dezembro de 1990 (art. 14 da Lei nº 9.637/98)
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	

2.4. Para Participação em Programa de Pós-Gradução Stricto Sensu no País	
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	
3.1. De oficio, no interesse da Administração	
3.2. A pedido, a critério da Administração	
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	
4.1. Doença em pessoa da família	
4.2. Capacitação	
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	
5.2. Serviço militar	
5.3. Atividade política	
5.4. Interesses particulares	
5.5. Mandato classista	
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	**2**
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	**108**

Fonte: CGRH/SPOA

Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.3 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão				
1.1. Cargos Natureza Especial	Não Há			
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	Não Há			
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não Há	22		
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não Há	1		
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	Não Há	17	8	2
1.2.4. Sem vínculo	Não Há	11	1	6
1.2.5. Aposentados	Não Há			
1.2.6 – Empregados Públicos	Não Há	1		
2. Funções gratificadas	Não Há			
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não Há	28		
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não Há			
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	Não Há			
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	Não Há	79	9	8

Fonte:CGRH/SPOA

Quantificação do quadro de pessoal da Unidade Jurisdicionada segundo a idade

Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo					
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	**14**	**26**	**38**	**34**	**2**
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
1.4 – Empregados Públicos	-	-	28	21	6
2. Provimento de cargo em comissão					

2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	2	8	8	8	2
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	-
3. Totais (1+2)	**16**	**34**	**74**	**63**	**10**

Fonte:CGRH/SPOA

Quantificação do quadro de pessoal da Unidade Jurisdicionada segundo a escolaridade

Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	**2**	-	**2**	**10**	**12**	**81**	**8**	**9**
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.4 – Empregados Públicos	-	-	-	16	32	7	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	7	21	-	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Totais (1+2)	-	**2**	-	**18**	**49**	**40**	**81**	**8**	**9**

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral		
1.1 Voluntária	8	
1.2 Compulsória		
1.3 Invalidez Permanente		
1.4 Outras		
2. Proporcional		
2.1 Voluntária		
2.2 Compulsória		
2.3 Invalidez Permanente		
2.4 Outras		
3. Totais (1+2)		

Fonte:CGRH/SPOA

Demonstração das origens das pensões pagas pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado		
1.1. Integral		
1.2. Proporcional		
2. Em Atividade	1	
3. Total (1+2)		

Fonte:CGRH/SPOA

Composição do Quadro dos Estagiários

Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior					
1.1 Área Fim					
1.2 Área Meio	14	25	26	29	144.325,96
2. Nível Médio					
2.1 Área Fim					
2.2 Área Meio	4	4	4	3	13.319,28
3. Total (1+2)					

Fonte: CGRH/SPOA

Demonstração dos Custos da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.9 – Quadro de custos de pessoal no exercício e nos dois anteriores

Tipologias/ Exercícios		Venci-mentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retri-buições	Gratifi-cações	Adicionais	Indeni-zações	Benefícios Assistenciais e previden-ciários	Demais despesas variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	**2011**										
	2010										
	2009										
Empregados públicos											
Exercícios	**2011**	1.359.648,81									
	2010	1.313.745,48									
	2009										
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	**2011**	1.420.106,57		1.653.495,27	121.325,92				108.749,15		
	2010	1.059.581,88		1.921.004,80	84.835,32				284.470,35		
	2009	1.006.640,76		1.012.151,70	75.825,32				-		
Servidores com Contrato Temporário											
Exercícios	**2011**										
	2010	236.161,31									
	2009	725.140,00									
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											

Exercícios	**2011**	9.667,18									
	2010	29.953,00									
	2009	43.783,92									
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	**2011**										
	2010										
	2009										
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	**2011**	1.205.820,31		867.741,82	94.657,71	13.350,00					
	2010	1.067.897,74		691.933,58	118.901,12	21.600,00					
	2009	1.067.897,74		692.933,58	129.452,83	48.000,00					
Servidores ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	**2011**	812.232,72		876.122,30	94.627,80						
	2010	906.108,12		823.239,00	96.403,68						
	2009	800.113,30		1.001.659,32	101.195,28						

Fonte: CGRH/SPOA

Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada

Quadro A.5.9 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada

Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	2011	2010	2009		
Apoio Administrativo I	39	40	94		
Apoio Administrativo II	29	30	66		
Apoio Administrativo III	5	5	5		
Apoio Administrativo IV	84	84	99		
Apoio Administrativo V	20	20	20		
Apoio Administrativo VI	43	44	44		

Análise crítica da situação da terceirização no órgão

Em dezembro de 2009 foi reduzido em 30% o quantitativo, em atendimento ao Termo de Ajustamento de Conduta. (MPT e MPOG) redução 105 postos.
*Abaixo segue a descrição das atividades de cada posto do Contrato de Apoio Administrativo à época.
ATIVIDADES BÁSICAS PARA O POSTO DE APOIO ADMINISTRATIVO I

1. Registrar a entrada e saída de documentos e correspondências internas e externas e processos, por meio de sistema informatizado disponibilizado pelo MCT, segundo as normas internas;
2. Triar documentos;
3. Distribuir documentos;
4. Conferir dados e datas em documentos recebidos;
5. Verificar documentos conforme normas internas do MCT;
6. Identificar destinatários nos documentos;
7. Classificar documentos, segundo critérios pré-estabelecidos;
8. Arquivar documentos conforme procedimentos;
9. Digitar textos e planilhas, segundo modelos existentes e/ou fornecidos pelos Técnicos do MCT;
10. Preencher formulários impressos ou eletrônicos, segundo normas estabelecidas;
11. Controlar material de expediente do setor onde o Posto de Serviço estiver alocado;
12. Requisitar materiais segundo as normas internas do MCT;
13. Conferir material solicitado;
14. Providenciar devolução de material entregue indevidamente no setor;
15. Distribuir material de expediente;
16. Controlar expedição de malotes e documentos internos;
17. Expressar-se oralmente;
18. Demonstrar habilidade de redação;
19. Falar de maneira clara, ágil e objetiva;
20. Organizar o espaço de trabalho;
21. Atender e triar telefonemas recebidos, anotar e repassar recados;
22. Organizar e controlar de agenda de contatos, compromissos e reuniões;
23. Apoiar nas atividades administrativas básicas em cursos, reuniões e eventos realizados pelo MCT, por meio de registro de presenças, entrega e recolhimento de documentos e materiais de apoio, prestação de informações e orientações aos participantes.

ATIVIDADES BÁSICAS PARA O POSTO DE APOIO ADMINISTRATIVO II

1. Busca de dados e informações com a suas conseqüentes transcrições e formatações em relatórios, textos e/ou planilhas, segundo modelos existentes e fornecidos pelos Técnicos do MCT;
2. Assistência à montagem e formalização de processos administrativos;
3. Organização e controle de documentos;
4. Encaminhamento de documentos ao arquivo central;
5. Localizar processos;
6. Controle da entrada e saída e acompanhamento do trânsito de processos, documentos e correspondências internas e externas;

7. Controle, acompanhamento e verificação de atendimento a prazos estabelecidos;
8. Encaminhar protocolos internos;
9. Atualizar cadastros informatizados segundo dados recebidos;
10. Conferir dados e cálculos em relatórios, textos e planilhas;
11. Revisar documentos de texto e planilhas eletrônicas elaborados pelos Técnicos em Ciência e Tecnologia;
12. Coletar dados e verificar índices econômicos e financeiros;
13. Efetuar cálculos;
14. Redigir atas;
15. Falar de maneira clara, ágil e objetiva;
16. Domínio da língua portuguesa;
17. Verificar prazos estabelecidos;
18. Registrar, por meio de anotações em formulários informatizados pré-definidos, ocorrências em processos;
19. Redigir e/ou transcrever textos simples e preferencialmente padronizados.

ATIVIDADES BÁSICAS PARA O POSTO DE APOIO ADMINISTRATIVO III

1. Apoiar na sua área de atuação os serviços desenvolvidos pelos técnicos da Divisão de Obras e Engenharia do MCT;
2. Fazer levantamento planialtimétrico e desenho topográfico;
3. Desenvolver planilhas de cálculo e Conferir cotas e medidas;
4. Coletar dados do local onde serão realizados os serviços determinados pela DIOE;
5. Auxiliar os técnicos da DIOE na elaboração de plantas seguindo normas e especificações técnicas;
6. Auxiliar os técnicos da DIOE na elaboração projetos de estrutura metálica; instalações hidrossanitárias;instalações elétricas, telefônicas; instalações de prevenção e combate a incêndios; instalações de ar condicionado; instalações de cabeamento estruturado;
7. Auxiliar os técnicos da DIOE na elaboração de estimativa de custos segundo critérios técnicos determinados;
8. Interpretar projetos e especificações técnicas;
9. Auxiliar os técnicos da DIOE na elaboração da composição de custos diretos e indiretos de obras e serviços, bem como na cotação e comparação de preços de insumos e serviços, segundo as regras e técnicas estabelecidas pelo MCT;
10. Auxiliar os técnicos da DIOE na elaboração de planilha de quantidade e de custos;
11. Auxiliar os técnicos da DIOE na elaboração de cronograma físico-financeiro;
12. Utilizar aplicativos específicos (tipo CAD) para a elaboração de desenhos técnicos

ATIVIDADES BÁSICAS PARA O POSTO DE APOIO ADMINISTRATIVO IV

1. Realizar cálculos tendo por base dados oriundos da administração e/ou de legislações específicas;
2. Utilização sistemas informatizados de busca de dados e informações e de controles de processos, com a finalidade de fornecer subsídios aos técnicos do MCT em sua atividade-fim;
3. Recebimento, ordenamento e encaminhamento de documentos contábeis e assemelhados;
4. Elaboração, transcrição, conferência e/ou formatação de relatórios, planilhas, memorandos, ofícios e demais correspondências, segundo modelos pré-estabelecidos e de acordo com dados fornecidos pelo MCT;
5. Auxiliar na organização da agenda de eventos administrativos, contábeis e de pessoal para o dia, semana e mês, incluindo a listagem de vencimento de obrigações e direitos.
6. Conferência de cálculos de acordo com dados fornecidos;
7. Auxiliar os técnicos do MCT na manutenção de banco de dados, por meio da inserção, alteração ou exclusão de dados em sistemas informatizados ou não, posterior emissão de relatórios e conferência de dados;
8. Pesquisa e busca de textos, legislações e artigos por meio de publicações técnicas diversas e/ou da Internet, com a transcrição, tabulação e formatação dos dados obtidos utilizando-se de editores de textos, planilhas e/ou relatórios;
9. Realização de pesquisa de dados em documentos e relatórios do MCT com sua posterior compilação e transcrição em relatórios, textos e planilhas, conforme formulários e/ou modelos pré-definidos;
10. Execução e/ou conferência de cálculos aritméticos, transcrição para meios eletrônicos de memorandos, ofícios, levantamentos, tabelas, quadros, correspondências, conforme modelos pré-definidos e com base em dados fornecidos;
11. Lançamento de dados em sistemas informatizados, recebimento, triagem, controle e acompanhamento de documentos e demandas oriundas das unidades do MCT por meio da transcrição dos dados em sistemas informatizados e/ou formulários e conseqüente emissão de relatórios, planilhas e tabelas, com a eventual realização de cálculos aritméticos;
12. Assistir e subsidiar os Técnicos do MCT nas atividades relacionadas às áreas administrativas, contábeis e de recursos humanos, conforme o local onde o posto de serviços for alocado, mediante a apresentação de subsídios e informações técnicos nas áreas especificadas;
13. Dar suporte administrativo à área de treinamento;
14. Auxiliar na elaboração da folha de pagamento, quando requisitado, por meio do preenchimento de dados em sistemas informatizados e posterior conferência de relatórios;
15. Auxiliar os técnicos do MCT no controle da recepção e distribuição de benefícios (vale transporte etc);
16. Falar de maneira clara, ágil e objetiva.
17. Ouvir com atenção.

18. Comunicar-se efetivamente por meio de escrita.
19. Efetuar a conferência de documentos segundo a legislação vigente na sua área de atuação, o vernáculo pátrio e as normas internas do MCT, apontando eventuais incompatibilidade para apreciação e tomada de decisão pelos técnicos do MCT.

ATIVIDADES BÁSICAS PARA O POSTO DE APOIO ADMINISTRATIVO V

1. Pesquisa de recursos físicos e logísticos existentes no MCT ou no mercado para a viabilização de projetos e demandas das diversas áreas do MCT;
2. Fornecimento de subsídios técnicos nas áreas de suprimentos e materiais nas demandas relacionadas às áreas de logística e execução;
3. Elaboração de levantamentos de fluxos de serviços e dados;
4. Pesquisas de produtos e serviços existentes mercado, segundo demanda do MCT e de dados estatísticos;
5. Pesquisas em normativos e publicações especializadas para fins de fornecimento de subsídios aos técnicos em C&T nos assuntos relacionados à logística e execução de projetos por eles desenvolvidos;
6. Elaboração de tabelas, textos e planilhas eletrônicas contendo dados que subsidiem os técnicos do MCT na elaboração de planejamentos, propostas, projetos e na sua execução;
7. Assistir e subsidiar o Técnico em Ciência e Tecnologia de informações pertinentes a essas atribuições;
8. Elaboração e formatação de relatórios a partir de dados e informações fornecidas/apuradas;
9. Elaboração e formatação planilhas e demais documentos necessários;
10. Elaboração de documentos administrativos a partir de dados, informações e/ou modelos fornecidos e segundo as normas técnicas do serviço público;
11. Conferência de documentos e cálculos aritméticos;
12. Acompanhamento de validade de documentos legais;

ATIVIDADES BÁSICAS PARA O POSTO DE APOIO ADMINISTRATIVO VI

1. Assistir e subsidiar o técnico do MCT nas áreas de orçamento, licitações, contratos e convênios nas demandas relacionadas à cada uma dessas áreas e de acordo com a área de prestação dos serviços;

2. Área Orçamentária:

2.1 Assistir e subsidiar o Técnico em Ciência e Tecnologia de informações pertinentes às atividades orçamentárias e contábeis;
2.2 Tratamento de documentos da área cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos, segundo normativos em vigor;
2.3 Pesquisas de assuntos demandados pelo MCT em normativos e publicações especializadas e/ou internet, visando o fornecimento de subsídios aos técnicos em C&T nos assuntos relacionados à área orçamentária;
2.4 Acompanhar, registrar e encaminhar aos técnicos do MCT via sistema Comprasnet e Diário Oficial da União, a publicação de normativos relacionados à área orçamentária e contábil, anotando os principais impactos desses no andamento dos serviços da área;
2.5 Elaboração de tabelas, textos e planilhas eletrônicas contendo dados que subsidiem os técnicos do MCT na execução das atividades-fins do MCT;
2.6 Elaboração e formatação de relatórios a partir de dados e informações fornecidas/apuradas;
2.7 Elaboração e formatação planilhas e demais documentos necessários;
2.8 Elaboração de documentos administrativos à partir de dados, informações e/ou modelos fornecidos e segundo as normas técnicas do serviço público;
2.9 Conferência de documentos contábeis e outros e de cálculos aritméticos;
2.10 Acompanhamento de validade de documentos legais;
2.11 Conferência de Notas Fiscais/Faturas recebidas;
2.12 Prestação de apoio administrativo em reuniões internas, anotando, compilando e transcrevendo os assuntos tratados.

3. Área de Licitações e Contratos:

3.1 Assistir e subsidiar o Técnico em Ciência e Tecnologia de informações pertinentes à área de Licitações e contratos;
3.2 Atendimento, triagem, encaminhamento e/ou prestação de informações básicas à fornecedores em assuntos relacionados à licitações e contratos;
3.3 Tratamento de documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos segundo normativos em vigor;
3.4 Elaboração e/ou conferência de dados e cálculos;
3.5 Pesquisas de assuntos demandados pelo MCT em normativos e publicações especializadas e/ou internet, visando o fornecimento de subsídios aos técnicos em C&T nos assuntos relacionados à área de licitações e contratos;
3.6 Acompanhamento, registro e encaminhamento aos técnicos do MCT, a publicação de normativos relacionados à área de Licitações, utilizando-se para tanto a internet, o sistema Comprasnet e o Diário Oficial da União, emitindo relatório contendo os principais tópicos que impactariam o andamento dos serviços da área;

3.7 Elaboração de tabelas, textos e planilhas eletrônicas contendo dados que subsidiem os técnicos do MCT na execução das atividades-fins do MCT;
3.8 Conferência de documentos elaborados pelos técnicos do MCT;
3.9 Elaboração, formatação e conferência de relatórios a partir de dados e informações fornecidas/apuradas;
3.10 Elaboração e formatação planilhas e demais documentos necessários;
3.11 Elaboração de documentos administrativos à partir de dados, informações e/ou modelos fornecidos e segundo as normas técnicas do serviço público;
3.12 Emitir, acompanhar e elaborar relatório de pesquisa de preços e mercado à partir de projetos fornecidos pelos técnicos do MCT;
3.13 Prestação de apoio administrativo em reuniões internas, anotando, compilando e transcrevendo os assuntos tratados.

4. Área de Convênios

4.1 Assistir e subsidiar o Técnico em Ciência e Tecnologia de informações pertinentes à área de Convênios;
4.2 Atendimento, triagem, encaminhamento e/ou prestação de informações básicas a fornecedores em assuntos relacionados à Convênios;
4.3 Tratamento de documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos segundo normativos em vigor;
4.4 Elaboração e/ou conferência de textos, dados e cálculos;
4.5 Pesquisas de assuntos demandados pelo MCT em normativos e publicações especializadas e/ou internet, visando o fornecimento de subsídios aos técnicos em C&T nos assuntos relacionados à área de Convênios;
4.6 Acompanhamento, registro e encaminhamento aos técnicos do MCT, a publicação de normativos relacionados à área de Convênios, utilizando-se para tanto a internet, o sistema Comprasnet e o Diário Oficial da União, emitindo relatório contendo os principais tópicos que impactariam o andamento dos serviços da área;
4.7 Elaboração de tabelas, textos e planilhas eletrônicas contendo dados que subsidiem os técnicos do MCT na execução das atividades-fins do MCT;
4.8 Conferência de documentos elaborados pelos técnicos do MCT;
4.9 Elaboração, formatação e conferência de relatórios a partir de dados e informações fornecidas/apuradas;
4.10 Elaboração e formatação planilhas e demais documentos necessários;
4.11 Elaboração de documentos administrativos a partir de dados, informações e/ou modelos fornecidos e segundo as normas técnicas do serviço público;
4.12 Prestação de apoio administrativo em reuniões internas, anotando, compilando e transcrevendo os assuntos tratados.
4.13 Quando demandado e devidamente justificado, acompanhar os técnicos do MCT em viagens a bem do serviço público, para fins de prestação de serviços de apoio administrativo.

Fonte: COIN/CGRL/SPOA

Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensivas pela unidade

Quadro A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante														
Nome: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação														
UG/Gestão: 24010.1				**CNPJ:**										
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	**Área**	**Natureza**	**Identificação do Contrato**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período contratual de execução das atividades contratadas**		**Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados**						**Sit.**
							F		**M**		**S**		
					Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	
2010	**V**	**O**	**02.008.00/2010**	**02.005.031/0001-60**	**31/03/2011**	**29/03/2012**	**140**	**140**	**0**	**0**	**0**	**0**	**A**
Observações: Não há nível de escolaridade determinado no contrato. **Aplicamos o nível exigido nas academias de formação de vigilantes.** **Para esclarecimento informo que a contratação é realizada por postos e o quantitativo de trabalhadores indicado é de pessoas à razão de 02(dois) trabalhadores por posto contratado.**														
LEGENDA **Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. **Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial. **Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. **Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.														

Quadro A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante														
Nome: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação														
UG/Gestão: 24010.1				**CNPJ:**										
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	**Área**	**Natureza**	**Identificação do Contrato**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período contratual de execução das atividades contratadas**		**Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados**						**Sit.**
							F		**M**		**S**		
					Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	
2011	**L**	**O**	**02.0016.00/2011**	**04.248.842/0001-18**	**01/09/2011**	**30/08/2012**	**49**	**49**	**2**	**2**	**0**	**0**	**A**
Observações: Não há nível de escolaridade determinado no contrato. **Aplicamos o nível mais compatível com a função da área do contrato.**														
LEGENDA **Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. **Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial. **Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. **Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.														

Quadro A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante														
Nome: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação														
UG/Gestão: 24010.1				**CNPJ:**										
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	**Área**	**Natureza**	**Identificação do Contrato**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período contratual de execução das atividades contratadas**		**Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados**						**Sit.**
							F		**M**		**S**		
					Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	
2011	**L**	**O**	**02.0004.00/2011**	**02.843.359/0001-56**	**11/02/2011**	**31/07/2012**	**65**	**65**	**0**	**0**	**0**	**0**	**A**
Observações: Não há nível de escolaridade determinado no contrato. **Aplicamos o nível mais compatível com a função da área do contrato.**														
LEGENDA **Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. **Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial. **Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. **Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.														

Fonte:

Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante														
Nome: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação														
UG/Gestão: 24010.1				**CNPJ:**										
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	**Área**	**Natureza**	**Identificação do Contrato**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período contratual de execução das atividades contratadas**		**Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados**						**Sit.**
							F		**M**		**S**		
					Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	
2010	**12**	**O**	**02.0009.00/2010**	**00.032.227/0001-19**	**31/03/2011**	**30/03/2012**	**24**	**24**	**1**	**1**	**0**	**0**	**A**

Observações: Não há nível de escolaridade determinado no contrato.
Aplicamos o nível exigido nas academias de formação de vigilantes e na Lei nº 11.901/2009..
Para esclarecimento informo que a contratação é realizada por Postos de Serviços e o quantitativo de trabalhadores indicado é de pessoas à razão de 02(dois) trabalhadores por Posto contratado.

LEGENDA

Área:

1. Conservação e Limpeza;
2. Segurança;
3. Vigilância;
4. Transportes;
5. Informática;
6. Copeiragem;
7. Recepção;
8. Reprografia;
9. Telecomunicações;
10. Manutenção de bens móvies
11. Manutenção de bens imóveis
12. Brigadistas
13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
14. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte:

Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante														
Nome: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação														
UG/Gestão: 24010.1				**CNPJ:**										
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	**Área**	**Natureza**	**Identificação do Contrato**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período contratual de execução das atividades contratadas**		**Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados**						**Sit.**
							F		**M**		**S**		
					Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	
2008	6	O	**02.0034.00/2008**	**06.948.355/0001-93**	**31/11/2010**	**3011/2012**	**45**	**45**	**0**	**0**	**0**	**0**	**A**

Observações: Não há nível de escolaridade determinado no contrato.
Aplicamos o nível mais compatível com a função da área do contrato.

LEGENDA

Área:

1. Conservação e Limpeza;
2. Segurança;
3. Vigilância;
4. Transportes;
5. Informática;
6. Copeiragem;
7. Recepção;
8. Reprografia;
9. Telecomunicações;
10. Manutenção de bens móvies
11. Manutenção de bens imóveis
12. Brigadistas
13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
14. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação													
UG/Gestão: 24010.1				**CNPJ:**									
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	**Área**	**Natureza**	**Identificação do Contrato**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período contratual de execução das atividades contratadas**		**Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados**						**Sit.**
							F		**M**		**S**		
					Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	
2011	**13**	**O**	**02.00189.00/2009**	**01200.001419/2008-51**	**29/12/2010**	**28/12/2011**	**70**	**66**	**90**	**86**	**64**	**64**	**A**
Observações:													

LEGENDA

Área:

1. Conservação e Limpeza;
2. Segurança;
3. Vigilância;
4. Transportes;
5. Informática;
6. Copeiragem;
7. Recepção;
8. Reprografia;
9. Telecomunicações;
10. Manutenção de bens móvies
11. Manutenção de bens imóveis
12. Brigadistas
13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
14. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante														
Nome: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação														
UG/Gestão: 24010.1				**CNPJ:**										
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	**Área**	**Natureza**	**Identificação do Contrato**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período contratual de execução das atividades contratadas**		**Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados**						**Sit.**
							F		**M**		**S**		
					Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	
2011	**14**	**O**	**02.0021.00/2011**	**06.090.065/0001-51**	**27/10/2011**	**26/10/2012**	**54**	**47**	**29**	**20**	**0**	**0**	**A**
Observações:														

LEGENDA

Área:

1. Conservação e Limpeza;
2. Segurança;
3. Vigilância;
4. Transportes;
5. Informática;
6. Copeiragem;
7. Recepção;
8. Reprografia;
9. Telecomunicações;
10. Manutenção de bens móvies
11. Manutenção de bens imóveis
12. Brigadistas
13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
14. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante														
Nome: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação														
UG/Gestão: 24010.1				**CNPJ:**										
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	**Área**	**Natureza**	**Identificação do Contrato**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período contratual de execução das atividades contratadas**		**Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados**						**Sit.**
							F		**M**		**S**		
					Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	
2011	**14**	**O**	**02.0031.00/2011**	**38.062.485/0001-10**	**20/12/2011**	**19/12/2012**	**0**	**0**	**7**	**7**	**16**	**16**	**A**
Observações:														

LEGENDA

Área:

1. Conservação e Limpeza;
2. Segurança;
3. Vigilância;
4. Transportes;
5. Informática;
6. Copeiragem;
7. Recepção;
8. Reprografia;
9. Telecomunicações;
10. Manutenção de bens móvies
11. Manutenção de bens imóveis
12. Brigadistas
13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
14. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Coordenação-Geral de Recursos Logísticos													
UG/Gestão:				**CNPJ:**									
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	**Área**	**Natureza**	**Identificação do Contrato**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período contratual de execução das atividades contratadas**		**Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados**						**Sit.**
							F		**M**		**S**		
					Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	E
2009	5	O	**02.0015.00/2009**	**00.717.511-0001/29**	14.04.2010	**13.04.2011**	**--**	**--**	**--**	**7**	**--**	**50**	

Observações:
O item "quantidade de trabalhadores previsto no contrato" não foi informado porque no Termo de Referência o dimensionamento dos serviços licitados foi expresso por meio de hora técnica por grupo de serviços.

LEGENDA

Área:
1. Conservação e Limpeza;
2. Segurança;
3. Vigilância;
4. Transportes;
5. Informática;
6. Copeiragem;
7. Recepção;
8. Reprografia;
9. Telecomunicações;
10. Manutenção de bens móvies
11. Manutenção de bens imóveis
12. Brigadistas
13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
14. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte:

Quadro A.9.1 Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				**X**	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				**X**	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				**X**	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					**X**
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				**X**	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		**X**			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					**X**
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					**X**
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				**X**	
Avaliação de Risco	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				**X**	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			**X**		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.	**X**				
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	**X**				
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	**X**				
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	**X**				
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	**X**				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					**X**
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				**X**	
Procedimentos de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.	**X**				
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				**X**	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				**X**	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				**X**	
Informação e Comunicação	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				**X**	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				**X**	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				**X**	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				**X**	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas				**X**	

as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					
Monitoramento	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		**X**			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		**X**			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				**X**	
Considerações gerais:					

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	**Avaliação**				
Licitações Sustentáveis	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?			**X**		
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			**X**		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			**X**		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?		**X**			
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? O MCTI aderiu ao Projeto Esplanada Sustentável, que pretende nos próximos anos implementar em todas as edificações da esplanada dos ministérios técnicas ambientalmente corretas com o fito de diminuir o gasto de energia, reduzir os desperdícios, promover o reaproveitamento de águas servidas. Além dessa adesão o MCTI promoveu no exercício 2011 as seguintes iniciativas: • Substituição de luminárias com 2 lâmpadas fluorescentes de 40w e reatores analógico por luminárias reflexivas com 2 lâmpadas de 32w e reatores eletrônicos; • Válvulas temporizadoras nas torneiras dos banheiros para redução do consumo de água; • Sensores de presença nos banheiros; • Desligamento de energia do edifício no período noturno; • Elevadores com quadro de comando eletrônico.					**X**
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? Resposta: Foram adquiridas pastas e sacolas "ecológicas" de material reciclado para atendimento a Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP		**X**			
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?		**X**			
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? O MCTI veem desde 2010, tentando implementar uma mudança de hábitos dentro da instituição, para isso, criou ilhas de impressão centralizada customizadas e adotou o padrão dupla face para reduzir o consumo de papel. Além disso, tenta implementar o sistema de copos retornáveis para redução de consumo de copos plásticos.					**X**
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e					**X**

qualidade de tais bens/produtos.					
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					**X**
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					**X**
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. □ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, *folders*, comunicações oficiais, etc.)? Resposta: folders			**X**		
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. □ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, *folders*, comunicações oficiais, etc.)? Resposta: Na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia que ocorreu no exercício 2011, teve como objetivo mobilizar a população, em especial crianças e jovens, em torno de temas e atividades de ciência e tecnologia (C,T&I), valorizando a criatividade, a atitude científica e a inovação. Teve como intenção mostrar a importância da C,T&I para a vida de cada um e para o desenvolvimento do país. Possibilitou, ainda, que a população brasileira conhecesse e discutisse os resultados, a relevância e o impacto das pesquisas científicas e tecnológicas e suas aplicações. Um dos temas da semana foi a Conferência RIO+20, que discutiu os progressos do desenvolvimento sustentável nos últimos 20 anos, além de debater sobre produção e consumo sustentável.					**X**
Considerações Gerais: *O MCTI vem se estruturando nos dois últimos anos, com intuito de criar um ambiente sustentável dentro da instituição, para isso está adotando paulatinamente critérios de sustentabilidade quando de suas contratações de serviços e obras ou aquisição de bens, porém, ainda, é incipiente as ações efetivas para colocar em prática a cultura de sustentabilidade e uso racional de recursos naturais, devido a falta de um banco virtual com Termos de referencias e projetos básicos sustentáveis.* *Basta fazer uma consulta na pagina do Comprasnet, na área de compras sustentáveis no link licitações para verificar que o número de licitações "verdes" ainda é pouco expressivo.* *O MCTI, devido a mudanças na gestão, e na reformulação de diretrizes e no planejamento estratégico esta atrasado na implementação do Comitê Gestor para a A3P, porém acreditamos que no exercício 2012 esse problema seja sanado e o comitê consiga propor e aprimorar as normas e instrumentos técnicos para as ações relativas à gestão ambiental sustentável no âmbito do MCTI e suas vinculadas.*					
LEGENDA ***Níveis de Avaliação:*** **(1) Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. **(2) Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. **(3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. **(4) Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. **(5) Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Quadro A.11.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	**UF 1**	**Σ**	**Σ**
	Município de Porto Alegre/RS	**01**	**01**
	município 2		
	município "n"		
	UF "n"	**Σ**	**Σ**
	município 1		
	município 2		
	município "n"		
Subtotal Brasil		**Σ**	**Σ**
EXTERIOR	**PAÍS 1**	**Σ**	**Σ**
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
	PAÍS "n"	**Σ**	**Σ**
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
Subtotal Exterior		**Σ**	**Σ**
Total (Brasil + Exterior)		**Σ**	**Σ**

Fonte: SIAFI 2011 e SPIUnet 2011.

Quadro A.11.3 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
240101	**54.1.728**	**16**	**3**	**245.304,48**	**245.304,48**		**0,00**	
Total							**Σ**	**Σ**

Fonte: Fonte: SIAFE 2011 e SPIUnet 2011.

Quadro A.12.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da unidade jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento da área					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					X
Perfil dos Recursos Humanos envolvidos					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	Servidores :15 Terceirizados :16				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.		X			
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.		X			
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.				X	
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.				X	
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	90%				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.					X
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?					X

Considerações Gerais:
O quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI informado acima teve como parâmetro o mês de dezembro de 2011. Em relação ao número de servidores informados no ano passado, houve a redução de cinco servidores por conta de cessão para outros órgãos, aprovação em concurso público e solicitação de nova lotação por parte de servidor do MP.O número de terceirizados informado corresponde ao quantitativo de funcionários que a empresa contratada alocou no Ministério para prestar serviços de infraestrutura. Vale lembrar que o contrato firmado com essa empresa refere-se a prestação de serviços e não a mão-de-obra.

LEGENDA
Níveis de avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

Quadro A.15.1 – Deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração					8882
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
1	TC 013.761/2010-2	ACÓRDÃO Nº 380/2011-TCU-Plenário	9.1.4	RE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					**1988**
Descrição da Deliberação:					
Por ocasião do estabelecimento de seu processo de software, considere as Normas NBR ISO/IEC 12.207 e 15.504.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração /Coordenação-Geral de Gestão da Tecnologia da Informação (SPOA/CGTI)					8882
Síntese da providência adotada:					
Durante a III Reunião Extraordinária do Comitê Gestor de Segurança e Tecnologia da Informação foi apresentado o processo de software, definido para o Ministério, onde ficou evidenciado que as Normas NBR ISO/IEC 12.207 e 15.504 foram observadas e que houve o cuidado de: garantir que as várias etapas típicas do desenvolvimento de software sejam executadas de forma sistemática e documentada; assegurar a conformidade com a Estratégia Geral de TI (EGTI 2011-2012) do Governo Federal; assegurar a conformidade com a jurisprudência do TCU e garantir a aderência às políticas públicas do MCTI que promovem qualidade de software (MPS.BR).					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A elaboração do processo de software do Ministério com observância aos itens relacionados acima proporcionará o aumento do nível de maturidade no desenvolvimento de sistemas; o aumento da qualidade do software desenvolvido para o MCTI e o maior controle e gestão de terceirização do desenvolvimento de software.					

Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração					8882
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
2	TC 013.761/2010-2	380/2011-TCU-Plenário	9.1.12	RE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					**1988**
Descrição da Deliberação:					
Implemente controles que promovam cumprimento do processo de planejamento previsto na Instrução Normativa SLTI/ MPOG 4/2010.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					**Código SIORG**

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração /Coordenação-Geral de Recursos Logísticos (SPOA/CGRL)	8882

Síntese da providência adotada:

Os novos contratos de TI são por natureza de serviço e estão totalmente aderentes à IN04/2010 SLTI/MP.
A aderência ao processo previsto na IN04/2010 SLTI/MP é assegurado por meio da adoção de check list durante cada uma das fases que compõem o planejamento da contratação.

Síntese dos resultados obtidos

As contratações são precedidas de planejamento e são adotados Acordos de Níveis de Serviço na prestação de serviços que podem ser mensurados dessa forma.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

A participação dos servidores da CGTI no programa de treinamento intitulado "Programa de Desenvolvimento de Gestores de Tecnologia da Informação" oferecido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MP), possibilitou aprimorar os procedimentos de elaboração do planejamento da contratação.

Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração					8882
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
3	TC 013.761/2010-2	380/2011-TCU-Plenário	9.1.13	RE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					**1988**
Descrição da Deliberação:					
Aperfeiçoe controles que promovam a regular gestão contratual e que permitam identificar se todas as obrigações do contratado foram cumpridas antes da atestação do serviço.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração /Coordenação-Geral de Recursos Logísticos (SPOA/CGRL)					8882
Síntese da providência adotada:					
Os novos contratos de TI são por natureza de serviço e estão totalmente aderentes à IN04/2010 SLTI/MP, em especial na definição de Acordo de Nível de Serviço e de penalidades e sanções em caso de descumprimento das obrigações acordadas. No procedimento de "atesto" são seguidas as recomendações do Manual de Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação.					
Síntese dos resultados obtidos					
A adoção do Manual de Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação contribuiu para a melhoria dos procedimentos de gestão de contratos de bens e serviços de TI.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A participação dos servidores da CGTI no programa de treinamento intitulado "Programa de Desenvolvimento de Gestores de Tecnologia da Informação" oferecido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MP), possibilitou aprimorar o processo de gestão de contratos.					

Quadro A.15.1 – Deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração					8882
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
4	TC 013.761/2010-2	380/2011-TCU-Plenário	9.2.1	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					**1988**
Descrição da Deliberação:					
Em atenção ao previsto na Instrução Normativa SLTI/ MPOG 4/2010, art. 4º, **elabore e aprove plano diretor de tecnologia da informação - PDTI**, com observância das diretrizes constantes da Estratégia Geral de Tecnologia da Informação - EGTI em vigor e à semelhança das orientações contidas no Cobit 4.1, processo PO1 - Planejamento Estratégico de TI.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração /Coordenação-Geral de Gestão da Tecnologia da Informação (SPOA/CGTI)					8882
Síntese da providência adotada:					
A Portaria SEXEC nº 12, de 18 agosto de 2011, aprovou o PDTI do MCTI. Essa Portaria e a íntegra do PDTI foram publicados no Boletim de Serviço Suplementar nº 15 de 19/08/2011. A Portaria SEXEC nº 13, de 23 agosto de 2011, tornou publica a aprovação do PDTI e publicou o resumo do Plano de Ação do PDTI. Portaria publicada no D.O.U. de 24/08/2011.					
Síntese dos resultados obtidos					
A publicação do PDTI permite melhor planejamento das contratações de TI.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Em função do tempo transcorrido entre a análise do PDTI pelo CSTI/MCTI e a data de sua publicação foi necessário revisar as datas e incluir novas ações, contemplando o período 2011/2012, considerando inclusive o orçamento encaminhado para 2012.					

Quadro A.15.1 – Deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração					8882
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
5	TC 013.761/2010-2	380/2011-TCU-Plenário	9.2.4 9.13	DE RE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					**1988**
Descrição da Deliberação:					
Determinação 9.2.4 "Aperfeiçoe o processo de elaboração do orçamento de TI, necessário ao cumprimento das disposições contidas na Lei 12.017/2009 (LDO 2009/2010), art. 9º, II, c/c anexo II, XVIII, ou das que vierem a lhe suceder, de maneira a que as solicitações de orçamento das despesas de TI estejam baseadas nas ações que se pretendem executar, à semelhança das orientações contidas no Cobit 4.1, processo PO5.3 - Orçamentação de TI e no Gespública, critério de avaliação 7.3". Recomendação 9.1.3 "Aperfeiçoe procedimentos de controle da execução orçamentária, a fim de se obter prontamente informações acerca dos gastos e da disponibilidade de recursos de TI".					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração /Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças (SPOA/CGOF)					8882
Síntese da providência adotada:					
Para atendimento a Determinação 9.2.4 e a Recomendação 9.1.3, foi editada Portaria nº 138, de 20 de dezembro de 2011, na qual aprova no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação as normas do processo de elaboração do orçamento de Tecnologia da Informação para as unidades da administração direta, autárquica e fundacional e os procedimentos para controle da execução orçamentária das despesas com Tecnologia da Informação pelas unidades da administração direta.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Quadro A.15.1 – Deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração					8882
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
6	TC 013.761/2010-2	380/2011-TCU-Plenário	9.2.13	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					**1988**
Descrição da Deliberação:					
Planeje contratações de soluções de tecnologia da informação com uso do processo previsto na IN SLTI/MPOG 4/2010, com observância da sequência lógico-temporal entre as tarefas e os ritos de aprovação dos artefatos produzidos ao longo do processo.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração /Coordenação-Geral de Gestão da Tecnologia da Informação (SPOA/CGTI)					8882
Síntese da providência adotada:					
Os novos contratos de TI são por natureza de serviço e estão totalmente aderentes à IN04/2010 SLTI/MP. A aderência ao processo previsto na IN04/2010 SLTI/MP é assegurado por meio da adoção de check list durante cada uma das fases que compõem o planejamento da contratação.					
Síntese dos resultados obtidos					
As contratações são precedidas de planejamento e são adotados Acordos de Níveis de Serviço na prestação de serviços que podem ser mensurados dessa forma.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A participação dos servidores da CGTI no programa de treinamento intitulado “Programa de Desenvolvimento de Gestores de Tecnologia da Informação” oferecido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MP), possibilitou aprimorar os procedimentos de elaboração do planejamento da contratação.					

Quadro A.15.1 – Deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração -SPOA					8882
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
7	012.067/2005-3	6994/2010	1.6.1.5	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					3234
Descrição da Deliberação:					
Alteração no prazo de 90 dias, os normativos relativos a concessão de diárias e passagens, passando a incluir a obrigatoriedade da apresentação de documentos relacionados com o objetivo das viagens realizadas a serviço, a exemplo de atas de reunião, convites, folders , certificados de participação ou presença.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração /Coordenação-Geral de Recursos Logísticos (SPOA/CGRL)					8882
Síntese da providência adotada:					
Criação da Portaria 766/2011 estabelecendo diretrizes para a concessão de diárias e passagens para deslocamentos a serviço, em viagens nacionais e internacionais, de servidores e colaboradores eventuais do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, das suas Unidades de Pesquisa e das entidades vinculadas que integram sua estrutura básica. Art. 8º. Deverão ser observados os seguintes procedimentos no ato de emissão de diárias e passagens no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, das suas Unidades de Pesquisa e das entidades vinculadas que integram sua estrutura básica: I - a solicitação da proposta de viagem, com passagem aérea, deve ser realizada com antecedência mínima de dez dias da sua ocorrência; II - a emissão do bilhete de passagem aérea deve ser ao menor preço, prevalecendo, sempre que possível, a tarifa em classe econômica, conforme o disposto no inciso IV do art. 1º da Portaria MPOG nº 505, de 29 de dezembro de 2009; e III - quaisquer alterações de percurso, data ou horário de deslocamentos serão de inteira responsabilidade do servidor, se não forem autorizados ou determinados pela Administração. Art. 9º. Para a prestação de contas, o servidor ou colaborador eventual deverá apresentar, no prazo máximo de cinco dias, contados do seu retorno, o relatório de viagem e o original ou segunda via dos canhotos dos cartões de embarque, ou o recibo do passageiro obtido quando da realização do check in via internet, ou a declaração fornecida pela empresa de transporte. § 1º. É obrigatória a apresentação de documentos relacionados com o objetivo das viagens realizadas a serviço, a exemplo de atas de reunião, convites, folders, certificados de participação ou presença, entre outros. § 2º. O servidor ou o colaborador eventual ficará impedido de realizar nova viagem, enquanto estiverem pendentes as prestações de contas a que se refere o caput deste artigo.					
Síntese dos resultados obtidos					
Essas medidas aumentaram o nível de confiabilidade do processo de concessão de diárias e passagens, diminuindo o número de solicitações fora do prazo estabelecido por lei proporcionando um maior número de opções de voos em tarifas econômicas gerando um menor preço no valor dos bilhetes emitidos, um maior número de prestação de contas realizadas, e processos com documentos anexados relacionados com o objetivo das viagens, fundamentados nos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade, previstos no art. 37 da Constituição Federal.					

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Houve somente fatores positivos, os mesmo estão sendo citados na síntese dos resultados obtidos.

Quadro A.15.1 – Deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração -SPOA					8882
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
8		1555/2011-TCU Plenário			Aviso nº 210/MCTI, de 15/09/2011
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					**Código SIORG**
Superintendência Estadual do Incra em Sergipe, ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, à Companhia de Desenvolvimento dos Vales de São Francisco e Parnaíba, à Secretaria de Políticas Publicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego e à Coordenação-Geral de Recursos Logísticos do Ministério de Ciência e Tecnologia					
Descrição da Deliberação:					
9.1.determinar: 9.1.1. à Superintendência Estadual do Incra em Sergipe, ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, à Companhia de Desenvolvimento dos Vales de São Francisco e Parnaíba, à Secretaria de Políticas Publicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego e à Coordenação-Geral de Recursos Logísticos do Ministério de Ciência e Tecnologia, na condição de unidades gestoras concedentes dos instrumentos de repasse analisados nesta auditoria, no que couber, que, em 60 (sessenta) dias apresente a esta Corte: 9.1.1.1. manifestação acerca de medidas já adotadas ou que adotará para aprimorar ou instituir controles internos tendentes a minimizar a ocorrência das falhas mencionadas nas alíneas 'a', 'b', 'c' e 'd' do item 15 da proposta de deliberação que acompanha este acórdão, fazendo menção, se for o caso, à adoção dessas medidas em cumprimento de deliberações anteriores deste Tribunal 9.1.1.2. informações sobre as medidas administrativas adotadas para, ouvidos os responsáveis, promover o ressarcimento de eventuais prejuízos decorrentes dos achados mencionados na alínea 'f' do item 15 da proposta de deliberação					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					**Código SIORG**
Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração					8882
Síntese da providência adotada:					
Foram adotadas providências para a correta instrução processual, o acompanhamento, a fiscalização e a análise das prestações de contas das transferências voluntárias.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
.					

Quadro A.15.1 – Deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração/ CGRH					882
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
01	TC 019.435/2008-8	3641/2011			Controle nº 31766 – TCU/Sefip
02	TC 015.467/2010-4	4453/2011			Controle nº 32643 - TCU/Sefip
03	002.850/2011-7			Ofício	SEFIP-D/1946
04	020.960/2010-7			Ofício	1097/2011 – TCU/SECEX-6
05	006.101/2008-6			Ofício	SEFIP-D/2309
06	TC 013.761/2010-2	380/2011	9.2.12	Ofício	Ofício nº 1127/2010-07
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					**Código SIORG**
01 – MCTI – IBICT/ON					
02 – MCTI – MCTI/CBPF					
03 – MCTI					
04 – MCTI					
05 - CETEM					
06- MCTI					
Descrição da Deliberação:					
01 – Solicitamos especial atenção no que se refere ao encaminhamento a esta Sefip, juntamente com a resposta ao presente ofícios, do(s) comprovante (s) de ciência do (a,s) Gilmar Moreira dos Santos e João Baptista Pardal, nos termos do que foi estabelecido no Acórdão acima mencionado, independentemente de interposição de eventual recurso por parte do órgão.					
02 – 9.4. determinar ao Ministério da Ciência e Tecnologia que: 9.4.1. no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência desta deliberação, suspenda os pagamentos referentes à diferença entre os valores devidos, nos termos do Relatório e Proposta de Deliberação que integram o presente Acórdão, e os efetivamente percebidos pela interessada cujo ato foi impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, ante o disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262, caput, do Regimento Interno deste Tribunal; 9.4.2. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação à beneficiária do ato impugnado, informando-lhe que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso, em caso de não-provimento, não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação; 9.5. alertar o Ministério da Ciência e Tecnologia de que a concessão considerada ilegal poderá prosperar, mediante a emissão de novo ato livre das irregularidades apontadas, conforme previsto no art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU;					
03 - Falha: "Data da validade do concurso anterior à data de admissão" no ato de Lilian Rose Peters (CPF 511.466.306-20)					
04 – "1. Encaminhe a este Tribunal os nomes dos ocupantes dos cargos de direção no nível de hierarquia imediatamente inferior aos dos dirigentes máximos da Secretaria-Executiva, da Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa, da Assessoria de Coordenação dos Fundos Setoriais e da subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, no exercício de 2009, acompanhados das demais informações exigidas no art. 11 IN-TCU 57/2008, em cumprimento ao disposto no art. 2º, inc. I e § 4º, da DN-TCU 102/2009, uma vez que o Ofício465/2010-SEXEC, de 22/11/2010, que apresentou as informações complementares ao Relatório de Gestão das					

contas não consignou tais informações.”
05 – “Com vistas ao saneamento do processo acima indicado, com fundamento no art. 11 da lei nº 8.443/92, solicito a V. Sª que encaminhe ao(s) interessado(s) abaixo nomeado(s) o(s) o(s) ofício(s) que acompanha(m) a presente comunicação e encaminhe de volta a esta SEFIP o(s) comprovante(s) de que o(s) interessado(s) o(s) recebeu(ram). Interessado: DENYR PEREIRA DA SILVA(CPF: 059.868.857-91) Irregularidade: Acumulação indevida de duas aposentadorias em dois cargos técnicos (Agente Administrativo e Analista de ciência e Tecnologia Sênior) em descumprimento a vedação insculpida no art. 37, inciso XVI da C.F./88.
06 – Determinação 9.2.14: no prazo de 30(trinta) dias a contar da ciência deste acórdão; encaminhe plano de ação para implementação das medidas aqui contidas, com indicação : 9.2.14.1, para cada determinação , do prazo e do responsável (nome, cargo e CPF) pelo desenvolvimento das ações: 9.2.14.2 para cada recomendação cuja implementação seja considerada conveniente e oportuna, do prazo e do responsável (nome, cargo, CPF) pelo desenvolvimento das ações: 9.2.14.3, para cada recomendação cuja implementação seja considerada conveniente ou oportuna, da justificativa da decisão.

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	**Código SIORG**
01 – IBICT e ON	
02 – MCTI e CBPF	
03 – MCTI	
04 – MCTI	
05 – CETEM	
06 - MCTI	

Síntese da providência adotada:
01 – IBICT – Encaminhou para a CGRH/MCTI – Memo 097/2011 informando que procedeu as alterações determinadas nos itens 9.2 a 9.4 do Acórdão 3661/2011. ON – Encaminhou para a CGRH/MCTI – Memo 027/2011 informando que a aposentadoria poderá prosperar desde que haja comprovação do recolhimento das contribuições previdenciárias. Informa, ainda, que não havendo a comprovação novo ato de aposentadoria será efetivado, de acordo com os termos do artigo 186, item I, artigo 188, parágrafo 2º da Lei nº 8.112/90, com proventos proporcionais. MCTI encaminhou ao TCU Ofício nº 259/2011, informando das providências adotadas pelas Unidades de Pesquisa.
02 – CBPF – Encaminhou para a CGRH/MCT – Ofício nº 055/11 informando que já cumpriu em novembro de 2010, as providências determinadas quanto à regularização da aposentadoria da servidora Aglaé Cristina Navarro de Magalhães. MCTI encaminhou ao TCU Ofício nº 307/2011, encaminhando cópia da documentação apresentada pelo CBPF e também prestou informações das providências adotadas quanto à aposentadoria de Marco Antonio Toledo Cardoso.
03 – MCTI encaminhou ao TCU Ofício nº 311/2011, informando do ajuste procedido na Ficha SISAC.
04 – MCTI encaminhou a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA, MEMO nº 597/2011, juntamente com relatórios solicitados pelo TCU.
05 – MCTI encaminhou ao TCU Ofício 444/2011, juntamente com Ofício nº 069/SERH/2011, mediante o qual o interessado tomou ciência da irregularidade, ao mesmo tempo em que informa que o mesmo optou expressamente pela aposentadoria no cargo de Analista em Ciência e Tecnologia.
06- Foi designado um Grupo de Trabalho para, no prazo de 30 dias, propor ações de capacitação para a área de Tecnologia da Informação deste Ministério. O Grupo concluiu o trabalho dentro do prazo e encaminhou o Plano de Ação ao Tribunal de Constas da União por meio do Ofício nº 520/2012 – SEXEC, de 23.12.2012. As ações de capacitação constam do Plano Anual de Capacitação para serem realizadas no exercício de 2012.
Síntese dos resultados obtidos
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

QUADRO A.15.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração					8882
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
1	TC 013.761/2010-2	380/2011-TCU-Plenário	9.1.2	RE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					**1988**
Descrição da Deliberação:					
Em atenção ao Decreto 5.707/2006, art. 1º, inciso III, elabore **estudo técnico de avaliação qualitativa e quantitativa do quadro da área de TI**, com vistas a fundamentar futuros pleitos de ampliação e preenchimento de vagas de servidores efetivos devidamente qualificados, com o objetivo de melhor atender às necessidades institucionais, à semelhança das orientações contidas no Cobit 4.1, PO4.12 - Pessoal de TI.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração /Coordenação-Geral de Gestão da Tecnologia da Informação (SPOA/CGTI)					8882
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Necessidade de priorizar ações voltadas ao alcance da normalidade dos serviços disponibilizados pela TI para a Administração Central, além do esforço empenhado para a instalação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (CEMADEN).					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Considerando que a partir de abril de 2011 o Ministério ficou sem contrato de prestação de serviços de TI, prejudicando os serviços de desenvolvimento de software, gestão de infraestrutura de rede e suporte ao usuário, todos os esforços da equipe voltaram-se para o planejamento das contratações de serviços de TI, para a manutenção dos serviços existentes e para a instalação do CEMADEN. Porém, a CGTI indicou servidores para integrar Grupo de Trabalho da Coordenação-Geral de Recursos Humanos (CGRH), com objetivo de elaborar o Plano de Capacitação do MCTI (determinação 9.2.12 do mesmo Acórdão, atribuída à CGRH).					

QUADRO A.15.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração					8882
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
2	TC 013.761/2010-2	380/2011-TCU-Plenário	9.1.5	RE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					**1988**
Descrição da Deliberação:					
Implante estrutura formal de gerência de projetos, à semelhança das orientações contidas no Cobit 4.1, processo PO10.2 - Estruturas de Gerência de Projetos e no PMBOK, entre outras boas práticas de mercado.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração /Coordenação-Geral de Gestão da Tecnologia da Informação (SPOA/CGTI)					8882
Justificativa para o seu não cumprimento:					
O Ministério no intuito de implantar e o seu próprio Escritório de Projetos de TI (EPTI) solicitou a consultoria do C3S da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MP). A metodologia apresentada pela consultoria foi elaborada pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) e adaptada à realidade da CGTI do MCTI. A base teórica da metodologia fundamenta-se nas melhores práticas de gerenciamento de projetos do Guia PMBOK – Project Management Body of Knowledge, edição 4, publicado pelo PMI – Project Management Institute. Essa consultoria teve início em maio de 2011 e finalizou em outubro do mesmo ano.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Durante a III Reunião Extraordinária do Comitê Gestor de Segurança e Tecnologia da Informação (CSTI), realizada em setembro de 2011, foi informado sobre o Escritório de Projetos e sobre o apoio recebido por parte dos consultores da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MP), a qual foi fundamental para a troca de experiências e aperfeiçoamento da definição dos processos que envolvem a gerência de projetos.					

QUADRO A.15.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração					8882
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
3	TC 013.761/2010-2	380/2011-TCU-Plenário	9.1.6	RE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					**1988**
Descrição da Deliberação:					
Implemente processo de gestão de incidentes de serviços de tecnologia da informação, à semelhança das orientações contidas no Cobit 4.1, processo DS8 - Gerenciar a central de serviços e incidentes e de outras boas práticas de mercado, como a NBR ISO/IEC 20.000 e a NBR 27.002.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração /Coordenação-Geral de Gestão da Tecnologia da Informação (SPOA/CGTI)					8882
Justificativa para o seu não cumprimento:					
O Ministério participou do planejamento da contratação que será realizada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Essa contratação será por meio de Ata de Registro de Preços, da qual o Ministério será integrante. O objeto dessa Ata contempla serviços que viabilizarão a implementação do processo de gestão de incidentes de serviços de tecnologia da informação. O MCTI está aguardando a finalização desse processo de contratação.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Considerando que a partir de abril de 2011 o Ministério ficou sem contrato de prestação de serviços de TI, prejudicando os serviços de desenvolvimento de software, gestão de infraestrutura de rede e suporte ao usuário, todos os esforços da equipe voltaram-se para o planejamento das contratações de serviços de TI, para a manutenção dos serviços existentes e para a instalação do CEMADEN. No final do ano de 2011, o Ministério aderiu à ata de registro de preços que possibilitou a implementação da central de suporte e serviços de tecnologia da informação e comunicações (*service desk*). O início da execução contratual contribuirá para a definição e implantação do processo de gestão de incidentes.					

QUADRO A.15.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração					8882
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
4	TC 013.761/2010-2	380/2011-TCU-Plenário	9.1.7	RE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					**1988**
Descrição da Deliberação:					
Implemente processo de gestão de configuração de serviços de tecnologia da informação, à semelhança das orientações contidas no Cobit 4.1, processo DS9 - Gerenciar configuração e de outras boas práticas de mercado, como a NBR ISO/IEC 20.000.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração /Coordenação-Geral de Gestão da Tecnologia da Informação (SPOA/CGTI)					8882
Justificativa para o seu não cumprimento:					
O Ministério participou do planejamento da contratação que será realizada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Essa contratação será por meio de Ata de Registro de Preços, da qual o Ministério será integrante. O objeto dessa Ata contempla serviços que viabilizarão a implementação do processo de gestão de configuração de serviços de tecnologia da informação. O MCTI está aguardando a finalização desse processo de contratação.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Considerando que a partir de abril de 2011 o Ministério ficou sem contrato de prestação de serviços de TI, prejudicando os serviços de desenvolvimento de software, gestão de infraestrutura de rede e suporte ao usuário, todos os esforços da equipe voltaram-se para o planejamento das contratações de serviços de TI, para a manutenção dos serviços existentes e para a instalação do CEMADEN. Em 2011, o Ministério finalizou processo licitatório para contratação de empresa responsável pelo apoio à gestão dos serviços de infraestrutura de rede, além de aderir à ata de registro de preços que possibilitou a implementação da central de suporte e serviços de tecnologia da informação e comunicações (*service desk*). A execução dos dois contratos contribuirá para a implantação do processo de gestão de configuração de serviços de tecnologia da informação.					

QUADRO A.15.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração					8882
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
5	TC 013.761/2010-2	380/2011-TCU-Plenário	9.1.8	RE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					**1988**
Descrição da Deliberação:					
Estabeleça procedimentos formais de gestão de mudanças, de acordo com o previsto no item 12.5.1 da NBR ISO/IEC 27.002, à semelhança das orientações contidas no Cobit 4.1, processo AI6 - Gerenciar mudanças e de outras boas práticas de mercado, como a NBR ISO/IEC 20.000					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração /Coordenação-Geral de Gestão da Tecnologia da Informação (SPOA/CGTI)					8882
Justificativa para o seu não cumprimento:					
O Ministério participou do planejamento da contratação que será realizada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Essa contratação será por meio de Ata de Registro de Preços, da qual o Ministério será integrante. O objeto dessa Ata contempla serviços que viabilizarão a implementação de procedimentos formais de gestão de mudanças. O MCTI está aguardando a finalização desse processo de contratação.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Considerando que a partir de abril de 2011 o Ministério ficou sem contrato de prestação de serviços de TI, prejudicando os serviços de desenvolvimento de software, gestão de infraestrutura de rede e suporte ao usuário, todos os esforços da equipe voltaram-se para o planejamento das contratações de serviços de TI, para a manutenção dos serviços existentes e para a instalação do CEMADEN. Em 2011, o Ministério finalizou processo licitatório para contratação de empresa responsável pelo apoio à gestão dos serviços de infraestrutura de rede, além de aderir à ata de registro de preços que possibilitou a implementação da central de suporte e serviços de tecnologia da informação e comunicações (*service desk*). A execução dos dois contratos contribuirá para o estabelecimento dos procedimentos formais de gestão de mudanças.					

QUADRO A.15.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração					8882
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
6	TC 013.761/2010-2	380/2011-TCU-Plenário	9.1.10	RE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					**1988**
Descrição da Deliberação:					
Estabeleça processo de avaliação da gestão de TI, à semelhança das orientações contidas no Cobit 4.1, itens ME1.4 - Avaliação de desempenho, ME1.5 - Relatórios gerenciais, ME1.6 - Ações corretivas e ME2 - Monitorar e avaliar os controles internos.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração /Coordenação-Geral de Gestão da Tecnologia da Informação (SPOA/CGTI)					8882
Justificativa para o seu não cumprimento:					
O Ministério participou do planejamento da contratação que será realizada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Essa contratação será por meio de Ata de Registro de Preços, da qual o Ministério será integrante. O objeto dessa Ata contempla serviços que viabilizarão a implementação do processo de avaliação da gestão de TI. O MCTI está aguardando a finalização desse processo de contratação.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Considerando que a partir de abril de 2011 o Ministério ficou sem contrato de prestação de serviços de TI, prejudicando os serviços de desenvolvimento de software, gestão de infraestrutura de rede e suporte ao usuário, todos os esforços da equipe voltaram-se para o planejamento das contratações de serviços de TI, para a manutenção dos serviços existentes e para a instalação do CEMADEN. Em 2011, o Ministério finalizou processo licitatório para contratação de empresa responsável pelo apoio à gestão dos serviços de infraestrutura de rede, além de aderir à ata de registro de preços que possibilitou a implementação da central de suporte e serviços de tecnologia da informação e comunicações (*service desk*). A execução dos dois contratos contribuirá para o estabelecimento do processo de avaliação da gestão da TI.					

QUADRO A.15.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração					8882
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
7	TC 013.761/2010-2	380/2011-TCU-Plenário	9.2.2	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					**1988**
Descrição da Deliberação:					
Em atenção à Portaria MCT 114/2010, **monitore o funcionamento do comitê gestor de segurança e tecnologia da informação - CSTI** de maneira a que este exerça suas atribuições.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração /Coordenação-Geral de Gestão da Tecnologia da Informação (SPOA/CGTI)					8882
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Durante a III Reunião Extraordinária do Comitê Gestor de Segurança e Tecnologia da Informação (CSTI), realizada em setembro de 2011, foi apresentada a proposta de reestruturação do Comitê, baseada na legislação vigente, em especial a Instrução Normativa nº 01/2008, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; no Decreto nº 5.886/2006; e no Parecer nº 227/2011/CONJUR/MCTI/AGU, o qual recomenda que o CSTI atenda aos dispositivos das normas acima e, consequentemente, altere a Portaria MCT nº 114/2010, que trata da instituição do Comitê. Também foi informado que o Ministério realizou reunião com a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MP), a qual teve o objetivo de alinhar entendimentos sobre a natureza e competências do Comitê. Nessa reunião, segundo entendimento da SLTI, ficou claro que não há objeção do tratamento das duas matérias (Segurança da Informação e Tecnologia da Informação) em um único comitê. Entretanto, na prática, em razão do tema "Segurança da Informação" ser assunto *lato sensu* e das atividades exercidas em agendas, grupos de trabalho e outros serem mais eficazes se tratados separadamente - cada tema trabalhado em colegiados distintos –, foi proposto o desmembramento do atual colegiado (CSTI) em: 1) Comitê Executivo de Tecnologia da Informação (CETI), órgão deliberativo; e 2) Comitê de Segurança da Informação e Comunicações (CSIC), órgão consultivo, sendo apresentadas suas respectivas minutas de portaria de instituição. Nessa ocasião, o Presidente Substituto do CSTI informou que a decisão sobre o desmembramento do Comitê não caberia ao colegiado, sendo o tema abordado com o intuito de dar conhecimento aos representantes. Os processos de instituição dos Comitês estão em tramitação.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
O desmembramento do colegiado atual (CSTI) promoverá o alinhamento com as diretrizes de governo e garantirá maior agilidade na tomada de decisão, uma vez que os temas tecnologia da informação e segurança da informação contarão com colegiados específicos.					

QUADRO A.15.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração					8882
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
8	TC 013.761/2010-2	380/2011-TCU-Plenário	9.2.5	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					**1988**
Descrição da Deliberação:					
Em atenção ao disposto na Lei 8.666/1993, art. 6º, inc. IX, e às disposições contidas na Instrução Normativa - SLTI/MP 4/2010, art. 13, II, **defina um processo de software** previamente às futuras contratações de serviços de desenvolvimento ou manutenção de software e vincule o contrato ao processo de software, sem o qual o objeto não estará precisamente definido.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração /Coordenação-Geral de Gestão da Tecnologia da Informação (SPOA/CGTI)					8882
Justificativa para o seu não cumprimento:					
O processo de software está elaborado. A aferição de resultados preliminares somente será possível com a efetiva execução contratual dos serviços de desenvolvimento e manutenção de software.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
O processo de software foi apresentado ao Comitê Gestor de Segurança e Tecnologia da Informação durante sua III Reunião Extraordinária, realizada em setembro de 2011 e foi elaborado em observância as Normas NBR ISO/IEC 12.207 e 15.504, bem como houve o cuidado de garantir que as várias etapas típicas do desenvolvimento de software sejam executadas de forma sistemática e documentadas, assegurando: a conformidade com a Estratégia Geral de TI (EGTI 2011-2012) do Governo Federal; a conformidade com a jurisprudência do TCU; a garantia de aderência às políticas públicas do MCTI que promovem qualidade de software (MPS.BR).					

QUADRO A.15.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração					8882
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
9	TC 013.761/2010-2	380/2011-TCU-Plenário	9.2.7	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					**1988**
Descrição da Deliberação:					
Em atenção ao disposto na Instrução Normativa - GSI/PR 1/2008, art. 5º, VII, **implante política de segurança da informação e comunicações**, com observância das práticas contidas na Norma Complementar 03/IN01/DSIC/GSIPR.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração /Coordenação-Geral de Gestão da Tecnologia da Informação (SPOA/CGTI)					8882
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Durante a III Reunião Extraordinária do Comitê Gestor de Segurança e Tecnologia da Informação (CSTI), realizada em setembro de 2011, foi informado que a Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC) foi objeto de duas análises posteriores à aprovação pelo Comitê em reunião anterior (minuta aprovada na II Reunião Ordinária do CSTI, ocorrida em novembro de 2010), sendo uma delas efetuada pela Controladoria Geral da União (CGU) e a outra pela SLTI, o que gerou uma nova minuta da POSIC, onde foram incluídas as sugestões consideradas pertinentes, em análise efetuada pelo Ministério. Ademais, visando garantir a conformidade com os objetivos estratégicos do Ministério e o alinhamento com as diretrizes de segurança da informação, o Ministério optou por aguardar a instituição do novo Comitê de Segurança da Informação e Comunicações (resultante do desmembramento do atual Comitê) para a aprovação da nova minuta e posterior publicação. A proposta de criação do novo Comitê encontra-se na Consultoria Jurídica do Ministério para exame.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Durante esse tempo foi possível aperfeiçoar a minuta da POSIC do MCTI, visando adequá-la às novas diretrizes de governo, dentre as quais se destaca a Lei nº 12.527/2011, que regula o acesso à informação.					

QUADRO A.15.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração					8882
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
10	TC 013.761/2010-2	380/2011-TCU-Plenário	9.2.8	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					**1988**
Descrição da Deliberação:					
Em atenção ao disposto na Instrução Normativa - GSI/PR 1/2008, art. 5º, V, **institua equipe de tratamento e resposta a incidentes em redes computacionais**, com observância das práticas contidas na Norma Complementar 05/IN01/DSIC/GSIPR.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração /Coordenação-Geral de Gestão da Tecnologia da Informação (SPOA/CGTI)					8882
Justificativa para o seu não cumprimento:					
A nova minuta da POSIC apresenta item específico sobre a gestão da segurança da informação e comunicações, o qual versa, dentre outras obrigações, a instituição da Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais. Ademais, visando garantir a conformidade com os objetivos estratégicos do Ministério e o alinhamento com as diretrizes de segurança da informação, o Ministério optou por aguardar a instituição do novo Comitê de Segurança da Informação e Comunicações (resultante do desmembramento do atual Comitê) para a aprovação da nova minuta da POSIC e sua posterior publicação. A proposta de criação do novo Comitê encontra-se na Consultoria Jurídica do Ministério para exame.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

QUADRO A.15.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração					8882
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
11	TC 013.761/2010-2	380/2011-TCU-Plenário	9.2.9	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					**1988**
Descrição da Deliberação:					
Em atenção ao disposto no Decreto 4.553/2002, art. 6º, § 2º, inciso II, e art. 67, crie critérios de classificação das **informações**, a fim de que possam ter tratamento diferenciado conforme seu grau de importância, criticidade e sensibilidade, com observância das práticas contidas no item 7.2 da NBR ISO/IEC 27.002.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração/Coordenação-Geral de Gestão da Tecnologia da Informação (SPOA/CGTI)					8882
Justificativa para o seu não cumprimento:					
A nova minuta da POSIC, referenciada no item 9.2.7, apresenta item específico sobre a classificação e tratamento da informação e que visando garantir a conformidade com os objetivos estratégicos do Ministério e o alinhamento com as diretrizes de segurança da informação, o Ministério optou por aguardar a instituição do novo Comitê de Segurança da Informação e Comunicações (resultante do desmembramento do atual Comitê) para a aprovação da nova minuta da POSIC e sua posterior publicação. Adicionalmente, vale destacar que a elaboração de critérios de classificação da informação também está prevista na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso à informação. Para tanto, e considerando também o disposto na nova minuta da POSIC, o Ministério, ao criar um Grupo de Trabalho para estabelecer planos, estratégias e metas para a implementação da referida Lei, já elaborou uma minuta de Norma de Classificação, que se encontra em discussão no referido GT. Essa minuta será também analisada pelo Comitê de Segurança da Informação antes de ser submetida ao Senhor Ministro de Estado para aprovação. A proposta de criação do novo Comitê encontra-se na Consultoria Jurídica do Ministério para exame.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

QUADRO A.15.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração					8882
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
12	TC 013.761/2010-2	380/2011-TCU-Plenário	9.2.10	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					**1988**
Descrição da Deliberação:					
Em atenção ao disposto na Instrução Normativa - GSI/PR 1/2008, art. 5º, VII, c/c a Norma Complementar 04/IN01/DSIC/GSIPR, item 5.2.1, **estabeleça procedimento de inventário de ativos de informação**, de maneira a que todos os ativos de informação sejam inventariados e tenham um proprietário responsável, com observância das práticas contidas no item 7.1 da NBR ISO/IEC 27.002.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração /Coordenação-Geral de Gestão da Tecnologia da Informação (SPOA/CGTI)					8882
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Em 2011, o Ministério finalizou processo licitatório para contratação de empresa responsável pelo apoio à gestão dos serviços de infraestrutura de rede, além de aderir à ata de registro de preços que possibilitou a implementação da central de suporte e serviços de tecnologia da informação e comunicações (*service desk*). A execução dos dois contratos contribuirá para o estabelecimento de procedimentos de inventário de ativos de informação.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

QUADRO A.15.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração					8882
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
13	TC 013.761/2010-2	380/2011-TCU-Plenário	9.2.11	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					**1988**
Descrição da Deliberação:					
Em atenção ao disposto na Instrução Normativa - GSI/PR 1/2008, art. 5º, VII, **implemente processo de gestão de riscos de segurança da informação**, com observância das práticas contidas na Norma Complementar 04/IN01/DSIC/GSIPR.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração /Coordenação-Geral de Gestão da Tecnologia da Informação (SPOA/CGTI)					8882
Justificativa para o seu não cumprimento:					
A nova minuta da POSIC apresenta item específico sobre a gestão de riscos, o qual versa, dentre outras obrigações, a implantação de processos contínuos de gestão de riscos. Ademais, visando garantir a conformidade com os objetivos estratégicos do Ministério e o alinhamento com as diretrizes de segurança da informação, o Ministério optou por aguardar a instituição do novo Comitê de Segurança da Informação e Comunicações (resultante do desmembramento do atual Comitê) para a aprovação da nova minuta da POSIC e sua posterior publicação. A proposta de criação do novo Comitê encontra-se na Consultoria Jurídica do Ministério para exame.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

QUADRO A.15.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração	8882

Deliberações do TCU

Deliberações expedidas pelo TCU

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
14		Acórdão nº 918/2011-TCU – 2ª Câmara			Ofício nº 654/2011 - CGRL, de 07/07/2011

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	**Código SIORG**
Secretaria Executiva	**1988**

Descrição da Deliberação:

1.5.Determinações:
1.5.1. à Secretaria-Executiva do MCT que:
1.5.1.1. regularize, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da ciência desta deliberação, a situação dos convênios relacionados nos Anexos 1 e 2 da instrução de fls. 850/851, mediante:
1.5.1.1.1. análise conclusiva das prestações de contas já apresentadas, relativas aos convênios listados nos Anexos 1 e 2, nos termos previstos no art. 31 da Instrução Normativa STN nº 1/97 ou no § 7º do art. 10º do Decreto 6.170/2007, conforme o caso; e
1.5.1.1.2. atualização da situação dos convênios listados no Anexo 1 no Siafi e instauração de tomada de contas especial para os casos em que não houve apresentação de prestação de contas, nos termos do inciso I do art. 38 da Instrução Normativa STN nº 1/97 ou do § 6º do art. 10 do Decreto 6.170/2007 c/c o inciso I do § 1º do art. 63 da Portaria Interministerial MP/MF/MCT 127/2008, conforme o caso;
1.5.1.2. comunique a este Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da ciência desta deliberação, sobre a efetiva incorporação das centrais telefônicas fornecidas pelo Instituto UNIEMP – Fórum Permanente das Relações Universidade-Empresa ao patrimônio do Ministério;
1.5.2. à 6ª Secex que encaminhe à Secretaria-Executiva do MCT cópia das fls. 850/854 (Convênios da UG 240.101 com "Valores a Comprovar" e Convênios da UG 240.101 com "Valores a Aprovar").

Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento

Setor responsável pela implementação	**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração /Coordenação-Geral de Recursos Logísticos (SPOA/CGRL)	8882

Justificativa para o seu não cumprimento:

Este Ministério vem envidando esforços para regularização das contas na situação "a aprovar", tendo sido contratado mais pessoas para análise das prestações de contas.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

QUADRO A.15.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração					8882
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
15		Acórdão nº 1833/2011-TCU – 1ª Câmara			Ofício nº 654/2011 - CGRL, de 07/07/2011

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	**Código SIORG**
Secretaria Executiva	**1988**

Descrição da Deliberação:

1.9. encaminhar à Coordenação Geral de Recursos Logísticos – MCT cópia dos presentes autos, para que, à luz dos seus elementos, observando-se o disposto nos artigos 5º e 11 da IN TCU 56/2007, avalie a prestação de contas dos Convênios 01.0042.00/2004 (Siafi 504367) e 01.0037.00/2004 (Siafi 504315), que, segundo consta do sistema Siafi, encontram-se na condição "A comprovar";

1.10. determinar à Coordenação Geral de Recursos Logísticos – MCT que encaminhe, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da ciência desta deliberação, o resultado da análise da prestação de contas dos Convênios 01.0042.00/2004 (Siafi 504367) e 01.0037.00/2004 (Siafi 504315), bem como informe sobre as medidas saneadoras adotadas, se constatada a não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos repassados.

Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento

Setor responsável pela implementação	**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração /Coordenação-Geral de Recursos Logísticos (SPOA/CGRL)	8882

Justificativa para o seu não cumprimento:

Tendo em vista a necessidade do cumprimento do princípio do contraditório e da ampla defesa e do disposto na IN/TCU nº 56/2007, foi necessário a expedição de Ofícios solicitando esclarecimentos e justificativas que tiveram que ser avaliadas. Ressaltamos que a administração vem envidando todos os esforços com a finalidade de esgotar todas as medidas cabíveis no âmbito administrativo interno para apuração e correção das impropriedades apontadas e não sendo possível alcançar um resultado favorável, posteriormente será instaurada a competente TCE na forma do disposto na IN/TCU nº 56/2007.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

No caso 01.0037.00/2004 (Siafi 504315), foi encaminhado o Ofício nº 198/2012-CGRL, de 13/02/12, estabelecendo o prazo de 30 dias para apresentação de esclarecimentos, tão logo finalize o prazo, caso não seja atendido, será instaurada a TCE. No caso 01.0042.00/2004 (Siafi 504315), foi solicitado prioridade na análise finenceira da Prestação de Contas.

Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento , Orçamento e Administração - SPOA	8882

Recomendações do OCI

Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201108871	6.2.3.1	

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração /Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL	8882

Descrição da Recomendação:

1 Obter junto á Debrito Propaganda a devolução dos recursos no montante de R$ 434.162,40, referente aos valores pagos a maior na impressão do livro "Mudanças Climáticas", tendo em vista que o custo unitário, conforme o informado pelo MCT, corresponde à metade do valor cobrado pela empresa .

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração /Coordenação-Geral de Recursos Logísticos (SPOA/CGRL)	8882

Síntese da providência adotada:

Foi efetuado a atualização monetária da importância apurada , conforme Lei nº 10.406, de 10/01/2002, do período de 22/10/2010 a 07/10/2011.Em conformidade com a Nota Técnica nº 2961/DICIT/SFC/CGU-PR, 10/11/2011, o valor apurado do débito é de R$ 416.376,12 , após feitos os cálculos devidos , a devolução integral importará em R$ 439.859,73, o qual o mesmo foi glosado das faturas nrs 12154/12149/12280/12216/12283/12150/11938/11824/12279/12282/12440/12381/12470/12476/12245/12400/12281/ 12243/12655/12747/12467/1286, em 07/10/2011.

Remetido Oficio nº 1130/2011 CGRL, de 17/10/2011 .

Síntese dos resultados obtidos

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento , Orçamento e Administração - SPOA	8882

Recomendações do OCI

Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	Relatório 201108879	3.1.5.1	.

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração /Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL	8882

Descrição da Recomendação:

Recomendação 1: Que o MCT implemente mecanismos para acompanhar a edição da legislação que discipline ou influencie a sua atuação. Recomendação 2: Diligenciar o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, no sentido de obter orientação sobre como proceder para que a inadimplência registrada tenha reflexo na situação do convênio, tanto no SIAFI quanto no SICONV .

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração /Coordenação-Geral de Recursos Logísticos (SPOA/CGRL)	8882

Síntese da providência adotada:

Recomendação 1: A setorial contábil do MCTI encaminha diariamente toda a legislação publicada no dia, tanto a legislação quanto acórdãos e documentos afim. Após a recomendação foi procedido aperfeiçoamento do procedimento. Recomendação 2: Foi encaminhado ao Ministério do Planejamento o Ofício nº 1004/2011-CGRL, de 14/09/2011, informando que os lançamentos de registro de inadimplência efetuados pelo SICONV não alteravam a situação no SIAFI.

Síntese dos resultados obtidos

Recomendação 1: Não ocorreu mais falhas devido ao desconhecimento de normas legais. Recomendação 2: O SIAFI passou a espelhar os lançamentos efetuados no SICONV.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	**Código SIORG**
Subsecretaria de Planejamento , Orçamento e Administração - SPOA	8882

Recomendações do OCI

Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	Relatório 201108879	3.1.5.2	

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração /Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL	8882

Descrição da Recomendação:

Recomendação 1: Que o MCT passe a atualizar tempestivamente os sistemas de gerenciamento de convênios, bem como adote providências para cobrar, dentro do prazo exigido, as prestações de contas.
Recomendação 2: Que o MCT tome medidas para acompanhar os prazos previstos para prestação de contas, bem como instaurar. nos prazos legais, os devidos processos de tomada de contas especial, quando esgotadas as medidas administrativas cabíveis.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração /Coordenação-Geral de Recursos Logísticos (SPOA/CGRL)	8882

Síntese da providência adotada:

Recomendação 1: Foi adotado a rotina de 90 dias antes do término do convênio informar ao convenente o término da vigência, para que se proceda o aditamento ou que se providencie o encaminhamento da Prestação de Contas, inclusive tal exigência foi incluída nos termos de convênios assinados após a recomendação da CGU.
Recomendação 2: Foram contratados mais 07 colaboradores para análise de prestação de contas e o Ministério do Planejamento disponibilizou técnicos para analisar as Prestações de Contas do MCTI, tudo com o intuito de acabar com o estoque de prestação de contas pendentes de análise.

Síntese dos resultados obtidos

Recomendação 1: Diminuiu os convênios na situação "a comprovar" com vigência expirada. Recomendação 2: A análise da Prestação de contas estão sendo realizadas com maior agilidade.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício

Quadro I – Orçamento por Programa / 2011

R$ 1,00

Programa		Orçamento MCT	Executado
0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União	394.997.848	392.735.525
0460	Formação e Capitação de Recursos Humanos para Ciência, Tecnologia e Inovação	937.635.040	939.793.677
0461	Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico	650.644.433	618.420.555
0464	Programa Nacional de Atividades Espaciais - PNAE	362.820.697	345.799.100
0471	Ciência e Tecnologia para Inclusão e Desenvolvimento Social	67.345.958	53.234.238
0472	PROANTAR	1.300.000	1.300.000
0473	Gestão da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação	33.835.637	27.553.416
0503	Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais - FLORESCER	1.250.000	1.223.897
0750	Apoio Administrativo	887.328.174	870.658.519
0901	Operações Especiais: cumprimento de sentenças judiciais	27.752.455	25.106.892
1008	Inclusão Digital	93.831.736	61.374.239
1113	Programa Nacional de Atividades Nucleares	1.558.963.296	1.399.887.979
1122	Ciência, Tecnologia e Inovação Aplicadas aos Recursos Naturais	56.321.635	46.852.352
1145	Comunidades Tradicionais	200.000	
1388	Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior - PITCE	2.693.528.280	2.506.888.860
1409	Desenvolvimento de Agroenergia	5.500.000	5.291.531
1421	Meteorologia e Mudanças Climáticas	54.261.197	44.342.321
Total Geral		**7.827.516.386**	**7.340.463.101**

Quadro II – Posição Inicial e Final do Orçamento / 2011

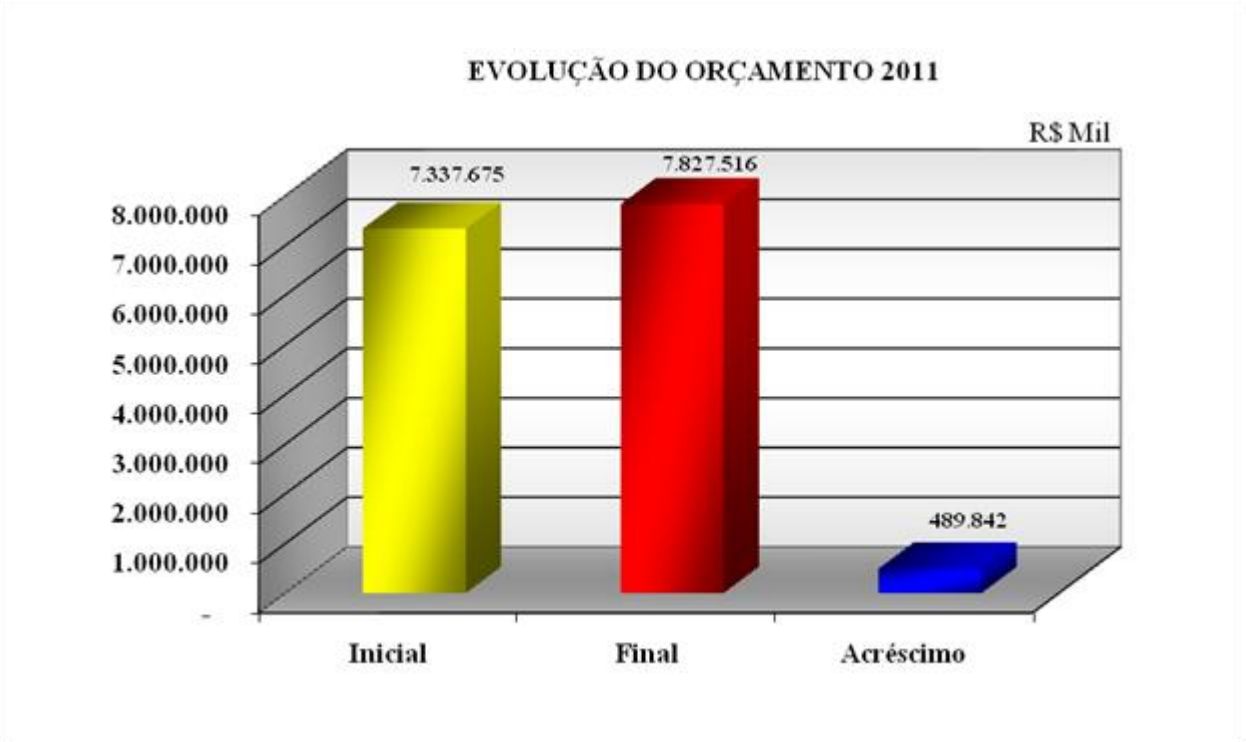
R$ 1,00

Fonte	Orçamento		Grupos de Despesas			
	Inicial	Final	Pessoal	Custeio	Capital	Inversões Financeiras

100	3.771.480.392	3.890.397.305	1.482.728.316	1.760.497.220	438.849.943	208.321.826
129	6.686.239	6.686.239		4.053.891	2.632.348	
134	58.833.580	58.833.580		43.947.510	14.886.070	
135	43.866.383	43.866.383		29.702.583	14.163.800	
141	18.287.125	18.287.125		12.465.977	5.821.148	
142	1.120.646.487	1.240.996.487		743.170.861	288.896.263	208.929.363
150	4.666.193	4.666.193		3.918.142	748.051	
156	100.834.500	100.834.500	100.834.500			
169	183.514.171	183.704.690	183.704.690			
172	1.231.352.315	1.358.702.315		553.999.224	316.198.104	488.504.987
174	5.099.781	6.014.781		5.359.216	655.565	
180	48.304.604	48.304.604		48.304.604		
195		855.197		855.197		
250	711.723.009	690.506.806		584.066.767	106.440.039	
280	8.651.058	10.224.419		5.346.122	4.878.297	
281	23.477.863	36.049.363		34.846.263	1.203.100	
329		5.000.000		2.500.000	2.500.000	
388		113.596.399		58.596.399	8.000.000	47.000.000
650		9.800.000		9.800.000		
2195	250.800					
5100		190.000		190.000		
TOTAL	**7.337.674.500**	**7.827.516.386**	**1.767.267.506**	**3.901.619.976**	**1.205.872.728**	**952.756.176**
%		**100,00**	**22,58**	**49,84**	**15,41**	**12,17**

Fonte: CGOF/COCF/DIPF

Gráfico da Posição Inicial e Final do Orçamento / 2011



Limites para Movimentação e Empenho e para Pagamento

Limite de Empenho / Outros Custeios e Capital - OCC

O limite para movimentação e empenho, foi de R$ 5.671.539.550,00. Destacamos que desse limite R$ 4.839.934.990,00 foi para OCC e Inversões Financeiras conforme Decreto de Programação Financeira e R$ 831.604.560,00 corresponde às despesas não sujeitas a limite.

Os valores empenhados em OCC e Inversões Financeiras que totalizam R$ 5.587.307.372,00 representam 98,51% do limite para movimentação e empenho, que foi de R$ 5.671.539.550,00. (Quadro III).

Quadro III – Execução Orçamentária / 2011

R$1,00

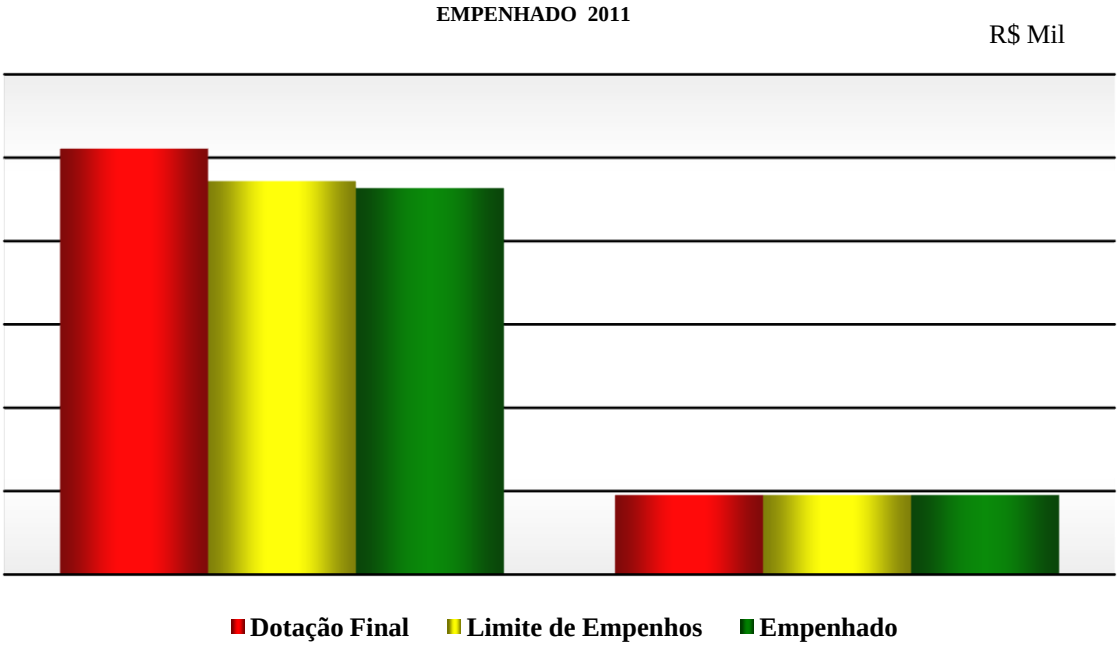
CATEGORIA FONTE	DOTAÇÃO FINAL	LIMITE PARA MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO	EMPENHADO (*)
OCC (**)	**5.107.492.704**	**4.718.783.374**	**4.634.551.196**
0100	2.199.347.163	2.102.800.475	2.083.896.377
0129	6.686.239	6.290.161	6.290.161
0134	58.833.580	52.360.108	52.348.266
0135	43.866.383	39.605.044	39.599.983
0141	18.287.125	18.234.889	18.234.889
0142	1.032.067.124	952.205.455	986.189.973
0150	4.666.193	4.666.193	3.186.026
0172	870.197.328	769.335.808	735.365.219
0174	6.014.781	3.664.037	3.686.812
0180	48.304.604	48.304.604	48.304.604
0195	855.197	855.197	509.200
0250	690.506.806	600.006.614	550.094.813
0280	10.224.419	9.609.027	9.108.267
0281	36.049.363	36.049.363	24.787.500
0329	5.000.000	4.900.000	4.792.942
0388	66.596.399	60.596.399	58.905.526
0650	9.800.000	9.300.000	9.250.638
5100	190.000	-	
INVERSÕES FINANCEIRAS	**952.756.176**	**952.756.176**	**952.756.176**
0100	208.321.826	208.321.826	208.321.826
0142	208.929.363	208.929.363	208.929.363
0172	488.504.987	488.504.987	488.504.987
0388	47.000.000	47.000.000	47.000.000
T O T A L	**6.060.248.880**	**5.671.539.550**	**5.587.307.372**

(*) Inclui Cota + DARF + DAR + GPS

(**) OCC - Outras **Custeios e Capital**

Fonte: CGOF/COCF/DIPF

Gráfico da Execução Orçamentária 2011



Limite de Pagamento / Outros Custeios e Capital - OCC

Considerando o limite para movimentação e empenho, mais os restos a pagar de 2009 e ordens bancárias de 2009 compensadas em 2010, em outros custeios e capital, o Ministério teria uma necessidade de limite de pagamento no valor de R$ 7.984.535.238,00, todavia, foi concedido um limite no montante de R$ 4.707.889.000,00. (Quadro IV).

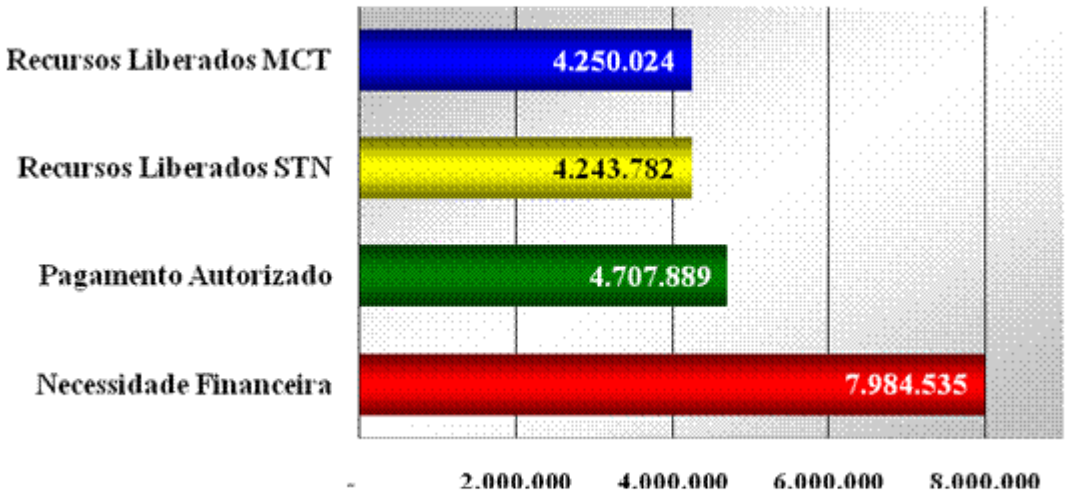
Quadro IV – Execução Financeira / 2011 – OCC

R$1,00

CATEGORIA	NECESSIDADE FINANCEIRA				PAGAMENTO AUTORIZADO	RECURSOS LIBERADOS STN	RECURSOS LIBERADOS MCT
	LIMITE DE EMPENHO	RESTOS A PAGAR	OB's	TOTAL			
OCC	4.681.878.814	2.846.279.000	298.321.248	7.826.479.062	4.549.832.824	3.399.081.862	3.405.323.905
Inversões Financeiras	158.056.176	-	-	158.056.176	158.056.176	844.700.000	844.700.000
TOTAL	**4.839.934.990**	**2.846.279.000**	**298.321.248**	**7.984.535.238**	**4.707.889.000**	**4.243.781.862**	**4.250.023.905**

Fonte:
CGOF/COCF/DIPF

Gráfico da Execução Financeira / 2011



Execução Orçamentária e Financeira

A planilha apresenta a execução orçamentária e financeira global por unidade do Ministério.

Na execução financeira são demonstradas as Necessidades Financeiras (que compreendem os possíveis compromissos assumidos por conta do orçamento do exercício mais os restos à pagar de exercícios anteriores), os Pagamentos Autorizados pelo Tesouro Nacional e os Valores Pagos.

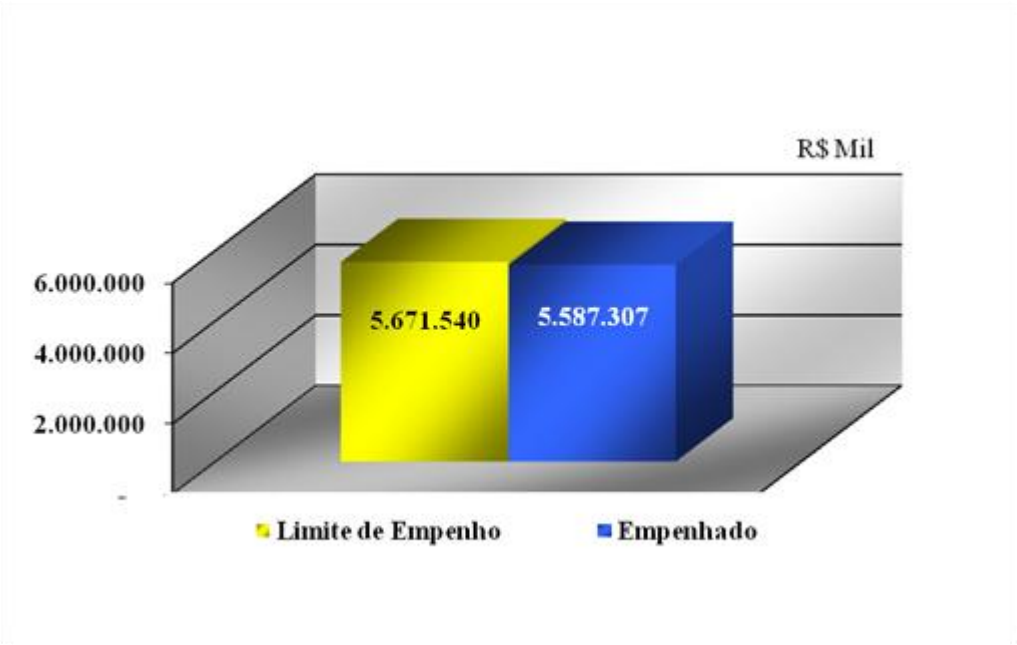
Quadro V - Execução Orçamentária e Financeira / 2011

UNIDADE	CATEGORIA	DOTAÇÃO FINAL	EMPENHADO	NECESSIDADE FINANCEIRA	PAGAMENTOS AUTORIZADOS	VALORES PAGOS
ASSIM	OCC	5.499.000	2.006.000	5.124.000	3.152.000	463.000
SCUP	OCC	139.150.000	132.001.000	153.301.000	138.227.000	124.108.000
SECIS	OCC	159.048.000	112.304.000	636.840.000	389.628.000	19.444.000
SEPED	OCC	39.035.000	29.181.000	70.598.000	43.425.000	7.966.000
SEPIN	OCC	6.349.000	3.727.000	7.135.000	4.389.000	941.000
SETEC	OCC	34.697.000	30.642.000	120.875.000	74.351.000	2.898.000
SEXEC	OCC	26.545.000	23.447.000	38.659.000	23.779.000	12.398.000
SPOA	PESSOAL	748.111.673	742.528.808	748.111.673	748.111.673	742.196.477
	OCC	204.352.000	195.896.000	182.053.000	111.617.000	127.103.004
INT	OCC	12.963.000	12.305.573	16.043.000	9.662.000	6.793.285
INPA	OCC	36.493.000	36.329.191	44.176.000	27.380.000	26.476.310
INPE	OCC	57.828.000	55.391.000	83.020.000	48.328.000	36.444.000
INSA	OCC	5.841.000	4.016.000	8.282.000	4.561.000	2.612.000
CBPF	OCC	11.254.000	11.226.740	12.133.000	7.722.000	10.054.134
IBICT	OCC	8.089.000	7.881.044	10.743.000	6.673.000	6.753.324
LNCC	OCC	10.752.000	10.588.000	12.153.000	7.411.000	8.937.000
MAST	OCC	4.000.000	3.986.000	4.348.000	2.751.000	3.201.000
MPEG	OCC	10.602.000	10.340.994	12.404.000	7.555.000	8.290.028
RENE	OCC	1.312.000	912.000	3.556.000	3.185.000	838.000
ON	OCC	8.274.000	7.733.000	9.531.000	5.955.000	7.271.000
CETEM	OCC	10.552.000	10.503.247	12.029.000	7.433.000	8.895.727
LNA	OCC	7.383.000	7.333.000	8.149.000	7.183.000	6.651.000
CTI	OCC	10.868.000	10.281.049	12.516.000	7.630.000	8.482.284
CETENE	OCC	5.899.000	5.767.000	5.899.000	3.680.000	4.764.349
SUBTOTAL I		**1.564.896.673**	**1.466.326.646**	**2.217.678.673**	**1.693.788.673**	**1.183.980.922**

UNIDADE	CATEGORIA	DOTAÇÃO FINAL	EMPENHADO	NECESSIDADE FINANCEIRA	PAGAMENTOS AUTORIZADOS	VALORES PAGOS
AEB	PESSOAL	4.267.335	3.937.141	4.267.335	4.267.335	3.909.141
	OCC	255.533.000	239.236.000	458.021.000	227.887.000	104.628.000
CNEN	PESSOAL	565.064.550	563.012.094	565.064.550	565.064.550	562.940.458
	OCC	182.581.000	171.908.000	222.730.000	153.723.000	125.808.000
CNPq	PESSOAL	149.195.214	145.412.536	149.195.214	149.195.214	145.309.180
	OCC	1.066.790.000	1.068.453.000	1.109.949.000	965.062.000	888.617.000
INB	PESSOAL	145.091.527	144.385.603	145.091.527	145.091.527	141.954.040
	OCC	572.352.000	427.134.000	697.979.000	555.460.000	312.988.000
NUCLEP	PESSOAL	138.626.848	137.594.150	138.626.848	138.626.848	137.226.880
	OCC	119.830.000	119.798.000	125.289.000	102.724.000	112.633.000
CEITEC	PESSOAL	16.910.359	16.285.399	16.910.359	16.910.359	16.285.399
	OCC	38.055.000	36.476.000	41.867.000	28.056.000	34.033.000
FNDCT	OCC	2.173.616.000	1.979.406.000	3.573.974.000	1.684.400.000	805.588.000
SUBTOTAL II		**5.427.912.833**	**5.053.037.923**	**7.248.964.833**	**4.736.467.833**	**3.391.920.098**
TOTAL GERAL		**6.992.809.506**	**6.519.364.569**	**9.466.643.506**	**6.430.256.506**	**4.575.901.020**

Fonte: CGOF/COCF/DIPF

Gráfico da Execução Orçamentária e Financeira / 2011



Restos a Pagar

Inscrição de Restos a Pagar / 2011

A inscrição em Restos a Pagar do exercício de 2011 atingiu o montante de R$ 2.878.523.226,00. Em "Outros Custeios e Capital", foram inscritos R$ 2.846.279.342,00 dos quais R$ 650.656.455,00 em Processado e R$ 2.195.622.887,00 em Não Processado.

A Inscrição de Restos a Pagar, está assim distribuída:

Itens	Valores Inscritos		
	2009	2010	2011
Pessoal	3.813.607	4.697.552	3.403.482
Fonte 0195 / 0281	-	15.384.114	28.822.949
Sentenças	1.009.639	1.087.576	17.470
Créditos Extraordinários	32.383.984	19.125.329	-
Outros Custeio e Capital	1.688.473.270	2.704.981.060	2.846.279.325
TOTAL	**1.725.680.500**	**2.745.275.631**	**2.878.523.226**

Quadro VI – Inscrição de Restos a Pagar / 2009 – Outros Custeios e Capital

UNIDADES	FONTES	INSCRIÇÃO RP / 2009		
		PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS	TOTAL
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	Recurso Tesouro	38.137.700	290.821.600	328.959.300
	TOTAL	**38.137.700**	**290.821.600**	**328.959.300**
INT	Recurso Tesouro	229.442	2.819.478	3.048.920
	Recurso Próprio	33.047	606.023	639.070
	TOTAL	**262.489**	**3.425.501**	**3.687.990**
INPA	Recurso Tesouro	25.723	7.382.905	7.408.628
	Recurso Próprio	-	162.493	162.493
	TOTAL	**25.723**	**7.545.398**	**7.571.121**
INPE	Recurso Tesouro	31.980	11.176.449	11.208.429
	TOTAL	**31.980**	**11.176.449**	**11.208.429**
INSA	Recurso Tesouro	122.666	2.439.886	2.562.552
	TOTAL	**122.666**	**2.439.886**	**2.562.552**
CBPF	Recurso Tesouro	16.935	732.842	749.777
	TOTAL	**16.935**	**732.842**	**749.777**
IBICT	Recurso Tesouro	-	133.293	133.293
	Recurso Próprio	-	57.425	57.425
	TOTAL	**0**	**190.718**	**190.718**
LNCC	Recurso Tesouro	6.182	1.287.779	1.293.961
	TOTAL	**6.182**	**1.287.779**	**1.293.961**
MAST	Recurso Tesouro	21.354	840.579	861.933
	TOTAL	**21.354**	**840.579**	**861.933**
MPEG	Recurso Tesouro	384.975	1.213.720	1.598.695
	Recurso Próprio	4.932	95.668	100.600
	TOTAL	**389.907**	**1.309.388**	**1.699.295**
ON	Recurso Tesouro	1.956	396.116	398.072
	TOTAL	**1.956**	**396.116**	**398.072**
CETEM	Recurso Tesouro	79.128	1.136.470	1.215.598
	Recurso Próprio	-	44.333	44.333
	TOTAL	**79.128**	**1.180.803**	**1.259.931**
LNA	Recurso Tesouro	66.589	509.114	575.703
	TOTAL	**66.589**	**509.114**	**575.703**
CTI	Recurso Tesouro	15.208	1.423.570	1.438.778
	Recurso Próprio	9.400	28.032	37.432
	TOTAL	**24.608**	**1.451.602**	**1.476.210**
RENE	Recurso Tesouro	7.703	119.404	127.107
	TOTAL	**7.703**	**119.404**	**127.107**
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	**TOTAL**	**39.187.217**	**323.117.057**	**362.304.274**
UNIDADES	**FONTES**	**INSCRIÇÃO RP / 2009**		

		PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS	TOTAL
CNPq	Recurso Tesouro	17.008.773	40.619.589	57.628.362
	Recurso Próprio	215	28.905	29.120
	TOTAL	**17.008.988**	**40.648.494**	**57.657.482**
CEITEC	Recurso Tesouro	68.349	4.896.392	4.964.741
	TOTAL	**68.349**	**4.896.392**	**4.964.741**
AEB	Recurso Tesouro	7.719.371	155.616.840	163.336.211
	TOTAL	**7.719.371**	**155.616.840**	**163.336.211**
CNEN	Recurso Tesouro	18.561	18.744.375	18.762.936
	Recurso Próprio	17.857	16.176.748	16.194.605
	TOTAL	**36.418**	**34.921.123**	**34.957.541**
INB	Recurso Tesouro	38.273	5.600.142	5.638.415
	Recurso Próprio	1.068.189	122.121.264	123.189.453
	TOTAL	**1.106.462**	**127.721.406**	**128.827.868**
NUCLEP	Recurso Tesouro	2.456.189	-	2.456.189
	Recurso Próprio	14.985.915	-	14.985.915
	TOTAL	**17.442.104**	**0**	**17.442.104**
FNDCT	Recurso Tesouro	242.046.025	676.586.334	918.632.359
	Recurso Próprio	-	32.861	32.861
	TOTAL	**242.046.025**	**676.619.195**	**918.665.220**
TOTAL GERAL		**324.622.637**	**1.363.850.629**	**1.688.473.266**

Nota: Orçamento Fiscal e da Seguridade Social; Exceto Pessoal, dívida, Fonte 0195 e 0181, Sentenças e Créditos Extraordinários

Fonte: CGOF/COCF/DIPF

Quadro VII– Inscrição de Restos a Pagar / 2010 – Outros Custeios e Capital

UNIDADES	FONTE	INSCRIÇÃO RP / 2010		
		PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS	TOTAL
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	Recurso Tesouro	70.878.686	598.104.334	668.983.020
	TOTAL	**70.878.686**	**598.104.334**	**668.983.020**
INT	Recurso Tesouro	360.036	2.182.849	2.542.885
	Recurso Próprio	258	258.197	258.455
	TOTAL	**360.294**	**2.441.046**	**2.801.340**
INPA	Recurso Tesouro	401.073	4.394.867	4.795.940
	Recurso Próprio	-	52.167	52.167
	TOTAL	**401.073**	**4.447.034**	**4.848.107**
INPE	Recurso Tesouro	5.923	13.161.867	13.167.790
	TOTAL	**5.923**	**13.161.867**	**13.167.790**
INSA	Recurso Tesouro	54.521	2.386.109	2.440.630
	TOTAL	**54.521**	**2.386.109**	**2.440.630**
CBPF	Recurso Tesouro	46.216	833.229	879.445
	TOTAL	**46.216**	**833.229**	**879.445**
IBICT	Recurso Tesouro	2.432	764.314	766.746
	Recurso Próprio	-	167.671	167.671
	TOTAL	**2.432**	**931.985**	**934.417**
LNCC	Recurso Tesouro	**-**	1.400.743	1.400.743
	TOTAL	**0**	**1.400.743**	**1.400.743**
MAST	Recurso Tesouro	55.812	292.328	348.140
	TOTAL	**55.812**	**292.328**	**348.140**
MPEG	Recurso Tesouro	492.855	1.072.265	1.565.120
	Recurso Próprio	31.233	43.377	74.610
	TOTAL	**524.088**	**1.115.642**	**1.639.730**
ON	Recurso Tesouro	8.261	1.117.403	1.125.664
	TOTAL	**8.261**	**1.117.403**	**1.125.664**
CETEM	Recurso Tesouro	599.429	816.216	1.415.645
	Recurso Próprio	-	15.480	15.480
	TOTAL	**599.429**	**831.696**	**1.431.125**
LNA	Recurso Tesouro	48.110	715.324	763.434
	TOTAL	**48.110**	**715.324**	**763.434**
CTI	Recurso Tesouro	4.800	1.476.909	1.481.709
	Recurso Próprio	-	166.205	166.205
	TOTAL	**4.800**	**1.643.114**	**1.647.914**
RENE	Recurso Tesouro	2.018	2.241.545	2.243.563
	TOTAL	**2.018**	**2.241.545**	**2.243.563**
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	**TOTAL**	**72.991.663**	**631.663.399**	**698.773.518**

UNIDADES	FONTE	INSCRIÇÃO RP / 2010		
		PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS	TOTAL
CNPq	Recurso Tesouro	7.321.994	83.737.241	110.084.809
	Recurso Próprio	-	237.921	237.921
	TOTAL	**7.321.994**	**103.000.736**	**110.322.730**
CEITEC	Recurso Tesouro	81.118	16.042.966	16.124.084
	TOTAL	**81.118**	**16.042.966**	**16.124.084**
AEB	Recurso Tesouro	28.959.641	188.832.855	217.792.496
	TOTAL	**28.959.641**	**188.832.855**	**217.792.496**
CNEN	Recurso Tesouro	55.595	18.659.740	18.715.335
	Recurso Próprio	43.695	22.274.097	22.317.792
	TOTAL	**99.290**	**40.933.837**	**41.033.127**
INB	Recurso Tesouro	2.032.686	18.461.567	20.494.253
	Recurso Próprio	1.052.534	108.516.581	109.569.115
	TOTAL	**3.085.220**	**126.978.148**	**130.063.368**
NUCLEP	Recurso Tesouro	5.342.974	-	5.342.974
	Recurso Próprio	9.789.292	-	9.789.292
	TOTAL	**15.132.266**	**0**	**15.132.266**
FNDCT	Recurso Tesouro	283.456.540	1.205.349.232	1.488.805.772
	Recurso Próprio	-	77.727	77.727
	TOTAL	**283.456.540**	**1.205.426.959**	**1.488.883.499**
TOTAL GERAL		**411.127.732**	**2.312.878.900**	**2.704.981.058**

Nota: Orçamento Fiscal e da Seguridade Social; Exceto Pessoal, dívida, Fonte 0195 e 0181, Sentenças e Créditos Extraordinários
Fonte: CGOF/COCF/DIPF

Quadro VIII – Inscrição de Restos a Pagar / 2011 – Outros Custeios e Capital

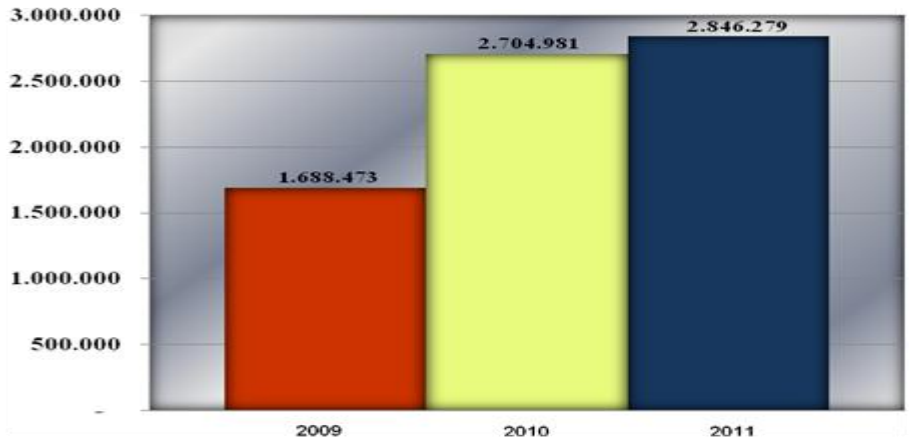
UNIDADES	FONTES	INSCRIÇÃO RP / 2011		
		PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS	TOTAL
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	Recurso Tesouro	108.702.506	463.674.227	572.376.733
	TOTAL	**108.702.506**	**463.674.227**	**572.376.733**
INT	Recurso Tesouro	83.375	4.630.155	4.713.530
	Recurso Próprio		858.688	858.688
	TOTAL	**83.375**	**5.488.843**	**5.572.218**
INPA	Recurso Tesouro	1.412.695	8.062.175	9.474.870
	Recurso Próprio		82.881	82.881
	TOTAL	**1.412.695**	**8.145.056**	**9.557.751**
INPE	Recurso Tesouro	37.933	19.296.906	19.334.839
	TOTAL	**37.933**	**19.296.906**	**19.334.839**
INSA	Recurso Tesouro	42.344	1.672.913	1.715.257
	TOTAL	**42.344**	**1.672.913**	**1.715.257**
CBPF	Recurso Tesouro	163.954	1.311.556	1.475.510
	Recurso Próprio		9.606	9.606
	TOTAL	**163.954**	**1.321.162**	**1.485.116**
IBICT	Recurso Tesouro		875.093	875.093
	Recurso Próprio		121.720	121.720
	TOTAL	0	**996.813**	**996.813**
LNCC	Recurso Tesouro	200.037	1.556.964	1.757.001
	TOTAL	**200.037**	**1.556.964**	**1.757.001**
MAST	Recurso Tesouro		1.068.930	1.068.930
	TOTAL	**0**	**1.068.930**	**1.068.930**
MPEG	Recurso Tesouro	414.318	1.712.461	2.126.779
	Recurso Próprio	4.626	124.339	128.965
	TOTAL	**418.944**	**1.836.800**	**2.255.744**
ON	Recurso Tesouro	58.038	421.883	479.921
	TOTAL	**58.038**	**421.883**	**479.921**
CETEM	Recurso Tesouro	959.533	970.700	1.930.233
	Recurso Próprio	16.150	48.369	64.519
	TOTAL	**975.683**	**1.019.069**	**1.994.752**
RENE	Recurso Tesouro	6.519	306.462	312.981
	TOTAL	**6.519**	**306.462**	**312.981**
LNA	Recurso Tesouro	3.331	527.310	530.641
	TOTAL	**3.331**	**527.310**	**530.641**
CETENE	Recurso Tesouro	30.167	755.029	785.196
	Recurso Próprio	7.542	21.109	28.651
	TOTAL	**37.709**	**776.138**	**813.847**
CTI	Recurso Tesouro	22.716	1.661.575	1.684.291
	Recurso Próprio	46.492	113.764	160.256
	TOTAL	**69.208**	**1.775.339**	**1.844.547**
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	**TOTAL**	**112.212.276**	**509.884.815**	**622.097.091**

UNIDADES	FONTES	INSCRIÇÃO RP / 2011

		PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS	TOTAL
CNPq	Recurso Tesouro	6.890.826	181.858.702	188.749.528
	Recurso Próprio	25.939	518.300	544.239
	TOTAL	**6.916.765**	**182.377.002**	**189.293.767**
CEITEC	Recurso Tesouro	132.085	2.666.493	2.798.578
	TOTAL	**132.085**	**2.666.493**	**2.798.578**
AEB	Recurso Tesouro	32.780.228	134.379.355	167.159.583
	TOTAL	**32.780.228**	**134.379.355**	**167.159.583**
CNEN	Recurso Tesouro	34.449	17.713.755	17.748.204
	Recurso Próprio	172.723	29.315.631	29.488.354
	TOTAL	**207.172**	**47.029.386**	**47.236.558**
INB	Recurso Tesouro	2.156.769	12.634.783	14.791.552
	Recurso Próprio	2.027.899	128.288.372	130.316.271
	TOTAL	**4.184.668**	**140.923.155**	**145.107.823**
NUCLEP	Recurso Tesouro	3.158.207		3.158.207
	Recurso Próprio	7.334.668		7.334.668
	TOTAL	**10.492.875**	**0**	**10.492.875**
FNDCT	Recurso Tesouro	483.525.731	1.178.249.590	
	Recurso Próprio	204.648	113.081	
	TOTAL	**483.730.379**	**1.178.362.671**	**1.662.093.050**
TOTAL GERAL		**650.656.448**	**2.195.622.877**	**2.846.279.325**

Nota: Orçamento Fiscal e da Seguridade Social; Exceto Pessoal, dívida, Fonte 0195 e 0181, Sentenças e Créditos Extraordinários
Fonte: CGOF/COCF/DIPF

Gráfico da Inscrição de Restos a Pagar – Comparativo / Outros Custeios e CapitalComparativo de Restos a Pagar 2009/ 2010 / 2011



ANEXO II – INSTRUMENTOS DE TRANSFERENCIAS VIGENTES NO EXERCICIO

Quadro A.6.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação -MCTI									
CNPJ:º 03.132.745/0001-00		**UG/GESTÃO:240101/0001**							
Informações sobre as transferências									
			Valores Pactuados		**Valores Repassados**		**Vigência**		
Modalidade	**Nº do instrumento**	**Beneficiário**	**Global**	**Contrapartida**	**No exercício**	**Acumulado até exercício**	**Início**	**Fim**	**Sit.**
1 - Convênio	01.0019.00/2004	SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS - SECTE-GO	850.169,70	351.044,00	0,00	499.125,70	8/6/04	13/5/11	1
1 - Convênio	01.00020.00/2004	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE – UFRN	2.000.000,24	776.960,24	0,00	1.223.040,00	30/6/04	30/7/11	1
1 - Convênio	01.0013.00/2005	SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DO VESTUÁRIO DO DISTRITO FEDERAL - SINDIVESTE	362.000,00	168.200,00	0,00	226.000,00	14/6/05	3/8/12	1
1 - Convênio	01.0034.00/2005	MUNICÍPIO DE SAN'TANNA DO LIVRAMENTO	460.291,72	95.395,43	0,00	364.896,29	29/6/05	30/11/11	1
1 - Convênio	035	MUNICÍPIO DE SAN'TANNA DO LIVRAMENTO	352.069,73	32.000,00	0,00	240.069,73	30/6/05	12/3/13	1
1 - Convênio	064	MUNICÍPIO DE SALGUEIRO	457.322,20	45.051,00	0,00	412.271,20	20/6/05	30/6/11	1
1 - Convênio	071	MUNICÍPIO DE SAN'TANNA DO LIVRAMENTO	1.597.468,84	325.884,31	0,00	400.000,00	26/12/05	10/2/12	1
1 - Convênio	093	GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ/ CENTEC	2.571.620,39	1.101.789,40	0,00	1.274.948,51	20/7/05	1/2/12	1
1 - Convênio	101	MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DO	690.790,78	165.790,78	0,00	525.000,00	23/8/05	8/1/11	1

		ITAPEMIRIM							
1 - Convênio	237	FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE ALAGOAS	240.000,00	120.000,00	0,00	120.000,00	23/12/05	31/1/12	1
1 - Convênio	248	FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA AGROPECUÁRIA - FUNDEPAG	432.180,00	22.180,00	0,00	310.000,00	26/12/05	23/3/12	1
1 - Convênio	250	GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA	15.566.885,48	1.946.885,48	0,00	13.620.000,00	26/12/05	28/9/11	1
1 - Convênio	257	MUNICÍPIO DE ITAPIRAPUÃ	170.960,00	5.000,00	0,00	170.960,00	29/12/06	30/7/11	1
1 - Convênio	259	MUNICÍPIO DE ITAPURANGA	205.045,32	51.099,00	0,00	153.946,32	23/12/05	30/9/11	1
1 - Convênio	265	INSTITUTO MATERNO INFANTIL PROF.FERNANDO FIGUEIRA	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00	26/12/05	17/4/11	1
1 - Convênio	273	MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA	130.000,00	10.000,00	0,00	120.000,00	23/12/05	19/3/11	1
1 - Convênio	279	SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO MATO GROSSO	21.364.000,00	11.364.000,00	0,00	0,00	26/12/05	3/1/12	4
1 - Convênio	01.0012.00/2006	MUNICÍPIO DE FREI MIGUELINHO	273.205,17	22.800,00	0,00	204.399,77	29/6/06	30/11/11	1
1 - Convênio	01.0024.00/2006	MUNICÍPIO DE SANTA FILOMENA	241.015,60	22.000,00	0,00	219.015,60	29/6/06	29/3/11	1
1 - Convênio	01.0027.00/2006	MUNICÍPIO DE FERREIROS	290.905,17	40.500,00	0,00	250.404,37	29/6/06	28/2/11	1

1 - Convênio	01.0080.00/2006	GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA	9.371.926,00	945.176,00	0,00	8.426.750,00	30/4/10	30/4/11	1
1 - Convênio	01.0086.00/2006	FUNDAÇÃO DE CIÊNCIA, APLICAÇÕES E TECNOLOGIAS ESPACIAIS - FUNCATE	1.133.297,00	163.297,80	0,00	970.000,00	29/12/06	12/1/11	1
1 - Convênio	01.0094.00/2006	MUNICÍPIO DE TRINDADE	179.886,23	6.000,00	0,00	173.886,23	29/12/06	30/12/11	1
1 - Convênio	01.0103.00/2006	FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADO DA BAHIA	9.419.500,00	1.539.990,00	0,00	7.879.510,00	21/12/06	8/6/13	1
1 - Convênio	01.0105.00/2006	SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS	39.980.000,00	19.990.000,00	0,00	19.990.000,00	29/12/06	22/9/11	1
1 - Convênio	01.0140.00/2006	UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL	1.095.485,00	340.600,00	0,00	400.000,00	29/12/06	27/1/11	1
1 - Convênio	01.0145.00/2006	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS	190.000,00	30.000,00	0,00	160.000,00	26/11/10	30/11/11	1
1 - Convênio	01.0153.00/2006	GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE	6.125.000,00	1.225.000,00	0,00	4.900.000,00	29/12/06	31/12/12	1
1 - Convênio	01.0157.00/2006	MUNICÍPIO DE CRAÍBAS	461.569,00	15.680,00	0,00	445.889,00	29/12/06	22/7/11	2
1 - Convênio	01.0001.00/2007	FUNDAÇÃO DE APOIO À CAPACITAÇÃO EM TECNOLOGIA DA	0,00	0,00	0,00		8/5/07	7/5/12	6

		INFORMAÇÃO							
1 - Convênio	01.0034.00/2007	SECRETARIA ESPECIAL DE JUVENTUDE E EMPREGO	736.388,00	66.944,00	0,00	669.444,00	28/12/07	31/10/11	1
1 - Convênio	01.0039.00/2007	SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE	614.469,55	121.817,53	0,00	492.652,02	28/12/07	17/8/11	1
1 - Convênio	01.0041.00/2007	SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR -	3.000.000,00	1.200.000,00	0,00	1.400.000,00	28/12/07	29/5/11	1
1 - Convênio	01.0044.00/2007	SECRETARIA ESPECIAL DE JUVENTUDE E EMPREGO	353.131,85	31.980,96	0,00	321.150,89	28/12/07	30/3/11	1
1 - Convênio	01.0047.00/2007	MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO	63.000,00	3.000,00	0,00	60.000,00	28/12/07	11/10/11	1
1 - Convênio	01.0054.00/2007	MUNICÍPIO DE ASSAÍ	105.840,00	4.840,00	0,00	101.000,00	31/12/07	28/4/11	1
1 - Convênio	01.0055.00/2007	SECRETARIA ESPECIAL DE JUVENTUDE E EMPREGO	615.789,41	56.026,22	0,00	559.763,19	28/12/08	31/3/11	1
1 - Convênio	01.0057.00/2007	FUNDAÇÃO DE APOIO À CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO	398.345,00	149.330,00	0,00	249.015,00	28/12/07	6/2/11	1
1 - Convênio	01.0061.00/2007	SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESTADO DE TOCANTINS	881.001,22	81.001,22	0,00	800.000,00	31/12/07	31/12/12	1

1 - Convênio	01.0062.00/2007	MUNICÍPIO DE VERTENTES	541.950,00	39.100,00	0,00	502.850,00	31/12/07	30/7/11	1
1 - Convênio	01.0065.00/2007	INSTITUTO AGRONÔMICO DO PARANÁ	245.149,80	45.150,00	0,00	199.999,80	28/12/07	5/8/11	1
1 - Convênio	01.0068.00/2007	SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE PERNAMBUCO	5.384.250,86	538.425,08	0,00	4.845.825,78	31/12/07	20/2/12	1
1 - Convênio	01.0070.00/2007	SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESTADO DE GOIÁS	13.200.000,00	1.200.000,00	0,00	12.000.000,00	31/12/07	30/11/12	1
1 - Convênio	01.0072.00/2007	MUNICÍPIO DE CERES	525.000,00	25.000,00	0,00	500.000,00	31/12/07	29/2/12	1
1 - Convênio	01.0075.00/2007	FUNDAÇÃO DE APOIO À CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO	634.888,00	130.000,00	0,00	504.888,00	31/12/07	3/5/11	1
1 - Convênio	01.0076.00/2007	MUNICÍPIO DE ITAIÇABA	525.000,00	25.000,00	0,00	500.000,00	31/12/07	31/10/11	1
1 - Convênio	01.0078.00/2007	SECRETARIA ESPECIAL DE JUVENTUDE E EMPREGO	629.750,20	65.312,20	0,00	0,00	31/12/07	30/4/11	1
1 - Convênio	01.0083.00/2007	SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	313.000,00	63.000,00	0,00	250.000,00	31/12/07	4/9/11	1
1 - Convênio	01.0085.00/2007	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FRANCA - UNI-FACEF	855.450,00	171.090,00	0,00	439.765,00	31/12/07	10/10/12	1

1 - Convênio	01.0086.00/2007	SECRETARIA ESPECIAL DE JUVENTUDE E EMPREGO	748.500,00	100.000,00	0,00	448.500,00	31.12.07	23/5/11	1
1 - Convênio	01.0087.00/2007	FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	2.000.000,00	500.000,00	0,00	500.000,00	31/12/07	18/5/12	1
1 - Convênio	01.0089.00/2007	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	845.130,00	210.000,00	0,00	635.130,00	31/12/07	3/3/12	1
1 - Convênio	01.0090.00/2007	SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR - SECTES/MG	11.768.598,00	3.421.600,00	0,00	8.346.998,00	31/12/07	31/12/13	1
1 - Convênio	01.0094.00/2007	INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO RIO GRANDE DO NORTE	800.000,00	200.000,00	0,00	600.000,00	31/12/07	27/2/12	1
1 - Convênio	01.0105.00/2007	SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	185.086,46	34.790,00	0,00	150.296,46	31/12/07	6/9/11	1
1 - Convênio	01.0108.00/2007	INSTITUTO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DOM MOACIR GRECHI	277.640,00	28.000,00	0,00	249.640,00	31/12/07	6/4/12	1

1 - Convênio	01.0111.00/2007	MUNICÍPIO DE IRATI	261.000,70	59.000,70	0,00	202.000,00	31/12/07	8/9/12	1
1 - Convênio	01.0112.00/2007	SECRETARIA DE ESTADO, DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, ENSINO SUPERIOR E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO	150.000,00	30.000,00	0,00	120.000,00	31/12/07	30/8/11	1
1 - Convênio	01.0114.00/2007	SECRETARIA DE AGRICULTUIRA, PECUÁRIA E DA PESCA	444.444,44	44.444,00	0,00	400.000,00	31/12/07	28/11/11	1
1 - Convênio	01.0116.00/2007	EMPRESA PERNAMBUCANA DE PESQUISA E AGROPECUÁRIA	1.240.532,04	124.060,40	0,00	1.116.471,64	31/12/07	29/1/11	1
1 - Convênio	01.0119.00/2007	MUNICÍPIO DE GOVERNADOR LINDENBERG	210.240,00	10.240,00	0,00	200.000,00	31/12/07	10/2/11	1
1 - Convênio	01.0122.00/2007	MUNICÍPIO DE LONDRINA	378.787,50	75.757,50	0,00	303.030,00	31/12/07	26/6/11	1
1 - Convênio	01.0123.00/2007		111.111,12	11.111,12	0,00	80.000,00	25/7/11	14/3/12	1
1 - Convênio	01.0129.00/2007	SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR - SECTES/MG	24.000.000,00	12.000.000,00	0,00	12.000.000,00	31/12/07	17/2/12	1
1 - Convênio	01.0133.00/2007	SECRETARIA ESPECIAL DE JUVENTUDE E EMPREGO	269.106,10	27.000,00	0,00	242.106,10	31/12/07	30/6/11	1
1 - Convênio	01.0144.00/2007	MUNICÍPIO DE PARACATU	282.350,00	63.650,00	0,00	218.700,00	31/12/07	30/11/11	1
1 - Convênio	01.0145.00/2007	MUNICÍPIO DE	536.672,00	27.000,00	0,00	509.672,00	31/12/07	18/3/11	1

		ITAPETIM							
1 - Convênio	01.0147.00/2007	FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - FEPAGRO	6.000.000,00	1.200.000,00	0,00	4.800.000,00	31/12/07	6/10/11	1
1 - Convênio	01.0148.00/2007	SECRETARIA ESPECIAL DE JUVENTUDE E EMPREGO	554.750,00	56.000,00	0,00	498.750,00	31/12/07	9/6/11	1
1 - Convênio	01.0150.00/2007	SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESTADO DA BAHIA	16.450.000,00	1.650.000,00	0,00	14.800.000,00	31/12/07	21/2/12	1
1 - Convênio	01.0155.00/2007	SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR - SECTES/MG	4.500.000,00	1.700.000,00	0,00	2.800.000,00	31/12/07	14/11/12	1
1 - Convênio	01.0158.00/2007	BAHIA - PESCA	5.642.368,75	760.511,69	0,00	4.881.857,06	31/12/07	30/4/12	1
1 - Convênio	01.0160.00/2007	MUNICÍPIO DE PITANGA	375.000,00	75.000,00	0,00	300.000,00	31/12/07	15/11/11	1
1 - Convênio	01.0164.00/2007	ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO JEQUITINHONHA	191.056,00	1.950,00	0,00	189.106,60	31/12/07	30/6/11	1
1 - Convênio	01.0167.00/2007	EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE	1.045.000,00	120.000,00	0,00	898.000,00	31/12/07	11/12/11	1
1 - Convênio	01.0008.00/2008	União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE	620.339,00	12.000,00	0,00	608.339,19	1/7/08	29/4/12	1

1 - Convênio	01.0011.00/2008	Fundação CDL/BH para o desenvolvimento social da criança e do adolescente	3.878.787,88	38.787,88	0,00	3.840.000,00	6/8/08	6/3/12	1
1 - Convênio	01.0013.00/2008	Município de Pato Branco	600.000,00	100.000,00	0,00	500.000,00	30/12/08	30/6/12	1
1 - Convênio	01.0017.00/2008	Universidade Estadual de Feira de Santana	1.100.000,00	100.000,00	0,00	414.704,00	30/6/08	30/6/13	1
1 - Convênio	01.0021.00/2008	Município de Soledade	300.000,00	60.000,00	0,00	240.000,00	26/2/09	31/12/11	1
1 - Convênio	01.0022.00/2008	Município de Ibiporã	247.500,00	7.500,00	0,00	240.000,00	23/12/08	31/12/11	1
1 - Convênio	01.0023.00/2008	Governo do Estado do Amapá	600.000,00	200.000,00	0,00	400.000,00	31/12/08	31/12/11	1
1 - Convênio	01.0024.00/2008	Secretaria de Estado de Cultura - GDF	450.000,00	50.000,00	0,00	400.000,00	23/12/08	31/10/12	1
1 - Convênio	01.0028.00/2008	Instituto de Permacultura: Organização, Ecovilas e Meio Ambiente-IPOEMA	117.755,00	1.177,55	0,00	116.577,45	18/11/08	31/12/11	1
1 - Convênio	01.0030.00/2008	Governo do Estado do Amapá	112.000,00	12.000,00	0,00	100.000,00	7/12/08	29/6/12	1
1 - Convênio	01.0031.00/2008	Município de Arapongas	267.000,00	27.000,00	0,00	240.000,00	31/12/08	31/12/11	1
1 - Convênio	01.0032.00/2008	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia	611.111,12	61.111,12	0,00	654.041,00	31/12/08	30/5/11	1
1 - Convênio	01.0033.00/2008	Município de Sertaneja	388.459,72	85.429,72	0,00	303.030,00	30/12/08	29/11/11	1
1 - Convênio	01.0034.00/2008	Município de Pedras de Fogo	1.500.000,00	100.000,00	0,00	1.400.000,00	31/12/08	31/12/12	1
1 - Convênio	01.0036.00/2008	Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia	500.000,00	200.000,00	0,00	0,00	31/12/08	31/5/11	1
1 - Convênio	01.0037.00/2008	Fundação de Apoio	16.518.005,95	3.163.265,68	0,00	0,00	31/12/08	31/10/11	1

		à Ciência e a Tecnologia do Espírito Santo							
1 - Convênio	01.0055.00/2008	Organização Não Governamental Mão na Terra	151.800,00	1.800,00	0,00	150.000,00	10/12/08	31/12/11	1
1 - Convênio	01.0062.00/2008	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Tiros	22.154,00	2.905,00	0,00	19.249,00	15/12/08	30/11/11	1
1 - Convênio	01.0088.00/2008	União Brasileira de Educação e Assistência	230.016,00	27.556,00	0,00	173.000,00	31/12/08	2/12/11	1
1 - Convênio	01.0100.00/2008	Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina	1.836.465,38	336.465,38	0,00	1.500.000,00	31/12/08	3/1/12	1
1 - Convênio	01.0101.00/2008	Núcleo de Gestão Porto Digital	151.600,00	1.600,00	0,00	150.000,00	31/12/08	23/5/11	1
1 - Convênio	01.0102.00/2008	Núcleo de Gestão Porto Digital	353.600,00	3.600,00	0,00	350.000,00	31/12/08	9/5/11	1
1 - Convênio	01.0103.00/2008	Município de Conceição do Castelo	224.674,27	24.674,27	200.000,00	200.000,00	31/12/08	28/2/12	1
1 - Convênio	01.0104.00/2008	Município de Alfredo Chaves	109.600,00	9.600,00	0,00	100.000,00	31/12/08	31/3/11	1
1 - Convênio	01.0105.00/2008	Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho	485.104,00	185.104,00	0,00	300.000,00	31/12/08	30/10/11	1
1 - Convênio	01.0107.00/2008		60.000,00	10.000,00	0,00	50.000,00	22/12/11	22/2/12	1
1 - Convênio	01.0112.00/2008	Governo do Estado de Sergipe/Secretaria de Estado da Infra-Estrutura	12.000.000,00	1.200.000,00	0,00	10.800.000,00	31/12/08	31/12/12	1
1 - Convênio	01.0113.00/2008	Município de Sulina	516.000,00	16.000,00	0,00	500.000,00	31/12/08	30/12/12	1

1 - Convênio	01.0114.00/2008	Termo Aditivo	18.907.348,00	1.000.000,00	7.785.101,95	12.261.938,95	14/12/10	3/5/12	1
1 - Convênio	01.0116.00/2008		390.000,00	40.000,00	0,00	0,00	15/12/10	1/12/12	1
1 - Convênio	01.0118.00/2008	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado de Pernambuco	3.114.472,16	391.995,00	0,00	2.722.477,16	31/12/08	30/11/11	1
1 - Convênio	01.0119.00/2008	Governo do Estado do Ceará	21.367.715,56	2.136.771,56	0,00	19.230.944,00	26/12/08	29/2/12	1
1 - Convênio	01.0120.00/2008	Termo Aditivo	316.000,00	16.000,00	0,00	0,00	30/6/09	1/4/11	1
1 - Convênio	01.0122.00/2008	Município de Mossoró	18.719.982,58	1.701.816,58	0,00	0,00	31/12/08	31/12/12	1
1 - Convênio	01.0123.00/2008	Município de Araguatins	252.600,00	12.600,00	0,00	0,00	31/12/08	13/2/12	1
1 - Convênio	01.0126.00/2008	Município de Palmeirópolis	252.973,74	12.973,74	0,00	0,00	31/12/08	10/12/11	1
1 - Convênio	01.0127.00/2008	Município de Vila Valério	620.100,00	20.100,00	0,00	600.000,00	31/12/08	19/9/11	1
1 - Convênio	01.0130.00/2008	Município de Brejinho de Nazaré	189.403,58	9.403,58	180.000,00	180.000,00	31/12/08	15/12/11	1
1 - Convênio	01.0132.00/2008		438.303,03	88.303,03	0,00	0,00	17/12/10	1/12/12	1
1 - Convênio	01.0133.00/2008	Secretaria de Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente	1.890.100,00	202.600,00	0,00	1.687.500,00	31/12/08	30/11/11	1
1 - Convênio	01.0134.00/2008	Secretaria de Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente	2.949.836,70	470.500,00	0,00	2.479.336,70	31/12/08	30/11/11	1
1 - Convênio	01.0135.00/2008	Secretaria de Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente	1.500.000,00	180.000,00	0,00	1.320.000,00	31/12/08	22/2/12	1
1 - Convênio	01.0136.00/2008	Secretaria de Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente	3.699.202,00	504.397,00	0,00	3.194.805,00	31/12/08	16/2/12	1
1 - Convênio	01.0137.00/2008	Termo Aditivo	600.000,00	152.863,08	0,00	33.600,00	1/12/09	1/12/11	1
1 - Convênio	01.0138.00/2008	Secretaria de	111.100,00	11.100,00	0,00	100.000,00	31/12/08	1/11/11	1

		Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia							
1 - Convênio	01.0140.00/2008	Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado da Bahia	406.000,00	106.000,00	0,00	300.000,00	31/12/08	7/12/12	1
1 - Convênio	01.0141.00/2008	Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia	777.778,00	77.778,00	0,00	700.000,00	29/12/08	27/2/12	1
1 - Convênio	01.0143.00/2008	Secretaria de Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente	1.123.410,00	123.410,00	0,00	1.000.000,00	31/12/08	15/2/12	1
1 - Convênio	01.0144.00/2008	Município de Dias D'Avila	671.201,82	331.201,82	0,00	340.000,00	31/12/08	25/2/12	1
1 - Convênio	01.0145.00/2008	Agência Goiana de Turismo	586.961,00	75.000,00	0,00	511.961,00	31/12/08	30/7/11	1
1 - Convênio	01.0147.00/2008	Secretaria de Ciência Tecnologia e Meio Ambiente	644.214,26	80.000,00	0,00	564.214,26	31/12/08	16/2/12	1
1 - Convênio	01.0148.00/2008	Governo do Estado do Acre	222.000,00	22.000,00	0,00	200.000,00	31/12/08	30/3/11	1
1 - Convênio	01.0149.00/2008	Fundação de Apoio à Escola Técnica, Ciência, Tecnologia, Esporte, Lazer, Cultura e Políticas Sociais de Duque de Caxias	1.666.666,66	166.666,66	0,00	1.500.000,00	31/12/08	15/8/12	1
1 - Convênio	01.0150.00/2008	Município de Pedreira	1.070.000,00	175.000,00	0,00	895.000,00	31/12/08	9/12/11	1
1 - Convênio	01.0152.00/2008	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA DO ESTADO DE SERGIPE	1.333.333,33	133.333,33	0,00	1.200.000,00	31/12/08	30/11/11	1
1 - Convênio	01.0154.00/2008	Município de São	212.294,70	12.294,70	0,00	200.000,00	31/12/08	1/12/11	1

		Gabriel da Palha							
1 - Convênio	01.0156.00/2008	Secretaria de Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente	1.225.400,00	125.400,00	0,00	1.100.000,00	31/12/08	1/7/12	1
1 - Convênio	01.0157.00/2008	Secretaria de Planejamento e Gestão de Pernambuco	924.840,00	126.840,00	0,00	798.000,00	31/12/08	30/6/11	2
1 - Convênio	01.0159.00/2008	Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária	3.125.000,00	625.000,00	0,00	2.500.000,00	31/12/08	3/12/11	1
1 - Convênio	01.0160.00/2008	Município de Buritis	309.500,00	9.500,00	0,00	300.000,00	31/12/08	17/6/11	1
1 - Convênio	01.0161.00/2008	Secretaria de Ciência Tecnologia e Inovação da Bahia	314.582,00	32.832,00	0,00	281.750,00	31/12/08	28/11/11	1
1 - Convênio	01.0162.00/2008	Fundação Instituto Pólo Avançado da Saúde de Ribeirão Preto	560.000,00	60.000,00	0,00	500.000,00	31/12/08	30/3/12	1
1 - Convênio	01.0164.00/2008	Município de Augustinópolis	247.420,09	7.420,09	0,00	0,00	31/12/08	15/12/11	1
1 - Convênio	01.0165.00/2008	Governo do Estado do Acre/Funtac	556.994,12	57.000,00	0,00	499.994,12	31/12/08	22/2/12	6
1 - Convênio	01.0166.00/2008	Município de Bandeirante	116.126,02	12.667,10	0,00	103.458,92	31/12/08	29/2/12	1
1 - Convênio	01.0167.00/2008	Secretaria de Ciência, Tecnológia e Inovação do Estado da Bahia	1.110.138,89	110.138,89	0,00	1.000.000,00	31/12/08	15/12/12	1
1 - Convênio	01.0168.00/2008	Instituto de Pesquisa Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá	555.550,00	55.555,00	0,00	499.995,00	31/12/08	30/9/11	1
1 - Convênio	01.0170.00/2008	Secretaria de Planejamento e Gestão de Pernambuco	959.590,00	300.000,00	0,00	160.000,00	31/12/08	30/12/11	1

1 - Convênio	01.0171.00/2008	Município de Santana do Livramento	156.880,00	39.220,00	0,00	156.880,00	31/12/08	27/3/12	1
1 - Convênio	01.0172.00/2008	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia	19.000.000,00	2.000.000,00	0,00	17.000.000,00	31/12/08	31/12/11	1
1 - Convênio	01.0173.00/2008	Município de Ijuí	2.778.000,00	278.000,00	0,00	2.500.000,00	31/12/08	22/2/12	1
1 - Convênio	01.0176.00/2008	Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	1.400.000,00	700.000,00	0,00	700.000,00	31/12/08	28/2/12	1
1 - Convênio	01.0177.00/2008	Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	500.000,00	250.000,00	0,00	250.000,00	31/12/08	28/2/12	1
1 - Convênio	01.0179.00/2008	Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Ensino Superior e Desenvolvimento Tecnológico do Maranhão	636.420,00	136.420,00	0,00	500.000,00	31/12/08	30/11/12	1
1 - Convênio	01.0180.00/2008	Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Ensino Superior e Desenvolvimento Tecnológico do Maranhão	111.120,00	11.120,00	0,00	100.000,00	31/12/08	31/5/11	1
1 - Convênio	01.0181.00/2008	Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Ensino Superior e Desenvolvimento Tecnológico do Maranhão	134.000,00	34.000,00	0,00	100.000,00	31/12/08	31/5/11	1
1 - Convênio	01.0182.00/2008	Município de Manaus	14.493.935,96	1.939.000,00	0,00	12.554.935,96	31/12/08	27/12/12	1
1 - Convênio	01.0183.00/2008	Centro Estadual de	780.000,00	80.000,00	0,00	700.000,00	31/12/08	31/12/09	1

		Educação Tecnológica Paula Souza								
1 - Convênio	01.0185.00/2008	Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Ensino Superior e Desenvolvimento Tecnológico do Maranhão	240.000,00	40.000,00	0,00	200.000,00	31/12/08	30/11/11	1	
1 - Convênio	01.0187.00/2008	Instituto de Desenvolvimento Industrial do Ceará	330.000,00	30.000,00	0,00	300.000,00	31/12/08	29/2/12	1	
1 - Convênio	01.0188.00/2008	Frente Nacional de Prefeitos	480.968,00	54.024,00	0,00	426.944,00	9/7/10	30/3/11	1	
1 - Convênio	01.0189.00/2008	Universidade Estadual de Minas Gerais	18.149.156,44	4.549.965,00	0,00	13.599.191,44	20/12/11	29/2/12	1	
1 - Convênio	01.0190.00/2008	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas da Paraíba	200.000,00	24.167,00	0,00	175.833,00	31/12/08	29/12/11	1	S
1 - Convênio	01.0191.00/2008	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais	15.750.000,00	3.150.000,00	0,00	12.600.000,00	7/5/10	31/10/13	1	
1 - Convênio	01.0192.00/2008	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Norte	555.756,00	55.756,00	0,00	500.000,00	31/12/08	30/12/11	1	
1 - Convênio	01.0196.00/2008	Município de Matelândia	309.300,00	9.300,00	0,00	300.000,00	1/12/10	1/6/11	1	
1 - Convênio	01.0197.00/2008	Secretaria Ciência Tecnologia e Meio Ambiente do Estado de Pernambuco	1.125.143,30	225.030,00	0,00	900.113,30	31/12/08	12/11/13	1	
1 - Convênio	01.0198.00/2008	Instituto de Desenvolvimento do Piauí	1.114.000,00	114.000,00	0,00	0,00	31/12/08	29/12/12	1	

1 - Convênio	01.0201.00/2008	Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais	1.000.000,00	500.000,00	0,00	500.000,00	31/12/08	13/2/12	1
1 - Convênio	01.0202.00/2008	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal	223.765,22	31.440,00	0,00	0,00	31/12/08	30/10/11	1
1 - Convênio	01.0205.00/2008	Município de Uberaba	2.866.000,00	966.000,00	0,00	0,00	31/12/08	23/12/12	1
1 - Convênio	01.0206.00/2008	Secretaria da Agricultura Irrrigação e Reforma Agrária	272.500,00	30.000,00	0,00	47.500,00	31/12/08	30/12/11	1
1 - Convênio	01.0207.00/2008	Município de Lajeado	550.000,00	50.000,00	0,00	500.000,00	31/12/08	31/3/12	1
1 - Convênio	01.0208.00/2008	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Econômico e Social	862.584,00	235.240,00	0,00	627.344,00	31/12/08	31/7/11	1
1 - Convênio	01.0209.00/2008	Município de Feira da Mata	135.826,00	10.000,00	0,00	125.826,00	31/12/08	31/1/11	1
1 - Convênio	01.0211.00/2008	Obra Social Dom Bosco	521.000,00	21.000,00	0,00	500.000,00	31/12/08	30/12/11	1
1 - Convênio	01.0213.00/2008	Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Estado do Rio Grande do Norte	310.000,00	10.000,00	0,00	300.000,00	31/12/08	31/10/11	1
1 - Convênio	01.0216.00/2008	Município de Estância Turistica de Paraguaçu Paulista	880.000,00	80.000,00	0,00	800.000,00	30/12/08	30/6/11	1
1 - Convênio	01.0217.00/2008	Município de Soledade	550.000,00	50.000,00	0,00	500.000,00	31/12/08	30/6/11	1
1 - Convênio	01.0219.00/2008	Município de Aracati	177.926,10	15.000,00	0,00	162.926,10	31/12/08	29/6/11	1
1 - Convênio	01.0221.00/2008	Secretaria de Estado de Ciência,	1.100.000,00	550.000,00	0,00	550.000,00	31/12/08	26/12/11	1

		Tecnologia e Ensino Superior							
1 - Convênio	01.0005.00/2009	Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos	11.112.000,00	1.112.000,00	0,00	10.000.000,00	18/8/09	31/3/12	1
1 - Convênio	01.0008.00/2009	Centro Educacional Treze de Maio	404.444,00	4.444,00	0,00	400.000,00	17/11/09	28/2/11	1
1 - Convênio	01.0012.00/2009	Município de Canas	135.004,00	5.004,00	0,00	130.000,00	16/11/09	30/4/12	1
1 - Convênio	01.0016.00/2009	Município de Cristina	447.416,00	22.200,00	0,00	425.216,00	30/12/09	29/6/11	1
1 - Convênio	01.0017.00/2009	Cooperativa de Profissionais de Turismo e Hospitalidade - ÊXITO	667.976,00	8.000,00	0,00	659.976,00	30/11/09	19/12/11	1
1 - Convênio	01.0018.00/2009	Cooperativa de Profissionais de Turismo e Hospitalidade - ÊXITO	1.311.020,00	15.000,00	0,00	1.096.020,00	30/12/09	29/11/11	1
1 - Convênio	01.0019.00/2009	Fundação Planetário do Rio de Janeiro	169.880,00	69.880,00	0,00	0,00	30/12/09	30/7/13	1
1 - Convênio	01.0020.00/2009	Município de João Pessoa	6.386.000,00	1.510.000,00	0,00	4.756.000,00	13/10/09	1/10/12	1
1 - Convênio	01.0022.00/2009	Município de Cristina	681.441,00	15.000,00	0,00	666.441,00	26/11/09	29/2/12	1
1 - Convênio	01.0023.00/2009	Instituto Brasileiro de Assistência Educacional e Social Evangélico	466.552,10	5.000,00	0,00	461.552,10	27/10/09	14/5/11	1
1 - Convênio	01.0024.00/2009	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia	433.732,00	133.732,00	0,00	300.000,00	30/12/09	30/12/11	1
1 - Convênio	01.0025.00/2009	Município de Pirenópolis	283.236,40	6.000,00	0,00	277.236,40	25/11/09	1/5/11	1
1 - Convênio	01.0027.00/2009	Município de Santos	1.195.652,20	95.652,20	0,00	1.100.000,00	6/11/09	1/7/12	1
1 - Convênio	01.0028.00/2009	Município de São Vicente	3.707.675,00	297.675,00	0,00	3.410.000,00	16/11/09	27/10/11	1
1 - Convênio	01.0032.00/2009	Tribunal de Contas	1.172.737,50	114.537,50	0,00	1.058.200,00	3/11/09	1/11/11	1

		do Estado do Tocantins							
1 - Convênio	01.0038.00/2009	Governo do Distrito Federal, com a interveniência da Secretaria de Agricultura	497.665,20	50.000,00	0,00	0,00	30/12/09	31/10/11	1
1 - Convênio	01.0039.00/2009	Associação das Bordadeiras de Taquatinga	60.600,00	606,00	0,00	59.994,00	30/12/09	31/5/11	1
1 - Convênio	01.0042.00/2009	Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte	881.084,60	88.200,00	0,00	0,00	30/12/09	30/12/11	1
1 - Convênio	01.0047.00/2009	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal	230.000,00	30.000,00	0,00	200.000,00	30/12/09	31/5/11	1
1 - Convênio	01.0050.00/2009	Estado do Ceará	26.690.765,22	11.990.765,22	0,00	10.950.000,00	30/12/09	31/12/11	1
1 - Convênio	01.0051.00/2009	Município de Cordeiro	489.800,00	9.800,00	0,00	0,00	30/12/09	26/7/12	1
1 - Convênio	01.0052.00/2009	Município de São Vicente	1.691.211,00	191.211,00	0,00	1.500.000,00	30/12/09	28/2/12	1
1 - Convênio	01.0053.00/2009	Município de Estância Turística de Embu	1.105.270,52	105.272,00	0,00	999.998,52	29/12/09	31/3/11	1
1 - Convênio	01.0056.00/2009	Cooperativa de Trabalhos dos Profissionais de Educação	481.228,00	7.463,50	0,00	236.882,25	30/12/09	26/5/12	1
1 - Convênio	01.0057.00/2009	Fundação Adolpho Bósio de Educação no Transporte	163.391,96	13.391,96	0,00	150.000,00	28/12/09	28/2/11	1
1 - Convênio	01.0058.00/2009	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Paracatu	138.908,80	8.908,80	0,00	130.000,00	31/12/09	30/9/11	1
1 - Convênio	01.0059.00/2009	Associação	300.000,00	60.000,00	0,00	240.000,00	30/12/09	30/6/11	1

		Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologia Avançada							
1 - Convênio	01.0060.00/2009	Município de Votorantim	652.252,20	52.252,20	0,00	600.000,00	18/12/09	18/12/11	1
1 - Convênio	01.0061.00/2009	Município de São Francisco de Itabapoana	339.990,00	9.990,00	0,00	330.000,00	30/12/09	1/12/11	1
1 - Convênio	01.0062.00/2009	Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	1.270.000,00	520.000,00	750.000,00	750.000,00	29/12/09	1/11/11	1
1 - Convênio	01.0065.00/2009	Município de Ituitaba	870.000,00	70.000,00	0,00	0,00	30/12/09	1/12/11	6
1 - Convênio	01.0066.00/2009	Instituto Agronômico de Pernambuco	178.080,00	28.080,00	0,00	150.000,00	28/12/09	14/5/12	1
1 - Convênio	01.0067.00/2009	Município de Boa Vista	1.680.000,00	80.000,00	0,00	1.600.000,00	30/12/09	26/11/11	1
1 - Convênio	01.0068.00/2009	Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas do DF	770.000,00	70.000,00	0,00	700.000,00	30/12/09	28/2/12	1
1 - Convênio	01.0069.00/2009	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação	160.000,00	60.000,00	0,00	0,00	30/12/09	1/12/11	6
1 - Convênio	01.0071.00/2009	Movimento Integrado de Saúde Comunitário do Distrito Federal	464.654,00	4.654,00	0,00	460.000,00	30/12/09	20/2/11	1
1 - Convênio	01.0072.00/2009	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação no Estado da Bahia	376.000,00	76.000,00	0,00	0,00	30/12/09	1/12/11	1
1 - Convênio	01.0073.00/2009	Município de Esperantina	206.000,00	6.000,00	0,00	0,00	28/12/09	26/11/11	6
1 - Convênio	01.0075.00/2009	Município de Porto	544.000,00	44.000,00	0,00	0,00	30/12/09	1/12/11	1

		Ferreira							
1 - Convênio	01.0077.00/2009	Município de Buriti do Tocantins	206.000,00	6.000,00	0,00	0,00	30/12/09	1/12/11	1
1 - Convênio	01.0078.00/2009	Academia de Educação para o Desenvolvimento	162.148,20	12.148,20	0,00	150.000,00	30/12/09	1/12/11	1
1 - Convênio	01.0079.00/2009	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado de Pernambuco	233.600,00	23.600,00	0,00	210.000,00	30/12/09	30/12/12	1
1 - Convênio	01.0080.00/2009	Instituto Latino Americano de Tecnologia em Educação e Ciência	524.000,00	24.000,00	0,00	500.000,00	30/12/09	19/12/11	1
1 - Convênio	01.0081.00/2009	Município de São Bento do Sul	113.000,00	10.500,00	0,00	102.500,00	28/12/09	7/12/11	1
1 - Convênio	01.0082.00/2009	Município de Monte Alto	412.420,00	12.420,00	0,00	400.000,00	30/12/09	1/12/11	1
1 - Convênio	01.0084.00/2009	Associação de Educação do Homem de Amanhã de Brasília	181.496,82	21.496,82	0,00	160.000,00	28/12/09	31/12/11	1
1 - Convênio	01.0085.00/2009	Associação Barrense de Deficientes	108.000,00	8.000,00	0,00	100.000,00	30/12/09	27/10/11	1
1 - Convênio	01.0086.00/2009	Município de Peixe	206.000,00	6.000,00	0,00	0,00	30/12/09	1/12/11	6
1 - Convênio	01.0087.00/2009	Município de Santana do Ipanema	102.041,00	2.041,00	0,00	0,00	30/12/09	31/7/11	6
1 - Convênio	01.0088.00/2009	Município de Pederneiras	544.000,00	44.000,00	0,00	0,00	28/12/09	14/12/11	1
1 - Convênio	01.0089.00/2009	Município de Senador Rui Palmeira	159.499,81	4.099,81	0,00	155.400,00	30/12/09	31/12/11	1
1 - Convênio	01.0092.00/2009	Fundação Associação Comercial de Minas	2.527.000,00	27.000,00	0,00	2.500.000,00	29/12/09	17/7/12	1
1 - Convênio	01.0093.00/2009	Governo do Estado do Ceará	4.444.500,00	444.500,00	4.000.000,00	4.000.000,00	30/12/09	1/12/11	1

1 - Convênio	01.0094.00/2009	Secretaria de Agicultura e Reforma Agrária	838.220,34	296.540,26	0,00	0,00	29/12/09	29/2/12	1
1 - Convênio	01.0095.00/2009	Secretaria de Agicultura e Reforma Agrária	838.220,34	296.540,26	0,00	541.680,08	29/12/09	30/11/11	1
1 - Convênio	01.0096.00/2009	Secretaria de Agicultura e Reforma Agrária	838.220,34	296.540,26	0,00	541.680,08	29/12/09	30/11/11	1
1 - Convênio	01.0097.00/2009	Secretaria de Agicultura e Reforma Agrária	838.220,34	296.540,26	0,00	0,00	29/12/09	31/12/11	6
1 - Convênio	01.0098.00/2009	Secretaria de Agicultura e Reforma Agrária	838.220,34	296.540,26	0,00	541.680,08	29/12/09	30/11/11	1
1 - Convênio	01.0100.00/2009	Secretaria de Agicultura e Reforma Agrária	838.220,34	296.540,26	0,00	541.680,08	29/12/09	30/11/11	1
1 - Convênio	01.0101.00/2009	Secretaria de Agicultura e Reforma Agrária	838.220,34	296.540,26	0,00	541.680,08	29/12/09	30/11/11	1
1 - Convênio	01.0102.00/2009	Secretaria de Agicultura e Reforma Agrária	838.220,34	296.540,26	0,00	541.680,08	29/12/09	30/11/11	1
1 - Convênio	01.0103.00/2009		889.000,00	89.000,00	0,00	0,00	30/12/10	29/11/11	6
1 - Convênio	01.0104.00/2009	Clube Estudantil de Astronomia	151.600,00	1.600,00	0,00	150.000,00	30/12/10	1/5/12	1
1 - Convênio	01.0105.00/2009	Município de Coronel Vivida	1.304.667,30	54.667,30	0,00	1.250.000,00	28/12/09	9/12/12	1
1 - Convênio	01.0106.00/2009	Governo do Estado do Acre	1.139.772,00	139.772,00	0,00	0,00	28/12/09	30/12/11	6
1 - Convênio	01.0107.00/2009	Agência Brasileira de Meio Ambiente e Tecnologia da Informação	101.011,00	1.011.00	0,00	0,00	30/12/09	30/11/12	6
1 - Convênio	01.0108.00/2009	Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	700.000,00	200.000,00	0,00	500.000,00	31/12/10	20/7/12	1

1 - Convênio	01.0110.00/2009	Fundação Educacional Lica Claudino	405.000,00	5.000,00	0,00	0,00	30/12/09	31/12/11	6
1 - Convênio	01.0111.00/2009	Instituto Projeto Vida e Esperança - PROVE	2.020.306,25	20.306,25	0,00	2.000.000,00	30/12/09	28/3/11	1
1 - Convênio	01.0113.00/2009	Fundação Regional Integrada	212.000,00	12.000,00	0,00	0,00	30/12/09	15/11/11	6
1 - Convênio	01.0113.00/2009	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado de Pernambuco	499.374,86	249.374,86	0,00	0,00	28/12/09	30/11/11	1
1 - Convênio	01.0115.00/2009	Núcleo de Empreendimento em Ciência,Tecnologia e Artes - NECTAR	1.099.000,00	99.000,00	0,00	1.000.000,00	30/12/09	31/3/11	1
1 - Convênio	01.0116.00/2009	Município de Ribeirão Preto - SP	1.110.000,00	110.000,00	0,00	0,00	30/12/09	28/12/11	1
1 - Convênio	01.0117.00/2009	Município de Suzano - SP	326.100,00	26.100,00	0,00	0,00	28/12/09	26/2/12	1
1 - Convênio	01.0118.00/2009	Organização Cultural Filhos do Beco	253.303,20	2.600,00	0,00	250.703,20	28/12/09	11/2/11	1
1 - Convênio	01.0119.00/2009	Município de Passo Fundo - RS	272.000,00	22.000,00	0,00	0,00	31/12/09	31/7/11	6
1 - Convênio	01.0122.00/2009	Fundação para Desenvolvimento Científico e Tecnológico	720.000,00	120.000,00	0,00	200.000,00	28/12/09	31/12/11	1
1 - Convênio	01.0123.00/2009	Município de Miranorte - TO	666.854,40	66.854,40	0,00	0,00	30/12/09	31/12/13	1
1 - Convênio	01.0124.00/2009	Instituto Agronômico de Pernambuco	290.555,56	29.055,56	0,00	9.000,00	30/12/09	20/12/11	1
1 - Convênio	01.0126.00/2009	Município de Passos	399.000,00	32.000,00	0,00	0,00	30/12/09	30/12/11	6
1 - Convênio	01.0127.00/2009	Estado de Sergipe - SE	334.583,00	35.000,00	0,00	0,00	28/12/09	30/11/11	1

1 - Convênio	01.0128.00/2009	Município de Brotas - SP	464.000,00	14.000,00	0,00	262.000,00	30/12/09	30/12/11	1
1 - Convênio	01.0129.00/2009	Secretaria de Ciência ,Tecnologia e Meio Ambiente - SECTMA	499.374,86	249.374,86	0,00	0,00	31/12/09	30/11/11	1
1 - Convênio	01.0130.00/2009	Município de Igarassu - PE	280.915,00	3.000,00	0,00	0,00	31/12/09	30/12/11	2
1 - Convênio	01.0131.00/2009	Secretaria de Ciência ,Tecnologia e Meio Ambiente - SECTMA	499.374,86	249.374,86	0,00	0,00	30/12/09	30/11/11	1
1 - Convênio	01.0132.00/2009	Secretaria de Ciência ,Tecnologia e Meio Ambiente - SECTMA	511.248,00	261.248,00	0,00	0,00	30/12/09	30/11/11	1
1 - Convênio	01.0133.00/2009	Organização Não Governamental Programando o Futuro	303.500,00	3.500,00	0,00	300.000,00	30/12/09	28/2/11	1
1 - Convênio	01.0134.00/2009	Município de Ijuí - RS	555.556,00	55.556,00	500.000,00	500.000,00	30/12/09	23/12/11	1
1 - Convênio	01.0135.00/2009	Núcleo de Gestão do Porto Digital	277.800,00	27.800,00	0,00	250.000,00	30/12/09	30/12/12	1
1 - Convênio	01.0136.00/2009	Secretaria de Ciência ,Tecnologia e Meio Ambiente - SECTMA	560.442,51	310.442,51	0,00	0,00	28/12/09	30/11/11	1
1 - Convênio	01.0137.00/2009	Secretaria de Ciência ,Tecnologia e Meio Ambiente - SECTMA	499.374,86	249.374,86	0,00	0,00	28/12/09	30/11/11	1
1 - Convênio	01.0138.00/2009	Secretaria de Ciência ,Tecnologia e Meio Ambiente - SECTMA	499.374,86	249.374,86	0,00	0,00	28/12/09	28/2/12	1
1 - Convênio	01.0140.00/2009	Município de Aperibe - RJ	103.232,90	3.232,90	0,00	0,00	30/12/09	30/12/11	1
1 - Convênio	01.0142.00/2009	Secretaria de	778.000,00	78.000,00	0,00	0,00	30/12/09	31/12/11	6

		Ciência, Tecnologia e Inovação							
1 - Convênio	01.0143.00/2009	Biofábrica Moscamed Brasil	102.000,00	2.000,00	0,00	100.000,00	30/12/09	28/12/11	1
1 - Convênio	01.0144.00/2009	Secretaria de Ciência ,Tecnologia e Meio Ambiente - SECTMA	459.219,00	209.219,00	0,00	0,00	28/12/09	30/11/11	1
1 - Convênio	01.0146.00/2009	Comunidade Educacional de Pirenópolis	104.760,00	5.000,00	0,00	99.760,00	30/12/09	14/7/11	1
1 - Convênio	01.0147.00/2009	Município de Vargem Grande Paulista - SP	412.000,00	12.000,00	0,00	400.000,00	29/12/09	31/12/11	1
1 - Convênio	01.0149.00/2009	Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência ,Tecnologia - SEDECT	100.000,00	40.000,00	0,00	0,00	28/12/10	28/12/11	6
1 - Convênio	01.0151.00/2009	Secretaria do Desenvolvimento Rural - PI	240.000,00	40.000,00	200.000,00	200.000,00	30/12/09	26/12/12	1
1 - Convênio	01.0152.00/2009	Município de Caseara - TO	1.032.700,00	32.700,00	0,00	0,00	28/12/09	30/12/11	1
1 - Convênio	01.0153.00/2009	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação	130.420,00	30.420,00	0,00	0,00	30/12/09	31/12/11	6
1 - Convênio	01.0155.00/2009	Município de Macaíba - RN	620.000,00	24.800,00	0,00	0,00	30/12/09	30/12/11	1
1 - Convênio	01.0156.00/2009	Fraternidade Eclética Espiritualista Universal	165.312,30	45.521,15	0,00	0,00	31/12/09	30/11/11	6
1 - Convênio	01.0157.00/2009	Município de Marilândia - ES	204.100,00	4.100,00	0,00	0,00	30/12/09	31/12/11	1
1 - Convênio	01.0158.00/2009	Município de Botucatu - SP	544.000,00	44.000,00	0,00	0,00	30/12/09	31/12/11	1
1 - Convênio	01.0159.00/2009	Município de Nova Olinda - TO	206.000,00	6.000,00	0,00	0,00	31/12/10	31/12/11	6

1 - Convênio	01.0160.00/2009	ASSOCIACAO PARANAENSE DE CULTURA - APC	208.500,00	8.500,00	0,00	APROVADO : 0,00 IMPUGNADO : 0,00	31/12/09	21/12/11	6
1 - Convênio	01.0161.00/2009	Fundação Planetário do Rio de Janeiro	1.299.961,30	1.099.961,30	0,00	0,00	30/12/09	29/2/12	6
1 - Convênio	01.0162.00/2009	Secretaria de Ciência ,Tecnologia e Meio Ambiente - SECTMA	472.216,19	222.216,19	0,00	0,00	30/11/11	28/2/12	1
1 - Convênio	01.0163.00/2009	Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolecente de Interlagos	151.516,56	1.516,56	0,00	0,00	14/12/10	14/12/11	1
1 - Convênio	01.0164.00/2009	Município de Franca - SP	616.432,12	116.432,12	0,00	500.000,00	28/12/09	27/5/12	1
1 - Convênio	01.0165.00/2009	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação	945.000,00	95.000,00	0,00	850.000,00	30/12/09	30/6/11	1
1 - Convênio	01.0166.00/2009	Município de Casa Branca - SP	309.000,00	9.000,00	0,00	0,00	30/12/09	2/2/12	6
1 - Convênio	01.0167.00/2009	Frente Organizada para temática Etnica	120.000,00	20.000,00	0,00	0,00	28/12/09	16/12/12	6
1 - Convênio	01.0168.00/2009	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de MG	880.000,00	180.000,00	0,00	700.000,00	30/12/09	31/12/11	1
1 - Convênio	01.0169.00/2009	Município de Recífe - PE	1.120.000,00	120.000,00	700.000,00	700.000,00	30/12/09	31/12/12	1
1 - Convênio	01.0172.00/2009	Município de Carmo	103.227,00	3.227,00	0,00	0,00	30/12/09	31/12/11	1
1 - Convênio	01.0173.00/2009	Fundação de Apoio a Educação e Desenvolvimento Tecnológico do Maranhão	1.875.000,00	75.000,00	0,00	0,00	31/12/09	30/12/11	6

1 - Convênio	01.0174.00/2009	Município de Salto do Lontra - PR	115.000,00	5.000,00	0,00	0,00	30/12/09	29/2/12	1
1 - Convênio	01.0175.00/2009	Município de São Gabriel da Palha - ES	220.160,34	20.160,34	0,00	0,00	30/12/09	31/12/10	6
1 - Convênio	01.0176.00/2009	Município de Ijuí - RS	333.334,00	33.334,00	0,00	300.000,00	29/12/09	29/2/12	1
1 - Convênio	01.0177.00/2009	Centro de Inovação, Empreendedorismo e Tecnologia	300.000,00	50.000,00	0,00	250.000,00	30/12/09	30/8/11	1
1 - Convênio	01.0178.00/2009	Casa de Cultura - Centro de Formação Artística e Cultural da Baixada Fluminense	182.785,95	32.787,00	0,00	149.998,95	28/12/09	28/6/12	1
1 - Convênio	01.0179.00/2009	Instituto Brasileiro de Administração	707.100,00	7.100,00	0,00	700.000,00	30/12/09	3/5/11	1
1 - Convênio	01.0180.00/2009	Município de Luiz Gomes - RN	472.500,00	22.500,00	0,00	0,00	28/12/09	30/4/11	6
1 - Convênio	01.0182.00/2009	Município de Ponte Alta do Bom Jesus	156.890,00	6.890,00	0,00	0,00	28/12/09	31/12/11	1
1 - Convênio	01.0183.00/2009	Município de São Luis	6.036.842,60	242.200,00	0,00	5.794.642,60	31/12/09	26/2/12	1
1 - Convênio	01.0184.00/2009	Município de Recífe - PE	210.527,00	10.527,00	0,00	0,00	29/12/09	1/3/12	1
1 - Convênio	01.0186.00/2009	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação no Estado da Bahia	401.465,65	201.465,65	0,00	0,00	29/12/09	15/12/11	1
1 - Convênio	01.0187.00/2009	Município de Jaciara	1.150.898,65	350.898,65	0,00	0,00	29/12/09	31/12/12	1
1 - Convênio	01.0188.00/2009	Centro Brasileiro da Criança e do Adolescente	202.100,00	2.100,00	0,00	0,00	30/12/09	31/12/11	6
1 - Convênio	01.0189.00/2009	Município de Conceição do Castelo	204.200,00	4.200,00	0,00	0,00	30/12/10	30/12/11	1
1 - Convênio	01.0190.00/2009	Instituto de Desenvolvimento	108.500,00	1.500,00	0,00	0,00	30/12/09	28/6/11	6

		Sustentável e Apoio à Agricultura Familiar							
1 - Convênio	01.0191.00/2009	Município do Belém do Brejo do Cruz	447.216,00	22.000,00	0,00	0,00	28/12/09	31/8/11	1
1 - Convênio	01.0192.00/2009	Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia - SEDECT	850.000,00	250.000,00	0,00	0,00	30/12/09	28/2/12	1
1 - Convênio	01.0193.00/2009	Município de Figueirópolis	625.000,00	25.000,00	0,00	0,00	30/12/09	31/12/11	1
1 - Convênio	01.0194.00/2009	Município de Boa Vista	1.260.000,00	60.000,00	0,00	1.200.000,00	30/12/09	21/12/11	1
1 - Convênio	01.0195.00/2009	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação no Estado da Bahia	555.948,00	55.948,00	0,00	0,00	30/12/09	31/12/11	6
1 - Convênio	01.0196.00/2009	Município de Tupaciguará	1.050.000,00	250.000,00	0,00	0,00	28/12/09	31/12/11	6
1 - Convênio	01.0197.00/2009	SEBRAE/DF	110.000,00	10.000,00	0,00	0,00	29/12/09	30/12/11	6
1 - Convênio	01.0198.00/2009	Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Produtivo	757.576,00	7.576,00	0,00	750.000,00	29/12/09	30/6/11	2
1 - Convênio	01.0200.00/2009	Município de Diadema	147.760,00	12.760,00	0,00	135.000,00	29/12/09	30/9/11	1
1 - Convênio	01.0201.00/2009	Município de Guarapuava	243.280,21	23.280,21	0,00	0,00	28/12/10	28/12/11	1
1 - Convênio	01.0202.00/2009	Município de Barracão	110.428,00	3.178,00	107.250,00	107.250,00	29/12/09	30/6/11	1
1 - Convênio	01.0203.00/2009	Município de Limoeiro do Norte	1.257.404,00	273.496,10	0,00	0,00	29/12/09	1/12/11	6
1 - Convênio	01.0204.00/2009	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação no Estado da Bahia	223.000,00	23.000,00	0,00	0,00	29/12/09	31/12/11	1
1 - Convênio	01.0205.00/2009	Fundação de Apoio a Ciência e Tecnologia do	5.674.121,60	1.006.121,60	0,00	0,00	30/12/09	30/12/12	1

		Espírito Santo							
1 - Convênio	01.0206.00/2009	Município de Pindorama	137.799,84	2.799,84	0,00	0,00	30/12/09	29/2/12	1
1 - Convênio	01.0208.00/2009	Município de Bauru	350.000,00	50.000,00	0,00	0,00	30/12/09	29/2/12	1
1 - Convênio	01.0209.00/2009	Município de Riachinho	363.700,00	18.000,00	0,00	0,00	30/12/09	30/12/11	1
1 - Convênio	01.0210.00/2009	Município de São José do Rio Pardo - SP	333.334,00	33.334,00	0,00	0,00	30/12/09	9/12/11	6
1 - Convênio	01.0211.00/2009	Município de Vitória	1.165.000,00	265.000,00	0,00	0,00	30/12/09	31/12/11	6
1 - Convênio	01.0212.00/2009	Município de Glória de Dourados	348.850,00	48.850,00	0,00	0,00	31/12/09	31/12/11	6
1 - Convênio	01.0213.00/2009	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação	228.800,00	28.800,00	0,00	0,00	31/12/09	6/1/00	6
1 - Convênio	01.0215.00/2009	Município de Alvorada	214.400,00	14.400,00	0,00	0,00	31/12/09	28/4/11	6
1 - Convênio	01.0217.00/2009	Município de Almas	164.400,00	14.400,00	0,00	0,00	31/12/09	31/1/11	6
1 - Convênio	01.0218.00/2009	Município Marianópolis do Tocantins	214.400,00	14.400,00	0,00	0,00	31/12/09	31/1/11	6
1 - Convênio	01.0008.00/2010	Instituto Social Carla Ribeiro	319.957,90	3.200,00	0,00	316.757,90	14/9/10	16/7/11	1
1 - Convênio	01.0009.00/2010	Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho	31.325.890,00	6.265.178,00	0,00	25.060.712,00	25/6/10	25/4/14	1
1 - Convênio	01.0010.00/2010	Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho	6.499.129,55	5.499.129,55	0,00	0,00	31/12/10	25/4/14	1
1 - Convênio	01.0011.00/2010	Município de Cubatão	1.086.956,52	86.956,52	722.500,00	722.500,00	24/11/10	3/1/12	1
1 - Convênio	01.0012.00/2010	Município de Gravatá	1.120.000,00	120.000,00	0,00	0,00	31/12/10	1/3/13	1
1 - Convênio	01.0013.00/2010	Município de São Vicente	185.270,70	15.270,70	0,00	170.000,00	25/6/10	25/2/11	1
1 - Convênio	01.0015.00/2010	Município de São	498.216,00	23.700,00	0,00	0,00	31/12/10	31/12/11	6

		Raimundo das Mangabeiras							
1 - Convênio	01.0017.00/2010	Município de Pato Branco	556.080,00	56.080,00	0,00	220.094,24	6/7/10	30/4/12	1
1 - Convênio	01.0018.00/2010	Município de Petrópolis	326.920,00	31.680,00	0,00	0,00	17/5/10	14/3/11	6
1 - Convênio	01.0021.00/2010	Município de Curitiba	9.725.615,56	972.561,56	0,00	8.753.054,00	30/6/10	1/5/12	1
1 - Convênio	01.0022.00/2010	Núcleo Porto Digital	32.157.095,00	6.431.419,00	0,00	10.000.000,00	8/7/10	30/6/13	1
1 - Convênio	01.0024.00/2010	Instituto Sul - Americano de Desenvolvimento Social	1.100.000,00	100.000,00	0,00	1.000.000,00	1/7/10	16/11/11	1
1 - Convênio	01.0025.00/2010	Instituto Sul - Americano de Desenvolvimento Social	1.100.000,00	100.000,00	0,00	1.000.000,00	1/7/10	13/11/11	1
1 - Convênio	01.0027.00/2010	Município de Pato Branco	7.902.443,20	450.000,00	7.002.443,20	7.002.443,20	7/12/10	30/12/12	1
1 - Convênio	01.0028.00/2010	Associação Comunitária de São Sebastião	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00	1/12/10	30/12/11	1
1 - Convênio	01.0029.00/2010	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência	1.060.000,00	0,00	1.060.000,00	1.060.000,00	21/7/10	30/6/11	1
1 - Convênio	01.0030.00/2010	Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas	875.000,00	175.000,00	700.000,00	700.000,00	31/12/10	29/6/12	1
1 - Convênio	01.0031.00/2010	Instituto de Promoção do Desenvolvimento	250.000,00	0,00	0,00	250.000,00	15/9/10	30/6/11	1
1 - Convênio	01.0032.00/2010	Associação em Defesa da Saúde e da Família	350.000,00	0,00	0,00	0,00	31/12/10	31/12/11	6
1 - Convênio	01.0033.00/2010	Secretaria do	1.930.200,00	218.000,00	0,00	0,00	1/7/10	30/12/11	6

		Desenvolvimento Econômico, da Ciência e Tecnologia e do Turismo do Estado de Sergipe							
1 - Convênio	01.0034.00/2010	Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Ensino Superior e Desenvolvimento Tecnológico do Maranhão	4.547.300,00	547.300,00	0,00	0,00	30/12/10	30/12/11	6
1 - Convênio	01.0037.00/2010	Município de Recife	28.225.676,00	2.500.000,00	0,00	0,00	31/12/10	30/12/13	6
1 - Convênio	01.0038.00/2010	Município de Senador Rui Palmeira	348.200,00	8.200,00	0,00	0,00	31/12/10	31/12/11	1
1 - Convênio	01.0039.00/2010	Município de Santarém	416.666,67	16.666,67	0,00	0,00	31/12/10	29/2/12	1
1 - Convênio	01.0040.00/2010	Município de Caçador	521.000,00	21.000,00	350.000,00	700.000,00	31/12/10	31/12/11	1
1 - Convênio	01.0041.00/2010	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia	501.000,00	101.000,00	0,00	0,00	31/12/10	31/12/12	6
1 - Convênio	01.0042.00/2010	Município de Londrina	1.950.610,80	200.000,00	0,00	0,00	31/12/10	1/7/12	1
1 - Convênio	01.0043.00/2010	Instituto de Capacitação e Cidadania do Nordeste - ICN	600.000,00	0,00	0,00	0,00	31/12/10	30/6/11	1
1 - Convênio	01.0044.00/2010	Núcleo de Dança Portadores da Alegria	202.500,00	2.500,00	0,00	0,00	10/12/10	9/12/11	6
1 - Convênio	01.0045.00/2010	Município de Mossoró	23.316.131,30	2.119.648,30	0,00	0,00	27/12/01	17/5/12	1
1 - Convênio	01.0046.00/2010	Minicípio de Porto Velho	213.960,00	13.960,00	0,00	0,00	31/12/10	31/12/11	6
1 - Convênio	01.0047.00/2010	Município de São	16.304.437,84	1.304.437,84	0,00	15.000.000,00	21/12/10	31/7/12	1

		Vicente							
1 - Convênio	01.0048.00/2010	Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos	337.281,24	70.829,06	0,00	0,00	1/7/10	1/7/11	6
1 - Convênio	01.0049.00/2010	Sindicato da Indústria do Vestuário de Maringá	294.400,00	0,00	0,00	0,00	31/12/10	31/12/11	6
1 - Convênio	01.0050.00/2010	Município de Belo Horizonte	10.100.000,00	1.600.000,00	0,00	0,00	31/12/10	31/12/11	1
1 - Convênio	01.0051.00/2010	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de UBERLÂNDIA	53.279,00	6.279,00	0,00	0,00	31/12/10	31/12/11	6
1 - Convênio	01.0053.00/2010	Município de Marau	715.000,00	15.000,00	0,00	0,00	31/12/10	30/12/11	1
1 - Convênio	01.0054.00/2010	Associação de Pais e Amigos do Excepcionais de PATROCÍNIO	55.000,00	0,00	0,00	0,00	1/12/10	30/11/11	6
1 - Convênio	01.0055.00/2010	Município de Natal	520.834,00	20.834,00	0,00	0,00	20/12/10	20/11/11	6
1 - Convênio	01.0056.00/2010	Tribunal de Contas do Estado do Tocantins	222.300,00	22.300,00	0,00	0,00	31/12/10	31/12/11	1
1 - Convênio	01.0057.00/2010	Município de Sousa	10.773.211,90	1.022.523,90	0,00	0,00	31/12/10	31/12/12	1
1 - Convênio	01.0058.00/2010	Fundação São Pedro	350.000,00	0,00	0,00	0,00	30/11/10	30/11/11	6
1 - Convênio	01.0059.00/2010	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de EUGENÓPOLIS	31.710,00	10.710,00	0,00	0,00	31/12/10	31/12/13	6
1 - Convênio	01.0060.00/2010	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de TOCANTINS	30.389,00	4.389,00	0,00	0,00	31/12/10	30/12/11	1
1 - Convênio	01.0061.00/2010	Instituto Mineiro de Desenvolvimento - IMDC	1.500.000,00	0,00	0,00	281.750,00	31/12/10	31/12/11	1
1 - Convênio	01.0062.00/2010	Associação Cultural e Educativa de	250.000,00	0,00	0,00	0,00	1/11/10	1/11/11	6

		Timóteo							
1 - Convênio	01.0063.00/2010	Instituto de Permacultura, Organização, Ecovilas e Meio Ambiente - IPOEMA	150.000,00	0,00	0,00	0,00	31/12/10	31/12/11	6
1 - Convênio	01.0065.00/2010	Associação Comunitária Beneficiente, Educacional e Cultural do DF	50.000,00	0,00	0,00	0,00	1/9/10	1/9/11	6
1 - Convênio	01.0066.00/2010	Agência de Desenvolvimento Educaional e Social	650.000,00	0,00	0,00	0,00	31/12/10	31/12/11	6
1 - Convênio	01.0068.00/2010	Fundação Social Raimundo Fagner	750.000,00	0,00	0,00	0,00	22/12/10	22/12/11	6
1 - Convênio	01.0070.00/2010	Instituto Nacional de Educação, Saúde, Cidadania e Segurança no Trânsito - EDETRAN	3.300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	16/12/10	16/12/11	6
1 - Convênio	01.0072.00/2010	Município de Campina Grande	560.000,00	60.000,00	0,00	0,00	31/12/10	31/12/11	6
1 - Convênio	01.0073.00/2010	Município de São Gonçalo do Amarante	520.834,00	20.834,00	0,00	0,00	31/12/10	31/12/11	6
1 - Convênio	01.0074.00/2010	Município de Santo Estevão	300.000,00	6.000,00	0,00	0,00	31/12/10	31/12/11	6
1 - Convênio	01.0079.00/2010	Municipio de Macuco	1.020.410,00	20.410,00	0,00	0,00	31/12/10	31/12/13	1
1 - Convênio	01.0082.00/2010	Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas	1.281.820,00	142.000,00	0,00	0,00	1/7/10	30/12/11	6
1 - Convênio	01.0083.00/2010	Fundação Centro	6.868.743,72	1.373.748,74	0,00	0,00	31/12/10	31/12/12	1

		Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas							
1 - Convênio	01.0085.00/2010	Centro de Profissionais e Geração de Empregos	1.500.000,00	0,00	0,00	1.500.000,00	17/11/10	1/4/11	1
1 - Convênio	01.0086.00/2010	Federação das Associações dos Aposentados, Pensionista e Idosos de Pernambuco	300.000,00	0,00	0,00	0,00	20/12/10	20/12/13	6
1 - Convênio	01.0087.00/2010	Instituto de Desenvolvimento da Região do SISAL	255.000,00	5.000,00	0,00	250.000,00	22/12/10	22/12/11	1
1 - Convênio	01.0088.00/2010	Município de Descalvado	271.250,00	57.200,00	0,00	214.250,00	13/10/10	24/6/12	1
1 - Convênio	01.0091.00/2010	Município de Amarante do Maranhão	515.000,00	15.000,00	0,00	0,00	31/12/10	30/12/11	1
1 - Convênio	01.0093.00/2010	Fundação Centro de Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em águas	3.066.777,53	613.355,51	0,00	0,00	31/12/10	31/12/12	1
1 - Convênio	01.0094.00/2010	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo	147.113,00	0,00	0,00	0,00	12/8/10	30/11/10	6
1 - Convênio	01.0095.00/2010	União Brasileira de Educação e Ensino	893.792,36	0,00	0,00	0,00	30/12/10	30/12/12	6
1 - Convênio	01.0096.00/2010	Município de Vitória	9.449.922,20	944.992,22	0,00	0,00	10/12/10	31/12/12	1
1 - Convênio	01.0097.00/2010	Instituto Mazal	350.000,00	0,00	350.000,00	350.000,00	31/12/10	31/12/11	1
1 - Convênio	01.0098.00/2010	Ação Brasil para Todos	200.000,00	0,00	0,00	0,00	31/12/10	31/12/11	6

1 - Convênio	01.0100.00/2010	Governo do Estado do Piauí	29.892.717,30	4.511.908,30	0,00	0,00	31/12/10	31/12/12	1
1 - Convênio	01.0101.00/2010	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado de Pernambuco	28.725.676,00	3.000.000,00	0,00	0,00	31/12/10	31/5/12	1
1 - Convênio	01.0102.00/2010	Associação Comunitária Reviver	200.000,00	0,00	0,00	0,00	30/10/10	30/10/11	6
1 - Convênio	01.0103.00/2010	Instituto Aguanaltas Tocantins	2.200.000,00	0,00	0,00	2.200.000,00	9/9/10	22/2/11	1
1 - Convênio	01.0104.00/2010	Núcleo de Gestão do Porto Digital	500.000,00	0,00	0,00	0,00	31/12/10	31/12/12	6
1 - Convênio	01.0105.00/2010	Pontífica Universidade Católica do Rio de Janeiro	512.136,00	102.480,00	0,00	0,00	23/9/10	8/8/11	6
1 - Convênio	01.0107.00/2010	Instituto Brasil Cidadão	322.104,20	15.338,00		0,00	306.766,20	6/12/10	6/2/12	1
1 - Convênio	01.0108.00/2010	Associação Brasileira de Bares e Restaurante	30.000,00	0,00	0,00		0,00	31/12/10	31/3/11	6
1 - Convênio	01.0109.00/2010	Município de Pelotas	760.870,00	60.870,00	0,00		0,00	31/12/10	30/12/11	6
1 - Convênio	01.0110.00/2010	Município de Encruzilhada do Sul	442.782,30	42.782,30	0,00		0,00	31/12/10	30/6/12	6
1 - Convênio	01.0111.00/2010	Município de Irati	256.110,00	56.110,00	0,00		0,00	31/12/10	30/12/11	6
1 - Convênio	01.0112.00/2010	Município de São Gotardo	651.316,00	226.100,00	0,00		0,00	31/12/10	31/12/10	6
1 - Convênio	01.0114.00/2010	Fundação Arthur Bernarde	55.555,56	5.555,56	0,00		50.000,00	4/10/10	30/11/10	1
1 - Convênio	01.0115.00/2010	Município de Oeiras	439.000,00	9.000,00	0,00		0,00	6/5/11	6/5/12	6
1 - Convênio	01.0117.00/2010	Município de Natividade	209.900,00	13.500,00	0,00		0,00	31/12/10	31/12/11	6
1 - Convênio	01.0118.00/2010	Sociedade Brasileira de Computação	100.000,00	20.000,00	0,00		0,00	1/11/10	30/7/11	6
1 - Convênio	01.0120.00/2010	Município de Colméia	212.000,00	12.000,00	0,00		0,00	31/12/10	31/12/11	6

1 - Convênio	01.0121.00/2010	Serviços de apoio às Micro e Pequenas Empresas do Distrito Federal	488.673,00	48.876,00	0,00	0,00	15/12/10	15/12/11	6
1 - Convênio	01.0122.00./2010	Município de Carmopolis	300.000,00	7.500,00	0,00	0,00	7/4/10	7/4/11	6
1 - Convênio	01.0123.00/2010	Município de Riachinho	206.000,00	6.000,00	0,00	0,00	1/9/10	1/9/12	6
1 - Convênio	01.0124.00/2010	Instituto de Pesquisa em Tecnologia da Inovação	806.000,00	216.000,00	0,00	0,00	22/12/10	26/6/12	6
1 - Convênio	01.0125.00/2010	Município de Sinop	10.527.000,00	527.000,00	0,00	0,00	16/12/10	30/11/11	1
1 - Convênio	01.0127.00/2010	Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa	525.000,00	25.000,00	0,00	0,00	30/12/10	30/12/11	6
1 - Convênio	01.0128.00/2010	Instituto Cooperar, Aprender, Ensinar, Educar, Socializar	408.400,00	8.400,00	0,00	0,00	31/12/10	31/7/11	1
1 - Convênio	01.0129.00/2010	Município de Quixeramobim	1.252.497,19	52.497,19	0,00	0,00	31/12/10	31/12/11	6
1 - Convênio	01.0130.00/2010	Instituto Latino - Americano de Tecnologia em Educação e Ciências	1.200.000,00	0,00	0,00	0,00	31/12/10	31/12/11	6
1 - Convênio	01.0131.00/2010	Município de Anchieta	109.600,00	2.300,00	0,00	0,00	31/12/10	30/12/11	6
1 - Convênio	01.0132.00/2010	Município de Jaboatão dos Guararapes	560.000,00	60.000,00	0,00	0,00	31/12/10	29/2/12	1
1 - Convênio	01.0133.00/2010	Instituto de Pesquisa, Desenvolvimento e Educação	150.000,00	0,00	150.000,00	150.000,00	31/12/10	28/2/12	1
1 - Convênio	01.0134.00/2010	Município de Icó	500.000,00	20.000,00	0,00	0,00	31/12/10	31/12/11	6
1 - Convênio	01.0135.00/2010	Município de Tamboril	357.143,00	7.143,00	0,00	0,00	31/12/10	31/12/11	6
1 - Convênio	01.0136.00/2010	Êxito Cooperativa de Turismo e	600.000,00	0,00	0,00	0,00	31/12/10	30/11/11	6

		Hospitalidade							
1 - Convênio	01.0137.00/2010	Instituto Aguanaltas Tocantins	620.000,00	0,00	0,00	0,00	31/12/10	31/12/11	6
1 - Convênio	01.0139.00/2010	Centro Popular de Formação da Juventude	100.000,00	0,00	0,00	0,00	30/12/10	30/6/11	6
1 - Convênio	01.0140.00/2010	Instituto Aguanaltas Tocantins	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	31/12/10	30/5/11	6
1 - Convênio	01.0141.00/2010	Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente	3.350.000,00	350.000,00	0,00	0,00	31/12/10	31/12/12	1
1 - Convênio	01.0142.00/2010	Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente	4.450.000,00	450.000,00	0,00	0,00	31/12/10	30/9/12	1
1 - Convênio	01.0143.00/2010	Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente	3.350.000,00	350.000,00	0,00	0,00	31/12/10	31/12/12	1
1 - Convênio	01.0144.00/2010	Município de Santa Cruz do Sul	3.777.695,97	302.215,68	0,00	0,00	31/12/10	1/12/12	1
1 - Convênio	01.0145.00/2010	Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente	4.425.676,00	700.000,00	0,00	0,00	31/12/10	31/12/12	1
1 - Convênio	01.0146.00/2010	Município de Ibiporã	675.000,00	75.000,00	0,00	0,00	31/12/10	7/8/13	1
1 - Convênio	01.0147.00/2010	Município de Novo Hamburgo	3.795.224,48	319.744,19	0,00	0,00	28/12/10	28/4/12	1
1 - Convênio	01.0148.00/2010	Município de Marília	765.000,00	65.000,00	0,00	0,00	2/1/11	30/11/11	6
1 - Convênio	01.0149.00/2010	Município de Assis	545.000,00	45.000,00	0,00	0,00	20/11/10	20/11/11	6
1 - Convênio	01.0150.00/2010	Municipio de Penápolis	545.000,00	45.000,00	0,00	0,00	31/12/10	31/12/11	6
1 - Convênio	01.0151.00/2010	Município de Botucatu	1.090.000,00	90.000,00	0,00	0,00	31/12/10	31/12/11	6
1 - Convênio	01.0152.00/2010	Município de Lajeado	3.777.695,97	302.215,68	0,00	0,00	31/12/10	31/12/13	1

1 - Convênio	01.0153.00/2010	Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente	7.250.000,00	750.000,00	0,00	0,00	31/12/10	31/12/12	6
1 - Convênio	01.0154.00/2010	Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente	1.700.000,00	200.000,00	0,00	0,00	31/12/10	31/12/12	6
1 - Convênio	01.0155.00/2010	Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente	1.700.000,00	200.000,00	0,00	0,00	31/12/10	31/12/12	1
1 - Convênio	01.0156.00/2010	Município do Rio de Janeiro	444.343,90	8.887,00	0,00	0,00	31/12/10	31/12/11	6
1 - Convênio	01.0157.00/2010	Município de Fortaleza	835.000,00	85.000,00	0,00	0,00	31/12/10	31/7/11	6
1 - Convênio	01.0158.00/2010	Governo do Estado do Rio Grande do Sul	4.370.576,31	895.096,05	0,00	0,00	31/12/10	31/12/11	6
1 - Convênio	01.0159.00/2010	Município de Passo Fundo	3.785.481,00	310.000,71	0,00	0,00	31/12/10	8/4/12	1
1 - Convênio	01.0160.00/2010	Município de Pelotas	3.777.701,48	302.221,19	0,00	0,00	31/12/10	31/12/12	1
1 - Convênio	01.0161.00/2010	Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras	216.000,00	36.000,00	0,00	0,00	4/10/10	3/10/11	6
1 - Convênio	01.0162.00/2010	Instituto de Desenvolvimento Industrial do Ceará	33.400,00	3.400,00	0,00	0,00	29/11/10	31/1/11	6
1 - Convênio	01.0163.00/2010	Instituto Brasileiro de Administração	299.985,00	0,00	0,00	0,00	31/12/10	31/8/11	6
1 - Convênio	01.0164.00/2010	Associação Brasileira de Apoio a Educação	300.000,00	0,00	0,00	0,00	31/12/10	3/12/11	6
1 - Convênio	01.0165.00/2010	Ação Social Luz da Manhã	151.526,00	1.526,00	0,00	0,00	31/12/10	31/12/11	6

1 - Convênio	01.0166.00/2010	Município de Bom Jardim	119.500,00	2.500,00	0,00	0,00	31/12/10	30/12/11	6
1 - Convênio	01.0167.00/2010	Associação Terra Lumes	300.000,00	0,00	0,00	0,00	31/12/10	30/12/11	6
1 - Convênio	01.0168.00/2010	Município de Cumaru	1.263.344,78	263.344,78	0,00	0,00	31/12/10	31/12/12	1
1 - Convênio	01.0169.00/2010	Município de Feira Nova	310.000,00	10.000,00	0,00	0,00	30/12/10	30/12/12	6
1 - Convênio	01.0170.00/2010	Município de Rio Formoso	310.000,00	10.000,00	0,00	0,00	30/12/10	30/12/12	6
1 - Convênio	01.0171.00/2010	Município de Timbaúba	200.558,00	20.558,00	0,00	0,00	31/12/10	30/12/11	6
1 - Convênio	01.0172.00/2010	Município de Itaquitinga	313.000,00	13.000,00	0,00	0,00	30/12/10	30/12/12	6
1 - Convênio	01.0173.00/2010	Município de Laranjeiras do Sul	205.950,00	5.950,00	0,00	0,00	31/12/10	31/12/12	1
1 - Convênio	01.0174.00/2010	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia	334.000,00	34.000,00	0,00	0,00	31/12/10	31/12/12	6
1 - Convênio	01.0175.00/2010	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia	334.000,00	34.000,00	0,00	0,00	31/12/10	31/12/12	6
1 - Convênio	01.0176.00/2010	Município de Cantagalo	102.500,00	2.500,00	0,00	0,00	31/12/10	31/12/12	6
1 - Convênio	01.0177.00/2010	Associação das Obras Pavonianas de Assistência	175.000,00	0,00	0,00	0,00	31/12/10	31/12/11	6
1 - Convênio	01.0178.00/2010	Município de Araçatuba	220.000,00	20.000,00	0,00	0,00	31/12/10	30/12/11	6
1 - Convênio	01.0179.00/2010	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Duas Barras	100.000,00	0,00	0,00	0,00	31/12/10	31/12/11	6
1 - Convênio	01.0180.00/2010	Instituto Brasil de Desenvolvimento Social, Cidadania e Educação	100.000,00	0,00	0,00	0,00	31/12/10	31/12/11	6

1 - Convênio	01.0181.00/2010	Fundação ANFIP de estudos da Seguridade Social	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	31/12/10	31/12/11	6
1 - Convênio	01.0182.00/2010	Município de São Sebastião	102.100,00	2.100,00	0,00	0,00	22/12/10	31/5/12	6
1 - Convênio	01.0183.00/2010	Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária	548.230,00	54.823,00	0,00	0,00	31/12/10	31/12/11	6
1 - Convênio	01.0184.00/2010	Município de Porto Velho	1.200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	31/12/10	29/2/12	1
1 - Convênio	01.0185.00/2010	Organização Não Governamental Mão na Terra	150.000,00	0,00	0,00	0,00	15/5/10	30/1/12	6
1 - Convênio	01.0187.00/2010	Associação de Formação de Trabalhadores em Informática	800.000,00	0,00	0,00	0,00	31/12/10	31/12/11	6
1 - Convênio	01.0188.00/2010	Associação Nacional de Pós-Graduandos	600.000,00	0,00	0,00	0,00	1/12/10	30/12/11	6
1 - Convênio	01.0189.00/2010	Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente	555.640,00	55.640,00	0,00	0,00	31/12/10	31/12/11	6
1 - Convênio	01.0191.00/2010	Município de Nova Brazilândia do Oeste	303.699,00	8.699,00	0,00	0,00	31/12/10	30/4/12	1
1 - Convênio	01.0192.00/2010	Instituto de Desenvolvimento Comunitário e Capacitação Social	836.000,00	36.000,00	0,00	0,00	31/12/10	31/7/12	6
1 - Convênio	01.0193.00/2010	Município de Sinop	10.420.000,00	420.000,00	0,00	0,00	31/12/10	31/12/11	6
1 - Convênio	01.0005.00/2011	Município de Caçador	377.721,00	127.200,00	0,00	0,00	30/12/11	31/12/12	1
1 - Convênio	01.0007.00/2011	Município de Araras	320.739,00	89.404,00	0,00	0,00	30/12/11	15/12/12	1
1 - Convênio	01.0008.00/2011	Município de Araripe	104.650,00	4.650,00	0,00	0,00	30/12/11	6/11/12	1
1 - Convênio	01.0009.00/2011	Município de Campinas	756.000,00	216.000,00	0,00	0,00	30/12/11	1/1/13	1

1 - Convênio	01.0010.00/2011	Universidade Estadual do Centro Oeste	333.268,75	66.653,75	0,00	0,00	30/12/11	30/10/14	1
1 - Convênio	01.0011.00/2011	Município de Lagoa de Três Cantos	310.036,70	12.515,99	0,00	0,00	30/12/11	31/12/12	1
1 - Convênio	01.0012.00/2011	Sociedade Meridional de Educação	900.950,00	19.350,00	0,00	0,00	30/12/11	31/12/12	1
1 - Convênio	01.0014.00/2011	Município de Luis Eduardo Magalhães	1.731.981,70	69.279,27	0,00	0,00	30/12/11	1/12/13	1
1 - Convênio	01.0015.00/2011	Universidade do Estado do Pará	371.022,22	37.102,22	0,00	0,00	30/12/11	30/11/12	1
1 - Convênio	01.0018.00/2011	Universidade Estadual do Oeste do Paraná	632.550,32	133.500,32	0,00	0,00	30/12/11	4/12/13	1
1 - Convênio	01.0019.00/2011	Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco	7.773.424,55	780.000,00	0,00	0,00	30/12/11	29/11/13	1
1 - Convênio	01.0020.00/2011	Município de Garça	1.681.566,38	33.631,33	0,00	0,00	30/12/11	30/12/13	1
1 - Convênio	01.0021.00/2011	Município de Ibirubá	490.410,76	19.616,44	0,00	0,00	30/12/11	31/12/12	1
1 - Convênio	01.0022.00/2011	Município de Arapongas	6.906.984,16	552.558,73	0,00	0,00	30/12/11	1/6/13	1
1 - Convênio	01.0023.00/2011	Município de Coqueiral	702.508,00	16.000,00	0,00	0,00	30/12/11	30/12/13	1
1 - Convênio	01.0024.00/2011	Município de Victor Graeff	338.357,83	13.534,32	0,00	0,00	30/12/11	31/12/12	1
1 - Convênio	01.0025.00/2011	Município de São Gabriel	586.645,96	23.465,84	0,00	0,00	30/12/11	31/12/13	1
1 - Convênio	01.0026.00/2011	Município de Colorado	248.952,37	9.958,10	0,00	0,00	30/12/11	31/12/13	1
1 - Convênio	01.0027.00/2011	Município do Rio Grande	1.991.300,84	159.304,07	0,00	0,00	30/12/11	30/12/13	1
1 - Convênio	01.0028.00/2011	Município de Panambí	889.899,83	35.596,00	0,00	0,00	30/12/11	31/12/13	1
1 - Convênio	01.0029.00/2011	Município de Patos	2.635.000,00	120.000,00	0,00	0,00	30/12/11	31/12/13	1
1 - Convênio	01.0030.00/2011	Município de Jaguariuna	114.436,00	2.288,72	0,00	0,00	30/12/11	31/12/12	1
1 - Convênio	01.0031.00/2011	Município de	309.600,00	25.200,00	0,00	0,00	30/12/11	31/12/12	1

		Itapetininga							
1 - Convênio	01.0032.00/2011	Município de Cruz Alta	404.513,90	38.000,00	0,00	0,00	30/12/11	9/1/13	1
1 - Convênio	01.0034.00/2011	Município de Porto	387.752,71	7.755,05	0,00	0,00	30/12/11	28/9/12	1
1 - Convênio	01.0035.00/2011	Município de Jacareí	187.829,99	15.026,40	0,00	0,00	30/12/11	31/12/12	1
1 - Convênio	01.0037.00/2011	Município de Lourdes	101.300,00	2.026,00	0,00	0,00	30/12/11	5/12/13	1
1 - Convênio	01.0038.00/2011	Município de Potim	100.000,00	2.000,00	0,00	0,00	30/12/11	30/12/13	1
1 - Convênio	01.0039.00/2011	Município de Arroio do Sal	103.980,20	2.938,00	0,00	0,00	30/12/11	30/6/12	1
1 - Convênio	01.0040.00/2011	Município de Aguiar	194.125,00	5.655,00	0,00	0,00	30/12/11	20/4/13	1
1 - Convênio	01.0041.00/2011	Município de Itapoá	132.210,00	2.644,20	0,00	0,00	30/12/11	31/12/12	1
1 - Convênio	01.0043.00/2011	Município de Monsenhor Gil	285.978,91	5.719,58	0,00	0,00	30/12/11	31/12/12	1
1 - Convênio	01.0044.00/2011	MUNICIPIO DE REDENCAO	104.915,00	2.098,30	0,00	0,00	30/12/11	30/9/12	1
1 - Convênio	01.0045.00/2011	MUNICÍPIO DE FLORIANOPOLIS	954.595,97	76.367,68	0,00	0,00	30/12/11	31/12/12	1
1 - Convênio	01.0046.00/2011	MUNICÍPIO DE MATOES	395.787,00	7.915,74	0,00	0,00	30/12/11	28/9/12	1
1 - Convênio	01.0048.00/2011	MUNICIPIO DE DOURADOS	3.968.380,00	158.735,20	0,00	0,00	30/12/11	30/12/13	1
1 - Convênio	01.0052.00/2011	MUNICÍPIO DE NOVA VENECIA	2.111.957,72	178.392,00	0,00	0,00	30/12/11	29/4/13	1
1 - Convênio	01.0053.00/2011	MUNICÍPIO DE ABELARDO LUZ	671.640,60	30.000,00	0,00	0,00	30/12/11	20/11/12	1
1 - Convênio	01.0055.00/2011	MUNICÍPIO DE RECIFE	5.939.839,04	239.839,04	0,00	0,00	30/12/11	31/12/13	1
1 - Convênio	01.0067.00/2011	MUNICÍPIO DE MATELANDIA	430.870,42	30.870,42	0,00	0,00	30/12/11	31/12/13	1
1 - Convênio	01.0069.00/2011	MUNICÍPIO DE JAGUARIUNA	2.112.038,12	42.240,76	0,00	0,00	30/12/11	31/12/12	1
1 - Convênio	01.0070.00/2011	MUNICIPIO DE MARACAJA	178.450,00	3.570,00	0,00	0,00	30/12/11	31/12/12	1
1 - Convênio	01.0073.00/2011	MUNICÍPIO DE CASTELO BRANCO	109.801,38	9.801,38	0,00	0,00	30/12/11	31/12/12	1

1 - Convênio	01.0074.00/2011	MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO	3.012.538,00	301.253,80	0,00	0,00	30/12/11	30/12/12	1
1 - Convênio	01.0077.00/2011	MUNICÍPIO DE RIO CLARO	1.119.004,30	40.000,00	0,00	0,00	30/12/11	1/8/12	1

LEGENDA

Modalidade:
1 - Convênio
2 - Contrato de Repasse
3 - Termo de Cooperação
4 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:
1 - Adimplente
2 - Inadimplente
3 - Inadimplência Suspensa
4 - Concluído
5 - Excluído
6 - Rescindido
7 - Arquivado

Fonte: DCON/CGRL/SPOA

Quadro A.6.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação					
CNPJ:	03.132.745/0001-00					
UG/GESTÃO:	240101					
Modalidade	**Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício**			**Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R$ 1,00)**		
	2011	**2010**	**2009**	**2011**	**2010**	**2009**
Convênio	76	192	215	480.728.298,21	507.942.218,16	655.069.789,16
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso						
Totais						

FONTE: DCON/CGRL/SPOA

Quadro A.6.3 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
CNPJ:		**UG/GESTÃO:**			
Modalidade	**Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes**	**Valores** (R$ 1,00)			**% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011**
		Contratados	**Repassados até 2011**	**Previstos para 2012**	
Convênio	176	805.566.725,48	480.728.298,21	265.857.769,73	64,39%
Contrato de Repasse					
Termo de Cooperação					
Termo de Compromisso					
Totais					

Fonte: DCON/CGRL/SPOA

Quadro A.6.4 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Valores em R$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação - MCTI					
CNPJ: 03.132.745/0001-00		**UG/GESTÃO: 240101/0001**			
Exercício da prestação das contas	**Quantitativos e montante repassados**		**Instrumentos** (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	**Termo de Cooperação**	**Contratos de Repasse**
2011	**Contas prestadas**	**Quantidade**			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO prestadas	**Quantidade**			
		Montante Repassado			
2010	**Contas prestadas**	**Quantidade**	106		
		Montante Repassado	38.451.630,03		
	Contas NÃO prestadas	**Quantidade**			
		Montante Repassado			
2009	**Contas prestadas**	**Quantidade**	140		
		Montante Repassado	69.486.928,12		
	Contas NÃO prestadas	**Quantidade**	192		
		Montante Repassado	177.300.613,34		
Anteriores a 2009	**Contas NÃO prestadas**	**Quantidade**			
		Montante Repassado			

FONTE: DCON/CGRL/SPOA

Valores em R$ 1,00

Quadro A.6.5 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação - MCTI					
CNPJ: 03.132.745/0001-00			**UG/GESTÃO: 240101/0001**		
Exercício da prestação das contas	**Quantitativos e montantes repassados**			**Instrumentos**	
				Convênios	**Contratos de Repasse**
2011	Quantidade de contas prestadas			90	
	Com prazo de análise ainda **não vencido**	Quantidade	Contas analisadas	0	
			Contas Não analisadas	90	
		Montante repassado (R$)		55.388.255,13	
	Com prazo de análise **vencido**	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	10	
			Quantidade Reprovada	0	
			Quantidade de TCE	0	
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	80	
			Montante repassado (R$)	48.508.675,18	
2010	Quantidade de contas prestadas			88	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		14	
		Quantidade Reprovada		0	
		Quantidade de TCE		0	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		74	
		Montante repassado (R$)		33.500.294,80	
2009	Quantidade de contas prestadas			140	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		18	

		Quantidade Reprovada	0	
		Quantidade de TCE	0	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	122	
		Montante repassado	65.598.645,78	
Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas	Quantidade	176	
		Montante repassado	150.541.528,55	
Fonte: Siafi Gerencial e Siafi Produção				

ANEXO II

AVALIAÇÃO DO TERMO DE PARCERIA CELEBRADO PELA UNIDADE JURISDICIONADA

entidade parceira	**CNPJ**	06.223.459/0001-30	
	Nome	ASSOCIACAO ALBERTO SANTOS DUMONT PARA APOIO A PESQUISA – AASDAP	
	Âmbito de atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)		
	Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)		
Informações do Termo de Parceria	**Número**	13.0001.00/2011	
	Data Celebração	30/12/2011	
	Registrado no SICONV?	Sim – 762308/2011	
	Forma de escolha da entidade parceira	Executa o mesmo objeto por no mínimo cinco anos, conforme legislação atualizada.	
	Objeto	Dar continuidade ao trabalho desenvolvido nas unidades do Centro de Educação Científica em Natal e Macaíba/RN e em Serrinha/BA envolvendo 1.400 alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental II de escolas públicas. Promover encontros sistemáticos de ações formativas entre os grupos de educadores das escolas públicas de referência dos nossos alunos e os das unidades do Centro de Educação Científica.	
	UJ Parceira	**Nome**	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
		UG SIAFI	240101
	Período Vigência	**Início**	30/12/2011
		Fim	30/12/2012
	Valor Global (em R$ 1,00)	**Da UJ**	4.160.649,00
		Da Entidade	84.911,20

entidade parceira	**CNPJ**	04.887.441/0001-08
	Nome	Instituto Muito Especial
	Âmbito de atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)	
	Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)	
Informações do Termo de Parceria	**Número**	13.0002.00/2010
	Data Celebração	29/04/2010
	Registrado no SICONV?	-
	Forma de escolha da entidade parceira	-
	Objeto	Realização de estudos, palestras e cursos em Teresina sobre acessibilidade como instrumentos facilitadores do processo de inclusão social de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

		Nome	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
	UJ Parceira	**UG SIAFI**	240101
		Início	29/04/2010
	Período Vigência	**Fim**	31/05/2011
		Da UJ	1.500.000,00
	Valor Global (em R$ 1,00)	**Da Entidade**	-
entidade parceira	**CNPJ**	04.887.441/0001-08	
	Nome	Instituto Muito Especial	
	Âmbito de atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)		
	Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)		
Informações do Termo de Parceria	**Número**	13.0004.00/2010	
	Data Celebração		29/04/2010
	Registrado no SICONV?	-	
	Forma de escolha da entidade parceira	-	
	Objeto	Realização de estudos, palestras e cursos e Teresina sobre acessibilidade como instrumentos facilitadores do processo de inclusão social de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.	
		Nome	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
	UJ Parceira	**UG SIAFI**	240101
		Início	29/04/2010
	Período Vigência	**Fim**	31/05/2011
		Da UJ	1.500.000,00
	Valor Global (em R$ 1,00)	**Da Entidade**	-

entidade parceira	**CNPJ**	04.887.441/0001-08
	Nome	Instituto Muito Especial
	Âmbito de atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)	
	Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)	
Termo de Parceria	**Número**	13.0007.00/2010
	Data Celebração	29/04/2010
	Registrado no SICONV?	-
	Forma de escolha da entidade parceira	-

	Objeto	Realização de estudos, palestras e cursos no Rio de Janeiro sobre acessibilidade como instrumentos facilitadores do processo de inclusão social de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.	
	UJ Parceira	**Nome**	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
		UG SIAFI	240101
	Período Vigência	**Início**	29/04/2010
		Fim	31/03/2011
	Valor Global (em R$ 1,00)	**Da UJ**	1.200.000,00
		Da Entidade	-
entidade parceira	**CNPJ**	04.887.441/0001-08	
	Nome	Instituto Muito Especial	
	Âmbito de atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)		
	Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)		
Informações do Termo de Parceria	**Número**	13.0008.00/2010	
	Data Celebração		20/04/2010
	Registrado no SICONV?	-	
	Forma de escolha da entidade parceira	-	
	Objeto	Preparar um evento para debater Tecnologia Assistiva e a Inclusão Social de Pessoas com Deficiência na cidade do Recife.	
	UJ Parceira	**Nome**	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
		UG SIAFI	240101
	Período Vigência	**Início**	20/04/2010
		Fim	28/02/2011
	Valor Global (em R$ 1,00)	**Da UJ**	900.000,00
		Da Entidade	-

entidade parceira	**CNPJ**	04.887.441/0001-08
	Nome	Instituto Muito Especial
	Âmbito de atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)	
	Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)	
Informações do Termo de Parceria	**Número**	13.0009.00/2010
	Data Celebração	29/04/2010
	Registrado no SICONV?	-
	Forma de escolha da entidade parceira	-
	Objeto	Difundir pesquisas científicas e experiências inovadoras sobre Tecnologia Assistiva, em seis edições ao longo de 2010 e 2011, como instrumento facilitador do processo de inclusão social de pessoas com deficiência.

		Nome	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
	UJ Parceira	**UG SIAFI**	240101
		Início	29/04/2010
	Período Vigência	**Fim**	30/09/2011
		Da UJ	1.000.000,00
	Valor Global (em R$ 1,00)	**Da Entidade**	-

entidade parceira	**CNPJ**	04.887.441/0001-08	
	Nome	Instituto Muito Especial	
	Âmbito de atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)		
	Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)		
Informações do Termo de Parceria	**Número**	13.0010.00/2010	
	Data Celebração		27/04/2010
	Registrado no SICONV?	-	
	Forma de escolha da entidade parceira	-	
	Objeto	Organizar uma Feira com novidades tecnológicas para as pessoas com deficiência na cidade do Recife.	
		Nome	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
	UJ Parceira	**UG SIAFI**	240101
		Início	27/04/2010
	Período Vigência	**Fim**	31/01/2011
		Da UJ	1.100.000,00
	Valor Global (em R$ 1,00)	**Da Entidade**	-
entidade parceira	**CNPJ**	04.887.441/0001-08	
	Nome	Instituto Muito Especial	
	Âmbito de atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)		
	Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)		
Informações do Termo de Parceria	**Número**	13.0013.00/2010	
	Data Celebração		25/11/2010
	Registrado no SICONV?	-	
	Forma de escolha da entidade parceira	-	
	Objeto	Inclusão Digital e Produtiva de Pessoas com e sem deficiência no Município de João Pessoa.	
		Nome	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
	UJ Parceira	**UG SIAFI**	240101
	Período Vigência	**Início**	25/11/2010

		Fim	31/12/2011
		Da UJ	1.000.000,00
	Valor Global (em R$ 1,00)	**Da Entidade**	-

entidade parceira	**CNPJ**	04.887.441/0001-08	
	Nome	Instituto Muito Especial	
	Âmbito de atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)		
	Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)		
Informações do Termo de Parceria	**Número**	13.0014.00/2010	
	Data Celebração		09/09/2010
	Registrado no SICONV?	-	
	Forma de escolha da entidade parceira	-	
	Objeto	Inclusão Digital e Produtiva de Pessoas com e sem deficiência no Município de Campina Grande.	
	UJ Parceira	**Nome**	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
		UG SIAFI	240101
	Período Vigência	**Início**	09/09/2010
		Fim	30/10/2011
	Valor Global (em R$ 1,00)	**Da UJ**	500.000,00
		Da Entidade	-

entidade parceira	**CNPJ**	04.887.441/0001-08	
	Nome	Instituto Muito Especial	
	Âmbito de atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)		
	Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)		
Informações do Termo de Parceria	**Número**	13.0015.00/2010	
	Data Celebração		25/11/2010
	Registrado no SICONV?	-	
	Forma de escolha da entidade parceira	-	
	Objeto	Realização de estudos com vistas a identificar casos de sucesso de pessoas com deficiência no mercado de trabalho da Cidade do Rio de Janeiro.	
	UJ Parceira	**Nome**	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
		UG SIAFI	240101
	Período Vigência	**Início**	25/11/2010
		Fim	31/12/2011
	Valor Global (em R$ 1,00)	**Da UJ**	500.000,00
		Da Entidade	-

entidade parceira	**CNPJ**	04.887.441/0001-08	
	Nome	Instituto Muito Especial	
	Âmbito de atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)		
	Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)		
Informações do Termo de Parceria	**Número**	13.0016.00/2010	
	Data Celebração		13/12/2010
	Registrado no SICONV?	-	
	Forma de escolha da entidade parceira	-	
	Objeto	Realização de estudos com vistas a identificar casos de sucesso de pessoas com deficiência no mercado de trabalho da Cidade do Recife.	
	UJ Parceira	**Nome**	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
		UG SIAFI	240101
	Período Vigência	**Início**	13/12/2010
		Fim	31/01/2012
	Valor Global (em R$ 1,00)	**Da UJ**	500.000,00
		Da Entidade	-

entidade parceira	**CNPJ**	04.887.441/0001-08	
	Nome	Instituto Muito Especial	
	Âmbito de atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)		
	Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)		
Informações do Termo de Parceria	**Número**	13.0017.00/2010	
	Data Celebração		24/09/2010
	Registrado no SICONV?	-	
	Forma de escolha da entidade parceira	-	
	Objeto	Organizar um evento para discutir Tecnologia Assistiva e Inclusão Social de Pessoas com Deficiência na cidade de Brasília.	
	UJ Parceira	**Nome**	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
		UG SIAFI	240101
	Período Vigência	**Início**	24/09/2010
		Fim	31/03/2011

		Da UJ	850.000,00
	Valor Global (em R$ 1,00)	**Da Entidade**	-

entidade parceira	**CNPJ**	04.887.441/0001-08	
	Nome	Instituto Muito Especial	
	Âmbito de atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)		
	Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)		
Informações do Termo de Parceria	**Número**	13.0018.00/2010	
	Data Celebração		24/09/2010
	Registrado no SICONV?	-	
	Forma de escolha da entidade parceira	-	
	Objeto	Reunir diversos produtos assistivos para facilitar a vida das pessoas com deficiência na cidade de Brasília.	
	UJ Parceira	**Nome**	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
		UG SIAFI	240101
	Período Vigência	**Início**	24/09/2010
		Fim	31/03/2011
	Valor Global (em R$ 1,00)	**Da UJ**	600.000,00
		Da Entidade	-

entidade parceira	**CNPJ**	07.264.216/0001-03	
	Nome	Instituto Manamauê	
	Âmbito de atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)		
	Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)		
Informações do Termo de Parceria	**Número**	13.0019.00/2010	
	Data Celebração		23/12/2010
	Registrado no SICONV?	-	
	Forma de escolha da entidade parceira	-	
	Objeto	Implantar Centros Multimídia de Comunicação e Inclusão Digital.	
	UJ Parceira	**Nome**	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
		UG SIAFI	240101
	Período Vigência	**Início**	23/12/2010
		Fim	30/11/2011
	Valor Global (em R$ 1,00)	**Da UJ**	564.968,00
		Da Entidade	-

entidade parceira	**CNPJ**	04.887.441/0001-08	
	Nome	Instituto Muito Especial	
	Âmbito de atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)		
	Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)		
Informações do Termo de Parceria	**Número**	13.0020.00/2010	
	Data Celebração		03/12/2010
	Registrado no SICONV?	-	
	Forma de escolha da entidade parceira	-	
	Objeto	Montar um exemplo de casa acessível e reunir diversos produtos assistivos para facilitar a vida das pessoas com deficiência, pessoas idosas e outras com mobilidade reduzida na cidade do Recife.	
	UJ Parceira	**Nome**	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
		UG SIAFI	240101
	Período Vigência	**Início**	03/12/2010
		Fim	31/01/2012
	Valor Global (em R$ 1,00)	**Da UJ**	1.500.000,00
		Da Entidade	-

entidade parceira	**CNPJ**	04.887.441/0001-08	
	Nome	Instituto Muito Especial	
	Âmbito de atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)		
	Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)		
Informações do Termo de Parceria	**Número**	13.0023.00/2010	
	Data Celebração		03/12/2010
	Registrado no SICONV?	-	
	Forma de escolha da entidade parceira	-	
	Objeto	Inclusão Digital e Produtiva de Pessoas com e sem deficiência no Município do Rio de Janeiro.	
	UJ Parceira	**Nome**	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
		UG SIAFI	240101
	Período Vigência	**Início**	03/12/2010
		Fim	30/11/2011
	Valor Global (em R$ 1,00)	**Da UJ**	500.000,00
		Da Entidade	-
parceira	**CNPJ**	05.147.737.0001-55	
	Nome	Acessibilidade Brasil	

	Âmbito de atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)		
	Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)		
Informações do Termo de Parceria	**Número**	13.0024.00/2010	
	Data Celebração		22/12/2010
	Registrado no SICONV?	-	
	Forma de escolha da entidade parceira	-	
	Objeto	Desenvolvimento de formas apropriadas de acesso à informação e comunicação para as pessoas com deficiência auditiva.	
	UJ Parceira	**Nome**	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
		UG SIAFI	240101
	Período Vigência	**Início**	22/12/2010
		Fim	30/11/2011
	Valor Global (em R$ 1,00)	**Da UJ**	439.500,00
		Da Entidade	-

entidade parceira	**CNPJ**	03.013.534/0001-40	
	Nome	Instituto Cidadania Brasil	
	Âmbito de atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)		
	Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)		
Informações do Termo de Parceria	**Número**	13.0025.00/2010	
	Data Celebração		30/12/2010
	Registrado no SICONV?	-	
	Forma de escolha da entidade parceira	-	
	Objeto	Reconhecer e difundir práticas sociais das Instituições de Ensino Superior, que geraram melhorias na qualidade de vida e geração de emprego e renda das comunidades brasileiras.	
	UJ Parceira	**Nome**	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
		UG SIAFI	240101
	Período Vigência	**Início**	30/12/2010
		Fim	31/07/2011
	Valor Global (em R$ 1,00)	**Da UJ**	180.000,00
		Da Entidade	-

entidade parceira	**CNPJ**	06.196.354/0001-30
	Nome	Brasil Ação Solidária
	Âmbito de atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)	
	Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)	

Informações do Termo de Parceria	**Número**	13.0026.00/2010	
	Data Celebração		31/12/2010
	Registrado no SICONV?	-	
	Forma de escolha da entidade parceira	-	
	Objeto	Implantação do Centro Vocacional Tecnológico - CVT no Município de Confins - MG.	
	UJ Parceira	**Nome**	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
		UG SIAFI	240101
	Período Vigência	**Início**	31/12/2010
		Fim	30/11/2012
	Valor Global (em R$ 1,00)	**Da UJ**	600.000,00
		Da Entidade	45.600,00

entidade parceira	**CNPJ**	06.223.459/0001-30	
	Nome	Associação Alberto Santos Dumont para Apoio à Pesquisa - AASDAP	
	Âmbito de atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)		
	Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)		
Informações do Termo de Parceria	**Número**	13.0027.00/2010	
	Data Celebração		31/12/2010
	Registrado no SICONV?	-	
	Forma de escolha da entidade parceira	-	
	Objeto	Educação Científica da AASDAP - 2010	
	UJ Parceira	**Nome**	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
		UG SIAFI	240101
	Período Vigência	**Início**	31/12/2010
		Fim	30/11/2011
	Valor Global (em R$ 1,00)	**Da UJ**	2.778.209,00
		Da Entidade	27.882,09
entidade parceira	**CNPJ**	02.517.619/0001-01	
	Nome	Congregação Holística da Paraíba - Escola Olho do Tempo	
	Âmbito de atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)		
	Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)		
do Termo de Parceria	**Número**	13.0006.00/2009	
	Data Celebração		31/12/2009
	Registrado no SICONV?	-	
	Forma de escolha da entidade parceira	-	
	Objeto	Realizar cursos de capacitação no Vale do Gramame.	

		Nome	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
	UJ Parceira	**UG SIAFI**	240101
		Início	31/12/2009
	Período Vigência	**Fim**	31/12/2011
		Da UJ	21.100,00
	Valor Global (em R$ 1,00)	**Da Entidade**	214

entidade parceira	**CNPJ**	04.521.441/0001-90	
	Nome	Núcleo de Empreendimento em Ciência,Tecnologia e Artes - NECTAR	
	Âmbito de atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)		
	Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)		
Informações do Termo de Parceria	**Número**	13.0009.00/2009	
	Data Celebração		31/12/2009
	Registrado no SICONV?	-	
	Forma de escolha da entidade parceira	-	
	Objeto	Implantação do Centro Vocacional Tecnológico de Metal-Mecânica de SUAPE PE.	
		Nome	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
	UJ Parceira	**UG SIAFI**	240101
		Início	31/12/2009
	Período Vigência	**Fim**	31/01/2013
		Da UJ	2.000.000,00
	Valor Global (em R$ 1,00)	**Da Entidade**	105.280,00

entidade parceira	**CNPJ**	04.887.441/0001-08	
	Nome	Instituto Muito Especial	
	Âmbito de atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)		
	Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)		
Informações do Termo de Parceria	**Número**	13.0010.00/2009	
	Data Celebração		18/11/2009
	Registrado no SICONV?	-	
	Forma de escolha da entidade parceira	-	
	Objeto	Inclusão Digital e Produtiva de Pessoas com e sem deficiência no Estado do Tocantins.	
		Nome	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
	UJ Parceira	**UG SIAFI**	240101
		Início	18/11/2009
	Período Vigência	**Fim**	31/07/2011

		Da UJ	1.000.000,00
	Valor Global (em R$ 1,00)	**Da Entidade**	11.200,00

entidade parceira	**CNPJ**	07.759.605/0001-00	
	Nome	Centro de Inclusão Digital e Aprendizagem Profissional - CIDAP	
	Âmbito de atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)		
	Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)		
Informações do Termo de Parceria	**Número**	13.0015.00/2009	
	Data Celebração		31/12/2009
	Registrado no SICONV?	-	
	Forma de escolha da entidade parceira	-	
	Objeto	Implantação de 02 (dois) Centros Vocacionais Tecnológicos em municípios do Estado de São Paulo.	
	UJ Parceira	**Nome**	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
		UG SIAFI	240101
	Período Vigência	**Início**	31/12/2009
		Fim	30/11/2011
	Valor Global (em R$ 1,00)	**Da UJ**	300.000,00
		Da Entidade	3.100,00

entidade parceira	**CNPJ**	06.003.967/0001-03	
	Nome	Instituto de Capacitação e Cidadania do Nordeste - ICN	
	Âmbito de atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)		
	Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)		
Informações do Termo de Parceria	**Número**	13.0017.00/2009	
	Data Celebração		31/12/2009
	Registrado no SICONV?	-	
	Forma de escolha da entidade parceira	-	
	Objeto	Capacitação de 250 jovens(tecnicos agrícolas em formação e egressos) em Processos de Cooperação e Gestão Empreendedora.	
	UJ Parceira	**Nome**	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
		UG SIAFI	240101
	Período Vigência	**Início**	31/12/2009
		Fim	31/05/2011
	Valor Global (em R$ 1,00)	**Da UJ**	1.200.000,00
		Da Entidade	36.750,00

entidade parceira	**CNPJ**	04.887.441/0001-08	
	Nome	Instituto Muito Especial	
	Âmbito de atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)		
	Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)		
Informações do Termo de Parceria	**Número**	13.0018.00/2009	
	Data Celebração		23/12/2009
	Registrado no SICONV?	-	
	Forma de escolha da entidade parceira	-	
	Objeto	Inclusão Digital e Produtiva de Pessoas com e sem deficiências no Município de São João de Meriti.	
	UJ Parceira	**Nome**	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
		UG SIAFI	240101
	Período Vigência	**Início**	23/12/2009
		Fim	31/01/2011
	Valor Global (em R$ 1,00)	**Da UJ**	1.000.000,00
		Da Entidade	13.200,00
entidade parceira	**CNPJ**	07.473.281/0001-49	
	Nome	Instituto Superior de Tecnologia - ISTEC	
	Âmbito de atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)		
	Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)		
Informações do Termo de Parceria	**Número**	13.0019.00/2009	
	Data Celebração		31/12/2009
	Registrado no SICONV?	-	
	Forma de escolha da entidade parceira	-	
	Objeto	Implantar Centros de Alfabetização, capacitação e Inclusão Digital em comunidades com baixo índice de desenvolvimento humano e condições de risco social, visando oferecer oficinas de formação e de aperfeiçoamento profissinal em áreas de interesse do mercado local, voltados a tecnologia de informação.	
	UJ Parceira	**Nome**	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
		UG SIAFI	240101
	Período Vigência	**Início**	31/12/2009
		Fim	31/12/2011
	Valor Global (em R$ 1,00)	**Da UJ**	3.500.000,00
		Da Entidade	38.000,00
parceira	**CNPJ**	05.014.680/0001-16	
	Nome	Organização Não Governamental Programando o Futuro	

	Âmbito de atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)		
	Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)		
Informações do Termo de Parceria	**Número**	13.0022.00/2009	
	Data Celebração		31/12/2009
	Registrado no SICONV?	-	
	Forma de escolha da entidade parceira	-	
	Objeto	Fortalecimento do Arranjo Produtivo Local de Cultura na Cadeia produtiva do Hip Hop em Sobradinho.	
	UJ Parceira	**Nome**	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
		UG SIAFI	240101
	Período Vigência	**Início**	31/12/2009
		Fim	31/03/2011
	Valor Global (em R$ 1,00)	**Da UJ**	277.915,00
		Da Entidade	3.000,00

entidade parceira	**CNPJ**	07.759.605/0001-00	
	Nome	Centro de Inclusão Digital e Aprendizagem Profissional - CIDAP	
	Âmbito de atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)		
	Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)		
Informações do Termo de Parceria	**Número**	13.0024.00/2009	
	Data Celebração		31/12/2009
	Registrado no SICONV?	-	
	Forma de escolha da entidade parceira	-	
	Objeto	Implantar Centros de Acesso Digital para implementar ações de capacitação promovendo a inclusão digital em municípios do Estado de São Paulo.	
	UJ Parceira	**Nome**	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
		UG SIAFI	240101
	Período Vigência	**Início**	31/12/2009
		Fim	30/11/2011
	Valor Global (em R$ 1,00)	**Da UJ**	1.330.000,00
		Da Entidade	14.800,00
entidade parceira	**CNPJ**	04.782.112/0001-00	
	Nome	Instituto de Tecnologia Social - ITS	
	Âmbito de atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)		
	Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)		
er ia	**Número**	13.0026.00/2009	

	Data Celebração		31/12/2009
	Registrado no SICONV?		-
	Forma de escolha da entidade parceira		-
	Objeto		Realizar Pesquisa, desenvolvimento, capacitação e extensão tecnológica nas áreas de Tecnologia Assistiva e de Desenvolvimento Local.
	UJ Parceira	**Nome**	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
		UG SIAFI	240101
	Período Vigência	**Início**	31/12/2009
		Fim	30/04/2012
	Valor Global (em R$ 1,00)	**Da UJ**	2.000.000,00
		Da Entidade	21.000,00

entidade parceira	**CNPJ**		03.475.900/0001-83
	Nome		Instituto Novas Fronteiras da Cooperação - INFC
	Âmbito de atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)		
	Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)		
Informações do Termo de Parceria	**Número**		13.0027.00/2009
	Data Celebração		31/12/2009
	Registrado no SICONV?		-
	Forma de escolha da entidade parceira		-
	Objeto		Transferência de tecnologia de Quintais Sustentáveis como modalidade de horta doméstica com irrigação de gotejamento.
	UJ Parceira	**Nome**	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
		UG SIAFI	240101
	Período Vigência	**Início**	31/12/2009
		Fim	30/04/2011
	Valor Global (em R$ 1,00)	**Da UJ**	257.000,00
		Da Entidade	3.600,00
entidade parceira	**CNPJ**		01.679.152/0001-25
	Nome		Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro (SOFTEX)
	Âmbito de atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)		
	Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)		
Parceria	**Número**		13.0028.00/2009
	Data Celebração		31/12/2009
	Registrado no SICONV?		-

	Forma de escolha da entidade parceira	-	
	Objeto	Projeto Mercado de Trabalho e Formação de Mão-de-Obra em TI	
	UJ Parceira	**Nome**	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
		UG SIAFI	240101
	Período Vigência	**Início**	31/12/2009
		Fim	13/05/2012
	Valor Global (em R$ 1,00)	**Da UJ**	389.382,00
		Da Entidade	110.618,00

entidade parceira	**CNPJ**	04.011.344/0001-57	
	Nome	Instituto de Cooperação, Desenvolvimento Humano e Social	
	Âmbito de atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)		
	Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)		
Informações do Termo de Parceria	**Número**	13.0029.00/2009	
	Data Celebração		31/12/2009
	Registrado no SICONV?	-	
	Forma de escolha da entidade parceira	-	
	Objeto	Apoiar a Geração de produtos regionais de aglomerados produtivos (Arranjos Produtivos Locais) de três comunidades de Alcântara.	
	UJ Parceira	**Nome**	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
		UG SIAFI	240101
	Período Vigência	**Início**	31/12/2009
		Fim	30/06/2011
	Valor Global (em R$ 1,00)	**Da UJ**	479.372,00
		Da Entidade	8.280,00

entidade parceira	**CNPJ**	06.223.459/0001-30	
	Nome	Associação Alberto Santos Dumont para Apoio à Pesquisa - AASDAP	
	Âmbito de atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)		
	Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)		
Termo de Parceria	**Número**	13.0002.00/2008	
	Data Celebração		30/10/2008
	Registrado no SICONV?	-	
	Forma de escolha da entidade parceira	-	
	Objeto	Educação Científica Infanto-Juvenil - Fase II	
	UJ Parceira	**Nome**	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

		UG SIAFI	240101
	Período Vigência	**Início**	30/10/2008
		Fim	31/01/2011
	Valor Global (em R$ 1,00)	**Da UJ**	3.000.000,00
		Da Entidade	31.008,00

entidade parceira	**CNPJ**	05.220.369/0001-23	
	Nome	Centro de Pesquisa do Pantanal - CPP	
	Âmbito de atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)		
	Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)		
Informações do Termo de Parceria	**Número**	13.0009.00/2008	
	Data Celebração		29/12/2008
	Registrado no SICONV?	-	
	Forma de escolha da entidade parceira	-	
	Objeto	Consolidação das Redes de Pesquisa sobre os Ecossistemas do Pantanal	
	UJ Parceira	**Nome**	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
		UG SIAFI	240101
	Período Vigência	**Início**	29/12/2008
		Fim	31/12/2012
	Valor Global (em R$ 1,00)	**Da UJ**	2.875.097,00
		Da Entidade	28.537,00
entidade parceira	**CNPJ**	01.679.152/0001-25	
	Nome	Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro - SOFTEX	
	Âmbito de atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)		
	Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)		
Informações do Termo de Parceria	**Número**	13.0017.00/2008	
	Data Celebração		30/12/2008
	Registrado no SICONV?	-	
	Forma de escolha da entidade parceira	-	
	Objeto	Realizar capacitação de oito Agentes Softex para aumentar seu envolvimento na coordenação descentralizada do Projeto Setorial Integrado para a Exportação de Software e Serviços Correlatos Brasileiros (PSI-SW).	
	UJ Parceira	**Nome**	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
		UG SIAFI	240101
	Período Vigência	**Início**	30/12/2008
		Fim	27/03/2012

		Da UJ	364.800,00
	Valor Global (em R$ 1,00)	**Da Entidade**	91.200,00
entidade parceira	**CNPJ**	03.854.968/0001-73	
	Nome	Fundação para o Desenvolvimento Sustentável do Araripe	
	Âmbito de atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)		
	Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)		
Informações do Termo de Parceria	**Número**	13.0018.00/2008	
	Data Celebração		30/12/2008
	Registrado no SICONV?	-	
	Forma de escolha da entidade parceira	-	
	Objeto	Diagnóstico para Elaboração de um Plano Sub-Regional de Desenvolvimento Sustentavel para o Araripe Pernambucano.	
	UJ Parceira	**Nome**	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
		UG SIAFI	240101
	Período Vigência	**Início**	30/12/2008
		Fim	30/03/2011
	Valor Global (em R$ 1,00)	**Da UJ**	500.000,00
		Da Entidade	25.000,00

entidade parceira	**CNPJ**	07.759.605/0001-00	
	Nome	Centro de Inclusão Digital e Aprendizagem Profissional - CIDAP	
	Âmbito de atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)		
	Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)		
Informações do Termo de Parceria	**Número**	13.0019.00/2008	
	Data Celebração		31/12/2008
	Registrado no SICONV?	-	
	Forma de escolha da entidade parceira	-	
	Objeto	Geração Aprendiz Digital.	
	UJ Parceira	**Nome**	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
		UG SIAFI	240101
	Período Vigência	**Início**	31/12/2008
		Fim	30/11/2011
	Valor Global (em R$ 1,00)	**Da UJ**	150.000,00
		Da Entidade	5.400,00
parceira	**CNPJ**	03.357.319/0001-67	
	Nome	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - INSTITUTO	

		XINGÓ	
	Âmbito de atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)		
	Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)		
Informações do Termo de Parceria	**Número**	13.0013.00/2006	
	Data Celebração		29/12/2006
	Registrado no SICONV?	-	
	Forma de escolha da entidade parceira	-	
	Objeto	III Termo de Cooperação Técnica visando a difusão tecnológica por meio da implantação de Centros Tecnológicos Temáticos e capacitação técnica profissionalizante no semi-árido nordestino.	
	UJ Parceira	**Nome**	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
		UG SIAFI	240101
	Período Vigência	**Início**	29/12/2006
		Fim	30/06/2011
	Valor Global (em R$ 1,00)	**Da UJ**	6.407.181,07
		Da Entidade	-
entidade parceira	**CNPJ**	05.056.909/0001-85	
	Nome	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO SISAL - IDR SISAL	
	Âmbito de atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)		
	Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)		
Informações do Termo de Parceria	**Número**	13.0014.00/2005	
	Data Celebração		26/12/2005
	Registrado no SICONV?	-	
	Forma de escolha da entidade parceira	-	
	Objeto	Desenvolvimento de estudos e pesquisas	
	UJ Parceira	**Nome**	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
		UG SIAFI	240101
	Período Vigência	**Início**	26/12/2005
		Fim	29/04/2011
	Valor Global (em R$ 1,00)	**Da UJ**	950.000,00
		Da Entidade	-

entidade parceira	**CNPJ**	02.809.008/0001-29	
	Nome	ECONOMIA E ENERGIA – e&e	
	Âmbito de atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)		
	Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)		
Informações do Termo de Parceria	**Número**	13.0017.00/2005	
	Data Celebração		26/12/2005
	Registrado no SICONV?	-	
	Forma de escolha da entidade parceira	-	
	Objeto	Bases para Programa de Incremento da Produtividade de Capital	
	UJ Parceira	**Nome**	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
		UG SIAFI	240101
	Período Vigência	**Início**	26/12/2005
		Fim	30/06/2011
	Valor Global (em R$ 1,00)	**Da UJ**	320.000,00
		Da Entidade	65.000,00

Quadro C.38.2 – Demonstração dos valores mensais repassados no exercício em razão de termo de parceria

Identificação da Entidade Parceira			
Nome	Instituto Cidadania		
CNPJ	03.013.534/0001-40		
Valores Repassados no exercício (R$ 1,00)			
No Primeiro Semestre		**No Segundo Semestre**	
Janeiro	0	**Julho**	0
Fevereiro	180.000,00	**Agosto**	0
Março	0	**Setembro**	0
Abril	0	**Outubro**	0
Maio	0	**Novembro**	0
Junho	0	**Dezembro**	0
Total	180.000,00	**Total**	0

Quadro C.38.2 – Demonstração dos valores mensais repassados no exercício em razão de termo de parceria

Identificação da Entidade Parceira			
Nome	Brasil Ação Solidária - BRASOL		
CNPJ	06.196.354/0001-30		
Valores Repassados no exercício (R$ 1,00)			
No Primeiro Semestre		**No Segundo Semestre**	
Janeiro	600.000,00	**Julho**	0
Fevereiro	0	**Agosto**	0
Março	0	**Setembro**	0
Abril	0	**Outubro**	0
Maio	0	**Novembro**	0
Junho	0	**Dezembro**	0
Total	600.000,00	**Total**	0

Quadro C.38.2 – Demonstração dos valores mensais repassados no exercício em razão de termo de parceria

Identificação da Entidade Parceira			
Nome	Associação Alberto Santos Dumont para Apoio à Pesquisa - AASDAP		
CNPJ	06.223.459/0001-30		
Valores Repassados no exercício (R$ 1,00)			
No Primeiro Semestre		**No Segundo Semestre**	
Janeiro	2.778.209,00	**Julho**	0
Fevereiro	0	**Agosto**	0
Março	0	**Setembro**	0
Abril	0	**Outubro**	0
Maio	0	**Novembro**	0
Junho	0	**Dezembro**	0
Total	2.778.209,00	**Total**	0

Fonte: DCON/CGRL/SPOA

Quadro C.38.3 – Dados agregados dos Termos de Parceria de exercícios antecedentes ao de referência

Exercícios	Quantidade de Termos vigentes	Montante repassado no Exercício (em R$ 1,00)
2010	71	34.952.054,00
2009	57	14.550.484,01

Fonte:
DCON/CGRL/SPOA

Quadro C.38.5 – Demonstrativo das prestações de contas apresentadas no exercício

CNPJ da Entidade Parceira	Data da apresentação das contas	Período de Referência		Situação da Análise*	Decisão**
		Data Início	Data Fim		
02.394.511/0001-60	26/02/2010	23/12/2005	30/01/2010	Em Andamento	Em exigência
02.394.511/0001-60	26/02/2010	23/12/2005	30/01/2010	Em Andamento	Em exigência
02.809.008/0001-29	19/08/2011	26/12/2005	30/06/2011	Em Andamento	Em exigência
02.809.008/0001-29	19/08/2011	26/12/2005	30/06/2011	Em Andamento	Em exigência
02.809.008/0001-29	19/08/2011	26/12/2005	30/06/2011	Em Andamento	Em exigência
05.056.909/0001-85	02/07/2011	02/10/2009	29/04/2011	Em Andamento	Em exigência
05.056.909/0001-85	02/07/2011	02/10/2009	29/04/2011	Em Andamento	Em exigência
67.007.252/0001-13	03/10/2011	29/123/06	31/12/2008	Em Andamento	Em exigência
03.666.886/0001-03	03/mar/11	31/07/2009	30/06/2010	Em Andamento	Em exigência
03.666.886/0001-03	03/mar/11	31/07/2009	30/06/2010	Em Andamento	Em exigência
01.573.107/0001-91	23/12/2010	31/12/2007	31/10/2010	Em Andamento	Em exigência
01.573.107/0001-91	23/12/2010	31/12/2007	31/10/2010	Em Andamento	Em exigência
05.056.909/0001-85	26/abr/11	31/12/2007	31/12/2010	Em Andamento	Em exigência
00.501.070/0001-23	jun/10	31/12/2008	31/05/2010	Em Andamento	Em exigência
03.854968/0001-73	30/11/2010	31/12/2007	31/12/2010	Em Andamento	Em exigência
06.223.459/0001-30	11/mai/11	30/08/2008	31/01/2011	Concluído	Aprovada
03.854.968/0001-73	09/jun/11	30/12/2008	30/03/2011	Em Andamento	Em exigência
01.211.315/0001-40	23/03/2011	30/12/2008	31/08/2010	Em Andamento	Em exigência
07.759.605/0001-00	01/dez/11	31/12/2008	30/11/2011	Em Andamento	Em exigência
05.056.909/0001-85	15/fev/11	30/12/2008	31/12/2010	Em Andamento	Em exigência
05.056.909/0001-85	15/fev/11	31/12/2008	23/08/2011	Concluído	Aprovada
05.121.315/0001-00	01/jun/11	31/12/2008	30/12/2010	Em Andamento	Em exigência
03.333.505/0001-66	15/jun/11	14/10/2009	30/09/2010	Em Andamento	Em exigência

03.333.505/0001-66	15/jun/11	14/10/2009	30/09/2010	Em Andamento	Em exigência
04.887.441/0001-08	28/09/2011	18/11/2009	31/07/2011	Em Andamento	Em exigência
03.333.505/0001-66	22/jul/11	27/11/2009	31/10/2010	Em Andamento	Em exigência
04.887.441/0001-08	18/jul/11	23/12/2009	31/03/2011	Em Andamento	Em exigência
04.887.441/0001-08	18/jul/11	23/12/2009	31/03/2011	Em Andamento	Em exigência
05.814.565/0001-26	20/jul/11	31/12/2009	31/12/2010	Em Andamento	Em exigência
03.475.900/0001-83	21/set/11	31/12/2009	30/04/2011	Em Andamento	Em exigência
06.003.967/0001-03	28/07/2011	31/12/2009	31/05/2011	Em Andamento	Em exigência
05.014.680/0001-16	04/11/2011	31/12/2009	31/03/2011	Em Andamento	Em exigência
04.887.441/0001-08	09/fev/11	28/04/2010	30/11/2010	Em Andamento	Em exigência
04.887.441/0001-08	29/07/2011	29/04/2010	31/05/2011	Em Andamento	Em exigência
04.887.441/0001-08	20/jul/11	04/05/2010	31/03/2011	Em Andamento	Em exigência
07.473.281/0001-49	20/out/11	31/12/2009	31/11/11	Em Andamento	Em exigência
04.887.441/0001-08	28/mar/11	27/04/2010	31/01/2011	Em Andamento	Em exigência
04.887.441/0001-08	12/mai/11	29/04/2010	31/12/2010	Em Andamento	Em exigência
04.887.441/0001-08	11/ago/11	29/04/2010	31/05/2011	Em Andamento	Em exigência
04.887.441/0001-08	25/11/2011	29/04/2010	30/09/2011	Em Andamento	Em exigência
04.887.441/0001-08	17/fev/11	10/06/2010	31/12/2010	Em Andamento	Em exigência
04.887.441/0001-08	21/jul/11	24/04/2010	28/02/2011	Em Andamento	Em exigência
04.887.441/0001-08	20/jul/11	24/09/2010	31/03/2011	Em Andamento	Em exigência
04.887.441/0001-08	03/jun/11	24/09/2010	31/03/2011	Em Andamento	Em exigência

***Situação da Análise:**

- Concluída
- Em andamento
- Não iniciada

****Decisão:**

- Aprovada
- Reprovada
- Em exigência

Fonte: SIAFI GERENCIAL PRODUÇÃO

ANEXO III

Informações sobre as contratações de consultores na modalidade "produto" no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais, no formato definido na portaria prevista no art. 4°, § 3° desta DN.

<table>
<tr><th colspan="6">Identificação da Organização Internacional Cooperante</th></tr>
<tr><td colspan="5">Nome da Organização</td><td>Sigla</td></tr>
<tr><td colspan="5">Organização das Nações Unidades para a Educação, Ciência e a Cultura</td><td>UNESCO</td></tr>
<tr><th colspan="6">Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica</th></tr>
<tr><td colspan="5">Título do Projeto</td><td>Código</td></tr>
<tr><td colspan="5">Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil</td><td>914BRZ2018</td></tr>
<tr><th colspan="6">Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"</th></tr>
<tr><td colspan="6">Código do Contrato: 1/004/2010</td></tr>
<tr><td colspan="6">Objetivo da consultoria: Apontar possibilidades de aprimoramento dos mecanismos de avaliação de instrumentos de financiamento de políticas de C,T&I no Brasil.</td></tr>
<tr><td colspan="2">Período de Vigência</td><td colspan="4">Remuneração</td></tr>
<tr><td>Início</td><td>Término</td><td>Total Previsto No Contrato</td><td>Total previsto no exercício</td><td>Total pago no exercício</td><td>Total pago até o final do exercício</td></tr>
<tr><td>13/12/2010</td><td>12/12/2011</td><td>R$ 96.000,00</td><td>R$ 96.000,00</td><td>R$ 96.000,00</td><td>R$ 96.000,00</td></tr>
<tr><th colspan="6">Insumos Externos</th></tr>
<tr><td colspan="6">Passagens e diárias.</td></tr>
<tr><th colspan="6">Produtos Contratados</th></tr>
<tr><td colspan="4">Descrição</td><td>Data prevista de entrega</td><td>Valor</td></tr>
<tr><td colspan="4">Produto 01: Documento técnico contendo diagnóstico sobre os mecanismos de avaliação do FNDCT/Fundos Setoriais;

Produto 02: Documento técnico contendo estratégias para execução de pesquisa-piloto de avaliação do FNDCT/Fundos setoriais;

Produto 03: Documento técnico contendo o plano tabular da pesquisa amostral segundo estrutura e conteúdo programáticos padronizados;

Produto 04: Documento técnico contendo a análise dos resultados da pesquisa amostral;

Produto 05: Documento técnico contendo proposta de metodologia sistemática e indicadores para avaliação dos projetos financiados pelo FNDCT/Fundos Setoriais.</td><td>1º Produto: 21/01/2011

2º Produto: 08/03/2011

3º Produto: 08/05/2011

4º Produto: 26/08/2011

5º Produto: 12/12/2011</td><td>Produto 1: R$ 21.000,00

Produto 2: R$ 20.000,00

Produto 3: R$ 24.000,00

Produto 4: R$ 18.000,00

Produto 5º: R$ 13.000,00</td></tr>
<tr><th colspan="6">Consultor contratado</th></tr>
<tr><td colspan="4">Nome do consultor: Alisson Alexandre de Araújo</td><td colspan="2">CPF: 936.020.141-34</td></tr>
<tr><td colspan="6">Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:
Contrato encerrado sem valor a pagar.</td></tr>
</table>

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	**Sigla**
Organização das Nações Unidades para a Educação, Ciência e a Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	**Código**
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil	914BRZ2018

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"

Código do Contrato: 3/002/2010

Objetivo da consultoria: Estudar possibilidades de aprimoramento dos mecanismos de financiamento que dão suporte as iniciativas de C,T&I.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	**Término**	**Total Previsto No Contrato**	**Total previsto no exercício**	**Total pago no exercício**	**Total pago até o final do exercício**
09/12/2010	08/12/2011	R$ 88.000,00	R$ 88.000,00	R$ 88.000,00	R$ 88.000,00

Insumos Externos

Passagens e diárias.

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 01: Documento técnico identificando os Fundos Públicos Nacionais que permitam apoio as atividades de C,T&I.	**1º Produto:** 25/01/2011	**Produto 1: R$ 12.000,00**
Produto 02: Documento técnico analisando a adequação dos instrumentos de financiamento a C,T&I no setor de transportes.	**2º Produto:** 20/04/2011	**Produto 2: R$ 20.000,00**
Produto 03: Documento técnico com recomendações de aprimoramento do financiamento das atividades de C,T&I no setor de transportes.	**3º Produto**: 20/06/2011	**Produto 3: R$ 19.000,00**
Produto 04: Documento técnico analisando a adequação dos instrumentos de financiamento a C,T&I no setor espacial.	**4º Produto:** 20/09/2011	**Produto 4: R$ 17.000,00**
Produto 05: Documento técnico com recomendações de aprimoramento do financiamento das atividades de C,T&I no setor espacial.	**5º Produto:** 08/12/2011	**Produto 5: R$ 20.000,00**

Consultor contratado

Nome do consultor: Andrea Carla Righetti	**CPF:** 116.371.918-80

Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:
Contrato encerrado sem valor a pagar.

Identificação da Organização Internacional Cooperante

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					**Sigla**
Organização das Nações Unidades para a Educação, Ciência e a Cultura					UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					**Código**
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil					914BRZ2018
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 4/018/2011					
Objetivo da consultoria: Auxiliar a Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social - SECIS no mapeamento e na avaliação das ações específicas de difusão da ciência e da tecnologia mediante a realização de estudos, pesquisas e coleta de dados nos meios do teatro e rádio científicos.					
Período de Vigência		**Remuneração**			
Início	**Término**	**Total Previsto No Contrato**	**Total previsto no exercício**	**Total pago no exercício**	**Total pago até o final do exercício**
10/01/2011	10/11/2011	R$ 72.000,00	R$ 72.000,00	R$ 61.920,00	R$ 61.920,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias.					

Produtos Contratados		
Descrição	**Data prevista de entrega**	**Valor**
Produto 01: Documento técnico contendo a análise das experiências bem sucedidas de teatro científico no Brasil apoiados pelo MCTI;	**1º Produto:** 24/02/2011	**Produto 1: R$ 8.640,00**
Produto 02: Documento técnico contendo a análise das experiências bem sucedidas envolvendo projetos na área de rádio e ciência - apoiados pelo MCTI;	**2º Produto:** 23/04/2011	**Produto 2: R$ 10.800,00**
Produto 03: Documento técnico de avaliação estratégica de eventos de Divulgação Científica;	**3º Produto:** 23/06/2011	**Produto 3: R$ 11.520,00**
Produto 04: Documento técnico contendo avaliação de procedimentos para a organização de eventos de rádio e teatro científico;	**4º Produto**: 15/08/2011	**Produto 4: R$ 12.960,00**
Produto 05: Documento técnico contendo avaliação de websites de conteúdos educacionais apoiados pelo MCTI**;**	**5º Produto:** 10/10/2011	**Produto 5: R$ 18.000,00**
Produto 06: Documento técnico contendo análises de procedimentos e ações em eventos de divulgação científica no ano de 2011.	**6º Produto:** 10/11/2011	**Produto 6: R$ 10.080,00**

Consultor contratado	
Nome do consultor: Bianca Nunes de Queiroz	**CPF:** 981.019.601-63
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato encerrado sem valor a pagar.	

Nome da Organização	**Sigla**
Organização das Nações Unidades para a Educação, Ciência e a Cultura	UNESCO

Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica

Título do Projeto	**Código**
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil	914BRZ2018

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"

Código do Contrato: 1/014/2011

Objetivo da consultoria: Contratação profissional (pessoal física), na modalidade produto, para proposição de metodologia de instrumentação e modelagem para desenvolvimento de formulação de função/algoritmo de correlação intensidade e acumulado de chuva x deslizamentos para a Região Metropolitana de Recife.

Período de Vigência		**Remuneração**			
Início	**Término**	**Total Previsto No Contrato**	**Total previsto no exercício**	**Total pago no exercício**	**Total pago até o final do exercício**
20/10/2011	20/04/2011	R$ 30.000,00	R$ 10.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00

Insumos Externos

Passagens e diárias.

Produtos Contratados

Descrição	**Data prevista de entrega**	**Valor**
Produto 1: Documento técnico contendo o Plano de Trabalho, que consiste na programação das atividades e especificações técnicas detalhadas segundo os produtos previstos, a apresentação do quadro técnico da equipe de trabalho do projeto, conforme especificado no Edital, e a revisão prelimimar de índices de correlação chuvas x deslizamentos para região de estudo e correlatas;	**1º Produto:** 15/11/2011	**Produto 1: R$ 3.000,00**
Produto 2: Documento técnico contendo a compartimentação e delimitação de domínios geomorfológicos por tipologia de movimentos gravitacionais de massa de massa da Região Metropolitana de Recife;	**2º Produto:** 20/12/2011	**Produto 2: R$ 7.000,00**
Produto 3: Documento técnico contendo a revisão bibliográfica das metodologias e modelagens matemáticas da relação solo, umidade e resistência ao cisalhamento;	**3º Produto**: 25/02/2012	**Produto 3: R$ 8.000,00**
Produto 4: Documento técnico contendo o relatório final, que estabelece a correlação chuvas x deslizamento como índices limites para intensidade e duração de chuvas deflagradoras de deslizamentos, por tipologia de movimentos gravitacionais de massa e para cada compartimento geológico-geomorfológico da Região Metropolitana de Recife.	**4º Produto:** 20/04/2012	**Produto 4: R$ 12.000,00**

Consultor contratado

Nome do consultor: Bruno Picinin Fernandez	**CPF:** 695.529.321-49

Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:

O Contrato foi firmado na segunda quinzena de outubro de 2011. Havia uma reunião agendada para meados de dezembro 2011, porém ocorreu um atraso da secretaria e está reunião foi adiada para janeiro, acarretando assim o atraso dos produtos.

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	**Sigla**
Organização das Nações Unidades para a Educação, Ciência e a Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	**Código**
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil	914BRZ2018

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"

Código do Contrato: 1/003/2010

Objetivo da consultoria: Apontar possibilidades de aprimoramento dos mecanismos de acompanhamento da aplicação dos recursos do FNDCT/Fundos Setoriais, especialmente no que diz respeito à necessidade de cumprimento da obrigação legal de destinação de percentual mínimo anual desses recursos às Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	**Término**	**Total Previsto No Contrato**	**Total previsto no exercício**	**Total pago no exercício**	**Total pago até o final do exercício**
13/12/2010	12/12/2011	R$ 90.000,00	R$ 90.000,00	R$ 90.000,00	R$ 90.000,00

Insumos Externos

Passagens e diárias.

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 01: Documento técnico contendo estudo sobre o histórico da aplicação dos recursos do FNDCT/Fundos Setoriais nas regiões do País, considerando questões relativas às Ações Verticais; Ações Transversais, Subvenção Econômica, Instrumentos do Fundo Verde Amarelo, Financiamento a Projetos de Pesquisa FPDTE e Bolsas do CNPq; e um diagnóstico dos mecanismos de acompanhamento, no âmbito do MCT, da aplicação dos recursos do FNDCT/Fundos Setoriais, especialmente nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste;	**1º Produto:** 21/01/2011	**Produto 1: R$ 21.000,00**
Produto 02: Documento técnico propondo metodologia para acompanhamento permanente e tempestivo da aplicação dos recursos do FNDCT/Fundos Setoriais, especialmente no tocante às Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste;	**2º Produto:** 08/04/2011	**Produto 2: R$ 20.000,00**
Produto 03: Documento técnico contendo proposta de teste e validação projeto-piloto da metodologia de acompanhamento supramencionada a um dos fundos que têm histórico de dificuldade com relação ao cumprimento da legislação referente a obrigatoriedade de aplicação dos recursos nas Regiões N, NE e CO Fundo Setorial de Saúde CT Saúde;	**3º Produto**: 08/06/2011	**Produto 3: R$ 18.000,00**
Produto 04: Documento técnico contendo análise dos resultados do projeto-piloto.	**4º Produto:** 08/09/2011	**Produto 4: R$ 16.000,00**
Produto 05: Documento técnico contendo proposta de aplicação aos demais Fundos da metodologia (validada e testada no projeto-piloto) de acompanhamento permanente e tempestivo da aplicação dos recursos do FNDCT/Fundos Setoriais, especialmente no que diz respeito à necessidade de cumprimento da obrigação legal de destinação de percentual mínimo anual desses recursos às Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, de modo a subsidiar o planejamento e a tomada de decisão por parte dos gestores do FNDCT/Fundos Setoriais.	**5º Produto:** 12/12/2011	**Produto 5º: R$ 15.000,00**

Consultor contratado	
Nome do consultor: Caio Lustosa Mascarenhas Sobrinho	**CPF:** 098.334.631-34

Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato encerrado sem valor a pagar.

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	**Sigla**
Organização das Nações Unidades para a Educação, Ciência e a Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	**Código**
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil	914BRZ2018
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"	
Código do Contrato: 1/015/2010	
Objetivo da consultoria: Auxiliar o MCT na condução do Projeto 914BRZ2018, em conjunto com os responsáveis designados oficialmente pelas Unidades do Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT, promovendo o planejamento, a execução, o acompanhamento e o monitoramento das ações, junto à UNESCO e aos demais atores envolvidos no processo.	

Período de Vigência		**Remuneração**			
Início	**Término**	**Total Previsto No Contrato**	**Total previsto no exercício**	**Total pago no exercício**	**Total pago até o final do exercício**
16/12/2010	15/12/2011	R$ 96.000,00	R$ 96.000,00	R$ 96.000,00	R$ 96.000,00

Insumos Externos
Passagens e diárias.

Produtos Contratados		
Descrição	**Data prevista de entrega**	**Valor**
Produto 01: Documento técnico contendo a consolidação das informações financeiras e contratuais, incluindo as licitações e missões realizadas, e os equipamentos adquiridos pelo Projeto nos meses de setembro a dezembro de 2010;	**1º Produto:** 05/01/2011	**Produto 1: R$ 23.000,00**
Produto 02: Documento técnico contendo a consolidação das informações financeiras e contratuais, incluindo as licitações e missões realizadas, e os equipamentos adquiridos pelo Projeto nos meses de janeiro e fevereiro de 2011;	**2º Produto:** 03/03/2011	**Produto 2: R$ 12.000,00**
Produto 03: Documento técnico contendo a consolidação das informações financeiras e contratuais, incluindo as licitações e missões realizadas, e os equipamentos adquiridos pelo Projeto nos meses de março a maio de 2011;	**3º Produto**: 10/06/2011	**Produto 3: R$ 11.000,00**
Produto 04: Documento técnico contendo a consolidação das informações financeiras e contratuais, incluindo as licitações e missões realizadas, e os equipamentos adquiridos pelo Projeto nos meses de junho e julho de 2011;	**4º Produto:** 05/08/2011	**Produto 4: R$ 11.000,00**
Produto 05: Documento técnico contendo a consolidação das informações financeiras e contratuais, incluindo as licitações e missões realizadas, e os equipamentos adquiridos pelo Projeto nos meses de agosto e setembro de 2011;	**5º Produto:** 10/10/2011	**Produto 5: R$ 10.000,00**
Produto 06: Documento técnico contendo a consolidação das informações financeiras e contratuais, incluindo as licitações e missões realizadas, e os equipamentos adquiridos pelo Projeto nos meses de outubro e novembro de 2011;	**6º Produto:** 02/12/2011	**Produto 6: R$ 12.000,00**
Produto 07: Documento técnico final com a consolidação dos documentos sínteses do período de setembro de 2010 a novembro de 2011.	**7º Produto:** 15/12/2011	**Produto 7: R$ 17.000,00**

Consultor contratado	
Nome do consultor: Carla Patrícia Almeida Rocha Terabe	**CPF:** 602.643.061-04
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato encerrado sem valor a pagar.	

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	**Sigla**
Organização das Nações Unidades para a Educação, Ciência e a Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	**Código**
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil	914BRZ2018

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"

Código do Contrato: 1/024/2011

Objetivo da consultoria: *Realizar estudos e pesquisa sobre a configuração e a evolução do Programa de Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação com Países da América do Sul - Prosul, visando oferecer elementos substanciais para uma avaliação preliminar sobre os resultados produzidos até aqui.*

Período de Vigência		Remuneração			
Início	***Término***	***Total Previsto No Contrato***	***Total previsto no exercício***	***Total pago no exercício***	***Total pago até o final do exercício***
28/09/2011	27/09/2012	R$ 120.000,00	R$ 35.000,00	R$ 00	R$ 00

Insumos Externos

Passagens e diárias.

Produtos Contratados

Descrição	*Data prevista de entrega*	Valor
Produto 01: *Documento técnico contendo informações sobre a origem e a natureza do Prosul no contexto da política externa brasileira, seu contexto,sua configuração, seus objetivos e sua estrutura;*	***1º Produto:*** *10/11/2011*	***Produto 1: R$ 35.000,00***
Produto 02*: Documento técnico contendo informações sobre as atividades efetivamente conduzidas pelo Prosul e os problemas/obstáculos com que o Programa possa ter se deparado ou esteja ainda encontrando;*	***2º Produto:*** *29/01/2012*	***Produto 2: R$ 35.000,00***
Produto 03: *Documento técnico contendo análise essencialmente qualitativa (apoiada em dados quantitativos) do conjunto das informações levantadas, desde a perspectiva da política de C,T&I e também da política externa brasileira;*	***3º Produto****: 08/05/2012*	***Produto 3: R$ 28.000,00***
Produto 04: *Documento técnico conclusivo contendo análise sistematizada do Prosul, apontando para uma avaliação preliminar dos resultados do Programa até aqui.*	***4º Produto:*** *27/09/2012*	***Produto 4: 22.000,00***

Consultor contratado		
Nome do consultor: Carmen Soriano Puig	**CPF**: 035.012.487-68	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: A Consultora entregou o produto no ano exercício de 2011, porém houve atraso na realização do pagamento.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	**Sigla**
Organização das Nações Unidades para a Educação, Ciência e a Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	**Código**
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil	914BRZ2018
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"	
Código do Contrato: 3/011/2011	
Objetivo da consultoria: *Prestar apoio técnico às ações de articulação, mobilização e de formação de parcerias governamentais na formulação, gestão e avaliação de políticas públicas, programas e projetos de C, T &I.*	

Período de Vigência		**Remuneração**			
Início	***Término***	***Total Previsto No Contrato***	***Total previsto no exercício***	***Total pago no exercício***	***Total pago até o final do exercício***
12/07/2011	10/07/2012	R$ 130.000,00	R$ 48.000,00	R$ 48.000,00	R$ 48.000,00

Insumos Externos
Passagens e diárias.

Produtos Contratados		
Descrição	***Data prevista de entrega***	**Valor**
Produto 01: *Documento Técnico contendo informações sobre o arcabouço legal e propostas de alterações de atos normativos relativos a recursos do mar, investigação científica marinha e bioprospecção marinha;*	***1º Produto:*** *22/08/2011*	***Produto 1: R$ 18.000,00***
Produto 02*: Documento Técnico contendo informações sobre as atividades desenvolvidas pelo seguintes conselhos, comissões e convenções: CTNBio, CONCEA, CIRM, CNB, CGEn, CDB e OMPI, que afetam as áreas de C,T& I no Brasil;*	***2º Produto:*** *11/11/2011*	***Produto 2: R$ 30.000,00***

Produto 03: *Documento Técnico sobre a legislação em vigor e projetos de atos normativos nas áreas de meio ambiente, biotecnologia e propriedade industrial, que afetam as atividades de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil;* ***Produto 04:*** *Documento Técnico contendo informações relativas aos depósitos e concessão de patentes no Brasil de produtos e processos oriundos do acessso ao patrimônio/recurso genético;* ***Produto 05:*** *Documento Técnico contendo informações sobre as ações sugeridas pelo MCT, por suas comissões e colegiados das áreas de recursos do mar, biotecnologia, meio ambiente e propriedade industrial, no período de 2008 a 2011.*	***3º Produto****: 01/02/2012* ***4º Produto:*** *20/04/2012* ***5º Produto:*** *10/07/2012*	***Produto 3: R$ 28.000,00*** ***Produto 4: 24.000,00*** ***Produto 5: R$ 30.000,00***
Consultor contratado		
Nome do consultor: Claudia Maria Rezende de Souza	**CPF**: 783.213.287-68	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: A consultora está dentro do prazo previsto.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	**Sigla**
Organização das Nações Unidades para a Educação, Ciência e a Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	**Código**
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil	914BRZ2018
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"	
Código do Contrato: 1/006/2011	
Objetivo da consultoria: Subsidiar a Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – SETEC no processo de acompanhamento e avaliação da Lei nº 11.196/2005 (Lei do Bem), no âmbito de no mínimo 50 (cinqüenta) empresas pré-selecionadas e classificadas como beneficiárias dos incentivos fiscais relativos ao exercício fiscal do ano de 2010, por meio da contratação de um consultor capacitado a avaliar atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica em empresas com a melhor eficiência e eficácia possível.	
Período de Vigência	**Remuneração**

Início	Término	Total Previsto No Contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
09/11/2011	08/05/2012	R$ 39.000,00	R$ 10.000,00	R$ 00	R$00

Insumos Externos
Passagens e diárias.

Produtos Contratados		
Descrição	**Data prevista de entrega**	**Valor**
Produto 01: Documento técnico preliminar contendo a metodologia de trabalho delineada e o elenco de entrevistas e seus enfoques. Este documento deverá conter informações relativas a identificação das empresas, o setor na qual atua, como se dá o funcionamento do seu quadro de P&D, e se as instalações laboratoriais atendem a demanda por novos produtos ou na melhoria de processos. O documento/formulário deverá conter também no mínimo dez perguntas que identifiquem o processo ou produto inovador da empresa, buscando também informações das empresas sobre qual o melhor projeto, descrevendo-o com seus marcos críticos e objetivos. O documento/formulário deverá conter quantos pedidos de patentes no Brasil e no exterior houve por parte das empresas desde 2005, e quantos projetos foram feitos em parceria com universidades, e qual o motivo da pouca aproximação, se for o caso. As empresas selecionadas para entrevistas serão de forma aleatória e consultadas via correio eletrônico, buscando preservar a máxima variedade possível de áreas de atividade econômica;	**1º Produto:** 23/12/2011	**Produto 1: R$ 10.000,00**
Produto 02: Documento técnico contendo o resultado das entrevistas, revelando qual o comportamento do setor privado no Brasil com relação aos investimentos em P&D, apresentando um quadro de investimentos comparáveis com países líderes em inovação tecnológica, bem como demais participantes do processo de análise. Demonstrar se os investimentos em P&D, a partir de 2005, geram pedidos de patentes. Por fim, listar o papel das universidades como parceiras do setor privado, e se essa parceria está concretizada. Esse documento poderá ser apensado ao relatório anual de utilização dos incentivos fiscais da Lei do Bem a ser enviado a Secretaria da Receita Federal do Brasil**;**	**2º Produto:** 24/02/2012	**Produto 2: R$ 16.000,00**
Produto 03: Documento técnico contendo a metodologia de trabalho final desenvolvida e apresentação do novo formulário eletrônico para análise e adoção. Tal formulário deve manter as bases do formulário atual e ser desenvolvido em parceria com o setor de informática do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.	**3º Produto**: 08/05/2012	**Produto 3: R$ 13.000,00**

Consultor contratado	
Nome do consultor: Felix Andrade da Silva	**CPF:** 102.148.521-72

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	**Sigla**
Organização das Nações Unidades para a Educação, Ciência e a Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	**Código**
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil	914BRZ2018

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"

Código do Contrato: 2/008/2011

Objetivo da consultoria: Estudos técnicos de suporte para a elaboração de uma Estratégia Nacional de Software e Serviços de Tecnologia da Informação (TI), com o objetivo de gerar competências técnicas que mapeiem as principais áreas-foco em consonância com as políticas públicas emanadas a partir de 2007, tais como, Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação (PACTI), Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e a Orientação Estratégica do Governo (OEG).

Período de Vigência		Remuneração			
Início	**Término**	**Total Previsto No Contrato**	**Total previsto no exercício**	**Total pago no exercício**	**Total pago até o final do exercício**
25/07/2011	25/03/2012	R$ 96.000,00	R$ 60.000,00	R$ 25.000,00	R$ 25.000,00

Insumos Externos

Passagens e diárias.

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 01: Documento Técnico: Contendo o diagnóstico inicial do setor de software e serviços de Tecnologia da Informação (TI), com destaque para o período pós-2008, interação entre diversos programas e iniciativas, bem como plano de coordenação das atividades;	**1º Produto:** 25/08/2011	**Produto 1: R$ 25.000,00**
Produto 02: Documento Técnico: Com os principais resultados das consultas realizadas aos atores representativos do setor de Software e Serviços de TI acerca do Plano Estratégico (academia, sociedade civil organizada, setor empresarial, etc), apresentando pontos relevantes, dificuldades, necessidades de novos instrumentos, atuação horizontal e vertical do setor, interação empresa-universidade necessária, dentre outros temas;	**2º Produto:** 25/11/2011	**Produto 2: R$ 35.000,00**
Produto 03: Documento Técnico: Contendo a compilação de todos os encontros e consultas realizados, estruturando, nos diversos eixos possíveis, as ações tidas como estruturantes e o desenho de mecanismo das ações verticais derivadas em câmaras temáticas setoriais, que conterão as propostas estruturadas de desenho de novas políticas para o período 2011-2020.	**3º Produto**: 25/03/2012	**Produto 3: R$ 36.000,00**

Consultor contratado	
Nome do consultor: Fernando Cesar Delgado Gemi	**CPF:** 129.508.098-20

Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:
O consultor está dentro do prazo previsto.

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	**Sigla**
Organização das Nações Unidades para a Educação, Ciência e a Cultura	UNESCO

Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	**Código**
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil	914BRZ2018

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"

Código do Contrato: 2 e 3/014/2010

Objetivo da consultoria: Apoiar a Coordenação-Geral de Programas (CGPG/ASCAV/SEXEC), nas atividades de fortalecimento do planejamento, acompanhamento e avaliação dos Programas do Plano Plurianual (PPA) do MCT, para atender as diferentes fases do processo e contribuir para o aperfeiçoamento metodológico e operacional, orientadas pela gestão estratégica, com o objetivo de sistematizar e institucionalizar, no âmbito do MCT, essas atividades e os sistemas informacionais relacionados e existentes que colaboram e compõe o processo.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	**Término**	**Total Previsto No Contrato**	**Total previsto no exercício**	**Total pago no exercício**	**Total pago até o final do exercício**
16/12/2010	15/12/2011	R$ 82.000,00	R$ 82.000,00	R$ 72.000,00	R$ 72.000,00

Insumos Externos

Passagens e diárias.

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 01: Documento técnico de diagnóstico do SigMCT com vistas ao seu aprimoramento;	**1º Produto:** 31/01/2011	**Produto 1: R$ 8.000,00**
Produto 02: Documento técnico de propostas de manutenções corretivas e evolutivas do SigMCT;	**2º Produto:** 15/03/2011	**Produto 2: R$ 18.000,00**
Produto 03: Contendo propostas de novas concepções e funcionalidades para o SigMCT, incluindo a integração com outros sistemas internos e externos ao MCT;	**3º Produto**: 07/05/2011	**Produto 3: R$ 18.000,00**
Produto 04: Documento técnico de proposta de um repositório para a coleta, análise e adequação dos dados referentes aos investimentos do MCT nas unidades da federação (UFs);	**4º Produto:** 01/07/2011	**Produto 4: R$ 8.000,00**
Produto 05: Documento técnico de resultados dos testes e homologações das novas concepções, funcionalidades e manutenções corretivas e evolutivas e apresentação de alternativas visando, quando for o caso, contornar impedimentos para a implementação;	**5º Produto:** 28/08/2011	**Produto 5: R$ 8.000,00**
Produto 06: Documento técnico contendo manual do usuário para apresentação e treinamento junto aos usuários do Sigmct;	**6º Produto:** 17/10/2011	**Produto 6: R$ 10.000,00**
Produto 07: Documento técnico sobre os investimentos do MCT nas unidades da federação (UFs), contendo resultados - planilhas, gráficos, apresentações, textos analíticos - a partir do repositório de dados.	**7º Produto:** 15/12/2011	**Produto 7: R$ 12.000,00**

Consultor contratado	
Nome do consultor: Gleidimar Pereira de Oliveira	**CPF:** 831.810.081-68

Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:
Contrato rescindido sem necessidade da entrega do último produto.

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	**Sigla**
Organização das Nações Unidades para a Educação, Ciência e a Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	**Código**
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil	914BRZ2018

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"

Código do Contrato: 4/021/2010

Objetivo da consultoria: Auxiliar a Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social - SECIS na elaboração e mapeamento de documentos com diretrizes para fomento, acompanhamento e avaliação das ações de difusão da ciência e da tecnologia, mediante a realização de estudos, pesquisas e coleta de dados, por meio de filmes e vídeos educativos e científicos.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	**Término**	**Total Previsto No Contrato**	**Total previsto no exercício**	**Total pago no exercício**	**Total pago até o final do exercício**
10/01/2011	09/11/2011	R$ 87.000,00	R$ 87.000,00	R$ 65.250,00	R$ 65.250,00

Insumos Externos

Passagens e diárias.

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 1: Documento técnico contendo o histórico dos filmes e vídeos relacionados à Ciência e Tecnologia (C&T) e análise das atividades e proposições, assim como o levantamento de locais de pesquisas;	**1º Produto:** 24/02/2011	**Produto 1: R$ 13.050,00**
Produto2: Documento técnico contendo instrumentos e metodologia para avaliação das experiências bem sucedidas de filmes e vídeos científico no Brasil;	**2º Produto:** 11/04/2011	**Produto 2: R$ 19.140,00**
Produto 3: Documento técnico contendo identificação e sistematização de dados relativos às atividades vídeos sobre temas de difusão e popularização da ciência de acervos na Cenemateca;	**3º Produto**: 12/07/2011	**Produto 3: R$ 17.400,00**
Produto 4: Documento técnico contendo análise dos dados relativos à atuação do de filmes e programas científicos da historia do cinema educativo no Brasil;	**4º Produto:** 05/09/2011	**Produto 4: R$ 15.660,00**
Produto 5: Documento técnico contendo avaliação de procedimentos para a organização de eventos de TV e vídeo científico.	**5º Produto:** 09/11/2011	**Produto 5: R$ 21.750,00**

Consultor contratado

Nome do consultor: Grace de Brito Cabral	**CPF:**750.841.044-00

Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:
Contrato encerrado sem valor a pagar.

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	**Sigla**
Organização das Nações Unidades para a Educação, Ciência e a Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	**Código**
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil	914BRZ2018

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"

Código do Contrato: 1/021/2011

Objetivo da consultoria: Contratação na modalidade produto de profissional para realizar o levantamento dos principais elementos que caracterizam as bacias dos Rios Itajaí, em Santa Catarina, e Mundaú, em Alagoas, para subsidiar a aplicação de modelos hidrodinâmicos regionais na prevenção de desastres naturais. As atividades serão desenvolvidas no Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais no campus do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), em Cachoeira Paulista – SP.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	**Término**	**Total Previsto No Contrato**	**Total previsto no exercício**	**Total pago no exercício**	**Total pago até o final do exercício**
05/12/2011	04/12/2012	R$ 63.750,00	R$ 00	R$ 00	R$ 00

Insumos Externos

Passagens e diárias.

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 01: Documento técnico contendo o levantamento do Municípios que compõem a bacia do Rio Itajaí, contendo suas principais características e principais áreas com registro de ocorrência de desastres naturais, bem como, as populações de cada município, o número de pessoas afetadas por desastres naturais nos últimos dez anos e os principais tipos de desastres destas regiões. O documento deve conter correlação entre as condições topográficas da região e os fenômenos meteorológicos;	**1º Produto:** 15/01/2012	**Produto 1: R$ 8.250,00**
Produto 02: Documento técnico contendo o levantamento do Municípios que compõem a bacia do Rio Mundaú, contendo suas principais características e principais áreas com registro de ocorrência de desastres naturais, bem como, as populações de cada município, o número de pessoas afetadas por desastres naturais nos últimos dez anos e os principais tipos de desastres destas regiões. O documento deve conter correlação entre as condições topográficas da região e correlação com fenômenos meteorológicos;	**2º Produto:** 25/03/2012	**Produto 2: R$ 8.500,00**
Produto 03: Documento técnico contendo a avaliação do modelo Eta quanto ao desempenho nas previsões de eventos de desastres naturais regionais para a bacia do rio Itajaí, utilizando diferentes índices, categóricos e contínuos, em um período contínuo de dados e em casos de desastres naturais;	**3º Produto**: 20/05/2012	**Produto 3: R$ 10.500,00**
Produto 04: Documento técnico contendo a avaliação do modelo Eta quanto ao desempenho nas previsões de eventos de desastres naturais regionais para a bacia do rio Mundaú, utilizando diferentes índices, categóricos e contínuos, em um período contínuo de dados e em casos de desastres naturais;	**4º Produto:** 10/07/2012	**Produto 4: R$ 11.000,00**
Produto 05: Documento técnico contendo descrição da geração do campo de umidade do solo em resolução alta nas bacias do rio Itajaí e Mundaú, e contendo exemplos do produto em formato para leitura pelo Modelo Eta;	**5º Produto:** 20/09/2012	**Produto 5: R$ 12.000,00**
Produto 06: Documento técnico contendo avaliação das previsões do Modelo Eta inicializadas com a umidade do solo do Produto 5, em		

eventos de desastres nas bacias dos rios Itajaí e Mundaú, utilizando as condições de eventos desastres naturais.	**6º Produto:** 04/12/2012	**Produto 6: 13.500,00**
Consultor contratado		
Nome do consultor: Gustavo Sueiro Medeiros	**CPF:** 274.803.228-44	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: O contrato foi firmado na segunda quinzena de dezembro de 2011, porém os produtos serão entregues no exercício 2012.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	**Sigla**
Organização das Nações Unidades para a Educação, Ciência e a Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	**Código**
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil	914BRZ2018

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"

Código do Contrato: 4/020/2010

Objetivo da consultoria: Realizar estudos sobre nos projetos da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia ocorrida em 2010, com vistas à celebração de convênio/descentralização/termo de parceria, utilizando a visão pragmática das políticas públicas; desenvolver documentação técnica da realização da SNCT 2010.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	**Término**	**Total Previsto No Contrato**	**Total previsto no exercício**	**Total pago no exercício**	**Total pago até o final do exercício**
21/01/2011	10/12/2011	50.625,00	50.625,00	R$ 37.975,00	R$37.975,00

Insumos Externos

Passagens e diárias.

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 1: Documento técnico de avaliação sobre o tema central escolhido para a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia de 2010, suas correlações com outras comemorações importantes, incluindo a avaliação da vertente planejamento X execução acerca do tema escolhido;	**1º Produto:** 05/02/2011	**Produto 1: R$ 7.590,00**
Produto2: Documento técnico com levantamento e diagnóstico básico, que corresponde ao mapeamento, identificação e descrição dos convênios, descentralizações e/ou termos de parceria firmados com o MCT em 2010, com objetivo da realização da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, nas regiões Nordeste/Norte demandados pela SECIS/MCT;	**2º Produto:** 10/04/2011	**Produto 2: R$ 9.100,00**
Produto 3: Documento técnico com levantamento e diagnóstico básico, que corresponde ao mapeamento, identificação e descrição dos convênios, descentralizações e/ou termos de parceria firmados com o MCT em 2010, com objetivo da realização da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, nas regiões Sul/Sudeste demandados pela SECIS/MCT;	**3º Produto**: 12/06/2011	**Produto 3: R$ 6.600,00**
Produto 4: Documento técnico com levantamento e diagnóstico básico, que corresponde ao mapeamento, identificação e descrição dos convênios, descentralizações e/ou termos de parceria firmados com o MCT em 2010, com objetivo da realização da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, nas regiões Centro-oeste demandados pela SECIS/MCT;	**4º Produto:** 22/08/2011	**Produto 4: R$ 7.600,00**
Produto 5: Documento técnico contendo o mapeamento de todos os convênios, descentralizações e/ou ermos de parceria firmados em 2010, com os dados quantitativos por estado e por região, relativos à realização da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia;	**5º Produto: 02/10/2011**	**Produto 5: R$ 7.085,00**
Produto 6: Documento técnico final que corresponde a propostas e sugestões para dar maior efetividade/eficiência a projetos de realização da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia.	**6º Produto:** 10/12/2011	**Produto 6: R$ 12.650,00**

Consultor contratado

Nome do consultor: Hélio Pereira dos Santos	**CPF:**707.895.331-20

Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:
Contrato encerrado sem valor a pagar.

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	**Sigla**
Organização das Nações Unidades para a Educação, Ciência e a Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	**Código**
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil	914BRZ2018

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"

Código do Contrato: 1/016/2011

Objetivo da consultoria: Contratação profissional (pessoal física), na modalidade produto, para proposição de metodologia de instrumentação e modelagem para desenvolvimento de formulação de função/algoritmo de correlação intensidade e acumulado de chuva x deslizamentos para a Região Metropolitana de Salvador.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	**Término**	**Total Previsto No Contrato**	**Total previsto no exercício**	**Total pago no exercício**	**Total pago até o final do exercício**
24/10/2011	24/04/2012	R$ 30.000,00	R$ 10.00,00	R$ 00	R$ 00

Insumos Externos

Passagens e diárias.

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 01: Documento técnico contendo o Plano de Trabalho, que consiste na programação das atividades e especificações técnicas detalhadas segundo os produtos previstos, a apresentação do quadro técnico da equipe de trabalho do projeto, conforme especificado no Edital, e a revisão prelimimar de índices de correlação chuvas x deslizamentos para região de estudo e correlatas;	**1º Produto:** 20/11/2011	**Produto 1: R$ 3.000,00**
Produto 02: Documento técnico contendo a compartimentação e delimitação de domínios geomorfológicos por tipologia de movimentos gravitacionais de massa de massa da Região Metropolitana de Salvador;	**2º Produto:** 25/12/2011	**Produto 2: R$ 7.000,00**
Produto 03: Documento técnico contendo a revisão bibliográfica das metodologias e modelagens matemáticas da relação solo, umidade e resistência ao cisalhamento;	**3º Produto**: 01/03/2012	**Produto 3: R$ 8.000,00**
Produto 04: Documento técnico contendo o relatório final, que estabelece a correlação chuvas x deslizamento como índices limites para intensidade e duração de chuvas deflagradoras de deslizamentos, por tipologia de movimentos gravitacionais de massa e para cada compartimento geológico-geomorfológico da Região Metropolitana de Salvador.	**4º Produto:** 24/04/2012	**Produto 4: R$ 12.000,00**

Consultor contratado	
Nome do consultor: Janete Josina de Abreu	**CPF:** 769.397.589-68

Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:
A candidata foi selecionada em um concurso público para assumir cargo no CEMADEN, cujo processo seletivo acontecia paralelo ao nosso. O contrato está em fase de rescisão.

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	**Sigla**
Organização das Nações Unidades para a Educação, Ciência e a Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	**Código**
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil	914BRZ2018

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"

Código do Contrato: 2/001/2011

Objetivo da consultoria: Obter elementos que permitam avaliar a evolução das atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologia da informação, quantificar e qualificar os investimentos, identificar os resultados obtidos, propor aperfeiçoamento na legislação para estimular as atividades de P&D em tecnologia da informação na região.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	**Término**	**Total Previsto No Contrato**	**Total previsto no exercício**	**Total pago no exercício**	**Total pago até o final do exercício**
27/05/2011	26/05/2012	R$ 90.000,00	R$ 44.00,00	R$ 44.000,00	R$44.000,00

Insumos Externos

Passagens e diárias.

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 1: Documento Técnico contendo: Planejamento do Trabalho; sumário do Estudo a Realizar; indicação dos Objetivos do Trabalho e Demais Condicionantes; organização e Divisão do Estudo; levantamento do cenário quanto aos aspectos econômicos, sociais e tecnológicos, das principais instituições de pesquisa e desenvolvimento da região, com a compilação de 20 casos concretos; e identificação das Fontes de Dados;	**1º Produto:** 27/07/2011	**Produto 1: R$ 20.000,00**
Produto 2: Documento Técnico contendo: Reavaliação e Detalhamento do Planejamento do Trabalho; compilação do Resultado da Análise de 30 Casos Concretos; análise e avaliação da capacitação tecnológica das instituições usando indicadores, tais como, perfil dos recursos humanos, ambiente de pesquisa de desenvolvimento laboratórios, patentes geradas, formação e teses de pós-graduação, publicações técnicas, relevância dos projetos gerados e seus impactos sociais e econômicos; comentários com Indicação de Pontos Relevantes;	**2º Produto:** 28/10/2011	**Produto 2: R$ 24.000,00**
Produto 3: Documento Técnico contendo: Consolidação Parcial dos Dados; compilação do Resultado da Análise de 40 Casos Concretos; análise e avaliação da capacitação tecnológica das instituições usando indicadores, tais como, perfil dos recursos humanos, ambiente de pesquisa de desenvolvimento laboratórios, patentes geradas, formação e teses de pós-graduação, publicações técnicas, relevância dos projetos gerados e seus impactos sociais e econômicos; e comentários com Indicação de Pontos Relevantes;	**3º Produto**: 10/02/2012	**Produto 3: R$ 24.000,00**
Produto 4: Documento Técnico contendo: Compilação do Resultado da Análise de 10 Casos Concretos; análise e avaliação da capacitação tecnológica das instituições usando indicadores, tais como, perfil dos recursos humanos, ambiente de pesquisa de desenvolvimento laboratórios, patentes geradas, formação e teses de pós-graduação, publicações técnicas, relevância dos projetos gerados e seus impactos sociais e econômicos; integração dos documentos técnicos parciais; consolidação Final dos Dados; e conclusões e Comentários.	**4º Produto:** 26/05/2012	**Produto 4: R$ 22.000,00**

Consultor contratado	
Nome do consultor: José Resende Junior	**CPF:** 428.327.721-53
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:	

O consultor está dentro do prazo previsto.					
Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					**Sigla**
Organização das Nações Unidades para a Educação, Ciência e a Cultura					UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					**Código**
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil					914BRZ2018
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 1/011/2010					
Objetivo da consultoria: *Assistência técnica para SCUP na difusão da informação científica e conhecimento sobre as Unidades de Pesquisa (UP) e Organizações Sociais (OS).*					
Período de Vigência		**Remuneração**			
Início	***Término***	***Total Previsto No Contrato***	***Total previsto no exercício***	***Total pago no exercício***	***Total pago até o final do exercício***
14/12/2010	13/12/2011	R$ 42.000,00	R$ 42.000,00	R$ 34.300,00	R$ 34.300,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias.					

Produtos Contratados		
Descrição	***Data prevista de entrega***	**Valor**
Produto 01*: Documento técnico com propostas de aperfeiçoamento das funcionalidades, manutenção tecnológica e atualização do Portal MCT nos espaços destinados à SCUP, UP e OS;*	***1º Produto:*** *19/01/2011*	***Produto 1: R$ 7.300,00***
Produto 02*: Documento técnico com conteúdo de publicação informativa (folheto) sobre as Unidades de Pesquisa vinculadas ao MCT e coordenadas pela SCUP, referente ao primeiro semestre de 2011;*	***2º Produto:*** *07/03/2011*	***Produto 2: R$ 5.200,00***
Produto 03*: Documento técnico contendo primeira proposta de material científico-educativo direcionado ao público estudantil a ser distribuído nos eventos nacionais de C&T dos quais a SCUP participará no primeiro semestre de 2011;*	***3º Produto****:* *22/05/2011*	***Produto 3: R$ 7.800,00***
Produto 04*: Documento técnico com proposta de atualização do conteúdo das Unidades de Pesquisa na publicação Ministério da Ciência e Tecnologia - conhecimento para um Brasil mais desenvolvido e mais justo;*	***4º Produto:*** *02/07/2011*	***Produto 4: R$ 4.200,00***
Produto 05: *Documento técnico com conteúdo de publicação informativa (folheto) sobre as Unidades de Pesquisa vinculadas ao MCT e coordenadas pela SCUP, referente ao segundo semestre de 2011;*		

Produto 06: *Documento técnico contendo segunda proposta de material científico-educativo direcionado ao público estudantil a ser distribuído nos eventos nacionais de C&T dos quais a SCUP participará no segundo semestre de 2011;*	***5º Produto:*** *22/08/2011*	***Produto 5: R$ 5.300,00***
Produto 07: *Documento técnico de implementação da participação da SCUP (Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais) em atividades de divulgação e popularização da Ciência no segundo semestre de 2011.*	***6º Produto:*** *13/10/2011*	***Produto 6: R$ 4.500,00***
	7º Produto: *13/12/2011*	***Produto 7: R$ 7.700,00***

Consultor contratado	
Nome do consultor: Kátia Barbosa de Oliveira	**CPF:** 482.728.173-49
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato encerrado sem valor a pagar.	

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	**Sigla**
Organização das Nações Unidades para a Educação, Ciência e a Cultura	UNESCO

Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	**Código**
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil	914BRZ2018

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"

Código do Contrato: 2/005/2011

Objetivo da consultoria: *Obter elementos que permitam avaliar a estratégia adotada quanto à evolução e consolidação das instituições e dos centros de pesquisa da área de tecnologia da informação e identificar os resultados colhidos.*

Período de Vigência		**Remuneração**			
Início	***Término***	***Total Previsto No Contrato***	***Total previsto no exercício***	***Total pago no exercício***	***Total pago até o final do exercício***
10/06/2011	09/06/2012	R$ 80.000,00	R$ 46.00,00	R$ 46.000,00	R$46.000,00

Insumos Externos

Passagens e diárias.

Produtos Contratados

Descrição	***Data prevista de entrega***	**Valor**

Produto 1: *Documento técnico contendo estudo temático sobre a identificação de obstáculos, disfunções ou ajustes jurídicos na legislação de informática (com ênfase na Lei no 11.077, de 2004, e Decretos nos 5.906, de 2006 e 7010, de 2009), no que concerne ao credenciamento junto as instituições de ensino e pesquisa, com base na análise de 3 (três) casos concretos;*	***1º Produto:*** *17/08/2011*	***Produto 1: R$ 22.000,00***
Produto 2: *Documento técnico contendo estudo temático sobre a identificação de obstáculos, disfunções ou ajustes jurídicos nas resoluções de credenciamento das ICTs ou nos regulamentos concernentes ao credenciamento junto ao CATI de centros de pesquisa privados, com base na análise de 3 (três) casos concretos;*	***2º Produto:*** *19/10/2011*	***Produto 2: R$ 24.000,00***
Produto 3:*Documento técnico contendo roteiro e proposição de regulamento ou ato normativo, que sistematize e torne mais eficiente os procedimentos a serem seguidos pelas empresas beneficiárias dos Incentivos Fiscais da Lei de Informática na formulação de pleitos relativos a alterações de caráter jurídico nas condições vigentes à época de sua habilitação, com base na análise de 3 (três) casos concretos;*	***3º Produto****:* *21/02/2012*	***Produto 3: R$ 18.000,00***
Produto 4: *documento técnico contendo roteiro e proposição regulamento ou ato normativo, que oriente e sistematize os procedimentos a serem seguidos pela SEPIN na gestão das condições previstas na legislação para a manutenção do credenciamento pelas ICTs, com base na análise de 3 (três) casos concretos.*	***4º Produto:*** *09/06/2012*	***Produto 4: R$ 16.000,00***
Consultor contratado		
Nome do consultor: Luciane Lopes Siqueira de Castro	**CPF:** 610.926.651-53	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: A consultora está dentro do prazo previsto.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					**Sigla**
Organização das Nações Unidades para a Educação, Ciência e a Cultura					UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					**Código**
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil					914BRZ2018
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2/013/2010					
Objetivo da consultoria: Assistência Técnica Especializada para a capacitação e evolução adaptativa de Sistema WEB de Acompanhamento da execução dos Contratos de Gestão celebrados entre o Ministério da Ciência e Tecnologia e as Organizações Sociais supervisionadas.					
Período de Vigência		**Remuneração**			
Início	**Término**	**Total Previsto No Contrato**	**Total previsto no exercício**	**Total pago no exercício**	**Total pago até o final do exercício**
13/12/2010	12/12/2011	R$ 50.000,00	R$ 50.000,00	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias.					

Produtos Contratados		
Descrição	**Data prevista de entrega**	**Valor**
Produto 01: Documento técnico contendo manual de Capacitação, testado, implementado e certificado pelos usuários habilitados do sistema;	**1º Produto:** 24/01/2011	**Produto 1: R$ 4.000,00**
Produto 02: Documento técnico contendo manual de Utilização e com análise técnica de pontos a serem evoluídos;	**2º Produto:** 25/04/2011	**Produto 2: R$ 6.000,00**
Produto 03: Documento técnico contendo evolução da Ferramenta operacional e da segurança das informações prestadas no Módulo-OS adaptada, testada, implementada e certificada pelos usuários**;**	**3º Produto**: 20/07/2011	**Produto 3: R$ 13.000,00**
Produto 04: Documento técnico descrevendo a Intercomunicação com os Sistemas de Gestão de todas as Organizações Sociais supervisionadas com o Módulo-OS adaptado, implementado e certificado pelos usuários;	**4º Produto:** 16/06/2011	**Produto 4: R$ 18.000,00**
Produto 05: Documento técnico contendo aperfeiçoamento da Operação do Módulo-OS e Análise de pontos frágeis a serem evoluídos.	**5º Produto:** 12/12/2011	**Produto 5: R$ 9.000,00**

Consultor contratado	
Nome do consultor: Marcelo Correa de Moraes	**CPF:** 883.216.657-72
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato rescindido a pedido da administração sem valor a pagar. Não havendo necessidade da entrega dos demais produtos.	

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	**Sigla**
Organização das Nações Unidades para a Educação, Ciência e a Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	**Código**
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil	914BRZ2018
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"	
Código do Contrato: 4/019/2010	
Objetivo da consultoria: Elaboração de documentos com diretrizes para o fomento, acompanhamento e avaliação das ações de difusão da ciência e da tecnologia desenvolvidas pela SECIS mediante a realização de estudos, pesquisas e coleta de dados, diagnóstico e análise de projetos em âmbito nacional nas áreas de educação científica.	

Período de Vigência		Remuneração			
Início	**Término**	**Total Previsto No Contrato**	**Total previsto no exercício**	**Total pago no exercício**	**Total pago até o final do exercício**
24/02/2011	23/01/2012	R$ 96.000,00	R$ 72.000,00	R$ 86.400,00	R$86.400,00

Insumos Externos
Passagens e diárias.

Produtos Contratados		
Descrição	**Data prevista de entrega**	**Valor**
Produto 1: Documento Técnico contendo o levantamento e a consolidação das atividades da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas 2010, incluindo descrição do projeto, instituição proponente e recurso apoiado;	**1º Produto:** 14/04/2011	**Produto 1: R$ 14.400,00**
Produto 2: Documento Técnico contendo o acompanhamento, o levantamento e a consolidação das atividades do Portal do Professor em parceria com o Ministério da Educação;	**2º Produto:** 02/06/2011	**Produto 2: R$ 17.280,00**
Produto 3: Documento Técnico contendo o levantamento e a consolidação das atividades da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas 2011, incluindo descrição do projeto, instituição proponente e recurso apoiado;	**3º Produto**: 09/08/2011	**Produto 3: R$ 19.200,00**
Produto 4: Documento Técnico contendo o levantamento e a consolidação das atividades da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia 2011 em Brasília, realizando o mapeamento, a identificação e a descrição das atividades realizadas;	**4º Produto:** 05/10/2011	**Produto 4: R$ 11.520,00**
Produto 5: Documento Técnico contendo o Relatório de Progresso anual de todas as atividades relacionadas à educação científica do Ministério da Ciência e Tecnologia;	**5º Produto:** 02/12/2011	**Produto 5: R$ 9.600,00**
Produto 6: Documento Técnico de análise dos documentos referentes aos projetos apoiados, em execução ou em finalização, com vistas à avaliação do impacto da Olimpíada de Matemática das Escolas Públicas.	**6º Produto:** 23/01/2012	**Produto 6: R$ 24.000,00**

Consultor contratado	
Nome do consultor: Maria Aparecida Rocha Neves	**CPF:** 267.336.501-00
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato encerrado sem valor a pagar.	

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	**Sigla**
Organização das Nações Unidades para a Educação, Ciência e a Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	**Código**
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil	914BRZ2018
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"	
Código do Contrato: 1/010/2010	
Objetivo da consultoria: Apoiar a Coordenação da CGOS, no âmbito do Projeto "Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil", prestando assistência técnica para gestão dos Contratos das cinco Organizações Sociais vinculadas ao Ministério da Ciência e Tecnologia, nos seus aspectos técnicos, físicos e financeiros.	

Período de Vigência		Remuneração			
Início	**Término**	**Total Previsto No Contrato**	**Total previsto no exercício**	**Total pago no exercício**	**Total pago até o final do exercício**
13/12/2010	12/11/2011	R$ 72.000,00	R$ 72.000,00	R$ 72.000,00	R$ 72.000,00

Insumos Externos
Passagens e diárias.

Produtos Contratados		
Descrição	**Data prevista de entrega**	**Valor**
Produto 01: Documento Técnico das atividades e dos produtos desenvolvidos nas seguintes Organizações Sociais com Recursos do FNDCT e da LOA, em 2010: Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa RNP; Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá IDSM; Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada IMPA; Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron ABTLuS e Centro de Gestão e Estudos Estratégicos CGEE. O relatório deverá comparar os objetivos dos Contratos de Gestão firmados com as referidas OSs com os recursos por ela recebidos. Devem ser observadas, também, as recomendações dos órgãos de controle para as Organizações Sociais;	**1º Produto:** 24/01/2011	**Produto 1: R$ 11.500,00**
Produto 02: Documento Técnico consolidado do estudo realizado na Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa RNP para analisar o instrumento da Reserva Técnica, atendendo à recomendação da Controladoria Geral da União;	**2º Produto:** 18/02/2011	**Produto 2: R$ 8.700,00**
Produto 03: Documento Técnico consolidado do estudo realizado na Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada IMPA para analisar o instrumento da Reserva Técnica, atendendo à recomendação da	**3º Produto**: 25/03/2011	**Produto 3: R$ 7.600,00**

Controladoria Geral da União; **Produto 04**: Documento Técnico consolidado do estudo realizado no Centro de Gestão e Estudos Estratégicos CGEE para analisar o instrumento da Reserva Técnica, atendendo à recomendação da Controladoria Geral da União; **Produto 05:** Documento Técnico consolidado do estudo realizado na Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron ABTLuS para analisar o instrumento da Reserva Técnica, atendendo à recomendação da Controladoria Geral da União; **Produto 06:** Documento Técnico consolidado do estudo realizado no Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá IDSM para analisar o instrumento da Reserva Técnica, atendendo à recomendação da Controladoria Geral da União; **Produto 07:** Documento Técnico do desenvolvimento de instrumentos de controle e atendimento das recomendações dos órgãos de controle: Tribunal de Contas da União e da Controladoria Geral da União; **Produto 08:** Documento Técnico do planejamento técnico-administrativo do ciclo anual dos Contratos de Gestão firmado com as Organizações Sociais.	**4º Produto:** 15/04/2011 **5º Produto:** 31/05/2011 **6º Produto:** 08/07/2011 **7º Produto:** 08/09/2011 **8º Produto:** 12/11/2011	**Produto 4: R$ 7.800,00** **Produto 5: R$ 8.600,00** **Produto 6: R$ 7.700,00** **Produto 7: R$ 10.300,00** **Produto 8: R$ 9.800,00**
Consultor contratado		
Nome do consultor: Maria de Lourdes Cardoso dos Santos	**CPF:** 312.700.267-04	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato encerrado sem valor a pagar.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	**Sigla**
Organização das Nações Unidades para a Educação, Ciência e a Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	**Código**
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil	914BRZ2018

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"

Código do Contrato: 2/007/2010

Objetivo da consultoria: Assessorar a Secretaria do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia na produção e acompanhamento de ações visando subsidiar os Conselheiros do CCT para o desenvolvimento do programa de governo na área de Ciência, Tecnologia e Inovação.Assessorar os Comitês Temáticos do CCT e demais Colegiados: Comitê de Coordenação do Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia – INCT; Subcomitê de Acompanhamento e Avaliação do Programa Institutos Nacionais de C&T – INCT; Conselho Diretor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT e Comissão de Coordenação do Programa de Apoio a Núcleos de Excelência –PRONEX. Assessorar as suas demandas por levantamentos, acompanhamento e estudos prospectivos nas áreas de atuação dos Comitês. Monitorar as demandas nacionais em C,T&I e elaborar documentos para consulta sobre os temas demandados.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	**Término**	**Total Previsto No Contrato**	**Total previsto no exercício**	**Total pago no exercício**	**Total pago até o final do exercício**
08/12/2010	07/12/2011	R$ 37.000,00	R$ 37.000,00	R$ 15.385,00	R$ 15.385,00

Insumos Externos

Passagens e diárias.

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 01: Documento técnico das atividades desenvolvidas pelo Conselho Nacional de C&T- CCT, outros colegiados e comitês, relacionado.	**1º Produto:** 15/01/2011	**Produto 1: R$ 3.223,00**
Produto 02: Documento Técnico de Levantamento das ações dos Fundos Setoriais para Ciência e Tecnologia.	**2º Produto:** 19/02/2011	**Produto 2: R$ 4.054,00**
Produto 03: Documento Técnico das ações de C&T nos Ministérios.	**3º Produto**: 04/04/2011	**Produto 3: R$ 4.561,00**
Produto 04: Documento Técnico contendo relatório de análise dos assuntos e dados levantados nas Comissões Internas do CCT.	**4º Produto:** 19/05/2011	**Produto 4: R$ 3.547,00**
Produto 05: Documento Técnico de Levantamentos e ações propostas das Fundações e Entidades de Amparo a Pesquisa- FAPs.	**5º Produto:** 13/07/2011	**Produto 5: R$ 5.575,00**
Produto 06: Documento Técnico contendo o Relatório das questões atuais da política nacional de pesquisa científica e tecnológica na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática do Congresso Nacional.	**6º Produto:** 02/09/2011	**Produto 6: R$ 4.500,00**
Produto 07: Documento técnico contendo o registro organizado das atas das reuniões ordinárias do CCT.	**7º Produto:** 26/10/2011	**Produto 7: R$ 5.000,00**
Produto 08: Documento Técnico com as metodologias de avaliação, levantamentos e ações, propostas da Financiadora de Estudo e Projetos - FINEP.	**8º Produto:** 30/11/2011	**Produto 8: R$ 3.100,00**
Produto 09: Documento Técnico contendo relatório e concretização das ações sugeridas pelo CCT, por suas comissões e pelos Colegiados.	**9º Produto:** 07/12/2011	**Produto 9: R$ 3.440,00**

Consultor contratado

Nome do consultor: Mariana Costa Bragança	**CPF:** 726.897.731-04
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato rescindido a pedido da consultora sem valor a pagar tendo sido entregue somente até o 4º produto, sem necessidade de entrega dos demais.	

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	**Sigla**
Organização das Nações Unidades para a Educação, Ciência e a Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	**Código**
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil	914BRZ2018

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"

Código do Contrato: 2/012/2011

Objetivo da consultoria: Avaliar e promover a compatibilidade da gestão dos sistemas informacionais sobre cooperação internacional em CTI, aprimorando o diálogo entre as equipes de TI do MCT e MRE através do acompanhamento das atividades de avaliação e atualização do módulo Road Map - MRE e de implementação do módulo Road Map - UP/MCT do Sistema Integrado de Gestão Estratégica sobre Cooperação Internacional em C, T&I – SIGECI. O intuito é apoiar a Coordenação-Geral das Unidades de Pesquisa - CGUP na identificação de soluções para o aperfeiçoamento metodológico e operacional dos processos de consulta e monitoramento das iniciativas e demandas internacionais das UP' s, em consonância com a política externa brasileira, o que acumula grande volume de informações de importância estratégica.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	**Término**	**Total Previsto No Contrato**	**Total previsto no exercício**	**Total pago no exercício**	**Total pago até o final do exercício**
02/08/2011	01/02/2012	R$ 60.000,00	R$ 45.000,00	R$ 45.000,00	R$ 45.000,00

Insumos Externos

Passagens e diárias.

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 01: Documento técnico contendo nova versão do documento técnico de especificação de requisitos de negócio do módulo Road Map MRE do Sistema SIGECI, contendo as melhorias propostas;	**1º Produto:** 31/10/2011	**Produto 1: R$ 20.000,00**
Produto 02: Documento técnico contendo o mapeamento e a modelagem de negócio do módulo Road Map - UP/MCT do Sistema SIGECI. Documento técnico contendo a especificação dos requisitos de negócio do módulo Road Map - UP/MCT do Sistema SIGECI;	**2º Produto:** 21/12/2011	**Produto 2: R$ 25.000,00**
Produto 03: Documento técnico contendo o estudo de viabilidade da integração de dados do Sistema SIGECI módulo Road Map UP/MCT com o Sistema SIGTEC.	**3º Produto**: 01/02/2012	**Produto 3: R$ 15.000,00**

Consultor contratado

Nome do consultor: Patrícia Rosana Rover	**CPF:** 813.389.539-15

Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:
Contrato encerrado sem valor a pagar.

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	**Sigla**
Organização das Nações Unidades para a Educação, Ciência e a Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	**Código**
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil	914BRZ2018

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"

Código do Contrato: 1/017/2011

Objetivo da consultoria: Contratação profissional (pessoal física), na modalidade produto, para proposição de metodologia de instrumentação e modelagem para desenvolvimento de formulação de função/algoritmo de correlação intensidade e acumulado de chuva x deslizamentos para a Região Metropolitana de Florianópolis e Região Serrana de Santa Catarina.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	**Término**	**Total Previsto No Contrato**	**Total previsto no exercício**	**Total pago no exercício**	**Total pago até o final do exercício**
01/11/2011	01/05/2012	R$ 30.000,00	R$ 3.000,00	R$ 00	R$ 00

Insumos Externos

Passagens e diárias.

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 01: Documento técnico contendo o Plano de Trabalho, que consiste na programação das atividades e especificações técnicas detalhadas segundo os produtos previstos, a apresentação do quadro técnico da equipe de trabalho do projeto, conforme especificado no Edital, e a revisão prelimimar de índices de correlação chuvas x deslizamentos para região de estudo e correlatas;	**1º Produto:** 25/11/2011	**Produto 1: R$ 3.000,00**
Produto 02: Documento técnico contendo a compartimentação e delimitação de domínios geomorfológicos por tipologia de movimentos gravitacionais de massa de massa da Região Metropolitana de Florianópolis e Região Serrana de Santa Catarina;	**2º Produto:** 28/01/2012	**Produto 2: R$ 7.000,00**
Produto 03: Documento técnico contendo a revisão bibliográfica das metodologias e modelagens matemáticas da relação solo, umidade e resistência ao cisalhamento;	**3º Produto**: 24/02/2012	**Produto 3: R$ 8.000,00**
Produto 04: Documento técnico contendo o relatório final, que estabelece a correlação chuvas x deslizamento como índices limites para intensidade e duração de chuvas deflagradoras de deslizamentos, por tipologia de movimentos gravitacionais de massa e para cada compartimento geológico-geomorfológico da Região Metropolitana de Florianópolis e Região Serrana de Santa Catarina.	**4º Produto:** 01/05/2012	**Produto 4: 12.000,00**

Consultor contratado	
Nome do consultor: Paula de Mello Martins	**CPF:** 050.425.376-00

Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:
O contrato foi firmado na primeira quinzena de novembro de 2011, porém os produtos serão entregue no exercício 2012.

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	**Sigla**
Organização das Nações Unidades para a Educação, Ciência e a Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	**Código**
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil	914BRZ2018

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"

Código do Contrato: 3/001/2010

Objetivo da consultoria: Desenvolver e aperfeiçoar metodologia de avaliação e de estimativa de captação de recursos para os fundos setoriais de C&T.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	**Término**	**Total Previsto No Contrato**	**Total previsto no exercício**	**Total pago no exercício**	**Total pago até o final do exercício**
08/12/2010	07/12/2011	R$ 90.000,00	R$ 90.000,00	R$ 90.000,00	R$ 90.000,00

Insumos Externos

Passagens e diárias.

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 01: Documento Técnico apresentando metodologia desenvolvida para avaliar e estimar a captação de recursos do CT-PETRO, em face do novo marco legal do setor de petróleo;	**1º Produto:** 07/02/2011	**Produto 1: R$ 23.000,00**
Produto 02: Documento Técnico apresentando metodologia desenvolvida para avaliar e estimar a captação de recursos do CT-ENERGIA.	**2º Produto:** 07/05/2011	**Produto 2: R$ 18.000,00**
Produto 03: Documento Técnico apresentando metodologia para avaliar e estimar a captação de recursos do CT-TRANSPORTE AQUAVIÁRIO e de CONSTRUÇÃO NAVAL;	**3º Produto**: 07/08/2011	**Produto 3: R$ 22.000,00**
Produto 04: Documento Técnico apresentando metodologia desenvolvida para avaliar e estimar a captação de recursos da CIDE Tecnológica.	**4º Produto:** 07/12/2011	**Produto 4: R$ 27.000,00**

Consultor contratado	
Nome do consultor: Paulo Eduardo Rocha Pinto	**CPF:** 794.326.541-68

Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:
Contrato encerrado sem valor a pagar.

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	**Sigla**
Organização das Nações Unidades para a Educação, Ciência e a Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	**Código**
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil	914BRZ2018

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"

Código do Contrato: 2/009/2011

Objetivo da consultoria: Estudos técnicos de suporte à elaboração de ações de apoio à internacionalização de empresas de base tecnológica em Tecnologia da Informação (TI), portadoras de grande capital intelectual solidificado em produtos e serviços intensivos em desenvolvimento tecnológico e inovação. O objetivo é levantar informações, com destaque para o período pós-2008, compilar dados e realizar estudos de mercado para apoiar a efetiva internacionalização de empresas de TI inovadoras que, muitas vezes, recebem aportes de recursos governamentais para C,T&I.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	**Término**	**Total Previsto No Contrato**	**Total previsto no exercício**	**Total pago no exercício**	**Total pago até o final do exercício**
25/07/2011	25/02/2012	R$ 64.000,00	R$ 39.000,00	R$ 15.000,00	R$ 15.000,00

Insumos Externos

Passagens e diárias.

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 01: Documento Técnico: Contendo o diagnóstico e benchmarks do cenário atual (pós-2008) da internacionalização de empresas de base tecnológica em TI; e plano de coordenação das atividades;	**1º Produto:** 25/09/2011	**Produto 1: R$ 15.000,00**
Produto 02: Documento Técnico: Com a identificação da oferta de programas dos setores público, privado e academia, assim como a oferta de programas educacionais nacionais voltados ao apoio à internacionalização destas empresas;	**2º Produto:** 25/12/2011	**Produto 2: R$ 24.000,00**
Produto 03: Documento Técnico: Contendo a proposta e a análise de resultados das propostas de parceria para o apoio à internacionalização de empresas de TI com foco em inovação; resultados dos Workshops de alinhamento com os diversos atores, identificando os pontos fortes e fracos, assim como análise crítica das possibilidades de sucesso de iniciativas como esta.	**3º Produto**: 25/02/2012	**Produto 3: R$ 25.000,00**

Consultor contratado	
Nome do consultor: Pedro Sitta Pizzolato	**CPF:** 351.358.618-31

Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:
O consultor está dentro do prazo previsto.

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	**Sigla**
Organização das Nações Unidades para a Educação, Ciência e a Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	**Código**
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil	914BRZ2018

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"

Código do Contrato: 2/010/2011

Objetivo da consultoria: Estudos técnicos de suporte à elaboração de um programa estruturado de apoio à inovação, ao empreendedorismo e ao capital semente para o setor de Tecnologia da Informação (TI). Por meio de uma extensa e precisa análise de mercado interno e externo, o propósito deste projeto é desenhar um plano de ação que contemple iniciativas de curto e médio prazo alinhadas a uma visão estratégica setorial, de forma a realizar um levantamento do cenário atual (pós-2008) da inovação no mercado brasileiro de TI e as possibilidades de desenvolver o setor incentivando o empreendedorismo.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	**Término**	**Total Previsto No Contrato**	**Total previsto no exercício**	**Total pago no exercício**	**Total pago até o final do exercício**
25/07/2011	25/02/2012	R$ 96.000,00	R$ 66.000,00	R$ 41.000,00	R$ 41.000,00

Insumos Externos

Passagens e diárias.

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 01: (a) Documento Técnico contendo o Plano de coordenação das atividades, assim como o diagnóstico do cenário atual (pós-2008) do mercado brasileiro de venture capital, enfatizando itens relativos às consultas estruturadas a outros atores (fundos de investimento, outros órgãos de governo, entidades empresariais e empresas), compilação de entrevistas e rodadas de discussão realizadas;	**1º Produto:** 25/08/2011	**Produto 1: R$ 20.000,00**
Produto 02: **(b)** Documento Técnico com o resumo dos programas e iniciativas atuais (pós-2008), necessidades de reforma, diagnóstico da priorização de agenda setorial para o avanço do segmento de venture capital em TI e desenho de mecanismo sobre o marco regulatório e leis de incentivo a partir de 2008;	**2º Produto:** 25/09/2011	**Produto 2: R$ 21.000,00**
Produto 03: (c) Documento Técnico com a caracterização e avaliação das possibilidades de fontes internacionais de recursos, estudo do número e composição técnica de ecossistemas digitais de TI que poderão ser impulsionados por meio dos investimentos públicos e privados de venture capital no período 2011-2020 (ex.; petróleo&gás, telecomunicações, saúde, defesa, etc), bem como avaliação preliminar de possíveis tecnologias passíveis de compra pelo mercado, por cada ecossistema digital de TI.	**3º Produto**: 25/11/2011	**Produto 3: R$ 25.000,00**
Produto 04: (d) Documento Técnico contendo a proposta e a análise de resultados das consultas realizadas; resultados das entrevistas e rodadas de discussão com os diversos atores, identificando pontos fortes e fracos, assim como análise crítica das possibilidades de sucesso dos ecossistemas digitais estabelecidos em (c).	**4º Produto:** 25/02/2012	**Produto 4: R$ 30.000,00**

Consultor contratado	
Nome do consultor: Ricardo Pinheiro Asse	**CPF**: 252.594.508-50

Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:
O consultor está dentro do prazo previsto.

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	**Sigla**
Organização das Nações Unidades para a Educação, Ciência e a Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	**Código**
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil	914BRZ2018

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"

Código do Contrato: 2/004/2011

Objetivo da consultoria: Obter elementos que permitam avaliar a estratégia adotada quanto a evolução e consolidação da indústria de produtos de tecnologia da informação e identificar os resultados colhidos.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	**Término**	**Total Previsto No Contrato**	**Total previsto no exercício**	**Total pago no exercício**	**Total pago até o final do exercício**
27/05/2011	26/05/2012	R$ 90.000,00	R$ 60.000,00	R$ 30.000,00	R$ 30.000,00

Insumos Externos

Passagens e diárias.

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 1: Documento técnico contendo estudo temático sobre a análise e avaliação do segmento de telecomunicações, no que concerne ao comportamento da balança comercial e competitividade no mercado interno, com base em 2 (dois casos) concretos;	**1º Produto:** 27/07/2011	**Produto 1: R$ 14.000,00**
Produto 2: Documento técnico contendo estudo temático sobre a análise e avaliação do segmento de microinformática, no que concerne ao comportamento da balança comercial e competitividade no mercado interno, com base em 2 (dois casos) concretos;	**2º Produto:** 21/09/2011	**Produto 2: R$ 16.000,00**
Produto 3: Documento técnico contendo estudo temático sobre a análise e avaliação do segmento de comunicação de dados, no que concerne à capacidade de desenvolvimento de tecnologia nacional, com base em 2 (dois casos) concretos;	**3º Produto**: 25/10/2011	**Produto 3: R$ 18.000,00**
Produto 4: Documento técnico contendo estudo temático sobre a análise e avaliação da política de fomento a Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) relacionada ao processo produtivo básico PPB (Processo Produtivo Básico), para o segmento de microcomputadores, com base em 2 (dois casos) concretos;	**4º Produto:** 30/12/2011	**Produto 4: R$ 12.000,00**
Produto 5: Documento técnico contendo estudo temático sobre a análise e avaliação da política de fomento a TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação) relacionada ao processo produtivo básico (PPB), para o segmento de automação, com base em 2 (dois casos) concretos;	**5º Produto:** 01/03/2012	**Produto 5: R$ 17.000,00**
Produto 6: Documento técnico contendo estudo temático sobre a análise e avaliação da política de fomento a Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) no que concerne à geração de emprego e desenvolvimento de fornecedores por empresas prestadoras de serviços de manufatura terceirizada, com base em 2 (dois casos) concretos.	**6º Produto:** 26/05/2012	**Produto 6: R$ 13.000,00**

Consultor contratado

Nome do consultor: Roberto Belisario de Oliveira	**CPF:** 217.615.827-04

Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:
Houve atraso na entrega de produtos, porém o consultor está dentro do prazo determinado no contrato.

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	**Sigla**
Organização das Nações Unidades para a Educação, Ciência e a Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	**Código**
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil	914BRZ2018

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"

Código do Contrato: 1 e 3/006/2010

Objetivo da consultoria: Avaliar a situação dos projetos de lançadores de veículos espaciais existentes, a fim de fornecer subsídios para a formulação da política de C&T&I para a área espacial**.**

Período de Vigência		Remuneração			
Início	**Término**	**Total Previsto No Contrato**	**Total previsto no exercício**	**Total pago no exercício**	**Total pago até o final do exercício**
14/12/2010	13/12/2011	R$ 100.000,00	R$ 100.000,00	R$ 61.000,00	R$ 61.000,00

Insumos Externos

Passagens e diárias.

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 01: Documento técnico contendo a avaliação do mercado internacional de lançamentos de satélites e perspectivas de inserção nacional nesse segmento;	**1º Produto:** 09/02/2011	**Produto 1: R$ 18.000,00**
Produto 02: Documento técnico contendo levantamento de tecnologias críticas (de uso dual ou de acesso restrito) não dominadas pelo Brasil e necessárias ao programa espacial brasileiro nos próximos 20 anos;	**2º Produto:** 19/02/2011	**Produto 2: R$ 23.000,00**
Produto 03: Documento técnico identificando as oportunidades de transferência de tecnologia de interesse do programa espacial nos contratos da área de Defesa;	**3º Produto**: 04/04/2011	**Produto 3: R$ 20.000,00**
Produto 04: Documento técnico referente ao planejamento de transferência da produção dos foguetes de sondagem e do Veículo Lançador de Satélites pela indústria nacional;	**4º Produto:** 19/05/2011	**Produto 4: R$ 19.000,00**
Produto 05: Documento técnico contendo propostas de medidas para constituição de uma base de recursos humanos especializados, no governo e no setor privado, em áreas relativas a foguetes lançadores e de sondagem.	**5º Produto:** 13/07/2011	**Produto 5: R$ 20.000,00**

Consultor contratado	
Nome do consultor: Ronaldo Salamone Nunes	**CPF:** 583.440.988-15

Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato rescindido a pedido da administração sem necessidade dos demais produtos não restando valores a pagar.

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	**Sigla**
Organização das Nações Unidades para a Educação, Ciência e a Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	**Código**
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil	914BRZ2018
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"	
Código do Contrato: 1/005/2010	
Objetivo da consultoria: Apontar possibilidades de aprimoramento dos instrumentos de gestão da informação sobre a aplicação dos recursos do FNDCT/Fundos Setoriais - Gestão da Informação**.**	

Período de Vigência		Remuneração			
Início	**Término**	**Total Previsto No Contrato**	**Total previsto no exercício**	**Total pago no exercício**	**Total pago até o final do exercício**
13/12/2010	12/12/2011	R$ 92.000,00	R$ 92.000,00	R$ 92.000,00	R$ 92.000,00

Insumos Externos
Passagens e diárias.

Produtos Contratados		
Descrição	**Data prevista de entrega**	**Valor**
Produto 01: Documento técnico com diagnóstico sobre o processo de gestão da informação relativa à aplicação dos recursos do FNDCT/Fundos Setoriais;	**1º Produto:** 21/01/2011	**Produto 1: R$ 21.000,00**
Produto 02: Documento técnico propondo aprimoramentos ao processo de gestão da informação quanto à aplicação dos recursos do FNDCT/Fundos Setoriais no âmbito do MCT;	**2º Produto:** 08/04/2011	**Produto 2: R$ 20.000,00**
Produto 03: Documento técnico contendo proposta do projeto-piloto sobre melhoria do processo de gestão da informação orçamentária do FNDCT/Fundos Setoriais no âmbito do MCT;	**3º Produto**: 08/06/2011	**Produto 3: R$ 18.000,00**
Produto 04: Documento técnico analisando os resultados do projeto-piloto;	**4º Produto:** 08/09/2011	**Produto 4: R$ 19.000,00**
Produto 05: Documento técnico com recomendações finais para melhoria do processo de gestão da informação orçamentária do FNDCT/Fundos Setoriais no âmbito do MCT.	**5º Produto:** 12/12/2011	**Produto 5: R$ 14.000,00**

Consultor contratado	
Nome do consultor: Rosirlei Renata Andrade	**CPF:** 903.255.326-72
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato encerrado sem valor a pagar.	

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	**Sigla**
Organização das Nações Unidades para a Educação, Ciência e a Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	**Código**
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil	914BRZ2018

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"

Código do Contrato: 2/016/2010

Objetivo da consultoria: Finalidade da contratação é subsidiar a Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação na complementação e sistematização atualizada da produção e disseminação de informações sobre o SIBRATEC, por intermédio de um (a) consultor (a) com experiência em produção de texto de divulgação, a fim de se dedicar à atividade e realizar o trabalho com a melhor eficiência e eficácia.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	**Término**	**Total Previsto No Contrato**	**Total previsto no exercício**	**Total pago no exercício**	**Total pago até o final do exercício**
24/02/2011	24/08/2011	R$ 48.000,00	R$ 48.000,00	R$ 48.000,00	R$ 48.000,00

Insumos Externos

Passagens e diárias.

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 1: Documento técnico atualizado sobre o SIBRATEC - produção de textos contendo informações gerais sobre o Programa visando sua difusão para o meio empresarial, técnico-científico e executivo, bem como à sociedade em geral;	**1º Produto:** 24/03/2011	**Produto 1: R$ 12.000,00**
Produto 2: Documento técnico atualizado sobre o componente Serviços Tecnológicos - produção de textos contendo informações gerais sobre o componente visando sua difusão para o meio empresarial, técnico-científico e executivo, bem como à sociedade em geral;	**2º Produto:** 24/05/2011	**Produto 2: R$ 10.000,00**
Produto 3: Documento técnico atualizado sobre o componente Extensão Tecnológica - produção de textos contendo informações gerais sobre o componente visando sua difusão para o meio empresarial, técnico-científico e executivo, bem como à sociedade em geral;	**3º Produto**: 09/07/2011	**Produto 3: R$ 16.000,00**
Produto 4: Documento técnico atualizado sobre o componente Centros de Inovação - produção de textos contendo informações gerais sobre o componente visando sua difusão para o meio empresarial, técnico-científico e executivo, bem como à sociedade em geral.	**4º Produto:** 24/08/2011	**Produto 4: R$ 10.000,00**

Consultor contratado	
Nome do consultor: Silvana Elisabete Barletta	**CPF:** 705.593.500-82

Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:
Contrato encerrado sem valor a pagar.

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	**Sigla**
Organização das Nações Unidades para a Educação, Ciência e a Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	**Código**
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil	914BRZ2018

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"

Código do Contrato: 1/008/2010

Objetivo da consultoria: Desenvolver ações para a definição e elaboração de diretrizes conceituais, metodológicas e operacionais necessárias à implantação da Gestão por Processos nas unidades da Administração Central do MCT, visando à disseminação da cultura da gestão pública para resultados e do uso de instrumentos administrativos inovadores, com base nas experiências recentes e resultados alcançados pela instituição sobre o assunto.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	**Término**	**Total Previsto No Contrato**	**Total previsto no exercício**	**Total pago no exercício**	**Total pago até o final do exercício**
09/12/2010	08/12/2011	R$ 96.000,00	R$ 96.000,00	R$ 59.400,00	R$ 59.400,00

Insumos Externos

Passagens e diárias.

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 01: Documento técnico contendo os resultados de estudos, pesquisas e revisões bibliográficas que possibilitem uma visão geral sobre os conceitos, metodologias empregadas, práticas e ferramentas de mercado utilizadas na gestão por processos em iniciativas da administração pública e privada;	**1º Produto:** 12/01/2011	**Produto 1: R$ 18.600,00**
Produto 02: Documento técnico contendo a análise crítica das ações já realizadas no MCT e identificação do grau de maturidade da organização em relação ao assunto gestão por processos, nas diferentes unidades da administração central do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT;	**2º Produto:** 12/03/2011	**Produto 2: R$ 24.800,00**
Produto 03: Documento técnico com o levantamento dos principais benefícios e barreiras a serem superadas com a implantação da gestão por processos, por intermédio da análise qualitativa de riscos e respectivos planos de tratamento de riscos e oportunidades;	**3º Produto**: 12/05/2011	**Produto 3: R$ 16.000,00**
Produto 04: Documento técnico analisando os resultados do projeto-piloto Documento técnico com o detalhamento da metodologia, modelo de operação, definição dos papéis e responsabilidades, delimitação dos serviços e determinação de procedimentos e rotinas mais adequadas à implantação da gestão por processos nas unidades da administração central do MCT;	**4º Produto:** 12/07/2011	**Produto 4: R$ 15.000,00**
Produto 05: Documento técnico contendo a definição das competências, infra-estrutura e ferramentas tecnológicas de suporte, bem como a definição da estratégia de implantação e do conjunto de ações para a divulgação institucional;	**5º Produto:** 12/09/2011	**Produto 5: R$ 12.000,00**
Produto 06: Documento técnico contendo a estimativa de tempo e descrição detalhada das etapas para a implantação da gestão por processos nas unidades da administração central do MCT.	**6º Produto:** 08/12/2011	**Produto 6: R$ 9.600,00**

Consultor contratado	
Nome do consultor: Silvio Carlos Pavani	**CPF:** 434.701.228-49

Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:
O contrato esta vencido com valores a pagar.

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	**Sigla**
Organização das Nações Unidades para a Educação, Ciência e a Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	**Código**
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil	914BRZ2018

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"

Código do Contrato: 2 e 3/009/2010

Objetivo da consultoria: Subsidiar a Coordenação-Geral de Indicadores (CGIN), da Assessoria de Acompanhamento e Avaliação das Atividades Finalísticas (ASCAV), da Secretaria Executiva do Ministério de Ciência e Tecnologia, na construção de uma rede de representantes estaduais com interlocução permanente, padronização de metodologias e ferramentas, bem como no aperfeiçoamento dos indicadores regionais de Ciência Tecnologia e Inovação – CT&I, com vistas a torná-los compatíveis com os indicadores nacionais e ampliar sua abrangência para a análise do sistema nacional de Ciência Tecnologia e Inovação – CT&I.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	**Término**	**Total Previsto No Contrato**	**Total previsto no exercício**	**Total pago no exercício**	**Total pago até o final do exercício**
21/12/2010	20/12/2011	R$ 89.400,00	R$ 89.400,00	R$ 89.400,00	R$ 89.400,00

Insumos Externos

Passagens e diárias.

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 01: Documento técnico contendo o planejamento das atividades, metodologia de trabalho, cronograma de execução e outras iniciativas a serem implementadas junto a Estados, Distrito Federal e Municípios;	**1º Produto:** 31/01/2011	**Produto 1: R$ 16.000,00**
Produto 02: Documento técnico contendo as metodologias e ferramentas adotadas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios na mensuração e produção dos indicadores de Ciência Tecnologia e Inovação CT&I;	**2º Produto:** 15/03/2011	**Produto 2: R$ 12.200,00**
Produto 03: Documento técnico com as estratégias de mobilização e indução das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa FAPs, no provimento de dados do SIFAPs;	**3º Produto**: 07/05/2011	**Produto 3: R$ 17.400,00**
Produto 04: Documento Técnico contendo plano de treinamento e cronograma de execução e resultados obtidos;	**4º Produto:** 01/07/2011	**Produto 4: R$ 18.500,00**
Produto 05: Documento técnico referente ao acompanhamento da implantação do Sistema de indicadores de Ciência Tecnologia e Inovação das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa SIFAPs, suas dificuldades e impactos nas diferentes Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa.	**5º Produto:** 20/12/2011	**Produto 5: R$ 25.300,00**

Consultor contratado

Nome do consultor: Sonia Maria Jin	**CPF:** 056.093.561-72

Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:
Contrato encerrado sem valor a pagar.

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	**Sigla**
Organização das Nações Unidades para a Educação, Ciência e a Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	**Código**
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil	914BRZ2018

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"

Código do Contrato: 1/020/2011

Objetivo da consultoria: Contratação na modalidade produto de profissional para apoiar o desenvolvimento da Integração dos sistemas automáticos de observação de precipitação (satélites, radares e pluviômetros telemétricos) no Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais no campus do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), em Cachoeira Paulista - SP.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	**Término**	**Total Previsto No Contrato**	**Total previsto no exercício**	**Total pago no exercício**	**Total pago até o final do exercício**
21/12/2011	20/12/2012	R$ 63.750,00	R$ 00	R$ 00	R$ 00

Insumos Externos

Passagens e diárias.

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 01: Documento técnico contendo o levantamento de todos os sistemas automáticos de observação/estimativa de precipitação pluviométrica disponíveis atualmente nos centros que realizam coletas de dados (centros municipais, estaduais e federais), suas principais características, bem como as condições de armazenamento, acessibilidade e disponibilidade em tempo real;	**1º Produto:** 01/02/2012	**Produto 1: R$ 9.000,00**
Produto 02: Documento técnico contendo a proposta de metodologia para integração de dados de fontes diferentes com análise de erros e incerteza;	**2º Produto:** 20/03/2012	**Produto 2: R$ 10.000,00**
Produto 03: Documento técnico contendo proposta de metodologia de padronização e consistência dos dados pluviométricos levantados e de sua implementação;	**3º Produto**: 10/05/2012	**Produto 3: R$ 11.000,00**
Produto 04: Documento técnico contendo a proposta de processo de desenvolvimento do sistema de integração dos dados automáticos de precipitação pluviométrica levantados, bem como de ferramentas de acesso a esses dados;	**4º Produto:** 20/07/2011	**Produto 4: R$ 10.750,00**
Produto 05: Documento técnico com produtos de estimativa de precipitação acumulada e instantânea por satélites, radares e pluviômetros em diversas escalas horárias;	**5º Produto:** 10/10/2012	**Produto 5: R$ 11.000,00**
Produto 06: Documento técnico com pacote de programas para integrar as informações trabalhadas em um ambiente web e que permita a interatividade com o usuário.	**6º Produto:** 20/12/2012	**Produto 6: R$ 12.000,00**

Consultor contratado	
Nome do consultor: Thomas Bertrand Fiolleau	**CPF**: 235.150.878-50

Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:
O contrato foi firmado na segunda quinzena de dezembro de 2011, porém os produtos serão entregue no exercício 2012.

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	**Sigla**
Organização das Nações Unidades para a Educação, Ciência e a Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	**Código**
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil	914BRZ2018

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"

Código do Contrato: 1/012/2010

Objetivo da consultoria: Assistência técnica especializada do acompanhamento da execução econômica, financeira e contábil dos Contratos de Gestão celebrados entre o Ministério da Ciência e Tecnologia e as Organizações Sociais supervisionadas.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	**Término**	**Total Previsto No Contrato**	**Total previsto no exercício**	**Total pago no exercício**	**Total pago até o final do exercício**
13/12/2010	12/12/2011	R$ 75.000,00	R$ 75.000,00	R$ 20.000,00	R$ 20.000,00

Insumos Externos

Passagens e diárias.

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 01: Documento Técnico econômico,contábil e financeiro na execução física anual dos Contratos de Gestão das Organizações Sociais supervisionadas pelo Ministério da Ciência e Tecnologia.	**1º Produto:** 10/03/2011	**Produto 1: R$ 20.000,00**
Produto 02: Documento Técnico contendo análise técnica econômica, contábil e financeira, detalhando principais práticas, métodos e mecanismos enfatizando procedimentos técnicos que viabilizem o acompanhamento físico-financeiro.	**2º Produto:** 06/06/2011	**Produto 2: R$ 15.000,00**
Produto 03: Documento Técnico contendo acompanhamento, econômico, contábil e financeiro da execução física anual, apontando ações fora dos parâmetros regulares, desproporções, tendências e boas práticas, embasado em informações do sistema de acompanhamento Módulo-OS, nos balancetes das Organizações Sociais e nos seus relatórios técnicos das reuniões com as diretorias administrativas das OS supervisionadas.	**3º Produto**: 12/09/2011	**Produto 3: R$ 25.000,00**
Produto 04: Documento Técnico contendo treinamento em supervisão econômico, contábil e financeiro da execução de Contratos de Gestão, dentro do arcabouço legal dedicado a este objeto, evidenciando a experiência adquirida das práticas implementadas e testadas, ministrado aos partícipes da operação dos Contratos de Gestão do órgão supervisor, certificado pelos treinados.	**4º Produto:** 12/12/2011	**Produto 4: R$ 15.000,00**

Consultor contratado	
Nome do consultor: Valdemar da Paixão Gomes	**CPF:** 066.767.743-72

Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:
Contrato rescindido sem valor a pagar e sem necessidade de entrega dos demais produtos.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA , TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO , ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

ROL DE RESPONSAVEIS

Exercício 2011

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA , TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO , ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADES GESTORAS 240101/240102/240133 GESTÃO 00001

<table>
<tr><td colspan="3">NATUREZA DE RESPOSNSABILIDADE
Em conformidade com a IN TCU nº 63/2010, art. 10</td><td colspan="7">CARGO DE DIREÇÃO</td></tr>
<tr><td>AGENTE:
EMAIL:</td><td colspan="5">PAULO SERGIO BOMFIM
pbomfim@mct.gov.br</td><td>CPF:</td><td colspan="2">352.061.101-59</td></tr>
<tr><td>ENDEREÇO RESIDENCIAL</td><td colspan="9">QN 05 CONJUNTO 16 CASA 19 RIACHO FUNDO I –BRASILIA –DF</td></tr>
<tr><td>MUNICIPIO</td><td>BRASILIA</td><td>CEP:</td><td>70805-416</td><td>UF</td><td>DF</td><td>TELEFONE:</td><td>33177700</td><td>FAX:</td><td></td></tr>
<tr><td colspan="2">CARGO OU FUNÇÃO:</td><td colspan="8">SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO</td></tr>
<tr><td colspan="2">DESIGNAÇÃO
PORTARIA</td><td colspan="2">DOCUMENTO:</td><td colspan="2">EXONERAÇÃO:</td><td colspan="2">DOCUMENTO:</td><td colspan="2">PERÍODO DA GESTÃO:</td></tr>
<tr><td>Data
09/08/2010</td><td colspan="2">Ato / nº / ano

538</td><td>Data
20/01/2011</td><td colspan="2">Ato / nº / ano
284/2011</td><td>Data de Início

1/01/2011</td><td colspan="2">À data fim

20/01/2011</td></tr>
</table>

Encarregado do Setor

Dirigente da Unidade

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA , TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO , ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

<table>
<tr><td colspan="3">NATUREZA DE RESPOSNSABILIDADE
Em conformidade com a IN TCU nº 63/2010, art. 10</td><td colspan="7">CARGO DE DIREÇÃO – SUBSTITUTO</td></tr>
<tr><td>AGENTE:
EMAIL:</td><td colspan="5">ANTONIO ALBERTO PINHEIRO
Antonio.pinheiro@mct.gov.br</td><td>CPF:</td><td colspan="2">003.209.351-91</td></tr>
<tr><td>ENDEREÇO RESIDENCIAL</td><td colspan="8">SHIS QI 03 CONJUNTO 04 CASA 17 – BRASILIA -DF</td></tr>
<tr><td>MUNICIPIO</td><td colspan="2">BRASILIA</td><td>CEP:</td><td>71.605-240</td><td>UF</td><td>DF</td><td>TELEFONE:</td><td>33177712</td><td>FAX:</td></tr>
<tr><td colspan="3">CARGO OU FUNÇÃO:</td><td colspan="7">SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO- SUBSTITUTO</td></tr>
<tr><td colspan="2">DESIGNAÇÃO
PORTARIA</td><td colspan="2">DOCUMENTO:</td><td colspan="2">EXONERAÇÃO:</td><td colspan="2">DOCUMENTO:</td><td colspan="2">PERÍODO DA GESTÃO:</td></tr>
<tr><td>Data
14/07/2010</td><td colspan="2">Ato / nº / ano
Portaria 529</td><td>Data
07/04/2011</td><td colspan="2">Ato / nº / ano
200/2011</td><td>Data de Início
21/01/2011</td><td colspan="2">À data fim
31/01/2011</td></tr>
</table>

_____ _____

Encarregado do Setor Dirigente da Unidade

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA , TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO , ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

<table>
<tr><td colspan="3">NATUREZA DE RESPOSNSABILIDADE
Em conformidade com a IN TCU nº 63/2010, art. 10</td><td colspan="7">CARGO DE DIREÇÃO</td></tr>
<tr><td>AGENTE:
EMAIL:</td><td colspan="5">GERSON GALVÃO
Gerson.galvão@mct.gov.br</td><td>CPF:</td><td colspan="2">341.927.940-04</td></tr>
<tr><td>ENDEREÇO RESIDENCIAL</td><td colspan="9">SQSW 101 BLOCO “G” APT 504 – SUDOESTE</td></tr>
<tr><td>MUNICIPIO</td><td>BRASILIA</td><td>CEP:</td><td>70.670-107</td><td>UF</td><td>DF</td><td>TELEFONE:</td><td>33177700</td><td>FAX:</td><td></td></tr>
<tr><td colspan="2">CARGO OU FUNÇÃO:</td><td colspan="8">SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO</td></tr>
<tr><td colspan="2">DESIGNAÇÃO
PORTARIA</td><td colspan="2">DOCUMENTO:</td><td>EXONERAÇÃO:</td><td colspan="2">DOCUMENTO:</td><td colspan="3">PERÍODO DA GESTÃO:</td></tr>
<tr><td>Data
01/02/2011</td><td colspan="2">Ato / nº / ano

Portaria 442</td><td>Data</td><td colspan="2">Ato / nº / ano</td><td>Data de Início
01/02/2011
18/07/2011</td><td colspan="2">À data fim
03/07/2011
31/12/2011</td></tr>
</table>

_____ _____

Encarregado do Setor Dirigente da Unidade

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA , TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO , ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

<table>
<tr><td colspan="3">NATUREZA DE RESPOSNSABILIDADE
Em conformidade com a IN TCU nº 63/2010, art. 10</td><td colspan="7">CARGO DE DIREÇÃO –SUBSTITUTO</td></tr>
<tr><td>AGENTE:
EMAIL:</td><td colspan="5">GUILHERME EUCLIDES BRANDÃO
Guilherme.brandão@mct.gov.br</td><td>CPF:</td><td colspan="2">225.345.201-72</td></tr>
<tr><td>ENDEREÇO RESIDENCIAL</td><td colspan="8">SHIN QI 02 CONJ.13 CASA 08 LA GO NORTE</td></tr>
<tr><td>MUNICIPIO</td><td>BRASILIA</td><td>CEP:</td><td>71510-130</td><td>UF</td><td>DF</td><td>TELEFONE:</td><td>33177700</td><td>FAX:</td><td></td></tr>
<tr><td colspan="2">CARGO OU FUNÇÃO:</td><td colspan="8">SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO -SUBSTITUTO</td></tr>
<tr><td colspan="2">DESIGNAÇÃO
PORTARIA</td><td colspan="2">DOCUMENTO:</td><td>EXONERAÇÃO:</td><td colspan="2">DOCUMENTO:</td><td colspan="3">PERÍODO DA GESTÃO:</td></tr>
<tr><td>Data
07/04/2011</td><td colspan="2">Ato / nº / ano
Portaria 201</td><td>Data
26/12/2011</td><td>Ato / nº / ano
979/2011</td><td>Data de Início
04/07/2011</td><td colspan="3">À data fim
17/07/2011</td></tr>
</table>

_____ _____

Encarregado do Setor Dirigente da Unidade

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA , TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO , ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

<table>
<tr><td colspan="3">NATUREZA DE RESPOSNSABILIDADE
Em conformidade com a IN TCU nº 63/2010, art. 10</td><td colspan="7">CARGO DE DIREÇÃO – SUBSTITUTO</td></tr>
<tr><td>AGENTE:
EMAIL:</td><td colspan="5">ANTONIO ALBERTO PINHEIRO
Antonio.pinheiro@mct.gov.br</td><td>CPF:</td><td colspan="2">003.209.351-91</td></tr>
<tr><td>ENDEREÇO RESIDENCIAL</td><td colspan="8">SHIS QI 03 CONJUNTO 04 CASA 17 – BRASILIA -DF</td></tr>
<tr><td>MUNICIPIO</td><td colspan="2">BRASILIA</td><td>CEP:</td><td>71.605-240</td><td>UF</td><td>DF</td><td>TELEFONE:</td><td>33177712</td><td>FAX:</td></tr>
<tr><td colspan="3">CARGO OU FUNÇÃO:</td><td colspan="7">SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO- SUBSTITUTO</td></tr>
<tr><td colspan="2">DESIGNAÇÃO
PORTARIA</td><td colspan="2">DOCUMENTO:</td><td colspan="2">EXONERAÇÃO:</td><td colspan="2">DOCUMENTO:</td><td colspan="2">PERÍODO DA GESTÃO:</td></tr>
<tr><td>Data
26/12/2011</td><td colspan="2">Ato / nº / ano

Portaria 980</td><td>Data</td><td>Ato / nº / ano</td><td>Data de Início</td><td colspan="3">À data fim</td></tr>
</table>

_____ _____

Encarregado do Setor Dirigente da Unidade

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA , TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO , ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

<table>
<tr><td colspan="3">NATUREZA DE RESPOSNSABILIDADE
Em conformidade com a IN TCU nº 63/2010, art. 10</td><td colspan="7">RESPONSAVEL POR ATO DE GESTÃO</td></tr>
<tr><td>AGENTE:
EMAIL:</td><td colspan="5">IVANCIR GONÇALVES DA ROCHA CASTRO FILHO
ifilho@mct.gov.br</td><td>CPF:</td><td colspan="2">101.740.101-25</td></tr>
<tr><td>ENDEREÇO RESIDENCIAL</td><td colspan="8">QUADRA 201 BLOCO G APT 804 –AGUAS CLARAS – BRASILIA-DF</td></tr>
<tr><td>MUNICIPIO</td><td>BRASILIA</td><td>CEP:</td><td></td><td>UF</td><td>DF</td><td>TELEFONE:</td><td>33178000</td><td>FAX:</td><td></td></tr>
<tr><td colspan="2">CARGO OU FUNÇÃO:</td><td colspan="8">COORDENADOR-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS - CGRL</td></tr>
<tr><td colspan="2">DESIGNAÇÃO:
PORTARIA</td><td>DOCUMENTO:</td><td colspan="2">EXONERAÇÃO:</td><td colspan="2">DOCUMENTO:</td><td colspan="3">PERÍODO DA GESTÃO:</td></tr>
<tr><td>Data
26.03.2008</td><td colspan="2">Ato / nº / ano

169</td><td>Data
02/03/2011</td><td colspan="2">Ato / nº / ano

98</td><td>Data de Início
01/01/2011
04/01/2011</td><td colspan="2">À data fim
03/01/2011
01/03/2011</td></tr>
</table>

_____ _____

Encarregado do Setor Dirigente da Unidade

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA , TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO , ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

NATUREZA DE RESPOSNSABILIDADE Em conformidade com a IN TCU nº 63/2010, art. 10			RESPONSAVEL POR ATO DE GESTÃO						
AGENTE: **EMAIL:**	HUMBERTO LUCIANO SCHLOEGL Humberto.schloegl@mct.gov.br					**CPF:**	871.546.419-91		
ENDEREÇO RESIDENCIAL	QMSW 04 LT 04 APTO 329								
MUNICIPIO	BRASILIA	**CEP:**	**70680400**	**UF**	**DF**	**TELEFONE:**	**33178000**	**FAX:**	
CARGO OU FUNÇÃO:	COORDENADOR-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS - CGRL								

DESIGNAÇÃO: PORTARIA		**DOCUMENTO:**	**EXONERAÇÃO:**		**DOCUMENTO:**	**PERÍODO DA GESTÃO:**	
Data 02/03/2011	**Ato / nº / ano** **102**		Data		**Ato / nº / ano**	**Data de Início** **02/03/2011** **05/08/2011** **14/11/2011**	**À data fim** **24/07/2011** **29/10/2011** **31/12/2011**

_____ _____

Encarregado do Setor Dirigente da Unidade

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA , TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO , ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

<table>
<tr><td colspan="3">NATUREZA DE RESPOSNSABILIDADE
Em conformidade com a IN TCU nº 63/2010, art. 10</td><td colspan="7">RESPONSAVEL POR ATO DE GESTÃO</td></tr>
<tr><td>AGENTE:
EMAIL:</td><td colspan="5">DOMINGOS CARLOS PEREIRA REGO
domingos@mct.gov.br</td><td>CPF:</td><td colspan="2">403.559.857-72</td></tr>
<tr><td>ENDEREÇO RESIDENCIAL</td><td colspan="8">QUADRA 18 CONJUNTO J CASA 02 - SOBRADINHO</td></tr>
<tr><td>MUNICIPIO</td><td>BRASILIA</td><td>CEP:</td><td>73050-190</td><td>UF</td><td>DF</td><td>TELEFONE:</td><td>33178460</td><td>FAX:</td><td></td></tr>
<tr><td colspan="2">CARGO OU FUNÇÃO:</td><td colspan="8">COORDENADOR –GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS - SUBSTITUTO</td></tr>
<tr><td colspan="2">DESIGNAÇÃO:
PORTARIA</td><td colspan="2">DOCUMENTO:</td><td colspan="2">EXONERAÇÃO:</td><td colspan="2">DOCUMENTO:</td><td colspan="2">PERÍODO DA GESTÃO:</td></tr>
<tr><td>Data
09.05.2007</td><td colspan="2">Ato / nº / ano

273</td><td>Data
/ /</td><td colspan="2">Ato / nº / ano</td><td>Data de Início
03/01/2011
25/07/2011
30/10/2011</td><td colspan="2">À data fim
03/01/2011
05/08/2011
13/11/2011</td></tr>
</table>

_____ _____

Encarregado do Setor Dirigente da Unidade

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA , TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO , ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

<table>
<tr><td colspan="3">NATUREZA DE RESPOSNSABILIDADE
Em conformidade com a IN TCU nº 63/2010, art. 10</td><td colspan="6">RESPONSAVEL POR ATO DE GESTÃO</td></tr>
<tr><td>AGENTE:
EMAIL:</td><td colspan="4">ANTONIO ALBERTO PINHEIRO
Antonio.pinheiro@mct.gov.br</td><td>CPF:</td><td colspan="3">003.209.351-91</td></tr>
<tr><td>ENDEREÇO RESIDENCIAL</td><td colspan="8">SHIS QI 03 CONJUNTO 04 CASA 17 - LAGO SUL BRASILIA -DF</td></tr>
<tr><td>MUNICIPIO</td><td>BRASILIA</td><td>CEP:</td><td>71605-240</td><td>UF</td><td>DF</td><td>TELEFONE:</td><td>33177712</td><td>FAX:</td></tr>
<tr><td colspan="2">CARGO OU FUNÇÃO:</td><td colspan="7">COORDENADOR-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS -CGOF</td></tr>
<tr><td colspan="2">DESIGNAÇÃO:
PORTARIA</td><td colspan="2">DOCUMENTO:</td><td colspan="2">EXONERAÇÃO:</td><td>DOCUMENTO:</td><td colspan="2">PERÍODO DA GESTÃO:</td></tr>
<tr><td>Data
16/03/2006</td><td colspan="2">Ato / nº / ano

181</td><td>Data
/ /</td><td>Ato / nº / ano</td><td colspan="2">Data de Início
01/01/2011
10/05/2011
10/09/2011</td><td colspan="2">À data fim
24/04/2011
21/08/2011
31/12/2011</td></tr>
</table>

_____ _____

Encarregado do Setor Dirigente da Unidade

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA , TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO , ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

<table>
<tr><td colspan="3">NATUREZA DE RESPOSNSABILIDADE
Em conformidade com a IN TCU nº 63/2010, art. 10</td><td colspan="7">RESPONSAVEL POR ATO DE GESTÃO</td></tr>
<tr><td>AGENTE:
EMAIL:</td><td colspan="5">SERGIO LUIZ DOSCHER DA FONSECA
sdoscher@mct.gov.br</td><td>CPF:</td><td colspan="2">000.292.437-42</td></tr>
<tr><td>ENDEREÇO RESIDENCIAL</td><td colspan="8">QRSW 07 BLOCO B APTO 104 – SUDOESTE - BRASILIA -DF</td></tr>
<tr><td>MUNICIPIO</td><td>BRASILIA</td><td>CEP:</td><td>71605-240</td><td>UF</td><td>DF</td><td>TELEFONE:</td><td>33177731</td><td>FAX:</td><td></td></tr>
<tr><td colspan="2">CARGO OU FUNÇÃO:</td><td colspan="8">COORDENADOR-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS – SUBSTITUTO</td></tr>
<tr><td colspan="2">DESIGNAÇÃO
PORTARIA</td><td colspan="2">DOCUMENTO:</td><td colspan="2">EXONERAÇÃO:</td><td colspan="2">DOCUMENTO:</td><td colspan="2">PERÍODO DA GESTÃO:</td></tr>
<tr><td>Data
21/11/2007</td><td colspan="2">Ato / nº / ano

752</td><td>Data
/ /</td><td colspan="2">Ato / nº / ano</td><td>Data de Início

25/04/2011
22/08/2011</td><td colspan="2">À data fim
09/05/2011
05/09/2011</td></tr>
</table>

_____ _____

Encarregado do Setor Dirigente da Unidade

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA , TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO , ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

<table>
<tr><td colspan="3">NATUREZA DE RESPOSNSABILIDADE
Em conformidade com a IN TCU nº 63/2010, art. 10</td><td colspan="7">RESPONSAVEL POR ATO DE GESTÃO</td></tr>
<tr><td>AGENTE:
EMAIL :</td><td colspan="5">IZA SILVA
iza@mct.gov.br</td><td>CPF:</td><td colspan="2">239.125.101-72</td></tr>
<tr><td>ENDEREÇO RESIDENCIAL</td><td colspan="8">QUADRA 01 CONJ. G CASA 37 – COND. IMPERIO DOS NOBRES SOBRADINHO</td></tr>
<tr><td>MUNICIPIO</td><td>BRASILIA</td><td>CEP:</td><td>70670-270</td><td>UF</td><td>DF</td><td>TELEFONE:</td><td>34115188</td><td>FAX:</td><td></td></tr>
<tr><td colspan="2">CARGO OU FUNÇÃO:</td><td colspan="8">COORDENADORA- GERAL DE RECURSOS HUMANOS -SUBSTITUTA</td></tr>
<tr><td colspan="2">DESIGNAÇÃO
PORTARIA</td><td>DOCUMENTO:</td><td colspan="2">EXONERAÇÃO:</td><td>DOCUMENTO:</td><td colspan="3">PERÍODO DA GESTÃO:</td></tr>
<tr><td>Data
02/10/2007</td><td colspan="2">Ato / nº / ano

642</td><td>Data</td><td>Ato / nº / ano</td><td>Data de Início</td><td colspan="2">À data fim</td></tr>
</table>

_____ _____

Encarregado do Setor Dirigente da Unidade

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA , TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO , ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

<table>
<tr><td colspan="3">NATUREZA DE RESPOSNSABILIDADE
Em conformidade com a IN TCU nº 63/2010, art. 10</td><td colspan="7">RESPONSAVEL POR ATO DE GESTÃO</td></tr>
<tr><td>AGENTE:
EMAIL:</td><td colspan="5">ANDREA DE CASTRO RIBEIRO
Andrea@mct.gov.br</td><td>CPF:</td><td colspan="2">379.795.231-72</td></tr>
<tr><td>ENDEREÇO RESIDENCIAL</td><td colspan="9">SHIN QL 02 CONJUNTO 1 CASA 12 - LAGO NORTE</td></tr>
<tr><td>MUNICIPIO</td><td colspan="2">BRASILIA</td><td>CEP:</td><td>71500000</td><td>UF</td><td>DF</td><td>TELEFONE:</td><td>34115642</td><td>FAX:</td></tr>
<tr><td>CARGO OU FUNÇÃO:</td><td colspan="9">COORDENADORA -GERAL DE RECURSOS HUMANOS -CGRH</td></tr>
<tr><td colspan="2">DESIGNAÇÃO
PORTARIA</td><td>DOCUMENTO:</td><td colspan="2">EXONERAÇÃO:</td><td>DOCUMENTO:</td><td colspan="4">PERÍODO DA GESTÃO:</td></tr>
<tr><td>Data
25/05/2009</td><td colspan="2">Ato / nº / ano
347</td><td colspan="2">Data
02/03/2011</td><td>Ato / nº / ano
99</td><td colspan="2">Data de Início
01/01/2011</td><td colspan="2">À data fim
01/03/2011</td></tr>
</table>

_____ _____

Encarregado do Setor Dirigente da Unidade

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA , TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO , ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

<table>
<tr><td colspan="3">NATUREZA DE RESPOSNSABILIDADE
Em conformidade com a IN TCU nº 63/2010, art. 10</td><td colspan="7">RESPONSAVEL POR ATO DE GESTÃO</td></tr>
<tr><td>AGENTE:
EMAIL:</td><td colspan="5">FLAVIO COUTINHO DE CARVALHO
Flavio.carvalho@mct.gov.br</td><td>CPF:</td><td colspan="2">116.018.841-68</td></tr>
<tr><td>ENDEREÇO RESIDENCIAL</td><td colspan="8">SQS 315 BL C APT 206 – ASA SUL</td></tr>
<tr><td>MUNICIPIO</td><td>BRASILIA</td><td>CEP:</td><td></td><td>UF</td><td>DF</td><td>TELEFONE:</td><td>34115642</td><td>FAX:</td><td></td></tr>
<tr><td colspan="2">CARGO OU FUNÇÃO:</td><td colspan="8">COORDENADOR -GERAL DE RECURSOS HUMANOS -CGRH</td></tr>
<tr><td colspan="2">DESIGNAÇÃO
PORTARIA</td><td>DOCUMENTO:</td><td colspan="2">EXONERAÇÃO:</td><td>DOCUMENTO:</td><td colspan="4">PERÍODO DA GESTÃO:</td></tr>
<tr><td>Data
02/03/2011</td><td colspan="2">Ato / nº / ano

103</td><td>Data</td><td>Ato / nº / ano</td><td colspan="2">Data de Início

02/03/2011</td><td colspan="2">À data fim

31/12/2011</td></tr>
</table>

_____ _____

Encarregado do Setor Dirigente da Unidade

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA , TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO , ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

<table>
<tr><td colspan="3">NATUREZA DE RESPOSNSABILIDADE
Em conformidade com a IN TCU nº 63/2010, art. 10</td><td colspan="7">RESPONSAVEL POR ATO DE GESTÃO</td></tr>
<tr><td>AGENTE:
EMAIL:</td><td colspan="4">ANGELA MARIA CAVALCANTE BUARQUE
abuarque@mct.gov.br</td><td>CPF:</td><td colspan="3">102.560.914-04</td></tr>
<tr><td>ENDEREÇO RESIDENCIAL</td><td colspan="9">SQN 215 BLOCO K APT 603 –ASA NORTE</td></tr>
<tr><td>MUNICIPIO</td><td>BRASILIA</td><td>CEP:</td><td>70000000</td><td>UF</td><td>DF</td><td>TELEFONE:</td><td>33177407</td><td>FAX:</td><td></td></tr>
<tr><td colspan="2">CARGO OU FUNÇÃO:</td><td colspan="8">COORDENADORA GERAL DE GESTÃO E INOVAÇÃO</td></tr>
<tr><td colspan="2">DESIGNAÇÃO
PORTARIA</td><td>DOCUMENTO:</td><td colspan="2">EXONERAÇÃO:</td><td colspan="2">DOCUMENTO:</td><td colspan="3">PERÍODO DA GESTÃO:</td></tr>
<tr><td>Data
02/07/2003</td><td colspan="2">Ato / nº / ano
391</td><td>Data
12/08/2011</td><td colspan="2">Ato / nº / ano
639</td><td>Data de Início
01/01/2011</td><td colspan="2">À data fim
13/03/2011</td></tr>
</table>

_____ _____

Encarregado do Setor Dirigente da Unidade

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA , TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO , ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

<table>
<tr><td colspan="3">NATUREZA DE RESPOSNSABILIDADE
Em conformidade com a IN TCU nº 63/2010, art. 10</td><td colspan="7">RESPONSAVEL POR ATO DE GESTÃO</td></tr>
<tr><td>AGENTE:
EMAIL:</td><td colspan="4">CESAR AUGUSTO RODRIGUES DO CARMO
Cesar@mct.gov.br</td><td>CPF:</td><td colspan="3">308.439.361-34</td></tr>
<tr><td>ENDEREÇO RESIDENCIAL</td><td colspan="9">AOS 07 BLOCO K APT 608 – OCTOGONAL</td></tr>
<tr><td>MUNICIPIO</td><td>BRASILIA</td><td>CEP:</td><td>70660-070</td><td>UF</td><td>DF</td><td>TELEFONE:</td><td>33178157</td><td>FAX:</td><td></td></tr>
<tr><td colspan="2">CARGO OU FUNÇÃO:</td><td colspan="8">COORDENADOR - GERAL DE GESTÃO E INOVAÇÃO - SUBSTITUTO</td></tr>
<tr><td colspan="2">DESIGNAÇÃO
PORTARIA</td><td>DOCUMENTO:</td><td colspan="2">EXONERAÇÃO:</td><td colspan="2">DOCUMENTO:</td><td colspan="2">PERÍODO DA GESTÃO:</td></tr>
<tr><td>Data
07/01/2004</td><td colspan="2">Ato / nº / ano
11</td><td>Data
27/10/2011</td><td colspan="2">Ato / nº / ano
833</td><td>Data de Início
14/03/2011</td><td>À data fim
12/04/2011</td></tr>
</table>

_____ _____

Encarregado do Setor Dirigente da Unidade

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA , TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO , ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

<table>
<tr><td colspan="3">NATUREZA DE RESPOSNSABILIDADE
Em conformidade com a IN TCU nº 63/2010, art. 10</td><td colspan="7">RESPONSAVEL POR ATO DE GESTÃO</td></tr>
<tr><td>AGENTE:
EMAIL:</td><td colspan="4">PAULO HENRIQUE DE ASSIS SANTANA
Paulo.santana@mct.gov.br</td><td>CPF:</td><td colspan="3">291.567.938-04</td></tr>
<tr><td>ENDEREÇO RESIDENCIAL</td><td colspan="9">SQS 306 BLOCO B AP.604</td></tr>
<tr><td>MUNICIPIO</td><td>BRASILIA</td><td>CEP:</td><td>70.353-020</td><td>UF</td><td>DF</td><td>TELEFONE:</td><td>33178157</td><td>FAX:</td><td></td></tr>
<tr><td>CARGO OU FUNÇÃO:</td><td colspan="9">COORDENADOR - GERAL DE GESTÃO E INOVAÇÃO</td></tr>
<tr><td colspan="2">DESIGNAÇÃO
PORTARIA</td><td colspan="2">DOCUMENTO:</td><td colspan="2">EXONERAÇÃO:</td><td colspan="2">DOCUMENTO:</td><td colspan="2">PERÍODO DA GESTÃO:</td></tr>
<tr><td>Data
12/08/2011</td><td colspan="2">Ato / nº / ano

640</td><td>Data</td><td colspan="2">Ato / nº / ano</td><td>Data de Início
12/08/2011</td><td colspan="3">À data fim
31/12/2011</td></tr>
</table>

_____ _____

Encarregado do Setor Dirigente da Unidade

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA , TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO , ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

<table>
<tr><td colspan="3">NATUREZA DE RESPOSNSABILIDADE
Em conformidade com a IN TCU nº 63/2010, art. 10</td><td colspan="7">RESPONSAVEL POR ATO DE GESTÃO</td></tr>
<tr><td>AGENTE:
EMAIL:</td><td colspan="5">PILADE BAIOCHI NETO
pilade@mct.gov.br</td><td>CPF:</td><td colspan="2">364.652.591~68</td></tr>
<tr><td>ENDEREÇO RESIDENCIAL</td><td colspan="9">SMPW QUADRA 29 CONJUNTO 03, LOTE 03, CASA F</td></tr>
<tr><td>MUNICIPIO</td><td>BRASILIA</td><td>CEP:</td><td>71746003</td><td>UF</td><td>DF</td><td>TELEFONE:</td><td>33178157</td><td>FAX:</td><td></td></tr>
<tr><td colspan="2">CARGO OU FUNÇÃO:</td><td colspan="8">COORDENADOR - GERAL DE GESTÃO E INOVAÇÃO - SUBSTITUTO</td></tr>
<tr><td colspan="2">DESIGNAÇÃO
PORTARIA</td><td>DOCUMENTO:</td><td colspan="2">EXONERAÇÃO:</td><td>DOCUMENTO:</td><td colspan="3">PERÍODO DA GESTÃO:</td></tr>
<tr><td>Data
27/10/2011</td><td colspan="2">Ato / nº / ano

834</td><td>Data</td><td>Ato / nº / ano</td><td>Data de Início</td><td colspan="2">À data fim</td></tr>
</table>

_____ _____

Encarregado do Setor Dirigente da Unidade

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA , TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO , ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

<table>
<tr><td colspan="3">NATUREZA DE RESPOSNSABILIDADE
Em conformidade com a IN TCU nº 63/2010, art. 10</td><td colspan="7">RESPONSAVEL POR ATO DE GESTÃO</td></tr>
<tr><td>AGENTE:
EMAIL:</td><td colspan="4">JONES BORRALHO GAMA
Jones@mct.gov.br</td><td>CPF:</td><td colspan="3">183.275.161-91</td></tr>
<tr><td>ENDEREÇO RESIDENCIAL</td><td colspan="9">SQN 210 BLOCO G APT 608 – ASA NORTE</td></tr>
<tr><td>MUNICIPIO</td><td>BRASILIA</td><td>CEP:</td><td>70838-070</td><td>UF</td><td>DF</td><td>TELEFONE:</td><td>33177631</td><td>FAX:</td><td></td></tr>
<tr><td colspan="2">CARGO OU FUNÇÃO:</td><td colspan="8">COORDENADOR GERAL DE GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CGTI</td></tr>
<tr><td colspan="2">DESIGNAÇÃO
PORTARIA</td><td>DOCUMENTO:</td><td colspan="2">EXONERAÇÃO:</td><td>DOCUMENTO:</td><td colspan="3">PERÍODO DA GESTÃO:</td></tr>
<tr><td>Data
19/04/2007</td><td colspan="2">Ato / nº / ano

246</td><td>Data
10/08/2011</td><td colspan="2">Ato / nº / ano

629</td><td>Data de Início
01/01/2011
21/05/2011
25/06/2011</td><td colspan="2">À data fim
11/05/2011
23/06/2011
09/08/2011</td></tr>
</table>

_____ _____

Encarregado do Setor Dirigente da Unidade

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA , TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO , ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

<table>
<tr><td colspan="3">NATUREZA DE RESPOSNSABILIDADE
Em conformidade com a IN TCU nº 63/2010, art. 10</td><td colspan="6">RESPONSAVEL POR ATO DE GESTÃO</td></tr>
<tr><td>AGENTE:
EMAIL:</td><td colspan="4">EDUARDO VIOLA
eviola@mct.gov.br</td><td>CPF:</td><td colspan="3">462.875.581-72</td></tr>
<tr><td>ENDEREÇO RESIDENCIAL</td><td colspan="8">COLONIA AGRICOLA SAMAMBAIA CHACARA 68 LOTE 08 - TAGUATINGA</td></tr>
<tr><td>MUNICIPIO</td><td>BRASILIA</td><td>CEP:</td><td>72130-000</td><td>UF</td><td>DF</td><td>TELEFONE:</td><td>33177832</td><td>FAX:</td></tr>
<tr><td colspan="2">CARGO OU FUNÇÃO:</td><td colspan="7">COORDENADOR-GERAL DE GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO- SUBSTITUTO</td></tr>
<tr><td colspan="2">DESIGNAÇÃO
PORTARIA</td><td>DOCUMENTO:</td><td colspan="2">EXONERAÇÃO:</td><td>DOCUMENTO:</td><td colspan="3">PERÍODO DA GESTÃO:</td></tr>
<tr><td>Data
09/05/2007</td><td colspan="2">Ato / nº / ano

274</td><td>Data
31/10/2011</td><td colspan="2">Ato / nº / ano

832</td><td>Data de Início
12/05/2011
24/06/2011</td><td colspan="2">À data fim
20/05/2011
24/06/2011</td></tr>
</table>

_____ _____

Encarregado do Setor Dirigente da Unidade

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA , TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO , ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

<table>
<tr><td colspan="3">NATUREZA DE RESPOSNSABILIDADE
Em conformidade com a IN TCU nº 63/2010, art. 10</td><td colspan="7">RESPONSAVEL POR ATO DE GESTÃO</td></tr>
<tr><td>AGENTE:
EMAIL:</td><td colspan="5">SANDRO DE OLIVEIRA ARAUJO
Sandro.araujo@mct.gov.br</td><td>CPF:</td><td colspan="2">486.011.441-87</td></tr>
<tr><td>ENDEREÇO RESIDENCIAL</td><td colspan="9">Condomínio .Recanto Real Quadra 02 Conjunto 04 Casa 1- Sobradinho</td></tr>
<tr><td>MUNICIPIO</td><td>BRASILIA</td><td>CEP:</td><td>73.251-903</td><td>UF</td><td>DF</td><td>TELEFONE:</td><td>33177832</td><td>FAX:</td><td></td></tr>
<tr><td colspan="2">CARGO OU FUNÇÃO:</td><td colspan="8">COORDENADOR-GERAL DE GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-</td></tr>
<tr><td colspan="2">DESIGNAÇÃO
PORTARIA</td><td>DOCUMENTO:</td><td colspan="2">EXONERAÇÃO:</td><td colspan="2">DOCUMENTO:</td><td colspan="3">PERÍODO DA GESTÃO:</td></tr>
<tr><td>Data
10/08/2011</td><td colspan="2">Ato / nº / ano

630</td><td>Data</td><td colspan="2">Ato / nº / ano</td><td colspan="2">Data de Início
10/08/2011
13/11/2011
24/11/2011</td><td colspan="2">À data fim
06/11/2011
20/11/2011
29/12/2011</td></tr>
</table>

_____ _____

Encarregado do Setor Dirigente da Unidade

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA , TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO , ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

<table>
<tr><td colspan="3">NATUREZA DE RESPOSNSABILIDADE
Em conformidade com a IN TCU nº 63/2010, art. 10</td><td colspan="7">RESPONSAVEL POR ATO DE GESTÃO</td></tr>
<tr><td>AGENTE:
EMAIL:</td><td colspan="4">SAMIH NAIF DAIBES JUNIOR
Samih.daibes@mct.gov.br</td><td>CPF:</td><td colspan="3">468.345.752-00</td></tr>
<tr><td>ENDEREÇO RESIDENCIAL</td><td colspan="9">SHCES QD 407 BLOCO E APT 402 CRUZEIRO NOVO</td></tr>
<tr><td>MUNICIPIO</td><td>BRASILIA</td><td>CEP:</td><td>70654750 0</td><td>U F</td><td>DF</td><td>TELEFON E:</td><td>33177632</td><td>FA X:</td><td></td></tr>
<tr><td colspan="2">CARGO OU FUNÇÃO:</td><td colspan="8">COORDENADOR-GERAL DE GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO- SUBSTITUTO</td></tr>
<tr><td colspan="2">DESIGNAÇÃO
PORTARIA</td><td>DOCUM ENTO:</td><td colspan="2">EXONERAÇÃ O:</td><td>DOCUMEN TO:</td><td colspan="4">PERÍODO DA GESTÃO:</td></tr>
<tr><td>Data
26/10/2011</td><td colspan="2">Ato / nº / ano

821</td><td colspan="2">Data</td><td>Ato / nº / ano</td><td>Data de Início
07/11/2011
21/11/2011
30/12/2011</td><td colspan="3">À data fim
12/11/2011
23/11/2011
05/01/2012</td></tr>
</table>

_____ _____

Encarregado do Setor Dirigente da Unidade

Relatório de Correição

CGU-PAD

Controladoria-Geral da União

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS INSTAURADOS

Quadro Consolidado Global	Período: 01/01/2011 a 31/12/2011
Quantidade de Órgãos: 8	Número de Procedimentos
Total de Procedimentos Administrativos para Empregados Públicos	0
Total de Processos Disciplinares para Empresas Públicas / Sociedades de Economia	0
Total de Processos Administrativos Disciplinares	2
Total de Ritos Sumários	0
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário'	0
Total de Sindicâncias Patrimoniais	0
Total de Sindicâncias	5
Total de Procedimentos	7

Assessoria de Assuntos Internacionais	
Período: 01/01/2011 a 31/12/2011	
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Procedimentos Administrativos para Empregados Públicos	0
Total de Processos Disciplinares para Empresas Públicas / Sociedades de Economia	0
Total de Processos Administrativos Disciplinares	0
Total de Ritos Sumários	0
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário'	0
Total de Sindicâncias Patrimoniais	0
Total de Sindicâncias	0
Total de Procedimentos	0

Consultoria Jurídica	
Período: 01/01/2011 a 31/12/2011	
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Procedimentos Administrativos para Empregados Públicos	0
Total de Processos Disciplinares para Empresas Públicas / Sociedades de Economia	0
Total de Processos Administrativos Disciplinares	0
Total de Ritos Sumários	0
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário'	0
Total de Sindicâncias Patrimoniais	0
Total de Sindicâncias	0
Total de Procedimentos	0

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS INSTAURADOS

Gabinete do Ministro

Período: 01/01/2011 a 31/12/2011

Quadro Consolidado	Número de Procedimentos
Total de Procedimentos Administrativos para Empregados Públicos	0
Total de Processos Disciplinares para Empresas Públicas / Sociedades de Economia	0
Total de Processos Administrativos Disciplinares	0
Total de Ritos Sumários	0
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário'	0
Total de Sindicâncias Patrimoniais	0
Total de Sindicâncias	1
Total de Procedimentos	1

Quadro Detalhado

Número do Processo Principal	Data da Situação	Tipo de Processo
01200000047201141	31/05/2011	Sindicância(Lei 8.112/90)

Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social

Período: 01/01/2011 a 31/12/2011

Quadro Consolidado	Número de Procedimentos
Total de Procedimentos Administrativos para Empregados Públicos	0
Total de Processos Disciplinares para Empresas Públicas / Sociedades de Economia	0
Total de Processos Administrativos Disciplinares	1
Total de Ritos Sumários	0
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário'	0
Total de Sindicâncias Patrimoniais	0
Total de Sindicâncias	0
Total de Procedimentos	1

Quadro Detalhado

Número do Processo Principal	Data da Situação	Tipo de Processo
01200000577201199	15/06/2011	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)

Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

Período: 01/01/2011 a 31/12/2011

Quadro Consolidado	Número de Procedimentos
Total de Procedimentos Administrativos para Empregados Públicos	0
Total de Processos Disciplinares para Empresas Públicas / Sociedades de Economia	0
Total de Processos Administrativos Disciplinares	0
Total de Ritos Sumários	0
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário'	0
Total de Sindicâncias Patrimoniais	0
Total de Sindicâncias	0

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS INSTAURADOS

Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

Período: 01/01/2011 a 31/12/2011

Quadro Consolidado	Número de Procedimentos
Total de Procedimentos	0

Secretaria de Política de Informática

Período: 01/01/2011 a 31/12/2011

Quadro Consolidado	Número de Procedimentos
Total de Procedimentos Administrativos para Empregados Públicos	0
Total de Processos Disciplinares para Empresas Públicas / Sociedades de Economia	0
Total de Processos Administrativos Disciplinares	0
Total de Ritos Sumários	0
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário'	0
Total de Sindicâncias Patrimoniais	0
Total de Sindicâncias	0
Total de Procedimentos	0

Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento

Período: 01/01/2011 a 31/12/2011

Quadro Consolidado	Número de Procedimentos
Total de Procedimentos Administrativos para Empregados Públicos	0
Total de Processos Disciplinares para Empresas Públicas / Sociedades de Economia	0
Total de Processos Administrativos Disciplinares	0
Total de Ritos Sumários	0
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário'	0
Total de Sindicâncias Patrimoniais	0
Total de Sindicâncias	0
Total de Procedimentos	0

Secretaria-Executiva

Período: 01/01/2011 a 31/12/2011

Quadro Consolidado	Número de Procedimentos
Total de Procedimentos Administrativos para Empregados Públicos	0
Total de Processos Disciplinares para Empresas Públicas / Sociedades de Economia	0
Total de Processos Administrativos Disciplinares	1
Total de Ritos Sumários	0

CGU-PAD

Controladoria-Geral da União

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS INSTAURADOS

Secretaria-Executiva	
Período: 01/01/2011 a 31/12/2011	
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário'	0
Total de Sindicâncias Patrimoniais	0
Total de Sindicâncias	4
Total de Procedimentos	5

Quadro Detalhado

Número do Processo Principal	Data da Situação	Tipo de Processo
01200000718201173	31/03/2011	Sindicância(Lei 8.112/90)
01200001759201187	15/06/2011	Sindicância(Lei 8.112/90)
01200002187201153	29/07/2011	Sindicância(Lei 8.112/90)
01200003712201158	14/10/2011	Sindicância(Lei 8.112/90)
01200004083201183	14/11/2011	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)

Assessoria de Captação de Recursos – ASCAP

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
Secretaria Executiva - SEXEC
Assessoria de Captação de Recursos - ASCAP

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Março/2012

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
Secretaria Executiva - SEXEC
Assessoria de Captação de Recursos - ASCAP

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 e da Portaria – TCU n° 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno.

Brasília, Março/2012

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações
ANELL – Agência Nacional de Energia Elétrica
ANP – Agência Nacional do Petróleo
ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres
ASCAP – Assessoria de Captação de Recursos
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (World Bank)
CGEE – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
CGOF – Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças
CGRH – Coordenação-Geral de Recursos Humanos
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONJUR – Consultoria Jurídica
CT&I – Ciência Tecnologia e Inovação
CT-Aeronáutico – Fundo para o Setor Aeronáutico
CT-Agronegócio – Fundo Setorial de Agronegócio
CT-Amazônia – Fundo Setorial da Amazônia
CT-Aquaviário – Fundo para o Setor de Transporte Aquaviário e Construção Naval
CT-Biotecnologia - Fundo Setorial de Biotecnologia
CT-Energ - Fundo Setorial de Energia
CT-Espacial - Fundo Setorial Espacial
CT-Hidro - Fundo Setorial de Recursos Hídricos
CT-Info - Fundo Setorial de Tecnologia da Informação
CT-Infra - Fundo de Infra-Estrutura
CT-Mineral - Fundo Setorial Mineral
CT-Petro – Fundo Setorial de Petróleo e Gás Natural
CT-Saúde - Fundo Setorial de Saúde
CT-Transporte - Fundo Setorial de Transportes Terrestres e Hidroviários
CT-FVA - Fundo Verde Amarelo (Universidade Empresa)
ENCTI – Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos
FIP - Programa de Investimento em Floresta
FIP – Fundos de Investimentos Privados

FISTEL - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações

FNDCT – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

FOCEM - Fundo para a Convergência Estrutural e o Fortalecimento da Estrutura Institucional do Mercosul

FONPLAT - Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata

FUNTELL - Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações

GEF - Fundo Mundial para o Meio Ambiente (Global Environment Facility)

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

RNP – Rede Nacional de Pesquisa

SECIS – Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social

SEPED - Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento

SEPIN - SEPIN - Secretaria de Política de Informática

SETEC - Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

SEXEC – Secretaria Executiva

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 6
1. PARTE A, ITEM 1, ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010 18
1.1 RELATÓRIO DE GESTÃO AGREGADO 18
2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010 19
2.1 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE 19
2.2 ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS 21
3. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010. 25
4. PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, 24/11/2010 28
4.1 SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 8.730/93 28
5. ITEM 9 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 29
5.1 ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ 29
6. PARTE C, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010. 31
6.1 CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES NA MODALIDADE "PRODUTO", NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS 31
7. CONCLUSÃO 32
8. ANEXOS 33
9. ROL DOS RESPONSÁVEIS 34

LISTA DE QUADROS, TABELAS E GRÁFICOS

Quadro A.1.3 - Identificação – Relatório de Gestão Agregado	18
Plano de Trabalho da ASCAP 2011-2014	19, 20
Demonstrativo da Arrecadação, Orçamento e Execução dos Fundos Setoriais - Janeiro a Dezembro de 2011	21
Comparativo da Estimativa de Arrecadação dos Fundos Setoriais da ASCAP e dos Empréstimos do FNDCT à FINEP com os Limites da SOF – 2012	22
Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação Apurada Em 31/12	25
Quadro A.5.3 – Detalhamento Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ (Situação em 31 de Dezembro)	26
Quadro A.5.4 – Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária - Situação Apurada em 31/12	26
Quadro A.5.5 – Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade - Situação Apurada em 31/12	26
Quadro A.5.1 - Demonstrativo do Cumprimento - Por Autoridades e Servidores da UJ, da Obrigação de Entregar a DBR	28
Quadro A.6.1 - Estrutura de Controles Internos da UJ	29
Organograma da ASCAP	33

INTRODUÇÃO

A Assessoria de Captação de Recursos – ASCAP é uma instância vinculada à Secretaria Executiva do MCTI, criada pelo Decreto 5.886, de 06 de setembro de 2006. Tem por missão atuar visando atender aos interesses do MCTI quanto a estabelecer mecanismos para a captação de recursos técnicos, materiais e financeiros. Manter contatos sistemáticos com organismos e instituições de âmbito nacional ou internacional, que possam induzir ou viabilizar a captação de recursos. Além disso, supervisionar estudos visando: o estabelecimento de normas e procedimentos para captação, como também diagnósticos de mercado e perfis de projetos, como instrumento de indução, apoio e orientação a potenciais investidores interessados na área de ciência e tecnologia.

No ano de 2011, a ASCAP manteve sua atuação, exercida desde a implementação do PACTI, buscando meios para atender suas diretrizes:

- Aumentar os investimentos em P&D de 1,02% do PIB (2006) para 1,5% do PIB;
- Ampliar a participação empresarial de 0,51% (2006) para 0,65% do PIB;
- Fortalecer as atividades de P&D e de inovação em áreas estratégicas para o crescimento e o desenvolvimento do País;
- Aperfeiçoar as instituições, a gestão e a governança da política de C,T&I.

As informações referentes ao quadro de pessoal da ASCAP serão informadas pela SEXEC/SPOA/CGRH.

Por não ter programação específica na LOA, muitos dos itens solicitados neste Relatório de Gestão não se aplicam à ASCOF ou, em alguns casos, não ocorreram no período. A discriminação desses itens, bem como a justificativa para sua não-aplicação ao caso da ASCOF, estão listadas abaixo:

- *Item 2.3. Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ*

Quadro A.2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP não tem a responsabilidade de gerir programas de Governo inscritos na Lei do Plano Plurianual – PPA.

Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP, dadas as suas atribuições, não executa ações orçamentárias constantes da LOA.

- *Item 2.4. Desempenho Orçamentário/Financeiro*

Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP não é uma UO nem tem UGO consolidada ou agregada.

Quadro A.2.4 - Programação de Despesas Correntes
Quadro A.2.5 - Programação de Despesas Capital
Quadro A.2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP não é uma UO e sua Unidade Gestora não registrou contabilmente créditos atribuídos originariamente pela LOA nem créditos adicionais recebidos ou concedidos no exercício.

Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP não é uma UO e sua Unidade Gestora não registrou contabilmente créditos atribuídos originariamente pela LOA nem créditos adicionais recebidos ou concedidos no exercício.

Quadro A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP não foi beneficiária desse tipo de crédito

Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP não foi beneficiária desse tipo de crédito

Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP não foi beneficiária desse tipo de crédito

Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP não foi beneficiária desse tipo de crédito

Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP não executa esse tipo de despesa

- *3.1. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos*

Quadro A.3.1. - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP não trabalha com as contas contábeis referidas nesse tópico.

- *4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores.*

Quadro A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP não executa esse tipo de ação.

- *5.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos*

Quadro A.5.2 – Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ – Situação em 31/12
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP não tem responsabilidade pela gestão de servidores

- *5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas*

Quadro A.5.7 – Composição do Quadro de Instituidores de Pensão – Situação em 31/12
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP não tem responsabilidade pelo controle dos servidores

- *5.3. Composição do Quadro de Estagiários*

Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários

Justificativa de não-aplicação: A ASCAP não tem responsabilidade pela gestão de cadastro de estagiários

- *5.5. Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada*

Quadro A.5.9 – Cargos Atividades Inerentes a Categorias Funcionais do Plano de Cargos da Unidade Jurisdicionada
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP não tem responsabilidade pela gestão dos funcionários terceirizados

Quadro A.5.10 – Relação dos Empregados Terceirizados Substituídos em Decorrência Realização de Concurso Público ou de Provimentos Adicional Autorizados e Quadro A.5.11 - Autorizações para Realização de Concursos Públicos ou Provimento Adicional para Substituição de Terceirizados
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP não tem gerencia quanto a realização de concurso

Quadro A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP não realizou contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva no período.

Quadro A.5.13 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP não realizou contratos de prestação de serviços com Locação de Mão de Obra

5.6. Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP não é responsável pela área de recursos humanos.

- *6.1. Instrumentos de Transferências vigentes no exercício*

Quadro A.6.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP não realizou, no período, transferências a título de convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílios ou contribuição.

Quadro A.6.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP não realizou, no período, transferências a título de convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílios ou contribuição.

Quadro A.6.3 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP não realizou, no período, transferências a título de convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílios ou contribuição.

- *6.2 Informações sobre Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse*

Quadro A.6.4 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e contratos de repasse.

Justificativa de não-aplicação: A ASCAP não realizou, no período, transferências a título de convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílios ou contribuição.

Quadro A.6.5 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Justificativa de não-aplicação: A ASCAP não realizou, no período, transferências a título de convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílios ou contribuição.

- *7.1. Modelo de declaração de atualização de dados no SIASG e SICONV*

Justificativa de não-aplicação: A ASCAP não realizou, no período não firmou nenhum contrato , convênio ou instrumentos congêneres no exercício de 2011

- *10.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis*

Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Justificativa de não-aplicação: A ASCAP não realizou processos licitatórios para a aquisição de bens/contratação de serviços no período.

- *11.1. Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial*

Quadro A.11.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

Justificativa de não-aplicação: A ASCAP não tem imóveis de propriedade da União sob a responsabilidade.

Quadro A.11.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

Justificativa de não-aplicação: A ASCAP não tem imóveis de propriedade da União sob a responsabilidade.

Quadro A.11.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

Justificativa de não-aplicação: A ASCAP não tem imóveis de propriedade da União sob a responsabilidade.

- *12.1. Gestão de Tecnologia da Informação (TI)*

Quadro A.12.1 – Gestão de TI da UJ

Justificativa de não-aplicação: A ASCAP não tem responsabilidade sobre gestão de tecnologia da informação – TI.

- *13.1 Despesas com Cartão de Crédito Corporativo*

Quadro A.13.1 – Despesas com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Justificativa da não-aplicação: A ASCAP não utilizou cartão de crédito corporativo no exercício de 2011

Quadro A.13.2 – Despesas com Cartão de Crédito Corporativo (série histórica)
Justificativa da não-aplicação: A ASCAP não utilizou cartão de crédito corporativo no exercício de 2011

- *14.1. Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ*

Quadro A.14.1 – Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP não tem responsabilidade sobre renúncias tributárias

- *14.2. Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida*

Quadro A.14.2 - Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP não tem responsabilidade sobre renúncias tributárias

- *14.3. Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física*

Quadro A.14.3 - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Fisicas
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP não tem responsabilidade sobre renúncias tributárias

Quadro A.14.4 – Contribuintes Beneficiados pela Renúncia - Pessoas Jurídicas
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP não tem responsabilidade sobre renúncias tributárias

- *14.4. Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária - Pessoas Físicas e Jurídica*

Quadro A.14.5 - Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Físicas
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP não tem responsabilidade sobre renúncias tributárias

Quadro A.14.6 - Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Jurídicas
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP não tem responsabilidade sobre renúncias tributárias

- *14.5. Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária .*

Quadro A.14.7 - Aplicação de Recursos da Renúncia de Receita pela própria UJ
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP não tem responsabilidade sobre renúncias tributárias

- *14.6. Prestações de Contas de Renúncia de Receitas*

Quadro A.14.8 - Prestações de Contas de Renúncia de Receitas
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP não tem responsabilidade sobre renúncias tributárias

- *14.7. Comunicações à RFB*

Quadro A.14.9 - Comunicações à RFB
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP não tem responsabilidade sobre renúncias tributárias

- *14.8. Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas*

Quadro A.14.10 - Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP não tem responsabilidade sobre renúncias de receitas

- *14.9. Declaração*

Justificativa de não-aplicação: A ASCAP não tem responsabilidade sobre renúncias tributárias. Por essa razão não tem nada a declarar

- *14.10. Fiscalizações Realizadas pela RFB*

Quadro A.14.11 - Ações da RFB
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP não tem responsabilidade sobre renúncias tributárias

- *15.1. Deliberações do TCU atendidas no exercício*

Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP não foi, no exercício, objeto de referência de deliberações do TCU.

- *15.2. Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício*

Quadro A.15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP não tinha, ao final do exercício, deliberações do TCU pendentes de cumprimento.

- *15.3. Recomendações do OCI atendidas no exercício*

Quadro A.15.3 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP não recebeu no exercício, recomendações do OCI

- *15.4. Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício*

Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP não tinha, ao final do exercício, recomendações do OCI pendentes de cumprimento.

- *16.1. Recomendações da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício*

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP não tinha, ao final do exercício, recomendações do pendentes de cumprimento.

- *16.2. Recomendações da unidade de Controle Interno ou de Auditoria Interna pendentes de atendimento*

Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendação de Unidade de Auditoria Interna Pendente de Atendimento no final do exercício de Referência
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP não tinha, ao final do exercício, recomendações do pendentes de cumprimento

- *17.1 Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis*

Quadro B.1.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da UJ
Justificativa de não-aplicação: As demonstrações contábeis da ASCAP refletem sua adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial.

- *18.1 Análise Crítica das Demonstrações contábeis da Administração Pública Federal Direta*

Justificativa de não-aplicação: A ASCAP não realizou no exercício de 2011 demonstrações contábeis.

- *19.1 Análise Crítica das Demonstrações Contábeis das Empresas Estatais*

Justificativa de não-aplicação: A ASCAP não se enquadra como Empresa Estatal

- *20.1. Composição Acionária do Capital Social*

Quadro B.4.1 - Composição Acionária do Capital Social
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP não é uma empresa da Administração Pública Federal.

- *20.2. Composição Acionária da UJ como investidora*

Quadro B.4.2 - Investimentos Permanentes em outras sociedades
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP não é uma empresa da Administração Pública Federal.

- *21.1. Informações sobre o Fundo Partidário a serem prestadas pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE*

Quadro C.1.1 – Relação dos partidos
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP não é uma unidade vinculada à Justiça Eleitoral.

Quadro C.1.2 – Composição do montante arrecadado pelo Fundo Partidário
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP não é uma unidade vinculada à Justiça Eleitoral.

Quadro C.1.3 – Distribuição dos valores do fundo partidário aos partidos no exercício de 2011
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP não é uma unidade vinculada à Justiça Eleitoral.

Quadro C.1.4 – Partidos que prestaram contas relativas ao exercício anterior ao de referência
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP não é uma unidade vinculada à Justiça Eleitoral.

Quadro C.1.5 – Partidos que NÃO prestaram contas relativas ao exercício anterior ao de referência
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP não é uma unidade vinculada à Justiça Eleitoral.

Quadro C.1.6 – Situação da prestação de contas das direções nacionais dos partidos
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP não é uma unidade vinculada à Justiça Eleitoral.

Quadro C.1.7 – Julgamento das contas das direções nacionais dos partidos

Justificativa de não-aplicação: A ASCAP não é uma unidade vinculada à Justiça Eleitoral.

- *21.2. Informações sobre o Fundo Partidário a serem prestadas pelos Tribunais Regionais Eleitorais – TRE.*

Quadro C.1.8 – Relação dos diretórios de partidos no Estado
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP não é uma unidade vinculada à Justiça Eleitoral.

Quadro C.1.9 – Discriminação das cotas do Fundo Partidário recebidas pelos diretórios estaduais das direções nacionais dos partidos.
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP não é uma unidade vinculada à Justiça Eleitoral.

Quadro C.1.10 – Diretórios estaduais que prestaram contas relativas ao exercício anterior ao de referência

Justificativa de não-aplicação: A ASCAP não é uma unidade vinculada à Justiça Eleitoral.

Quadro C.1.11 – Diretórios estaduais que NÃO prestaram contas relativas ao exercício de 2010
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP não é uma unidade vinculada à Justiça Eleitoral.

Quadro C.1.12 – Julgamento das contas dos diretórios estaduais dos partidos
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP não é uma unidade vinculada à Justiça Eleitoral.

- *22.1. Evolução da situação financeira dos fundos constitucionais de financiamento*

Quadro C.5.1 - Operações contratadas com riscos compartilhado e integral do fundo e do banco operador
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP não tem sob sua responsabilidade a gestão de Fundos Constitucionais de Financiamento (definidos no art. 159, inciso I, alínea "c" da Constituição Federal).

Quadro C.5.2 - Créditos de liquidação duvidosa de operações contratadas
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP não tem sob sua responsabilidade a gestão de Fundos Constitucionais de Financiamento (definidos no art. 159, inciso I, alínea "c" da Constituição Federal).

Quadro C.5.3 - Prejuízos contabilizados no exercício de 2011
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP não tem sob sua responsabilidade a gestão de Fundos Constitucionais de Financiamento (definidos no art. 159, inciso I, alínea "c" da Constituição Federal).

Quadro C.5.4 - Ressarcimentos efetuados pelo Banco Operador ao fundo no exercício de 2011, decorrentes de perdas em operações com risco compartilhado
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP não tem sob sua responsabilidade a gestão de Fundos Constitucionais de Financiamento (definidos no art. 159, inciso I, alínea "c" da Constituição Federal).

Quadro C.5.5 - Ações de Cobranças Judiciais ajuizadas no exercício de referência do relatório de gestão
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP não tem sob sua responsabilidade a gestão de Fundos Constitucionais de Financiamento (definidos no art. 159, inciso I, alínea "c" da Constituição Federal).

- *23.1. Indicadores de desempenho das IFES nos termos da decisão nº TCU 408/2002 – plenário e modificações posteriores*

Quadro C.7.1 – Resultados dos Indicadores Primários – Decisão TCU n.º 408/2002
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP não é uma Instituição Federal de Ensino Superior – IFES.

Quadro C.7.2 – Resultados dos Indicadores da Decisão TCU n.º 408/2002
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP não é uma Instituição Federal de Ensino Superior – IFES.

- *24.1. Análise da situação econômica-financeira*

Quadro C.10.1 - Indicadores Análise da situação econômico-financeira
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP, dadas as suas características e atribuições, não desempenha esse tipo de atividades.

- *24.2. Análise da distribuição da riqueza gerada pela UJ*

Quadro C.10.2 - Análise da distribuição da riqueza gerada pela UJ
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP, dadas as suas características e atribuições, não desempenha esse tipo de atividades.

- *25.1. Remuneração paga aos administradores*

Quadro C.12.1 - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP, dadas as suas características e atribuições, não desempenha esse tipo de atividades.

Quadro C.12.2 - Síntese da remuneração dos administradores
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP, dadas as suas características e atribuições, não desempenha esse tipo de atividades.

Quadro C.12.3 - Detalhamento de itens da remuneração variável dos administradores
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP, dadas as suas características e atribuições, não desempenha esse tipo de atividades.

- *26.1 Contratação de Consultores na Modalidade "Produto", no âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais*

Quadro C - 16.1- Consultores na Modalidade "Produto", no âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais.
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP, não contratou Consultores no âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais no exercício

- *27.1. Supervisão de Contratos de Gestão Celebrados com Organizações Sociais*

Quadro A.19.1 – Informações sobre Contrato de Gestão Supervisionado pela UJ
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP, não tem sob sua responsabilidade Contratos de Gestão

- *28.1. Imóveis Alienados em 2010 em Consonância com o Plano Nacional de Desimobilização – PND*

Quadro C.30.1 – Evolução do Plano Nacional de Desimobilização no exercício de 2011

Justificativa de não-aplicação: A ASCAP, dadas as suas características e atribuições, não desempenha esse tipo de atividades.

- *29.1. Informações sobre os Contratos de Gestão Celebrados*

Quadro C.37.1 – Caracterização dos Contratos de Gestão Vigentes no exercício
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP, dadas as suas características e atribuições, não desempenha esse tipo de atividades.

- *29.2. Composição e Atuação do Conselho de Administração*

Quadro C.37.2 – Relação de Membros do Conselho de Administração
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP, não tem sob a sua responsabilidade a Gestão do Conselho de Administração

Quadro C.37.3 – Informações sobre o Custo de Participação do Membro nas reuniões
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP, não tem sob a sua responsabilidade a Gestão do Conselho de Administração

29.3. Volume de Recursos Repassados às Entidades Privadas Signatárias do Contrato e Gestão

Quadro C.37.4 – Demonstração dos Valores Mensais Repassados no Exercício
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP, não tem sob a sua responsabilidade a Gestão de Contratos de Gestão

- *29.4. Dirigentes da Entidade Privada Signatária do Contrato de Gestão*

Quadro C.37.5 – Relação dos Dirigentes da Entidade Contratada por Meio de Contrato de Gestão
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP, não tem sob a sua responsabilidade a Gestão de Contratos de Gestão

- *29.5. Despesa com Pessoal da Entidade Privada Signatária do Contrato de Gestão*

Quadro C.37.6 – Demonstrativo da Remuneração do Pessoal da Entidade Signatária do Contrato de Gestão
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP, não tem sob a sua responsabilidade a Gestão de Contratos de Gestão

- *29.6. Composição da Comissão de Avaliação do Resultado do Contrato de Gestão*

Quadro C.37.7 – Relação dos Membros da Comissão de Avaliação
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP, não tem sob a sua responsabilidade a Gestão de Contratos de Gestão

- *29.7. Prestação de Contas e Avaliação dos Resultados da Contratação*

Quadro C.37.8 – Demonstrativo das Prestações de Contas Apresentadas no Exercício
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP, não tem sob a sua responsabilidade a Gestão de Contratos de Gestão
Quadro C.37.9 – Valores Repassados e Avaliação do Contrato de Gestão

Justificativa de não-aplicação: A ASCAP, não tem sob a sua responsabilidade a Gestão de Contratos de Gestão

Quadro C.37.10 – Indicadores de Desempenho Pactuados e seus Resultados
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP, não tem sob a sua responsabilidade a Gestão de Contratos de Gestão

Quadro C.37.11 – Avaliação Geral dos Resultados do Contrato de Gestão
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP, não tem sob a sua responsabilidade a Gestão de Contratos de Gestão

- *29.8. Estrutura de Pessoal da UJ para Acompanhamento dos Contratos de Gestão*

Quadro C.37.12 – Identificação da Estrutura de Pessoal da Unidade Responsável pelo Acompanhamento
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP, não tem sob a sua responsabilidade a Gestão de Contratos de Gestão

- *29.9. Recursos da UJ Colocados à Disposição da Entidade Privada Signatária do Contrato de Gestão*

Quadro C.37.13 – Discriminação dos Recursos da UJ Colocados à Disposição da Entidade Privada
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP, não tem sob a sua responsabilidade a Gestão de Contratos de Gestão

- *30.1. Avaliação do Termo de Parceria Celebrado pela UJ*

Quadro C.38.1 – Identificação dos Termos de Parceria Vigentes no Exercício
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP, não tem sob a sua responsabilidade Termos de Parceria Celebrado

- *30.2. Valores Repassados em Razão de Termos de Parceria Firmados*

Quadro C.38.2 – Demonstração dos Valores Mensais Repassados no Exercício em Razão de Termo de Parceria

Quadro C.38.3 – Dados Agregados dos Termos de Parceria de Exercícios Antecedentes ao de Referência
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP, não tem sob a sua responsabilidade a Termos de Parceria Celebrados

- *30.3. Estrutura de Acompanhamento dos Resultados dos Termos de Parceria Firmados*

Quadro C.38.4 – Composição da Comissão de Avaliação do Resultado da Parceria (Art.11,da Lei nº 9.790/99)

Quadro C.38.5 – Demonstrativo das Prestações de Contas apresentadas no Exercício
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP, não tem sob a sua responsabilidade, Termos de Parceria Celebrados

- *30.4. Avaliação dos Resultados Obtidos com a Parceria*

Quadro C.38.6 – Demonstrativo dos Indicadores Pactuados com Entidade Parceira
Justificativa de não-aplicação: A ASCAP, não tem sob a sua responsabilidade, Termos de Parceria Celebrados

2. PARTE A, ITEM 1, ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010
RELATÓRIO DE GESTÃO AGREGADO

QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO – RELATÓRIO DE GESTÃO AGREGADO

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação			**Código SIORG**: 47271
Identificação da Unidade Jurisdicionada agregadora			
Denominação completa: Secretaria Executiva			
Denominação abreviada: SEXEC			
Código SIORG:	**Código na LOA:**		**Código SIAFI:**
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão da Administração Direta do Poder Executivo			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral			**Código CNAE:**
Telefones/Fax de contato:	(061) 3317-7500	(061) 3317-7603	(061) 3317-7604
Endereço Eletrônico: executiva@mcti.gov.br			
Página na Internet: www.mcti.gov.br			
Endereço Postal: Ministério da Ciência e Tecnologia – Esplanada dos Ministérios Bloco E, 5º Andar, CEP: 70067-900 Brasília-DF			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas agregadas			
Número de Ordem: 2			
Denominação completa: Assessoria de Captação de Recursos			
Denominação abreviada: ASCAP			
Código SIORG: 47271	**Código na LOA:**		**Código SIAFI:** 8411-6/00
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Assessoria de Captação de Recursos			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral			**Código CNAE:** 8411-6/00
Telefones/Fax de contato:	(061) 3317-7801	(061) 3317-7570	3317-7881
E-mail: ascap@mcti.gov.br			
Página na Internet: www.mcti.gov.br			
Endereço Postal: Ministério da Ciência e Tecnologia – Esplanada dos Ministérios, Bloco E, 5º Andar, CEP: 70067-900 Brasília-DF			
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas			
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão		

PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010

RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

Competência Institucional

De acordo com o Artigo 9º, Decreto nº 5.886/2006, compete à Assessoria de Captação de Recursos:

I - assessorar a Secretaria-Executiva nos assuntos relacionados com a captação de recursos técnicos, materiais e financeiros, destinados a programas e projetos de desenvolvimento científico e tecnológico;

II - planejar, coordenar e supervisionar estudos visando o estabelecimento de normas e procedimentos para captação de recursos relativos à área de ciência e tecnologia;

III - identificar carências e fontes de recursos, promovendo articulações que viabilizem planos, programas, projetos ou ações consideradas prioritárias;

IV - identificar, cadastrar e manter contatos sistemáticos com organismos e instituições de âmbito nacional ou internacional, que possam induzir ou viabilizar a captação de recursos; e

V - elaborar estudos e diagnósticos de mercado e perfis de projetos, como instrumento de indução, apoio e orientação a potenciais investidores interessados na área de ciência e tecnologia.

Objetivos estratégicos

Os programas e atividades da ASCAP estão definidos em Plano de Trabalho aprovado pelo Secretário-Executivo, cujo alcance de metas é utilizado como parâmetro para avaliação institucional da Gratificação de Desenpenho de Atividade de Ciência e Tecnologia – GADCT (art. 19 da Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001).

O Plano de Trabalho da ASCAP possui 10 linhas de ações, divididos em duas seções (Captação Nacional e Captação Internacional), uma vez que os interlocutores e os processos de trabalho dos programas Nacionais e Internacional são distintos. Além disso, a ASCAP conta com uma Atividade de Gerenciamento e Coordenação que é supervisionada por sua Assessoria Técnica.

Plano de Trabalho da ASCAP 0 2011-2014

	Nº	Programa	Nº	Atividade	Atribuições
				Gerenciamento e Coordenação de Gestão do Plano da ASCAP.	Incisos I, II, III, IV e V art. 9º, Decreto nº 5.886/2006
Captação Nacional	1	Acompanhamento do FNDCT	1.1	Monitoramento da arrecadação de receita dos fundos setoriais e de seus saldos financeiros no Tesouro Nacional	Inciso I, art. 9º, Decreto nº 5.886/2006
			1.2	Manutenção das receitas do FNDCT	Inciso I, art. 9º, Decreto nº 5.886/2006
	2	Previsão Orçamentária dos Fundos Setoriais	2.1	Elaboração de estimativa da arrecadação de receita dos Fundos Setoriais	Inciso I, art. 9º, Decreto nº 5.886/2006
			2.2	Negociação da proposta orçamentária dos Fundos Setoriais	Inciso I, art. 9º, Decreto nº 5.886/2006
	3	Incremento de receitas dos	3.1	3.1. Incremento do CT-Petro	Inciso I, art. 9º, Decreto nº

Captação Nacional		FNDCT existentes			5.886/2006
			3.2	3.2. Incremento da CIDE Tecnológica	Inciso I, art. 9º, Decreto nº 5.886/2006
			3.3	3.3. Incremento do CT-Espacial	Inciso I, art. 9º, Decreto nº 5.886/2006
			3.4	3.4. Incremento do CT-Mineral	Inciso I, art. 9º, Decreto nº 5.886/2006
			3.5	3.5. Incremento do CT-Transporte	Inciso I, art. 9º, Decreto nº 5.886/2006
	4	Criação de novos Fundos Setoriais afetos à C,T&I.	4.1	Estudo e criação de Fundo para Construção Civil.	Inciso I e III, art. 9º, Decreto nº 5.886/2006
			4.2	Estudo e criação de Fundo para o setor automotivo	Inciso I e III, art. 9º, Decreto nº 5.886/2006
			4.4	Estudo e criação de Fundo para o setor pesca e aqüicultura.	Inciso I e III, art. 9º, Decreto nº 5.886/2006
			4.5	Estudo e criação de Outros Fundos	Inciso I e III, art. 9º, Decreto nº 5.886/2006
	5	Atuação das Instituições Financeiras Privadas nos setores intensivos em P,D&I	5.1	Coordenação com o CGEE e IPEA na realização de Estudos sobre o Sistema Financeiro e Inovação	Inciso II e V, art. 9º, Decreto nº 5.886/2006
	6	Identificação de Novas formas de fomento as atividades de C,T&I	6.1	Estabelecimento de parcerias com as Agências Reguladoras	Inciso II a V, art. 9º, Decreto nº 5.886/2006
			6.2	Levantamento e articulação com Fundos Públicos de interesse para CT&I	Inciso II a V, art. 9º, Decreto nº 5.886/2006
			6.3	Levantamento e articulação com Fundos e fundos Privados para apoio a C, T&I.	Inciso II a V, art. 9º, Decreto nº 5.886/2006
			6.4	Procedimentos para regulamentação de mecanismo de financiamento privado via mercado de capitais (debêntures e FIP) para projetos econômicos intensivos em P,D&I	Inciso II a V, art. 9º, Decreto nº 5.886/2006
			6.5	Estudo de novas formas de fomento as atividades de C, T&I no setor da defesa.	Inciso II a V, art. 9º, Decreto nº 5.886/2006
			6.6	Estudos de novas formas de fomento a C,T&I.	Inciso II a V, art. 9º, Decreto nº 5.886/2006
Captação Internacional	7	Identificação de novas fontes de recursos internacionais para apoio a C,T&I	7.1	– Levantamento junto a Bancos e Organismos Multilaterais.	Inciso I a V, art. 9º, Decreto nº 5.886/2006
			7.2	– Levantamento junto a Bancos e Agências Bilaterais	Inciso I a V, art. 9º, Decreto nº 5.886/2006
	8	Assessoramento às Secretarias Finalisticas do MCTI no processo de captação de para Projetos Prioritários	8.1	Disseminações de oportunidades para apoio a Projetos Prioritários do MCTI	Inciso I a V, art. 9º, Decreto nº 5.886/2006
			8.2	Efetivações de negociação de captação de recursos para Projetos Prioritários do MCTI	Inciso I a V, art. 9º, Decreto nº 5.886/2006
	9	Articulação dos interesses de captação internacional do MCTI junto à SAIN/MF, SEAIN/MP e SPI/MP	9.1	Apreciação e posicionamento oficial sobre documentos para subsídio de políticas públicas	Inciso I a V, art. 9º, Decreto nº 5.886/2006
			9.2	Articulação / Participação em Comitês, Conselhos e Grupos de Técnicos	Inciso I a V, art. 9º, Decreto nº 5.886/2006
			9.3	Prospecção e participação em Novos Fundos nacionais com capital internacional, ao exemplo do Fundo da Amazônia	Inciso I a V, art. 9º, Decreto nº 5.886/2006
	10	Articulação com Bancos e Organismos Multilaterais, bem como Bancos e Agências Bilaterais para a captação de investimentos internacionais	10.1	Articulações / Participação em Conferência e Seminários e palestras internacionais sobre captação e atração de investimentos em C, T & I promovidas por instituições internacionais	Inciso I a V, art. 9º, Decreto nº 5.886/2006
			10.2	Articulação com empresas internacionais para a captação e atração de investimentos em C, T & I.	Inciso I a V, art. 9º, Decreto nº 5.886/2006

			10.3	Levantamento e articulação com fundos Privados internacionais para apoio a C, T&I.	Inciso I a V, art. 9º, Decreto nº 5.886/2006

ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

I. Acompanhamento do FNDCT

Objetivo : Analisar no âmbito do FNDCT a arrecadação dos Fundos Setoriais de C&T, instrumento instituído para garantir a ampliação e a estabilidade do financiamento para a área e, em simultâneo, a criação de um novo modelo de gestão, fundado na participação de vários segmentos sociais, no estabelecimento de estratégias de longo prazo, na definição de prioridades e com foco nos resultados.

Atividades : A Assessoria de Captação de Recurso tem por missão atuar no sentido de atender os interesses do MCTI e garantir os recursos previstos em Lei para os Fundos de C&T. Foram elaboradas um total de 39 notas técnicas e 56 notas informativas para subsidiar a tomada de decisão da Secretaria Executiva quanto aos assuntos relacionados aos Fundos de CT&I.

I.1 - Monitoramento da Arrecadação dos Fundos de C&T: analisar sistematicamente o fluxo da arrecadação dos recursos previstos para os Fundos de C&T**.**

- A Arrecadação dos Fundos Setoriais vem cumprindo a sua principal finalidade de performance ascendente de recolhimento de recursos e de baixa sonegação. O volume dos recursos arrecadados em 2011 atingiu um total de R$ 3,25 bilhões, um aumento de 26,8 % em relação ao arrecadado pelos fundos setoriais de C&T no ano de 2010 (R$ 2,79 bilhões).

Demonstrativo da Arrecadação, Orçamento e Execução dos Fundos Setoriais - Janeiro a Dezembro de 2011
Quadro Consolidado

FUNDOS SETORIAIS	Arrecadação	Projeto de Lei	Lei + Créditos		
			LOA (Lei nº 12.381, de 09/02/2011) (A)	Créditos (B)	Total (C)=(A)+(B)
1 - AÇÕES DE FOMENTO E FINANCIAMENTO	**3.536.978.131**	**1.408.134.520**	**1.104.747.052**	**(22.069.732)**	**1.082.677.320**
CT-Aeronáutico	72.354.900	34.000.000	26.670.567	-	26.670.567
CT-Agronegócio	168.828.100	84.000.000	65.891.990	(10.000.000)	55.891.990
CT-Amazônia	25.549.483	19.071.764	14.960.434	-	14.960.434
CT-Aquaviário	47.188.611	30.800.000	24.160.396	-	24.160.396
CT-Biotecnologia	72.354.900	36.000.000	28.239.424	-	28.239.424
CT-Energia	234.125.411	70.000.000	54.909.991		54.909.991
CT-Espacial	12.494.483	4.000.000	3.137.714	-	3.137.714
CT-Hidro	58.453.983	37.355.457	29.302.683	2.930.268	32.232.951
CT-Informática	80.894.439	38.000.000	29.808.281	-	29.808.281
CT-Infra	765.489.444	390.820.307	306.577.814	(5.000.000)	301.577.814
CT-Mineral	25.045.458	10.109.669	7.930.312	-	7.930.312
CT-Petro	1.321.652.043	122.000.000	95.700.271	-	95.700.271
CT-Saúde	168.828.100	88.000.000	69.029.703	-	69.029.703
CT-Transporte	1.352.778	737.723	737.723	-	737.723
CT-Verde-Amarelo (Universidade Empresa)	385.892.800	120.000.000	94.131.413	(10.000.000)	84.131.413
CT-Verde-Amarelo (Programa de Inovação para Competitividade)	96.473.200	323.239.600	253.558.336	-	253.558.336
2 - AÇÃO TRANSVERSAL	**-**	**890.746.785**	**704.099.156**	**(2.930.268)**	**701.168.888**
3 - SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	**-**	**485.188.599**	**380.595.737**	**(22.000.000)**	**358.595.737**
4 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**-**	**-**	**610.537.405**	**(294.700.000)**	**315.837.405**
5 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO FNDCT	**-**	**500.000.000**	**500.000.000**	**294.700.000**	**794.700.000**
TOTAL	**3.536.978.131**	**3.284.069.904**	**3.299.979.350**	**(47.000.000)**	**3.252.979.350**

I.2 - Manutenção das receitas do FNDCT: análise de iniciativas que visam alterar os recursos destinados aos Fundos de C&T.

- Atuação nas discussões referentes ao Decreto nº 7.657/2011, que prorrogou a regra de transição dos recursos dos royalties do CT-PETRO do regime de concessão até 2015;
- Análise e discussões relativas à possibilidade da perda de receitas de posições orbitais de satélites não geoestacionários, em resposta ao Ofício da SOF/MP nº 128 SEAFI/SOF/MP. Esta nota foi encaminhada à CONJUR/MCTI para análise.(necessidade da CGOF/MCTI responder à SOF até 15 de março).

II – Previsão Orçamentária dos Fundos Setoriais

Projeção da arrecadação dos Fundos Setoriais de C&T para o ano de 2012, baseada em modelos de estimativa elaborados pela ASCAP, bem como pelas informações fornecidas por órgãos setoriais responsáveis pelas receitas destinadas aos Fundos Setoriais.

A ASCAP tem elaborado estimativas de arrecadação próximas do dado realizado. Para o ano 2012, o valor estimado pela ASCAP/MCTI foi de R$ 3.635,0 milhões. Isto é, uma diferença de R$ 204 milhões, ou o equivalente a 5,9 %, comparado com a estimativa da SOF de R$ 3.431,0 milhões (vide tabela abaixo).

Comparativo da Estimativa de Arrecadação dos Fundos Setoriais da ASCAP e dos Empréstimos do FNDCT à FINEP com os Limites da SOF - 2012

R$ 1,00

Fundo	Arrecadação[3]		Diferença de Arrecadação (A) - (B)	
	Estimativa ASCAP (A)	*Limite SOF (B)*	*Em R$ 1,00*	*Em %*
CIDE Total	**1.340.658.963**	**1.082.826.434**	**257.832.529**	**23,8**
CT-AERONÁUTICO	100.549.422	81.211.983	19.337.440	23,8
CT-AGRONEGÓCIO	234.615.319	189.494.626	45.120.693	23,8
CT-BIOTECNOLOGIA	100.549.422	81.211.983	19.337.440	23,8
CT-SAÚDE	234.615.319	189.494.626	45.120.693	23,8
CT-VERDE-AMARELO (Universidade-Empresa	536.263.585	433.130.574	103.133.012	23,8
CT-VERDE-AMARELO (Prog. Inov. Compet)	134.065.896	108.282.643	25.783.253	23,8
CT-AMAZÔNIA	24.121.693	28.803.751	(4.682.058)	(16,3)
CT-ENERGIA	308.290.262	298.133.011	10.157.251	3,4
CT-ESPACIAL[1]	16.725.705	18.443.579	(1.717.874)	(9,3)
CT-HIDRO	79.820.111	76.908.613	2.911.498	3,8
CT-INFORMÁTICA	112.084.800	90.601.977	21.482.823	23,7
CT-MINERAL	30.220.000	28.024.939	2.195.061	7,8
CT-PETRO	1.583.048.818	1.666.904.464	(83.855.646)	(5,0)
CT-TRANSPORTE	481.710	555.555	(73.845)	(13,3)
CT-TRANSPORTE AQUAVIÁRIO	65.137.894	65.581.872	(443.978)	(0,7)
FUNTTEL/CT-INFRA	74.025.768	74.025.761	7	0,0
Total	**3.634.615.723**	**3.430.809.956**	**203.805.767**	**5,9**
Recursos do FNDCT fonte 180 [2]	**115.331.603**	**65.355.229**	**49.976.374**	**76,5**
Juros de Empréstimos	109.781.881	65.271.816	44.510.065	68,2
Amortização de Financiamentos de Projetos	5.549.722	83.413	5.466.309	6.553,3

Fonte: ASCAP/SEXEC/MCT, CGOF/MCT, FINEP, SEPIN/MCT, DNIT, DNPM, FMM, SUFRAMA, SOF. Elaboração ASCAP.

Nota:
[1] A receita do CT-ESPACIAL foi reclassificada da fonte 129 para a fonte 178. Para que o recurso ingresse no FNDCT, a SOF deve informar a STN para que ocorra a mudança no SIAFI.
[2] Informação fornecida pela FINEP
[3] Para a realização da estimativa de arrecadação, a ASCAP adotou os parâmetros macroeconômicos de 06/05/2011 utilizados pela SOF/MP.

III - Incremento de receitas dos FNDCT existentes:

III.1 – **Proposta para Incremento do CT-Espacial**: foi elaborada proposta de aumento de recursos do CT-ESPACIAL, estabelecendo um percentual de 4% sobre as receitas integrais do FISTEL;

III.2 – **Incremento do CT-Transporte**: foram realizados estudos para ampliação das fontes de receita para o Fundo. As propostas apresentadas são:

a) Alteração Lei do Fundo CT-Transportes, incluindo:

- Repasse ao FNDCT dos recursos provenientes da utilização das faixas de domínio das rodovias federais por parte das empresas de Petróleo e Gás, Água e Esgoto, Propaganda, Energia Elétrica dentre outro;
- Repasse de percentual dos recursos oriundos da arrecadação pelo uso das Faixas de Domínio das rodovias concessionadas;
- Repasse de percentual dos recursos oriundo da arrecadação pelo uso das Faixas de Domínio das ferrovias;

b) Utilização dos Recursos de Desenvolvimento Tecnológico (RDT), para aplicação em estudo e pesquisa na área de engenharia rodoviária:

- Opção para as Concessionárias repassarem o RDT para o Fundo CT-Transporte; e/ou,
- Estabelecer parceria com a ANTT para o desenvolvimento de diretrizes para aplicação do RDT;

c) Destinar percentual do DPVAT para o CT-TRANSPORTE;

d) Destinar percentual da CIDE Combustível para o CT-TRANSPORTE

III.4 – **Incremento do CT-Petro**: acompanhamento da tramitação no Congresso Nacional do PL que trata da distribuição dos royalties do regime de partilha e do Fundo Social, com a finalidade de elaborar proposta vinculando os recursos em lei para a área de C,T&I.

III.5 – **Incremento da CIDE Tecnológica**: foi elaborada proposta do MCTI de aumentar a alíquota da CIDE de 10% para 15%. Esta foi contestada pela Secretaria da Receita Federal. Dessa forma, o assunto foi encaminhado para análise da CONJUR/MCTI. Há parecer informal da CONJUR/MCTI (Dr. Messias) apoiando a proposta do MCTI

III.6 – **Incremento do CT-Mineral**: foi elaborada a proposta de elevar o percentual de destinação da CFEM para o CT-MINERAL dos atuais 2% para 4%. O MCTI propôs ao MME aumentar a alíquota da CFEM destinada ao CT-MINERAL e incorporá-la ao novo marco legal do setor mineral;

IV - Criação de Novos Fundos Setoriais Afetos à C,T&I

IV.1 – **Estudo e criação de Fundo para o Setor Automotivo**: Foi elaborada proposta que cria o Fundo Setorial de C,T&I com alíquota de até 1,5% sobre a receita bruta total de vendas no mercado interno de veículos de passageiros (automóveis) e comerciais leves, excluídos os impostos e contribuições incidentes sobre os valores vendidos;

IV.2 – **Estudo e criação de Fundo para o Setor de Construção Civil**: Foi elaborada a proposta de criação de uma CIDE incidente sobre a venda de materiais de construção. A proposta não obteve apoio do setor produtivo em reunião no MF;

IV.3 – **Estudo e criação de outros Fundos**: MCTI deverá definir setores a serem apoiados.

V - Atuação das Instituições Financeiras Privadas nos setores intensivos em P,D&I

V.1 – **Coordenação com o CGEE e IPEA na realização de Estudos sobre o Sistema Financeiro e Inovação**: Foi elaborado o projeto de cooperação técnica entre MCTI-CGEE-IPEA. O projeto foi instituído e as suas atividades foram iniciadas visando definição das diretrizes e das medidas a serem tomadas a partir 2012;

VI - Novas Formas de Fomento às Atividades de C,T&I

VI.1 – **Procedimentos para regulamentação de mecanismo de financiamento privados via mercado de capitais (debêntures e FIP) para projetos econômicos intensivos em P,D&I**: A ASCAP providenciou analise e proposta de regulamentação foi elaborada e encaminhada à altadireção do MCTI. .

VI.2 – **Estabelecimento de parcerias com as Agências Reguladoras**:

- Foi elaborada pesquisa sobre as Agências reguladoras, com a finalidade de verificar quais aplicavam recursos em P,D&I;
- Foram firmadas parcerias com ANATEL e ANEEL;
- Está em negociação parceria com a ANP;
- Previsão e planejamento para articulação com a ANTT em 2012.

VI.3 – **Estabelecimento de parceria com o Banco do Brasil: realização de reuniões entre o MCTI e o BB, tratando sobre os entendimentos iniciais para a construção de uma agenda comum**.

VI.4 – **Ações para novas formas de fomento aos empreendimentos intensivos no Setor da Defesa**

- Formas de apoio identificadas;
- Demandas de recursos da área de C,T&I atendidas.
- A MP nº 544 foi aprovada na Câmara dos Deputados e encaminhada ao Senado Federal.

VI.5 – **Levantamento e articulação com Fundos Públicos de interesse para C,T&I**

- Foram realizados os levantamentos dos Fundos Públicos que investem em P,D&I e da demanda junto às Secretarias do MCTI realizado;
- Foram elaboradas Notas Técnicas e outros documentos de interesses da Secretarias Finalísticas.

VI.6 – **Levantamento e articulação com Fundos e fundos Privados para apoio a C, T&I**:

- Foram identificadas as formas de apoio;
- Foram atendidas as demandas de recursos da área de C,T&I.

VII – Identificação de novas fontes de recursos internacionais para apoio a C,T&I

- Levantamento das instituições a serem abordadas;

VIII. Assessoramento às Secretarias Finalisticas do MCTI no processo de captação de para Projetos Prioritários

VIII.1 – Disseminações de oportunidades para apoio a Projetos Prioritários do MCTI

- Contato com a SECIS, SETEC e SEPIN para levantamento do público a ser atendido linhas de financiamento existentes, visando a consolidação das informações sobre recursos no site do MCTI;
- Elaboração e consolidação de informações a serem disponibilizadas no site, criação de filtros de busca;
- Contato com a SECIS, SETEC e SEPIN para divulgação das atividades da ASCAP e das oportunidades de financiamento;
- Elaborado material de divulgação piloto sobre FOCEM, FONPLATA e GEF, a ser enviado para as secretarias finalísticas do MCTI.

VIII.2 – Efetivações de negociação de captação de recursos para Projetos Prioritários do MCTI

- Negociação dos projetos da SECIS, SETEC e SEPED com os fundos internacionais;
- Negociação do projeto da RNP com o BID.
- Negociação de projeto SEPED com o BIRD dentro Programa de Investimento em Floresta – FIP pertencente ao Climate Investment Fund;

IX - Articulação dos interesses de captação internacional do MCTI junto à SAIN/MF, SEAIN/MP e SPI/MP

Articulação / Participação em Comitês, Conselhos e Grupos Técnicos:

- Participação no Grupo de Assessoramento Técnico – GTAP para projetos GEF (Global Environment Facility);
- Participação na delegação brasileira na Circunscrição Brasil/Equador/Colômbia Conselho do GEF.
- Participação no Grupo Interministerial sobre Programa de Investimento em Florestas – FIP;
- Participação Comitê Técnico elaboração Plano Investimento Brasil FIP;
- Diálogo/colaboração com áreas técnicas SAIN/MF – SEAIN/MP inserção CT&I na agenda internacional multilateral atração investimento inovação.

X - Articulação com Bancos e Organismos Multilaterais, bem como Bancos e Agências Bilaterais para a captação de investimentos internacionais

- Atividade proposta para 2012.
- Agenda em construção.

PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS

3.1.1. Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada

QUADRO A.5.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação	Ingressos	Egressos

	Autorizada	Efetiva	no exercício	no exercício
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)		**14**	**1**	
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)				
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		*14*	*1*	
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas				
2. Servidores com Contratos Temporários		**2**		
3. Total de Servidores (1+2)		**16**	**1**	

Fonte:

3.1.2 Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da unidade jurisdicionada

QUADRO A.5.3 – DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão		**2**		**1**
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior				
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		*2*		*1*
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
1.2.4. Sem vínculo				
1.2.5. Aposentados				
2. Funções gratificadas				
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão				
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)		**2**		**1**

Fonte:

3.1.3 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade

QUADRO A.5.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	**2**	**3**	**6**	**3**	
1.1. Membros de poder e agentes políticos					

1.2. Servidores de Carreira	*1*	*2*	*6*	*3*	
1.3. Servidores com Contratos Temporários	*1*	*1*			
2. Provimento de cargo em comissão			**2**	**1**	
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior			*2*	*1*	
2.3. Funções gratificadas					
3. Totais (1+2)	**2**	**3**	**8**	**4**	

Fonte:

3.1.5 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade

QUADRO A.5.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	**Quantidade de pessoas por nível de escolaridade**								
	1	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**
1. Provimento de cargo efetivo	**-**	**-**	**1**	**-**	**2**	**6**	**-**	**2**	**3**
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	*1*	-	*2*	*4*	-	*2*	*3*
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	*2*	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1**	**-**	**2**
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	-	*1*	-	*2*
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Totais (1+2)	**-**	**-**	**1**	**-**	**2**	**6**	**1**	**2**	**5**

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte:

3.4 DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

Os dados sobre o Custo de Pessoa da ASCAP, referente ao quadro a.5.9 (quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores) estão consolidados no Relatório da Secretaria Executiva (SEXEC).

PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, 24/11/2010

○ SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 8.730/93

QUADRO A.5.1 - DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO - POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR	20		
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte: MCTI/CGRH

4.2 ANÁLISE CRÍTICA

O § 2º do art. 3 do Decreto nº 5.483, de 30 de junho de 2005 oferece a opção de entrega de autorização de acesso à declaração anual apresentada à Secretaria da Receita Federal, com as respectivas retificações. Esta autorização de consulta facilita o controle por parte do serviço de pessoal e traz economicidade para o Governo já que diminui a quantidade de papel recebido por ano.

A partir de 2011, todos os servidores passaram a entregar a cópia da Declaração de Imposto de Renda ou a Autorização de Acesso ao Imposto de Renda à Coordenação de Recursos Humanos, de acordo a Portaria Interministerial MP/CGU Nº 298, de 6 de setembro de 2007. Esta Portaria trata da exigência de entrega da Declaração de Imposto de Renda ou Autorização de Acesso a todo agente público.

ITEM 9 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

○ ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

QUADRO A.6.1 - ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					**X**
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			**X**		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					**X**
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.			**X**		
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				**X**	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			**X**		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			**X**		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					**X**
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				**X**	
Avaliação de Risco	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					**X**
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				**X**	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			**X**		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			**X**		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			**X**		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			**X**		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			**X**		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.			**X**		
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.			**X**		

Procedimentos de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			**X**		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			**X**		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			**X**		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			**X**		
Informação e Comunicação	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					**X**
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				**X**	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				**X**	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				**X**	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			**X**		
Monitoramento	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			**X**		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			**X**		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			**X**		

Considerações gerais:

Na estrutura da ASCOF, não há uma unidade de controle interno. Esta unidade está na estrutura formal do MCTI. As questões que foram respondidas tem como base os procedimentos adotados no âmbito da Assessoria.

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

PARTE C, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

- **CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES NA MODALIDADE "PRODUTO", NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS**

As informações sobre a contratação de consultores (pessoas físicas) na modalidade "produto" no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais (Quadro C.16.1) relacionados à esta Assessoria estão no Relatório da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA), que consolida as informações de consultores contratados pela Unidade de Gestão de Projetos (UGP).

CONCLUSÃO

Para atender as atribuições da ASCAP, foram desenvolvidas atividades para darem suporte aos Colegiados que fazem parte da estrutura decisória dos Fundos.

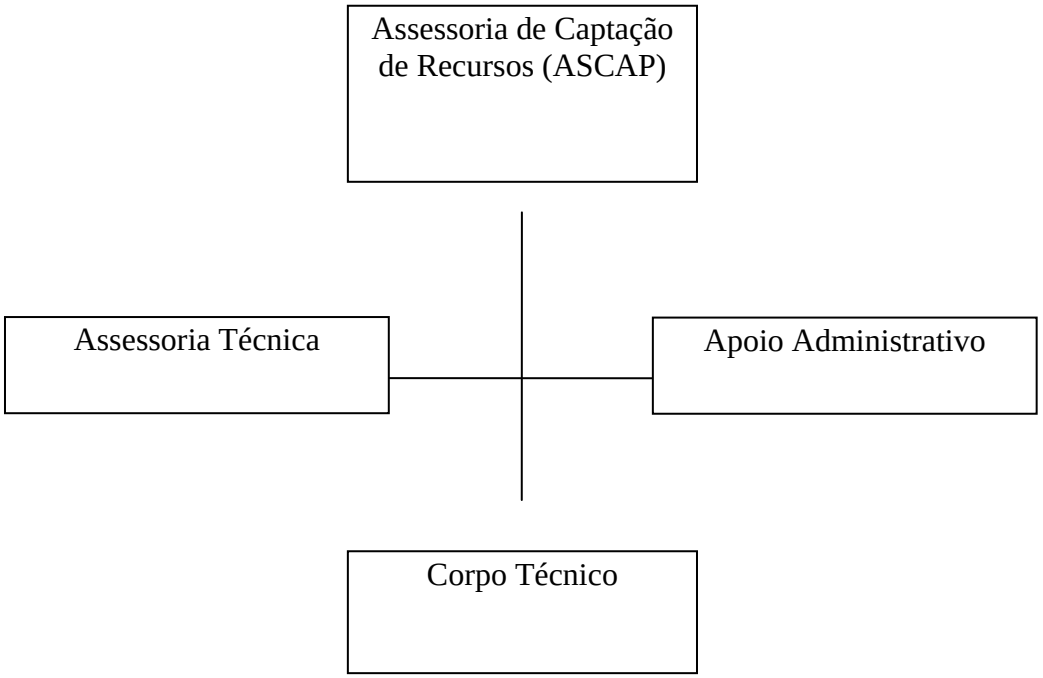
Conforme demonstrado no Relatório de Gestão, a ASCOF realizou suas atividades sem maiores dificuldades. Sua execução orçamentária e financeira atendeu ao Plano de Trabalho estabelecido.

No período, foram realizadas reuniões com os 15 Comitês Gestores para definições e deliberações das ações a serem implementadas em cada fundo setorial. Além dessas reuniões, foi realizada reunião com o Conselho Diretor do FNDCT com objetivo de aprovar a programação orçamentária para aplicação dos recursos do FNDCT para o exercício seguinte e discutir as demais deliberações de competência desse Conselho.

Para o exercício de 2011 foram planejados reuniões e seminários nos mesmos moldes, entretanto, há preocupações quanto à realização das mesmas, haja vista, o contingenciamento orçamentário previsto para o exercício, o que de certa forma poderá inibir o planejamento.

ANEXOS

Figura II - Organograma da ASCAP



ROL DOS RESPONSÁVEIS

DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR

Quadro B.1.1 - Declaração Plena do Contador

Denominação completa (UJ)	**Código da UG**
Assessoria de captação de Recursos - ASCAP	240139

Após Análise dos registros contábeis e conformidade de registros de gestão que consiste na certificação dos registros dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira e patrimonial incluídos no SIAFI e da existência de documentos hábeis que comprovem as operações, declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da Assessoria de Captação de Recursos - ASCAP.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	**Brasília, DF**	**Data**	**02/02/2011**
Contador Responsável	**Eliana Yukiko Takenaka**	**CRC nº**	**6.666**

ROL DE RESPONSÁVEIS

<table>
<tr><td colspan="6">UNIDADE GESTORA: 240112
GESTÃO: 240112-Secretaria Executiva</td></tr>
<tr><td colspan="2">NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:
em conformidade com a IN TCU nº 57/2008, art. 10</td><td colspan="4">Dirigente Máximo da Unidade Jurisdicionada</td></tr>
<tr><td colspan="5">AGENTE:
LUIZ ANTONIO RODRIGUES ELIAS</td><td>CPF:
54990076753</td></tr>
<tr><td colspan="6">ENDEREÇO RESIDENCIAL
Condomínio Ecológico Village III Casa 20 Setor de Habitação Lago Sul</td></tr>
<tr><td>MUNICÍPIO:
Brasília</td><td colspan="2">CEP:71.680.360</td><td>UF:DF</td><td>TELEFONE:
61- 33177602
61- 33177603</td><td>FAX:
61-
33177764</td></tr>
<tr><td colspan="6">CARGO OU FUNÇÃO: SECRETÁRIO EXECUTIVO</td></tr>
<tr><td>DESIGNAÇÃO:

Decreto</td><td>DOCUMENTO:</td><td colspan="2">EXONERAÇÃO:</td><td>DOCUMENTO:</td><td>PERÍODO DE GESTÃO:
2010</td></tr>
<tr><td>Data
29/05/2007</td><td>Ato/nº/ano</td><td>Data</td><td>Ato/nº/ano</td><td>Data início</td><td>À data fim</td></tr>
</table>

_____ _____

Encarregado do Setor Dirigente da Unidade

UNIDADE GESTORA: 240112 GESTÃO: 240112-Secretaria Executiva					
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: em conformidade com a IN TCU nº 57/2008, art. 10	Membro de Diretoria				
AGENTE: ANTONIO IBAÑEZ RUIZ				CPF: 182329491-04	
ENDEREÇO RESIDENCIAL SMPW Qd. 15 Conj. 7 Lt. 06 – Park Way					
MUNICÍPIO: Brasília	CEP:71.741 - 507	UF:DF	TELEFONE: 61- 33178502 61- 33177602	FAX: 61-33177764	
CARGO OU FUNÇÃO: SECRETÁRIO EXECUTIVO SUBSTITUTO					
DESIGNAÇÃO: PORTARIA	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO DE GESTÃO: 2010	
Data 05/11/2007	Ato/nº/ano 705	Data	Ato/nº/ano	Data início	À data fim

_____ _____

Encarregado do Setor Dirigente da Unidade

UNIDADE GESTORA: GESTÃO: Consolidada com a UG240112-Secretaria Executiva					
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: Em conformidade com a IN TCU nº 57/2008, art. 10, Inciso II	Membro de Diretoria				
AGENTE: Ione Egler				CPF: 343.946.481-49	
ENDEREÇO RESIDENCIAL SHIN QI 12 - Conjunto 4 - Casa 18 Lago Norte					
MUNICÍPIO: Brasília	CEP: 71525-240	UF:DF	TELEFONE: (61) 3317-7801	FAX: (61) 3317-7881	
CARGO OU FUNÇÃO: Chefe da Assessoria					
DESIGNAÇÃO: Chefe as Assessoria	DOCUMENTO: Portaria MCT	EXONERAÇÃO: Chefe da Assessoria	DOCUMENTO: Portaria	PERÍODO DE GESTÃO: 2008-2011	
Data 02.07.2008	Ato/nº/ano Port.389	Data -	Ato/nº/ano -	Data início 02.07.2008	Data fim -

_____ _____

Encarregado do Setor Dirigente da Unidade

UNIDADE GESTORA: GESTÃO: Consolidada com a UG240112-Secretaria Executiva					
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: Em conformidade com a IN TCU nº 57/2008, art. 10, Inciso II.	Membro de Diretoria				
AGENTE: Reinaldo Diaz Ferraz de Souza			CPF:		
ENDEREÇO RESIDENCIAL SQN 210 Bloco H Apartamento 118					
MUNICÍPIO: Brasília	CEP: 70.862-00	UF:DF	TELEFONE: (61) 20337801	FAX: 61-20337881	
CARGO OU FUNÇÃO: Chefe da ASCAP					
DESIGNAÇÃO: Chefe da ASCAP	DOCUMENTO: Portaria MCT	EXONERAÇÃO: -	DOCUMENTO: -	PERÍODO DE GESTÃO: 2011	
Data 01/12/2011	Ato/nº/ano 898/11	Data -	Ato/nº/ano -	Data início -	Data fim -

Encarregado do Setor

Dirigente da Unidade

UNIDADE GESTORA: GESTÃO: Consolidada com a UG240112-Secretaria Executiva					
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: Em conformidade com a IN TCU nº 57/2008, art. 10, Inciso II.	Membro de Diretoria				
AGENTE: Alexandre Correia				CPF: 386.372.191-87	
ENDEREÇO RESIDENCIAL SQN 210 Bloco G Apartamento 301					
MUNICÍPIO: Brasília	CEP:70.862-070	UF:DF	TELEFONE: 61- 20337801 61- 20337948	FAX: 61-20337881	
CARGO OU FUNÇÃO: Chefe Substituto da ASCAP					
DESIGNAÇÃO: Chefe Substituto da ASCAP	DOCUMENTO: Portaria MCT	EXONERAÇÃO: Chefe da Assessoria	DOCUMENTO: Portaria MCTI	PERÍODO DE GESTÃO: 2008-2011	
Data 03.12.2008	Ato/nº/ano Port.895	Data 30/10/2011	Ato/nº/ano 772/11	Data início -	Data fim -

_____ _____

Encarregado do Setor Dirigente da Unidade

Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
Secretaria Executiva
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO 2011

Março/2012

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
Secretaria Executiva
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU n.º 63/2010, da Decisão Normativa TCU n.º 108/2010 e n.º 117/2011 e da Portaria TCU n.º 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno.

Brasília, março/2012

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

ABTLuS – Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron
ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade
AGU - Advocacia-Geral da União
ASCAP – Assessoria de Captação de Recursos
ASSIN – Assessoria de Assuntos Internacionais
BEP – Bolsa de Estágio/Treinamento no País
BEV – Bolsa de Especialista Visitante
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BSP – Bolsa de Estágio/Treinamento no Exterior
BVC – Biorrefinaria Virtual de Cana-de-açúcar
C,T&I – Ciência, Tecnologia e Inovação
CA – Comissão de Avaliação
CAFe – Comunidade Acadêmica Federada
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBPF – Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas
CDU – Classificação Decimal Universal
CGU – Controladoria Geral da União
CeBiME – Centro de Biologia Molecular Estrutural
CNPEM - Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais
CETEM – Centro de Tecnologia Mineral
CETENE – Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste
CG – Contrato de Gestão
CGEE – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
CGOS – Coordenação-Geral de Supervisão e Acompanhamento das Organizações Sociais
CGRH – Coordenação-Geral de Recursos Humanos
CGTI - Coordenação Geral de Tecnologia da Informação
CGU – Controladoria-Geral da União
CGUP – Coordenação-Geral das Unidades de Pesquisa
CNEN – Comissão Nacional de Energia Nuclear
CNPEM - Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONJUR – Consultoria Jurídica
CPqD – Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações
CTBE - Centro de Ciência e Tecnologia do Bioetanol
CTI – Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer
CTIC - Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologias Digitais para Informação e Comunicação
DOU – Diário Oficial da União
DTI – Bolsa de Desenvolvimento Tecnológico Industrial
EA – Entidades Associadas
EELA - E-Infrastructure Shared Between Europe and Latin America
ENCTI – Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação
ESR - Escola Superior de Redes
EV – Bolsa para Especialista Visitante
FAPERJ – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos
FNDCT – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GT – Grupo de Trabalho

IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ICPEDU – Infraestrutura de Chaves Públicas para Ensino e Pesquisa
ICT – Instituição de Ciência e Tecnologia
IDSM – Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá
IFES – Instituições Federais de Ensino Superior
IMPA – Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada
INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INPP - Instituto Nacional de Pesquisas do Pantanal
INSA – Instituto Nacional do Semiárido
INT – Instituto Nacional de Tecnologia
IOLACT – Infraestrutura Óptica Latinoamericana de Ciência e Tecnologia
ION – Infraestrutura Óptica Nacional
IPE – Instituição de Pesquisa e Ensino
ITI – Bolsa de Iniciação Tecnológica Industrial
ITI/PR – Instituto de Tecnologia da Informação
LNA – Laboratório Nacional de Astrofísica
LNBio – Laboratório Nacional de Biociências
LNCC – Laboratório Nacional de Computação Científica
LNLS – Laboratório Nacional de Luz Síncrotron
LNNano – Laboratório Nacional de Nanotecnologia
LOA – Lei Orçamentária Anual
MAST – Museu de Astronomia e Ciências Afins
MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MinC – Ministério da Cultura
MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MEC – Ministério da Educação
MPEG – Museu Paraense Emílio Goeldi
MRE – Ministério de Relações Exteriores
MS – Ministério da Saúde
NIT – Núcleo de Inovação Tecnológica
NSC - Network Support Centre
NSI - National Science Indicators
OBMEP - Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas
ON – Observatório Nacional
OS – Organização Social
P&D – Pesquisa e Desenvolvimento
PACTI – Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação
PCI – Programa de Capacitação Institucional
PCI-D - Bolsas de Longa Duração de Desenvolvimento
PCI-E - Bolsas de Longa Duração Especialista Visitante
PDTIC - Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PDU - Plano Diretor das Unidades de Pesquisa
PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual
POPs – Pontos de Presença
PPA – Plano Plurianual
PPACI – Programas, Projetos e Ações de Cooperação Internacional
PPBio – Programa de Pesquisa em Biodiversidade
PPDP – Planta Piloto para Desenvolvimento de Processos
RDSA – Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã
RDSM – Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá
RedCLARA - Cooperação Latino-Americana de Redes Avançadas
REDECOMEP - Rede Comunitária de Educação e Pesquisa

RNP – Rede Nacional de Ensino e Pesquisa
SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SBTVD-T – Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre
SCI - Scientific Citation Index
SCUP – Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa
SECIS – Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social
SEPED – Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento
SEPIN – Secretaria de Política de Informática
SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados
SETEC – Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
SEXEC – Secretaria Executiva
SIG – Grupo de Interesse Especial
SIGECI - Sistema Integrado de Gestão Estratégica sobre Cooperação Internacional
SigMCT – Sistema de Informações Gerenciais do Ministério da Ciência e Tecnologia
SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIGTEC - Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas
SINAPAD - Sistema Nacional de Processamento de Alto Desempenho
SIRDAI - Sistema de Recepção com Diversidade e Antenas Inteligentes para TV Digital
SPOA – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
STF – Supremo Tribunal Federal
TCG – Termos de Compromisso de Gestão
TI – Tecnologia da Informação
TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação
UAB – Universidade Aberta do Brasil
UECE – Universidade Estadual do Ceará
UFES – Universidade Federal do Espírito Santo
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
Unifacs – Universidade Salvador
Unirio – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UP – Unidade de Pesquisa
USP – Universidade de São Paulo

LISTA DE TABELAS, RELAÇÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES, ETC

QUADRO I - QUADRO A.1.1 – IDENTIFICAÇÃO DA UJ 33
QUADRO II - QUANTIDADE DE BOLSAS CONCEDIDAS PELO PROGRAMA PCI EM 2011 44
TABELA I – PROCESSOS DE AFASTAMENTO DE SERVIDORES DO PAÍS 46
QUADRO III - QUADRO A.2.1 – DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO 54
QUADRO IV – QUADRO A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DA AÇÃO 57
QUADRO IVA – QUADRO A.2.2 - METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO 57
QUADRO V - QUADRO A.2.2 – EXECUÇÃO FÍSICA DA AÇÃO 59
QUADRO VA – QUADRO A.2.2 - METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO 59
TABELA II – DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS PARA AS UNIDADES DE PESQUISA – AÇÃO 4661 60
QUADRO VI - QUADRO A.2.2 – EXECUÇÃO FÍSICA DA AÇÃO 63
QUADRO VIA – QUADRO A.2.2 - METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO 63
TABELA III - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS PARA AS UNIDADES DE PESQUISA – AÇÃO 12C9 64
QUADRO VII - QUADRO A.2.2 – EXECUÇÃO FÍSICA DA AÇÃO 65
QUADRO VIIA - QUADRO A.2.2 – METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO 65
QUADRO VIII - QUADRO A.2.2 – EXECUÇÃO FÍSICA DA AÇÃO 66
QUADRO VIIIA – QUADRO A.2.2 - METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO 66
QUADRO IX - QUADRO A.2.2 – EXECUÇÃO FÍSICA DA AÇÃO 67
QUADRO IXA – QUADRO A.2.2 - METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO 68
QUADRO X - QUADRO A.2.2 – EXECUÇÃO FÍSICA DA AÇÃO 72
QUADRO XA – QUADRO A.2.2 - METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO 72
QUADRO XI - QUADRO A.2.2 – EXECUÇÃO FÍSICA DA AÇÃO 76
QUADRO XIA - QUADRO A.2.2– METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO 76
QUADRO XII - QUADRO A.2.2 – EXECUÇÃO FÍSICA DA AÇÃO 86
QUADRO XIIA - QUADRO A.2.2– METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO 86
QUADRO XIII - QUADRO A.2.1 – DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO 94
QUADRO XIV - QUADRO A.2.2 – EXECUÇÃO FÍSICA DA AÇÃO 95
QUADRO XIVA - QUADRO A.2.2 – METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO 95
QUADRO XV - QUADRO A.2.2 – EXECUÇÃO FÍSICA DA AÇÃO 96
QUADRO XVA - QUADRO A.2.2 – METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO 97
QUADRO XVI - QUADRO A.2.1 – DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO 103
QUADRO XVII - QUADRO A.2.2– EXECUÇÃO FÍSICA DA AÇÃO 104

QUADRO XVIIA - QUADRO A.2.2– METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO – 104
QUADRO XVIII - QUADRO A.2.1 – DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO 106
QUADRO XIX - QUADRO A.2.2– EXECUÇÃO FÍSICA DA AÇÃO 107
QUADRO XIXA - QUADRO A.2.2– METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO – 107
QUADRO XX - QUADRO A.2.2– EXECUÇÃO FÍSICA DA AÇÃO 108
QUADRO XXA - QUADRO A.2.2– METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO – 109
QUADRO XXI - QUADRO A.2.2 – EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ 109
QUADRO XXII - QUADRO A.2.3 - IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 110
QUADRO XXIII - QUADRO A.2.4 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES 111
QUADRO XXIV - QUADRO A.2.5 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL 111
QUADRO XXV - QUADRO A.2.6 – RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS 111
QUADRO XXVI - QUADRO A.2.7 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA 112
QUADRO XXVII - QUADRO A.2.8 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ 114
QUADRO XXVIII - QUADRO A.2.9 – DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ 115
QUADRO XXIX - QUADRO A.2.10 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ 116
TABELA IV - INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA NAS UPS 117
TABELA V – AVALIAÇÃO ANUAL 2011 E ACOMPANHAMENTO SEMESTRAL 2011 DOS TERMOS DE COMPROMISSO DE GESTÃO - UP 118
TABELA VI - AVALIAÇÃO ANUAL 2010 E ACOMPANHAMENTO SEMESTRAL 2011 DOS CONTRATOS DE GESTÃO – OS´S 119
QUADRO XXX – QUADRO A.4.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS APAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES 120
QUADRO XXXI - QUADRO A.5.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2011 121
QUADRO XXXII - QUADRO A.5.2 - SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2011 122
QUADRO XXXIII - QUADRO A.5.3 - DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO) 123
QUADRO XXXIV - QUADRO A.5.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2011 124
QUADRO XXXV - QUADRO A.5.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2011 124
QUADRO XXXVI - QUADRO A.5.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2011 125
QUADRO XXXVII – QUADRO A.5.7 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2011 125
QUADRO XXXVIII – QUADRO A.5.8 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS 125
QUADRO XXXIX - QUADRO A.5.9 - QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS NOS EXERCÍCIOS DE 2009, 2010 E 2011 127

QUADRO XL - QUADRO A.5.9 – CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA..... 128
QUADRO A.5.10 NÃO SE APLICA (JUSTIFICADO NA INTRODUÇÃO)..... 128
QUADRO A.5.11 NÃO SE APLICA (JUSTIFICADO NA INTRODUÇÃO)..... 128
QUADRO XLI - QUADRO A.5.13 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA..... 128
QUADRO XLII - QUADRO A.6.1 - CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA..... 129
QUADRO XLIII – QUADRO A.6.2 - RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS..... 132
QUADRO XLIV – QUADRO A.6.3 - RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2012 E EXERCÍCIOS SEGUINTES..... 133
TABELA VII – RESPONSÁVEIS ARROLADOS NAS CONTAS DA SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS UNIDADES DE PESQUISA (SCUP) 134
QUADRO XLV - QUADRO A.8.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR..... 134
QUADRO XLVI - QUADRO A.9.1 - INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ..... 135
QUADRO XLVII - QUADRO A.15.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO..... 138
QUADRO XLVIII – QUADRO A.15.2 – SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO.... 139
QUADRO XLIX – QUADRO A.15.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI..... 148
QUADRO L – QUADRO A.15.4 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO..... 148
QUADRO LI - QUADRO B.17.1.1 – DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UJ..... 158
QUADRO LII - QUADRO B.17.1.2 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA..... 158
QUADRO LIII - QUADRO C.16.1 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE "PRODUTO" NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS..... 159
QUADRO LIV - QUADRO C.16.2 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE "PRODUTO" NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS..... 160
QUADRO LV - QUADRO C.16.3 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE "PRODUTO" NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS..... 160
QUADRO LVI - QUADRO C.16.4 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE "PRODUTO" NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS..... 162
QUADRO LVII - QUADRO C.16.1 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE "PRODUTO" NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS..... 164
QUADRO LVIII - QUADRO C.19.1 – INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATO DE GESTÃO SUPERVISIONADO PELA UJ - ABTLUS..... 166

QUADRO LIX - QUADRO C.19.1 – INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATO DE GESTÃO SUPERVISIONADO PELA UJ - CGEE 177
QUADRO LX - QUADRO C.19.1 – INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATO DE GESTÃO SUPERVISIONADO PELA UJ - IDSM 181
QUADRO LXI - QUADRO C.19.1 – INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATO DE GESTÃO SUPERVISIONADO PELA UJ – IMPA 185
QUADRO LXII - QUADRO C.19.1 – INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATO DE GESTÃO SUPERVISIONADO PELA UJ - RNP 189
QUADRO LXIII - QUADRO C.37.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS CONTRATOS DE GESTÃO VIGENTES NO EXERCÍCIO - CGEE 195
QUADRO LXIV - QUADRO C.37.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS CONTRATOS DE GESTÃO VIGENTES NO EXERCÍCIO - ABTLUS 197
QUADRO LXV - QUADRO C.37.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS CONTRATOS DE GESTÃO VIGENTES NO EXERCÍCIO - IDSM 199
QUADRO LXVI - QUADRO C.37.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS CONTRATOS DE GESTÃO VIGENTES NO EXERCÍCIO - IMPA 201
QUADRO LXVII - QUADRO C.37.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS CONTRATOS DE GESTÃO VIGENTES NO EXERCÍCIO - RNP 203
QUADRO LXVIII - QUADRO C.37.2 – RELAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - ABTLUS 206
QUADRO LXIX - QUADRO C.37.2 – RELAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - CGEE 208
QUADRO LXX - QUADRO C.37.2 – RELAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – IDSM 211
QUADRO LXXI - QUADRO C.37.2 – RELAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – IMPA 213
QUADRO LXXII - QUADRO C.37.2 – RELAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - RNP 214
QUADRO LXXIII - QUADRO C.37.3 – INFORMAÇÕES SOBRE O CUSTO DE PARTICIPAÇÃO DO MEMBRO NAS REUNIÕES – ABTLUS 216
QUADRO LXXIV - QUADRO C.37.3 – INFORMAÇÕES SOBRE O CUSTO DE PARTICIPAÇÃO DO MEMBRO NAS REUNIÕES – CGEE 216
QUADRO LXXV - QUADRO C.37.3 – INFORMAÇÕES SOBRE O CUSTO DE PARTICIPAÇÃO DO MEMBRO NAS REUNIÕES - IDSM 216
QUADRO LXXVI - QUADRO C.37.3 – INFORMAÇÕES SOBRE O CUSTO DE PARTICIPAÇÃO DO MEMBRO NAS REUNIÕES - IMPA 217
QUADRO LXXVII - QUADRO C.37.3 – INFORMAÇÕES SOBRE O CUSTO DE PARTICIPAÇÃO DO MEMBRO NAS REUNIÕES -RNP 217
QUADRO LXXVIII - QUADRO C.37.4 – DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES MENSAIS REPASSADOS NO EXERCÍCIO - ABTLUS 218
QUADRO LXXIX - QUADRO C.37.4 – DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES MENSAIS REPASSADOS NO EXERCÍCIO – CGEE 218
QUADRO LXXX - QUADRO C.37.4 – DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES MENSAIS REPASSADOS NO EXERCÍCIO – IDSM 219
QUADRO LXXXI - QUADRO C.37.4 – DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES MENSAIS REPASSADOS NO EXERCÍCIO – IMPA 219
QUADRO LXXXII - QUADRO C.37.4 – DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES MENSAIS REPASSADOS NO EXERCÍCIO - RNP 219
QUADRO LXXXIII - QUADRO C.37.5 – RELAÇÃO DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE CONTRATADA POR MEIO DE CONTRATO DE GESTÃO – ABTLUS 221
QUADRO LXXXIV - QUADRO C.37.5 – RELAÇÃO DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE CONTRATADA POR MEIO DE CONTRATO DE GESTÃO – CGEE 221

QUADRO LXXXV - QUADRO C.37.5 – RELAÇÃO DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE CONTRATADA POR MEIO DE CONTRATO DE GESTÃO - IDSM..... 222
QUADRO LXXXVI - QUADRO C.37.5 – RELAÇÃO DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE CONTRATADA POR MEIO DE CONTRATO DE GESTÃO - IMPA 223
QUADRO LXXXVII - QUADRO C.37.5 – RELAÇÃO DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE CONTRATADA POR MEIO DE CONTRATO DE GESTÃO - RNP..... 223
QUADRO LXXXVIII - QUADRO C.37.6 – DEMONSTRATIVO DA REMUNERAÇÃO DO PESSOAL DA ENTIDADE SIGNATÁRIA DO CONTRATO DE GESTÃO – ABTLUS 225
QUADRO LXXXIX - QUADRO C.37.6 – DEMONSTRATIVO DA REMUNERAÇÃO DO PESSOAL DA ENTIDADE SIGNATÁRIA DO CONTRATO DE GESTÃO – CGEE 225
QUADRO XC - QUADRO C.37.6 – DEMONSTRATIVO DA REMUNERAÇÃO DO PESSOAL DA ENTIDADE SIGNATÁRIA DO CONTRATO DE GESTÃO – IDSM ... 225
QUADRO XCI - QUADRO C.37.6 – DEMONSTRATIVO DA REMUNERAÇÃO DO PESSOAL DA ENTIDADE SIGNATÁRIA DO CONTRATO DE GESTÃO – IMPA... 226
QUADRO XCII - QUADRO C.37.6 – DEMONSTRATIVO DA REMUNERAÇÃO DO PESSOAL DA ENTIDADE SIGNATÁRIA DO CONTRATO DE GESTÃO – RNP 227
QUADRO XCIII - QUADRO C.37.7 – RELAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO - CGEE..... 228
QUADRO XCIV - QUADRO C.37.7 – RELAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO - IDSM..... 230
QUADRO XCV - QUADRO C.37.7 – RELAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO - IMPA 232
QUADRO XCVI - QUADRO C.37.7 – RELAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO - RNP..... 235
QUADRO XCVII - QUADRO C.37.7 – RELAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO - ABTLUS..... 238
QUADRO XCVIII - QUADRO C.37.8 – DEMONSTRATIVO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS APRESENTADAS NO EXERCÍCIO - ABTLUS 241
QUADRO XCIX - QUADRO C.37.8 – DEMONSTRATIVO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS APRESENTADAS NO EXERCÍCIO – CGEE 241
QUADRO C - QUADRO C.37.8 – DEMONSTRATIVO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS APRESENTADAS NO EXERCÍCIO - IDSM..... 242
QUADRO CI - QUADRO C.37.8 – DEMONSTRATIVO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS APRESENTADAS NO EXERCÍCIO – IMPA..... 242
QUADRO CII - QUADRO C.37.8 – DEMONSTRATIVO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS APRESENTADAS NO EXERCÍCIO - RNP 242
QUADRO CIII- QUADRO C.37.9 – VALORES REPASSADOS E AVALIAÇÃO DAS METAS DO CONTRATO DE GESTÃO – ABTLUS..... 243
QUADRO CIV - QUADRO C.37.9 – VALORES REPASSADOS E AVALIAÇÃO DAS METAS DO CONTRATO DE GESTÃO - RNP 253
QUADRO CV - QUADRO C.37.9 – VALORES REPASSADOS E AVALIAÇÃO DAS METAS DO CONTRATO DE GESTÃO – IDSM..... 259
QUADRO CVI - QUADRO C.37.9 – VALORES REPASSADOS E AVALIAÇÃO DAS METAS DO CONTRATO DE GESTÃO – IMPA 262
QUADRO CVII - QUADRO C.37.9 – VALORES REPASSADOS E AVALIAÇÃO DAS METAS DO CONTRATO DE GESTÃO - CGEE 266
QUADRO CVIII - QUADRO C.37.10 – INDICADORES DE DESEMPENHO PACTUADOS E SEUS RESULTADOS – ABTLUS..... 267
QUADRO CIX - QUADRO C.37.10 – INDICADORES DE DESEMPENHO PACTUADOS E SEUS RESULTADOS - CGEE 282

QUADRO CX - QUADRO C.37.10 – INDICADORES DE DESEMPENHO PACTUADOS E SEUS RESULTADOS – IDSM 284
QUADRO CXI - QUADRO C.37.10 – INDICADORES DE DESEMPENHO PACTUADOS E SEUS RESULTADOS – IMPA 292
QUADRO CXII - QUADRO C.37.10 – INDICADORES DE DESEMPENHO PACTUADOS E SEUS RESULTADOS – RNP 298
QUADRO CXIII - QUADRO C.37.11 – AVALIAÇÃO GERAL DOS RESULTADOS DO CONTRATO DE GESTÃO – ABTLUS 303
QUADRO CXIV - QUADRO C.37.11 – AVALIAÇÃO GERAL DOS RESULTADOS DO CONTRATO DE GESTÃO - CGEE 304
QUADRO CXV - QUADRO C.37.11 – AVALIAÇÃO GERAL DOS RESULTADOS DO CONTRATO DE GESTÃO - IDSM 305
QUADRO CXVI - QUADRO C.37.11 – AVALIAÇÃO GERAL DOS RESULTADOS DO CONTRATO DE GESTÃO – IMPA 306
QUADRO CXVII - QUADRO C.37.11 – AVALIAÇÃO GERAL DOS RESULTADOS DO CONTRATO DE GESTÃO – RNP 307
QUADRO CXVIII - QUADRO C.37.12 – IDENTIFICAÇÃO DA ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO 308
QUADRO CXIX - QUADRO C.37.13 – DISCRIMINAÇÃO DOS RECURSOS DA UJ COLOCADOS À DISPOSIÇÃO DA ENTIDADE PRIVADA - CGEE 309
QUADRO CXX - QUADRO C.37.13 – DISCRIMINAÇÃO DOS RECURSOS DA UJ COLOCADOS À DISPOSIÇÃO DA ENTIDADE PRIVADA - IDSM 310
QUADRO CXXI - QUADRO C.37.13 – DISCRIMINAÇÃO DOS RECURSOS DA UJ COLOCADOS À DISPOSIÇÃO DA ENTIDADE PRIVADA - IMPA 310
QUADRO CXXII - QUADRO C.37.13 – DISCRIMINAÇÃO DOS RECURSOS DA UJ COLOCADOS À DISPOSIÇÃO DA ENTIDADE PRIVADA - RNP 314
QUADRO CXXIII - QUADRO C.37.13 – DISCRIMINAÇÃO DOS RECURSOS DA UJ COLOCADOS À DISPOSIÇÃO DA ENTIDADE PRIVADA - ABTLUS 315

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 20
ITENS QUE NÃO SE APLICAM E/OU NÃO HOUVE OCORRÊNCIAS À NATUREZA DA UJ 20
PRINCIPAIS REALIZAÇÕES DA GESTÃO 25
PRINCIPAIS DIFICULDADES PARA A REALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DA UJ 28
PLANOS E PROJETOS CONCRETOS PARA O EXERCÍCIO SUBSEQUENTE 31
ITEM 1 DA PARTE "A" 33
1. IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL 33
2. PLANEJAMENTO E GESTÃO 34
2.A. RESPONSABILIDADE INSTITUCIONAL 34
2.A.I. Competência institucional 34
2.B. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO 36
2.B.I. Apoio técnico à infraestrutura básica 36
2.B.II. O Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas das Unidades de Pesquisa do MCTI (SIGTEC) 37
2.B.III. Apoio à execução dos programas e projetos científicos e tecnológicos 38
2.B.III.I. Compatibilização de linhas de atividades com o novo Plano de Ação do MCTI, em sua versão preliminar: ENCTI – Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 39
2.B.III.II. Acompanhamento da execução dos Planos Diretores das Unidades de Pesquisa 2011-2014 40
2.B.III.III. Acompanhamento dos Termos de Compromisso de Gestão firmados com as Unidades de Pesquisa 40
2.B.III.IV. Organizações Sociais: Promoção, Supervisão, Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão celebrados 41
2.B.III.V. Análise e preparação dos processos para concessão de bolsas do Programa de Capacitação Institucional (PCI) .. 43
2.B.III.VI. Acompanhamento do Programa de Inovação Tecnológica 45
2.B.III.VII. Análise e preparação de processos para afastamento de servidores do País 46
2.B.III.VIII. Início das atividades de duas Entidades Associadas ao CBPF e ao ON, respectivamente 47
2.B.III.IX. Acompanhamento e avaliação das Cooperações Internacionais mantidas pelas Unidades de Pesquisa do MCTI 48
2.B.III.X. Acompanhamento do processo de expansão regional das Unidades de Pesquisa e a proposta de criação de novos Institutos 50
2.B.III.XI. Organização e acompanhamento dos trabalhos dos Comitês de Busca para o cargo de diretor das Unidades de Pesquisa do MCTI 51
2.B.III.XII. Proposições, acompanhamento e orientação de projetos e ações de natureza especial 52
2.B.III.XIII. Interação entre as Unidades de Pesquisa do Ministério 53
2.C. PROGRAMAS 54
ITEM 2 DA PARTE "A" 54
2.C.I. Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ 54
2.C.I.I. Programa 0461 – Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico 54
2.C.I.I.I. Ações do Programa 0461 sob encargo direto da SCUP 56
2.C.I.I.I.I. Ação 6780 – Gestão Integrada dos Acervos de Informação Científica e Tecnológica 56
2.C.I.I.I.II. Ação 4661 – Desenvolvimento de novas linhas de pesquisa nas Unidades Científicas e Tecnológicas 58
2.C.I.I.I.III. Ação 12C9 – Recuperação da Infraestrutura Física das Unidades de Pesquisa 62
2.C.I.I.I.IV. Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico 64
2.C.I.I.I.V. Ação 6190 – Difusão de Conhecimentos Científicos e Tecnológicos nas Unidades de Pesquisa 66
2.C.I.I.I.VI. Ação 4188 – Pesquisa e Desenvolvimento em Florestas Alagadas da Amazônia no Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM) 67
2.C.I.I.I.VII. Ação 4122 – Pesquisa e Desenvolvimento na Associação Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA) 71
2.C.I.I.I.VIII. Ação 4655 – Operação e Desenvolvimento da Internet na Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP 75

2.C.I.I.I.IX. Ação 4192 – Pesquisa , Desenvolvimento e Aplicação da Luz Síncrotron e Outros Aceleradores na Associação Brasileira de Luz Síncrotron (ABTLuS) 85

2.C.I.II. Programa 0473 – Gestão da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação 94

2.C.I.II.I Ações do Programa 0473 sob encargo direto da SCUP 95

2.C.I.II.I.I Ação 7306 – Implantação do Sistema Integrado de Gestão nas Unidades de Pesquisa do MCTI 95

2.C.I.II.I.II Ação 4475 – Desenvolvimento de Estudos de Prospecção e Gestão Estratégica no Centro de Gestão de Estudos Estratégicos (CGEE-OS) 96

2.C.I.III. Programa 1409 – Desenvolvimento da Agroenergia 103

2.C.I.III.I. Ações do Programa 1409 sob encargo direto da SCUP 103

2.C.I.III.I.I. Ação 10ZS – Implantação do Centro Nacional de Tecnologia do Etanol - CNTE 103

2.C.I.IV. Programa 1122 – Ciência, Tecnologia e Inovação Aplicadas ao Recursos Naturais 106

2.C.I.IV.I. Ação 10ZU – Implantação do Centro Nacional de Pesquisa do Pantanal 106

2.C.I.IV.II. Ação 7J56 – Implantação do Instituto de Excelência em Águas - HIDROEX 108

2.C.II – Execução Física das Ações Realizadas pela UJ 109

2.D. DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO 110

2.D.I. Programação das Despesas Correntes 111

2.D.I.I. Programação das Despesas de Capital 111

2.D.I.II. Quadro resumo da programação de despesas 111

2.D.II. Movimentação orçamentária por grupo de despesa 112

2.D.II.I. despesas por modalidade de contratação dos créditos originários da UJ 114

2.D.II.II. Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos originários da UJ 115

2.D.II.III. Despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos originários da UJ 116

2.D.II.IV. Despesas por modalidade de contratações dos créditos recebidos por movimentação – Quadro A.2.11 – Não se aplica (justificado na introdução) 117

2.D.II.V. Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação – Quadro A.2.12 – Não se aplica (justificado na introdução) 117

2.D.II.VI. Despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação - Quadro A.2.13 - Não se aplica (justificado na introdução) 117

2.D.III. Indicadores Institucionais (item 2.4.3) 117

ITEM 3 DA PARTE "A" 120

3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS - QUADRO A.3.1 NÃO SE APLICA (JUSTIFICADO NA INTRODUÇÃO) 120

ITEM 4 DA PARTE "A" 120

4. INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES 120

4.I. SITUAÇÃO DOS RESTOS APAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES 120

ITEM 5 DA PARTE "A" 121

5. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE 121

5.A. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2011 121

5.A.I. Situações que reduzem a força de trabalho da UJ 122

5.A.II. Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (situação em 31 de dezembro) 123

5.B. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2011 125

5.B.I. Composição do quadro de instituidores de pensão – situação apurada em 31/12/2011 125

5.C. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS 125

5.D. QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS NOS EXERCÍCIOS DE 2009, 2010 E 2011 127

5.E. TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA PELA UJ 128

5.F. CONTRATAÇÕES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA - QUADRO A.5.12 – NÃO SE APLICA (JUSTIFICADO NA INTRODUÇÃO) 128

5.F.I. Contratações de prestação de serviços com locação de mão de obra 128
5.G. Indicadores gerenciais sobre recursos humanos – Não se aplica (justificado na introdução) 129
ITEM 6 DA PARTE "A" 129
6. CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA 129
6.I. Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios 132
6.II. Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2012 e exercícios seguintes 133
6.III. Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse - Quadro A.6.4 – Não houve ocorrência (justificado na introdução) 133
6.IV. Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse - Quadro A.6.5 – Não houve ocorrência (justificado na introdução) 133
ITEM 7 DA PARTE "A" 133
7. DECLARAÇÃO SIASG, SICONV 133
ITEM 8 DA PARTE "A" 133
8. DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS 133
ITEM 9 DA PARTE "A" 135
9. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ 135
ITEM 10 DA PARTE "A" 136
10. GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS - QUADRO A.10.1 - NÃO SE APLICA (JUSTIFICADO NA INTRODUÇÃO) 136
ITEM 11 DA PARTE "A" 137
11. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO - QUADRO A.11.1 – NÃO SE APLICA (JUSTIFICADO NA INTRODUÇÃO) 137
11.1. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de uso Especial Locados de Terceiros - Quadro A.11.2 – Não se aplica (justificado na introdução) 137
11.2. Distribuição Espacial dos Bens de Propriedade da União Sob Responsabilidade da UJ - Quadro A.11.3 – Não se aplica (justificado na introdução) 137
ITEM 12 DA PARTE "A" 137
12. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UJ - QUADRO A.12.1 – NÃO SE APLICA (JUSTIFICADO NA INTRODUÇÃO) 137
ITEM 13 DA PARTE "A" 137
13. CARTÕES DE PAGAMENTO – QUADRO A.13.1 – DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR - NÃO SE APLICA (JUSTIFICADO NA INTRODUÇÃO) 137
ITEM 14 DA PARTE "A" 137
14. RENÚNCIA TRIBUTÁRIA 137
14.1. Renúncias Tributárias Sob Gestão da UJ - Quadro A.14.1 - Não se aplica (justificado na introdução) 137
14.2. Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida - Quadro A.14.2 - Não se aplicada (justificado na introdução) 137
14.3. Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Físicas - Quadro A.14.3- Não se aplica (justificado na introdução) 137
14.4. Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Jurídicas - Quadro A.14.4 - Não se aplica (justificado na introdução) 137
14.5. Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Físicas - Quadro A.14.5 - Não se aplica (justificado na introdução) 137

14.6. Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Jurídicas - Quadro A.14.6 - Não se aplica (justificado na introdução) 138
14.7. Aplicação de Recursos da Renúncia de Receita pela Própria UJ - Quadro A.14.7 Não se aplica (justificado na introdução) 138
14.8. Prestações de Contas de Renúncia de Receitas - Quadro A.14.8 - Não se aplicada (justificado na introdução) 138
14.9. Comunicações à RFB – Receita Federal do Brasil - Quadro A.14.9 - Não se aplica (justificado na introdução) 138
14.10. Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas - Quadro A.14.10 - Não se aplica (justificado na introdução) 138
14.11. Ações da Receita Federal do Brasil - Quadro A.14.11 - Não se aplica (justificado na introdução) 138
ITEM 15 DA PARTE "A" 138
15. CUMPRIMENTOS DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO - QUADRO A.15.1 138
15.I. Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício 139
15.II. RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI 148
15.III. Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício 148
ITEM 16 DA PARTE "A" 157
16. RECOMENDAÇÕES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO OU DE AUDITORIA INTERNA PENDENTES DE ATENDIMENTO – QUADRO A.16.1 – INFORMAÇÕES SOBRE RECOMENDAÇÃO DE UNIDADE DE CONTROLE INTERNO OU DE AUDITORIA INTERNA ATENDIDA NO EXERCÍCIO - NÃO SE APLICA (JUSTIFICADO NA INTRODUÇÃO) 157
PARTE "B" 157
ITEM 17 DA PARTE "B" 157
PARTE "C" 158
ITEM 16 DA PARTE "C" 158
ITEM 16 - Informações sobre as contratações de consultores na modalidade "produto" no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais 159
ITEM 19 DA PARTE "C" 166
19. SUPERVISÃO DE CONTRATOS DE GESTÃO CELEBRADOS COM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS 166
ITEM 37 DA PARTE "C" 195
37. INFORMAÇÕES SOBRE OS CONTRATOS DE GESTÃO CELEBRADOS 195
ITEM 38 DA PARTE "C" 1
38. INFORMAÇÕES SOBRE O ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES RELACIONADAS AOS TERMOS DE PARCERIAS – NÃO SE APLICA 1
CONSIDERAÇÕES FINAIS 1
ANEXO 3
ORGANOGRAMA FUNCIONAL 3

INTRODUÇÃO

Itens que não se aplicam e/ou não houve ocorrências à Natureza da UJ

PARTE A

2.D.II.IV. Despesas por modalidade de contratações dos créditos recebidos por movimentação – Quadro A.2.11

Não se aplica, uma vez que a Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP não é a Unidade Jurisdicionada do MCTI responsável pelas despesas por modalidade de contratações dos créditos recebidos por movimentação, a Unidade responsável é a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/SEXEC.

2.D.II.V. Despesas correntes por grupo e elementos de despesa dos créditos recebidos por movimentação – Quadro A.2.12

Não se aplica, uma vez que a Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP não é a Unidade Jurisdicionada do MCTI responsável pelas despesas correntes por grupo e elementos de despesa dos créditos recebidos por movimentação. A Unidade responsável é a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/SEXEC.

2.D.II.VI. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação – Quadro A.2.13

Não se aplica, uma vez que a Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP não recebe recursos de capital por movimentação. A Unidade Jurisdicionada responsável é a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/SEXEC.

3. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos – Quadro A.3.1

Não se aplica, uma vez que a Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP não é a Unidade Jurisdicionada do MCTI responsável pelo reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos. A Unidade responsável é a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/SEXEC.

5.E. Contratações de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva – Quadro A.5.12

Não se aplica, uma vez que a Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP não é a Unidade Jurisdicionada do MCTI responsável pelos contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva. A Unidade responsável é a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/SEXEC.

5 – Informações sobre Recursos Humanos da Unidade

Quadro A.5.10 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados

Não se aplica, uma vez que a Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP não é a Unidade Jurisdicionada do MCTI responsável pelo acompanhamento da substituição de empregados terceirizados em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados, a Unidade responsável á a Subsecretaria de Planejamento Orçamento e Administração – SPOA/SEXEC.

Quadro A.5.11 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados

Não se aplica, uma vez que a Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP não é a Unidade Jurisdicionada do MCTI responsável por obter autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados. A Unidade responsável á a Subsecretaria de Planejamento Orçamento e Administração – SPOA/SEXEC.

5.F. Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

Não se aplica, uma vez que a Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP não é a Unidade Jurisdicionada do MCTI responsável pelos indicadores gerenciais sobre recursos humanos. A Unidade responsável é a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/SEXEC.

6.III. Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse – Quadro A.6.4

Não houve ocorrência de transferências na modalidade de convênio e de contratos de repasse no exercício de 2011, por parte da Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP.

6.IV. Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse - Quadro A.6.5

Não houve ocorrência de transferências na modalidade de convênio e de contratos de repasse no exercício de 2011, por parte da Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP.

10. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis - Quadro A.10.1

Não se aplica, uma vez que a Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP não é a Unidade Jurisdicionada do MCTI responsável pela gestão ambiental e licitações sustentáveis. A Unidade responsável é a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/SEXEC.

11. Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

11.1. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União – Quadros A.11.1

Não se aplica, uma vez que a Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP não é a Unidade Jurisdicionada do MCTI responsável pela distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União. A Unidade responsável é a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/SEXEC.

11.2. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros - Quadro A.11.2

Não se aplica, uma vez que a Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP não é a Unidade Jurisdicionada do MCTI responsável pela distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros. A Unidade responsável é a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/SEXEC.

11.3. Distribuição dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ - Quadro A.11.3

Não se aplica, uma vez que a Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP não é a Unidade Jurisdicionada do MCTI responsável pela distribuição dos bens imóveis de propriedade da União. A Unidade responsável é a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/SEXEC.

12. Gestão de Tecnologia da Informação da UJ – Quadro A.12.1

Não se aplica, uma vez que a Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP não é a Unidade Jurisdicionada do MCTI responsável pela gestão de tecnologia da informação. A Unidade responsável é a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/SEXEC.

13. Cartões de Pagamento

Não se aplica, uma vez que a Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP não possui cartões de pagamento.

14. Renúncia Tributária

14.1. Renúncias Tributárias Sob Gestão da UJ - Quadro A.14.1

Não se aplica, uma vez que a Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP não possui renúncias tributárias.

14.2. Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida - Quadro A.14.2

Não se aplica, uma vez que a Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP não possui valores renunciados e respectiva contrapartida.

14.3. Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Físicas - Quadro A.14.3

Não se aplica, uma vez que a Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP não possui contribuintes beneficiados pela renúncia – pessoas físicas.

14.4. Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Jurídicas - Quadro A.14.4

Não se aplica, uma vez que a Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP não possui contribuintes beneficiados pela renúncia – pessoas jurídicas.

14.5. Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Físicas - Quadro A.14.5

Não se aplica, uma vez que a Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP não possui beneficiários da contrapartida da renúncia – pessoas físicas.

14.6. Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Jurídicas - Quadro A.14.6

Não se aplica, uma vez que a Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP não possui beneficiários da contrapartida da renúncia – pessoas jurídicas.

14.7. Aplicação de Recursos da Renúncia de Receita pela Própria UJ - Quadro A.14.7

Não se aplica, uma vez que a Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP não possui aplicação de recursos da renúncia de receita.

14.8. Prestações de Contas de Renúncia de Receitas - Quadro A.14.8

Não se aplica, uma vez que a Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP não possui prestações de contas de renúncias de receitas.

14.9. Comunicações à RFB – Receita Federal do Brasil - Quadro A.14.9

Não se aplica, uma vez que a Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP não é a Unidade Jurisdicionada do MCTI responsável pelas comunicações à Receita Federal do Brasil.

14.10. Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas - Quadro A.14.10

Não se aplica, uma vez que a Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP não possui indicadores de gestão da renúncia de receitas.

14.11. Ações da Receita Federal do Brasil - Quadro A.14.11

Não se aplica, uma vez que a Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP não possui ações da Receita Federal do Brasil.

15. CUMPRIMENTOS DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO - Quadro A.15.1

Não houve ocorrências, no presente exercício, de deliberações do TCU atendidas por parte da Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP.

16. Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendação de unidade de controle interno ou de auditoria interna atendidas no exercício

Não se aplica, uma vez que a Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP não recebeu recomendação de unidade de controle interno ou de auditoria interna no exercício.

Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício em referência

Não se aplica, uma vez que a Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP não recebeu recomendação de unidade de controle interno ou de auditoria interna no exercício.

PARTE B

13. Declaração Plena do Contador

13.1. Declaração do Contador Com Ressalva – Quadro B.1.2

Não houve ocorrência de ressalva na declaração do contador do MCTI.

13.2. Declaração Adversa do Contador – Quadro B.1.3

Não houve ocorrência de declaração adversa do contador do MCTI.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES DA GESTÃO

Concluídos no final de 2010, os novos Planos Diretores das Unidades de Pesquisa para o período 2011 – 2014 procuram seguir, em suas linhas básicas, o novo Plano de Ação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, denominado "Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012 -2015", cujas primeiras versões estiveram à disposição das UPs já no final de 2010, tendo sido consolidadas no final de 2011.

A exemplo dos Planos Diretores do período anterior (2007 -2010), os atuais PDUs conformam-se como um dos instrumentos mais importantes de gestão das Unidades de Pesquisa, sendo elaborados a partir das missões e visões de futuro definidas pelas próprias Unidades de Pesquisa, integrados ao Plano de Ação do MCTI (ENCTI), abrangendo indicadores e metas a serem atingidas a cada ano, até o final de sua proposição. Seu acompanhamento é feito, a cada seis meses, através dos Termos de Compromisso de Gestão – TCGs, assinados por cada Diretor com o Ministro e o Secretário Executivo da Pasta.

A consolidação desses Termos de Compromisso de Gestão das Unidades de Pesquisa e o processo que estabelece a formalização dos Contratos de Gestão das Organizações Sociais vêm se caracterizando como instrumentos eficientes para a gestão dessas instituições, proporcionando amplas oportunidades de aprofundar o conhecimento da SCUP, suas reais dificuldades e necessidades para a consecução de cada uma das missões institucionais envolvidas.

A continuidade da implantação do Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas (SIGTEC), em sua versão *web*, permitiu a evolução e aperfeiçoamento das práticas de gestão, controle de projetos e programas e registro do acervo de conhecimento produzido pelas Unidades de Pesquisa do MCTI. No entanto, ainda persistem alguns problemas a resolver em algumas Unidades de Pesquisa, os quais serão solucionados em 2012. Por outro lado, devido às particularidades administrativas dos institutos caracterizados como Organizações Sociais, um sistema específico, denominado "Módulo OS" está sendo testado e aperfeiçoado para utilização.

A meta do Plano de Ação anterior do MCTI de recuperar e expandir a infraestrutura física (predial e laboratorial) das 13 Unidades de Pesquisa do MCTI e 03 Organizações Sociais foi praticamente cumprida em 2011. Os Institutos de Pesquisa estão, hoje, mais bem aparelhados e preparados para assumir os desafios de gerar conhecimento, tecnologia e inovação, como braços executivos do MCTI na implantação das políticas do Governo e do Estado.

A atualização do Programa de Capacitação Institucional (PCI) foi realizada, consagrando-o como um programa especial do CNPq, com novas modalidades e valores de bolsas de longa duração adotadas para as Unidades de Pesquisa de Administração Direta, Organizações Sociais

supervisionadas pelo MCTI e Institutos de Pesquisa vinculados à Comissão Nacional de Energia Nuclear.

Destacam-se, ainda, em 2011:

- Os repasses orçamentários realizados para as Unidades de Pesquisa, com o objetivo de atender às finalidades das ações do PPA sob a responsabilidade desta Subsecretaria, utilizando critérios de prioridades de demandas das UPs em conformidade com os seus Planos Diretores e com o orçamento disponibilizado.
- O fortalecimento da interação interinstitucional dos Institutos de Pesquisa do MCTI, através de reuniões e participações conjuntas em eventos, como a 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, a Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a própria Semana Nacional de C&T, tradicionalmente realizada no mês de outubro de cada ano. Interação essa que vem se estendendo significativamente com as Secretarias do MCTI e com outras instituições de pesquisa do País.
- A consolidação dos Núcleos Regionais do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) em Porto Velho (RO), Boa Vista (RR) e Rio Branco (AC); do Centro de Tecnologia Mineral (CETEM), em Cachoeiro do Itapemirim (ES); do Museu Paraense Emílio Goeldi, em Caxiuanã; do CTI Renato Archer em Fortaleza, bem como dos Arranjos de Núcleos de Inovação Tecnológica em Campinas (SP), NIT Mantiqueira; no Rio de Janeiro (RJ), NIT Rio; Manaus (AM), NIT Amazônia Ocidental; e Belém (PA), NIT Amazônia Oriental.
- O início das operações de duas das cinco instituições qualificadas como Entidades Associadas, em 2010, respectivamente, ao Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI), Instituto Nacional do Semiárido (INSA) e Observatório Nacional (ON), dando início efetivo à implantação do Programa, criado, em 2008, por Portaria Ministerial, e que terá como resultado a realização de Projetos conjuntos com as UPs, promovendo a aproximação de organismos com atividades similares às UPs e racionalizando custos na execução de atividades estratégicas para o País. Dessas, apenas as Entidades Associadas ao CBPF e ao ON puderam dar início à colaboração mútua, em virtude do repasse de recursos ter sido possível apenas no penúltimo mês de 2011.
- A atuação de cinco Comitês de Busca para o cargo de Diretor do Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI), Instituto Nacional do Semiárido (INSA), Instituto Nacional de Tecnologia (INT), Laboratório Nacional de

Astrofísica (LNA) e Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), resultando na nomeação de novos Diretores para o CTI, INSA, LNA e MAST, e recondução do dirigente do INT por mais 48 meses.

O ano de 2011 pode ser considerado um marco na evolução normativa das responsabilidades do MCTI como órgão supervisor dos Contratos de Gestão celebrados com as organizações sociais. Publicada em 21 de dezembro de 2011, a portaria MCTI nº 967, que disciplina as atividades de promoção, acompanhamento, avaliação e fiscalização dos contratos de gestão celebrados com organizações sociais dentre outras providências, é um robusto instrumento formulado por grupo de trabalho instituído em janeiro de 2011 e que contou com as contribuições da CONJUR-MCTI, SEXEC-MCTI, SPOA-MCTI, AECI-GABIN-MCTI, SEGEP-MP, CGU e Diretores das OS´s. Sem deixar de ser inovadora, a Portaria MCTI nº 967 traz evolução lógica em relação à sua antecessora, a Portaria MCTI nº 157, de 26 de fevereiro de 2010, que também buscou disciplinar as mesmas atividades mas acabou por ser revogada pelo Sr. Ministro devido a dificuldades práticas em sua implementação.

No fomento às Organizações Sociais, o Ministério se preparou para cumprir as orientações da LDO que estabeleceu, no inciso XXV do art. 11º do capítulo II, que deverão ser discriminadas em categorias de programação específicas, as dotações destinadas ao pagamento de despesas decorrentes de compromissos firmados por meio de Contratos de Gestão entre órgãos e entidades da Administração Pública Federal e as Organizações Sociais, nos termos da Lei no 9.637, de 15 de maio de 1998, com a identificação nominal de cada organização social beneficiada, identificando e fazendo identificar as ações que deveriam ser destinadas ao fomento da Organização Social por instituições parceiras em atividades previstas nos contratos de gestão firmados. Esta operação dispensou grande esforço de articulação para o pleno entendimento dos gestores das ações orçamentárias das necessárias mudanças nas nomenclaturas e, consequentemente, na destinação exclusiva para a OS do orçamento proposto. Todas as OS fomentadas por este MCTI foram impactadas pela nova legislação mas cabe destaque especial à RNP-OS, atualmente financiada por quatro órgãos públicos que se adequaram à nova regra. Por outro lado, cabe destacar a FINEP que, a partir de 2012 passa a ser fomentadora de todas as OS supervisionadas pelo MCTI, destinando uma ação ordinária específica para cada uma delas.

Outra realização importante foi a atuação da ABTLuS visando o financiamento do projeto da nova fonte de luz síncrotron (Sírius) que, após uma série de reuniões, consolidou a parceria com o BNDES para a implantação do novo laboratório em cronograma bem menor do que a opção de investimento exclusivo pela ação orçamentária do MCTI, criada para este fim em 2011e com desembolso previsto para 2012. Destaca-se também a elevação do Laboratório Nacional de Nanociências – LNNano que, após mais de 10 anos ligado ao LNLS, passa para o mesmo nível dos

demais (LNLS, CTBE e LNBio) dentro no CNPEM - Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais, complexo de laboratórios nacionais associados que é operado pela ABTLuS -OS.

Além das ações necessárias e relativas à implementação da Portaria MCTI nº 967 anteriormente citada, o Ministério instrui continuamente as OS´s por meio de aditivos aos seus respectivos Contratos de Gestão, contemplando as recomendações emanadas da CGU, do TCU e, em especial, quanto ao parecer vinculante nº 81/2011/DECOR/CGU/AGU, de 21/12/2011, que entende que o Decreto nº 5.504/2005 é absolutamente incompatível com os arts. 4º, VIII, e 17 da Lei nº 9.637, não sendo, assim, aplicável às Organizações Sociais e que a tese firmada no Acórdão 601/2007 – 1ª Câmara e repetida no Acórdão 2.569/2011 – 2ª Câmara do TCU merece ser revista. Como o parecer é recente e a SCUP tomou conhecimento dele em janeiro de 2012, até o momento os Contratos de Gestão ainda preveem que as Organizações Sociais devem proceder suas compras conforme os ditames do referido Decreto 5.504/2005, devendo ser alterados no primeiro aditivo do ano de cada uma delas.

Como pode ser verificado nas portarias que instituíram, em 2011, as Comissões de Avaliação – CA dos Contratos de Gestão celebrados com as Organizações Sociais supervisionadas pelo MCTI, todas essas Comissões foram constituídas por novos membros, à exceção dos especialistas nomeados como presidentes Nas Comissões vigentes até novembro/2011, que permaneceram em cada uma das CA´s com o objetivo de passar o seu legado aos novos integrantes e também deixá-las tão logo as transições sejam concluídas. Essa ação vem de encontro ao anseio do órgão de controle interno e, principalmente, reflete melhor os novos desafios que os especialistas nomeados enfrentarão ao avaliarem instituições que, no decorrer dos últimos anos, cresceram e suas atividades se tornaram mais complexas. Embora prerrogativa do dirigente máximo do órgão a escolha dos especialistas, eles foram previamente levantados e filtrados por avaliação técnica visando adequar, pelo currículo de cada um deles, a atuação da OS, de modo a dotar as Comissões de melhor domínio técnico e científico para avaliar o seu desempenho e acompanhar o grau de execução das metas pactuadas para o período, visando garantir ao Ministério relatórios mais específicos, instruindo o órgão supervisor para promover as alterações que se façam necessárias para que as instituições cumpram, de forma efetiva objetivos contratados.

PRINCIPAIS DIFICULDADES PARA A REALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DA UJ

As principais dificuldades apresentadas em 2011 estão concentradas nas áreas orçamentárias e de recursos humanos.

Com relação ao orçamento das Unidades de Pesquisa, Organizações Sociais e da própria SCUP observa-se que, no último triênio, não ocorreu aumento significativo dos recursos, tornando-

os insuficientes para fazerem frente aos gastos de manutenção e administração da infraestrutura de pesquisa que foi construída, podendo interferir na realização dos compromissos técnico-científicos assumidos no novo contexto nacional da área de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Na verdade, nos últimos anos houve expressivo investimento do MCTI na recuperação e expansão da infraestrutura básica das Unidades de Pesquisa, abrangendo modernização de laboratórios, infraestrutura de pesquisa e ensino de pós-graduação, rede de apoio computacional, bibliotecas e demais ambientes para se adequarem ao desenvolvimento das atividades específicas de cada Instituto de Pesquisa.

As novas instalações finalizadas em 2011, bem como aquelas que foram reformadas e modernizadas durante o período de vigência dos Planos Diretores, disponibilizam infraestrutura moderna e mais sofisticada, tal como o estabelecimento de redes de pesquisa para desenvolvimento de processos, condicionamento ambiental especial, manutenção de equipamentos e insumos para bancadas de laboratórios, todas com novos e altos custos.

Como decorrência, o orçamento, previsto para as UPs e OSs tornou-se insuficiente frente às responsabilidades a elas acometidas e às novas despesas para sua manutenção básica, tampouco atende aos Contratos de Gestão firmados com as OS: IDSM, RNP e IMPA. E ainda, como conseqüência, vale lembrar que os Órgãos de Controle, por ocasião de suas auditorias, vêm apontando um descompasso entre o orçamento para as diferentes atividades ano a ano, nas Unidades de Pesquisa e nas Organizações Sociais.

Ainda no âmbito da ação de recuperação da infraestrutura apresentaram-se necessidades de adaptações dos Projetos Executivos para adequação aos recursos aprovados no orçamento de 2011 e disponibilizados para as UPs. Durante a fase de licitação, as UPs localizadas nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo tiveram dificuldades no andamento dos processos junto aos Núcleos da Advocacia Geral da União, que resultaram em atrasos significativos nas contratações. Fato que, em alguns casos, ocorreu somente em dezembro, gerando um montante significativo dos empenhos inscritos em restos a pagar. Pelo mesmo motivo, foram necessárias alterações de metas iniciais que não tiveram os processos aprovados ou dificuldades com prazos de licitação.

Mais grave no entanto, no caso das Unidades de Pesquisa de Administração Direta do MCTI, é a questão dos quadros de pessoal, com percentuais de aposentadorias previstas até 2013, da ordem de quase 40%, em algumas delas, cujas médias de idade alcançam patamares de 60-61 anos! Para amenizar a situação, o Ministério do Planejamento autorizou, no final de 2011, a

abertura de concurso público para pesquisadores, tecnologistas, analistas de C&T, técnicos e assistentes de C&T, em número suficiente para cobrir as vagas existentes em agosto de 2011, mas altamente insuficientes para a substituição de aposentadorias a acontecerem nos próximos dois anos e para a realização de encargos que o Ministério passou às UPs.

Na questão de recursos humanos da SCUP, no ano de 2011, ocorreu um acréscimo no seu quadro, com a inclusão de analista vindo da SPOA e dois estagiários, contudo tivemos a perda de dois servidores anistiados e um terceirizado. No entanto, a SCUP necessita de força de trabalho qualificada para dar andamento a sua missão.

PLANOS E PROJETOS CONCRETOS PARA O EXERCÍCIO SUBSEQUENTE

Lançado oficialmente, em dezembro de 2011, o novo Plano de Ação do Ministério, agora denominado Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012-2015 (ENCTI), as suas Unidades de Pesquisa estarão compatibilizando seus respectivos Planos Diretores 2011- 2014 às diretrizes definitivas contidas na ENCTI, ainda que esses PDUs tenham se baseado na estrutura básica desse documento.

Definidos os limites orçamentários para o próximo ano, as UPs apresentarão suas propostas de pactuação para os Termos de Compromisso de Gestão 2012, a serem assinados por cada Diretor com os Srs. Ministro e Secretário Executivo do Ministério, destacando-se, obviamente, os Projetos Estruturantes, que se constituem nos principais itens a serem desenvolvidos, em acordo com a ENCTI. Da mesma forma como aconteceu anteriormente com os Planos Diretores 2007-2010 frente ao então Plano de Ação de C,T&I (PACTI) para o mesmo período.

As indicações dos novos Diretores do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) feita em dezembro de 2011 (e ainda não nomeado) e do Centro de Tecnologia Mineral (CETEM), a ocorrer em fevereiro de 2012, a partir de Comitês de Busca integrados por especialistas de alto nível nomeados pelo Ministro de Estado da Ciência Tecnologia e Inovação, constituíram importantes focos para essas Unidades, na condução dos programas, projetos e ações para o próximo ano.

Ressaltam-se, ainda, para o próximo ano a realização da Conferência Internacional "Rio + 20", que visará avaliar os resultados das recomendações de sua predecessora (2000) e os preparativos para o "Fórum Mundial de Ciência e Tecnologia", que acontecerá em 2013, em São Paulo (pela primeira vez em dezenas de anos, fora de Budapeste, Hungria), mas cujos preparativos estarão sendo feitos ainda em 2012, através de Conferências Nacionais Temáticas localizadas em várias capitais do País. Em ambos os eventos - considerados de grande monta e de enorme repercussão em todo o mundo -, os Institutos de Pesquisa do MCTI, incluindo as Organizações Sociais por ele supervisionadas, (assim como outros IPs governamentais) terão papel fundamental na demonstração da ciência, da tecnologia e da inovação que é feita no Brasil, em um momento de extrema favorabilidade econômica, social e internacional para o nosso País.

Além dos demais projetos em execução, até o presente momento e ainda sem contar aqueles a exemplo da OBMEP - Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas/IMPA e da RUTE - Rede Universitária de Telemedicina/RNP, que institucionalizaram sua regular execução, estarão se consolidando os projetos do Laboratório Nacional da Várzea Amazônica (LNVA) no IDSM, do Centro Binacional Brasil/China de Nanotecnologia e do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Drogas ambos no âmbito do CNPEM. Ademais, deve-se ressaltar que para o próximo período a consignação de recursos orçamentários regulares garante que seja elaborado o

Projeto Executivo para início das obras da nova fonte brasileira de luz síncrotron – Sirius, empreitada essa de grande vulto no cenário mundial da ciência e tecnologia.

Espera-se, outrossim, que ainda em 2012, seja aprovado o Projeto de Lei em análise na Câmara dos Deputados, que cria três novos Institutos de Pesquisa para o Ministério (os Institutos Nacionais de Pesquisa de Águas, Pantanal e Tecnologias Estratégicas para o Nordeste – que substituirá o atual CETENE/INT) e a integração do Museu de Biologia Prof. Mello Leitão (hoje no Ministério da Cultura) ao MCTI (com o nome de Instituto de Pesquisas da Mata Atlântica).

Por fim, vale mencionar que a SCUP estará envidando os maiores de seus esforços no fortalecimento dos Arranjos de Núcleos de Inovação Tecnológica – NITs, localizados em Manaus, Belém, Campinas e Rio de Janeiro (além de implantar o do Nordeste), agregando instituições internas e externas ao MCTI, em consonância com a prioridade registrada na ENCTI 2012-2015, para a Inovação Tecnológica.

ITEM 1 DA PARTE "A"

1. IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Quadro I - Quadro A.1.1 – Identificação da UJ

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI			**Código SIORG**: 24000
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa			
Denominação abreviada: SCUP			
Código SIORG: 24101	**Código LOA:** 24000		**Código SIAFI:** 240113
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Administração Direta			
Principal Atividade: Ciência e Tecnologia			**Código CNAE:**
Telefones/Fax de contato:	(61) 3317.7607	(61) 3317.8012	(61) 3317.7768
Endereço eletrônico: scup@mct.gov.br			
Página da Internet: http://www.mct.gov.br/scup			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco "E", 5º andar, Brasília/DF, CEP: 70067-900, CNPJ.: 031.327.45/0001-00			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto n.º 4.724, de junho de 2003; Decreto n.º 5.886, de 06 de setembro de 2006; Portaria MCT In.º 758, de 03 de outubro de 2006**.**			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Criada pelo Decreto nº 4.724, de 9/6/2003, que reestruturou o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, a Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP sucedeu à Secretaria de mesmo nome e está hoje subordinada à Secretaria Executiva do MCTI. O Decreto n.° 5.886, de 06/09/2006 estabeleceu as seguintes competências para a SCUP: I - propor, coordenar e acompanhar a execução de programas e projetos a cargo das Unidades de Pesquisa, visando ao fortalecimento da pesquisa científica e tecnológica brasileira; II - promover, supervisionar e avaliar os Contratos de Gestão firmados entre a União e entidades qualificadas como Organizações Sociais, para a execução direta ou indireta, de programas e projetos de pesquisa científica e tecnológica, prestação de serviços tecnológicos e assessoria técnica ao Ministério; III - promover, acompanhar e avaliar a execução dos Termos de Compromisso de Gestão - TCG, assinados a cada ano com as Unidades de Pesquisa; IV - acompanhar, avaliar e apoiar a execução dos Planos Diretores das Unidades de Pesquisa e, onde couber, das Organizações Sociais supervisionadas pelo Ministério, e decorrentes de seus Planejamentos Estratégicos formulados; V - coordenar, controlar e avaliar as atividades de execução orçamentário-financeira das Unidades de Pesquisa, em articulação com a Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças; VI - apoiar e acompanhar a execução de obras de engenharia e arquitetura no âmbito das Unidades de Pesquisa e dos projetos e das entidades qualificadas como Organização Social, onde couber, em articulação com a Coordenação-Geral de Recursos Logísticos; e VII - promover, coordenar e acompanhar o Programa de Capacitação Institucional – PCI das Unidades de Pesquisa			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
▪ Portaria MCTI nº 967, de 21.12.2011 – "Disciplina as atividades de promoção acompanhamento, avaliação e fiscalização dos contratos de gestão celebrados com organizações sociais e dá outras providências" ▪ Portaria MCTI nº 157, de 26.02.2010 – "Disciplina as atividades de acompanhamento e fiscalização da execução de Contratos de Gestão celebrados com Organizações Sociais, e dá outras providências" - **REVOGADA** ▪ Portaria MCT Inº 86, de 03.02.2010 – "Institui política de aquisição planificada de títulos de periódicos e de acesso ao Portal da CAPES para as Unidades de Pesquisa do MCTI"			

- Portaria MCTI nº 1.037, de 10.12.2009 – "Dispõe sobre a busca e a escolha de Diretores das Unidades de Pesquisa que integram o Ministério da Ciência e Tecnologia, com base em competência técnico-científica, gerencial e administrativa"
- Portaria MCTI nº 613, de 23.07.2009 – "Disciplina a implementação e o funcionamento do Programa Entidades Associadas das Unidades de Pesquisa do MCTI" (Portaria MCTI nº 510, de 12.08.2008 – Institui o Programa Entidades Associadas das Unidades de Pesquisa do MCTI, visando dinamizar o desenvolvimento científico e tecnológico no País
- Portaria MCTI nº 229, de 02.04.2009 – "Dispõe sobre autorização de afastamento do país de servidores empregados do MCT e suas entidades vinculadas e controladas"
- Portaria MCTI nº 657, de 11.09.2008 - "Institui o Prêmio Bolsista Destaque do Programa de Capacitação Institucional - PCI do MCTI"
- Portaria MCTI nº 01, de 23.10.2008 – Altera a Portaria MCTI nº 01 de 10.06.2005 – "Regulamenta o Programa de Capacitação Institucional – PCI"
- Portaria MCTI n.º 01, de 10.06.2005 - "Regulamenta o Programa de Capacitação Institucional – PCI estabelecendo procedimentos para o processo de concessão de bolsas de fomento tecnológico nas Unidades de Pesquisa subordinadas, vinculadas e supervisionadas pelo Ministério da Ciência e Tecnologia - MCTI, de acordo com as orientações da Política de C & T do Governo Federal"
- Termos de Compromisso de Gestão celebrados com Unidades de Pesquisa
  http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/1163.html
- Contratos de Gestão e seus Termos Aditivos celebrados com Organizações Sociais
  http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/1033.html

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP	**240101**	**240113**

2. PLANEJAMENTO E GESTÃO

2.A. Responsabilidade institucional

2.A.I. Competência institucional

Criada pelo Decreto n.º 4.724, de 09 de junho de 2003, que reestruturou o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, a Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP sucedeu à Secretaria de mesmo nome e está hoje subordinada à Secretaria-Executiva do MCTI. O Decreto n.° 5.886, de 06 de setembro de 2006, estabeleceu as seguintes competências para a SCUP:

- propor, coordenar e acompanhar a execução de programas e projetos a cargo das Unidades de Pesquisa, visando ao fortalecimento da pesquisa científica e tecnológica brasileira;

- promover, supervisionar e avaliar os Contratos de Gestão firmados entre a União e entidades qualificadas como Organizações Sociais, para a execução direta ou indireta, de programas e projetos de pesquisa científica e tecnológica, prestação de serviços tecnológicos e assessoria técnica ao Ministério;

- promover, acompanhar e avaliar a execução dos Termos de Compromisso de Gestão - TCG, assinados a cada ano com as Unidades de Pesquisa;

- acompanhar, avaliar e apoiar a execução dos Planos Diretores das Unidades de Pesquisa e, onde couber, das Organizações Sociais supervisionadas pelo Ministério, e decorrentes de seus Planejamentos Estratégicos formulados;

- coordenar, controlar e avaliar as atividades de execução orçamentário-financeira das Unidades de Pesquisa, em articulação com a Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças;

- apoiar e acompanhar a execução de obras de engenharia e arquitetura no âmbito das Unidades de Pesquisa e dos projetos e das entidades qualificadas como Organização Social, onde couber, em articulação com a Coordenação-Geral de Recursos Logísticos; e

- promover, coordenar e acompanhar o Programa de Capacitação Institucional – PCI das Unidades de Pesquisa.

Para a execução de suas atividades, a SCUP conta hoje com duas Coordenações-Gerais, a saber:

Coordenação-Geral de Supervisão e Acompanhamento das Organizações Sociais (CGOS), que tem por finalidade negociar, pactuar, supervisionar e avaliar o desempenho das organizações sociais e congêneres, conforme metas e indicadores estabelecidos nos Contratos de Gestão ou instrumentos similares; coordenar as reuniões das Comissões de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão; analisar os relatórios das Comissões de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão e instrumentos similares; acompanhar a execução das ações das organizações sociais estabelecidas no Plano Plurianual; apoiar e acompanhar a elaboração e execução do Planejamento Estratégico das organizações sociais, no que tange aos Contratos de Gestão; articular-se com órgãos congêneres de gestão no âmbito do poder executivo federal; e executar outras competências que lhe forem cometidas, no seu campo de atuação.

Coordenação-Geral das Unidades de Pesquisa (CGUP), cuja finalidade é acompanhar as avaliações gerais das unidades de pesquisa, em seus vários níveis; negociar, pactuar, acompanhar e avaliar os Termos de Compromisso de Gestão assinados pelas unidades de pesquisa com o Ministério; acompanhar a execução das Ações das unidades de pesquisa estabelecidas no Plano Plurianual; coordenar os esforços de prospecção técnica no âmbito de atuação da Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa; analisar e encaminhar os processos de afastamentos do País dos servidores das unidades de pesquisa; coordenar e acompanhar as iniciativas de Cooperação Internacional no âmbito das unidades de pesquisa; coordenar o Programa de Capacitação Institucional (PCI) das unidades de pesquisa e entidades vinculadas ao Ministério; apoiar e acompanhar as ações relacionadas à inovação e à propriedade intelectual nas unidades de pesquisa; apoiar e acompanhar a

elaboração e execução do Planejamento Estratégico das unidades de pesquisa; e executar outras competências que lhe forem cometidas, no seu campo de atuação.

A SCUP desenvolve, também, atividades de suporte técnico-administrativo de controle orçamentário-financeiro-contábil para as Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais, bem como, de planejamento para o apoio da melhoria da infraestrutura (acompanhamento de projetos de novas obras e instalações, como também na manutenção e preservação dos edifícios existentes).

2.B. Estratégia de atuação

A SCUP, as Unidades de Pesquisa e as Organizações Sociais têm uma atuação transversal, com atividades e responsabilidades em várias Linhas de Ação do novo Plano de Ação do MCTI agora denominado Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012-2015, com ênfase:

1) na Expansão e Consolidação do Sistema Nacional de C,T&I (Infraestrutura de Pesquisa Científica e Tecnológica);
2) na Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Áreas Estratégicas (Biotecnologia, Nanotecnologia, Tecnologias de Informação e Comunicação, Biocombustíveis, Biodiversidade e Recursos Naturais, Amazônia e Semi-Árido, Meteorologia e Mudanças Climáticas, Programa Espacial); e
3) na Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social (Popularização de C,T&I e Melhoria do Ensino de Ciências).

As atividades da SCUP em geral se concentram em três grandes vertentes em relação às Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais: apoio técnico à infraestrutura básica, apoio à execução dos programas e projetos científicos e tecnológicos, e acompanhamento e avaliação dos Termos de Compromisso de Gestão e dos Contratos de Gestão firmados, respectivamente, com as Unidades de Pesquisa de Administração Direta e com as Organizações Sociais.

2.B.I. Apoio técnico à infraestrutura básica

O objetivo desse apoio é oferecer suporte técnico às Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais no acompanhamento de projetos e de novas obras e instalações, como também na ampliação, manutenção e preservação dos edifícios e laboratórios existentes. Os recursos para execução dessas atividades provêm de duas fontes: Ação do PPA – Plano Plurianual – Recuperação da Infraestrutura Física das Unidades de Pesquisa – n.º 19.571.0461.12C9 e das Ações Transversais dos Fundos Setoriais, cujas aplicações resultam de levantamentos periódicos realizados pela SCUP e das demandas contidas nos Planos Diretores de cada Unidade de Pesquisa e Organização Social.

No caso das Ações Transversais dos Fundos Setoriais, a SCUP atua no sentido de orientar as demandas das Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais, no apoio da elaboração dos Termos de

Referência e encaminhamento dos mesmos à ASCOF/SEXEC, que, por sua vez, encaminha os projetos aprovados à FINEP. Cabe à FINEP o acompanhamento da execução financeira dos convênios firmados com as instituições.

Em 2011, o apoio foi traduzido em recuperações prediais, expansão predial e laboratorial, substituição e modernização de subestações elétricas, aquisição de equipamentos de laboratórios, informática e mobiliário com recursos provenientes da Ação do PPA, no valor de R$ 1.515.000,00. Não houve novos investimentos provenientes das ações transversais dos Fundos Setoriais em 2011 voltados a infraestrutura física das Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais.

2.B.II. O Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas das Unidades de Pesquisa do MCTI (SIGTEC)

Desenvolvido pelo Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI), o SIGTEC está apoiado na Ação PPA 7603, Programa 0473 - Gestão de Política de Ciência, Tecnologia e Inovação e tem por objetivo concentrar todas as atividades de gestão e de pesquisa científica e tecnológica no âmbito de cada Unidade de Pesquisa, racionalizando, dessa forma, a gestão e a aplicação de recursos orçamentários, financeiros, técnicos e de recursos humanos, evitando-se, assim, superposição de atividades e oferecendo uma visão integrada do andamento e desempenho da cada Unidade de Pesquisa

Os trabalhos de implantação da versão SIGTECWeb, continuaram por todo o ano de 2011 e até dezembro, 11 (onze) Unidades de Pesquisa receberam e estão operando a versão web do SIGTEC, são elas: CTI Renato Archer, LNA, CETEM, INPA, INT, IBICT, MAST, ON, LNCC, INSA e MPEG, além dos Núcleos Regionais do INPA em Rondônia, Roraima e Acre e da Coordenação do INT no Nordeste (CETENE).

Em 2011 foi realizada na sede do CTI Renato Archer, em Campinas/SP, reunião entre representantes da Coordenação-Geral de Gestão e Inovação da SPOA/MCTI, da Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisas do MCTI e do CTI com a equipe SIGTEC para verificar a possibilidade de integração da plataforma Aquarius com as informações registradas no sistema pelas Unidades de Pesquisa do MCTI. Na oportunidade foi apresentada à equipe técnica da plataforma Aquarius a proposta de nova versão com a continuidade da Ação 7306, visando a sua modernização, interface mais amigável com a introdução de *workflow*, assinatura digital e interoperabilidade com Plataforma Lattes, criação de repositório de documentos *Web* (tipo CBPF Index), orientado a projetos, no sentido amplo (Projetos, Atividades e Serviços), com Indicadores do TCG e dados para o relatório de Gestão da instituição, entre outras modificações estruturais.

Em outubro de 2011 foram realizadas videoconferências com as 11(onze) Unidades de Pesquisa (CTI, CETEM, LNCC, INT, IBICT, INPA, MPEG, INSA, MAST, ON e LNA) e a Coordenação do INT no Nordeste, CETENE, para avaliação do uso do sistema. Visando uma melhor racionalização dos trabalhos, 12 perguntas foram enviadas, com antecedência, às Unidades de Pesquisa. Entre as sugestões recebidas para modernização do sistema em 2012 podemos citar:

- *adoção de uma padronização ontológica (terminologia com semântica comum a todas as UPs);*
- *integração do SIGTEC com a Plataforma Lattes, SIAFI, SCDP, SIAPE, SIGPLAN;*
- *capacitação de pessoal e equipes de multiplicadores;*
- *utilização de Web Services ou protocolo de Harvesting como mecanismo de troca de informações entre o SIGTEC e a plataforma Aquarius e outras.*

Por todo o ano de 2011 os trabalhos de migração da base de dados de bens patrimoniais das Unidades de Pesquisa continuaram, assim como a manutenção da versão *Web* do SIGTEC que demandou um esforço de 600 Pontos de Função IFPUG (*International Function Point Users Group*). Entre os trabalhos de manutenção adaptativa os esforços foram direcionados para a modificação do tratamento de erro em toda a aplicação, a otimização de *layout* em diversas ferramentas, melhoria na exportação para o Excel em diversos relatórios e a inclusão de novos campos solicitados pelas Unidades de Pesquisa. A manutenção corretiva demandou também um trabalho significativo para detectar e corrigir situações não previstas no código atual da aplicação.

2.B.III. Apoio à execução dos programas e projetos científicos e tecnológicos

Esse apoio da SCUP às Unidades de Pesquisa da administração direta e às Organizações Sociais supervisionadas pelo MCTI se dá em diversas vertentes, dentre as quais se destacaram em 2011:

2.B.III.I Compatibilização de linhas de atividades com a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012-2015 (ENCTI), o novo Plano de Ação do MCTI para o período próximo de 04 anos;

2.B.III.II Acompanhamento da execução dos Planos Diretores das Unidades de Pesquisa 2011-2014;

2.B.III.III Acompanhamento dos Termos de Compromisso de Gestão firmados com as Unidades de Pesquisa;

2.B.III.IV Organizações Sociais: Promoção, Supervisão, Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão celebrados;

2.B.III.V Análise e preparação dos processos para concessão de bolsas do Programa de Capacitação Institucional (PCI);

2.B.III.VI Acompanhamento do Programa de Inovação Tecnológica;

2.B.III.VII Análise e preparação de processos para afastamento de servidores do País;

2.B.III.VIII Início das atividades de duas Entidades Associadas ao CBPF e ao ON, respectivamente;

2.B.III.IX Acompanhamento e avaliação das Cooperações Internacionais mantidas pelas Unidades de Pesquisa do MCTI;

2.B.III.X Acompanhamento do processo de expansão regional das Unidades de Pesquisa e a proposta de criação de novos Institutos;

2.B.III.XI Organização e acompanhamento dos trabalhos dos Comitês de Busca para o cargo de diretor das Unidades de Pesquisa do MCTI;

2.B.III.XII Proposições, acompanhamento e orientação de projetos e ações de natureza especial;

2.B.III.XIII Interação entre as Unidades de Pesquisa do Ministério.

2.B.III.I. Compatibilização de linhas de atividades com o novo Plano de Ação do MCTI, em sua versão preliminar: ENCTI – Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação

Durante todos os anos abrangidos pelo PACTI 2007-2010, a SCUP trabalhou na consecução das metas nele contidas, referentes aos Institutos de Pesquisa do MCTI subordinados e supervisionados pela Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa, sobretudo no que tange ao Programa 3.4. Unidades de Pesquisa Científica e Tecnológica do MCTI.

Especialmente em 2011, no sentido de ver aquelas metas cumpridas, deu-se destaque para a recuperação da infraestrutura física e laboratorial de 13 UPs, a consolidação dos Núcleos Regionais das UPs (como forma de desconcentração das pesquisas de seus Institutos), a implantação dos Arranjos de Núcleos de Inovação Tecnológica, o fortalecimento do Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas (SIGTEC), a interação dos Institutos de Pesquisa do MCTI entre si, com outras Secretarias do Ministério e com instituições externas ao mesmo, a atuação desses Institutos na forma de Redes Institucionais e como verdadeiros Laboratórios Nacionais, sempre que possível.

2.B.III.II. Acompanhamento da execução dos Planos Diretores das Unidades de Pesquisa 2011-2014

O acompanhamento da execução dos PDUs das Unidades de Pesquisa do MCTI referentes ao período 2011-2014 iniciou-se com os registros de metas nos respectivos Termos de Compromisso de Gestão assinados entre os Diretores das UPs com o Ministro e Secretário Executivo do MCTI, anualmente.

Uma avaliação preliminar dos Relatórios Anuais dos Termos de Compromisso de Gestão de 2011, que registram o primeiro ano dos novos PDU, permite afirmar que as metas pactuadas estão bem mais realistas e efetivas do que nos Planos Diretores anteriores, indicando uma evolução na concepção dos mesmos.

2.B.III.III. Acompanhamento dos Termos de Compromisso de Gestão firmados com as Unidades de Pesquisa

Os Termos de Compromisso de Gestão (TCGs), introduzidos em 2002, são o primeiro instrumento gerencial sistematizado das Unidades de Pesquisa de Administração Direta do MCTI, e, à semelhança dos Contratos de Gestão das Organizações Sociais, constituem-se em compromissos assumidos anualmente pelos diretores das UPs com o Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, o Secretário Executivo do MCTI e o Subsecretário de Coordenação das Unidades de Pesquisa, mediante a pactuação de metas definidas nos respectivos Planos Diretores e Quadro de Metas especiais, com base em indicadores também específicos.

Como compromissos de gestão, esses Termos apresentam premissas de ambas as partes – MCTI e Unidade de Pesquisa – e sua execução é acompanhada ao fim do primeiro semestre e seu desempenho é avaliado ao final do segundo semestre, em discussões *in loco*, com a direção e equipe gerencial de cada Unidade, quando o Instituto recebe um conceito e uma nota, mediante critérios pré-determinados. Os resultados obtidos por cada UP são sistematizados e colocados na página do Ministério na *internet*, à disposição do público.

A cada ano, as Unidades de Pesquisa vêm aprimorando o seu desempenho, ocorrendo o mesmo em 2011, sendo possível destacar as atuações do Observatório Nacional (ON), do Laboratório Nacional de Astrofísica (LNA), do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), do Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI), do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), do Instituto Nacional de Tecnologia (INT), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), citando apenas alguns, com base nos acompanhamentos realizados em agosto passado via videoconferência com todas as UPs pela equipe da Coordenação Geral das Unidades de Pesquisa, da SCUP. Convém lembrar, no entanto,

que as avaliações dos Relatórios Anuais, que expressam a atuação das UPs em relação às metas pactuadas no início do ano, serão realizadas no primeiro trimestre de 2012.

2.B.III.IV. Organizações Sociais: Promoção, Supervisão, Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão celebrados

As Organizações Sociais, regidas pela Lei n.º 9.637, de 15 de maio de 1998, constituem uma inovação institucional, inserindo-se no marco legal vigente sob a forma de associações civis sem fins lucrativos, estando, portanto, fora da Administração Pública, como pessoas jurídicas de direito privado, para atuar na execução de atividades de ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, proteção e preservação do meio ambiente, cultura e saúde.

Pela sua natureza, as Organizações Sociais têm grande capacidade de articulação com a sociedade civil, elemento fundamental para o alcance dos objetivos das políticas públicas nas áreas de sua atuação, bem como permitem maior agilidade e flexibilidade administrativa, em comparação com a administração pública.

Qualificada como Organização Social mediante Decreto Presidencial, a entidade está habilitada a receber recursos financeiros e a administrar bens e equipamentos do Estado por meio da celebração de Contrato de Gestão com o Poder Público, por intermédio do Órgão Supervisor da sua área de atuação, no qual serão acordadas metas de desempenho que assegurem a qualidade e a efetividade dos serviços prestados ao público.

O processo de promoção de Contratos de Gestão entre o MCTI e entidades qualificadas como Organização Social envolve o planejamento de objetivos e iniciativas, ações, atividades e projetos, a identificação de fontes de fomento, o detalhamento de gastos, e culmina na elaboração de um instrumento contratual com os seguintes anexos: i) as Diretrizes do MCTI para a OS; ii) a Sistemática de Avaliação do Contrato de Gestão; iii) o Programa de Trabalho Plurianual contendo o conjunto de indicadores e metas de desempenho, suas notas explicativas (fórmulas de cálculo); iv) o Plano de Ação para o seu período de vigência, contendo os macroprocessos/linhas de atividade e o detalhamento específico dos custos de suas ações; v) a proposta de cronograma de desembolso, que serão pactuados anualmente; vi) Outros pertinentes a área de atuação da OS. É atribuição do órgão supervisor, no caso o MCTI, planejar e fomentar as OSs com as quais mantém Contrato de Gestão.

O MCTI, pioneiro na implementação das OSs, mantém Contratos de Gestão com cinco Organizações Sociais atuantes em diversas áreas da Ciência e Tecnologia, a saber:

- **Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron (ABTLuS):** qualificada por meio do Decreto n.º 2.405, de 26 de novembro de 1997. Assinou Contrato de Gestão com o MCTI em 29 de janeiro de 1998 por um período de cinco anos (1998-2003). Em 2002

foi antecipada a renovação do Contrato para o período de mais quatro anos. Após oito anos de vigência do atual Contrato de Gestão, o MCTI renovou, em 25 de janeiro de 2006, a parceria com a ABTLuS por um período de mais quatro anos (2006-2009). Em 17 de setembro de 2010 foi assinado novo Contrato de Gestão para o período de 2010 à 2016.

- **Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA-OS):** qualificada por meio do Decreto n.º 3.605, de 20 de setembro de 2000, complementado pelo Decreto nº 3.703, de 27 de dezembro de 2000, assinou Contrato de Gestão com o MCT em 23 de janeiro de 2001 por um período de cinco anos (2001-2006). Em 19 de janeiro de 2006 foi renovado o Contrato por um período de mais quatro anos (2006-2009). Em 27 de maio de 2010 foi assinado novo Contrato de Gestão com vigência até 2016 (2010-2016).
- **Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM):** qualificada por meio do Decreto s/n de 04 de junho de 1999, assinou Contrato de Gestão com o MCTI em 23 de março de 2001 por um período de cinco anos (2001-2006). Em 13 de março de 2006 foi renovado o Contrato de Gestão por um período de mais quatro anos (2006-2009). Em 27 de maio de 2010 foi assinado novo Contrato de Gestão com vigência de seis anos (2010-2016).
- **Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP-OS):** qualificada por meio do Decreto n.º 4.077, de 09 de janeiro de 2001, assinou Contrato de Gestão com o MCTI em 26 de março de 2002 por um período de cinco anos (2002-2007). Em 16 de janeiro de 2007 foi renovado o Contrato de Gestão por um período de mais quatro anos (2007-2010). Em 27 de maio de 2010 foi assinado novo Contrato de Gestão pelo período de seis anos (2010-2016).
- **Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE):** qualificada por meio do Decreto n.º 4.078, de 09 de janeiro de 2002, assinou Contrato de Gestão com o MCT Iem 16 de março de 2002 por um período de cinco anos (2002-2007). Em 15 de dezembro de 2006 foi renovado o Contrato de Gestão por um período de mais quatro anos (2007-2010). Em 27 de maio de 2010, assinou novo Contrato de Gestão para o período de 2010 a 2016.

Em 2011, considerando a necessidade de melhor instrumentalizar o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação no cumprimento da função de órgão supervisor na execução dos contratos de gestão celebrados com Organizações Sociais, e, ainda, a inexistência de atos normativos do órgão central de gestão do modelo, atuando de forma preventiva, com o objetivo de sanar qualquer

impropriedade que pela sua natureza possa impactar na execução dos Contratos de Gestão, o MCTI fez valer um conjunto de procedimentos técnico-operacionais por meio de Portaria.

Em função desses procedimentos passou-se a exigir da SEXEC/SCUP o fortalecimento/melhoria da estrutura que compreende tanto pessoal especializado, quanto mecanismos específicos de acompanhamento e aferição.

O acompanhamento da execução do Contrato de Gestão é realizado com foco na gestão e na verificação do cumprimento do Programa de Trabalho anual pactuado, mediante o controle e o monitoramento por parte do Ministério, coordenado pela SCUP/CGOS, à distância ou in loco.

Já o acompanhamento semestral e avaliação anual de resultados físicos são realizados pelas Comissões de Avaliação (CA) de cada um dos Contrato de Gestão, compostas por especialistas das áreas de atuação das OSs, dentre outros, que verificam o grau de cumprimento das metas pactuadas relativas aos indicadores de qualidade e produtividade; propõem a renegociação dos indicadores e metas, sugerem alterações em cláusulas contratuais, se for o caso e; ao final, elaboram relatório conclusivo de avaliação dos resultados, com recomendações e/ou sugestões de ações corretivas, remetido ao Órgão Supervisor.

O MCTI no cumprimento da função de órgão supervisor na execução dos Contratos de Gestão celebrados com as OSs publicou, em 21 de dezembro de 2011, a Portaria MCTI nº 967, que disciplina as atividades de promoção, acompanhamento, avaliação e fiscalização dos contratos de gestão celebrados com organizações sociais dentre outras providências, no intuito de evoluir na governança dos contratos de gestão celebrados com as Organizações Sociais.

Em 2011, foram celebrados Termos Aditivos aos Contratos de Gestão da ABTLuS, do CGEE, do IDSM, do IMPA-OS e da RNP-OS, contratando recursos orçamentários para o fomento das atividades das referidas OS o montante de R$ 307.564.664,45 (trezentos e sete milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos), e ainda efetivou o repasse de grande parte desta programação e ainda de restos a pagar de recursos do orçamento do exercício anterior na ordem de R$ 325.763.238,65 (trezentos e vinte e cinco milhões setecentos e sessenta e três mil duzentos e trinta e oito reais e sessenta e cinco centavos).

2.B.III.V. Análise e preparação dos processos para concessão de bolsas do Programa de Capacitação Institucional (PCI)

O Programa Capacitação Institucional (PCI) proporciona aos Institutos de Pesquisa do MCTI, vinculados, subordinados ou por ele supervisionados, bolsistas em várias modalidades, distribuídas em bolsas de curta e longa duração, pagas através do CNPq, parte com recursos de seu próprio orçamento, parte com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e

Tecnológico (FNDCT). Criado em 1996, seus objetivos têm sido amplamente atingidos, através da integração de bolsistas graduados e pós-graduados e estudantes de cursos técnicos e universitários em projetos científicos e tecnológicos realizados nos Institutos, proporcionando não só o seu treinamento para a vida profissional (no caso dos estudantes e recém-graduados), como uma elevada contribuição às pesquisas desenvolvidas nos Institutos do MCTI.

O orçamento do Programa para o período maio/2011 a abril/2012 foi de **R$ 25.000.000,00**. Foram despendidos, até 31/12/2011, **R$ 15.465.406,00**. O saldo de **R$ 9.534.594,00** será aplicado nos meses de janeiro, fevereiro, março e abril de 2012 e há reserva técnica de **R$ 175.000,00**.

O PCI contempla todas as Unidades de Pesquisa, três Organizações Sociais (ABTLuS, IDSM e IMPA) e cinco Institutos de Pesquisa da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN). Este investimento é fundamental para o avanço do conhecimento científico e tecnológico do País, ao promover o intercâmbio das experiências com cientistas especializados de outras instituições do Brasil e do exterior; proporcionar treinamento de estudantes graduados e em pós-graduação; criar perspectivas para os Institutos do MCTI atuar em novas linhas de pesquisa que ainda não foram consolidadas no Brasil; agregar e capacitar tecnologistas no desenvolvimento de instrumentação científica e demais atividades relacionadas às atividades típicas das pesquisas científicas teóricas e experimentais. Com a criação deste programa as instituições puderam desenvolver e/ou ampliar um grande número de projetos sob sua responsabilidade. Não é por outras razões que a demanda de bolsistas nos Institutos do MCTI vem crescendo a cada ano.

Quadro II - Quantidade de bolsas concedidas pelo programa PCI em 2011

Ano	Tipo de bolsa	Modalidades	Quantidade de Bolsas
2011	**Longa Duração**	ITI – Iniciação Tecnológica Industrial	**946**
		PCI-D – Desenvolvimento PCI	
		PCI-E – Especialista Visitante	
	Curta Duração	BSP – Bolsa de Estágio/Treinamento no Exterior	**131**
		BEV – Bolsa de Especialista Visitante	
		BEP – Bolsa de Estágio/Treinamento no País	
TOTAL			**1.077**

Fonte: PCI/SCUP

A partir do maio de 2011, o Programa de Capacitação Institucional PCI passou a ser operado eletronicamente no sistema operacional da Plataforma Carlos Chagas do CNPq com o objetivo de tornar mais ágil a concessão das bolsas de longa duração nas modalidades PCI-D, PCI-E, ITI e de curta duração BSP, BEP e BEV, de conformidade com a Resolução Normativa n.º 27/2010 do CNPq.

Apesar desse novo sistema trazer mais agilidade aos procedimentos acabou inicialmente trazendo uma redução no quantitativo das bolsas com relação ao ano de 2010, devido à lentidão na implantação dos Processos-Mãe dos Institutos de Pesquisa subordinados, vinculados e supervisionados pelo MCTI, e também em decorrência do reajuste substancial do valor das bolsas que, ao obedecer ao limite orçamentário de 2011, inibiu o aumento da demanda de novas bolsas por parte dos coordenadores.

Ainda no exercício de 2011 foi aprovado o novo Documento Básico do PCI, que estabelece normas gerais e específicas destinadas às bolsas do PCI, bem como convalidadas as já previstas pela Resolução Normativa n.º 015 e 27/2010 do CNPq (Portaria MCTI nº 247, de 22 de setembro de 2011) e promulgada uma nova Portaria MCTI (n.º 914, de 30 de novembro de 2011) relativa ao Prêmio Bolsista Destaque do PCI, a ser concedido a cada dois anos.

2.B.III.VI. Acompanhamento do Programa de Inovação Tecnológica

A temática da inovação tem sido um dos assuntos prioritários para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, envolvendo não só os incentivos às empresas e instituições de pesquisa externas, como as Unidades de Pesquisa do MCTI. Nesse sentido, apesar da previsão inicial de fortalecimento dos 4 (quatro) Arranjos Regionais de Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT) nas Unidades de Pesquisa, somente 3 (três) foram efetivamente apoiados com recursos FNDCT, são eles:

- Rede NIT-Rio (CBPF, CETEM, IMPA, INT, LNCC, ON e MAST);
- Rede Mantiqueira de Inovação (CTI, INPE, LNA e ABTLuS); e
- Rede NIT Amazônia Oriental (anteriormente denominada Rede NIT Pará), liderada pelo MPEG.

O quarto Arranjo Rede NIT Amazônia Ocidental (anteriormente Rede INPA), liderado pelo INPA, cuja implantação teve início em 2009, ainda não recebeu o apoio financeiro FNDCT/FINEP. O quinto Arranjo previsto para ser implantado nas Unidades de Pesquisa do MCTI na região Nordeste foi adiado devido a necessidade de recursos. A SCUP continuou em 2011 mantendo o repasse de recursos para as atividades de inovação, tais como redação de novos pedidos de patentes e registros de *software*, pagamento de depósitos de patentes no Brasil e no exterior, registros de marcas, consultoria especializada para adaptação de modelos de contratos, pesquisa sobre jurisprudência da real aplicação da Lei de Inovação, capacitação de pessoal, preparação de material de divulgação, elaboração de formulários eletrônicos, sistematização de processos de transferência de tecnologia e levantamentos de empresas brasileiras de base tecnológica, estudos de mercado e

análises de viabilidades técnica e comercial de tecnologias passíveis de serem comercializadas e treinamento de equipes para as seguintes Unidades de Pesquisa: CTI, INPA, MPEG, INT, CETEM, ON, LNCC, INPE, CBPF e CTI.

Em 2011, a SCUP empregou recursos da ordem de R$ 821.775,00 alocados na Ação 4661 – Desenvolvimento de Novas Linhas de Pesquisa nas Unidades Científicas e Tecnológicas nas seguintes Unidades de Pesquisa: CBPF, CTI, INPA, INPE, LNCC, MPEG e ON, para execução de atividades de inovação, como redação de novos pedidos de patentes e registros de *software*, pagamento de depósitos de patentes no Brasil e no exterior, registros de marcas, consultoria especializada para adaptação de modelos de contratos, pesquisa sobre jurisprudência da real aplicação da Lei de Inovação, capacitação de pessoal, preparação de material de divulgação, elaboração de formulários eletrônicos, sistematização de processos de transferência de tecnologia e levantamentos de empresas brasileiras de base tecnológica, estudos de mercado e análises de viabilidades técnica e comercial de tecnologias passíveis de serem comercializadas, e treinamento de equipes.

2.B.III.VII. Análise e preparação de processos para afastamento de servidores do País

Nos últimos oito anos foram analisados aproximadamente 7.000 processos de viagens ao exterior de servidores com ônus e com ônus limitado, para todos os continentes, e em especial para os norte-americano, europeu e asiático. Em 2011, foram 778 processos, dos quais 55% viagens com ônus (recursos das próprias UPs, CNPq, FINEP e CAPES), e 45% com ônus limitado (apoiadas pelas Fundações de Amparo à Pesquisa, como FAPESP, FAPERJ e outras instituições).

A maioria das viagens tem sido concentrada nos Estados Unidos da América, seguidas da China, França e de dois países sul-americanos: Argentina e Chile. É importante realçar que a China também se destaca em número de viagens em função do cumprimento do acordo na área da engenharia espacial firmado com o Brasil, sendo o INPE responsável pelo lado brasileiro na execução do programa.

Tabela I – Processos de Afastamento de servidores do País

Unidades de Pesquisa	Com ônus	Ônus Limitado	Total das Viagens
CBPF	39	22	61
CETEM	7	22	29
CTI	20	18	38
IBICT	7	8	15
INT	12	30	42

INPA	22	26	48
INPE	253	176	429
INSA	1	0	1
LNA	9	15	24
LNCC	19	18	37
MAST	3	1	4
MPEG	3	14	17
ON	24	9	33
TOTAL	**419**	**359**	**778**

2.B.III.VIII. Início das atividades de duas Entidades Associadas ao CBPF e ao ON, respectivamente

O Programa Entidades Associadas (EA) foi criado pela Portaria n.º 510, de 12 de agosto de 2008, regulamentada pela Portaria n.º 613, de 23 de julho de 2009, com o objetivo de dinamizar o desenvolvimento científico e tecnológico no País, por meio da associação, com as Unidades de Pesquisa do MCTI, de institutos, laboratórios, centros, núcleos ou departamentos de instituições universitárias ou de pesquisa científica ou tecnológica, que desenvolvem programas de interesse estratégico para o País, para a execução de projetos em conjunto.

O processo de operação com uma Entidade Associada inicia-se quando a Unidade de Pesquisa do MCTI seleciona uma instituição, entre as descritas no objetivo acima, para ela se associar na produção científica ou tecnológica ou de inovação, e propõe ao MCTI o seu credenciamento como "Entidade Associada", no âmbito de um Plano de Trabalho e com orçamento definido.

A proposta é analisada pelo Comitê de Coordenação do Programa Entidades Associadas, em Brasília/DF, Comitê este composto por todos os Secretários do Ministério, três representantes das Unidades de Pesquisa, indicados em Portaria do Ministro, presidido pelo Subsecretário de Coordenação das Unidades de Pesquisa.

O Comitê se reúne ao fim de cada semestre para analisar as propostas de credenciamento, podendo ou não aceitá-las. Caso positivo, é estabelecido um Termo de Cooperação, Parceria ou Convênio (dependendo do tipo de instituição credenciada como EA) entre a UP e a instituição aprovada, o qual é publicado no DOU juntamente com o credenciamento da instituição como Entidade Associada.

Em 2010, foi aprovado o credenciamento de cinco instituições como Entidades Associadas a Unidades de Pesquisa do MCTI: os Departamentos de Física Teórica e de Geofísica da UFRN, junto ao Observatório Nacional (ON); o Instituto Internacional de Física, também da UFRN, junto ao Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF); o Centro de Componentes Semicondutores, da UNICAMP, junto ao CTI; o Instituto de Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Xingó, junto ao Instituto Nacional do Semiárido (INSA); e o Centro de Energias Renováveis – Energia Solar, da UFPE, junto ao INT/CETENE.

No entanto, devido a dificuldades surgidas com o repasse de recursos frente às restrições orçamentárias, somente no penúltimo mês de 2011 deu-se início às atividades conjuntas da UFRN com o CBPF e com o ON, respectivamente.

Vale aqui lembrar que a figura das "Entidades Associadas" é bastante empregada em outros países, com nomes similares e especificidades ajustadas a estrutura institucional de cada país, a exemplo dos EUA (por intermédio da *National Science Foundation* – NSF), França (por intermédio do *Centre National de Recherche Scientifique*) e da Austrália (por intermédio do *The Commonwealth Scientific and Industrial Research Organisation – CSIRO).*

2.B.III.IX. Acompanhamento e avaliação das Cooperações Internacionais mantidas pelas Unidades de Pesquisa do MCTI

Essa atividade da SCUP tem por objetivos:

- Apoiar o Programa de Ampliação e Consolidação da Cooperação Internacional do Plano de Ação do MCTI, denominado como Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012-2015 (ENCTI), mediante o aperfeiçoamento da gestão dos instrumentos de cooperação, diversificação e expansão das parcerias estratégicas com países desenvolvidos e em desenvolvimento, e participação em negociações para ampliar a presença das Unidades de Pesquisa em programas de cooperação bilateral ou multilateral.
- Promover o intercâmbio de experiências entre instituições brasileiras e estrangeiras no campo da Ciência, Tecnologia e Inovação, mediante a realização e participação em *workshops*, reuniões, estágios, treinamentos, visitas técnicas, fóruns de negociações multilaterais; e execução de programas e projetos conjuntos visando à formação de recursos humanos, geração de conhecimento e capacitação científica institucional para o desenvolvimento internacional.

- Apoiar a criação, na administração central do MCTI, de estrutura ágil e flexível para coordenar as atividades de cooperação internacional de todas as agências e entidades do Ministério, incluindo o mapeamento das atividades em curso nas Unidades de Pesquisa, das suas possibilidades e oportunidades para cooperação internacional em C,T&I, segundo as prioridades do País.

A cooperação institucional no âmbito das Unidades de Pesquisa se dá entre elas e suas equivalentes no exterior, no âmbito de acordos bi ou multilaterais, ou entre pesquisadores brasileiros e estrangeiros, que se propõem a executar projetos conjuntos de interesse institucional ou de suas próprias pesquisas. As propostas para a assinatura de Acordos de Cooperação Internacional podem vir tanto da própria Unidade de Pesquisa, como a partir de solicitação ou sugestão do MCTI, por meio da pesquisa de interesse entre as Unidades, bem como pela identificação de demandas apresentadas pelo Ministério de Relações Exteriores (MRE), no contexto da inserção soberana internacional e em prol do desenvolvimento internacional. A SCUP articula com as UPs, que atuam nas áreas de interesse no intuito de subsidiar a alta hierarquia do MCTI com informações técnicas, principais demandas e interesses para a respectiva cooperação. O MCTI, por sua vez, negocia conjuntamente com o MRE as modalidades e os mecanismos de implementação adequados a cada acordo futuro.

Uma vez que um novo Acordo de Cooperação é estabelecido, considerando a alocação de recursos para seleção de projetos conjuntos, comumente o MCTI aciona as respectivas agências de fomento para o lançamento de editais. As UPs interessadas identificam seus parceiros estrangeiros (pesquisadores ou instituições de pesquisa) e submetem seus projetos aos processos de seleção das agências de fomento. Alternativamente, em alguns Acordos, as UPs assumem a função de executoras nacionais e, eventualmente, recebem aporte de recursos diretos para implementar determinados projetos de cooperação internacional.

A cooperação internacional tem crescido nos últimos anos nas Unidades de Pesquisa e é acompanhada anualmente por meio dos Termos de Compromisso de Gestão assinados pelos seus diretores com o Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, nos quais é identificada com o indicador **Programas, Projetos e Ações de Cooperação Internacional (PPACI)**. O processo de informação das atividades de cooperação internacional mediante o relatório do PPACI tem auxiliado no mapeamento da cooperação internacional realizada nas UPs e na resposta às consultas emergenciais, realizadas pela ASSIN, no levantamento de experiências em curso, em negociação ou já finalizadas, conduzidas com vistas a subsidiar o preparo de reuniões de coordenação ou de negociação do Governo. A cooperação científica e tecnológica se inclui entre os mais importantes

instrumentos de avanço científico e tecnológico, na medida em que permite a troca de experiências e o conhecimento mais detalhado das pesquisas que vêm sendo realizadas em diversos países, possibilitando o seu desenvolvimento ou aplicação em nosso país. Foi, em grande parte, responsável pelo avanço científico e tecnológico de países como o Japão, a Índia, a Coréia, a Indonésia, a África do Sul e o próprio Brasil, a partir dos anos 50, e está sendo cada vez mais utilizado no mundo todo.

No último ano, estiveram em operação mais de 230 Programas, Projetos e Ações de Cooperação Internacional, número esse que será confirmado quando da apresentação dos Relatórios Anuais dos Termos de Compromisso de Gestão das Unidades de Pesquisa para 2011. Todavia, ainda predomina a cooperação com países desenvolvidos, com relativa pequena cooperação com os nossos vizinhos da América do Sul, e muito pouco com o Continente Africano. Todavia, foram fortalecidas as relações cooperativas com os países dos denominados BRICs – Brasil, Rússia, Índia, China e IBAS – Índia, Brasil e África do Sul.

Em 2011 também foi estabelecida negociação com a Comissão Europeia para desenvolvimento de um programa de Ciência e Tecnologia focado na temática "Floresta Amazônica e Desenvolvimento Sustentável". Durante o ano de 2012, novos entendimentos deverão ser mantidos visando dar prosseguimento a uma cooperação centrada nos Institutos com sede na Região Amazônica (IDSM, INPA, MPEG e o Centro Regional da Amazônia - CRA do INPE em Belém/PA).

Embora tenham sido registradas nos TCGs as cooperações internacionais mantidas pelas Unidades de Pesquisa, ainda não existem estatísticas sobre os diversos aspectos envolvidos nessa cooperação. Atualmente está sendo finalizada a implantação no MCTI do **Sistema Integrado de Gestão Estratégica sobre Cooperação Internacional em C,T&I**, elaborado por uma Comissão Especial integrada por representantes da SCUP, ASSIN, ASCAP, CONJUR e CGTI, com participação de representante do MRE, o qual permitirá extrair vários dados atualizados e padronizados dos programas e projetos cooperativos, e elementos estatísticos porventura de interesse para o MCTI.

2.B.III.X. Acompanhamento do processo de expansão regional das Unidades de Pesquisa e a proposta de criação de novos Institutos

A descentralização das instituições de pesquisas científicas e tecnológicas tem sido uma das metas perseguidas pelo MCTI desde 2002, tendo se iniciado já em 2005 com a criação do Instituto

Nacional do Semiárido (INSA), em Campina Grande/PB, seguida, em 2006, com a implantação do Núcleo (antes denominado *campus* avançado) do Centro de Tecnologia Mineral (CETEM) em Cachoeiro do Itapemirim/ES e da Coordenação Regional do INT no Nordeste (Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste - CETENE).

As Unidades de Pesquisa do MCTI aprofundaram sua capilaridade regional para consolidar a gradativa expansão nacional. Infraestruturas laboratoriais e de pesquisa e administração institucional foram executadas em conjunto com a contratação de novos pesquisadores por intermédio de concursos públicos. Em 2011 foram fortalecidos os Núcleos Regionais do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) nos estados de Rondônia, Acre e Roraima. O Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) também mantém o Núcleo Regional Estação Científica Ferreira Penna em Caxiuanã/PA. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) mantém em Natal/RN o Centro Regional do Nordeste, em Cuiabá/MT a Unidade Regional do Centro-Oeste, em Santa Maria/RS o Centro Regional do Sul, em Cachoeira Paulista/SP uma Unidade Regional e um Centro Regional da Amazônia em Belém/PA.

Projeto de Lei encaminhado pelo Executivo ao Congresso Nacional propõe a criação de quatro outros Institutos de Pesquisa ligados ao MCTI: o Instituto de Tecnologias Estratégicas do Nordeste, que substituirá o atual CETENE, o Instituto Nacional de Pesquisas do Pantanal (INPP), o Instituto Nacional das Águas (INA) e o Instituto Nacional da Mata Atlântica (INMA), que substituirá o Museu de Biologia Professor Mello Leitão, atualmente subordinado ao Ministério da Cultura. Esse Projeto de Lei já foi aprovado em duas Comissões da Câmara dos Deputados, em 2011.

2.B.III.XI. Organização e acompanhamento dos trabalhos dos Comitês de Busca para o cargo de diretor das Unidades de Pesquisa do MCTI

Reformulada pela Portaria n.º 1.037, de 10 de dezembro de 2009, que revogou a Instrução Normativa Conjunta n.º 01/MCTI/CNPq, de 28 de abril de 2000, o instrumento de seleção denominado Comitê de Busca tem por objetivo selecionar, a cada período de 48 meses de administração, os candidatos ao cargo de diretor de Unidade de Pesquisa. Este processo utiliza critérios técnicos objetivos com a finalidade de subsidiar o Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação em sua escolha do novo diretor da instituição.

O processo de atuação do Comitê de Busca inicia-se com a nomeação de seus membros por intermédio de Portaria Ministerial, selecionados entre especialistas da comunidade científica e tecnológica brasileira e que possuam conceito ilibado e reconhecido nacionalmente.

Os membros do Comitê de Busca promovem análises dos *curriculum vitae* dos candidatos, de seus planos de trabalho e visão de futuro, e entrevistam cada um deles. Por fim, elaboram uma

lista tríplice dos melhores candidatos para a decisão a ser tomada pelo Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Usualmente, os Comitês de Busca são constituídos por cinco membros, incluindo a figura de seu Presidente. A sistemática de sua atuação segue os seguintes passos:

a) divulgação de Edital/Convite para candidaturas ao cargo (prazo médio de 30 dias, podendo ser prorrogado) no Jornal da Ciência da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), na página do MCTI e outros veículos de comunicação científica e tecnológica, ao tempo em que os membros do Comitê buscam e procuram incentivar candidatos ao cargo (em adicional, o Ministro costuma encaminhar o Edital/Convite aos Reitores das principais Universidades do País, para divulgação);
b) os candidatos encaminham ao Comitê seus *curriculum vitae* e propostas de trabalho contendo sua visão de futuro para a Unidade de Pesquisa;
c) os candidatos fazem apresentação pública de seus planos de trabalho e visão de futuro para a instituição. Esta apresentação não requer uma seção de debates com a audiência ou membros do Comitê;
d) os candidatos são entrevistados individualmente pelos membros do Comitê;
e) o Comitê prepara a Ata das reuniões, em duas vias, estabelecendo uma lista tríplice dos indicados. Em alguns processos de seleção, com déficit de candidatos qualificados, o Comitê apresenta apenas dois nomes. Uma das vias fica arquivada na SCUP e a outra é entregue ao Ministro.

Ressalta-se que, desde o ano 2000, esse processo vem sendo aplicado na seleção e nomeação dos diretores das Unidades de Pesquisa e tem apresentado um bom desempenho técnico-gerencial, pelo seu caráter objetivo, democrático e transparente, garantindo a qualificação exigida para especificidade dos cargos de diretores de instituições que atuam em Ciência, Tecnologia e Inovação.

No final de 2010, o Ministério instituiu cinco novos Comitês de Busca para o cargo de diretor do CTI, INSA, INT, LNA e MAST, cujos dirigentes teriam suas administrações encerradas na primeira semana de maio de 2011. Desses, apenas o diretor do LNA não pôde se candidatar ao cargo, por estar no segundo período de administração. A seleção dos candidatos à lista tríplice fornecida ao novo Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação – Aloizio Mercadante – foi realizada em 2011 e os novos Diretores (à exceção do Diretor do INT, que foi reconduzido ao cargo por mais 48 meses), deu-se no primeiro semestre de 2011.

2.B.III.XII. Proposições, acompanhamento e orientação de projetos e ações de natureza especial

No final de 2011, a SCUP, através de sua Coordenação-Geral das Unidades de Pesquisa (CGUP), propôs a constituição de Comitês Temáticos para as áreas estratégicas constantes da ENCTI 2012-2015, compostos por representantes de Institutos de Pesquisa do MCTI (Administração Direta e Organizações Sociais), Secretarias do Ministério e instituições de C,T&I externas, que, a exemplo da Comissão Especial de Astronomia, criada em 2010, serão responsáveis pela formulação e acompanhamento dos Planos Nacionais de médio-longo prazos em seus respectivos temas (Astronomia, Biodiversidade e Biotecnologia, Coleções, Nanotecnologia, Tecnologia da Informação, Divulgação e Popularização da C,T&I, Fármacos e Complexo da Saúde).

Ainda em 2011, discutiu-se muito a adesão do Brasil ao Consórcio ESO (*European Southern Observatory),*o maior telescópio do mundo a ser construído pela Comunidade Europeia no Chile, para cujo Consórcio o Brasil foi convidado como único país não-europeu, ainda não plenamente resolvido.

2.B.III.XIII. Interação entre as Unidades de Pesquisa do Ministério

Em 2001, quando foi concluído o Relatório da Comissão de Avaliação das Unidades de Pesquisa do MCTI (denominado Relatório Tundisi) ficou claro que um dos grandes problemas comuns aos Institutos de Pesquisa era a ausência de sua interação científica e tecnológica, de sorte a se evitar superposição de ações e projetos e se maximizar os resultados das pesquisas.

Desde então, a SCUP tem procurado promover essa interação, através de reuniões, seminários, *workshops*.

Em 2011, a SCUP organizou e participou de diversos encontros e oficinas realizadas entre as Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais supervisionadas pelo MCTI para tratar do assunto "Inovação no MCTI". Dessas reuniões resultou a elaboração de uma proposta preliminar de um "Sistema de Gestão da Inovação para as Unidades de Pesquisa", visando estabelecer uma política comum para as atividades de inovação nas UPs, com supervisão da SCUP. Tal documento foi encaminhado à SETEC para análise e posteriormente à CONJUR, onde se encontra para apreciação.

Igualmente, ainda em 2011, a SCUP promoveu reuniões com todas as UPs para tratar da política de aquisição planificada de títulos de periódicos e acesso ao Portal da CAPES, cuja liderança foi atribuída ao IBICT. Além da implantação dessa política, os encontros resultaram na criação, mediante portaria ministerial, da Rede de Bibliotecas do MCTI, que permitirá uma maior convergência entre os(as) bibliotecários(as) não só na aquisição, mas também na permuta de publicações e troca de experiências.

No tocante às Organizações Sociais foi instituída por meio da Portaria MCTI nº 967 reuniões regulares que visam a evolução dos Contratos de Gestão e a maior interação do MCTI com planejamento de suas atividades, explicitados nos arts. 9º e 10º do capítulo II "da Promoção dos Contratos de Gestão" que regulam o processo de promoção. O normativo instrui que mediante prévia proposta de planejamento anual de ações contendo, no mínimo, os documentos que irão compor o novo programa de trabalho serão agendados encontros de trabalho entre o órgão supervisor MCTI e a OS proponente, para discutir dispositivos e anexos de Termos Aditivos aos Contratos de Gestão ajustado a especificidades de cada OS. O instrumento também abre a prerrogativa de serem convidados para participar dos encontros de trabalho além da diretoria da OS, as entidades ou órgãos intervenientes, as secretarias e outras unidades da estrutura do MCTI e, outras entidades e órgãos interessados em fomentar ações no âmbito do respectivo Contrato de Gestão.

Outras reuniões importantes de agregação/interação das UPs e OSs, no ano, aconteceram por ocasião da 63ª Reunião Anual da SBPC, ocorrida em Goiânia/GO e a Semana Nacional de C,T&I, ocorrida em todo o Brasil.

2.C. Programas

A SCUP, no exercício de 2011, foi responsável pela gestão de 14 (quatorze) ações, relacionadas a quatro programas (que serão apresentados nos itens a seguir), incluindo seis ações relacionadas aos Contratos de Gestão celebrados entre o MCTI com as Organizações Sociais: Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron (ABTLuS), Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA-OS); Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM); Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP-OS), o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) (com a interveniência da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP).

ITEM 2 DA PARTE "A"

2.C.I. Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

2.C.I.I. Programa 0461 – Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Quadro III - Quadro A.2.1 – Demonstrativo da execução por programa de Governo

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0461	**Denominação: Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico**
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Promover o desenvolvimento científico e tecnológico do País, mediante o fortalecimento da pesquisa e da infraestrutura técnico-científica e incremento da produtividade dos pesquisadores.	
Objetivos Específicos: Dotar o País de instituições científicas e tecnológicas com infraestrutura físico-laboratorial moderna, orçamento adequado para as pesquisas, recursos humanos preparados e planejamentos estratégicos, com ênfase nos Institutos de Pesquisa do MCTI, além de fomentar a formação e recursos humanos, as cooperações nacionais e internacionais e a difusão e disseminação do conhecimento científico, tecnológico e de inovação.	
Gerente: Secretário Executivo Luiz Antonio Rodrigues Elias	**Responsável:** Gerente-Executivo: Carlos Oití Berbert
Público Alvo: Instituições de pesquisa (em especial os Institutos de Pesquisa do MCTI), universidades e empresas nacionais	

Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R$ 1,00
Dotação		**Despesa Empenhada**	**Despesa Liquidada**	**Restos a Pagar não processados**	**Valores Pagos**
Inicial	**Final**				
774.775.877	**774.775.877**	**614.753.056**	**378.089.520**		**289.402.672**

Informações sobre os resultados alcançados

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Artigos publicados por pesquisadores brasileiros em periódicos científicos no ISI	06/02/2012	19.436	39.814	39.814	36.396

Fórmula de Cálculo do Índice

Número de artigos publicados por pesquisadores residentes no Brasil, ou vinculados a instituições sediadas no país, em periódicos científicos internacionais indexados no ISI no ano

Análise do Resultado Alcançado

O índice acima registrado no SIGPLAN como resultado final é estimativo; o valor definitivo só será conhecido quando for concluído o levantamento dos dados feitos pelo CNPq e CAPES para a produtividade dos pesquisadores brasileiros em todas as instituições

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Índice de produtividade científica dos Pesquisadores das Unidades de Pesquisa do MCTI	06/02/2012	2,20	2,60	2,60	2,40

Fórmula de Cálculo do Índice

Relação entre a produção científica e o total de técnicos de nível superior vinculados diretamente à pesquisa nas Unidades de Pesquisa do MCTI, em cada ano.

Análise do Resultado Alcançado

O índice acima registrado no SIGPLAN como resultado final é estimativo; o valor definitivo só será conhecido no final de fevereiro/março de 2012, quando são recebidos os Relatórios Finais dos Termos de Compromisso de Gestão – TCGs das Unidades de Pesquisa do MCTI e os Relatórios de Gestão Anuais dos Contratos de Gestão elaborados pelas OSs, correspondentes a 2011, onde o indicador é consolidado com maior precisão, podendo ser maior do que o estimado.

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
3	Número de Instituições Usuárias da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa	06/02/2012	306	411	411	392

Fórmula de Cálculo do Índice

Número de organizações qualificadas como usuárias primárias ou secundárias da rede Ipê, considerando as unidades-sede das organizações

Análise do Resultado Alcançado

Ao contrário dos indicadores anteriores, o número registrado no SIGPLAN como alcançado é praticamente o número real.						
Ordem	**Indicador (Unidade medida)**	**Referência**			**Índice previsto no exercício**	**Índice atingido no exercício**
		Data	**Índice inicial**	**Índice final**		
4	**Processos e Técnicas Desenvolvidas nas Unidades de Pesquisa do MCT**	**06/02/2012**	**670**	**710**	**710**	**700**
Fórmula de Cálculo do Índice						
Número total de processos, protótipos, softwares e técnicas desenvolvidas no ano, medidos pelo número de relatórios finais produzidos.						
Análise do Resultado Alcançado						
O índice acima registrado no SIGMCT/SIGPLAN como resultado final é estimativo; o valor definitivo só será conhecido no final de fevereiro/março, quando são recebidos os Relatórios Finais dos Termos de Compromisso de Gestão – TCGs das Unidades de Pesquisa do MCTI, correspondentes a 2011, onde o indicador é consolidado com maior precisão, podendo ser maior do que o estimado.						

Fonte: Informações extraídas do Sistema SigMCTI

Análise Crítica: O Programa 0461 abrange 45 Ações com objetivos bastante diversificados, envolvendo desde aquelas relacionadas aos Institutos de Pesquisa do MCTI até as referentes ao apoio da FINEP e do CNPq à promoção da pesquisa e do desenvolvimento tecnológico no País, tanto o que concerne à infraestrutura física e laboratorial das instituições de C&T, como o relacionado aos recursos humanos.

Em 2011, o Programa desenvolveu-se dentro do esperado, obtendo resultados expressivos especialmente em virtude da disponibilidade de recursos dos Fundos Setoriais (em particular o de Infraestrutura) que permitiram atender diversos projetos de expansão e manutenção da infraestrutura laboratorial de inúmeras instituições de pesquisa do País (incluindo Institutos administrados e supervisionados pelo MCTI), como também pela expansão do Programa de Bolsas do CNPq e das ações relacionadas à divulgação e disseminação do conhecimento científico e tecnológico.

Embora o Gerente-Executivo do Programa, integrante da SCUP, faça o acompanhamento de suas 45 Ações para efeito de registro no SigMCTI, a Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa é responsável pela prestação de contas de nove dessas Ações (incluindo quatro relacionadas às Organizações Sociais supervisionadas pelo MCTI), conforme descrito a seguir:

2.C.I.I.I. Ações do Programa 0461 sob encargo direto da SCUP

2.C.I.I.I.I. Ação 6780 – Gestão Integrada dos Acervos de Informação Científica e Tecnológica

Tipo: Atividade

Finalidade: Dotar as Unidades de Pesquisa (UPs) da base fundamental para sua atividade-fim, que é a execução dos trabalhos científicos e dos projetos tecnológicos, de

acordo com seu regimento interno, oferecendo subsídios para consultas bibliográficas durante o desenvolvimento de pesquisas.

Descrição: Repasse de recursos ao IBICT, objetivando licitar a compra de periódicos para todas as Unidades de Pesquisa vinculadas ao MCTI, bem como repasse à CAPES/MEC, conforme Portaria Interministerial n.º 400, de 23 de junho de 2005, tendo como propósito o acesso contínuo e universal pelo MCTI ao conjunto de informações científicas e tecnológicas, permanentemente atualizadas, que integram as bases de dados disponibilizados pelo portal eletrônico da CAPES/MEC.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Secretaria Executiva-SEXEC/MCTI

Unidades Executoras: Administração Direta

Área responsável pelo gerenciamento: Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP

Coordenador da Ação: Carlos Oití Berbert

Quadro IV – Quadro A.2.2 - Execução Física da ação

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo de Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser realizada em 2012
19	573	0461	6780	A	4	Unidade	2.700	2.220	2.700

Quadro IVa – Quadro A.2.2 - Metas e Resultados da Ação no Exercício

Previstas		Realizadas		% Execução	
Física Produto: Título mantido	LOA	Física Produto: Título mantido	Empenhado	Física	Orçamentária
2.700	3.800.000,00	2.220	2.660.150,00	82,22	70,00

Fonte: Informações extraídas do Sistema SigMCTI

Análise Crítica: Criada pela Portaria MCTI n.º 086 de 03 de fevereiro de 2010, a Política de Aquisição Planificada de Títulos de Periódicos e de Acesso ao Portal da CAPES

para as Unidades de Pesquisa do MCTI, veio regulamentar a compra e acesso a revistas especializadas em C,T&I pelo IBICT, que havia sido designado anteriormente, pela Portaria MCTI n.º 095 de 19 de fevereiro de 2009, como instituição responsável por essa atividade para todas as UPs do Ministério, com o intuito de diminuir custos e racionalizar o processo, de sorte a se eliminar os títulos repetidos em instituições, às vezes, situadas na mesma cidade ou região. Nesse sentido, o IBICT coordena, junto a cada UP, a indicação dos títulos que interessam a cada uma – tanto para aquisição como para o acesso ao Portal CAPES – e promove, no primeiro caso, a compra junto às empresas especializadas, e, no segundo caso, indica àquela instituição os títulos a serem agregados e disponibilizados em seu Portal.

Com esse objetivo, em 2011 foram descentralizados recursos à CAPES no valor de R$ 990.474,00 (para atendimento aos exercícios 2011/2012), objetivando o acesso contínuo e universal pelo MCTI e suas Unidades ao conjunto de informações científicas e tecnológicas, permanentemente atualizadas, que integram as bases de dados disponibilizadas pelo portal eletrônico da CAPES, correspondentes a 23.947 bases de textos completos e 126 bases referenciais, bem como, no valor de R$ 2.400.000,00 para o IBICT, objetivando dar andamento ao processo licitatório, referente à aquisição de periódicos para as UPs.

Com relação ao cumprimento da meta física, o produto previsto para essa ação no exercício de 2011 era de 2.700 títulos mantidos, o qual teve a execução física de 82,22%, correspondentes a 2.220 títulos mantidos, tendo a execução orçamentária sido de 70,00%. Para esse desempenho concorreram, em especial, problemas com o fornecimento prévio de preços de títulos de periódicos às Unidades de Pesquisa (que são as responsáveis pelas cotações) no primeiro semestre, uma vez que, em se tratando de periódicos estrangeiros, muitas das companhias fornecedoras costumam esperar o segundo semestre de cada ano (a partir do mês de outubro, mais especificamente) para cotá-los, em função das eventuais variações do dólar americano no mercado.

O programa de aquisição planificada de títulos de periódicos, como descrito acima, tem proporcionado economia de gastos superior a um milhão de reais, em relação a anos anteriores. Registre-se, também, que esse programa envolve tão somente os títulos de periódicos estrangeiros, ficando a aquisição dos títulos nacionais a cargo direto de cada Unidade de Pesquisa.

2.C.I.I.II. Ação 4661 – Desenvolvimento de novas linhas de pesquisa nas Unidades Científicas e Tecnológicas

Tipo: Atividade

Finalidade: Fortalecer a capacidade de pesquisa instalada no País em áreas novas e/ou estratégicas nas Unidades de Pesquisa vinculadas e supervisionadas pelo MCTI, dando apoio, em

especial, às atividades de aplicação da Lei de Inovação nas Unidades de Pesquisa do MCTI através da implementação e consolidação de Núcleos de Inovação Tecnológica.

Descrição: Apoio a projetos nas Unidades de Pesquisa vinculadas e supervisionadas pelo MCTI; melhoria da infraestrutura laboratorial; contratação de estudos e consultorias; divulgação de informações, organização de seminários e outros eventos, bem como a indução de novas linhas de pesquisa. Implementação de mecanismos de apoio à consolidação de cinco Arranjos de Núcleos Regionais de Inovação Tecnológica agregando Unidades de Pesquisa do MCTI, com a finalidade de gerir sua política de inovação, bem como incentivar as criações desenvolvidas no âmbito dessas Instituições e apoiar as proteções requeridas e concedidas, os contratos de licenciamento ou de transferência de tecnologia firmados, estimular a constituição de alianças estratégicas e o desenvolvimento de projetos de cooperação com empresas nacionais, outras ICTs e organizações de direito privado sem fins lucrativos na área de Ciência, Tecnologia e Inovação e manutenção das patentes, conforme preceituam os arts. 3º, 4º, 17 e 18 e seus respectivos parágrafos do Decreto n.º 5.563 de 11 de outubro de 2005, que regulamentou a Lei n.º 10.973, de 02 de dezembro de 2004.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Secretaria Executiva- SEXEC/MCTI

Unidades Executoras: Administração Direta

Área responsável pelo gerenciamento: Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP

Coordenador da Ação**: Carlos Oití Berbert**

Quadro V - Quadro A.2.2 – Execução Física da ação

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo de Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser realizada em 2012
19	571	0461	4661	A	4	Unidade	30	27	27

Quadro Va – Quadro A.2.2 - Metas e Resultados da Ação no Exercício

Previstas		Realizadas		% Execução	
Física Produto: Projeto Apoiado	LOA	Física Produto: Projeto Apoiado	Empenhado	Física	Orçamentária
30	8.626.627,00	27	6.571.442,00	100%	61,49

Fonte: Informações extraídas do Sistema SigMCTI

Análise Crítica: Com o objetivo de atender a finalidade da ação do PPA foi realizado planejamento pelos técnicos, coordenadores e subsecretário da SCUP dos repasses orçamentários realizados às Unidades de Pesquisa, utilizando critérios de prioridades de demandas solicitadas às UPs e em conformidade com os Planos Diretores e com o orçamento disponibilizado.

A ação recebeu na LOA o valor de R$ 8.626.627,00, sendo R$ 1.600.000,00 em capital e R$ 7.026.627,00 em custeio. Com relação ao cumprimento da meta física, o produto da ação para o exercício de 2011 foi de 27 projetos apoiados, o qual teve a execução física de 100%, ou seja 27 projetos apoiados, tendo a execução orçamentária sido de 61,49%.

Foram descentralizados recursos para as Unidades de Pesquisa vinculadas ao MCTI, de acordo com os Termos de Descentralização de Créditos Orçamentários e de Cooperação e Planos de Trabalho recebidos das UPs e aprovados pela SCUP, objetivando apoiar diversas atividades.

Tabela II – Descentralização de Recursos para as Unidades de Pesquisa – Ação 4661

UNIDADE	OBJETO	VALOR
CBPF	ICRA – Cosmologia, Gravitação, Astrofísica e afins (realização da XIII *Brazilian School of Cosmology and Gravitation*)	R$ 495.000,00
	Ações de Inovação, Arranjo de Nit, IV Workshop de Inovação	R$ 134.500,00
	Laboratório Multiusuário de Produção de materiais avançados	R$ 30.000,00
	Hardware para computador de Alto Desempenho	R$ 43.500,00
	Aquisição equipamentos laboratoriais (LABNANO, LSNANO, LRMN, MAGOPT, LABMAG)	R$ 211.751,00
	Operação contínua dos equipamentos laboratoriais	R$ 247.480,00
CTI	Atividades de Inovação e proteção de propriedade intelectual	R$ 155.000,00
CETEM	Avaliação de tecnologias para comercialização e transferência ao setor produtivo	R$ 90.000,00
	Condução processo otimização da gestão administrativa com revisão dos processos organizacionais	R$ 180.000,00
	Equipamento analisador termidiferencial e termogravimétrico com medidor de fluxo de calor	R$ 35.000,00

UNIDADE	OBJETO	VALOR
	Caracterização e aproveitamento de resíduos sólidos provenientes da mineração	R$ 225.000,00
	Projeto Terras-Raras aproveitamento de minerais estratégicos portadores de elementos de terras-raras	R$ 200.000,00
CETENE	Aplicação de fontes renováveis com tecnologia limpa no processo de produção de biodiesel	R$ 536.000,00
	Projeto identificação e avaliação de vantagens comparativas no uso de micropropagação para multiplicação de variedades e clones de cana-de-açúcar	R$ 350.000,00
IBICT	Projeto SEER – Serviços de Editoração para Publicações Eletrônicas Técnico-Científicas	R$ 84.000,00
	Projeto incorporação de mídias ricas e viabilização de acesso por dispositivos móveis aos serviços de informação científica e tecnológica	R$ 118.000,00
	Mapeamento de oportunidades de produtos e serviços de informação nas áreas estratégicas do MCTI	R$ 50.000,00
INT	Núcleo de Inovação	R$ 66.275,00
INPA	Depósito de patentes	R$ 250.000,00
	Projeto caracterização genética de peixes, insetos, microorganismos e árvores da Amazônia	R$ 400.000,00
	Desenvolvimento de Pesquisas sobre o clima e os ecossistemas amazônicos nos sítios experimentais do Programa de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia – LBA	R$ 400.000,00
INPE	Sistemas de computadores para gerenciamento de licenças e processamento centralizado	R$ 29.000,00
	Depósito de patentes	R$ 6.000,00
	Desenvolvimento de novos catalisadores para sistemas de controle de órbita e altitude de satélites	R$ 91.800,00
	Implementação de linha de ar comprimido livre de óleo no Laboratório Associado de Sensores - LAS	R$ 50.000,00
	Software para simulação de circuitos eletrônicos e para simulação de dispositivos MEMS	R$ 112.000,00
LNA	Desenvolvimento de instrumento para determinação da degradação da razão focal em fibras ópticas – AFO/DRF	R$ 88.000,00

UNIDADE	OBJETO	VALOR
	Projeto espectroscopia de alta resolução para o Observatório do Pico dos Dias	R$ 192.000,00
	Dispositivos de distribuição e sincronismos para OPD	R$ 18.000,00
	Espectroscopia de alta resolução para o OPD	R$ 20.000,00
LNCC	Atividades de Inovação	R$ 97.000,00
	Projeto Plataforma de seqüenciamento usando tecnologia de semicondutores	R$ 300.000,00
	Planejamento estratégico e tático da defesa cibernética – EB/MCTI	R$ 350.000,00
MAST	Projeto exposição sobre história da química	R$ 180.000,00
	Exposição de longa duração do MAST	R$ 500.446,00
MPEG	Núcleo de Inovação Amazônia Central	R$ 131.000,00
	Pesquisa e Desenvolvimento da Biodiversidade	R$ 200.000,00
	Projeto popularização da ciência e divulgação dos resultados de pesquisa	R$ 300.000,00
	Implantação serviços de alta disponibilidade estrutura BLADE e SORAGE	R$ 36.200,00
	Ampliação do acesso à informação científica para a pós-graduação através da melhoria no ar condicionado de livros e periódicos	R$ 150.000,00
ON	Atividades de Inovação	R$ 40.000,00
	Projeto Pau-Brasil e REBOM	R$ 530.000,00
	Complemento projeto Pau-Brasil e REBOM	R$ 450.000,00
SPOA/MCT	Difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e Educação em C&T nas UPs	R$ 193.712,20

Fonte: SCUP/MCTI

2.C.I.I.III. Ação 12C9 – Recuperação da Infraestrutura Física das Unidades de Pesquisa

Tipo: Projeto

Finalidade: Promover a recuperação das instalações físicas (prediais e laboratoriais) das Unidades de Pesquisa do MCTI, visando à segurança do trabalho e ao desenvolvimento das atividades científicas e tecnológicas.

Descrição: Recuperação das instalações físicas (prediais e laboratoriais) das Unidades de Pesquisa do MCTI, visando à segurança do trabalho e ao desenvolvimento das atividades científicas e tecnológicas.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Secretaria Executiva- SEXEC/MCTI

Unidades Executoras: Administração Direta

Área responsável pelo gerenciamento: Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP

Coordenador da Ação: Carlos Oití Berbert

Quadro VI - Quadro A.2.2 – Execução Física da ação

Função	**Subfunção**	**Programa**			**Prioridade**	**Unidade de Medida**	**Meta Prevista**	**Meta Realizada**	**Meta a ser realizada em 2012**
19	571	0461			4	Unidade	5	5	7

Quadro VIa – Quadro A.2.2 - Metas e Resultados da Ação no Exercício

Previstas		**Realizadas**		**% Execução**	
Física Produto: Unidade Recuperada	LOA	Física Produto: Unidade Recuperada	Empenhado	Física	Orçamentária
5	1.515.000,00	5	898.032,00	160%	55.87%

Fonte: Informações extraídas do Sistema SigMCT

Análise Crítica: Com relação ao cumprimento da meta física, o produto previsto da ação para o exercício de 2011 foi de cinco Unidades recuperadas, o qual teve a execução física de 160%, ou seja oito Unidades recuperadas, sendo a execução orçamentária de 55,87%.

Os recursos foram descentralizados através de Termo de Descentralização de Crédito Orçamentário e de Cooperação e de acordo com as demandas apresentadas pelas Unidades de Pesquisa e planejamento da SCUP.

Tabela III - Descentralização de Recursos para as Unidades de Pesquisa – Ação 12C9

UNIDADE	OBJETO	VALOR
CBPF	Infraestrutura (criogerador para liquefatora de nitrogênio, sistema de caracterização de semicondutores)	R$ 224.193,00
	Compra e instalação de gerador	R$ 120.890,00
CETEM	Infraestrutura laboratoriais e usina piloto	R$ 50.000,00
	Equipamento analisador termidiferencial e termogravimétrico com medidor de fluxo de calor	R$ 157.800,00
	Benfeitorias prédio Campus Avançado em Cachoeiro do Itapemirim	R$ 100.000,00
	Aquisição e instalação de grupo gerador	R$ 250.000,00
LNA	Espectroscopia de alta resolução para o OPD	R$ 15.000,00
MPEG	Mobiliário	R$ 110.000,00
ON	Execução impermeabilização e de contenção prédio serviço da hora	R$ 502.117,00

Fonte: SCUP/MCTI

É necessário observar que no âmbito dessa ação apresentaram-se necessidades de adaptações dos projetos executivos para adequação aos recursos aprovados no orçamento de 2011 e disponibilizados para as UPs. Durante a fase de licitação as UPs localizadas no estado do Rio de Janeiro tiveram dificuldades no andamento dos processos junto aos Núcleos da Advocacia Geral da União, o que resultou em atrasos significativos nas contratações, fato que ocorreu somente em dezembro, gerando um montante significativo dos empenhos inscritos em restos a pagar.

2.C.I.I.IV. Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Tipo: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc.; produção e edição de publicações para

divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Secretaria Executiva- SEXEC/MCTI

Unidades Executoras: Administração Direta

Área responsável pelo gerenciamento: Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP

Coordenadores da Ação: Arquimedes Diógenes Ciloni e Carlos Oití Berbert

Quadro VII - Quadro A.2.2 – Execução Física da ação

Função	Subfunção	Programa			Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser realizada em 2012
19	571	0461			4	Não requer	Não requer	Não requer	Não requer

Quadro VIIa - Quadro A.2.2 – Metas e Resultados da Ação no Exercício

Previstas		Realizadas		% Execução	
Física Produto: não existe	LOA	Física Produto: não existe	Empenhado	Física	Orçamentária
-	1.299.430,00	-	1.031.875,00	-	84,00 %

Fonte: Informações extraídas do Sistema SigMCTI

Análise Crítica: A execução da referida ação ficou sob a responsabilidade da SPOA/MCTI no empenho, liquidação e pagamento das despesas básicas de manutenção, gestão e administração do programa: serviços administrativos, pessoal (terceirizados, estagiários), tecnologia da informação, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos, despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias), promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas de C&T e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Com relação ao cumprimento da meta física, a ação para o exercício de 2011 não requer produto por ser uma ação de administração, tendo a execução orçamentária sido de 84%.

2.C.I.I.V. Ação 6190 – Difusão de Conhecimentos Científicos e Tecnológicos nas Unidades de Pesquisa

Tipo: Atividade

Finalidade: Promover a difusão do conhecimento em ciência e tecnologia, em todas as fases da educação do cidadão, com a finalidade de divulgar as pesquisas desenvolvidas e as novas tecnologias e produtos gerados.

Descrição: Planejamento e desenvolvimento de estratégias de difusão de forma integrada às áreas de pesquisa e desenvolvimento. Proposição e atualização de ação institucional para difusão de conhecimentos em ciência e tecnologia. Busca de parcerias e cooperação com universidades, instituições públicas e privadas e agências para o desenvolvimento de atividades de difusão de conhecimento.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Secretaria Executiva- SEXEC/MCTI

Unidades Executoras: Administração Direta

Área responsável pelo gerenciamento: Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP

Coordenador da Ação: Carlos Oití Berbert

Quadro VIII - Quadro A.2.2 – Execução Física da ação

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo de Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser realizada em 2012
19	573	0461	6190	A	4	Unidade	4	4	6

Quadro VIIIa – Quadro A.2.2 - Metas e Resultados da Ação no Exercício

Previstas	Realizadas	% Execução

Física Produto: Evento Apoiado	LOA	Física Produto: Evento Realizado	Empenhado	Física	Orçamentária
04	200.000,00	04	165.117,00	100%	82,56%

Fonte: Informações extraídas do Sistema SigMCTI

Análise Crítica: Com relação ao cumprimento da meta física, o produto da ação para o exercício de 2011 foi de três Eventos Apoiados, o qual teve a execução física de 100% e a execução orçamentária de 82,56%.

Foram descentralizados recursos no valor de R$ 42.000,00 para o INPE, objetivando apoiar a ICAE – *International Conference on Atmospheric Electricity* e no valor de R$ 158.000,00 para a SPOA/MCTI, objetivando o empenho para aquisição de material para difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos para as UPs para a VIII Semana Nacional de C&T e 63ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

2.C.I.I.VI. Ação 4188 – Pesquisa e Desenvolvimento em Florestas Alagadas da Amazônia no Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM)

Tipo: Atividade

Finalidade: Apoiar o desenvolvimento de modelo de área protegida para grandes áreas de florestas tropicais onde, por meio do manejo participativo e sustentável, possam ser mantidos a biodiversidade e os processos ecológicos e evolutivos dos recursos naturais na Amazônia.

Descrição: Desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas para conhecimento da biodiversidade, para monitoramento social, ambiental e gestão de áreas protegidas para o uso sustentado dos recursos naturais e para a promoção da qualidade de vida das populações tradicionais das florestas alagadas da Amazônia.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Secretaria Executiva - SEXEC/MCTI

Unidades Executoras: Administração Direta

Área responsável pelo gerenciamento: Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP

Coordenador da Ação: Maria Cristina de Lima Perez Marçal

Responsável pela execução da ação no nível local: Organização Social IDSM

Quadro IX - Quadro A.2.2 – Execução Física da ação

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo de Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser realizada em 2012
19	571	0461	4188	A	4	Unidade	60	60	34

Quadro IXa – Quadro A.2.2 - Metas e Resultados da Ação no Exercício

Previstas		Realizadas		% Execução	
Física Produto: Artigo Publicado	LOA	Física Produto: Artigo Publicado	Empenhado	Física	Orçamentária
60	9.610.000,00	75	9.610.000,00	100%	100%

Fonte: Informações extraídas do Sistema SigMCTI

Análise Crítica:

Em 2011, o IDSM ultrapassou em 25% a meta física programada na avaliação do SigMCT – Ação 4188 – Pesquisa e Desenvolvimento em Florestas Alagadas da Amazônia no Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM), sob responsabilidade da Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa (SCUP) no PPA, mediante a realização de 75 artigos publicados.

O IDSM apresentou, nos últimos anos, um crescimento quantitativo do número de publicações. Este aumento da produtividade dos membros da equipe científica, em grande parte, está associado à consolidação da sua equipe de pesquisadores com atuação em redes de pesquisa, visto que não ocorreu um aumento expressivo no tamanho da equipe.

Para o acompanhamento da execução das ações inerentes ao Contrato de Gestão a Comissão de Avaliação (CA) reuniu-se no escritório regional do IDSM em Manaus/AM, nos dias 28, 29 e 30 de novembro de 2011 e, após a análise do Relatório Semestral de 2011, a CA verificou que, de 14 Indicadores pactuados no Contrato de Gestão os indicadores 8 – Índice de Clareiras de Derrubada (ICD) nas áreas de manejo florestal comunitário; 10 – Índice de comunidades realizando atividades de manejo de recursos naturais nas RDSM e RDSA; e 12 – Índice de participação de lideranças-ano capacitadas pelo IDSM (IPLC), tiveram suas metas atingidas. Os indicadores 2 – Índice de

Publicações Indexadas (IPub-I) dos pesquisadores do IDSM ao ano; 3 – Índice de Publicações Indexadas Abrangente (IPub-IA) de pesquisadores e colaboradores do IDSM ao ano; e 13 – Índice de setores da RDSM e RDSA nos quais há atuação de Agentes Ambientais Voluntários (ISAAV) não apresentavam tendência de cumprimento até o final do ano. Os demais indicadores apresentam tendência de cumprimento até o final do ano.

O Relatório Anual de Gestão do IDSM-OS reportou que os indicadores 4 - Índice de Publicações Não-Indexadas (IPuNI), reunindo todo tipo de produção científica não indexada realizada no IDSM ao ano; e 14 – Alavancagem mínima de recursos fora do Contrato de Gestão no IDSM (AMRFCG) não tiveram suas metas alcançadas para o período. Os demais indicadores tiveram suas metas cumpridas. O IDSM apresentou como justificativas para os descumprimentos: a) do indicador 4, atrasos nas transferências dos recursos do Contrato de Gestão; e b) do indicador 14, a desfavorável conjuntura internacional.

A avaliação das metas pactuadas no Contrato de Gestão celebrado entre o MCT e o IDSM constará do Relatório Anual conclusivo a ser elaborado pela Comissão de Avaliação (CA) – que se reunirá em março de 2012 –, mediante análise do Relatório de Gestão Anual de 2011 da OS. O Relatório de Gestão 2011 do IDSM, assim como o Relatório Anual e Conclusivo da Comissão ficam à disposição da sociedade nas páginas eletrônicas do IDSM e do MCT/SCUP.

Em 2011, o IDSM contou com um montante de recursos para execução dos objetivos contratados de R$ 18.887.109,51 (dezoito milhões oitocentos e oitenta e sete mil, cento e nove reais e cinquenta e um centavos), sendo R$ 3.447.108,51 (três milhões, quatrocentos e quarenta e sete mil, cento e oito reais e cinquenta e um centavos) acumulados até 31/12/2010 e a repactuados para o período subsequente e R$15.440.000,00 (quinze milhões, quatrocentos e quarenta mil reais) de valores que foram recebidos pela OS ao longo do período assim distribuídos: R$ 9.610.000,00 (nove milhões, seiscentos e dez mil reais) consignados na Ação 4188 da LOA e R$ 5.830.000,00 (cinco milhões, oitocentos e trinta mil reais) destinados pelo FNDCT/SEXEC.

Conforme Balanço encerrado em 31 de dezembro de 2011, devidamente analisado pela Consulcamp Auditoria e Assessoria Ltda. auditoria independente contratada pelo IDSM, publicado no D.O.U. de 16 de março de 2012, constante do Relatório de Gestão 2011, evidencia um Saldo Financeiro (Disponibilidade) de R$ 4.638.034,78 para fins de programação inicial do conjunto das atividades do IDSM no exercício de 2012.

Dos dispêndios efetuados no período, relacionados às atividades do IDSM, foram gastos em Pessoal e Encargos o montante de R$ 9.739.905,17, correspondentes a 61% do orçamento anual, ultrapassando o limite de gastos fixado no Contrato de Gestão.

O Programa de Manejo de Pesca do Instituto Mamirauá foi premiado, no dia 2 de fevereiro, pela Secretaria da Convenção de Ramsar das Nações Unidas, pelo trabalho de manejo sustentável

de pirarucus desenvolvido pelo IDSM-OS, e que hoje já é replicado em um grande número de localidades amazônicas. A cerimônia de premiação ocorreu em Huatulco, México, durante o evento comemorativo aos 40 anos daquela Convenção, destinada a proteger áreas alagáveis de importância mundial.

Com apoio e participação do IDSM, o Governo do Estado do Amazonas baixou duas instruções normativas regulamentando o manejo e o abate de jacarés em unidades de conservação estaduais, permitindo a organização de sua exploração sustentável.

O manejo de pirarucus implementado pelo IDSM alcança novo patamar com a promoção do governo do Estado no apoio à planta de processamento e salga do produto local, lançando no mercado dos bens sustentáveis o produto "Bacalhau da Amazônia" originário de Mamirauá.

Em 2011, o IDSM envolveu-se com e apoiou a criação e consolidação da REMANOR – Rede de Encalhes de Mamíferos Aquáticos da Região Norte, coordenada pelo ICMBio com participação de instituições de ensino e pesquisa da região.

Outras ocorrências relevantes de 2011 foram:

A realização da negociação para expansão das ações do IDSM para a bacia do Rio Purus, por meio do apoio às ações de pesquisa e conservação do IPi (Instituto Piagaçu Purus);

O início das atividades de pesquisa do IDSM na região do baixo Amazonas (várzeas estuarinas da região de Belém), na região do médio Amazonas (várzeas sazonais da região de Santarém), e no alto Solimões e do baixo Javari (várzeas da região de Tabatinga, Benjamin Constant e Atalaia do Norte);

A consolidação das atividades de pesquisa e de apoio ao manejo sustentável de recursos naturais, realizadas pelo IDSM no baixo Juruá, e no baixo e médio Jutai;

Condução das primeiras discussões com atores locais visando desenvolver ações de conservação e uso sustentável de recursos naturais na região do estuário amazônico, incluindo unidades de conservação em áreas de mangue na costa paraense;

A inclusão do IDSM no Fórum de Gestores de Instituições de Pesquisa do Estado do Amazonas, e no Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação – CONECT;

Envolvimento do IDSM na criação e consolidação da Rede Aguapé, para pesquisa e conservação de florestas alagáveis na Amazônia, no Cerrado e Campos Sulinos, cobrindo mais de 70% do território brasileiro, de iniciativa do INPA, e com participação de universidades e institutos de pesquisa de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Pará e Amazonas;

Organização e Realização do "I Seminário do Caranguejo-Uçá no Nordeste Paraense" (1º SECANPA) em parceria com a Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura e Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico e Incentivo à Produção do Governo do Pará;

Consolidação de dois novos laboratórios na sede do IDSM: o "Laboratório de Qualidade de Água e Meio Ambiente" e o "Laboratório de Histologia";

Adoção do modelo "Projetos Estruturantes" do IDSM pelo Comitê Estratégico Temático de Biodiversidade, Biotecnologia e Meio Ambiente do MCTI para formatar a primeira atividade visando a construção do Plano Nacional Estratégico deste tema;

A Pousada Uacari da Reserva Mamirauá foi considerada, em 2011, um dos destinos mais autênticos do Brasil, segundo a Revista National Geographic Traveler;

Assinatura de Termo de Cooperação com o CEUC-SDS/AM para gestão da RDSM e RDSA, e lançamento da primeira versão do Plano de Gestão da RDSM;

Instalação do escritório de apoio do IDSM na cidade de Manaus, conforme previsto no P.D.U; e

Criação do Núcleo de Inovação e Tecnologias Sustentáveis – NITS no IDSM.

No tocante às recomendações pendentes feitas pela Comissão de Avaliação, constantes do Relatório Anual de 2010 a que solicita "Apresentar documento descrevendo a estrutura do que seria uma rotina de abordagem a ser aplicada como padrão, bem como aplicar essa estrutura no "Protocolo de manejo de recursos turísticos ou cênicos" e os demais protocolos que forem apresentados para cômputo do Indicador 7. O "Protocolo de manejo de recursos turísticos ou cênicos" foi reformulado, dentro do novo padrão explicitado no Relatório de Gestão anual, igualmente, houve a publicação dos dois protocolos previstos para 2011: "Segunda modalidade de pesca manejada de pirarucus" e "A pesca de peixes ornamentais".

2.C.I.I.I.VII. Ação 4122 – Pesquisa e Desenvolvimento na Associação Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA)

Tipo: Atividade

Finalidade: Realizar pesquisa fundamental e aplicada e o desenvolvimento científico e tecnológico na área da matemática.

Descrição: Promoção do desenvolvimento da alta competência na área da matemática.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Secretaria Executiva - SEXEC/MCTI

Unidades Executoras: Administração Direta

Área responsável pelo gerenciamento: Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP

Coordenador da Ação: Maria Cristina de Lima Perez Marçal

Responsável pela execução da ação no nível local: Organização Social IMPA - OS

Quadro X - Quadro A.2.2 – Execução Física da ação

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo de Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser realizada em 2012
19	571	0461	4122	A	4	Unidade	65	65	31

Quadro Xa – Quadro A.2.2 - Metas e Resultados da Ação no Exercício

Previstas		Realizadas		% Execução	
Física Produto: Artigo Publicado	LOA	Física Produto: Artigo Publicado	Empenhado	Física	Orçamentária
65	12.390.000,00	70	12.390.000,00	107.69%	100%

Fonte: Informações extraídas do Sistema SigMCTI

Análise Crítica:

O IMPA presta contribuição à sociedade buscando ampliar sua abrangência nacional e impactar o sistema brasileiro de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação, contribuindo com as políticas públicas desenvolvidas em seus eixos de atuação: Pesquisa, Intercâmbio Científico, Ensino, Informação Científica e Desenvolvimento Tecnológico na área da matemática.

Em 2011, o IMPA-OS informou que executou 107,69% da meta física programada na avaliação do SigMCTI – Ação 4122 – Pesquisa e Desenvolvimento na Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada – IMPA, sob responsabilidade da Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP no PPA, mediante a realização de 70 Artigos Publicados.

No processo de avaliação semestral, a Comissão de Avaliação destacou pontos positivos da execução dos objetivos estratégicos pactuados em Contrato e reafirmou a excelência e produtividade em pesquisa do IMPA para o País comparada aos melhores centros nacionais e internacionais, da extensão das atividades desenvolvidas pelo Instituto - a exemplo da Olimpíada

Brasileira de Matemática nas Escolas Públicas – OBMEP –, da Olimpíada Brasileira de Matemática – OBM – e do Programa de Aperfeiçoamento de Professores do Ensino Médio. Verificam-se também os esforços da Associação em atrair jovens talentos por meio de programas de pós-doutorado de excelência, trimestres temáticos e cátedras financiadas por empresas privadas e a captação de recursos adicionais por meio de projetos de pesquisa e desenvolvimento. Essas ações terão impacto significativo sobre a difusão do conhecimento em matemática a médio e longo prazos. Após a análise do Relatório Semestral, a Comissão verificou que todas as metas pactuadas para 2011, apuradas até o mês de junho, foram alcançadas ou apresentaram tendência de alcance, à exceção do indicador 15: Número de livros emprestados.

A avaliação das metas pactuadas no Contrato de Gestão celebrado entre o MCTI e o IMPA constará do Relatório Anual conclusivo a ser elaborado pela Comissão de Avaliação (CA) - que se reunirá em abril de 2012 –, mediante análise do Relatório de Gestão Anual de 2011 da OS. O Relatório de Gestão 2011 do IMPA, assim como o Relatório Anual e Conclusivo da Comissão, da mesma forma que os demais, ficam à disposição nas páginas eletrônicas do IMPA e do MCTI/SCUP.

Em 2011, o IMPA contou com um montante de recursos para execução dos objetivos contratados de R$ 72.893.124,10 (setenta e dois milhões oitocentos e noventa e três mil, cento e vinte e quatro reais e dez centavos), sendo R$ 19.157.624,10 (dezenove milhões, cento e cinquenta e sete mil, seiscentos e vinte e quatro reais e dez centavos), acumulados até 31/12/2010 e a repactuados para o período subsequente e R$ 53.735.500,00 (cinquenta e três milhões, setecentos e trinta e cinco mil e quinhentos reais) de valores que foram recebidos pela OS ao longo do período assim distribuídos: R$ 12.390.000,00 da ação 4122 e R$ 20.515.500,00 de destaque orçamentário da ação 8870 FNDE/MEC, e R$ 12.330.000,00 da ação 2B08, ambas inseridas na LOA/MCTII e R$ 8.500.000,00 de recursos do FNDCT/SEXEC.

Conforme Balanço encerrado em 31 de dezembro de 2011, devidamente analisado pela CONSULCAMP Auditoria e Assessoria Ltda., auditoria independente contratada pelo IMPA, publicado no D.O.U. de 15 de março de 2012, constante do Relatório de Gestão 2011, evidencia um Saldo Financeiro (Disponibilidades) de R$ 21.700.610,86 para fins de programação inicial do conjunto das atividades do IMPA no exercício de 2012.

Dos dispêndios efetuados no período, relacionados às atividades do IMPA-OS, foram gastos em Pessoal e Encargos o montante de R$ 11.993.764,16, correspondente a 22% do orçamento anual, mantendo-se dentro do limite de gastos fixado no Contrato de Gestão.

Em 2011, o IMPA contou com um corpo científico de 51 pesquisadores, uma boa parte deles autoridades científicas nas suas áreas de atuação. O IMPA é considerado o mais importante centro latino-americano de pós-graduação em Matemática e o seu Programa de Pós-Graduação (sempre

avaliado pela CAPES com a nota máxima) é responsável pela formação de professores que atuam em grande número de universidades em todo o Brasil e no exterior.

A formação de recursos humanos especializados em Matemática é longa e necessita de uma estratégia específica na atração de jovens talentosos. A Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP), realizada pelo IMPA, apresentou um expressivo e contínuo crescimento de 14,2 milhões em 2006 até 19,6 milhões de inscritos em 2010. Em 2011, experimentou decréscimo para 18,7 milhões. Além de prêmios aos ganhadores das Olimpíadas, o IMPA oferece bolsas de estudo aos talentos encontrados.

No período entre 2009 e 2011 formaram-se 60 doutores no IMPA. De 2005 a 2010, o IMPA incorporou novas áreas de pesquisa e fortaleceu outras já existentes, utilizando-se inclusive de concurso internacional, por análise de currículos e cartas confidenciais de avaliação, e em caráter probatório de quatro anos. As novas áreas incorporadas foram: Geometria Simplética, Teoria da Representação (Álgebras e Grupos de Lie), Computação Quântica e Probabilidade Combinatória. Em 2011, nenhuma nova área foi incorporada.

O IMPA promove a interação com cientistas e organizações científicas nacionais e internacionais. Esta interação é de suma importância para a efetiva produção de pesquisa e para o estreitamento dos laços científicos com outros países, especialmente com aqueles da região da América Latina.

Em fevereiro de 2011, conclui-se processo para preenchimento de três vagas de pesquisador. Cinco posições de pós-doutorado de excelência foram implementadas ainda no primeiro semestre de 2011. Nesse quadro observa-se a presença de dois Pesquisadores Extraordinários, remunerados com bolsas, quatro Pesquisadores Eméritos (ex-pesquisadores da Instituição que continuam em plena atividade científica), além de três pesquisadores vinculados a UMI/IMPA-CNRS.

O crescimento do corpo científico foi acompanhado naturalmente pelo incremento substancial do intercâmbio científico e das atividades de ensino. O número de visitas científicas passou de 167 visitas-mês em 2001 para 488 visitas-mês em 2010 e 652 em 2011. Nelas incluem-se as visitas dos jovens estagiários de pós-doutorado que começou a ser contabilizada em 2003 quando foram 62 visitas/mês. Em 2011 esse número cresceu para 365 visitas/mês de estagiários de pós-doutorado.

No que se refere ao ensino, o número de alunos admitidos ao Programa de Doutorado e o número de doutores formados pelo IMPA mantêm uma tendência crescente. Isso pode ser apreciado, por exemplo, na média trianual do número de doutores formados que nos últimos anos oscilou entre 13,3 alunos (triênio 2001-2003) e 19,3 alunos (triênio 2008-2010). De maneira semelhante, o Programa de Verão manteve sua vitalidade e uma participação crescente de alunos. Foram 185 em 2001 e 368 em 2011. Além disso, o Colóquio Brasileiro de Matemática teve sua

duração prolongada para duas semanas e seu foco concentrado nas conferências plenárias e cursos especiais para alunos selecionados.

Iniciado em abril de 2011, o Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional é um curso semipresencial, com oferta nacional, realizado por uma rede de Instituições de Ensino Superior, no contexto da Universidade Aberta do Brasil (UAB), coordenado pela Sociedade Brasileira de Matemática com apoio do IMPA. O curso conta, atualmente, com a participação de 48 instituições localizadas em 23 unidades da federação e atende a 1.192 alunos. Visa atender professores de Matemática em exercício no ensino básico, especialmente na escola pública, que busquem aprimoramento em sua formação profissional, com ênfase no domínio aprofundado de conteúdo matemático relevante para sua atuação docente. O Programa opera em ampla escala, com o objetivo de, em médio prazo, ter impacto substantivo na formação matemática do professor em todo o território nacional.

2.C.I.I.I.VIII. Ação 4655 – Operação e Desenvolvimento da Internet na Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP

Tipo: Atividade

Finalidade: Assegurar o alcance de objetivos estratégicos em redes avançadas, fortalecendo o processo de inclusão digital no País. Promover o desenvolvimento tecnológico de novos protocolos, serviços e aplicações de redes. Prover serviços de infraestrutura de redes IP (Protocolo Internet) avançadas para atividades de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico. Promover a disseminação de tecnologias, através da implantação em nível de produção de novos protocolos, serviços e aplicações de redes, da capacitação de recursos humanos e da difusão de informações.

Descrição: Desenvolvimento tecnológico, avaliação e implantação de novos protocolos, serviços e aplicações na rede; disseminação destas tecnologias entre organizações usuárias; capacitação de recursos humanos, tanto para atender às necessidades decorrentes dos objetivos descritos, como para difundir o conhecimento em tecnologia de informação e comunicação; diagnóstico, planejamento, desenvolvimento e gerenciamento da infraestrutura nacional de redes IP (Protocolo Internet) avançada para colaboração e comunicação em ensino e pesquisa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Secretaria Executiva- SEXEC/MCTI

Unidades Executoras: Administração Direta

Área responsável pelo gerenciamento: Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP

Coordenador da Ação: Maria Cristina de Lima Perez Marçal

Responsável pela execução da ação no nível local: Organização Social RNP - OS

Quadro XI - Quadro A.2.2 – Execução Física da ação

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo de Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser realizada em 2012
19	571	0461	4655	A	4	Unidade	5	10	4

Quadro XIa - Quadro A.2.2– Metas e Resultados da Ação no Exercício

Previstas		Realizadas		% Execução	
Física Produto: Serviço Implantado	LOA	Física Produto: Serviço Implantado	Empenhado		Orçamentária
4	18.000.000,00	10	18.000.000,00		100%

Fonte: Informações extraídas do Sistema SigMCTI

Análise Crítica:

A RNP promove o interesse público pelo desenvolvimento tecnológico da área de redes e suas respectivas aplicações, com o foco orientado para o suporte às ações estratégicas em educação, ciência, tecnologia e inovação, através de Programa Interministerial dos Ministérios da Ciência e Tecnologia e da Educação.

Para tanto, constitui-se como a infraestrutura de rede de comunicação e computação que garante o suporte à pesquisa brasileira, uma vez que propicia a integração de todo o sistema de pesquisa e ensino superior por meio de uma rede nacional. Nesta rede (ou *backbone*), também são realizadas pesquisas para o desenvolvimento e o teste de novas tecnologias de informação e comunicação (TIC).

Em 2011, a RNP cumpriu 250% da meta física programada na avaliação do SigMCT – Ação 4655 – Operação e Desenvolvimento da internet na Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP, sob responsabilidade da Subsecretaria de Coordenação das

Unidades de Pesquisa – SCUP no PPA, mediante a realização de 10 (dez) Serviços de Rede Implantados.

Além da meta estabelecida na LOA para 2011, a OS: promoveu o desenvolvimento de novos protocolos, serviços e aplicações em redes de comunicação de alta capacidade, por meio de sua rede nacional de alto desempenho ou de redes para experimentação; desenvolveu ações de pesquisa tecnológica em TICs, fomentando projetos-piloto de demonstração, modelagem de redes, serviços e melhores práticas; promoveu a gestão de projetos de pesquisa e desenvolvimento em TICs que fossem referência para o estabelecimento de políticas públicas; atuou na prestação de serviços de capacitação de recursos humanos em TICs por meio de sua Escola Superior de Redes (ESR).

A Comissão de Avaliação da RNP, em seu Relatório Semestral 2011, enfatiza que a Associação continua sendo vetor de inúmeras atividades de inovação tecnológica visando ao constante aprimoramento da rede e serviços associados, de forma a manter a vanguarda da instituição no que diz respeito aos serviços de rede e acompanhar a evolução tecnológica em nível internacional. Tais iniciativas incluem, entre várias outras, apoio a projetos tecnológicos de ponta com a comunidade científica e absorção dos projetos exitosos, formação de recursos humanos para construir uma base de pessoal técnico qualificado para operação dos PoPs nas instituições de ensino e pesquisa, acordos com importantes parceiros internacionais na área de redes, articulação com a sociedade, órgãos governamentais e instituições de ensino dando suporte a iniciativas com grande impacto social. Por fim, concluiu que, dentre os 8 indicadores passíveis de avaliação dos 13 indicadores pactuados, todos tiveram suas metas alcançadas, exceto o Percentual de Disponibilidade Média da Rede. Deve ser considerado, que para atingir tal resultado, além três indicadores experimentais, que ainda não tiveram definidas metas, outros dois tiveram a medição de suas metas prejudicada e não foram considerados passíveis de avaliação neste momento e o indicador 2 Número de Iniciativas Estruturantes de Desenvolvimento Tecnológico teve sua meta reconsiderada reduzindo de 4 para 3 iniciativas, no acompanhamento semestral da Comissão de Avaliação.

A avaliação das metas pactuadas no Contrato de Gestão celebrado entre o MCTI e a RNP constará do Relatório Anual conclusivo a ser elaborado pela Comissão de Avaliação – CA – (que se reunirá em março de 2012), mediante análise do Relatório de Gestão Anual de 2011 da OS. O Relatório de Gestão 2011 da RNP, assim como o Relatório Anual e Conclusivo da Comissão, ficam à disposição nas páginas eletrônicas da RNP e do MCTI/SCUP.

Em 2011, a RNP contou com um montante de recursos para execução dos objetivos contratados de R$ 184.364.355,19 (cento e oitenta e quatro milhões trezentos e sessenta e quatro mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e dezenove centavos), sendo R$ 12.424.515,19 (doze milhões quatrocentos e vinte e quatro mil, quinhentos e quinze reais e dezenove centavos), acumulados até 31/12/2010 e a repactuados para o período subsequente e R$ 171.939.840,00 (cento

e setenta e um milhões novecentos e trinta e nove mil oitocentos e quarenta reais) de valores que foram recebidos pela OS ao longo do período assim distribuídos: R$38.800.000,00 (trinta e oito milhões e oitocentos mil reais), relativos à ação 4655/MCTI (ação principal da RNP); R$ 9.882.610,00 (nove milhões, oitocentos e oitenta e dois mil, seiscentos e dez reais) relativos à ação interministerial 4172/MCTI; R$ 65.333.340,00 (sessenta e cinco milhões, trezentos e trinta e três mil, trezentos e quarenta reais) relativos à ação interministerial 4172/MEC; R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) relativos à ação interministerial 4172/MinC; R$ 23.713.000,00 (vinte e três milhões setecentos e treze mil reais) mais R$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) como aporte do FNDCT/SEXEC; R$ 3.130.633,20 (três milhões, cento e trinta mil, seiscentos e trinta e três reais e vinte centavos) relativos à ação SETEC/MEC, R$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais) relativos à ação da SEED/MEC; e R$ 580.270,00 (quinhentos e oitenta mil, duzentos e setenta reais) relativos à ação da ITI/Casa Civil.

Conforme Balanço encerrado em 31 de dezembro de 2011, devidamente analisado pela ERNST & YOUNG TERCO, publicado no D.O.U. de 2 de março de 2012, constante do Relatório de Gestão 2011, evidencia um Saldo Financeiro (Disponibilidades) do Contrato de Gestão de R$ 99.798.689,00 milhões, para fins de programação inicial do conjunto das atividades da RNP-OS no exercício de 2012.

Dos dispêndios efetuados no período, relacionados às atividades da RNP-OS, foram gastos em Pessoal e Encargos o montante de R$ 17.444.830,00 milhões, correspondente a 14,48% do total dos recursos públicos financeiros repassados em 2011, mantendo-se dentro do limite de gastos fixado no Contrato de Gestão.

Os dois primeiros ciclos do Contrato de Gestão, 2002-2006 e 2007-2010, foram capazes de promover o alcance das metas de conexão de 100% das organizações usuárias primárias (universidades e unidades de pesquisa federais) nas capitais e grandes centros do interior, manutenção da qualidade e alta capacidade da rede nacional e de ampliação do uso de aplicações inovadoras. Foi ofertada uma infraestrutura avançada de pesquisa e educação em redes no Brasil, equivalente à dos países líderes em geração do conhecimento. No desenvolvimento tecnológico, em conjunto com grupos de pesquisa brasileiros, novas aplicações foram incorporadas à RNP, beneficiando as 600 organizações usuárias por intermédio de serviços avançados de vídeo, voz e dados. Também foram importantes os esforços para a educação continuada em TIC que vem permitindo difundir novas aplicações entre organizações de distintas áreas em apoio às políticas públicas de educação, saúde e cultura. Por último, graças às diretrizes estabelecidas em 2007 no momento do lançamento do Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional 2007-2010, a RNP passou a atuar na gestão de projetos de TIC que trouxeram resultados extremamente importantes para o apoio às políticas públicas em educação (ex.

educação a distância), saúde (ex. telemedicina e telessaúde) e cultura (ex. acesso e uso de conteúdos digitais).

O ano de 2011 marcou o início de uma nova etapa para a RNP. O Contrato de Gestão, que representa a parceria com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), foi renovado até 2016 em seu terceiro ciclo. Assim como ocorreu nos ciclos anteriores, o ambiente extremamente dinâmico do uso de tecnologias de informação e comunicação para educação e pesquisa tornou necessária a revisão do Quadro de Indicadores e Metas. O novo conjunto de indicadores pretende assegurar uma melhor e mais completa visibilidade e avaliação das ações estratégicas da RNP, seja tanto do ponto vista dos esforços realizados como dos resultados alcançados.

Também em 2011, a renovação nas políticas públicas iniciada pela nova administração federal definiu novos balizadores para o trabalho da RNP em ciência e tecnologia, educação, cultura e saúde. Para a RNP esse ano representou um ponto de inflexão na trajetória de seu crescimento e desenvolvimento organizacional, alinhado com a expansão e interiorização dos Sistemas brasileiros de Educação e de Ciência, Tecnologia & Inovação, refletindo o aumento da relevância da instituição no enfrentamento de problemas e desafios nacionais.

O MCTI recentemente anunciou a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012-2015. Nela, a RNP deverá expandir a rede nacional até 100 Gigabit/seg nas capitais sedes da Copa do Mundo e interiorizar o acesso aos campi de cerca de 900 municípios em alta velocidade. O que complementa a atuação junto às metas do Ministério da Educação (MEC) no Plano Nacional de Educação, principalmente na ampliação da Rede Federal de Educação Superior, na incorporação das tecnologias de informação e comunicação na escola e na formação a distância de professores.

Neste contexto que se concluiu a ampliação do Programa Interministerial RNP, que, além do MCTI e do MEC, e depois da incorporação do MinC em 2010, recebeu o MS. Tendo sido confirmada a adesão do Ministério da Saúde a partir de 2012, concretiza-se a visão estratégica formulada em 2007 para a ampliação do Programa, certamente devido ao seu sucesso em articular políticas públicas fortemente complementares em uma ação integrada que alcança resultados amplos por meio de recursos compartilhados.

Cabe destaque à implantação da sexta geração da rede acadêmica nacional de alto desempenho. A capacidade agregada da rede Ipê foi ampliada em 280%, o que a elevou ao patamar das mais avançadas redes acadêmicas do mundo. Este salto foi viabilizado graças à parceria com a empresa de telecomunicações Oi e com a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Na nova geração da rede Ipê, as conexões multigigabits (acima de 1 Gbps) passaram a atender 24 unidades da federação, incluindo todas as capitais das regiões Nordeste e Centro-Oeste e alcançando a região Norte. O grande desafio de levar infraestrutura de redes avançadas para a Amazônia começa a ser superado, ampliando a possibilidade de integração e colaboração nacional e

internacional. A rede Ipê já alcança todo o território nacional e, para os próximos anos, tem-se como meta a integração de todos os campi no interior.

O portfólio de iniciativas estratégicas que apóiam políticas públicas foi reestruturado e a sua sistemática de acompanhamento tem sofrido melhorias contínuas para que seja possível avaliar com mais exatidão o progresso de sua execução. Destaca-se a ampliação da Rede Universitária de Telemedicina (RUTE) e seus grupos de interesse em telemedicina e o início da execução dos projetos de comércio eletrônico do Mercosul Digital.

Resultados também continuaram sendo obtidos na estruturação e atendimento de públicos de interesse específicos, como as comunidades de Saúde, via RUTE, e dos Gestores de TIC das organizações primárias atendidas pela RNP.

Em relação aos serviços oferecidos às organizações usuárias da RNP, foi inaugurado o serviço de Telepresença, que visa incrementar a comunicação e colaboração entre pesquisadores, com ênfase nas aplicações de saúde, e dirigentes do meio acadêmico nacional, ao prover uma experiência imersiva de alta qualidade.

No campo do desenvolvimento tecnológico em Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), além de mais uma edição do Workshop RNP (WRNP), realizado em maio na cidade de Campo Grande, com apresentação dos avanços dos Grupos de Trabalho de P&D, destaca-se a aprovação da proposta Experimentação no Futuro da Internet entre Brasil e Europa (Fibre) submetida à Chamada Coordenada Brasil-Europa em TICs, com participação da RNP em um consórcio de nove instituições brasileiras, cinco europeias e uma australiana.

Os esforços de P&D para o atendimento das comunidades que demandam serviços inovadores e específicos continuam. Para isso, iniciou-se o serviço experimental de aprovisionamento dinâmico de circuitos entre o Brasil e redes de pesquisa no exterior. Registra-se, ainda, a realização na cidade do Rio de Janeiro, em setembro, do 11º Workshop Anual da Global Lambda Interactive Facility (GLIF), uma associação internacional de redes de pesquisa que busca a construção e o compartilhamento de uma infraestrutura de comunicação para uso por aplicações colaborativas internacionais que fazem uso intensivo de dados.

Os esforços de capacitação profissional em TIC continuaram e se ampliaram. Além das turmas planejadas que atendem as metas estabelecidas para 2011 no âmbito do Contrato de Gestão, a Escola Superior de Redes vem atendendo demandas específicas da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do MEC, alcançando a importante marca de 2.277 alunos neste ano.

Na gestão organizacional, o Programa de Mudança Organizacional iniciou a implantação de novos processos, com prioridade para temas chaves como Capital Humano, Relacionamentos Institucionais, Governança de TI e Propriedade Intelectual, mas não deixou de lado a implantação

dos macroprocessos redesenhados em 2010 e que tocam todas as partes da organização e, em particular, a elaboração e revisão de políticas e normas corporativas.

De forma a melhorar o entendimento dos projetos e programas que contribuem para o alcance dos objetivos estratégicos e são suporte para os macroprocessos organizacionais da RNP, são apresentas abaixo suas principais iniciativas estratégicas, de forma sucinta, com informações gerais sobre cada uma.

Capacitação em TICs - As atividades de capacitação em Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) são executadas pela Escola Superior de Redes (ESR) da RNP. Têm por objetivo preparar o corpo técnico das organizações usuárias da RNP para o exercício de competências aplicáveis ao uso eficaz e eficiente das TICs, dentro das seguintes áreas temáticas: administração de sistemas, administração e projeto de redes, segurança, e mídias de suporte à colaboração digital. Em 2011 foi lançada nova área temática de governança de Tecnologia da Informação (TI), para atender aos gestores de TI das organizações usuárias e aos técnicos que necessitem de formação gerencial.

Capes - A cooperação firmada entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e a RNP visa a atualização funcional e tecnológica do Portal de Periódicos da Capes, criado há 12 anos para promover o acesso a conteúdo científico de qualidade e subsidiar a comunidade acadêmica brasileira na realização de atividades de ensino e pesquisa. A expectativa é que esta cooperação se intensifique e que a RNP contribua de forma cada vez mais próxima e permanente para o desenvolvimento de soluções tecnológicas e a sustentação estratégica do portal.

Conexão de Clientes - A iniciativa Conexão de Clientes tem como meta prover a conectividade das instituições clientes da RNP à rede Ipê, na capacidade adequada às necessidades e expectativas destas organizações, conforme pactuado anualmente com o Comitê Gestor (CG) do Programa Interministerial para o Desenvolvimento e Manutenção da RNP (Programa Interministerial RNP). Vem, desta forma, contribuindo para as metas de interiorização do sistema de ensino e pesquisa brasileiro.

CTIC - O Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologias Digitais para Informação e Comunicação (CTIC) existe para fomentar a pesquisa e o desenvolvimento ligados a áreas estratégicas para o Brasil. Criado pelo governo federal, atualmente tem a RNP como sua incubadora e gestora. Para desenvolver produtos e serviços inovadores em TICs, o CTIC institui uma série de redes temáticas e equipes de pesquisa multi-institucionais, capazes de articular diversos grupos interessados nas múltiplas abordagens de um tema.

Artes, Cultura e Tecnologia -O objetivo do Programa Artes, Cultura e Tecnologia é prospectar oportunidades e desenvolver ações em conjunto com o Ministério da Cultura (MinC), no âmbito do Programa Interministerial RNP. A cooperação prevê dois projetos, em sua primeira

etapa: a Rede de Laboratórios em Arte, Cultura e Tecnologia e a Rede de Cinemas Universitários. O primeiro projeto estabelece um diálogo com uma significativa comunidade de artistas, produtores e pesquisadores em arte e tecnologia, que necessitam de espaços equipados para o desenvolvimento de projetos experimentais, testes de software e hardware, bem como para a realização de obras e espetáculos que demandem uma infraestrutura de rede avançada. O segundo projeto consiste na formação de uma rede de cinemas digitais, uma ação que busca ampliar o uso da conexão da Cinemateca Brasileira à infraestrutura de rede avançada operada pela RNP.

Gestão do Portfólio de Serviços - Ações coordenadas tratam da Gestão do Portfólio de Serviços e objetivam ofertar serviços que atendam às necessidades e expectativas dos clientes da RNP, permitindo-os usufruir das novas tendências tecnológicas e inovações. Estão disponíveis, no catálogo, serviços de comunicação e colaboração, disponibilização de conteúdos digitais, gestão de identidade, hospedagem estratégica e suporte à rede acadêmica.

InfraPoP - O projeto InfraPoP está orientado para melhorar continuamente a infraestrutura de operação dos Pontos de Presença (PoPs) da RNP, mediante investimento em equipamentos e obras, contribuindo, assim, para uma maior disponibilidade e qualidade da rede Ipê.

Internet Avançada - Também conhecido como Futura RNP ou RedeH (Rede Híbrida), o Programa Internet Avançada desenvolve atividades de prospecção tecnológica, com o objetivo de produzir conhecimentos e resultados experimentais que sirvam de base para o planejamento das próximas gerações da rede Ipê. O escopo do trabalho está dividido em quatro temas: comunidades de usuários e as demandas de suas aplicações, infraestrutura, arquitetura e tecnologias de redes, e suporte para aplicações de usuários.

Internet do Futuro - O Programa Internet do Futuro (IF) compõem um esforço, em frente ampla, de procurar novos rumos tecnológicos para a internet de hoje, que sofre de diversas limitações oriundas de sua arquitetura básica, já com mais de 30 anos. Esta busca se intensificou a partir de 2005 e envolve pesquisadores em vários países, inclusive no Brasil. No âmbito da iniciativa, a RNP vem atuando no Geni, programa criado em 2005 pela National Science Foundation (NSF), dos Estados Unidos; no projeto WebScience, do programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT), do CNPq, e seu subprojeto Arquiteturas de IF; e no projeto Experimentação no Futuro da Internet entre Brasil e Europa (Fibre), em consórcio com nove instituições brasileiras, cinco europeias e uma australiana.

IOLACT - O Programa Infraestrutura Óptica Latino-Americana de Ciência e Tecnologia (IOLACT) tem por objetivo fortalecer a integração internacional da RNP com as demais redes de ensino e pesquisa da América Latina, como parte da RedCLARA, através da implantação de rotas ópticas interligando o Brasil aos países latino-americanos que fazem parte da RedCLARA. IOLACT se iniciou em 2009, com um projeto de integração transfronteiriça entre Brasil e

Argentina, permitindo a integração das duas redes nacionais de pesquisa e complementando a infraestrutura da segunda geração da RedCLARA.

ION - O objetivo da ação Infraestrutura Óptica Nacional (ION) é substituir gradualmente as capacidades que formam o backbone nacional da rede Ipê, hoje contratadas junto às operadoras de serviços de telecomunicações, por comprimentos de onda ou por direitos de uso de pares de fibra óptica compartilhada com operadoras de telecomunicações ou com os detentores dessas infraestruturas. Espera-se assegurar, ao backbone da rede Ipê, completa independência do atual modelo de contratação de serviços de telecomunicações. Outro objetivo é aumentar as capacidades de serviços de telecomunicações que promovam o atendimento de instituições localizadas no interior.

Mercosul Digital - O projeto de apoio à Sociedade da Informação no Mercosul é uma iniciativa da União Europeia voltada a promover políticas e estratégias comuns relacionadas ao Mercosul e reduzir as assimetrias em matéria de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) da região. No escopo do projeto também estão previstos o desenvolvimento de competências e disseminação do uso das TICs entre as instâncias de decisão dos setores público, privado e da sociedade civil por meio de atividades conjuntas de capacitação e desenvolvimento de infraestrutura relacionadas com a formação de recursos humanos e aplicações de comércio eletrônico.

Nova rede Ipê - O objetivo do empreendimento Nova rede Ipê foi implantar a sexta geração da rede acadêmica nacional de alto desempenho, baseada em enlaces de múltiplos gigabits, inicialmente nas capacidades de 3 Gbps e 10 Gbps. Para isso, foi firmada parceria com a empresa de telecomunicações Oi e com a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). A parceria foi concretizada a partir dos termos de contrapartida em P&D da anuência da Anatel, estabelecida no final de 2008 para o processo de aquisição da Brasil Telecom pela Oi, entre eles a cessão de capacidade de transmissão em fibra óptica para uso não comercial pela RNP. Desta forma, a RNP foi capaz de levar a sexta geração da rede Ipê para 24 das 27 unidades da federação, alcançado a Amazônia em alta velocidade.

PMOrg-RNP - O Programa de Mudança Organizacional da RNP (PMOrg-RNP), em andamento desde 2009, visa implantar e operacionalizar o novo desenho organizacional da RNP, concebido como resultado do Projeto de Redesenho Organizacional da RNP (PRO-RNP), que foi realizado entre 2007 e 2008. Com término previsto para dezembro de 2012, espera-se, como principal benefício do PMOrg-RNP, contribuir para a excelência na gestão por meio de um modelo de desenvolvimento voltado para a inovação e o aprendizado contínuo.

Programa de Excelência dos PoPs - A iniciativa tem por objetivo promover o desenvolvimento do grau de excelência dos PoPs da RNP na manutenção e operação dos ativos de TICs que compõem a presença da RNP nos estados e no Distrito Federal. Contribuindo para

assegurar uma alta disponibilidade da rede, o programa tem como principal instrumento um plano de trabalho elaborado em conjunto por cada PoP, instituição abrigo e a RNP.

Programa GT-RNP - Em desenvolvimento desde 2002, o Programa Grupos de Trabalho (GTs) da RNP tem como objetivo promover a criação de projetos colaborativos entre a RNP e grupos de pesquisa nacionais, para demonstrar a viabilidade de uso de novos protocolos, serviços e aplicações de redes de computadores. Cada GT desenvolve um projeto específico, visando à proposta e à criação de pilotos de serviços que serão avaliados e, eventualmente, oferecidos aos usuários da RNP.

Redecomep - A iniciativa Redes Comunitárias de Educação e Pesquisa (Redecomep) tem como meta implantar redes de alta velocidade nas regiões metropolitanas do país servidas pelos PoPs da RNP e em cidades do interior com duas ou mais instituições públicas de ensino e pesquisa. O modelo adotado baseia-se na implantação de uma infraestrutura de fibras ópticas própria e na formação de consórcios entre as instituições participantes, de forma a assegurar sua autossustentação.

RedeIfes@Ipê - Rede das Instituições Federais de Ensino Superior no *backbone* Ipê é um projeto que tem por objetivo criar uma rede de intercâmbio de conteúdos entre as televisões e rádios das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), contribuindo assim para a ampliação do repertório disponível para a programação destes veículos. O projeto tem, entre suas principais entregas, a customização de uma aplicação de intercâmbio em rede dos conteúdos produzidos pela comunidade de TVs e rádios universitárias e a adequação da conectividade destes veículos de comunicação à infraestrutura de rede operada pela RNP. O RedeIfes@Ipê tem sua origem relacionada ao projeto de pesquisa aplicada liderado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e ao RedeIfes, GT da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), que pretende a formação de uma rede cooperativa no desenvolvimento de ferramentas para a convergência de mídias.

Relacionamento com Gestores de TIC - As ações da comunidade de Gestores de TIC das Organizações Usuárias Primárias da RNP intensificam o relacionamento com seus grupos representativos – Colégio de Gestores de TIC (CGTIC), da Andifes, e Fórum de Gestores de TI, dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Forti). Apoiadas pelo relacionamento mantido com as Secretarias de Educação Superior (Sesu) e de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), do Ministério da Educação (MEC), buscam assegurar um melhor entendimento e atendimento das necessidades e expectativas dessas instituições clientes da RNP.

Rute - A Rede Universitária de Telemedicina (Rute), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), faz parte das iniciativas brasileiras em telemedicina que oferecem, à comunidade de profissionais e instituições de saúde, serviços de videoconferência, diagnósticos e segunda

opinião formativa, educação contínua e permanente, além de web conferência, interconectando hospitais universitários e de ensino via RNP. Como impacto, prevê-se a melhoria no atendimento das populações das regiões mais carentes e sem atendimento médico especializado.

Telessaúde - A RNP e o Ministério da Saúde (MS) firmaram, ainda em 2006, contrato de colaboração para a integração de distintas ações da área de saúde baseadas em TICs com projetos e aplicações em desenvolvimento na RNP. A iniciativa compreende a implantação do Programa Nacional de Telessaúde, que teve início com o desenvolvimento de um Projeto Piloto Nacional Aplicado à Atenção Primária, e a criação de nove núcleos de telessaúde. Sua realização contribuiu para a integração do MS ao Programa Interministerial RNP.

SDE - O Programa Soluções Digitais para Educação foi criado no final de 2007 para atender às necessidades do MEC e, posteriormente, da Capes e de outros órgãos públicos com interesse em educação. Dispõe de conhecimento técnico e metodológico para conceber, desenvolver e integrar soluções inovadoras em ou com uso intensivo de TICs na educação.

TI Campi - A iniciativa Tecnologia da Informação nos Campi busca estender a infraestrutura avançada de rede, em níveis nacional e metropolitano, aos campi das universidades federais. A atuação da RNP consiste na execução de projetos, definidos em conjunto com a comunidade de Gestores de TIC, que ampliem e melhorem a infraestrutura local de comunicação de dados, utilizando tecnologias de redes IP, e que implementem serviços avançados nas novas redes, permitindo aos seus usuários se beneficiar da qualidade de uma ponta a outra, fim a fim.

2.C.I.I.IX. Ação 4192 – Pesquisa , Desenvolvimento e Aplicação da Luz Síncrotron e Outros Aceleradores na Associação Brasileira de Luz Síncrotron (ABTLuS)

Tipo: Atividade

Finalidade: Pesquisar, desenvolver e aplicar a fonte de luz síncrotron.

Descrição: Manutenção do serviço de fonte de luz síncrotron e suas 12 estações experimentais, além dos laboratórios de microscopia eletrônica, da varredura, de biologia estrutural, de microfabricação e de ciências dos materiais. Apoio a usuários de sua infraestrutura; desenvolvimento de tecnologia de aceleradores para a geração de luz síncrotron e a instrumentação científica necessária para o seu uso; realização de projetos de pesquisa; desenvolvimento de programas regulares de capacitação de recursos humanos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Secretaria Executiva - SEXEC/MCTI

Unidades Executoras: Administração Direta

Área responsável pelo gerenciamento: Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP

Coordenador da Ação: Maria Cristina de Lima Perez Marçal

Responsável pela execução da ação no nível local: Organização Social LNLS

Quadro XII - Quadro A.2.2 – Execução Física da ação

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo de Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser realizada em 2012
19	571	0461	4192	A	4	Unidade	230	231	207

Quadro XIIa - Quadro A.2.2– Metas e Resultados da Ação no Exercício

Previstas		Realizadas		% Execução	
Física Produto: Pesquisa Realizada	LOA	Física Produto: Pesquisa Realizada	Empenhado	Física	Orçamentária
230	67.340.000,00	231	67.340.000,00	100,00%	100%

Fonte: Informações extraídas do Sistema SigMCTI

Análise Crítica:

A ABTLuS desenvolve atividades coordenadas especificamente no plano de cada um dos Laboratórios Nacionais operados pela Organização Social, a saber: Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS), Laboratório Nacional de Biociências (LNBio), Centro de Ciência e Tecnologia do Bioetanol (CTBE) e Laboratório Nacional de Nanotecnologia (LNNano).

Em 2011, a ABTLuS atingiu a meta física programada na avaliação do SigMCTI – Ação 4192 – Pesquisa, Desenvolvimento e Aplicação da Luz Síncrotron e Outros Aceleradores na Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron (ABTLuS), sob responsabilidade da Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa (SCUP) no PPA, mediante a realização de 231 Pesquisas.

A Comissão de Avaliação da ABTLuS ressaltou, em seu Relatório Semestral de 2011, que a instalação dos novos laboratórios requer revisão da sistemática de elaboração da avaliação, e, portanto, dos indicadores de desempenho e resultados do Contrato de Gestão.

Após a análise do Relatório, a CA verificou na apuração parcial até o mês de junho de 2011 que todos os 19 Indicadores apresentam tendência de terem atingidas as metas pactuadas, com exceção do nº 11 – Taxa de Supervisão de pós-doutores. Depreende-se que a obsolescência das linhas de luz seja a principal causa para a provável não consecução da meta, fato que tem levado ao desinteresse relativo de jovens pesquisadores no pós-doutorado, preferindo se vincular a Universidades ou dirigir-se ao exterior.

A avaliação das metas pactuadas no Contrato de Gestão celebrado entre o MCTI e a ABTLuS constará do Relatório Anual conclusivo a ser elaborado pela Comissão de Avaliação (CA),- mediante análise do Relatório de Gestão Anual de 2011 da OS, que se reunirá em março de 2012. O Relatório de Gestão 2011 da ABTLuS, assim como o Relatório Anual e Conclusivo da Comissão, da mesma forma que os demais, ficam à disposição nas páginas eletrônicas da ABTLuS e do MCTI/SCUP.

Em 2011, o ABTLuS contou com um montante de recursos para execução dos objetivos contratados de R$ 163.924.000,00 (cento e sessenta e três milhões novecentos e vinte e quatro mil reais), sendo R$ 72.584.000,00 (setenta e dois milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil reais), acumulados até 31/12/2010 e a repactuados para o período subsequente e R$ 91.340.000,00 (noventa e um milhões, trezentos e quarenta mil reais) de valores que foram recebidos pela OS ao longo do período assim distribuídos: R$ 67.340.000,00 da ação 4192 e R$ 3.000.000,00 da ação 10ZS, ambas inseridas na LOA/MCTI e R$ 21.000.000,00 de recursos do FNDCT/SEXEC.

Conforme Balanço encerrado em 31 de dezembro de 2011, analisado pela ERNST & YOUNG TERCO Auditores Independentes S.S., publicado no D.O.U. de 14 de março de 2012, constante do Relatório de Gestão 2011 da ABTLuS, evidencia um Saldo Financeiro (Disponibilidades) de R$ 76.614 milhões, sendo este valor referente à Associação como um todo, incluindo possíveis convênios, contratos administrativos, demais receitas e recursos advindos do Contrato de Gestão.

Dos dispêndios efetuados no período, relacionados às atividades da ABTLuS, foram gastos em Pessoal e Encargos o montante de R$ 43.226 milhões, correspondente a 47,3% do total do recurso repassado para o ano.

Na ABTLuS a submissão de propostas de pesquisas pela comunidade de pesquisadores do Brasil e do exterior são concretizadas via um Portal de Serviços que tem a missão de realizar a sua gestão. A concepção desse Sistema de Informação foi realizada com o objetivo de atender à missão dos Laboratórios Nacionais de atuar de forma aberta, multidisciplinar e multiusuário.

Todos os pesquisadores interessados em utilizar o complexo de laboratórios existente devem submeter seus projetos científicos por meio do Portal de Serviços. Este sistema garante à comunidade de usuários a igualdade de condições para a realização das pesquisas que são julgadas por consultores *ad hoc* e comitês científicos externos, formados pela comunidade de pesquisadores que utilizam estas instalações, prezando, assim, pela avaliação do mérito científico.

Em 2011, os pesquisadores-usuários tiveram acesso a 4123 horas de feixe de luz síncrotron para a realização de pesquisas nas diversas áreas do conhecimento, algo em torno de 94,32% da meta pactuada no Contrato de Gestão. Em 2011, as instalações do LNLS, LNBio e LNNano atenderam a 917 propostas de pesquisa de usuários acadêmicos e empresariais, que resultaram no número de 337 publicações.

Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS)

Experiências com luz síncrotron, produzidas por equipamento de grande porte visam acelerar elétrons até velocidades próximas daquela da luz. Como consequência, ocorre a emissão de radiação eletromagnética de grande intensidade em todo o espectro eletromagnético. Com o uso da luz síncrotron podem-se substituir diversos equipamentos (tais como máquinas de raios x, fontes de rádio frequência, de microondas, diferentes tipos de lasers no ultravioleta, visível e infravermelho) para adequar a diversidade experimental quando se necessita de frequência de baixa intensidade. O resultado são experiências de longa duração, sendo necessários equipamentos inteiramente diferentes para cada segmento do espectro eletromagnético. A utilização de Luz Síncrotron, que atinge altas intensidades, proporciona redução de uma ou duas semanas de trabalho, conseguindo-se "escapar" de experimentos que levariam de seis meses a um ano para serem concluídos quando se utiliza equipamentos tradicionais.

O projeto e construção do LNLS (Laboratório Nacional de luz síncrotron) foram inteiramente realizados no Brasil por técnicos brasileiros e quase sem consultoria externa formal. É, para qualquer especialista que tenha acompanhado o processo, um dos maiores feitos tecnológicos realizados inteiramente no Brasil.

Projetado em 1983, a Fonte de Luz Síncrotron já está em operação há 14 anos e possui atualmente 14 linhas de luz (uma décima quinta linha de luz está em fase de comissionamento e uma décima sexta, em fase final de construção), alimentadas por radiação síncrotron, que operam simultaneamente, por 24 horas, de segunda até sábado pela manhã.

Os programas atuais desenvolvidos pela ABTLuS relacionados a P,D&I com luz síncrotron estão basicamente afetos a experimentos dedicados e a customização das instrumentações científicas, de forma a alcançar um patamar mais sofisticado e competitivo para a pesquisa científica no País, Incluindo a construção de novas linhas de luz e a modernização das 12 linhas de luz em operação. O aparato instrumental continua sendo a única fonte de luz síncrotron da América

Latina, opera com uma energia de 1,37 GeV (gigaelétrons volts), o que permite gerar radiações eletromagnéticas que vão do ultravioleta até a faixa de raios-X moles. Em alguns trechos retos do seu anel estão instalados dispositivos de inserção – *wiggler* (MX2) e ondulador (PGM) - que, por induzirem a oscilação dos elétrons durante a sua trajetória, aumentam o brilho da radiação.

As atividades de pesquisa desenvolvidas nas linhas de luz contam com o apoio de 14 grupos técnicos responsáveis pelo desenvolvimento de novas instrumentações e pela manutenção e construção de equipamentos utilizados no anel de armazenamento e nas linhas de luz. Esses grupos realizam, anualmente, mais de mil horas anuais de estudos de máquina com o objetivo de refinar as operações, diminuir a emitância vertical do feixe de elétrons, aumentar o fluxo de fótons, testar e instalar novos equipamentos, entre outros.

Em 2011, o projeto Sirius se consolidou como prioridade na agenda científica nacional. Governo, comunidade acadêmica, agências de fomento e grandes empresas nacionais se aperceberam da importância do projeto como infraestrutura fundamental para o desenvolvimento nacional. A ideia da construção de uma nova fonte de luz Síncrotron de terceira geração, apresentada em março de 2008, contou com o primeiro aporte de recursos ainda nesse ano. O apoio continuou nos anos subsequentes, quando se avançou no projeto conceitual; na validação por meio de protótipos das soluções técnicas propostas e na atualização da infraestrutura técnica do campus para dar suporte à execução do projeto. Hoje, Sirius é o projeto mais audacioso do CNPEM e 2011 foi o ano de seu maior avanço.

Laboratório Nacional de Nanotecnologia (LNNano)

O LNNano foi instalado em julho de 2011, reunindo três unidades anteriormente vinculadas ao LNLS: o Laboratório de Microscopia Eletrônica (LME), o Laboratório de Microscopia de Tunelamento e Força Atômica (MTA) e o Laboratório de Microfabricação (LMF).

Durante o ano de 2011, foram executados projetos derivados de 37 propostas submetidas ao Laboratório de Microfabricação (LMF). A maioria das propostas teve origem em instituições de pesquisa do Estado de São Paulo, mas inclui também os estados de Goiás, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Essas propostas resultaram na publicação de 18 artigos em periódicos indexados, 3 capítulos de livros, 1 livro, 7 trabalhos completos em conferências internacionais, 3 pedidos de patente e mais de 50 trabalhos em congressos nacionais.

No Laboratório de Microscopia de Tunelamento e Força Atômica (MTA), no ano de 2011, foram submetidas ao MTA 29 propostas e executadas 26 pesquisas internas e externas, um recorde. Foram realizados, ainda, serviços para indústria. Isso, em grande parte, ocorreu devido à liberação de um novo instrumento ao uso da comunidade científica e ao apoio de 2 técnicos, o que resultou na ampliação da capacidade instalada em torno de 30%.

No Laboratório de Microscopia Eletrônica (LME), foi aberto ao uso por pesquisadores o Microscópio Eletrônico de Transmissão com canhão com emissão por efeito de campo (TEM-FEG). Esse microscópio contribuirá de forma significativa em muitas pesquisas. Está equipado com um detector de espectroscopia por perda de energia de elétrons (EELS), capaz de realizar análise de elementos leves com resolução quase atômica, tanto em composição quanto em estados de ligação. Possui um detector de espectroscopia de dispersão em energia (EDS) que pode realizar análises composicionais com resolução de até 1 nm, além de um detector de campo escuro para altos ângulos que possibilita obter imagens "composicionais" com resolução de 1,4 Å.

Foi iniciada a modernização da infraestrutura física de dois laboratórios de preparação de amostras - um para difração e outro para microscopia eletrônica de transmissão. Foram instalados e comissionados um difratômetro de raios X de anodo rotatório para análises de materiais e programas para o processamento de imagens e espectros, o que melhorou a resolução espacial das imagens e em energia dos espectros, e um digitalizador de negativos de alta resolução (4000 dpi) e alta densidade óptica (D Max de 4.2).

O LNNano tem, atualmente, a maior parte do seu pessoal e esforços concentrados na caracterização microscópica de materiais e dispositivos e um grupo de microfabricação, bastante ativo, mas pequeno. Tem também uma atividade crescente de processamento de materiais metálicos, concentrada na soldagem por atrito (*Friction Stir Welding*) e vinculada ao LME. Se for comparado a laboratórios com missão semelhante em países desenvolvidos, a ênfase na criação de materiais e dispositivos e dos respectivos processos de fabricação é muito pequena, se comparada à caracterização. Para se atingir um maior equilíbrio entre as atividades de caracterização e de criação de novos materiais, novas atividades estão sendo planejadas para incrementar a pesquisa e a participação no desenvolvimento e inovação de produtos e processos que incorporem nanotecnologias. Dentro dessa perspectiva, está recebendo especial atenção a utilização de matérias primas derivadas da biomassa. O primeiro passo será a criação de um laboratório de materiais nanoestruturados. Essa diversificação de atividades será feita sem onerar as demais atividades do LNNano e, especialmente, sem prejudicar o atendimento aos pesquisadores e usuários da comunidade científica e tecnológica brasileira.

Laboratório Nacional de Ciência e Tecnologia do Bioetanol (CTBE)

O ano de 2011 foi dedicado à continuidade da implantação e ao início das operações do CTBE. Teve início a operação dos Laboratórios de Processos Químicos, de Bioprocessos e a área de Biologia Molecular, foi finalizada a escolha da empresa responsável pela instalação dos equipamentos da Planta Piloto para Desenvolvimento de Processos (PPDP) e, ao final do ano, três

das seis unidades e o módulo das Utilidades da Planta Piloto haviam sido comissionados e estavam operacionais.

Em 2011, também foi elaborado e executado o Projeto de Montagem do conjunto de Laboratórios do Programa de Pesquisa Básica (Laboratórios de Biologia Estrutural e Funcional e e-Science), instalado na área central do andar térreo do Prédio do CTBE, bem como a definição de alguns Sistemas de Avaliação de Alta Velocidade (SAAVs).

A fim de preparar o início das operações, durante 2011 foi concebido o Plano Estratégico de Gestão do CTBE 2012-2016 que indica o conjunto de metas para o período. O Plano de Metas foi concebido para ser uma ferramenta de gestão, auxiliando a tomada de decisão no que diz respeito à alocação de recursos, priorização de projetos e escolha de parceiros, dentre outros temas relevantes para a gestão do Laboratório.

Em resumo, o CTBE foi criado para desenvolver programas ligados aos principais gargalos apontados no relatório do Projeto Etanol e se subdivide em programas de atuação:

- *Programa Industrial*
- *Programa de Avaliação Tecnológica*
- *Programa Agrícola*
- *Programa de Sustentabilidade*
- *Programa de Pesquisa Básica*

O Programa Agrícola investiu no desenvolvimento e na construção da Estrutura de Tráfego Controlado (ETC), bem como no experimento de Agricultura de Precisão (AP) na Usina da Pedra. O Programa de Avaliação Tecnológica (PAT) realizou, ao longo de 2011, várias ações para construir um Biorrefinaria Virtual de Cana-de-Açúcar (BVC) de primeira e segunda gerações e a incorporação de modelos agrícolas para avaliação integrada das fases agrícola e industrial.

O Programa Agrícola investiga um conceito de mecanização menos agressivo, que permita ampliar a produtividade da cana-de-açúcar, reduzir custos e proteger o solo, por meio da eliminação das operações convencionais de preparo da terra e implantação do plantio direto, além da redução do tráfego de maquinário agrícola. Estão previstos também estudos sobre agricultura de precisão, recuperação da palha e plantio mecanizado. Em 2011, foram desenvolvidas atividades que irão apoiar as macrometas do PAG para 2012 a 2016, como, por exemplo, "Desenvolver estrutura de tráfego controlado visando reduzir em 80% o tráfego de máquinas sobre o solo e promover a disseminação do plantio direto em cana-de-açúcar."

O Programa Industrial tem foco no desenvolvimento da tecnologia de produção do etanol celulósico. Conta com uma Planta Piloto para Desenvolvimento de Processos (PPDP), com 2.500m^2 de área construída, e que será utilizada por pesquisadores brasileiros e do exterior no

desenvolvimento e escalonamento de técnicas de produção de etanol celulósico e de outros produtos de alto valor agregado a partir do bagaço e da palha de cana-de-açúcar.

A aquisição de equipamentos de processo para a PPDP foi realizada majoritariamente nos anos de 2010 / 2011. O prédio principal e as instalações auxiliares da planta piloto foram oficialmente concluídos no segundo semestre de 2010.

No primeiro semestre de 2011, foram concluídas a instalação e a interligação de equipamentos da área de Utilidades (central de geração de vapor e aquecimento de óleo térmico, central de ar comprimido e sistema de água de resfriamento e abrandamento).

A montagem dos equipamentos da PPDP começou no segundo semestre de 2011, com a priorização da instalação dos módulos de Produção de Enzimas (PPDP3), Hidrólise Enzimática (PPDP4) e Fermentação Alcoólica (PPDP6).

Os fermentadores dos módulos de Produção de Enzimas, Hidrólise Enzimática (PPDP4) e Fermentação Alcoólica (PPDP6) foram comissionados e colocados em operação com os materiais em pesquisa dos laboratórios de desenvolvimento de processo, o mesmo ocorrendo para a centrífuga de discos da Fermentação Alcoólica.

O Programa de Sustentabilidade tem como foco o estudo dos impactos de novas tecnologias sobre a sustentabilidade da cadeia produtiva cana-de-açúcar/bioetanol. As linhas de atuação do Programa foram definidas com foco em itens da cadeia produtiva do etanol, considerados fundamentais nas agendas nacional e internacional, a saber: Emissões de Gases de Efeito Estufa; Impactos Socioeconômicos; Impactos sobre os Recursos Hídricos; Impactos sobre a Biodiversidade e Análise Integrada; Construção de Banco de Dados. Em 2011, as atividades relacionadas aos itens da cadeia produtiva avançaram conforme o planejado pelo CTBE.

O Programa de Avaliação Tecnológica – PAT – surgiu da necessidade de se definir uma estratégia para medir o sucesso do CTBE. Para tanto, foi concebida uma Biorrefinaria Virtual de Cana-de-Açúcar, plataforma de simulação que integrará toda a cadeia produtiva da cana-de-açúcar e que será validada na indústria atual, permitindo avaliar o impacto da introdução de novas tecnologias (etanol celulósico e outros produtos da química verde) com relação às atualmente praticadas na indústria.

As principais atividades realizadas pelo PAT em 2011 incluem o avanço na construção da Biorrefinaria Virtual de Cana-de-açúcar de primeira e segunda geração, início das discussões para inclusão de outras rotas (alcoolquímica, sucroquímica e termoquímica) na biorrefinaria, incorporação de modelos agrícolas para avaliação integrada das fases agrícola e industrial, discussão das metodologias utilizadas para avaliação de indicadores de sustentabilidade, avaliação dos procedimentos para integração dos softwares usados na BVC, início da construção de banco de

dados de investimentos dos equipamentos usados na biorrefinaria e início das discussões para a realização de avaliações anuais de experimentos e de práticas inovadoras dentro e fora do CTBE.

O Programa de Pesquisa Básica do CTBE busca respostas para os desafios científicos e tecnológicos relacionados à produção de bioetanol. Esses desafios envolvem diversas áreas das ciências, como na biologia, física e química. O PPB tem uma agenda científica em cada uma dessas áreas e vem desenvolvendo uma metodologia de gerenciamento e condução de projetos com uma abordagem interdisciplinar. Essa agenda está centrada na produção de conhecimento sobre fenômenos básicos relacionados à produção do etanol celulósico de cana, desde a fotossíntese até a desconstrução da celulose em açúcares fermentáveis. Os estudos incluem a estrutura molecular de carboidratos e proteínas, síntese e degradação de polissacarídeos, metabolismo vegetal, nanotecnologia relacionada aos materiais vegetais, além do aprofundamento em assuntos envolvendo a química verde, conversão de energia química em mecânica, combustão do etanol e outros.

Em 2011, o PPB publicou 21 artigos em revistas indexadas e um capítulo de livro. Foram desenvolvidas pesquisas nas áreas de caracterização física e química da biomassa de cana-de-açúcar, produção e caracterização de enzimas de microorganismos e plantas, e estudos da ação de enzimas sobre polissacarídeos, principalmente.

Laboratório Nacional de Biociências (LNBio)

Na década de 90, progressos na área de biologia molecular, principalmente em genômica e proteômica, dependiam essencialmente da radiação síncrotrônica. Como consequência, em 1999 foi criado um complexo de laboratórios auxiliares (espectroscopia de massa, equipamento de magnetismo nuclear, cromadores, preparação de amostras etc.), que, em 2009, ganhou o status de Laboratório Nacional.

As realizações do LNBio em 2011 indicam o alinhamento das atividades com a missão do Laboratório, especialmente no que se refere ao atendimento a usuários em suas instalações abertas, à manutenção da excelência em pesquisa científica comprovada pela qualidade das publicações de seus pesquisadores e ao alinhamento dos esforços de seu Setor de Inovação em promover a relação entre a investigação científica realizada no LNBio e os interesses do setor produtivo empresarial.

Em 2011, nos equipamentos de uso aberto a pesquisadores-usuários externos operados pelo LNBio foram executadas 509 propostas de pesquisas submetidas pelo Portal de Serviços por grupos de diversas Instituições de Pesquisa. Desse total, a grande maioria (505) foi apresentada por pesquisadores vinculados a instituições brasileiras. As pesquisas realizas no âmbito dos quatro Programas Científicos do LNBio resultaram em 72 publicações, sendo 67 em periódicos indexados, 22 deles com Fator de Impacto maior que 5.

O trabalho do Setor de Inovação do LNBio gerou a assinatura de cinco contratos em 2011, sendo um deles o primeiro contrato de transferência de uma tecnologia desenvolvida por pesquisadores do LNBio a uma empresa nacional de capital privado. Dois pedidos de patentes de invenção foram depositados no mesmo período, sendo que um deles, protocolado no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) em maio de 2011, foi o primeiro pedido originado de pesquisa interna do Laboratório.

Três novos laboratórios foram implantados entre 2010 e 2011 com recursos provenientes de agências de fomento e de empresas: o Laboratório de Bioinformática Estrutural (LBI), o Laboratório de Bioensaios (LBE) e o Laboratório de Modificação do Genoma (LMG). A estruturação desses laboratórios foi concluída em 2011 para uso multiusuário e para atendimento de projetos de responsabilidade do LNBio ou provenientes de parcerias tecnológicas com empresas. Outros dois laboratórios estão em fase de implantação: o de Vetores Virais (LVV), que já atende a projetos internos do LNBio, e o de Síntese Orgânica (LSO).

2.C.I.II. Programa 0473 – Gestão da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação

Quadro XIII - Quadro A.2.1 – Demonstrativo da execução por programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0473	**Denominação:** Gestão da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação					
Tipo do Programa: Gestão de Políticas Públicas						
Objetivo Geral: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de ciência, tecnologia e inovação.						
Objetivos Específicos: Não possui / Objetivo Setorial: Promover o conhecimento científico e tecnológico com vistas à melhoria da qualidade de vida						
Gerente: Secretário Executivo			**Responsável:** Gerente-Executivo: Maria do Socorro Fernandes			
Público Alvo: Governo						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						**Em R$ 1,00**
Dotação		**Despesa Empenhada**	**Despesa Liquidada**	**Restos a Pagar não processados**	**Valores Pagos**	
Inicial	**Final**					
53.927.400,00	**53.927.400,00**	**27.553.417,00**	**22.892.492,00**		**20.501.396,00**	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	**Indicador (Unidade medida)**	**Referência**			**Índice previsto no exercício**	**Índice atingido no exercício**
		Data	**Índice inicial**	**Índice final**		
1	Não possui	**99/99/99**	**99,99**	**99,99**	**99,99**	**99,99**
Fórmula de Cálculo do Índice						
Não possui						
Análise do Resultado Alcançado						
Não possui						

Fonte: Informações extraídas do Sistema SigMCT

Análise Crítica: O Programa 0473 – Gestão da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação fica sob responsabilidade da ASCAV/SEXEC/MCTI, não cabendo à SCUP fazer a análise crítica do mesmo.

2.C.I.II.I Ações do Programa 0473 sob encargo direto da SCUP

2.C.I.II.I.I Ação 7306 – Implantação do Sistema Integrado de Gestão nas Unidades de Pesquisa do MCTI

Tipo: Projeto

Finalidade: Introduzir sistema de ferramentas informatizadas para a gestão das informações gerenciais e do conhecimento científico e tecnológico desenvolvido nas Unidades de Pesquisa do MCTI.

Descrição: Adaptação e implantação do Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas, desenvolvido pelo CenPRA - Centro de Pesquisa Renato Archer (hoje Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer – CTI), nas demais Unidades de Pesquisa do MCTI, promovendo a evolução e o aperfeiçoamento das práticas de gestão, controle de projetos e programas, estruturação e registro do acervo de conhecimentos produzidos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Secretaria Executiva- SEXEC/MCTI

Unidades Executoras: Administração Direta

Área responsável pelo gerenciamento: Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP

Coordenador nacional da Ação: Carlos Oití Berbert

Quadro XIV - Quadro A.2.2 – Execução Física da ação

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo de Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser realizada em 2012
19	126	0473	7306	P	4	% Execução Física	30	30	2

Quadro XIVa - Quadro A.2.2 – Metas e Resultados da Ação no Exercício

Previstas	Realizadas	% Execução

Física Produto: Sistema Implantado	LOA	Física Produto: Sistema Implantado	Empenhado	Física	Orçamentária
30	1.000.000,00	30	1.000.000,00	100%	100,00%

Fonte: Informações extraídas do Sistema SigMCTI

Análise Crítica: Com relação ao cumprimento da meta física, o produto da ação previsto para o exercício de 2011 era de 30% do Sistema SIGTEC implantado nas Unidades de Pesquisa, o qual teve a execução física de 100% e uma execução orçamentária de 100,00%. Registre-se aqui que a versão SIGTECWeb do Sistema já está implantada em 11 das 13 Unidades de Pesquisa do MCTI**:** CTI Renato Archer, LNA, CETEM, INPA, INT, IBICT, MAST, ON, LNCC, INSA e MPEG, além dos Núcleos Regionais do INPA em Rondônia, Roraima e Acre e da Coordenação do INT no Nordeste (CETENE).

2.C.I.II.I.II Ação 4475 – Desenvolvimento de Estudos de Prospecção e Gestão Estratégica no Centro de Gestão de Estudos Estratégicos (CGEE-OS)

Tipo: Atividade

Finalidade: Apoiar o processo de planejamento e de tomada de decisões em assuntos pertinentes à Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, em especial por meio da realização de estudos prospectivos e de atividades de avaliação de estratégias e impactos econômicos e sociais das políticas, programas e projetos científicos e tecnológicos.

Descrição: Realização de estudos e pesquisas em C,T&I, avaliação de estratégias e impactos econômicos e sociais das políticas, programas e projetos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Secretaria Executiva - SEXEC/MCTI

Unidades Executoras: Administração Direta

Área responsável pelo gerenciamento: Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP

Coordenador da Ação: Maria Cristina de Lima Perez Marçal

Responsável pela execução da ação no nível local: Organização Social CGEE

Quadro XV - Quadro A.2.2 – Execução Física da ação

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo de	Prioridade	Unidade de M	Meta Previst	Meta Realizada	Meta a ser re

				Ação		**edida**	**a**		**alizadaem2012**
19	121	0473	4475	A	4	Unidade	6	6	**6**

Quadro XVa - Quadro A.2.2 – Metas e Resultados da Ação no Exercício

Previstas		**Realizadas**		**% Execução**	
Física Produto: Estudo Realizado	LOA	Física Produto: Estudo Realizado	Empenhado	Física	Orçamentária
6	5.850.000,00	6	5.850.000,00	100%	100%

Fonte: Informações extraídas do Sistema SigMCTI

Análise Crítica:

Em 2011, o CGEE executou 100% da meta física programada na avaliação do SigMCT – Ação 4475 – Desenvolvimento de Estudos de Prospecção e Gestão Estratégica no Centro de Gestão de Estudos Estratégicos (CGEE), sob responsabilidade da Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa (SCUP) no PPA, mediante a realização de 6 Estudos.

No ano de 2011 o CGEE produziu 12 publicações, sendo quatro (04) da série Documentos Técnicos, cinco (05) na forma de livros impressos e uma (01) em formato digital (CD ROM) mais dois Relatórios Institucionais. As publicações tiveram o objetivo de apresentar e divulgar os principais resultados das atividades desenvolvidas pelo Centro e foram desenvolvidos pela equipe do CGEE e por consultores especializados. Dentre os temas abordados e tratados constam energia e eficiência energética, convergência tecnológica, semicondutores orgânicos, impacto econômico das TICs, sustentabilidade da produção de alimentos, desenvolvimento regional, mudanças climáticas, entre outros assuntos.

A Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão do CGEE, em seu Relatório Semestral de Acompanhamento da consecução das metas pactuadas para 2011, observou as informações constantes do Relatório Semestral CGEE 2011 e respectivos documentos comprobatórios, bem como aquelas prestadas pela Direção do CGEE durante sua apresentação, que a levou a concluir que a referida OS cumpriu ou apresentou a tendência de cumprimento das metas pactuadas para o período.

A avaliação das metas pactuadas no Contrato de Gestão celebrado entre o MCT, a FINEP e o CGEE constará do Relatório Anual conclusivo a ser elaborado pela Comissão de Avaliação – CA,

que se reunirá em abril de 2012 para analisar o Relatório de Gestão Anual de 2011 do CGEE. Este Relatório, assim como o Relatório Anual e Conclusivo da Comissão, da mesma forma que os demais, ficam à disposição nas páginas eletrônicas do CGEE e do MCTI/SCUP.

Neste exercício de 2011 o CGEE contou com um montante de recursos para execução dos objetivos contratados de R$ 43.676.168,45 (quarenta e três milhões seiscentos e setenta e seis mil, cento e sessenta e oito reais e quarenta e cinco centavos), sendo R$ 16.036.168,45 (dezesseis milhões, trinta e seis mil cento e sessenta e oito reais e quarenta e cinco centavos), acumulados até 31/12/2010 e a repactuados para o período subsequente e R$ 27.640.000,00 (vinte e sete milhões, seiscentos e quarenta mil reais) de valores que foram recebidos pela OS ao longo do período assim distribuídos: R$ 5.850.000,00 da ação 4475 e R$ 21.790.000,00 de recursos do FINEP/FNDCT.

Conforme Balanço encerrado em 31 de dezembro de 2011, devidamente analisado pela Baker Tilly Brasil MG Auditores independentes, publicado no D.O.U. de 13 de março de 2012, constante do Relatório de Gestão 2011, evidencia um Saldo Financeiro (Disponibilidades) de R$ 13,957 milhões, para fins de programação inicial do conjunto das atividades da OS no exercício de 2012.

Dos dispêndios efetuados no período, relacionados às atividades do CGEE, foram gastos em Pessoal e Encargos o montante de R$ 12.553 milhões, correspondente a 45% do total dos recursos recebidos em 2011, mantendo-se dentro do limite de gastos fixado no Contrato de Gestão.

Dentre os 16 estudos concluídos de seu portfólio de trabalhos neste exercício se cita-se alguns que destacam pelos resultados obtidos em breve relato:

Subsídios para o Reposicionamento Estratégico do CNPq

Este estudo teve como objetivo gerar subsídios para reposicionar estrategicamente o CNPq, com base nas mudanças recentes no ambiente de ciência, tecnologia e inovação no Brasil e no mundo. Para tanto, foram empregados métodos e técnicas que fazem parte da abordagem metodológica do CGEE, fundamentada no conceito do *foresight* estratégico, utilizada em estudos que visam subsidiar processos de planejamento com visão de médio e longo prazos. A metodologia de trabalho foi construída de forma a incentivar a participação de atores internos e externos segundo um processo contínuo de agregação de valor às informações obtidas e de busca de consensos.

O produto final do estudo, apresentado na forma de um Mapa Estratégico, foi construído a partir da análise da matriz de impactos cruzados e dos subsídios provenientes de todos os procedimentos metodológicos adotados nas diferentes etapas do estudo, a saber: *position papers* elaborados por renomados especialistas estrangeiros; análise de formas de atuação de instituições congêneres ao CNPq; entrevistas com atores de destaque do SNCTI; consulta eletrônica para atores internos e externos ao CNPq; relatórios de Grupos Temáticos, constituídos por técnicos do CNPq; e

oficinas para elaboração de matriz SWOT e construção da matriz de impactos cruzados das macro-diretrizes estratégicas.

Os temas contemplados no Mapa Estratégico foram: avaliação, acompanhamento e indicadores; modelo de gestão; inovação; compromisso social; integração, interação com os parceiros e pró-atividade; transversalidade; e internacionalização. A entrega do Mapa Estratégico foi feita por meio de reunião de trabalho entre as diretorias do CGEE e do CNPq.

Semicondutores Orgânicos **na Indústria da Informação e Comunicação**

Este estudo deu sequencia a outros sobre o mesmo tema elaborados pelo CGEE e procurou identificar elos e nichos de mercado na cadeia industrial, além de propor ações que subsidiem tomadores de decisão no fortalecimento do emprego de semicondutores orgânicos na indústria da informação e comunicação. Intensa mobilização de especialistas e larga pesquisa bibliográfica precederam as conclusões e recomendações desse estudo, que propõe a integração de instrumentos de fomento e apoio já existentes em dois programas de ação: um de incentivo ao desenvolvimento tecnológico e outro, de apoio ao nascimento de empresas e de negócios (em novas empresas ou em empresas já estabelecidas). O primeiro programa, chamado "Empreendedorismo em Eletrônica Orgânica com Planos de Negócios", tem como principal característica promover a interação entre a comunidade acadêmica e empresarial a fim de que novos negócios e empresas possam surgir e se desenvolver.

O segundo, nomeado "Demonstradores de tecnologia", tem por finalidade incentivar que os grupos de pesquisa vençam desafios técnicos que atualmente retardam a adoção da tecnologia orgânica.

Apoio técnico à transformação da Finep em instituição financeira

Em 2011, o CGEE e a Finep elaboraram Termo de Referência para contratação de empresa especializada, cujo escopo incluía os seguintes tópicos: (1) entender os modelos institucionais internacionais de financiamento à inovação; (2) definir cenários e opções estratégicas para a transformação da Finep em instituição financeira; (3) elencar os requisitos básicos de negócio para a transformação da Finep em instituição financeira; e (4) elencar os principais impactos no atual modelo de atuação da Finep.

Estes aspectos foram detalhadamente estudados pela empresa Ernst & Young Terco e apresentados à direção da Agência em setembro de 2011, o que possibilitou à FINEP identificar sete opções de transformação institucional. Por demanda da Finep, o CGEE deu início a análise complementar ao estudo anterior, com vistas a avaliação dos impactos legais e infra legais de uma

das opções preferenciais para a transformação da Agência em instituição financeira, qual seja o modelo de "Agência de Fomento".

Plataforma Aquarius

Em meados do primeiro semestre de 2011, o MCTI apresentou ao CGEE demanda para o desenvolvimento de nova plataforma eletrônica voltada para o apoio à modernização, dinamização e aumento da transparência da gestão do Ministério, assim como garantir melhores resultados aos investimentos públicos em CT&I. Tal plataforma foi posteriormente denominada "Aquarius".

A Plataforma Aquarius, em sua fase inicial, compreende a implementação de três atividades vinculadas e convergentes, resumidamente descritas a seguir:

- *Reorganização administrativa e estratégica do MCTI, com produção de painéis de informação e conhecimento integrados a sistemas operacionais existentes. Tem como objetivo a modernização, a automatização e o gerenciamento dos processos integrando-os aos sistemas existentes;*
- *Integração do Portal da Transparência (Controladoria Geral da União – CGU), ou de outras fontes de informação sobre a gestão pública, com os Sistemas de Informação Gerenciais do MCTI com o objetivo ampliar o rol de informações administrativas de CT&I e os conhecimentos de suporte estratégico para tomada de decisão;*
- *Consolidação da sala de situação, com o objetivo de monitorar informações estratégicas do Sistema Nacional de CT&I (planos, iniciativas, programas e projetos estratégicos).*
- *Ao final de 2011 entrou em operação o primeiro painel de conhecimento, permitindo acesso em tempo real a informações sobre os dispêndios públicos no âmbito do MCTI, a partir de dados do SIAFI. Outros cinco painéis entrarão em operação até meados do segundo semestre de 2012, dando ampla transparência a processos administrativos relacionados com os convênios firmados pelo MCTI e com os incentivos fiscais derivados da Lei de Informática, assim como informações e conhecimentos gerados a partir da produção científica e tecnológica brasileira registrada na Plataforma Lattes e pelo desenvolvimento do fomento feito com recursos dos Fundos Setoriais.*

Doutores e Mestres no Brasil – 2011

A publicação do livro Doutores 2010 pelo CGEE representou uma das mais bem recebidas iniciativas do Centro. Foram inúmeras as manifestações públicas de aceitação e satisfação com os resultados da publicação. Desenvolvida em estreita parceria com a Capes, o CNPq, e os Ministérios do Trabalho e Emprego e da Ciência, Tecnologia e Inovação, a subação Doutores e Mestres no Brasil – 2011 procura explorar novos aspectos do nosso sistema de Pós-graduação, mantendo como referencial metodológico principal o cotejamento da base de dados dos egressos da Pós, oriunda da Capes, com a da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do MTE.

A subação incorporou agora novas dimensões e dados e ampliou o espectro de assuntos tratados. Em primeiro lugar, estendeu o universo analisado para o campo menos óbvio e mais abrangente dos mestres, ampliando consideravelmente nossa compreensão das características do conjunto dos pesquisadores e recursos humanos qualificados no País. Avançou depois na análise dos determinantes da remuneração dos doutores, averiguando o que estaria na base das diferenciações encontradas. Por fim, explorou os padrões "migratórios" observados entre a área de formação dos mestres e doutores e a de seu emprego no período considerado, estabelecendo mapas que assinalam a dominância das relações formação/trabalho entre as unidades da federação.

Os resultados obtidos mostram que o número de mestres titulados no período compreendido entre 1996 e 2009 oi de 329.584, sendo que 54.139 também obtiveram o título de doutor no mesmo período no País. Para comparar com os doutores, entre 1996 e 2008, os mestres titulados correspondem a 3,8 vezes os doutores titulados no mesmo período. A inserção deles no mercado de trabalho formal não é muito diferente: os mestres empregados representam cerca 66,3% dos titulados contra 67,0% dos doutores. As mulheres no mundo do mestrado anteciparam a participação excepcional que já havia sido detectada no estudo dos doutores, pois já em 1998 elas constituíam a maioria dos egressos no País, ainda que com diferenças marcantes dependendo das áreas do conhecimento consideradas.

O perfil futuro da pós-graduação é muito influenciado pela dinâmica de evolução do número de egressos das diversas áreas do conhecimento, uma informação útil para o desenho da política de formação de recursos humanos. No período entre 1996 e 2009, as grandes áreas de conhecimento que ampliaram sua participação relativa no todo foram a Multidisciplinar (fenômeno recente), as Ciências Sociais Aplicadas e as Ciências da Saúde. As que mais perderam participação foram as de Ciências Exatas e da Terra, as Ciências Biológicas e as Agrárias. Por fim, vale o registro do crescimento destacado dos mestrados profissionais: foram 85 titulados em 2000 e surpreendentes 3116, em 2009.

Diversificação e Consolidação dos Grupos Econômicos Privados Nacionais

O principal desafio da política nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação no País é o de acelerar o engajamento efetivo do setor produtivo privado no esforço de gerar e difundir inovações. O desenvolvimento brasileiro demanda crescente dedicação das empresas às tarefas da inovação, requisito fundamental para a sustentação do crescimento e o alcance da condição de país desenvolvido. E isto é mais significativo para as empresas nacionais líderes, que dependem de estratégias ousadas de competição e crescimento.

Uma das dimensões menos estudadas dos processos de inovação diz respeito àquelas associadas à diversificação produtiva. Pela compra ou fusão com outras empresas, os grupos privados nacionais estruturam uma dimensão importante de suas estratégias de crescimento e de P&D. Nesses movimentos, os grupos podem acessar tecnologias vitais e adquirir competências que se adicionam às capacidades existentes, compondo uma trajetória tecnológica de evolução dos estado-das artes de seus negócios.

O estudo desenvolvido pelo CGEE com o CEDEPLAR/UFMG e o IPEA escolheu 20 grandes grupos nacionais com liderança em setores de relevo para o Plano Brasil Maior e a Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia. Nessa primeira etapa, foram estudadas as características de cada grupo e preparado o terreno para o mapeamento aprofundado das estratégias individuais de diversificação, que constituem um possível terreno fértil para a intervenção das políticas de inovação do País.

Aprimoramento das políticas de informática e desenvolvimento das TICs

Ao final de 2010, o CGEE, em articulação com a SEPIN/MCTI e o GEOPI/DPCT/UNICAMP, desenvolveram um processo amplo de avaliação da Política Nacional de Informática, cujas conclusões apontavam para a perda de folego dos incentivos à inovação que haviam sido estruturados em meados dos anos 1990. Os resultados concretos mostraram que os impactos sobre as atividades inovativas foram proporcionalmente reduzidos quando cotejados com a própria evolução do setor. Para pensar uma agenda inovadora para as TIC, o CGEE desenhou então esta nova subação que buscou capturar os resultados da anterior e organizar propostas no contexto do diálogo com os novos dirigentes que assumiram a condução dessas atividades no MCTI. Em grandes linhas, as principais conclusões mostraram ser necessário: 1) promover a readequação do formato atual da PNI; e 2) dar ênfase crescente ao segmento produtor de software e aos serviços, como forma de estimular uma maior inserção do País nas redes globais relativas ao setor. Os softwares e os serviços representam a fração emergente da indústria global. Para vários dos segmentos produtores eram menores as barreiras de escala e, portanto, ficaria mais fácil para as empresas nacionais disputar fatias dos respectivos mercados. Além disso, as competências

desenvolvidas no País em certos segmentos constituiriam vantagem competitiva capaz de gerar melhores condições de inserção externa.

2.C.I.III. Programa 1409 – Desenvolvimento da Agroenergia

Quadro XVI - Quadro A.2.1 – Demonstrativo da execução por programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1409	**Denominação:** Desenvolvimento da Agroenergia					
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Ampliar a participação da agroenergia na matriz energética nacional, de forma sustentável e competitiva						
Objetivos Específicos: Não possui						
Gerente: Manoel Vicente Fernandes Bertone - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento		**Responsável:** Manoel Vicente Fernandes Bertone				
Público Alvo: Produtores rurais, suas associações e cooperativas, produtores industriais, fabricantes de bens de capital, instituições de pesquisa, consumidores finais de energia e países com potencial para o desenvolvimento de suas indústrias locais de biocombustíveis						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						**Em R$ 1,00**
Dotação		**Despesa Empenhada**	**Despesa Liquidada**	**Restos a Pagar não processados**	**Valores Pagos**	
Inicial	**Final**					
5.500.000,00	**5.500.000,00**	**5.500.000,00**	**5.291.532,00**		**4.413.938,00**	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	**Indicador (Unidade medida)**	**Referência**			**Índice previsto no exercício**	**Índice atingido no exercício**
		Data	**Índice inicial**	**Índice final**		
1	**Taxa de Participação da Agroenergia na Matriz Energética Nacional**	**31/05/2006**	**27.400**	**29.500**	**29.500**	**29.500**
Fórmula de Cálculo do Índice						
Conversão das diferentes fontes de energia em petróleo equivalente (TEP, ou total equivalente em Petróleo), de forma a mensurar a sua participação relativa. Esse procedimento permite mensurar a participação das fontes renováveis, entre elas derivadas da agroenergia**.**						
Análise do Resultado Alcançado						
Não consta do Sistema SIGPLAN						

Fonte: Informações extraídas do Sistema SIGPLAN

Análise Crítica: O Programa 1409 – Desenvolvimento da Agroenergia está sob responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, não cabendo à SCUP fazer a análise crítica do mesmo.

2.C.I.III.I. Ações do Programa 1409 sob encargo direto da SCUP

2.C.I.III.I.I. Ação 10ZS – Implantação do Centro Nacional de Tecnologia do Etanol - CNTE

Tipo: Atividade

Finalidade: Implantar o Centro que atuará como entidade "âncora" de uma rede de grupos de pesquisa de Universidades e outras instituições científicas e tecnológicas, para o desenvolvimento do estudo da cadeia produtiva do etanol , desde a pesquisa básica até os processos industriais.

Descrição: O Centro deverá realizar e articular atividades de pesquisa básica e aplicada e desenvolvimento, visando implementar processos industriais baseados em tecnologias de segunda geração que minimizem os impactos ambientais e maximizem os ganhos sociais de uma ampliação em larga escala da produção de etanol. O objetivo é dotar o Brasil de infraestrutura necessária para atuar de forma articulada com outras entidades públicas e com setores do governo e o setor produtivo, para que o País atinja e supere a meta de produção prevista no Plano Nacional de Energia 2030, de 67 bilhões de litros de etanol ao final do período.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Secretaria Executiva- SEXEC/MCTI

Unidades Executoras: Administração Direta

Área responsável pelo gerenciamento: Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP

Coordenador da Ação: Maria Cristina de Lima Perez Marçal

Quadro XVII - Quadro A.2.2– Execução Física da ação

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo de Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser realizada em 2012
19	754	1409	10ZS	A	4	% de execução física	30	30	5

Quadro XVIIa - Quadro A.2.2– Metas e Resultados da Ação no Exercício –

Previstas		Realizadas		% Execução	
Física Produto: Centro Implantado	LOA	Física Produto: Centro Implantado	Empenhado	Física	Orçamentária

30	3.000.000,00	30	3.000.000,00	100 %	100%

Fonte: Informações extraídas do Sistema SigMCTI

Análise Crítica:

Do ponto de vista da integração entre ciência e desenvolvimento econômico brasileiro, um problema importante detectado pelo MCTI foi o da pesquisa de para aumentar a produtividade dos processos de produção de etanol. Nesta área, se avaliou que o conhecimento científico dos mecanismos de produção e processamento da cana de açúcar teriam muito a ganhar ao se proverem da estrutura de pesquisa já disponível na ABTLuS. Portanto, criou-se uma nova divisão ligada à ciência e tecnologia do Bioetanol, utilizando-se da competência em "biologia estrutural" e os equipamentos das linhas de luz para estudar os processos enzimáticos envolvidos (cristalização e determinação da estrutura por luz sincrotron) e os processos de pré-tratamento da celulose (determinação do arranjo das fibras utilizando as linhas de luz de espalhamento de raios x). Tais benefícios se somaram as facilidades da ABTLuS nas áreas de instrumentação científica, sensores e controle digital que permitem o desenvolvimento de equipamentos mais adequados para o aumento da produtividade agrícola relacionados á produção de bioetanol.

Em 2011 CTBE já pode ser considerado um Laboratório instalado tendo seu investimento a completar os grandes pilares que sustentam sua pesquisa já em atividade, se destacam:

- *A ativação de 4 módulos para Planta Piloto para o Desenvolvimento de Processos (PPDP), essa unidade semi-industrial, composta de 9 módulos e um setor de utilidades, tem por objetivo verificar o escalonamento de processos laboratoriais;*
- *Instalação de facilidades para a realização de ensaios de transformação de produtos e resíduos da biomassa por ação eletrostática;*
- *Instalação de infraestrutura para desenvolvimento de processos contínuos em escala piloto para a produção de biocombustíveis e outros intermediários químicos.*

2.C.I.IV. Programa 1122 – Ciência, Tecnologia e Inovação Aplicadas ao Recursos Naturais

Quadro XVIII - Quadro A.2.1 – Demonstrativo da execução por programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1122	**Denominação:** Ciência, Tecnologia e Inovação Aplicadas ao Recursos Naturais					
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Ampliar, organizar e disponibilizar a base de informação e conhecimento técnico-científico visando a inovação tecnológica e a conservação dos recursos naturais						
Objetivos Específicos: Não possui						
Gerente: Carlos Afonso Nobre		**Responsável:** Fernando André Pereira das Neves				
Público Alvo: Comunidade científica, indústria, comunidades locais e poder público.						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						**Em R$ 1,00**
Dotação		**Despesa Empenhada**	**Despesa Liquidada**	**Restos a Pagar não processados**	**Valores Pagos**	
Inicial	**Final**					

Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	**Indicador (Unidade medida)**	**Referência**			**Índice previsto no exercício**	**Índice atingido no exercício**
		Data	**Índice inicial**	**Índice final**		
1	Rede de pesquisa apoiada	31/12/2007	12.000	11.000	11.000	11.000
Fórmula de Cálculo do Índice						
Número de redes de pesquisa apoiadas no exercício						

Ordem	**Indicador (Unidade medida)**	**Referência**			**Índice previsto no exercício**	**Índice atingido no exercício**
		Data	**Índice inicial**	**Índice final**		
2	Número de Núcleos de biogeoinformática institucionais integrados	31/12/2007	3	4	3	3
Fórmula de Cálculo do Índice						
Número de núcleos integrados ao sistema de informação da biodiversidade no ano						

Ordem	**Indicador (Unidade medida)**	**Referência**			**Índice previsto no exercício**	**Índice atingido no exercício**
		Data	**Índice inicial**	**Índice final**		
3	Produção bibliográfica dos pesquisadores cadastrados no DGP nas áreas de botânica, zoologia e ecologia	31/12/2008	18.978	20.857	20.467	20.857
Fórmula de Cálculo do Índice						
Número de redes de pesquisa apoiadas no exercício						

Fonte: Informações extraídas do Sistema SIGPLAN

Análise Crítica: O Programa 1122 – Ciência, Tecnologia e Inovação Aplicadas aos Recursos Naturais está sob responsabilidade da SEPED, não cabendo à SCUP fazer a análise crítica do mesmo.

2.C.I.IV.I. Ação 10ZU – Implantação do Centro Nacional de Pesquisa do Pantanal

Tipo: Atividade

Finalidade: Implantar centro para desenvolvimento de ciência, tecnologia e inovação voltado para as condições específicas do bioma Pantanal, visando o aproveitamento sustentável dos seus recursos naturais e melhores condições de vida das populações locais.

Descrição: Construção de infra-estrutura necessária o Centro Nacional de Pesquisa do Pantanal para satisfazer às demandas técnicas e científicas no âmbito dos recursos naturais da região. O Centro promoverá a formação de redes temáticas de pesquisa, articulando órgãos de fomento, instituições de ensino e pesquisa governamentais ou privadas, assim como empresas e organizações da sociedade civil, apoiando formação de recursos humanos especializados.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Secretaria Executiva - SEXEC/MCTI

Unidades Executoras: Administração Direta

Área responsável pelo gerenciamento: Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP

Coordenador da Ação: Ana Maria Comini Curi

Quadro XIX - Quadro A.2.2– Execução Física da ação

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo de Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser realizada em 2012
19	571	1122	10ZU	A	4	% de Execução Física	21	29	21

Quadro XIXa - Quadro A.2.2– Metas e Resultados da Ação no Exercício –

Previstas		Realizadas		% Execução	
Física Produto: Centro Implantado	LOA	Física Produto: Centro Implantado	Empenhado	Física	Orçamentária
21	1.500.000	29	1.499.649	105 %	99%

Fonte: Informações extraídas do Sistema SigMCTI

Análise Crítica: Com relação ao cumprimento da meta física, o produto da ação previsto para o exercício de 2011 era de 21% de Centro Implantado, o qual teve a execução física de 105% e uma execução orçamentária de 99,00%. Conforme estabelecido no âmbito do Plano de Trabalho, este montante corresponde ao término da obra, com recebimento definitivo, aquisição de mobiliário e equipamentos diversos (ar condicionado, computadores, refrigeradores e outros de uso institucional). Além disso, foi elaborado projeto de paisagismo, arruamento e iluminação para a edificação.

2.C.I.IV.II. Ação 7J56 – Implantação do Instituto de Excelência em Águas - HIDROEX

Tipo: Atividade

Finalidade: Dotar o Instituto de Excelência em Águas - Hidroex de infra-estrutura adequada para atuar como um grande pólo de excelência no estudo das águas e seus desdobramentos.

Descrição: A sede do Instituto de Excelência em Águas - Hidroex será instalada na cidade de Frutal, no Triângulo Mineiro, região estratégica para contribuir para a preservação dos recursos hídricos. Deverá articular e reforçar competências em recursos hídricos a fim de se tornar um importante centro de geração e difusão de conhecimento para o Brasil, e também para a América Latina e países da África de língua portuguesa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Secretaria Executiva- SEXEC/MCTI

Unidades Executoras: Administração Direta

Área responsável pelo gerenciamento: Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP

Coordenador da Ação: Carlos Oití Berbert

Quadro XX - Quadro A.2.2– Execução Física da ação

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo de Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser realizada em 2012
19	572	1122	7J56	A	4	% de Execução	1	1	1

						Física			

Quadro XXa - Quadro A.2.2– Metas e Resultados da Ação no Exercício –

Previstas		Realizadas		% Execução	
Física Produto: instituto Implantado	LOA	Física Produto: Centro Implantado	Empenhado	Física	Orçamentária
1	1.644.000	1	1.468.092	100 %	89,30%

Fonte: Informações extraídas do Sistema SigMCTI

Análise Crítica: Com relação ao cumprimento da meta física, o produto da ação previsto para o exercício de 2011 era de 1% de Instituto Implantado, o qual teve a execução física de 100% e uma execução orçamentária de 89,30%.

2.C.II – Execução Física das Ações Realizadas pela UJ

Quadro XXI - Quadro A.2.2 – Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo de Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser realizada em 2011
19	573	0461	6780	A	4	Unidade	2.700	2.220	2.700
19	571	0461	4661	A	4	Unidade	25	25	27
19	571	0461	12C9	P	4	Unidade	5	8	5
19	571	0461	2272	A	4	Não Requer	Não Requer	Não Requer	Não Requer
19	573	0461	6190	A	4	Unidade	3	3	3
19	571	0461	4188	A	4	Unidade	60	45	63
19	571	0461	4188	A	4	Unidade	1	1	1
19	571	0461	4122	A	4	Unidade	47	35	65
19	571	0461	4655	A	4	Unidade	5	5	5
19	571	0461	4192	A	4	Unidade	230	246	230
19	126	0473	7306	P	4	% Execução Física	40	40	30
19	121	0473	4475	A	4	Unidade	6	6	6
19	754	1409	10ZS	A	4	% Execução Física	30	30	30
19	571	1122	10ZU	A	4	% Execução Física	21	21	29
19	571	7J56	10ZS	A	4	% Execução Física	1	1	1

Fonte: Informações extraídas do Sistema SigMCTI

Análise Crítica: As análises críticas das ações em referência foram informadas nos itens anteriores, ou seja, para cada ação uma análise.

2.D. Desempenho Orçamentário e Financeiro

Quadro XXII - Quadro A.2.3 - Identificação da Unidade Orçamentária

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP	**240113**	**240101**

Fonte: SIAFI

2.D.I. Programação das Despesas Correntes

Quadro XXIII - Quadro A.2.4 – Programação de despesas correntes

Origem dos Créditos Orçamentários	1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
	Exercícios		Exercícios		Exercícios	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011
PLOA **1. Ações SCUP** **2. Ações OS**	0	0	0	0	16.086.238,00 71.190.000,00	21.986.593,00 184.437.000,00
LOA **1. Ações SCUP** **2. Ações OS**	0	0	0	0	16.086.238,00 70.880.000,00	17.340.057,00 113.190.000,00
Créditos Cancelados	0	0	0	0	0	0
Outras Operações	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI

2.D.I.I. Programação das Despesas de Capital

Quadro XXIV - Quadro A.2.5 – Programação de despesas de capital

Origem dos Créditos Orçamentários		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Outras Despesas de Capital	
		Exercícios					
		2010	2011	2010	2011	2010	2011
LOA	**Dotação proposta pela UO**	0	0	0	0	5.000.000,00	6.000.000,00
	PLOA **Ações SCUP**	0	0	0	0	4.114.762,00	3.714.407,00
	LOA **Ações SCUP**	0	0	0	0	4.114.762,00	5.245.000,00

Fonte: SIAFI

2.D.I.II. Quadro resumo da programação de despesas

Quadro XXV - Quadro A.2.6 – Resumo da programação de despesas

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2010	2011	2010	2011	2010	2011
LOA	**PLOA**	87.276.238,00	206.423.593,00	4.114.762,00	3.714.704,00	0	0
	LOA	86.966.238,00	130.530.057,00	4.114.762,00	5.245.000,00	0	0
	Suplementares	0	0	0	0	0	0
DI	**Especiais**	**Abertos**	0	0	0	0	0

	Extraordinários	Recebidos 0	0	0	0	0	0
		Abertos 0	0	0	0	0	0
	Créditos Cancelados	Recebidos 0	0	0	0	0	0
		0	0	0	0	0	0
Outras Operações		0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI

2.D.II. Movimentação orçamentária por grupo de despesa

Quadro XXVI - Quadro A.2.7 – Movimentação orçamentária por grupo de despesa

Despesas Correntes						
Natureza da Movimentação de Crédito		**UG concedente ou recebedora**	**Classificação da ação**	**1 – Pessoal e Encargos Sociais**	**2 – Juros e Encargos da Dívida**	**3 – Outras Despesas Correntes**
Interna	**Concedidos**	CBPF (240120)	4661	0	0	998.231,00
			6780	0	0	250.000,00
			2272	0	0	88.249,00
		CTI (240129)	7306	0	0	915.300,00
			4661	0	0	121.275,00
		CETEM (240127)	4661	0	0	730.000,00
			2272	0	0	112.200,00
			7306	0	0	84.700,00
		IBICT (240121)	4661	0	0	252.000,00
			6780	0	0	2.400.000,00
		INPA (240105)	4661	0	0	750.000,00
		INPE (240106)	4661	0	0	214.287,90
			6190	0	0	42.000,00
		CETENE (240137)	4661	0	0	556.000,00
		LNA (240128)	4661	0	0	78.000,00
		LNCC (240123)	4661	0	0	740.000,00
		MAST (240124)	4661	0	0	664.000,00
		MPEG (240125)	4661	0	0	817.200,00
		ON (240126)	4661	0	0	870.000,00
			6780	0	0	20.551,00
	Recebidos	0	0	0	0	0
Externa	**Concedidos**	CAPES (154004)	6780	0	0	990.474,00
		CNPq	6780	0	0	138.975,00
		UFMT	10ZU	0	0	1.500.000,00
		UNESCO	4661	0	0	60.000,00
		ABTLuS	4192	0	0	67.340.000,00
			10ZS	0	0	3.000.000,00

		CGEE	4475	0	0	5.850.000,00
		IMPA	4211	0	0	12.390.000,00
		IDSM - Mamirauá	4188	0	0	9.610.000,00
		RNP	4655	0	0	18.000.000,00
Despesas de Capital						
Natureza da Movimentação de Crédito		**UG concedente ou recebedora**	**Classificação da ação**	**4 - Investimentos**	**5- Inversões Financeiras**	**6 – Amortização da Dívida**
Interna	**Concedidos**	CBPF (240120)	4661	164.000,00	0	0
			12C9	345.083,00	0	0
		CTI (240129)	4661		0	0
			7306	100.000,00	0	0
		CETEM (240127)	12C9	557.800,00	0	0
		INPA (240105)	4661	250.000,00	0	0
		INPE (240106)	4661	130.000,00	0	0
		CETENE (240137)	4661	330.000,00	0	0
		LNA (240128)	4661	240.000,00	0	0
			12C9	15.000,00	0	0
		LNCC (240123)	4661	7.000,00	0	0
		MAST (240124)	4661	16.000,00	0	0
		MPEG (240125)	12C9	110.000,00	0	0
		ON (240126)	12C9	502.117,00	0	0
			4661	150.000,00	0	0
	Recebidos	0	0	0	0	0
Externa	**Concedidos**	0	0	0	0	0
	Recebidos	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI

Análise Crítica: Com relação às concessões de créditos orçamentários (descentralizações) foram repassados para as Unidades de Pesquisa vinculadas ao MCTI, através da aprovação de Termo de Descentralização de Crédito Orçamentário e de Cooperação e Plano de Trabalho, de acordo com a finalidade e descrição das ações sob responsabilidade da SCUP: 4661, 6780, 12C9, 2272, 6190, 7306, 10ZU, 7J56, os quais são detalhados nos quadros das Ações, bem como, para as Unidades supervisionadas – Organizações Sociais, através de Contrato de Gestão, às concessões de crédito orçamentários das ações: 10ZS, 4192, 4475, 4122, 4188, 4655.

2.D.II.I. despesas por modalidade de contratação dos créditos originários da UJ

Quadro XXVII - Quadro A.2.8 – Despesas por modalidade de contratação dos créditos originários da UJ

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2010	2011	2010	2011
Modalidade de Licitação				
Convite	21.000,00	19.800,00	0	0
Tomada de Preços	400.000,00	345.000,00	0	0
Concorrência	788.255,25	715.216,00	758.295,25	648.256,00
Pregão	8.222.626.63	7.254.125,00	5.123.959,02	5.112.231,01
Concurso	0	0	0	0
Consulta	0	0	0	0
Registro de Preços	0	0	0	0
Contratações Diretas				
Dispensa	20.95.151,34	15.236.102,10	1.071.569,14	859.962,08
Inexigibilidade	2.163.108,53	1.1025.236,06	1.331.222,84	1.125.589,04
Regime de Execução Especial	**0**	**0**	**0**	**0**
Suprimento de Fundos	0	0	0	0
Pagamento de Pessoal	**0**	**0**	**0**	**0**
Pagamento em Folha	0	0	0	0
Diárias	0	0	0	0
Outros	**0**	**0**	**0**	**0**

Fonte: Informações extraídas do SIAFI Gerencial, data atualização: 31/12/2011 (fornecida pela CGOF/SPOA/MCT)

2.D.II.II. Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos originários da UJ

Quadro XXVIII - Quadro A.2.9 – Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos originários da UJ

Os itens 1 e 2 não se aplicam

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
1 – Despesas de Pessoal	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
2 – Juros e Encargos da Dívida	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
3- Outras Despesas Correntes	**85.085.993,73**	**82.255.168,23**	**82.242.486,11**	**81.696.323,71**	**2.843.507,62**	**1.806.070,04**	**70.174.556,76**	**68.122.606,30**
1º elemento 39 –	81.772.918,09	79.258.312,05	79.544.105,51	79.452.258,41	2.228.812,58	1.288.952,23	67.531.159,46	65.745.526,32
2º elemento 37 –	1.181.291,47	1.098.254,01	1.173.403,30	1.056.457,56	7.888,17	4.258,25	1.126.350,60	1.102.365,21
3º elemento 33 –	249.546,78	146.234,12	249.546,78	201.952,96	0,00	0,00	249.546,78	149.258.45
Demais elementos do grupo	1.882.237,39	1.752.368,05	1.275.430,52	985.654,78	606.806,87	512.859,56	1.267.499,92	1.125.456,32

Fonte: Informações extraídas do SIAFI Gerencial em 21/01/2012, com data de atualização de 31/12/2011

2.D.II.III. Despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos originários da UJ

Quadro XXIX - Quadro A.2.10 - Despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos originários da UJ
Os itens 5 e 6 não se aplicam

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
4 - Investimentos	**3.730.133,96**	**3.162.483,48**	**1.329.448,11**	**1.297.517,14**	**2.400.685,85**	**3.442.595,68**	**1.235.707,44**	**1.124.379,00**
1º elemento de despesa 52	2.524.473,86	2.156,358,12	821.175,18	812.258,36	1.703.298,68	1.546.112,58	789.066,18	715.526,75
2º elemento de despesa 51	1.205.660,10	1.105.125,36	508.272,93	485.254,78	697.387,17	598.965,96	446.641,26	408.852,25
5 - Inversões Financeiras	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
6 - Amortização da Dívida	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**

Fonte: Informações extraídas do SIAFI Gerencial em 21/01/2012, com data de atualização de 31/12/2011

Análise Crítica dos Quadros A.2.9 e A.2.10: Os recursos foram descentralizados para as Unidades de Pesquisa vinculadas ao MCTI, através da assinatura e aprovação dos Termos de Descentralização de Crédito e Plano de Trabalho, de acordo com a finalidade e descrição das ações sob responsabilidade da SCUP, conforme detalhamento no Quadro A.2.7. Durante o exercício não foram alteradas as Programações Orçamentárias da UJ, tampouco houve contingenciamento de créditos orçamentários, cancelamentos e/ou modificações.

2.D.II.IV. Despesas por modalidade de contratações dos créditos recebidos por movimentação – Quadro A.2.11 – Não se aplica (justificado na introdução)

2.D.II.V. Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação – Quadro A.2.12 – Não se aplica (justificado na introdução)

2.D.II.VI. Despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação - Quadro A.2.13 - Não se aplica (justificado na introdução)

2.D.III. Indicadores Institucionais (item 2.4.3)

Metas Institucionais SCUP 2011

1. Realizar o levantamento das demandas voltadas à infraestrutura física predial e laboratorial das Unidades de Pesquisa, definir prioridades em função dos recursos alocados na ação, realizar o repasse orçamentário/financeiro às UPs selecionadas e acompanhar a execução técnica das metas estabelecidas. A meta foi atingida em 100%, conforme descrito na tabela abaixo:

Tabela IV - Investimento em Infraestrutura nas UPs

UP	Investimento
CBPF	- Infraestrutura (criogerador para liquefatora de nitrogênio, sistema de caracterização de semicondutores); - Compra e instalação de grupo gerador.
CETEM	- Recuperações prediais, instalação de transformador e de proteção atmosférica; - Aquisição de equipamento analisador termidiferencial e termogravimétrico com medidor de fluxo de calor; - Benfeitorias prédio Campus Avançado em Cachoeiro Itapemirim; - Aquisição e instalação de grupo gerador.
LNA	Espectroscopia de alta resolução para o OPD.
MPEG	Aquisição de mobiliário e equipamentos.
ON	Execução de impermeabilização e de contenção no prédio do Serviço da Hora.

Fonte:GAB/SCUP

3. Avaliar e acompanhar, em reuniões *in loco* ou por meio de videoconferência, a execução dos Termos de Compromisso de Gestão das treze Unidades de Pesquisa, de acordo com seus respectivos Planos Diretores.

A Coordenação-Geral das Unidades de Pesquisa avaliou e acompanhou os relatórios semestrais correspondentes aos Termos de Compromisso de Gestão relativos a 2011 de treze Unidades de Pesquisa da Administração Direta, através de duas reuniões presenciais e onze videoconferências, com a participação da direção e equipes de cada UP. Os Relatórios estão disponibilizados na página do MCTI na internet. A meta teve 100% de atendimento, conforme abaixo:

Tabela V – Avaliação Anual 2011 e Acompanhamento Semestral 2011 dos Termos de Compromisso de Gestão - UP

UP	Avaliação Anual 2011 (Presencial)	Acompanhamento Semestral 2011 (Videoconferência)
CBPF	15/02/2012	26/08/2011
CTI Renato Archer	28/02/2012	26/08/2011
CETEM	15/02/2012	19/08/2011
IBICT	08/03/2012	18/08/2011 (Presencial)
INPA	05/03/2012	22/08/2011
INPE	27/02/2012	23/08/2011
INSA	13/03/2012	22/08/2011
INT	16/02/2012	23/08/2011
LNA	29/02/2012	25/08/2011
LNCC	16/022012	24/08/2011
MAST	14/02/2012	24/08/2011
MPEG	0603/2012	25/08/2011
ON	14/02/2012	29/08/2011

Fonte: CGUP/SCUP

4. Avaliar e acompanhar, por meio de reuniões in loco da Comissão de Avaliação, a execução dos Contratos de Gestão das cinco Organizações Sociais supervisionadas pelo MCTI (ABTLuS, CGEE, IDSM, IMPA e RNP), de acordo com seus respectivos Planos Diretores.

A Coordenação-Geral de Supervisão e Acompanhamento das OSs informou que se reuniram nas sedes das instituições, para avaliação anual de 2010 e acompanhamento semestral 2011, as Comissões de Avaliação das cinco Organizações Sociais supervisionadas pelo MCTI. Os Relatórios

das Comissões estão disponibilizados na página do MCTI na internet. A meta teve 100% de atendimento, conforme abaixo:

Tabela VI - Avaliação Anual 2010 e Acompanhamento Semestral 2011 dos Contratos de Gestão – OS´s

OS	Avaliação Anual 2010	Acompanhamento Semestral 2011
ABTLuS	27 a 29/04/2011	05 a 07 de dezembro de 2011
CGEE	30 e 31/03/2011	08 e 09 de dezembro de 2011
IDSM	11 a 15/04/2011	28 a 30 de novembro de 2011
IMPA	04 a 06/04/2011	12 e 13 de dezembro de 2011
RNP	06 a 08/04/2011	01 e 02 de dezembro de 2011

Fonte: CGOS/SCUP

5. Implantar e testar a consistência do Módulo OS no Sistema SIGMCT, como ferramenta de acompanhamento e apoio à tomada de decisão da execução dos Contratos de Gestão celebrados com as Organizações Sociais.

Como previsto pela meta em 2011 foi implantado o Módulo OS no Sistema SIGMCT e testado sua consistência como ferramenta de acompanhamento e apoio à tomada de decisão da execução dos Contratos de Gestão celebrados com as Organizações Sociais. No entanto, mais uma vez ocorreram inconsistências que determinaram sua necessária reconstrução em nova base lógica, uma vez que não há como ratificar a qualidade de um software sem que haja documentação de Análise de Requisitos bem estruturada. Por tal foi dado inicio a reformulação do "Módulo OS" junto a empresa contratada por este MCTI para desenvolvimento de sistemas. No entanto, seu contrato com este órgão encerou-se em abril de 2011, antes que pudessem ser reformulado seu projeto base ou mesmo que as inconsistências do sistema estivessem totalmente resolvidas. Desde então a área de TI tem buscado a contratação de uma nova empresa para prestação de serviços de desenvolvimento de software nos moldes previstos na IN 04/2010 – SLTI/MP, cuja a previsão de contratação será para Abril deste ano. Tornando factível implementar e atender as demandas dos usuários do referido módulo.

6. Implantação das práticas emanadas pela Portaria MCT n.º 157, de 26 de fevereiro de 2010, que "disciplina as atividades de acompanhamento e fiscalização da execução de Contratos de Gestão celebrados com Organizações Sociais".

Mesmo sendo instrumento revogado pelo Ministro de Estado em dezembro de 2010, não houveram retrocesso de suas conquistas nos instrumentos contratuais, somente aqueles objetos de incongruências não foram implementados nos Contratos de Gestão. Em janeiro de 2011, o novo

Ministro, institui Grupo de Trabalho para rever a Portaria 157/2010 de forma a evoluir o normativo. Após exaustiva revisão do arcabouço legal e de reuniões onde todos interessados expuseram suas contribuições, em dezembro de 2011 foi publicada a Portaria 967 que "Disciplina as atividades de promoção, acompanhamento, avaliação e fiscalização dos contratos de gestão celebrados com Organizações Sociais e dá outras providências" instrumento mais robusto e legítimo para exercer função pioneira no âmbito do executivo federal.

7. Implantar a versão cliente-servidor do Sistema SIGTEC

Foi implantado e colocou-se em operação a versão SIGTECWeb em 11 (onze) Unidades de Pesquisa, são elas: CTI, LNA, CETEM, INPA, INT, IBICT, MAST, ON, LNCC, INSA e MPEG, além dos Núcleos Regionais do INPA em Rondônia, Roraima e Acre e a Coordenação do INT no Nordeste (CETENE).

ITEM 3 DA PARTE "A"

3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS - Quadro A.3.1 Não se aplica (justificado na introdução)

ITEM 4 DA PARTE "A"

4. INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

4.I. Situação dos restos apagar de exercícios anteriores

Quadro XXX – Quadro A.4.1 - Situação dos restos apagar de exercícios anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	**Inscritos**	**Cancelados**	**Pagos**	**A Pagar em 31/12/2011**
2009	1.342,39	0	0	1.342,39
2010	12.162.551,01	0	6.127.575,01	6.034.976,00
2011	8.259.326,21	0	5.985.695,24	5.112.528,32
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	**Inscritos**	**Cancelados**	**Pagos**	**A Pagar em 31/12/2011**
2009	3.799,99	0	0	3.799,99
2010	5.246.571,55	0	386.916,43	4.859.655,12
2011	2.569.325,78	0	145.258,00	3.698.125,00

Fonte: Informações extraídas do SIAFI Gerencial em 21/01/2012, com data de atualização de 31/12/2011

Análise Crítica: A execução orçamentária e financeira (licitação, empenho, liquidação e pagamento) das ações da SCUP é operacionalizada pela UG240101 – Coordenação-Geral de Recursos Logísticos (CGRL/SPOA).

Os recursos sob responsabilidade da SCUP, na sua maioria, foram descentralizados através de "Termos de Descentralização de Crédito Orçamentário e de Cooperação e Planos de Trabalho", de acordo com a finalidade e descrição das ações da SCUP, para as Unidades de Pesquisa vinculadas ao MCTI, conforme demonstrado no Quadro A.2.7, sendo executados em outras Unidades Gestoras.

A morosidade na tramitação de processos das UPs do MCTI, pelos Núcleos de Assessoramento Jurídico (NAJ) Regionais da Advocacia Geral da União, bem como, a falta de conhecimento do NAJ dos objetivos das UPs, de suas respectivas áreas de ação e o número de procuradores e advogados nessas instituições, justificou o valor inscrito em restos a pagar.

Não houve impacto considerado na gestão financeira da UJ no exercício de 2011, decorrente do pagamento de RP nesse exercício.

ITEM 5 DA PARTE "A"

5. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE

5.A. Composição do quadro de recursos humanos – situação apurada em 31/12/2011

Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada

Quadro XXXI - Quadro A.5.1 – Força de trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12/2011

Quantidade

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	Não há	20	4	4
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não há	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	Não há	20		
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não há	17	4	1
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	-	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e	Não há	3	1	2

esferas				
2.Empregados Públicos	Não há	5	1	1
3. Servidores com Contratos Temporários	Não há	-	-	-
4. Total de Servidores (1+2)	Não há	25	6	4

Fonte: CGRH/SPOA

5.A.I. Situações que reduzem a força de trabalho da UJ

Quadro XXXII - Quadro A.5.2 - Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – situação apurada em 31/12/2011

Tipologias dos afastamentos	**Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro**
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	-
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	-
1.2. Exercício de Função de Confiança	-
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	-
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	1
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	1
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	-
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	-
3.1. De oficio, no interesse da Administração	-
3.2. A pedido, a critério da Administração	-
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	-

3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	-
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	-
4.1. Doença em pessoa da família	-
4.2. Capacitação	-
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	-
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	-
5.2. Serviço militar	-
5.3. Atividade política	-
5.4. Interesses particulares	-
5.5. Mandato classista	-
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	-
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	1

Fonte: CGRH/SPOA

5.A.II. Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (situação em 31 de dezembro)

Quadro XXXIII - Quadro A.5.3 - Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão				
1.1. Cargos Natureza Especial	Não há	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	Não há	6	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não há	4	-	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	-	-	-
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	Não há	1	-	-
1.2.4. Sem vínculo	Não há	-	-	-
1.2.5. Aposentados	Não há	1	-	-

2. Funções gratificadas		2	-	-
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não há	-	-	-
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	-	-	-
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	Não há	2	-	-
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	Não há	8	-	-

Quadro XXXIV - Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12/2011

Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2011

Tipologias do Cargo	**Quantidade de Servidores por Faixa Etária**				
	Até 30 anos	**De 31 a 40 anos**	**De 41 a 50 anos**	**De 51 a 60 anos**	**Acima de 60 anos**
1. Provimento de cargo efetivo	**4**	**4**	**4**	**4**	**4**
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	4	4	4	4	4
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	**-**	**3**	**9**	**3**	**1**
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	1	5	1	1
2.3. Funções gratificadas	-	2	4	2	-
3. Totais (1+2)	**4**	**7**	**13**	**7**	**5**

Fonte: CGRH/SPOA

Quadro XXXV - Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade – Situação apurada em 31/12/2011

Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2011

Tipologias do Cargo	**Nível de Escolaridade**								
	1	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**
1. Provimento de cargo efetivo									
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	-	-	2	3	2	2	5
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	1	-	-	1	-
2. Provimento de cargo em comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	-	3	4	1
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Totais (1+2)									
LEGENDA									

Nível de Escolaridade
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: CGRH/SPOA

5.B. Composição do quadro de servidores inativos – situação apurada em 31/12/2011

Quadro XXXVI - Quadro A.5.6 - Composição do quadro de servidores inativos – situação apurada em 31/12/2011

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2011
1 Integral	-	-
1.1 Voluntária	-	-
1.2 Compulsório	-	-
1.3 Invalidez Permanente	-	-
1.4 Outras	-	-
2 Proporcional	-	-
2.1 Voluntária	-	-
2.2 Compulsório	-	-
2.3 Invalidez Permanente	-	-
2.4 Outras	-	-

Fonte: Informações fornecidas pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH/SPOA/MCTI

5.B.I. Composição do quadro de instituidores de pensão – situação apurada em 31/12/2011

Quadro XXXVII – Quadro A.5.7 - Composição do quadro de instituidores de pensão – situação apurada em 31/12/2011

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2011
1. Integral	-	-
2. Proporcional	-	-

Fonte: Informações fornecidas pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH/SPOA/MCTI

5.C. Composição do quadro de estagiários

Quadro XXXVIII – Quadro A.5.8 - Composição do quadro de estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior					
Área Fim	0	0	0	0	0
Área Meio	3	2	4	3	21.910,00
Nível Médio					
Área Fim	0	0	0	0	0
Área Meio	0	0	0	1	4.725,00

Fonte: Informações fornecidas pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH/SPOA/MCTI

5.D. Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2009, 2010 e 2011

Quadro XXXIX - Quadro A.5.9 - Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2009, 2010 e 2011

Tipologias /Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
2011	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2009	46.038,12	-	46.872,60	70.056,00	-	-	-	162.966,72
2010	128.566,08	-	61.356,36	129.180,00	-	-	-	319.102,44
2011	386.083,34	-	524.320,79	324.764,28	-	-	-	996.236,64
Servidores com Contratos Temporários*								
2009	91.200,00	-	-	-	-	-	-	91.200,00
2010	45.600,00	-	-	-	-	-	-	45.600,00
2011	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
2011	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
2011	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2009	138.114,36	-	300.043,08	58.177,56	-	-	-	496.335,00
2010	158.823,36	-	401.705,28	30.447,12	-	-	-	590.975,76
2011	193.201,68	-	492.851,76	71.199,12	-	-	-	757.252,56
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
2011	-	-	-	-	-	-	-	-
Empregados Públicos*								
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	153.691,07	-	-	-	-	-	-	153.691,07
2011	143.313,72	-	-	-	-	-	-	153.691,07

Fonte: Informações fornecidas pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH/SPOA/MCTI

* Estimativa baseada em informações de valores mensais fornecidos pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH/SPOA/MCTI

5.E. Terceirização de mão de obra empregada pela UJ

Quadro XL - Quadro A.5.9 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada

Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	2011	2010	2009		
Assistente em C&T	10	12	15	-	2
Analista em C&T	3	4	4	-	-
-	-	-	-	-	-
Análise crítica da situação da terceirização no órgão					
As medidas para dar cumprimento ao Acórdão TCU nº 1.520/2006-P foram tomadas pela Secretaria Executiva do MCTI, através da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SEXEC/SPOA/MCTI.					

Fonte: CGRL/SPOA

Quadro A.5.10 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados

Quadro A.5.10 Não se aplica (justificado na introdução)

Quadro A.5.11 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados

Quadro A.5.11 Não se aplica (justificado na introdução)

5.F. Contratações de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva -

Quadro A.5.12 – Não se aplica (justificado na introdução)

5.F.I. Contratações de prestação de serviços com locação de mão de obra

Quadro XLI - Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante														
Nome: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI														
UG/Gestão: 240101/240113				**CNPJ:** 0031.327.45/0001-00										
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	**Área**	**Nat.**	**Identificação do Contrato**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período contratual de execução das atividades contratadas**		**Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados**						**Sit.**
							F		**M**		**S**		
					Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	
2009	1	O	02.0018.00/2009	Ágil Serviços Especiais Ltda.	30/04/2009	31/12/2012	0	2	0	0	0	0	A
2009	6	O	02.0019.00/2009	Patrimonial Serviços Especializados Ltda.	30/04/2009	31/12/2012	0	0	0	8	0	0	P
Observação: As medidas para dar cumprimento ao Acórdão TCU nº 1.520/2006-P foram tomadas pela Secretaria Executiva do MCTI, através da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SEXEC/SPOA/MCTI.														

LEGENDA
Área:
1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
7. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: CGRL/SPOA/MCTI

5.G. Indicadores gerenciais sobre recursos humanos – Não se aplica (justificado na introdução)

ITEM 6 DA PARTE "A"

6. CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Quadro XLII - Quadro A.6.1 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – Secretaria Executiva - Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa / Secretaria Executiva									
CNPJ: 031.327.45/0001-00			**UG/GESTÃO:** 240001/240113						
Informações sobre as transferências									
Modalidade	**Nº do instrumento**	**Beneficiário**	**Valores Pactuados**		**Valores Repassados**		**Vigência**		**Sit.**
			Global	**Contrapartida**	**No exercício**	**Acumulado até exercício**	**Início**	**Fim**	
4	s/nº	240120	495.000,00	0	495.000,00	495.000,00	Fev	Mar	4

4	s/nº	240120	134.500,00	0	134.500,00	134.500,00	Abr	Out	4
4	s/nº	240120	224.193,00	0	224.192,00	224.192,00	Abr	Dez	4
4	s/nº	240120	30.000,00	0	30.000,00	30.000,00	Abr	Dez	4
4	s/nº	240120	247.480,00	0	247.480,00	247.480,00	Jun	Out	4
4	s/nº	240120	120.890,00	0	120.890,00	120.890,00	Jun	Dez	4
4	s/nº	240120	43.500,00	0	43.500,00	43.500,00	Ago	Dez	4
4	s/nº	240120	250.000,00	0	250.000,00	250.000,00	Out	Dez	4
4	s/nº	240120	300.000,00	0	300.000,00	300.000,00	Fev	Mar	4
4	s/nº	240129	300.000,00	0	300.000,00	300.000,00	Fev	Abr	4
4	s/nº	240129	210.974,00	0	210.974,00	210.974,00	Mai	Dez	4
4	s/nº	240129	154.326,00	0	154.326,00	154.326,00	Mai	Jun	4
4	s/nº	240129	155.000,00		155.000,00	155.000,00	Mai	Dez	4
4	s/nº	240104	66.275,00	0	66.275,00	66.275,00	Jul	Dez	4
4	s/nº	240129	250.000,00	0	250.000,00	250.000,00	Jul	Dez	4
4	s/nº	240127	90.000,00	0	90.000,00	90.000,00	Jul	Dez	4
4	s/nº	240127	180.000,00	0	180.000,00	180.000,00	Out	Dez	4
4	s/nº	240127	50.000,00	0	50.000,00	50.000,00	Mai	Dez	4
4	s/nº	240127	305.000,00	0	305.000,00	305.000,00	Jul	Dez	4
4	s/nº	240127	225.000,00	0	225.000,00	225.000,00	Jul	De	4
4	s/nº	240127	250.000,00	0	250.000,00	250.000,00	Ago	Dez	4
4	s/nº	240127	100.000,00	0	100.000,00	100.000,00	Ago	Dez	4
4	s/nº	240127	84.700,00	0	84.700,00	84.700,00	Out	Dez	4
4	s/nº	240127	200.000,00	0	200.000,00	200.000,00	Dez	Dez	4
4	s/nº	240121	84.000,00	0	84.000,00	84.000,00	Mai	Jul	4
4	s/nº	240121	118.000,00	0	118.000,00	118.000,00	Jun	Dez	4
4	s/nº	240121	50.000,00	0	50.000,00	50.000,00	Out	Dez	4
4	s/nº	240105	250.000,00	0	250.000,00	250.000,00	Abr	Dez	4
4	s/nº	240105	400.000,00	0	400.000,00	400.000,00	Mai	Out	4
4	s/nº	240105	350.000,00	0	350.000,00	350.000,00	Ago	Dez	4
4	s/nº	240106	42.000,00	0	42.000,00	42.000,00	Out	Dez	4
4	s/nº	240106	6.000,00	0	6.000,00	6.000,00	Out	Dez	4
4	s/nº	240106	148.088,00	0	148.088,00	148.088,00	Out	Dez	4
4	s/nº	240106	50.000,00	0	50.000,00	50.000,00	Out	Dez	4
4	s/nº	240106	29.000,00	0	29.000,00	29.000,00	Out	Dez	4
4	s/nº	240106	112.000,00	0	112.000,00	112.000,00	Nov	Dez	4
4	s/nº	240137	536.000,00	0	536.000,00	536.000,00	Mai	Dez	4
4	s/nº	240137	350.000,00	0	350.000,00	350.000,00	Mai	Jul	4
4	s/nº	240128	88.000,00	0	88.000,00	88.000,00	Mai	Dez	4
4	s/nº	240128	192.000,00	0	192.000,00	192.000,00	Jun	Dez	4
4	s/nº	240128	18.000,00	0	18.000,00	18.000,00	Mai	Dez	4
4	s/nº	240128	35.000,00	0	35.000,00	35.000,00	Ago	Dez	4
4	s/nº	240123	97.000,00	0	97.000,00	97.000,00	Mai	Ago	4
4	s/nº	240123	300.000,00	0	300.000,00	300.000,00	Mai	Set	4
4	s/nº	240123	350.000,00	0	350.000,00	350.000,00	Out	Dez	4
4	s/nº	240124	180.000,00	0	180.000,00	180.000,00	Out	Dez	4
4	s/nº	240124	500.446,00	0	500.446,00	500.446,00	Dez	Dez	4
4	s/nº	240125	131.000,00	0	131.000,00	131.000,00	Dez	Dez	4
4	s/nº	240125	110.000,00	0	110.000,00	110.000,00	Mai	Jul	4
4	s/nº	240125	200.000,00	0	200.000,00	200.000,00	Jun	Dez	4
4	s/nº	240125	300.000,00	0	300.000,00	300.000,00	Out	Dez	4
4	s/nº	240125	36.200,00	0	36.200,00	36.200,00	Dez	Dez	4
4	s/nº	240125	150.000,00	0	150.000,00	150.000,00	Abr	Dez	4
4	s/nº	240126	40.000,00	0	40.000,00	40.000,00	Mai	Jul	4
4	s/nº	240126	502.117,00	0	502.117,00	502.117,00	Mai	Dez	4
4	s/nº	240126	530.000,00	0	530.000,00	530.000,00	Fev	Mai	4
4	s/nº	240126	450.000,00	0	450.000,00	450.000,00	Mai	Dez	4
4	s/nº	240126	20.551,00	0	20.551,00	20.551,00	Mai	Out	4
4	s/nº	240121	2.400.000,00	0	2.400.000,00	2.400.000,00	Fev	Dez	4
4	s/nº	154004	990.474,00	0	990.474,00	990.474,00	Fez	Dez	4

4	s/nº	Hidroex	1.468.092,00	0	1.468.092,00	1.468.092,00	Out	Dez	4
4	s/nº	INPP	1.500.000,00	0	1.500.000,00	1.500.000,00	Out	Dez	4
4	s/nº	10ZS	3.000.000,00	0	3.000.000,00	3.000.000,00	Out	Dez	4

LEGENDA

Modalidade:

1 - Convênio
2 - Contrato de Repasse
3 - Termo de Parceria
4 - Termo de Cooperação
5 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

1 - Adimplente
2 - Inadimplente
3 - Inadimplência Suspensa
4 - Concluído
5 - Excluído
6 - Rescindido
7 - Arquivado

Fonte: SIAFI

6.I. Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Quadro XLIII – Quadro A.6.2 - Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação / Secretaria Executiva / Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa						
CNPJ: 031.327.45/0001-00				**UG/GESTÃO:** 240001/240113		
Modalidade	**Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício**			**Valores repassados em cada exercício** (Valores em R$ 1,00)		
	2009	**2010**	**2011**	**2009**	**2010**	**2011**
Convênio	0	0	0	0	0	0
Contrato de Repasse	0	0	0	0	0	0
Termo de Parceria	0	0	0	0	0	0
Termo de Cooperação	62	62	65	11.404.487,00	14.882.699,00	20.580.805,00
Termo de Compromisso	0	0	0	0	0	0
Totais	62	62	65	11.404.487,00	14.882.699,00	20.580.805,00

Fonte: SIAFI

6.II. Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2012 e exercícios seguintes

Quadro XLIV – Quadro A.6.3 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2012 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação / Secretaria Executiva / Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa					
CNPJ: 031.327.45/0001-00			**UG/GESTÃO:** 240001/240113		
Modalidade	**Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes**	**Valores** (R$ 1,00)			**% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011**
		Contratados	**Repassados até 2011**	**Previstos para 2012**	
Convênio	0	0	0	0	0
Contrato de Repasse	0	0	0	0	0
Termo de Parceria	0	0	0	0	0
Termo de Cooperação	0	0	0	16.000.000,00	100%
Termo de Compromisso	0	0	0	0	0
Totais	0	0	0	16.000.000,00	100%

Fonte: SIAFI

6.III. Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse - Quadro A.6.4 – Não houve ocorrência (justificado na introdução)

6.IV. Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse - Quadro A.6.5 – Não houve ocorrência (justificado na introdução)

ITEM 7 DA PARTE "A"

7. DECLARAÇÃO SIASG, SICONV

A Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA) é a unidade responsável pelas informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres disponíveis e atualizados, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG) e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria (SICONV), conforme estabelece o art. 9º da Lei n.º 12.309, de 09 de agosto de 2010.

Quadro A.7.1 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SCONV (formulário anexo)

ITEM 8 DA PARTE "A"

8. DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS

Em cumprimento ao que determina a Lei nº 8.730/03, bem como, DN TCU n.º 108, de 24 de novembro de 2010 e DN TCU nº 117, de 19 de outubro de 2011, declaro que os responsáveis arrolados nas contas da **Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa (SCUP)** (Titulares e Substitutos), abaixo relacionados, estão em dia com a exigência da apresentação da declaração de bens e rendas, de que trata a Lei n.º 8.730, de 10/11/1993.

Tabela VII – Responsáveis arrolados nas contas da Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa (SCUP)

NOME	CPF
JOSE EDIL BENEDITO	238.798.401-30 (Jan-fev-14/03)
ARQUIMEDES DIÓGENES CILONI	982.968.928-04 (a partir de 14/03)
CARLOS OITÍ BERBERT	004.550.401-68
ISABEL FELICIDADE AIRES CAMPOS	084.730.721-20
MARIA CRISTINA LIMA PEREZ MARÇAL	244.106.591-20

Fonte: CGRH/SPOA/MCTI

Quadro XLV - Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	**Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93**	**Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR**		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	**Final do exercício da Função ou Cargo**	**Final do exercício financeiro**
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-

	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	8	-	8
	Entregaram a DBR	8	-	8
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-

Fonte: CGRH/SPOA

ITEM 9 DA PARTE "A"

9. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ

Quadro XLVI - Quadro A.9.1 - Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				**X**	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			**X**		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				**X**	
*4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	**X**				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				**X**	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		**X**			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			**X**		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.		**X**			
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			**X**		
Avaliação de Risco	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				**X**	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				**X**	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a conseqüente adoção de medidas para mitigá-los.		**X**			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		**X**			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no	**X**				

perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		**X**			
*16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			**X**		
*****17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					**X**
*****18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					**X**
Procedimentos de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
*****19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			**X**		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.	**X**				
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.		**X**			
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			**X**		
Informação e Comunicação	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					**X**
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.			**X**		
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			**X**		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				**X**	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			**X**		
Monitoramento	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		**X**			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			**X**		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			**X**		
Considerações gerais: A SCUP não tem divisão específica que exerça função de natureza de controle. O MCTI possui uma Assessoria de Controle Interno, ligada diretamente ao Ministro, para dar apoio a todo o ministério. * Referem-se às atividades ligadas diretamente a administração central .					

Fonte: GAB/SCUP

ITEM 10 DA PARTE "A"

10. GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS - Quadro A.10.1 - Não se aplica (justificado na introdução)

ITEM 11 DA PARTE "A"

11. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO - Quadro A.11.1 – Não se aplica (justificado na introdução)

11.1. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de uso Especial Locados de Terceiros - Quadro A.11.2 – Não se aplica (justificado na introdução)

11.2. Distribuição Espacial dos Bens de Propriedade da União Sob Responsabilidade da UJ - Quadro A.11.3 – Não se aplica (justificado na introdução)

ITEM 12 DA PARTE "A"

12. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UJ - Quadro A.12.1 – Não se aplica (justificado na introdução)

ITEM 13 DA PARTE "A"

13. CARTÕES DE PAGAMENTO – Quadro A.13.1 – Despesa com cartão de crédito corporativo por UG e por portador - Não se aplica (justificado na introdução)

Quadro A.13.2 – Despesa com cartão de crédito corporativo (série histórica) - Não se aplica (justificado na introdução)

ITEM 14 DA PARTE "A"

14. RENÚNCIA TRIBUTÁRIA

14.1. Renúncias Tributárias Sob Gestão da UJ - Quadro A.14.1 - Não se aplica (justificado na introdução)

14.2. Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida - Quadro A.14.2 - Não se aplicada (justificado na introdução)

14.3. Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Físicas - Quadro A.14.3- Não se aplica (justificado na introdução)

14.4. Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Jurídicas - Quadro A.14.4 - Não se aplica (justificado na introdução)

14.5. Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Físicas - Quadro A.14.5 - Não se aplica (justificado na introdução)

14.6. Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Jurídicas - Quadro A.14.6 - Não se aplica (justificado na introdução)

14.7. Aplicação de Recursos da Renúncia de Receita pela Própria UJ - Quadro A.14.7 Não se aplica (justificado na introdução)

14.8. Prestações de Contas de Renúncia de Receitas - Quadro A.14.8 - Não se aplicada (justificado na introdução)

14.9. Comunicações à RFB – Receita Federal do Brasil - Quadro A.14.9 - Não se aplica (justificado na introdução)

14.10. Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas - Quadro A.14.10 - Não se aplica (justificado na introdução)

14.11. Ações da Receita Federal do Brasil - Quadro A.14.11 - Não se aplica (justificado na introdução)

ITEM 15 DA PARTE "A"

15. CUMPRIMENTOS DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Quadro XLVII - Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					**Código SIORG**
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					**Código SIORG**
Descrição da Deliberação:					

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	**Código SIORG**
Síntese da providência adotada:	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

15.I. SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Quadro XLVIII – Quadro A.15.2 – Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			**Código SIORG**
Secretaria Executiva do MCT			240101
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
01	245318	Constatação 7 Recomendação 3	
Órgão/entidade objeto da recomendação			**Código SIORG**
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP			240113
Descrição da Recomendação:			
Que a SCUP/MCT adote junto ao IMPA a correção do saldo financeiro do Contrato de Gestão em 31/12/08 ou Saldo de Disponibilidade no Início do Período descrito na fl. 133 do Relatório de Gestão Anual, Contrato de Gestão MCT/IMPA, 2009 onde o valor correto corresponde ao importe reprogramado no 18º Termo Aditivo, ou seja, R$ 28.689.177,34.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			**Código SIORG**
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP			240113
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Foi elaborado o 22º Termo Aditivo para corrigir a Cláusula referente à reprogramação do saldo constante no 18º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão. Este Termo Aditivo foi assinado em 14 de março de 2011 e publicado no Diário Oficial da União em 23 de março de 2011. Em 29 de março de 2011, foi encaminhado Ofício nº 13/SCUP à CGU com as providências adotadas e a SCUP/MCTI aguarda manifestação do atendimento ou não desta recomendação.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	245318	Constatação 8 Recomendação 1	

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP	240113

Descrição da Recomendação:

Que o órgão Supervisor providencie junto às Organizações Sociais a elaboração do relatório financeiro e de execução específico do Contrato de Gestão conforme previsto na letra "f", inciso I, art. 2º da Lei nº 9.637/98 e Cláusulas Contratuais referente à prestação de contas do Contrato de Gestão.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP	240113

Justificativa para o seu não cumprimento:

A SCUP/MCT oficiou as Organizações Sociais, em 7 de outubro de 2010, com os Ofícios de nºs 85/2010; 86/2010; 87/2010; 88/2010 e 89/2010 SCUP, quanto à elaboração do relatório financeiro e de execução especifico do Contrato de Gestão, sendo que a verificação do atendimento pelas Organizações Sociais ocorrerá quando do próximo encaminhamento dos relatórios à SCUP/MCT. Foi encaminhado para a CGU, em 13 de outubro de 2010, o Ofício nº 97/2010-SCUP referente às providências adotadas para cumprir esta Recomendação. Durante a auditoria a ser realizada em 2012, estarão disponíveis para consulta os relatórios financeiros e de execução específico do contrato de gestão referente ao exercício de 2011.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	245318	Constatação 9 Recomendação 1	

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP	240113

Descrição da Recomendação:

Que a SCUP/MCT no âmbito de cada contrato de gestão: a) demonstre detalhadamente os cálculos utilizados para os valores atribuídos à Reserva Técnica; b) apresente os valores necessários para o funcionamento mensal de cada Organizações Sociais; c) Justifique o período definido e a necessidade de constituição da Reserva Técnica

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP	240113

Justificativa para o seu não cumprimento:

Foi elaborado um Termo de Referência para contratação de um especialista que realizou cinco estudos, um para cada Organização Social, visando atender a esta Recomendação. Os resultados dos estudos foram aplicados nos termos aditivos aos contratos de gestão e encaminhados para avaliação da CGU por meio do Ofício nº 10/12-SCUP, de 8/2/12. A SCUP/MCTI aguarda manifestação do atendimento ou não desta recomendação

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	245318	Constatação 9	

		Recomendação 2	

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP	240113

Descrição da Recomendação:

Que a SCUP/SE/MCT faça constar, dos relatórios pertinentes à execução dos contratos de gestão encaminhados pelas organizações sociais, tópico específico contendo a demonstração da utilização dos recursos da reserva técnica, manifestando-se conclusivamente quanto ao uso desses recursos.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP	240113

Justificativa para o seu não cumprimento:

A SCUP/MCT oficiou as Organizações Sociais com o Ofício-Circular 02/2011-SCUP, de 02 de fevereiro de 2011, e encaminhou para CGU o Ofício 02/2010-SCUP, de 03 de fevereiro de 2011, referente às providências desta Recomendação. Aguarda-se análise da CGU quanto ao cumprimento desta recomendação.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
05	245318	Constatação 9 Recomendação 5	

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP	240113

Descrição da Recomendação:

Que a SCUP/MCT faça constar demonstrativo detalhado dos excedentes financeiros referente ao Contrato de Gestão, ano a ano, de cada organização social.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP	240113

Justificativa para o seu não cumprimento:

A SCUP/MCT enviou para as Organizações Sociais o Ofício-Circular nº 01/2011-SCUP, de 02 de fevereiro de 2011, solicitando fazer constar nos seus relatórios anuais um quadro quadrienal com demonstrativo detalhado dos excedentes financeiros (saldo em 31/12) relativos ao contrato de gestão. Foi encaminhado pela SCUP/MCT para a CGU o Ofício nº 01/2011- SCUP, de 03 de fevereiro de 2011, referente às providências desta Recomendação. Nos relatórios anuais de 2010 não foi possível o cumprimento por todas as OSs. No entanto, nos relatórios anuais de 2011, as OSs já preveem o demonstrativo detalhado dos excedentes financeiros, os quais poderão ser avaliados pela CGU na auditoria prevista para abril/maio de 2012.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
06	245318	Constatação 10 Recomendação 1	

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP	240113

Descrição da Recomendação:

Que a SCUP/MCT adote providências visando a realização da análise financeira da execução dos recursos do Contrato de Gestão conforme disposto no Acórdão 2080/2008 – 2ª Câmara e na Lei nº 9.637/98.

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	**Código SIORG**
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP	240113

Justificativa para o seu não cumprimento:

Foi encaminhado o ofício-circular nº 05/2010- CGOS, de 02 de setembro de 2010, para as Comissões de Avaliação das Organizações Sociais sobre a recomendação do TCU contida no Acórdão 2080/2008. "...Considerando o disposto I) na recomendação da CGU ao MCT no Relatório de Auditoria Anual de Contas do exercício de 2009 (nº 245318), II) no subitem 1.3 do Acórdão TCU nº 2080/2008 - 2ª. Câmara e III) nas alíneas "a" a "g", do § 1º , do art. 11, da Portaria MCT nº 157, de 26/02/2010, um dos tópicos que deverá ser abordado, na reunião e no Relatório da Comissão, é a preparação para a análise financeira da execução dos recursos do Contrato de Gestão". No entanto, com a instalação de um grupo de trabalho, em janeiro de 2011, para projetar um novo marco normativo para as OS´s, abriu-se espaço para rever os dispositivos da Portaria MCTI nº 157, de fevereiro de 2010, que foi revogada em dezembro do mesmo ano, e melhorar sua aplicação. O novo normativo de regulamentação dos procedimentos técnico-operacionais dos contratos de gestão (Portaria 967, de 21/12/2011, que disciplina as atividades de promoção, acompanhamento, avaliação e fiscalização dos contratos de gestão celebrados com OS´s e dá outras providências) buscou, além de outros avanços, instituir mecanismos que mitigassem deficiências que embasaram as preocupações dos Órgãos de Controle e resultaram na recomendação acima referida. Os mecanismos previstos na referida Portaria se traduzem em dispositivos concretos a serem observados, quanto à questão, pelos vários atores do processo de contratualização nas fases de promoção, aditivação ou renovação, bem como nas de acompanhamento, avaliação e fiscalização de sua execução. A SCUP/MCTI aguarda posicionamento da CGU quanto à nova normatização implementada para os Contratos de Gestão.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
07	245318	Constatação 11 Recomendação 1	

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP	240113

Descrição da Recomendação:

Que a SCUP/MCT só receba as Prestações de Contas das Organizações Sociais com as atas de seus respectivos Conselho de Administração assinadas por todos representantes legalmente constituídos.

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	**Código SIORG**
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP	240113

Justificativa para o seu não cumprimento:

A SCUP/MCT encaminhou os Ofícios de nºs 21/2010; 22/2010; 23/2010; 24/2010; 25/2010; 26/2010; 27/2010; 28/2010; 29/2010; 31/2010; 32/2010 e 33/2010 SCUP, de 23 de novembro de 2010, para os Conselhos de Administração das Organizações Sociais solicitando que os mesmos procedam, rotineiramente, a assinatura das Atas. Foi encaminhado para a CGU o Ofício 104/2010, de 25 de novembro de 2011, relatando a providência adotada. Quando do recebimento das Atas, a CGOS/SCUP encaminhou Ofício nº 38/2011, de 19/08/11 e Ofício nº 14/2012-SCUP, de 27/03/2012, para CGU e aguarda o cumprimento ou não da recomendação.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
08	245318	Constatação 12 Recomendação 1	

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP	240113

Descrição da Recomendação:

Que a SCUP/MCT passe a incluir nos Planos Anuais dos Contratos de Gestão das Organizações Sociais, por intermédio de termos aditivos, planilhas com o detalhamento da estimativa dos custos das Despesas Administrativas do Contrato de Gestão.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP	240113

Justificativa para o seu não cumprimento:

A SCUP/MCT encaminhou o Ofício-Circular 03/2011, de 18 de fevereiro de 2011, para as Organizações Sociais solicitando que nos Termos Aditivos ao Contrato de Gestão conste nos Planos Anuais o detalhamento da estimativa dos custos das despesas administrativas do Contrato de gestão. Encaminhou, também, para a CGU o Ofício 09/2011, de 18 de fevereiro de 2011, referente à providência tomada para esta Recomendação. A SCUP/MCTI incluiu nos processos o detalhamento da estimativa dos custos no momento da pactuação dos termos aditivos e encaminhou Ofício nº 11/2012-SCUP, de 8/2/12, para a CGU com a demonstração do cumprimento da recomendação. A SCUP/MCT aguarda o posicionamento sobre o cumprimento ou não da recomendação.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
09	201108876	Constatação 12 Recomendação 1	

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP	240113

Descrição da Recomendação:

Que a SEXEC/MCT ultime providências no sentido de normatizar as atividades de acompanhamento e fiscalização da execução de Contratos de Gestão celebrados entre o MCT e as organizações sociais, informando, no prazo de 10 dias, a perspectiva da conclusão dos trabalhos do grupo de trabalho instituído pela Portaria SEXEC n.º 01/2011.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP	240113

Justificativa para o seu não cumprimento:

O grupo de trabalho foi instituído por meio da Portaria nº 1, de 13 de janeiro de 2011, publicada no DOU de 17 de janeiro de 2011, para estudar, rever e propor portaria que normatize as atividades das OS. Em 23/12/11 foi publicada a Portaria MCTI nº 967/2011, de 21/12/2011, do Sr. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação que disciplina as atividades de promoção, acompanhamento, avaliação e fiscalização dos contratos de gestão celebrados com organizações sociais e dá outras providências. A SCUP/MCT enviou, em 17/01/2012, Ofício nº 006/2012-SCUP para CGU encaminhando a referida Portaria em e aguarda o posicionamento sobre o cumprimento ou não da recomendação.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

10	201108876	Constatação 13 Recomendação 1	

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP	240113

Descrição da Recomendação:

Que a SCUP/MCT, na qualidade de órgão supervisor, verifique as despesas realizadas pelo CGEE na implementação da Subação Apoio à Consolidação do Planejamento Estratégico da FINEP e obtenha junto à Financiadora de Estudos e Projetos, empresa pública, o ressarcimento ao erário dos valores transferidos para a execução da Subação, no montante de R$ 250.000,00, ou o valor efetivamente utilizado pelo CGEE, caso este seja maior.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP	240113

Justificativa para o seu não cumprimento:

A SEXEC/MCTI encaminhou o Ofício nº 613/2011-SEXEC para FINEP em 18/11/11 solicitando a devolução dos recursos ao erário. Em 18/01/2012, foi encaminhado Ofício nº 4/2012-SCUP para CGU no qual informa as ações tomadas. A SEXEC/SCUP/MCT aguarda providências da FINEP e análise da CGU.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	201108876	Constatação 15 Recomendação 1	

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP	240113

Descrição da Recomendação:

Apurar responsabilidade pelos atos que resultaram na contratação, pelo CGEE, dos especialistas que participaram do processo de avaliação anual daquela entidade.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP	240113

Justificativa para o seu não cumprimento:

A CGOS/SCUP/MCTI elaborou Nota Técnica nº 031/2011/CGOS-SCUP, de 30/12/2011, em que explicita os fatos e atos relacionados à contratação dos especialistas que participaram do processo de avaliação anual do CGEE, enviada eletronicamente à CGU.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	201108876	Constatação 16 Recomendação 1	

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP	240113

Descrição da Recomendação:

Rever a sistemática de avaliação do Contrato de Gestão do CGEE, de forma que sejam contempladas na análise qualitativa as ações/subações concluídas no exercício fiscalizado.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP	240113

Justificativa para o seu não cumprimento:

A Comissão de Avaliação está passando por um processo de reformulação de seus membros e de suas funções. A nova Comissão terá como uma de suas atribuições rever a Sistemática de Avaliação. Foi encaminhado OF 003/2012-SCUP para CGU em 18/01/2012 solicitando prorrogação de prazo para 30 de dezembro de 2012. A nova Comissão de Avaliação foi nomeada em 25/11/11, por meio da Portaria MCTI nº 891/2011, e na reunião anual 2011, a ser realizada em abril de 2012, iniciará a discussão sobre a revisão da sistemática de avaliação, considerando que está suspensa a execução da avaliação referente às dimensões de avaliação qualidade de processos e produtos e de efetividade institucional, conforme pactuado no 4º Termo Aditivo ao contrato de gestão, até que o novos membros da comissão de avaliação, recém nomeados, revejam a sistemática de avaliação constante do quadro de indicadores do anexo 3 do contrato de gestão.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	201108876	Constatação 17 Recomendação 1	

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP	240113

Descrição da Recomendação:

Que a SCUP/MCT manifeste-se conclusivamente quanto aos saldos financeiros repactuados das organizações sociais, referente a 31/12/2009, e adote providências visando suas respectivas correções.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP	240113

Justificativa para o seu não cumprimento:

Foram pactuados termos aditivos aos contratos de gestão das OSs incluindo as correções necessárias e encaminhado, em 26/01/2012, Ofício nº 8/2012-SCUP para CGU informando as providências adotadas. A SCUP/MCT aguarda avaliação pela CGU do cumprimento ou não desta recomendação.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
14	201108876	Constatação 17 Recomendação 2	

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP	240113

Descrição da Recomendação:

Que a SCUP/MCT faça levantamento de todos os recursos despendidos com o Projeto Rede Clara da Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP e manifeste-se conclusivamente quanto aos gastos realizados e a sua vinculação ao contrato de gestão, apresentando documentação comprobatória.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP	240113

Justificativa para o seu não cumprimento:

Foi encaminhado Ofício nº 47/2011-SCUP para a RNP, em 05/10/2011, solicitando informações sobre os dispêndios realizados com o Projeto Rede Clara. O Ofício nº 002/2012-SCUP foi encaminhado para CGU informando da providência tomada. A SCUP/MCTI aguarda informações a serem encaminhadas pela RNP, considerando que o prazo

de atendimento desta recomendação junto a CGU foi previsto para 30/04/2012.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
15	201108876	Constatação 19 Recomendação 1	

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP	240113

Descrição da Recomendação:
Que a SCUP/MCT adote providências visando a realização da análise financeira da execução dos recursos dos contratos de gestão.
Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP	240113

Justificativa para o seu não cumprimento:
Com a instalação de um Grupo de Trabalho, em janeiro de 2011, para projetar um novo marco normativo para as OS´s, abriu-se espaço para rever os dispositivos da Portaria MCTI nº 157, de fevereiro de 2010, que foi revogada em dezembro do mesmo ano, e melhorar sua aplicação. O novo normativo de regulamentação dos procedimentos técnico-operacionais dos contratos de gestão (Portaria 967, de 21/12/2011, que disciplina as atividades de promoção, acompanhamento, avaliação e fiscalização dos contratos de gestão celebrados com OS´s e dá outras providências) buscou, além de outros avanços, instituir mecanismos que mitigassem deficiências que embasaram as preocupações dos Órgãos de Controle e resultaram na recomendação acima referida. Os mecanismos previstos na referida Portaria se traduzem em dispositivos concretos a serem observados, quanto à questão, pelos vários atores do processo de contratualização nas fases de promoção, aditivação ou renovação, bem como nas de acompanhamento, avaliação e fiscalização de sua execução. A referida portaria foi encaminhada à CGU pela SCUP/CGOS, que aguarda reunião para avaliar a ação adotada. Ademais, para tratar o objeto proposto pelo referido acordão, esta SCUP/CGOS solicitou contratação de Consultoria por produto, nos termos do Edital nº 012/2010 - Contrato nº AS-3814/2010 – Controle UNESCO nº 69.117, no período de janeiro a maio de 2011, visando o "estabelecimento de prática organizacional da produção de Relatórios Técnicos dos aspectos econômico, contábil e financeiro da execução física dos Contratos de Gestão com as Organizações Sociais supervisionadas." Embora ter sido elaborado um documento robusto que demonstrou grande esforço do contratado, a análise de seu conteúdo revelou a não consideração da execução financeira dos Contratos de Gestão, na direção apontada de o trabalho responder ao questionamento do Acórdão 2080. Por não estabelecer um modelo de análise específico aos problemas e características dos Contratos de Gestão, o diagnóstico embora válido ficou inespecífico ao tema e não permitiu uma reflexão sobre os instrumentos e praticas atuais do Contrato de Gestão no campo econômico, contábil e financeiro. Em vista disto, a contratação foi descontinuada e atualmente se estuda se a consultoria seria a forma mais adequada de atender aos propósitos do Acórdão.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
16	201108876	Constatação 20 Recomendação 1	

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP	240113

Descrição da Recomendação:
Que a SCUP/MCT, passe a incluir nos Planos Anuais dos Contratos de Gestão das Organizações Sociais, por intermédio de termos aditivos, planilhas com o detalhamento estimativa dos custos das Despesas Administrativas e

das metas/ações/atividades pactuadas.
Providências Adotadas
Setor responsável pela implementação / **Código SIORG**
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP / 240113
Justificativa para o seu não cumprimento:
A CGOS/SCUP encaminhou o Ofício Circular nº 05/2011-SCUP, de 05/10/2011, para as OSs solicitando que apresentem, nos próximos termos aditivos pactuados, planilha detalhada da estimativa dos custos das despesas administrativas da OS. Foi encaminhado o Ofício nº 48/2011 – SCUP para CGU informando as providencias tomadas para o cumprimento desta recomendação. Os Termos Aditivos celebrados em dez/2011 foram assinados de acordo com esta recomendação. Aguardamos a avaliação da CGU sobre o cumprimento ou não desta recomendação.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
17	201108876	Constatação 21 Recomendação 1	

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP	240113
Descrição da Recomendação:	
Que a SCUP/MCT só receba as Prestações de Contas das Organizações Sociais com as Atas de seus respectivos Conselhos de Administração assinadas por todos representantes legalmente constituídos, que tenham estado presentes às respectivas reuniões dos conselhos.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	**Código SIORG**
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP	240113
Justificativa para o seu não cumprimento:	
Em 05/10/2011, foi encaminhado o Ofício Circular nº 06/2011 – SCUP para os presidentes dos Comissões de Avaliação das OSs e o Ofício Circular nº 07/2011-SCUP, de 6/10/2011, para os diretores das OSs. A SCUP/MCTI encaminhou para a CGU o Ofício nº 49/2011 – SCUP, de 6/10/2011, no qual informa as providências tomadas. Com relação às atas de aprovação das contas do exercício de 2011, encontram-se disponíveis na CGOS para verificação por parte da CGU.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
18	201108876	Constatação 22 Recomendação 1	

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP	240113
Descrição da Recomendação:	
Que a SCUP/MCT identifique e obtenha junto às unidades demandantes das metas/subações supracitadas dos produtos recebidos com pronunciamento quanto à adequação desses produtos.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	**Código SIORG**
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP	240113
Justificativa para o seu não cumprimento:	
A SCUP/MCTI fez o levantamento das ações/subações realizadas pelo CGEE e concluídas em 2010 e 2011 e	

encaminhou ofícios às unidades demandantes dos produtos solicitando o pronunciamento sobre os mesmos. Foi encaminhado Ofício nº 15/2012-SCUP, de 27/03/2012, à CGU sobre as providências tomadas e aguarda-se as respostas das unidades demandantes.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Fonte: CGOS/SCUP

15.II. RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Quadro XLIX – Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	245318	Constatação 7 Recomendação 2	

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP	240113
Descrição da Recomendação:	
Que a SCUP/MCT passe a orientar a Comissão de Acompanhamento e Avaliação-CAA quanto à metodologia de avaliação das metas, fazendo constar dos relatórios das comissões os critérios, parâmetros e análises efetuadas na verificação dos relatórios.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	**Código SIORG**
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP	240113
Síntese da providência adotada:	
A SCUP/MCTI encaminhou os Ofícios n°s 16/2010; 17/2010; 18/2010; 19/2010 e 20/2010 SCUP, de 15 de outubro de 2010, para os Presidentes das Comissões de Acompanhamento e Avaliação – CAA solicitando que façam constar dos relatórios da CAA os critérios, parâmetros e análises utilizadas quando da elaboração do relatório. Encaminhou, também, para a CGU, o Ofício 103/2010 SCUP, de 23 de novembro de 2010, referente à providência tomada para esta Recomendação. O órgão de Controle Interno, por meio do Ofício nº 3493/DICIT/DI/SFC/CGU-PR, de 10 de fevereiro de 2011, considerou como atendida a recomendação.	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação atendida.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Fonte: CGOS/SCUP

15.III. SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Quadro L – Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	**Código SIORG**
Secretaria Executiva do MCT	240101
Recomendações do OCI	
Recomendações expedidas pelo OCI	

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	245318	Constatação 7 Recomendação 3	

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP	240113

Descrição da Recomendação:

Que a SCUP/MCT adote junto ao IMPA a correção do saldo financeiro do Contrato de Gestão em 31/12/08 ou Saldo de Disponibilidade no Início do Período descrito na fl. 133 do Relatório de Gestão Anual, Contrato de Gestão MCT/IMPA, 2009 onde o valor correto corresponde ao importe reprogramado no 18º Termo Aditivo, ou seja, R$ 28.689.177,34.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP	240113

Justificativa para o seu não cumprimento:

Foi elaborado o 22º Termo Aditivo para corrigir a Cláusula referente à reprogramação do saldo constante no 18º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão. Este Termo Aditivo foi assinado em 14 de março de 2011 e publicado no Diário Oficial da União em 23 de março de 2011. Em 29 de março de 2011, foi encaminhado Ofício nº 13/SCUP à CGU com as providências adotadas e a SCUP/MCTI aguarda manifestação do atendimento ou não desta recomendação.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	245318	Constatação 8 Recomendação 1	

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP	240113

Descrição da Recomendação:

Que o órgão Supervisor providencie junto às Organizações Sociais a elaboração do relatório financeiro e de execução específico do Contrato de Gestão conforme previsto na letra "f", inciso I, art. 2º da Lei nº 9.637/98 e Cláusulas Contratuais referente à prestação de contas do Contrato de Gestão.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP	240113

Justificativa para o seu não cumprimento:

A SCUP/MCT oficiou as Organizações Sociais, em 7 de outubro de 2010, com os Ofícios de nºs 85/2010; 86/2010; 87/2010; 88/2010 e 89/2010 SCUP, quanto à elaboração do relatório financeiro e de execução especifico do Contrato de Gestão, sendo que a verificação do atendimento pelas Organizações Sociais ocorrerá quando do próximo encaminhamento dos relatórios à SCUP/MCT. Foi encaminhado para a CGU, em 13 de outubro de 2010, o Ofício nº 97/2010-SCUP referente às providências adotadas para cumprir esta Recomendação. Durante a auditoria a ser realizada em 2012, estarão disponíveis para consulta os relatórios financeiros e de execução específico do contrato de gestão referente ao exercício de 2011.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	245318	Constatação 9 Recomendação 1	

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG

Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP	240113

Descrição da Recomendação:

Que a SCUP/MCT no âmbito de cada contrato de gestão: a) demonstre detalhadamente os cálculos utilizados para os valores atribuídos à Reserva Técnica; b) apresente os valores necessários para o funcionamento mensal de cada Organizações Sociais; c) Justifique o período definido e a necessidade de constituição da Reserva Técnica

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP	240113

Justificativa para o seu não cumprimento:

Foi elaborado um Termo de Referência para contratação de um especialista que realizou cinco estudos, um para cada Organização Social, visando atender a esta Recomendação. Os resultados dos estudos foram aplicados nos termos aditivos aos contratos de gestão e encaminhados para avaliação da CGU por meio do Ofício nº 10/12-SCUP, de 8/2/12. A SCUP/MCTI aguarda manifestação do atendimento ou não desta recomendação

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	245318	Constatação 9 Recomendação 2	

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP	240113

Descrição da Recomendação:

Que a SCUP/SE/MCT faça constar, dos relatórios pertinentes à execução dos contratos de gestão encaminhados pelas organizações sociais, tópico específico contendo a demonstração da utilização dos recursos da reserva técnica, manifestando-se conclusivamente quanto ao uso desses recursos.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP	240113

Justificativa para o seu não cumprimento:

A SCUP/MCT oficiou as Organizações Sociais com o Ofício-Circular 02/2011-SCUP, de 02 de fevereiro de 2011, e encaminhou para CGU o Ofício 02/2010-SCUP, de 03 de fevereiro de 2011, referente às providências desta Recomendação. Aguarda-se análise da CGU quanto ao cumprimento desta recomendação.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
05	245318	Constatação 9 Recomendação 5	

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP	240113

Descrição da Recomendação:

Que a SCUP/MCT faça constar demonstrativo detalhado dos excedentes financeiros referente ao Contrato de Gestão, ano a ano, de cada organização social.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP	240113

Justificativa para o seu não cumprimento:

A SCUP/MCT enviou para as Organizações Sociais o Ofício-Circular nº 01/2011-SCUP, de 02 de fevereiro de 2011, solicitando fazer constar nos seus relatórios anuais um quadro quadrienal com demonstrativo detalhado dos excedentes financeiros (saldo em 31/12) relativos ao contrato de gestão. Foi encaminhado pela SCUP/MCT para a CGU o Ofício nº 01/2011- SCUP, de 03 de fevereiro de 2011, referente às providências desta Recomendação. Nos relatórios anuais de 2010 não foi possível o cumprimento por todas as OSs. No entanto, nos relatórios anuais de 2011, as OSs já preveem o demonstrativo detalhado dos excedentes financeiros, os quais poderão ser avaliados pela CGU na auditoria prevista para abril/maio de 2012.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
06	245318	Constatação 10 Recomendação 1	

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP	240113

Descrição da Recomendação:

Que a SCUP/MCT adote providências visando a realização da análise financeira da execução dos recursos do Contrato de Gestão conforme disposto no Acórdão 2080/2008 – 2ª Câmara e na Lei nº 9.637/98.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP	240113

Justificativa para o seu não cumprimento:

Foi encaminhado o ofício-circular nº 05/2010- CGOS, de 02 de setembro de 2010, para as Comissões de Avaliação das Organizações Sociais sobre a recomendação do TCU contida no Acórdão 2080/2008. "...Considerando o disposto I) na recomendação da CGU ao MCT no Relatório de Auditoria Anual de Contas do exercício de 2009 (nº 245318), II) no subitem 1.3 do Acórdão TCU nº 2080/2008 - 2ª. Câmara e III) nas alíneas "a" a "g", do § 1º , do art. 11, da Portaria MCT nº 157, de 26/02/2010, um dos tópicos que deverá ser abordado, na reunião e no Relatório da Comissão, é a preparação para a análise financeira da execução dos recursos do Contrato de Gestão". No entanto, com a instalação de um grupo de trabalho, em janeiro de 2011, para projetar um novo marco normativo para as OS´s, abriu-se espaço para rever os dispositivos da Portaria MCTI nº 157, de fevereiro de 2010, que foi revogada em dezembro do mesmo ano, e melhorar sua aplicação. O novo normativo de regulamentação dos procedimentos técnico-operacionais dos contratos de gestão (Portaria 967, de 21/12/2011, que disciplina as atividades de promoção, acompanhamento, avaliação e fiscalização dos contratos de gestão celebrados com OS´s e dá outras providências) buscou, além de outros avanços, instituir mecanismos que mitigassem deficiências que embasaram as preocupações dos Órgãos de Controle e resultaram na recomendação acima referida. Os mecanismos previstos na referida Portaria se traduzem em dispositivos concretos a serem observados, quanto à questão, pelos vários atores do processo de contratualização nas fases de promoção, aditivação ou renovação, bem como nas de acompanhamento, avaliação e fiscalização de sua execução. A SCUP/MCTI aguarda posicionamento da CGU quanto à nova normatização implementada para os Contratos de Gestão.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
07	245318	Constatação 11 Recomendação 1	

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG

Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP	240113
Descrição da Recomendação:	
Que a SCUP/MCT só receba as Prestações de Contas das Organizações Sociais com as atas de seus respectivos Conselho de Administração assinadas por todos representantes legalmente constituídos.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	**Código SIORG**
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP	240113
Justificativa para o seu não cumprimento:	
A SCUP/MCT encaminhou os Ofícios de nºs 21/2010; 22/2010; 23/2010; 24/2010; 25/2010; 26/2010; 27/2010; 28/2010; 29/2010; 31/2010; 32/2010 e 33/2010 SCUP, de 23 de novembro de 2010, para os Conselhos de Administração das Organizações Sociais solicitando que os mesmos procedam, rotineiramente, a assinatura das Atas. Foi encaminhado para a CGU o Ofício 104/2010, de 25 de novembro de 2011, relatando a providência adotada. Quando do recebimento das Atas, a CGOS/SCUP encaminhou Ofício nº 38/2011, de 19/08/11 e Ofício nº 14/2012-SCUP, de 27/03/2012, para CGU e aguarda o cumprimento ou não da recomendação.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
08	245318	Constatação 12 Recomendação 1	

Órgão/entidade objeto da recomendação	**Código SIORG**
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP	240113
Descrição da Recomendação:	
Que a SCUP/MCT passe a incluir nos Planos Anuais dos Contratos de Gestão das Organizações Sociais, por intermédio de termos aditivos, planilhas com o detalhamento da estimativa dos custos das Despesas Administrativas do Contrato de Gestão.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	**Código SIORG**
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP	240113
Justificativa para o seu não cumprimento:	
A SCUP/MCT encaminhou o Ofício-Circular 03/2011, de 18 de fevereiro de 2011, para as Organizações Sociais solicitando que nos Termos Aditivos ao Contrato de Gestão conste nos Planos Anuais o detalhamento da estimativa dos custos das despesas administrativas do Contrato de gestão. Encaminhou, também, para a CGU o Ofício 09/2011, de 18 de fevereiro de 2011, referente à providência tomada para esta Recomendação. A SCUP/MCTI incluiu nos processos o detalhamento da estimativa dos custos no momento da pactuação dos termos aditivos e encaminhou Ofício nº 11/2012-SCUP, de 8/2/12, para a CGU com a demonstração do cumprimento da recomendação. A SCUP/MCT aguarda o posicionamento sobre o cumprimento ou não da recomendação.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
09	201108876	Constatação 12 Recomendação 1	

Órgão/entidade objeto da recomendação	**Código SIORG**
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP	240113

Descrição da Recomendação:
Que a SEXEC/MCT ultime providências no sentido de normatizar as atividades de acompanhamento e fiscalização da execução de Contratos de Gestão celebrados entre o MCT e as organizações sociais, informando, no prazo de 10 dias, a perspectiva da conclusão dos trabalhos do grupo de trabalho instituído pela Portaria SEXEC n.º 01/2011.
Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP	240113

Justificativa para o seu não cumprimento:
O grupo de trabalho foi instituído por meio da Portaria nº 1, de 13 de janeiro de 2011, publicada no DOU de 17 de janeiro de 2011, para estudar, rever e propor portaria que normatize as atividades das OS. Em 23/12/11 foi publicada a Portaria MCTI nº 967/2011, de 21/12/2011, do Sr. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação que disciplina as atividades de promoção, acompanhamento, avaliação e fiscalização dos contratos de gestão celebrados com organizações sociais e dá outras providências. A SCUP/MCT enviou, em 17/01/2012, Ofício nº 006/2012-SCUP para CGU encaminhando a referida Portaria em e aguarda o posicionamento sobre o cumprimento ou não da recomendação.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	201108876	Constatação 13 Recomendação 1	

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP	240113

Descrição da Recomendação:
Que a SCUP/MCT, na qualidade de órgão supervisor, verifique as despesas realizadas pelo CGEE na implementação da Subação Apoio à Consolidação do Planejamento Estratégico da FINEP e obtenha junto à Financiadora de Estudos e Projetos, empresa pública, o ressarcimento ao erário dos valores transferidos para a execução da Subação, no montante de R$ 250.000,00, ou o valor efetivamente utilizado pelo CGEE, caso este seja maior.
Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP	240113

Justificativa para o seu não cumprimento:
A SEXEC/MCTI encaminhou o Ofício nº 613/2011-SEXEC para FINEP em 18/11/11 solicitando a devolução dos recursos ao erário. Em 18/01/2012, foi encaminhado Ofício nº 4/2012-SCUP para CGU no qual informa as ações tomadas. A SEXEC/SCUP/MCT aguarda providências da FINEP e análise da CGU.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	201108876	Constatação 15 Recomendação 1	

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP	240113

Descrição da Recomendação:
Apurar responsabilidade pelos atos que resultaram na contratação, pelo CGEE, dos especialistas que participaram do processo de avaliação anual daquela entidade.
Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP	240113

Justificativa para o seu não cumprimento:

A CGOS/SCUP/MCTI elaborou Nota Técnica nº 031/2011/CGOS-SCUP, de 30/12/2011, em que explicita os fatos e atos relacionados à contratação dos especialistas que participaram do processo de avaliação anual do CGEE, enviada eletronicamente à CGU.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	201108876	Constatação 16 Recomendação 1	

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP	240113

Descrição da Recomendação:

Rever a sistemática de avaliação do Contrato de Gestão do CGEE, de forma que sejam contempladas na análise qualitativa as ações/subações concluídas no exercício fiscalizado.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP	240113

Justificativa para o seu não cumprimento:

A Comissão de Avaliação está passando por um processo de reformulação de seus membros e de suas funções. A nova Comissão terá como uma de suas atribuições rever a Sistemática de Avaliação. Foi encaminhado OF 003/2012-SCUP para CGU em 18/01/2012 solicitando prorrogação de prazo para 30 de dezembro de 2012. A nova Comissão de Avaliação foi nomeada em 25/11/11, por meio da Portaria MCTI nº 891/2011, e na reunião anual 2011, a ser realizada em abril de 2012, iniciará a discussão sobre a revisão da sistemática de avaliação, considerando que está suspensa a execução da avaliação referente às dimensões de avaliação qualidade de processos e produtos e de efetividade institucional, conforme pactuado no 4º Termo Aditivo ao contrato de gestão, até que o novos membros da comissão de avaliação, recém nomeados, revejam a sistemática de avaliação constante do quadro de indicadores do anexo 3 do contrato de gestão.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	201108876	Constatação 17 Recomendação 1	

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP	240113

Descrição da Recomendação:

Que a SCUP/MCT manifeste-se conclusivamente quanto aos saldos financeiros repactuados das organizações sociais, referente a 31/12/2009, e adote providências visando suas respectivas correções.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP	240113

Justificativa para o seu não cumprimento:

Foram pactuados termos aditivos aos contratos de gestão das OSs incluindo as correções necessárias e encaminhado, em 26/01/2012, Ofício nº 8/2012-SCUP para CGU informando as providências adotadas. A SCUP/MCT aguarda avaliação pela CGU do cumprimento ou não desta recomendação.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo

gestor

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
14	201108876	Constatação 17 Recomendação 2	

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP	240113

Descrição da Recomendação:

Que a SCUP/MCT faça levantamento de todos os recursos despendidos com o Projeto Rede Clara da Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP e manifeste-se conclusivamente quanto aos gastos realizados e a sua vinculação ao contrato de gestão, apresentando documentação comprobatória.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP	240113

Justificativa para o seu não cumprimento:

Foi encaminhado Ofício nº 47/2011-SCUP para a RNP, em 05/10/2011, solicitando informações sobre os dispêndios realizados com o Projeto Rede Clara. O Ofício nº 002/2012-SCUP foi encaminhado para CGU informando da providência tomada. A SCUP/MCTI aguarda informações a serem encaminhadas pela RNP, considerando que o prazo de atendimento desta recomendação junto a CGU foi previsto para 30/04/2012.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
15	201108876	Constatação 19 Recomendação 1	

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP	240113

Descrição da Recomendação:

Que a SCUP/MCT adote providências visando a realização da análise financeira da execução dos recursos dos contratos de gestão.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP	240113

Justificativa para o seu não cumprimento:

Com a instalação de um Grupo de Trabalho, em janeiro de 2011, para projetar um novo marco normativo para as OS´s, abriu-se espaço para rever os dispositivos da Portaria MCTI nº 157, de fevereiro de 2010, que foi revogada em dezembro do mesmo ano, e melhorar sua aplicação. O novo normativo de regulamentação dos procedimentos técnico-operacionais dos contratos de gestão (Portaria 967, de 21/12/2011, que disciplina as atividades de promoção, acompanhamento, avaliação e fiscalização dos contratos de gestão celebrados com OS´s e dá outras providências) buscou, além de outros avanços, instituir mecanismos que mitigassem deficiências que embasaram as preocupações dos Órgãos de Controle e resultaram na recomendação acima referida. Os mecanismos previstos na referida Portaria se traduzem em dispositivos concretos a serem observados, quanto à questão, pelos vários atores do processo de contratualização nas fases de promoção, aditivação ou renovação, bem como nas de acompanhamento, avaliação e fiscalização de sua execução. A referida portaria foi encaminhada à CGU pela SCUP/CGOS, que aguarda reunião para avaliar a ação adotada.

Ademais, para tratar o objeto proposto pelo referido acordão, esta SCUP/CGOS solicitou contratação de Consultoria por produto, nos termos do Edital nº 012/2010 - Contrato nº AS-3814/2010 – Controle UNESCO nº 69.117, no período de janeiro a maio de 2011, visando o "estabelecimento de prática organizacional da produção de Relatórios

Técnicos dos aspectos econômico, contábil e financeiro da execução física dos Contratos de Gestão com as Organizações Sociais supervisionadas." Embora ter sido elaborado um documento robusto que demonstrou grande esforço do contratado, a análise de seu conteúdo revelou a não consideração da execução financeira dos Contratos de Gestão, na direção apontada de o trabalho responder ao questionamento do Acórdão 2080. Por não estabelecer um modelo de análise específico aos problemas e características dos Contratos de Gestão, o diagnóstico embora válido ficou inespecífico ao tema e não permitiu uma reflexão sobre os instrumentos e praticas atuais do Contrato de Gestão no campo econômico, contábil e financeiro. Em vista disto, a contratação foi descontinuada e atualmente se estuda se a consultoria seria a forma mais adequada de atender aos propósitos do Acórdão.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
16	201108876	Constatação 20 Recomendação 1	

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP	240113

Descrição da Recomendação:

Que a SCUP/MCT, passe a incluir nos Planos Anuais dos Contratos de Gestão das Organizações Sociais, por intermédio de termos aditivos, planilhas com o detalhamento estimativa dos custos das Despesas Administrativas e das metas/ações/atividades pactuadas.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP	240113

Justificativa para o seu não cumprimento:

A CGOS/SCUP encaminhou o Ofício Circular nº 05/2011-SCUP, de 05/10/2011, para as OSs solicitando que apresentem, nos próximos termos aditivos pactuados, planilha detalhada da estimativa dos custos das despesas administrativas da OS. Foi encaminhado o Ofício nº 48/2011 – SCUP para CGU informando as providencias tomadas para o cumprimento desta recomendação. Os Termos Aditivos celebrados em dez/2011 foram assinados de acordo com esta recomendação. Aguardamos a avaliação da CGU sobre o cumprimento ou não desta recomendação.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
17	201108876	Constatação 21 Recomendação 1	

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP	240113

Descrição da Recomendação:

Que a SCUP/MCT só receba as Prestações de Contas das Organizações Sociais com as Atas de seus respectivos Conselhos de Administração assinadas por todos representantes legalmente constituídos, que tenham estado presentes às respectivas reuniões dos conselhos.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP	240113

Justificativa para o seu não cumprimento:

Em 05/10/2011, foi encaminhado o Ofício Circular nº 06/2011 – SCUP para os presidentes dos Comissões de Avaliação das OSs e o Ofício Circular nº 07/2011-SCUP, de 6/10/2011, para os diretores das OSs. A SCUP/MCTI encaminhou para a CGU o Ofício nº 49/2011 – SCUP, de 6/10/2011, no qual informa as providências tomadas. Com relação às atas de aprovação das contas do exercício de 2011, encontram-se disponíveis na CGOS para verificação por

parte da CGU.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
18	201108876	Constatação 22 Recomendação 1	

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP	240113
Descrição da Recomendação:	
Que a SCUP/MCT identifique e obtenha junto às unidades demandantes das metas/subações supracitadas dos produtos recebidos com pronunciamento quanto à adequação desses produtos.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	**Código SIORG**
Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP	240113
Justificativa para o seu não cumprimento:	
A SCUP/MCTI fez o levantamento das ações/subações realizadas pelo CGEE e concluídas em 2010 e 2011 e encaminhou ofícios às unidades demandantes dos produtos solicitando o pronunciamento sobre os mesmos. Foi encaminhado Ofício nº 15/2012-SCUP, de 27/03/2012, à CGU sobre as providências tomadas e aguarda-se as respostas das unidades demandantes.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Fonte: CGOS/SCUP

ITEM 16 DA PARTE "A"

16. Recomendações da unidade de controle interno ou de auditoria interna pendentes de atendimento – Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendação de unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício - Não se aplica (justificado na introdução)

Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício em referência - Não se aplica (justificado na introdução)

PARTE "B"

ITEM 17 DA PARTE "B"

17.1. Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis (balanços orçamentário, financeiro e patrimonial e a demonstração das variações patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1064) e o demonstrativo

levantado por unidade gestora responsável – UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da UJ que apresenta relatório de gestão.

Quadro LI - Quadro B.17.1.1 – Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da UJ

DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			**Código da UG**
Subsecretária de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP			240113
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília-DF	**Data**	02/02/2012
Contador Responsável	Eliana Yukiko Takenata	**CRC nº**	6.666

Quadro LII - Quadro B.17.1.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício NÃO REFLETEM corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			**Código da UG**
Subsecretária de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP			240113
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília-DF	**Data**	02/02/2012
Contador Responsável	Eliana Yukiko Takenata	**CRC nº**	6.666

PARTE "C"

ITEM 16 DA PARTE "C"

ITEM 16 - Informações sobre as contratações de consultores na modalidade "produto" no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

Quadro LIII - Quadro C.16.1 - Consultores contratados na modalidade "produto" no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

<table>
<tr><th colspan="6">Identificação da Organização Internacional Cooperante</th></tr>
<tr><td colspan="5">Nome da Organização</td><td>Sigla</td></tr>
<tr><td colspan="5">Organização das Nações Unidades para a Educação, Ciência e a Cultura</td><td>UNESCO</td></tr>
<tr><th colspan="6">Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica</th></tr>
<tr><td colspan="5">Título do Projeto</td><td>Código</td></tr>
<tr><td colspan="5">Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil</td><td>914BRZ2018</td></tr>
<tr><th colspan="6">Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"</th></tr>
<tr><td colspan="6">Código do Contrato: 2/013/2010</td></tr>
<tr><td colspan="6">Objetivo da consultoria: Assistência Técnica Especializada para a capacitação e evolução adaptativa de Sistema WEB de Acompanhamento da execução dos Contratos de Gestão celebrados entre o Ministério da Ciência e Tecnologia e as Organizações Sociais supervisionadas.</td></tr>
<tr><td colspan="2">Período de Vigência</td><td colspan="4">Remuneração</td></tr>
<tr><td>Início</td><td>Término</td><td>Total Previsto No Contrato</td><td>Total previsto no exercício</td><td>Total pago no exercício</td><td>Total pago até o final do exercício</td></tr>
<tr><td>13/12/2010</td><td>12/12/2011</td><td>R$ 50.000,00</td><td>R$ 50.000,00</td><td>R$ 10.000,00</td><td>R$ 10.000,00</td></tr>
<tr><th colspan="6">Insumos Externos</th></tr>
<tr><td colspan="6">Passagens e diárias.</td></tr>
<tr><th colspan="6">Produtos Contratados</th></tr>
<tr><td colspan="4">Descrição</td><td>Data prevista de entrega</td><td>Valor</td></tr>
<tr><td colspan="4">Produto 01: Documento técnico contendo manual de Capacitação, testado, implementado e certificado pelos usuários habilitados do sistema.

Produto 02: Documento técnico contendo manual de Utilização e com análise técnica de pontos a serem evoluídos.

Produto 03:Contrato cancelado
Produto 04: Contrato cancelado
Produto 05: Contrato cancelado</td><td>1º Produto: 24/01/2011

2º Produto: 25/04/2011

3º Produto:
4º Produto:
5º Produto:</td><td>Produto 1: R$ 4.000,00

Produto 2: R$ 6.000,00

Produto 3: R$ 0,00
Produto 4: R$ 0,00
Produto 5º: R$ 0,00</td></tr>
<tr><th colspan="6">Consultor contratado</th></tr>
</table>

Nome do consultor: Marcelo Correa de Moraes	**CPF:** 883.216.657-72
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato cancelado a pedido da administração	

Fonte: CGRL/SPOA/MCT

Quadro LIV - Quadro C.16.2 - Consultores contratados na modalidade "produto" no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					**Sigla**
Organização das Nações Unidades para a Educação, Ciência e a Cultura					UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					**Código**
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil					914BRZ2018
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 1/012/2010					
Objetivo da consultoria: *Assistência técnica especializada do acompanhamento da execução econômica, financeira e contábil dos Contratos de Gestão celebrados entre o Ministério da Ciência e Tecnologia e as Organizações Sociais supervisionadas.*					
Período de Vigência		**Remuneração**			
Início	***Término***	***Total Previsto No Contrato***	***Total previsto no exercício***	***Total pago no exercício***	***Total pago até o final do exercício***
13/12/2010	12/12/2011	R$ 75.000,00	R$ 75.000,00	R$ 20.000,00	R$20.000, 00
Insumos Externos					
Passagens e diárias.					
Produtos Contratados					
Descrição			***Data prevista de entrega***		**Valor**
Produto 01*: Documento Técnico econômico,contábil e financeiro na execução física anual dos Contratos de Gestão das Organizações Sociais supervisionadas pelo Ministério da Ciência e Tecnologia.* ***Produto 02****: Contrato cancelado* ***Produto 03****: Contrato cancelado* ***Produto 04****: Contrato cancelado*			***1º Produto:*** *10/03/2011* ***2º Produto:*** ***3º Produto:*** ***4º Produto:***		***Produto 1: R$ 20.000,00*** ***Produto 2: R$ 0,00*** ***Produto 3: R$ 0,00*** ***Produto 4: R$ 0,00***
Consultor contratado					
Nome do consultor: Valdemar da Paixão Gomes			**CPF:** 066.767.743-72		
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato cancelado a pedido da administração					

Fonte: CGRL/SPOA/MCT

Quadro LV - Quadro C.16.3 - Consultores contratados na modalidade "produto" no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	**Sigla**
Organização das Nações Unidades para a Educação, Ciência e a Cultura	UNESCO

Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					**Código**
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil					914BRZ2018
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 1/011/2010					
Objetivo da consultoria: *Assistência técnica para SCUP na difusão da informação científica e conhecimento sobre as Unidades de Pesquisa (UP) e Organizações Sociais (OS).*					
Período de Vigência		**Remuneração**			
Início	***Término***	***Total Previsto No Contrato***	***Total previsto no exercício***	***Total pago no exercício***	***Total pago até o final do exercício***
14/12/2010	13/12/2011	R$ 42.000,00	R$42.000, 00	R$ 34.300,00	R$ 34.300,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias.					

Produtos Contratados		
Descrição	***Data prevista de entrega***	**Valor**
Produto 01*: Documento técnico com propostas de aperfeiçoamento das funcionalidades, manutenção tecnológica e atualização do Portal MCT nos espaços destinados à SCUP, UP e OS.*	***1º Produto:*** *19/01/2011*	***Produto 1: R$ 7.300,00***
Produto 02*: Documento técnico com conteúdo de publicação informativa (folheto) sobre as Unidades de Pesquisa vinculadas ao MCT e coordenadas pela SCUP, referente ao primeiro semestre de 2011.*	***2º Produto:*** *07/03/2011*	***Produto 2: R$ 5.200,00***
Produto 03*: Documento técnico contendo primeira proposta de material científico-educativo direcionado ao público estudantil a ser distribuído nos eventos nacionais de C&T dos quais a SCUP participará no primeiro semestre de 2011.*	***3º Produto****: 22/05/2011*	***Produto 3: R$ 7.800,00***
Produto 04*: Documento técnico com proposta de atualização do conteúdo das Unidades de Pesquisa na publicação Ministério da Ciência e Tecnologia - conhecimento para um Brasil mais desenvolvido e mais justo.*	***4º Produto:*** *02/07/2011*	***Produto 4: R$ 4.200,00***
Produto 05: *Documento técnico com conteúdo de publicação informativa (folheto) sobre as Unidades de Pesquisa vinculadas ao MCT e coordenadas pela SCUP, referente ao segundo semestre de 2011.*	***5º Produto:*** *22/08/2011*	***Produto 5º: R$ 5.300,00***
Produto 06: *Documento técnico contendo segunda proposta de material científico-educativo direcionado ao público estudantil a ser distribuído nos eventos nacionais de C&T dos quais a SCUP participará no segundo semestre de 2011.*		
Produto 07: *Documento técnico de implementação da participação da SCUP (Unidades de Pesquisa e*	***6º Produto:***	***Produto 6º: R$ 4.500,00***

Organizações Sociais) em atividades de divulgação e popularização da Ciência no segundo semestre de 2011.	*13/10/2011* ***7º Produto:*** *13/12/2011*	***Produto 7º: R$ 7.700,00***
Consultor contratado		
Nome do consultor: Kátia Barbosa de Oliveira	**CPF:** 482.728.173-49	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: O Consultor cumpriu com os prazos determinados no contrato.		

Fonte: CGRL/SPOA/MCT

Quadro LVI - Quadro C.16.4 - Consultores contratados na modalidade "produto" no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					**Sigla**
Organização das Nações Unidades para a Educação, Ciência e a Cultura					UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					**Código**
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil					914BRZ2018
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 1/010/2010					
Objetivo da consultoria: *Apoiar a Coordenação da CGOS, no âmbito do Projeto "Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil", prestando assistência técnica para gestão dos Contratos das cinco Organizações Sociais vinculadas ao Ministério da Ciência e Tecnologia, nos seus aspectos técnicos, físicos e financeiros.*					
Período de Vigência		**Remuneração**			
Início	***Término***	***Total Previsto No Contrato***	***Total previsto no exercício***	***Total pago no exercício***	***Total pago até o final do exercício***
13/12/2010	12/12/2011	R$ 72.000,00	R$ 72.000,00	R$ 72.000,00	R$ 72.000,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias.					
Produtos Contratados					
Descrição			***Data prevista de entrega***		**Valor**
Produto 01*: Documento Técnico das atividades e dos produtos desenvolvidos nas seguintes Organizações Sociais com Recursos do FNDCT e da LOA, em 2010: Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa RNP; Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá IDSM; Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada IMPA; Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron ABTLuS e Centro de Gestão e Estudos Estratégicos CGEE. O relatório deverá comparar os objetivos dos Contratos de*			***1º Produto:*** *24/01/2011*		***Produto 1: R$ 11.500,00***

Gestão firmados com as referidas OSs com os recursos por ela recebidos. Devem ser observadas, também, as recomendações dos órgãos de controle para as Organizações Sociais. ***Produto 02**: Documento Técnico consolidado do estudo realizado na Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa RNP para analisar o instrumento da Reserva Técnica, atendendo à recomendação da Controladoria Geral da União.* ***Produto 03**: Documento Técnico consolidado do estudo realizado na Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada IMPA para analisar o instrumento da Reserva Técnica, atendendo à recomendação da Controladoria Geral da União.* ***Produto 04**: Documento Técnico consolidado do estudo realizado no Centro de Gestão e Estudos Estratégicos CGEE para analisar o instrumento da Reserva Técnica, atendendo à recomendação da Controladoria Geral da União.* ***Produto 05:** Documento Técnico consolidado do estudo realizado na Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron ABTLuS para analisar o instrumento da Reserva Técnica, atendendo à recomendação da Controladoria Geral da União.* ***Produto 06:** Documento Técnico consolidado do estudo realizado no Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá IDSM para analisar o instrumento da Reserva Técnica, atendendo à recomendação da Controladoria Geral da União.* ***Produto 07:** Documento Técnico do desenvolvimento de instrumentos de controle e atendimento das recomendações dos órgãos de controle: Tribunal de Contas da União e da Controladoria Geral da União.* ***Produto 08:** Documento Técnico do planejamento técnico-administrativo do ciclo anual dos Contratos de Gestão firmado com as Organizações Sociais.*	***2º Produto:** 18/02/2011* ***3º Produto**: 25/03/2011* ***4º Produto:** 15/04/2011* ***5º Produto:** 31/05/2011* ***6º Produto:** 08/07/2011* ***7º Produto:** 08/09/2011* ***8º Produto:***	***Produto 2: R$ 8.700,00*** ***Produto 3: R$ 7.600,00*** ***Produto 4: R$ 7.800,00*** ***Produto 5º: R$ 8.600,00*** ***Produto 6º: R$ 7.700,00*** ***Produto 7º: R$ 10.300,00*** ***Produto 8º: R$ 9.800,00***

	12/11/2011	
Consultor contratado		
Nome do consultor: Maria de Lourdes Cardoso dos Santos	**CPF:** 312.700.267-04	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: O Consultor cumpriu com os prazos determinados no contrato.		

Fonte: CGRL/SPOA/MCT

Quadro LVII - Quadro C.16.1 - Consultores contratados na modalidade "produto" no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				**Sigla**	
Organização das Nações Unidades para a Educação, Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				**Código**	
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil				914BRZ2018	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 20/12/2011					
Objetivo da consultoria: Avaliar e promover a compatibilidade da gestão dos sistemas informacionais sobre cooperação internacional em CTI, aprimorando o diálogo entre as equipes de TI do MCT e MRE através do acompanhamento das atividades de avaliação e atualização do módulo Road Map - MRE e de implementação do módulo Road Map - UP/MCT do Sistema Integrado de Gestão Estratégica sobre Cooperação Internacional em C, T&I – SIGECI. O intuito é apoiar a Coordenação-Geral das Unidades de Pesquisa - CGUP na identificação de soluções para o aperfeiçoamento metodológico e operacional dos processos de consulta e monitoramento das iniciativas e demandas internacionais das UP' s, em consonância com a política externa brasileira, o que acumula grande volume de informações de importância estratégica.					
Período de Vigência		**Remuneração**			
Início	***Término***	***Total Previsto No Contrato***	***Total previsto no exercício***	***Total pago no exercício***	***Total pago até o final do exercício***
02/08/2011	01/02/2012	60.000,00	R$20.000, 00	R$ 20.000,00	R$20.000, 00
Insumos Externos					
Passagens e diárias.					
Produtos Contratados					
Descrição			***Data prevista de entrega***	**Valor**	
Produto 1-Nova versão do documento técnico de especificação de requisitos de negócio do módulo Road Map MRE do Sistema SIGECI, contendo as melhorias propostas; *Produto 2-Documento técnico contendo o mapeamento e a modelagem de negócio do módulo Road Map - UP/MCT do Sistema SIGECI. Documento técnico contendo a especificação dos requisitos de negócio do módulo Road*			*31/10/2011* *21/12/2011*	*R$ 20.000,00* *R$ 25.000,00*	

Map - UP/MCT do Sistema SIGECI; *Produto 3- Documento técnico contendo o estudo de viabilidade da integração de dados do Sistema SIGECI módulo Road Map UP/MCT com o Sistema SIGTEC.*	*01/02/2012*	*R$ 15.000,00*
Consultor contratado		
Nome do consultor: Patrícia Rosana Rover	**CPF:** 813.389.539-15	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: O Consultor cumpriu com os prazos determinados no contrato.		

Fonte: CGRL/SPOA/MCTI

Análise Crítica: A contratação dos serviços de profissionais que detém conhecimentos especializados é um instrumento que a administração pública dispõe para atender as demandas internas e diversificadas de suas unidades, pois inexistem em seus quadros servidores disponíveis em quantidade, no local e com a disponibilidade exigida.

Esse processo de captar do ambiente externo profissionais especializados e com visões diferenciadas permite um intercâmbio de conhecimentos e experiências destes profissionais com os gestores internos, o que faz com que se consiga um processo de capacitação dos servidores pela transferência de conhecimentos nas condições reais de trabalho. Portanto, quando são utilizados os serviços especializados de consultoria a administração se beneficia duas vezes: primeiro pela obtenção de conhecimentos do profissional contratado e segundo pelo treinamento de seus servidores.

A Unidade Jurisdicionada responsável pela execução orçamentária e financeira do Projeto n.º 914BRZ2018 é a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/SEXEC.

ITEM 19 DA PARTE "C"

19. Supervisão de contratos de gestão celebrados com organizações sociais

Quadro LVIII - Quadro C.19.1 – Informações sobre contrato de gestão supervisionado pela UJ - ABTLuS

Informações do contrato de gestão supervisionado		
Número	Processo nº 01200.001574/2010-91	
Data celebração	17/09/2010	
Objeto	Continuidade do fomento e execução das atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e transferência de tecnologia nas suas áreas de atuação, de forma a contribuir para elevar o nível de capacitação tecnológica e científica do Brasil.	
UJ do poder público signatária do contrato		Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI
Entidade contratada		**Associação Brasileira de Tecnologia em Luz Síncrotron - ABTLuS**
Período Vigência	**Início**	17/09/2010
	Fim	30/09/2016
Valor Global	**Da UJ**	R$ 478.747.000,00
	Da Entidade	R$ 0,00
Limite para Remuneração	**Dirigentes**	R$ 26.500.000,00 Critério: A remuneração mensal dos dirigentes e empregados com recursos do Contrato de Gestão, aprovada pelo Conselho de Administração, observará, como limite máximo, o que dispõe o inciso XI, do art. 37 da Constituição Federal, sem prejuízo da observância dos valores praticados no mercado.
	Empregados	R$ 21.670.000,00 Critério: A remuneração mensal dos dirigentes e empregados com recursos do Contrato de Gestão, aprovada pelo Conselho de Administração, observará, como limite máximo, o que dispõe o inciso XI, do art. 37 da Constituição Federal, sem prejuízo da observância dos valores praticados no mercado.
Endereço da Internet para consulta da execução do contrato		http://www.cnpem.org.br/aspectosinstitucionais/prestacao-de-contas/
Ações de controle exercidas sobre o contrato de gestão		
N° de fiscalizações efetuadas no exercício		0
Nº de relatórios conclusivos da comissão de avaliação no exercício		01 – Relatório Anual e Conclusivo de 29/04/2011 referente ao exercício de 2010. Obs.: O relatório anual e conclusivo referente ao exercício de 2011 será elaborado na reunião anual dessa comissão que será realizada somente em 28, 29 e 30/03/2012.
Principais conclusões da comissão de avaliação		Conclusões referentes ao exercício de 2010: - A ABTLuS atingiu plenamente o desempenho esperado, obtendo nota média global de 9,23. - Há necessidade de ampla revisão da sistemática de avaliação e dos indicadores de desempenho em virtude da ampliação do

	espectro de atividades científicas a cargo da instituição e de sua crescente complexidade institucional. Obs.: O relatório anual e conclusivo referente ao exercício de 2011 será elaborado na reunião anual dessa comissão que será realizada somente em 28, 29 e 30/03/2012.

Acompanhamento das metas estabelecidas

Descrição da Meta		**Número de propostas realizadas nas instalações abertas**
Meta do Exercício	Pactuada	850
	Realizada	917
	% Realização	108%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	106%
	2009	141%

Descrição da Meta		**Índice de satisfação dos usuários**
Meta do Exercício	Pactuada	85%
	Realizada	85%
	% Realização	100%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	112%
	2009	113%

Descrição da Meta		**Número total de publicações**
Meta do Exercício	Pactuada	300
	Realizada	337
	% Realização	112%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	126%
	2009	119%

Descrição da Meta		**Publicações em revistas com fator de impacto >5**
Meta do Exercício	Pactuada	23
	Realizada	36
	% Realização	156%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	127%
	2009	133%

Descrição da Meta		**Número de horas-linhas disponíveis para usuários das Linhas de Luz**
Meta do Exercício	Pactuada	53.400
	Realizada	50.390
	% Realização	94%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	124%
	2009	102%

Descrição da Meta	**Confiabilidade da Fonte de Luz Síncrotron**

Meta do Exercício	Pactuada	95%
	Realizada	97,6%
	% Realização	103%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	103%
	2009	103%

Descrição da Meta		**Grau de satisfação no uso da Fonte de Luz Síncrotron**
Meta do Exercício	Pactuada	70%
	Realizada	70%
	% Realização	100%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	107%
	2009	0,94%

Descrição da Meta		**Índice de ocupação das Linhas de Luz**
Meta do Exercício	Pactuada	85%
	Realizada	91%
	% Realização	107%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	100%
	2009	115%

Descrição da Meta		**Grau de implantação do Projeto da Planta-Piloto para Desenvolvimento de Processos (PPDP) para etanol de 2ª geração**
Meta do Exercício	Pactuada	40%
	Realizada	40%
	% Realização	100%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	Pactuada para 2011
	2009	Pactuada para 2011

Descrição da Meta		**Publicação resultante por pesquisador**
Meta do Exercício	Pactuada	2,5
	Realizada	2,1
	% Realização	0,84%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	205%
	2009	116%

Descrição da Meta		**Taxa de Orientação de pós-graduados**
Meta do Exercício	Pactuada	2,0
	Realizada	1,2
	% Realização	0,60%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	153%
	2009	147%

Descrição da Meta		**Taxa de Orientação de pós-doutores**
Meta do Exercício	Pactuada	1,0
	Realizada	0,63
	% Realização	63%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	0,64%
	2009	0,63%

Descrição da Meta		**Número de memorandos técnicos disponíveis internet**
Meta do Exercício	Pactuada	10
	Realizada	10
	% Realização	100%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	100%
	2009	143%

Descrição da Meta		**Número de projetos científicos internos do LNBio**
Meta do Exercício	Pactuada	12
	Realizada	25
	% Realização	208%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	130%
	2009	Pactuado para 2010

Descrição da Meta		**Número de projetos de desenvolvimento tecnológico**
Meta do Exercício	Pactuada	16
	Realizada	23
	% Realização	144%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	100%
	2009	125%

Descrição da Meta		**Curso de treinamento técnico**
Meta do Exercício	Pactuada	70
	Realizada	87
	% Realização	124%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	158%
	2009	104%

Descrição da Meta		**Horas de treinamento de técnicos externos**
Meta do Exercício	Pactuada	84.000
	Realizada	112.979
	% Realização	134%
% de Realização da	2010	160%

Meta de Exercícios Anteriores	2009	109%

Descrição da Meta		**Horas de treinamento de pesquisadores externos**
Meta do Exercício	Pactuada	10.000
	Realizada	10.401
	% Realização	104%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	651%
	2009	191%

Descrição da Meta		**Alavancagem de recursos do Contrato de Gestão**
Meta do Exercício	Pactuada	30%
	Realizada	23%
	% Realização	0,77%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	110%
	2009	207%

Indicadores específicos do Laboratório Nacional de Ciência e Tecnologia do Bioetanol (CTBE),
OBJETO DO PRIMEIRO Termo Aditivo ao Contrato de Gestão MCTI/ABTLuS

Descrição da Meta		**Término da montagem dos grupos de pesquisa do CTBE** I**ndicador**: pessoal contratado
Meta do Exercício	Pactuada	Montagem de laboratórios e equipes do Programa de Pesquisa Básica
	Realizada	Realizada
	% Realização	100%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	Pactuado para 2011
	2009	Pactuado para 2011

Descrição da Meta		**Formação de um banco de dados a partir dos experimentos realizados por pesquisadores do programa** **Indicador**: ferramenta implementada e disponível
Meta do Exercício	Pactuada	Montagem de laboratórios e equipes do programa de Pesquisa Básica
	Realizada	Não Realizada
	% Realização	0%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	Pactuado para 2011
	2009	Pactuado para 2011

Descrição da Meta		**Caracterização física e química da biomassa de cana-de-açúcar** **Indicador**: relatório de acompanhamento
Meta do Exercício	Pactuada	Pesquisa do Programa de Pesquisa Básica
	Realizada	Realizada
	% Realização	100%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	Pactuado para 2011
	2009	Pactuado para 2011

Descrição da Meta		**Ensaios de pré-tratamento de bagaço de cana-de-açúcar** **Indicador**: relatório de acompanhamento
Meta do Exercício	Pactuada	Pesquisa do Programa de Pesquisa Básica
	Realizada	Realizada
	% Realização	100%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	Pactuado para 2011
	2009	Pactuado para 2011

Descrição da Meta		**Produção e caracterização de enzimas de microorganismos e plantas** **Indicador**: relatório de acompanhamento
Meta do Exercício	Pactuada	Pesquisa do Programa de Pesquisa Básica
	Realizada	Realizada
	% Realização	100%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	Pactuado para 2011
	2009	Pactuado para 2011

Descrição da Meta		**Estudos sobre a transcriptômica e metabolômica de espécies selecionadas de fungos e de leveduras** **Indicador**: relatório de acompanhamento
Meta do Exercício	Pactuada	Pesquisa do Programa de Pesquisa Básica
	Realizada	Realizada
	% Realização	100%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	Pactuado para 2011
	2009	Pactuado para 2011

Descrição da Meta		**Estudos de ação de enzimas sobre polissacarídeos** **Indicador:** relatório de acompanhamento
Meta do Exercício	Pactuada	Pesquisa do Programa de Pesquisa Básica
	Realizada	Meta realizada
	% Realização	100%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	Pactuado para 2011
	2009	Pactuado para 2011

Descrição da Meta		**Realização de ensaios de hidrólise e fermentação** **Indicador**: relatório de acompanhamento
Meta do Exercício	Pactuada	Pesquisa do Programa de Pesquisa Básica
	Realizada	Realizada
	% Realização	100%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	Pactuado para 2011
	2009	Pactuado para 2011

Descrição da Meta		**Desenvolvimento da técnica de Engenharia Fisiológica, com aplicação de inibidores metabólicos** **Indicador**: relatório de acompanhamento
Meta do Exercício	Pactuada	Pesquisa do Programa de Pesquisa Básica
	Realizada	Realizada
	% Realização	100%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	Pactuado para 2011
	2009	Pactuado para 2011

Descrição da Meta		**Seminários** **Indicador:** quinze seminários realizados
Meta do Exercício	Pactuada	Articulação do Programa de Pesquisa Básica
	Realizada	Realizada
	% Realização	100%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	Pactuado para 2011
	2009	Pactuado para 2011

Descrição da Meta		**Executar projeto básico, executivo e montagem dos equipamentos (da PPDP)** **Indicador**: equipamentos instalados
Meta do Exercício	Pactuada	Disponibilizar a PPDP a usuários do Programa Industrial
	Realizada	Realizada
	% Realização	100%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	Pactuado para 2011
	2009	Pactuado para 2011

Descrição da Meta		**Comissionamento e Start-up parciais da PPDP** **Indicador**: PPDP parcialmente disponível para usuários (4 de 10 módulos)
Meta do Exercício	Pactuada	Disponibilizar a PPDP a usuários do Programa Industrial
	Realizada	Realizada
	% Realização	100%
% de Realização da Meta de Exercícios	2010	Pactuado para 2011
	2009	Pactuado para 2011

Anteriores		

Descrição da Meta		**Planejamento experimental de plantio direto em campo** **Indicador**: planejamento concluído
Meta do Exercício	Pactuada	Desenvolvimento Estruturado de Tráfego Controlado (ETC – Máquina base) do Projeto de Mecanização de Baixo Impacto do Programa Agrícola
	Realizada	Realizada
	% Realização	100%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	Pactuado para 2011
	2009	Pactuado para 2011

Descrição da Meta		**Unidade piloto de limpeza e picagem** **Indicador**: unidade montada em laboratório protótipo
Meta do Exercício	Pactuada	Desenvolvimento da frente de colheita do Projeto Frente de Colheita do Programa Agrícola
	Realizada	Realizada
	% Realização	100%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	Pactuado para 2011
	2009	Pactuado para 2011

Descrição da Meta		**Projeto temático agricultura de precisão** **Indicador**: documento do projeto temático concluído
Meta do Exercício	Pactuada	Desenvolvimento da Agricultura de Precisão do Programa Agrícola
	Realizada	Realizada
	% Realização	100%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	Pactuado para 2011
	2009	Pactuado para 2011

Descrição da Meta		**Simulação para produção de etanol de primeira geração, açúcar e eletricidade (Rota1)** **Indicador**: Relatório de simulação
Meta do Exercício	Pactuada	Desenvolvimento da Biorrefinaria Virtual de cana-de-açúcar (BVC) do Programa de Avaliação Tecnológica
	Realizada	Realizada
	% Realização	100%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	Pactuado para 2011
	2009	Pactuado para 2011

Descrição da Meta		**Consolidação e validação do Banco de Dados (Rota1)** **Indicador:** Banco de dados validado
Meta do Exercício	Pactuada	Desenvolvimento da Biorrefinaria Virtual de cana-de-açúcar (BVC) do Programa de Avaliação Tecnológica
	Realizada	Meta parcialmente realizada
	% Realização	50%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	Pactuado para 2011
	2009	Pactuado para 2011

Descrição da Meta		**Construção de fluxogramas para BVX para produção de bioetanol de segunda geração por hidrólise (Rota2)** **Indicador**: fluxogramas concluídos
Meta do Exercício	Pactuada	Desenvolvimento da Biorrefinaria Virtual de cana-de-açúcar (BVC) do Programa de Avaliação Tecnológica
	Realizada	Realizada
	% Realização	100%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	Pactuado para 2011
	2009	Pactuado para 2011

Descrição da Meta		**Elaboração de cenários refletindo possíveis melhorias nas tecnologias atualmente em uso e com a introdução das tecnologias de 2ª geração (preliminar), atualmente em desenvolvimento** **Indicador**: relatório parcial de cenários
Meta do Exercício	Pactuada	Estudo de impacto de novas tecnologias
	Realizada	Realizada
	% Realização	100%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	Pactuado para 2011
	2009	Pactuado para 2011

Descrição da Meta		**Montagem de um banco de dados para o cultivo e processamento de cana-de-açúcar, produção e distribuição de fertilizantes, produção e distribuição de combustíveis fósseis, estoques de carbono acima e no solo para diferentes culturas e regiões** **Indicador**: banco de dados parcialmente implementado
Meta do Exercício	Pactuada	Banco de Dados de Sustentabilidade
	Realizada	Realizada
	% Realização	100%
% de Realização da Meta de Exercícios	2010	Pactuado para 2011
	2009	Pactuado para 2011

Anteriores		

Descrição da Meta		**Análise de ciclo de vida das emissões de GEE do etanol para os cenários mais promissores (inclusive integração com a produção de biodiesel) e para a gasolina brasileira** **Indicador:** relatório técnico parcial
Meta do Exercício	Pactuada	Análise de ciclo de vida
	Realizada	Realizada
	% Realização	100%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	Pactuado para 2011
	2009	Pactuado para 2011

Descrição da Meta		**Consolidação dos dados existentes na literatura sobre os impactos das mudanças diretas de uso do solo devido à expansão da cana-de-açúcar nos últimos 10 anos. Definição das tendências para a próxima década** **Indicador**: relatório técnico parcial
Meta do Exercício	Pactuada	Definição de tendências
	Realizada	Realizada
	% Realização	100%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	Pactuado para 2011
	2009	Pactuado para 2011

Descrição da Meta		**Elaboração de documento sobre relações com a indústria** **Indicador**: documento aprovado
Meta do Exercício	Pactuada	Relacionamento com o Setor Privado
	Realizada	Realizada
	% Realização	100%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	Pactuado para 2011
	2009	Pactuado para 2011

Descrição da Meta		**Assinaturas de acordos/convênios com instituições públicas e/ou privadas, com o intuito de desenvolver trabalhos conjuntos** **Indicador**: um termo aditivo correspondendo a um projeto
Meta do Exercício	Pactuada	Articulação com outras instituições (nacionais/internacionais)
	Realizada	Realizada
	% Realização	100%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	Pactuado para 2011
	2009	Pactuado para 2011

Descrição da Meta		**Planejamento e Gerenciamento (físico e financeiro) das atividades do laboratório** **Indicador**: relatórios de acompanhamento
Meta do Exercício	Pactuada	Gestão e manutenção das atividades
	Realizada	Realizada
	% Realização	100%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	Pactuado para 2011
	2009	Pactuado para 2011

Indicadores Específicos do Projeto da Nova Fonte de Luz Síncrotron – SIRIUS
OBJETOS DO Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Gestão MCTI/ABTLuS

Descrição da Meta		**Projetos executivos e construção de cabeças de série dos magnetos DC e câmaras de vácuo**
Meta do Exercício	Pactuada	Magnetos DC e Câmaras de Vácuo
	Realizada	Em andamento: adequação dos conceitos demonstrada por meio de protótipos.
	% Realização	Parcialmente realizada
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	Pactuado para 2011
	2009	Pactuado para 2011

Descrição da Meta		**Desenvolvimento e fabricação de cabeças de série de kicker e septa**
Meta do Exercício	Pactuada	Magnetos Pulsados
	Realizada	Kicker multipolar fabricado e testado; o trabalho no septum foi adiado
	% Realização	Parcialmente realizada
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	Pactuado para 2011
	2009	Pactuado para 2011

Descrição da Meta		**Fabricação e teste de monitores de posição para anel e booster**
Meta do Exercício	Pactuada	Sistema de Diagnóstico
	Realizada	Em andamento; tarefa adiada em função de atrasos no projeto do sistema de vácuo
	% Realização	Parcialmente realizada
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	Pactuado para 2011
	2009	Pactuado para 2011

Descrição da Meta		**Fabricação e teste do novo sistema de controle na Fonte atual**
Meta do Exercício	Pactuada	Sistema de Controle
	Realizada	Testes efetuados em sistema parcial implantado no Anel existente

	% Realização	Parcialmente realizada
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	Pactuado para 2011
	2009	Pactuado para 2011

Descrição da Meta		**Fabricação de cabeças de série das fontes de alimentação DC**
Meta do Exercício	Pactuada	Fontes de Alimentação
	Realizada	Em andamento; primeiro lote de fontes de corretoras fabricado
	% Realização	Parcialmente realizada
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	Pactuado para 2011
	2009	Pactuado para 2011

Descrição da Meta		**Fabricação de dois berços e testes de vibração e estabilidade**
Meta do Exercício	Pactuada	Sistema de Sustentação e Alinhamento
	Realizada	Em projeto: tarefa adiada por falta de recursos humanos disponíveis.
	% Realização	Parcialmente realizada
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	Pactuado para 2011
	2009	Pactuado para 2011

Descrição da Meta		**Fabricação e teste do primeiro amplificador de potência em 500 MHz**
Meta do Exercício	Pactuada	Sistema de Radiofrequência
	Realizada	Tarefa adiada por falta de recursos humanos disponíveis
	% Realização	Não realizada
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	Pactuado para 2011
	2009	Pactuado para 2011

Descrição da Meta		**Anteprojeto das obras e instalações para a Fonte de Luz Síncrotron**
Meta do Exercício	Pactuada	Obras civis para a Fonte
	Realizada	Concluído
	% Realização	100%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	Pactuado para 2011
	2009	Pactuado para 2011

Fonte: ABTLuS / Relatório Anual 2011 e Relatório Anual 2010

Quadro LIX - Quadro C.19.1 – Informações sobre contrato de gestão supervisionado pela UJ - CGEE

Informações do contrato de gestão supervisionado		
Número	Processo nº 01200.001681/2010-10	
Data celebração	27/05/2010	
Objeto	Estabelecimento de parceria entre as partes para o fomento de atividades relacionadas com a geração de subsídios para a gestão de programas e projetos estratégicos em ciência, tecnologia e inovação, bem como a realização de estudos e geração de subsídios para a formulação de políticas e estratégias governamentais.	
UJ do poder público signatária do contrato		Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI
Entidade contratada		**Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE**
Período Vigência	**Início**	01/07/2010
	Fim	30/06/2016
Valor Global	**Da UJ**	R$ 182.090.000,00
	Da Entidade	R$ 0,00
Limite para Remuneração	**Dirigentes**	R$ 22.125,68 Critério: A remuneração mensal dos dirigentes e empregados com recursos do Contrato de Gestão, aprovada pelo Conselho de Administração, observará, como limite máximo, o que dispõe o inciso XI, do art. 37 da Constituição Federal, sem prejuízo da observância dos valores praticados no mercado.
	Empregados	R$ 22.125,68 Critério: A remuneração mensal dos dirigentes e empregados com recursos do Contrato de Gestão, aprovada pelo Conselho de Administração, observará, como limite máximo, o que dispõe o inciso XI, do art. 37 da Constituição Federal, sem prejuízo da observância dos valores praticados no mercado.
Endereço da Internet para consulta da execução do contrato		http://www.cgee.org.br/sobre/relatorio2011.php
Ações de controle exercidas sobre o contrato de gestão		
N° de fiscalizações efetuadas no exercício		0
Nº de relatórios conclusivos da comissão de avaliação no exercício		01 Relatório Anual e Conclusivo de 31/03/2011, referente ao exercício de 2010. Obs.: O relatório anual e conclusivo referente ao exercício de 2011 será elaborado na reunião anual dessa comissão que será realizada somente em 10,11 e 12/04/2012.
Principais conclusões da comissão de avaliação		Conclusões referentes ao exercício de 2010: - O CGEE atingiu plenamente as metas pactuadas para o exercício de 2010. Obs.: O relatório anual e conclusivo referente ao exercício de 2011 será elaborado na reunião anual dessa comissão que será realizada somente em 10,11 e 12/04/2012.
Acompanhamento das metas estabelecidas		
Descrição da meta		Concluir 11 (onze) subações da Linha de Atividade "Estudos, Análises e Avaliações"
	Pactuada	11 Subações
	Realizada	11 Subações

	% Realização	100%	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2010**	100%
		2009	108%
Descrição da meta		Concluir 03 (três) subações da Linha de Atividade "Articulação"	
	Pactuada	3 Subações	
	Realizada	4 Subações	
	% Realização	133,33	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2010**	100%
		2009	75%
Descrição da meta		Item a) Concluir 8 (oito) subações da Linha de Atividade "Apoio a Gestão Estratégica do SNCTI" Item b) Realizar 03 (três) Reuniões de Especialistas	
	Pactuada	Item a) 8 Subações Item b) 3 Subações	
	Realizada	Item a) 11 Subações Item b) 3 Subações	
	% Realização	Item a) 137,5% Item b) 100%	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2010**	Item a) 150% e Item b) 250%
		2009	Item a) 100% e Item b) 100%
Descrição da meta		Item a) Editar e publicar 02 (dois) números da revista Parcerias Estratégicas Item b) Editar e publicar 12 (doze) trabalhos técnicos realizados pelo CGEE da Linha de Atividade "Disseminação de Informação em Ciência, Tecnologia e Inovação"	
	Pactuada	Item a) 2 Subações Item b) 12 Subações	
	Realizada	Item a) 2 Subações Item b) 12 Subações	
	% Realização	Item a) 100% Item b) 100%	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2010**	Item a) 100% e Item b) 175%
		2009	Item a) 100% e Item b) 150%
Descrição da meta		Item a) Capacitar 12 (doze) empregados do CGEE em cursos de aperfeiçoamento da Linha de Atividade "Gestão Institucional" Item b) Concluir a especificação do Projeto de Integração dos Sistemas Internos de Informação do CGEE	
	Pactuada	Item a) 1 Meta	

		Item b) 1 Especificação do Projeto	
	Realizada	Item a) 1 Meta Item b) 1 Especificação do Projeto	
	% Realização	Item a) 100% Item b) 100%	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2010**	Item a) 100% e Item b) 100%
		2009	Item a) 100% e Item b) 100%

Quadro LX - Quadro C.19.1 – Informações sobre contrato de gestão supervisionado pela UJ - IDSM

Informações do contrato de gestão supervisionado		
Número	01200.001834/2010-29	
Data celebração	27/05/2010	
Objeto	Estabelecimento de parceria entre as partes e o fomento e execução de atividades de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico e extensão nas áreas de proteção ambiental com manejo participativo.	
UJ do poder público signatária do contrato		Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI
Entidade contratada		**Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Mamirauá – IDSM**
Período Vigência	**Início**	27/05/2010
	Fim	30/06/2016
Valor Global	**Da UJ**	R$ 125.937.506,00
	Da Entidade	R$ 0,00
Limite para Remuneração	**Dirigentes**	R$ 774.533,34 Critério: A remuneração mensal dos dirigentes e empregados com recursos do Contrato de Gestão, aprovada pelo Conselho de Administração, observará, como limite máximo, o que dispõe o inciso XI, do art. 37 da Constituição Federal, sem prejuízo da observância dos valores praticados no mercado.
	Empregados	R$ 10.557.731,77 Critério: A remuneração mensal dos dirigentes e empregados com recursos do Contrato de Gestão, aprovada pelo Conselho de Administração, observará, como limite máximo, o que dispõe o inciso XI, do art. 37 da Constituição Federal, sem prejuízo da observância dos valores praticados no mercado.
Endereço da Internet para consulta da execução do contrato		http://www.mamiraua.org.br/downloads/relatorios-de-gestao
Ações de controle exercidas sobre o contrato de gestão		
N° de fiscalizações efetuadas no exercício		0
Nº de relatórios conclusivos da comissão de avaliação no exercício		01 – Relatório Anual e Conclusivo de 15/04/2011, referente ao exercício de 2010. Obs.: O relatório anual e conclusivo da Comissão de Avaliação referente ao exercício de 2011 será elaborado na reunião anual dessa comissão que será realizada somente em 19,20,21,22 e 23/03/2012.
Principais conclusões da comissão de avaliação		Conclusões referentes ao exercício de 2010: -Não foram cumpridas as metas previstas para cinco indicadores (2, 3, 6, 11 e 12), o indicador 8 não pode ser mensurado e os indicadores 1 e 4 tiveram suas metas superadas. -A nota obtida pela instituição foi de 8,31 que corresponde ao conceito "atingiu parcialmente as metas compromissadas". Obs.: O relatório anual e conclusivo da Comissão de Avaliação referente ao exercício de 2011 será elaborado na reunião anual dessa comissão que será realizada somente em

		19,20,21,22 e 23/03/2012.	
Acompanhamento das metas estabelecidas			
Descrição da meta		**1. Índice Geral de Publicações (IGPub) ou produtos científicos por ano**	
Meta do exercício	**Pactuada**	0,75	
	Realizada	1,17	
	% Realização	Superada em 56%	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	2010	Superada em 48%
		2009	Este indicador não existia em 2009
Descrição da meta		**2. Índice de Publicações Indexadas (IPub-I) dos pesquisadores do IDSM ao ano.**	
Meta do exercício	**Pactuada**	0,6	
	Realizada	0,6	
	% Realização	100%	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	2010	Não cumprida com 92,9%
		2009	Este indicador não existia em 2009
Descrição da meta		**3. Índice de Publicações Indexadas Abrangente (Ipub-IA) de pesquisadores e colaboradores do IDSM ao ano.**	
Meta do exercício	**Pactuada**	0,65	
	Realizada	0,69	
	% Realização	Superada em 6%	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	2010	Não cumprida com 46,7%
		2009	Este indicador não existia em 2009
Descrição da meta		**4. Índice de Publicações não-Indexadas (IPuNI), reunindo todo tipo de produção científica não indexada realizada no IDSM ao ano.**	
Meta do exercício	**Pactuada**	2,5	
	Realizada	2	
	% Realização	Não cumprida com 20%	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	2010	Superada em 12,9%
		2009	Este indicador não existia em 2009
Descrição da meta		**5. Número de eventos de difusão cientifica promovidos (EDCP) pelo IDSM ao ano.**	
Meta do exercício	**Pactuada**	6	
	Realizada	6	
	% Realização	100%	
% de realização	**Exercícios**	2010	100%

da meta de exercícios anteriores		2009	Este indicador não existia em 2009
Descrição da meta		**6. Número de eventos de disseminação das experiências e melhores práticas do IDSM (EDEMP) ao ano**	
Meta do exercício	**Pactuada**	4	
	Realizada	4	
	% Realização	100%	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	2010	Não Cumprida com 66,7%
		2009	Este indicador não existia em 2009
Descrição da meta		**7. Número Cumulativo de Rotinas de Abordagem elaboradas para diferentes contextos de manejo sustentável de recursos naturais (NCRAb).**	
Meta do exercício	**Pactuada**	4	
	Realizada	4	
	% Realização	100%	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	2010	100%
		2009	Este indicador não existia em 2009
Descrição da meta		**8. Índice de Clareiras de Derrubada (ICD) nas áreas de Manejo Florestal Comunitário.**	
Meta do exercício	**Pactuada**	Abaixo de 360	
	Realizada	303,91	
	% Realização	100%	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	2010	Este indicador não pôde ser mensurado, deixando de ser computado para fins de cálculo do resultado obtido no exercício, conforme explicitado no relatório anual e conclusivo da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão.
		2009	Este indicador não existia em 2009
Descrição da meta		**9. Índice de pirarucus manejados nas RDSM e RDSA com tamanho superior ao limite ideal de abate (ITP).**	
Meta do exercício	**Pactuada**	Acima de 0,7	
	Realizada	0,75	
	% Realização	100%	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	2010	100%
		2009	Este indicador não existia em 2009
Descrição da meta		**10. Índice de comunidades realizando atividades de manejo dos recursos naturais nas RDSM e RDSA (ICRAM).**	
Meta do	**Pactuada**	0,32	

exercício	**Realizada**	0,32	
	% Realização	100%	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	2010	100%
		2009	Este indicador não existia em 2009
Descrição da meta		**11. Índice de Comunidades Beneficiadas (ICB) nas RDSM e RDSA por experimentos que visam qualidade de vida de seus moradores**	
Meta do exercício	**Pactuada**	0,082	
	Realizada	0,082	
	% Realização	100%	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	2010	Não cumprida com 74,5%
		2009	Este indicador não existia em 2009
Descrição da meta		**12. Índice de participação de lideranças-ano capacitadas pelo IDSM (IPLC)**	
Meta do exercício	**Pactuada**	0,3	
	Realizada	0,32	
	% Realização	Superada em 6%	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	2010	Não cumprida com 80%
		2009	Este indicador não existia em 2009
Descrição da meta		**13. Índice de setores da RDSM e da RDSA nos quais há atuação de Agentes Ambientais Voluntários (ISAAV).**	
Meta do exercício	**Pactuada**	0,8	
	Realizada	0,8	
	% Realização	100%	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	2010	Não cumprida com 97,3%
		2009	Este indicador não existia em 2009
Descrição da meta		**14. Alavancagem mínima de recursos fora do contrato de gestão no IDSM (AMRFCG)**	
Meta do exercício	**Pactuada**	Acima de 0,3	
	Realizada	0,16	
	% Realização	Não cumprida com 47%	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	2010	100%
		2009	Superada em 3,9%

Quadro LXI - Quadro C.19.1 – Informações sobre contrato de gestão supervisionado pela UJ – IMPA

Informações do contrato de gestão supervisionado		
Número	Processo nº 01200.001572/2010-01	
Data celebração	27/05/2010	
Objeto	Estabelecimento de parceria entre as partes e o fomento de atividades de pesquisa, difusão do conhecimento, capacitação científica, desenvolvimento tecnológico e melhoria de ensino na área da matemática.	
UJ do poder público signatária do contrato		Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI
Entidade contratada		**Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada - IMPA**
Período Vigência	**Início**	27/05/2010
	Fim	30/05/2016
Valor Global	**Da UJ**	R$ 326.835.200,00
	Da Entidade	R$ 0,00
Limite para Remuneração	**Dirigentes**	R$ 15.852,82 *(a partir de 1º de maio de 2011)* Critério: A remuneração mensal dos dirigentes e empregados com recursos do Contrato de Gestão, aprovada pelo Conselho de Administração, observará, como limite máximo, o que dispõe o inciso XI, do art. 37 da Constituição Federal, sem prejuízo da observância dos valores praticados no mercado.
	Empregados	R$ 15.852,82 *(a partir de 1º de maio de 2011)* Critério: A remuneração mensal dos dirigentes e empregados com recursos do Contrato de Gestão, aprovada pelo Conselho de Administração, observará, como limite máximo, o que dispõe o inciso XI, do art. 37 da Constituição Federal, sem prejuízo da observância dos valores praticados no mercado.
Endereço da Internet para consulta da execução do contrato		http://www.impa.br/opencms/pt/institucional/relatorio_gestao/index.html
Ações de controle exercidas sobre o contrato de gestão		
N° de fiscalizações efetuadas no exercício		0
Nº de relatórios conclusivos da comissão de avaliação no exercício		01- Relatório Anual e Conclusivo de 6/04/2011, referente ao exercício de 2010. Obs.: O relatório anual e conclusivo referente ao exercício de 2011 será elaborado na reunião anual dessa comissão que será realizada somente em 2, 3 e 4/04/2012.
Principais conclusões da comissão de avaliação		Conclusões referentes ao exercício de 2010: - A Associação obteve a pontuação global dez ao atingir plenamente as metas pactuadas para o exercício de 2010. Obs.: O relatório anual e conclusivo referente ao exercício de 2011 será elaborado na reunião anual dessa comissão que será realizada somente em 2, 3 e 4/04/2012.
Acompanhamento das metas estabelecidas		
Descrição da meta		**1. Número de artigos publicados no ano em revistas de circulação internacional de alto padrão científico com corpo de pareceristas.**

Meta do exercício	**Pactuada**	65	
	Realizada	83	
	% Realização	127	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2010**	104
		2009	141
Descrição da meta		**2. Número de artigos publicados ou aceitos para publicação em revistas de circulação internacional e alto padrão científico, com corpo de pareceristas.**	
Meta do exercício	**Pactuada**	130	
	Realizada	134	
	% Realização	103	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2010**	103
		2009	120
Descrição da meta		**3. Proporção de pesquisadores com Bolsa de Produtividade do CNPq.**	
Meta do exercício	**Pactuada**	80	
	Realizada	90	
	% Realização	112	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2010**	106
		2009	118
Descrição da meta		**4. Número de visita-mês ao IMPA de pesquisadores nacionais e estrangeiros.**	
Meta do exercício	**Pactuada**	240	
	Realizada	287	
	% Realização	119	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2010**	105
		2009	106
Descrição da meta		**5. Número de visita-mês ao IMPA de estagiários de pós-doutorado.**	
Meta do exercício	**Pactuada**	240	
	Realizada	365	
	% Realização	152	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2010**	131
		2009	161
Descrição da meta		**6. Número de reuniões científicas do IMPA.**	

Meta do exercício	**Pactuada**	10	
	Realizada	13	
	% Realização	130	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2010**	120
		2009	110
Descrição da meta		**7. Índice de sucesso do doutorado - programa de 4 anos (quantidade de títulos concedidos a bolsistas nos 4 últimos anos, multiplicada por 48 e dividida pelo número de meses de bolsas concedidas nos quatro anos precedentes à obtenção do grau).**	
Meta do exercício	**Pactuada**	85	
	Realizada	86	
	% Realização	101	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2010**	103
		2009	103
Descrição da meta		**8. Índice de sucesso do mestrado - programa de 2 anos (quantidade de títulos concedidos a bolsistas nos 2 últimos anos, multiplicada por 24 e dividida pelo número de meses de bolsas concedidas nos dois anos precedentes à obtenção do grau).**	
Meta do exercício	**Pactuada**	85	
	Realizada	87	
	% Realização	102	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2010**	103
		2009	107
Descrição da meta		**9. Número de doutores formados anualmente/ média dos últimos três anos.**	
Meta do exercício	**Pactuada**	16	
	Realizada	20	
	% Realização	125	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2010**	148
		2009	141
Descrição da meta		**10. Número de participantes do Colóquio Brasileiro de Matemática (realizado nos anos ímpares).**	
Meta do exercício	**Pactuada**	600	
	Realizada	637	
	% Realização	106	

% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2010**	Só nos anos ímpares
		2009	102
Descrição da meta		**11. Número de protótipos e Softwares produzidos ou aperfeiçoados (novas versões).**	
Meta do exercício	**Pactuada**	5	
	Realizada	5	
	% Realização	100	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2010**	100
		2009	100
Descrição da meta		**12. Número de publicações tecnológicas e patentes resultantes dos Projetos.**	
Meta do exercício	**Pactuada**	7	
	Realizada	7	
	% Realização	100	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2010**	100
		2009	100
Descrição da meta		**13. Número de títulos publicados (livros de graduação e pós-graduação).**	
Meta do exercício	**Pactuada**	16	
	Realizada	16	
	% Realização	100	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2010**	100
		2009	100
Descrição da meta		**14. Número de livros e assinaturas de revistas incorporados ao acervo bibliográfico do IMPA.**	
Meta do exercício	**Pactuada**	800	
	Realizada	930	
	% Realização	116	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2010**	103
		2009	102
Descrição da meta		**15. Número de livros emprestados.**	
Meta do exercício	**Pactuada**	12500	
	Realizada	12709	
	% Realização	101	
% de realização	**Exercícios**	**2010**	101

da meta de exercícios anteriores		**2009**	110
Descrição da meta		**16. Notas da CAPES (avaliação a cada três anos)**	
Meta do exercício	**Pactuada**	7	
	Realizada	7	
	% Realização	100	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2010**	100
		2009	100
Descrição da meta		**17. Número de projetos de pesquisa e convênios de cooperação vigentes, aprovados por mérito, ou a convite.**	
Meta do exercício	**Pactuada**	48	
	Realizada	57	
	% Realização	118	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2010**	161
		2009	204
Descrição da meta		**18. Número de alunos inscritos na Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas - OBMEP. (Tornou-se indicador somente em 2011)**	
Meta do exercício	**Pactuada**	16 milhões	
	Realizada	18,7 milhões	
	% Realização	116	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2010**	Tornou-se indicador somente em 2011
		2009	Tornou-se indicador somente em 2011

Quadro LXII - Quadro C.19.1 – Informações sobre contrato de gestão supervisionado pela UJ - RNP

Informações do contrato de gestão supervisionado		
Número	Processo nº 01200.003789/2010-47	
Data celebração	22/12/2010	
Objeto	Estabelecimento de parceria entre as partes e o fomento de atividades de pesquisas tecnológica, desenvolvimento e operação de meios e serviços de difusão do conhecimento na área de tecnologia de informação e comunicação.	
UJ do poder público signatária do contrato	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI	
Entidade contratada	**Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP**	
Período Vigência	**Início**	31/12/2010
	Fim	31/12/2016
Valor Global	**Da UJ**	R$ 244.552.000,00
	Da Entidade	R$ 0,00

Limite para Remuneração	**Dirigentes**	A remuneração do Diretor Geral foi fixada em R$ 18.500,00 mensais, conforme resolução nº 01/2009 da ata do Conselho de Administração de 10/07/2009. Os demais diretores, receberão 90% do valor da remuneração fixada para o Diretor Geral. Critério: A remuneração mensal dos dirigentes e empregados com recursos do Contrato de Gestão, aprovada pelo Conselho de Administração, observará, como limite máximo, o que dispõe o inciso XI, do art. 37 da Constituição Federal, sem prejuízo da observância dos valores praticados no mercado.
	Empregados	Salários inferiores aos Dirigentes, baseado na mediana do mercado, em pesquisa realizada anualmente pela Política de Salários de Recursos Humanos. Critério: A remuneração mensal dos dirigentes e empregados recursos do Contrato de Gestão, aprovada pelo Conselho de Administração, observará, como limite máximo, o que dispõe o inciso XI, do art. 37 da Constituição Federal, sem prejuízo da observância dos valores praticados no mercado.
Endereço da Internet para consulta da execução do contrato		http://www.rnp.br/documentos/arquivo.php?v=relatorios
Ações de controle exercidas sobre o contrato de gestão		
N° de fiscalizações efetuadas no exercício		0
Nº de relatórios conclusivos da comissão de avaliação no exercício		01- Relatório Anual e Conclusivo de 08/04/2011, referente ao exercício de 2010. Obs.: O relatório anual e conclusivo referente ao exercício de 2011 será elaborado na reunião anual dessa comissão que será realizada somente em 14, 15 e 16/03/2012.
Principais conclusões da comissão de avaliação		Conclusões referentes ao exercício de 2010: - As metas pactuadas para cada um dos indicadores foram alcançadas, a exceção do indicador 5 (Índice de Qualidade de Rede), pelas razões explicitadas no Relatório de Gestão Anual 2010 da RNP páginas 52 e 53. Obs.: O relatório anual e conclusivo referente ao exercício de 2011 será elaborado na reunião anual dessa comissão que será realizada somente em 14, 15 e 16/03/2012.
Acompanhamento das metas estabelecidas		
Descrição da meta		**Taxa de Oferta de Serviços Experimentais Oriundos de Grupos de Trabalho (GTs) de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)** O indicador mede o potencial da oferta de serviços experimentais e plataformas oriundos do Programa Grupos de Trabalho de P&D (GT-RNP) em redes avançadas. Entende-se por plataformas os produtos de software que podem ser utilizados para compor serviços e soluções que ampliem as ofertas para os clientes da RNP. Os GTs realizam pesquisa e desenvolvimento tecnológico em novos protocolos, serviços e aplicações de rede, com o objetivo de promover a evolução e a inovação da rede como infraestrutura para

		pesquisa e educação. Após duas fases de desenvolvimento, tipicamente em anos consecutivos, é possível declarar se o resultado alcançado pelo GT possui potencial para ser aproveitado como serviço experimental na rede.	
Meta do exercício	**Pactuada**	**69%**	
	Realizada	**69%**	
	% Realização	**100%**	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2010**	**Não se aplica***
		2009	**Não se aplica***
Descrição da meta		**Número de Iniciativas Estruturantes de Desenvolvimento Tecnológico** O indicador mede o número de iniciativas de desenvolvimento tecnológico em que a RNP participa de forma colaborativa em âmbito nacional ou internacional e que possuem características estruturadoras das ofertas de valor da organização. Estas iniciativas são realizadas em áreas temáticas consideradas de fronteira e estratégicas, como pesquisa em redes experimentais, novos protocolos, serviços e aplicações avançadas.	
Meta do exercício	**Pactuada**	**3U**	
	Realizada	**3U**	
	% Realização	**100%**	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2010**	**Não se aplica***
		2009	**Não se aplica***
Descrição da meta		**Índice de Qualidade da Rede** O indicador expressa a qualidade do serviço de conectividade da rede Ipê oferecido aos seus usuários. A qualidade é aferida por meio da pontuação combinada de duas medidas de desempenho da rede: taxa média de perda de pacotes e retardo médio de entrega de pacotes. Os dois parâmetros são sensíveis a problemas de congestionamento e outras situações que indicam desempenho inadequado da rede, independentemente da sua capacidade (banda). A degradação da qualidade é rapidamente percebida pelos usuários, o que faz o indicador ser capaz de caracterizar plenamente o desempenho da rede.	
Meta do exercício	**Pactuada**	**100%**	
	Realizada	**136,32%**	
	% Realização	**136,32%**	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2010**	**89,46%**
		2009	**107,18%**
Descrição da meta		**Percentual de Disponibilidade Média da Rede** O indicador permite aferir a continuidade dos serviços de	

		trânsito nacional e internacional, observada a partir dos Pontos de Presença (PoPs) estaduais, e a ação gerenciadora da RNP, feita junto aos provedores de serviços que contribuem para o funcionamento da rede núcleo. Sempre com o objetivo de buscar o mínimo de interrupções da rede.	
Meta do exercício	**Pactuada**	**99,80%**	
	Realizada	**99,75%**	
	% Realização	**99,95%**	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2010**	**100,02%**
		2009	**100,05%**
Descrição da meta		**Percentual de Organizações Atendidas na Capacidade Adequada** O indicador avalia o grau de sucesso na implantação de capacidade adequada na interligação de organizações usuárias à rede, de acordo com patamares de velocidade estabelecidos no Plano Operacional da Rede acordado com o Comitê Gestor (CG-RNP) do Programa Interministerial para o Desenvolvimento e Manutenção da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (Programa Interministerial RNP) no ano anterior ao da apuração do indicador.	
Meta do exercício	**Pactuada**	**0%** Obs.: a meta para o indicador foi definida pelo Comitê Gestor em setembro de 2011. O valor reflete o entendimento do Comitê de que não foram dadas as condições para que a RNP desenvolvesse ações capazes de promover a conexão das instituições clientes ainda em 2011	
	Realizada	**Não se aplica**	
	% Realização	**Não se aplica**	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2010**	**141,18%**
		2009	**76%**
Descrição da meta		**Número de Serviços em Produção** O indicador reflete a oferta de serviços da RNP – distribuídos nas categorias comunicação e colaboração, disponibilização de conteúdos digitais, gestão de identidade, hospedagem estratégica e suporte à rede acadêmica – , em nível de produção, às suas instituições usuárias. Por ser cumulativo, contempla, além da introdução com sucesso de novos serviços, a manutenção daqueles já ofertados. O Catálogo de Serviços é acordado com o Conselho de Administração (CADM) da RNP no ano anterior ao da apuração do indicador.	
Meta do exercício	**Pactuada**	**9 U**	
	Realizada	**12 U**	
	% Realização	**133%**	

% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2010**	**Não se aplica***
		2009	**Não se aplica***
Descrição da meta		**Índice de Execução de Iniciativas Estratégicas de Apoio às Políticas Públicas** O indicador mede o nível de execução de iniciativas estratégicas em Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) – ações plurianuais que apoiam políticas públicas relacionadas com ciência e tecnologia, educação, saúde e cultura, patrocinadas pelo Programa Interministerial para o Desenvolvimento e Manutenção da RNP (Programa Interministerial RNP). O portfólio de iniciativas e suas metas anuais de desempenho são apresentados no Plano de Ação Anual da RNP para aprovação junto ao Conselho de Administração (CADM) da RNP no ano anterior ao período de avaliação.	
Meta do exercício	**Pactuada**	**Não definida. Indicador de caráter experimental em 2011. A metodologia de cálculo encontra-se em formulação.**	
	Realizada	**Não se aplica**	
	% Realização	**Não se aplica**	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2010**	**Não se aplica***
		2009	**Não se aplica***
Descrição da meta		**Número de Pessoas-hora Capacitadas em Cursos** O indicador mede o número de pessoas-hora capacitadas em cursos oferecidos pela Escola Superior de Redes (ESR), em atendimento à demanda por capacitação de técnicos e gestores de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) das organizações usuárias da RNP, dentro das seguintes áreas temáticas: administração de sistemas, administração e projetos de redes, segurança, mídias de suporte à colaboração digital, e governança de Tecnologia da Informação (TI). A meta anual é acordada com o Comitê Gestor (CG) do Programa Interministerial para o Desenvolvimento e Manutenção da RNP (Programa Interministerial RNP), no ano anterior ao período de avaliação.	
Meta do exercício	**Pactuada**	**29.080 U**	
	Realizada	**34.152 U**	
	% Realização	**117,44%**	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2010**	**106,95%**
		2009	**112,38%**
Descrição da meta		**Número de Iniciativas de Disseminação do Conhecimento em TICs** O indicador mede o número de iniciativas de disseminação do conhecimento em Tecnologias da Informação e Comunicação	

		(TICs) realizadas com sucesso pela RNP, tais como publicações, eventos, reuniões técnicas etc. O conjunto de iniciativas é apresentado no Plano de Ação Anual da RNP para aprovação junto ao Conselho de Administração (CADM) da RNP no ano anterior ao período de avaliação.	
Meta do exercício	**Pactuada**	**Não definida. Indicador de caráter experimental em 2011. Os perfis de iniciativas de disseminação do conhecimento em TIC encontram-se em definição.**	
	Realizada	**Não se aplica**	
	% Realização	**Não se aplica**	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2010**	**Não se aplica***
		2009	**Não se aplica***
Descrição da meta		**Número de Comunidades de Interesse Atendidas** O indicador expressa o número de comunidades ou públicos de interesse atendidos pela RNP por meio de relacionamentos estruturados e sistematizados, que contribuem diretamente para o alcance dos objetivos estratégicos da organização. O conjunto de comunidades ou públicos de interesse é apresentado no Plano de Ação Anual da RNP, para aprovação junto ao Conselho de Administração (CADM) da RNP no ano anterior ao período de avaliação, e as ações são detalhadas no Plano Operacional de Relacionamentos Institucionais da RNP.	
Meta do exercício	**Pactuada**	**2 U**	
	Realizada	**2 U**	
	% Realização	**100%**	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2010**	**Não se aplica***
		2009	**Não se aplica***
Descrição da meta		**Percentual de Pontos de Presença (PoPs) que Atuam com Grau de Excelência Padrão** O indicador avalia o grau de excelência de atuação dos Pontos de Presença (PoPs) da RNP a partir de um padrão estabelecido que contempla diferentes requisitos e critérios de análise, como infraestrutura física, qualificação do capital humano, maturidade em gestão de processos administrativos e de Tecnologia da Informação (TI) e nível de institucionalidade. O padrão prevê níveis de maturidade de forma a atender a três perfis diferenciados de PoPs. O grau de excelência para cada um dos perfis é acordado com o Conselho de Administração (CADM) da RNP no ano anterior ao período de avaliação e as ações são detalhadas no Plano de Desenvolvimento dos PoPs.	
Meta do exercício	**Pactuada**	**Não definida. Indicador de caráter experimental em 2011. A metodologia de cálculo encontra-se em formulação**	
	Realizada	**Não se aplica**	
	%	**Não se aplica**	

	Realização		
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2010**	**Não se aplica**
		2009	**Não se aplica**
Descrição da meta		**Índice de Qualidade da Gestão Organizacional** O indicador expressa o grau de qualidade da gestão organizacional sob a ótica de oito dimensões: liderança, estratégias e planos, clientes, sociedade, informações e conhecimento, pessoas, processos e resultados.	
Meta do exercício	**Pactuada**	**Não definida. Um novo V e uma nova meta serão estabelecidos ao final da fase de implantação dos primeiros novos processos organizacionais, em julho de 2012.**	
	Realizada	**Não se aplica**	
	% Realização	**Não se aplica**	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2010**	**Não se aplica**
		2009	**133,34%**
Descrição da meta		**Índice de Satisfação das Partes Interessadas** O indicador mede a satisfação global de um determinado conjunto estabelecido de partes interessadas da organização, refletindo a reputação da RNP como resultado de sua credibilidade e imagem.	
Meta do exercício	**Pactuada**	**73**	
	Realizada	**74,4**	
	% Realização	**102%**	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2010**	**Não se aplica***
		2009	**Não se aplica***

* Um novo Quadro de Indicadores e Metas foi estabelecido para a RNP a partir de 2011 , portanto, para este indicador não é possível informar o percentual de realização dos exercício de 2009 e 2010.

ITEM 37 DA PARTE "C"

37. Informações sobre os Contratos de Gestão Celebrados

Quadro LXIII - Quadro C.37.1 – Caracterização dos contratos de gestão vigentes no exercício - CGEE

Informações da UJ Contratante do CG	
Nome	MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
UG SIAFI	240113
Atribuições da UJ	Negociar, pactuar, supervisionar e avaliar o desempenho das organizações

Contratante do CG	sociais e congêneres, conforme metas e indicadores estabelecidos nos Contratos de Gestão ou instrumentos similares; coordenar as reuniões das Comissões de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão; analisar os relatórios das Comissões de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão e instrumentos similares; acompanhar a execução das ações das organizações sociais estabelecidas no Plano Plurianual; apoiar e acompanhar a elaboração e execução do Planejamento Estratégico das organizações sociais, no que tange aos Contratos de Gestão; articular-se com órgãos congêneres de gestão no âmbito do poder executivo federal; e executar outras competências que lhe forem cometidas, no seu campo de atuação.
Informações da Entidade Contratada	
Nome	CGEE – CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS
CNPJ	04.724.690/0001-82
Endereço	SCN Quadra 2, Bloco A, Ed. Corporate Financial Center, 11º andar, Sala 1102, CEP 70712-900 - Brasília, DF TEL: (61) 3424 9600 Fax (61) 3424 9659
Dirigente Máximo	Mariano Francisco Laplane
Âmbito de atuação (art. 1º da Lei nº 9.637/98)	Ensino, Pesquisa Científica, Desenvolvimento Tecnológico, Proteção e preservação do Meio Ambiente.
Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 17 da Lei nº 9.637/98)	REGULAMENTO PARA A AQUISIÇÃO E ALIENAÇÃO DE BENS E PARA A CONTRATAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS - Norma Complementar nº 1 de 28 de outubro de 2002, publicado no Diário Oficial da União nº 217 em 08/11/2002, seção 1.
Atribuições da Entidade Contratada	Promover a realização de estudos e pesquisas na área de ciência, tecnologia e inovação e suas relações com os setores produtivos, além de atividades de avaliação de estratégias e de impactos econômicos a sociais das políticas, programas e projetos científicos e tecnológicos; Oferecer subsídios à formulação de estratégias para a capacitação de recursos humanos na perspectiva da construção e consolidação do sistema nacional de inovação; Apoiar e promover a realização de eventos e de foros de discussão orientados para a construção de convergências entre os diversos atores participantes do processo de inovação e subsidiar escolhas tecnológicas para a sociedade brasileira; e Prover subsídios técnicos para o funcionamento dos Comitês Gestores dos Fundos Setoriais quando solicitado pelos mesmos ou pelo **ÓRGÃO SUPERVISOR**.
Informações do Contrato de Gestão	
Número	01200.001681/2010-10
Data Celebração	27/05/2010
Objeto	Estabelecimento de parceria entre as partes para o fomento de atividades relacionadas com a geração de subsídios para a gestão de programas e projetos estratégicos em ciência, tecnologia e inovação, bem como a realização de estudos e geração de subsídios para a formulação de políticas e estratégias

	governamentais	
Endereço de publicação do CG para consulta	http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/328713.html	
Período Vigência	**Início**	01/07/2010
	Fim	30/06/2016
Valor Global (R$ 1,00)	**Da UJ**	R$ 182.090.000,00
	Da Entidade	R$ 0,00
Limite para Remuneração (R$ 1,00)	**Dirigentes**	R$ 22.125,68 Critério: A remuneração mensal dos dirigentes e empregados do CGEE, com recursos do Contrato de Gestão, aprovada pelo Conselho de Administração, observará, como limite máximo, o que dispõe o inciso XI, do art. 37 da Constituição Federal, sem prejuízo da observância dos valores praticados no mercado.
	Empregados	R$ 22.125,68 Critério: A remuneração mensal dos dirigentes e empregados da CGEE, com recursos do Contrato de Gestão, aprovada pelo Conselho de Administração, observará, como limite máximo, o que dispõe o inciso XI, do art. 37 da Constituição Federal, sem prejuízo da observância dos valores praticados no mercado.

Fonte: Site do CGEE; Contrato de Gestão MCTI/CGEE/FINEP; Administração CGEE; Site MCTI

Quadro LXIV - Quadro C.37.1 – Caracterização dos contratos de gestão vigentes no exercício - ABTLuS

Informações da UJ Contratante do CG	
Nome	MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
UG SIAFI	240113
Atribuições da UJ Contratante do CG	Negociar, pactuar, supervisionar e avaliar o desempenho das organizações sociais e congêneres, conforme metas e indicadores estabelecidos nos Contratos de Gestão ou instrumentos similares; coordenar as reuniões das Comissões de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão; analisar os relatórios das Comissões de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão e instrumentos similares; acompanhar a execução das ações das organizações sociais estabelecidas no Plano Plurianual; apoiar e acompanhar a elaboração e execução do Planejamento Estratégico das organizações sociais, no que tange aos Contratos de Gestão; articular-se com órgãos congêneres de gestão no âmbito do poder executivo federal; e executar outras competências que lhe forem cometidas, no seu campo de atuação.
Informações da Entidade Contratada	
Nome	ABTLuS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TECNOLOGIA DE LUZ SINCRONTON
CNPJ	01.576.817/0001-75
Endereço	Rua: Giuseppe Máximo Scolfaro, 10000 - Pólo II de Alta Tecnologia de Campinas Bairro Guará – Campinas – SP - CEP 13083-100 Telefone: +55 19 3512

	1010
Dirigente Máximo	Carlos Alberto Aragão de Carvalho Filho
Âmbito de atuação (art. 1º da Lei nº 9.637/98)	Pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico.
Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 17 da Lei nº 9.637/98)	REGULAMENTO PARA A AQUISIÇÃO E ALIENAÇÃO DE BENS E PARA A CONTRATAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS - Aprovado pelo Conselho de Administração em 17/06/2005 - publicado no Diário Oficial da União - DOU nº 216 em 10/11/2005, seção 3, páginas 151/152.
Atribuições da Entidade Contratada	Projetar, construir ou fazer construir, operar, manter e expandir, conforme as necessidades da pesquisa e de suas outras atividades, os prédios e as instalações de pesquisa e de serviços de sua Administração e dos seus Laboratórios Nacionais, colocados sobr sua responsabilidade e gerenciamento pelo Poder Público, por sua própria iniciativa ou pela iniciativa privada. Realizar pesquisas científicas e desenvolvimento tecnológico nas áreas de sua competência por meio dos seus Laboratórios Nacionais. Proporcionar e contribuir para o treinamento científico e tecnológico de recursos humanos para o sistema nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, público e privado, nas áreas de sua competência e nas áreas afins. Contribuir para o desenvolvimento e aprimoramento da pesquisa, desenvolvimento e inovação brasileiros, colocando as instalações dos seus Laboratórios Nacionais à disposição de pesquisadores e técnicos brasileiros e estrangeiros devidamente treinados e qualificados para a realização de trabalhos científicos ou aplicações tecnológicas de méritos reconhecidos. Contribuir para o aprimoramento da indústria nacional, colocando à sua disposição seu corpo de pesquisadores e técnicos e as instalações dos seus Laboratórios Nacionais e buscando empresas nacionais qualificadas para participar das etapas de construção, operação e manutenção de seus equipamentos. Incubar e implantar, por si só ou em associação com outras organizações e empresas, novos Laboratórios Nacionais ou empresas de alto conteúdo tecnológico. Desenvolver, gerar, licenciar tecnologias, exportar e importar materiais, componentes, equipamentos e serviços de alta tecnologia, isoladamente ou em associação com centros de pesquisa e empresas nacionais e estrangeiras.

Informações do Contrato de Gestão	
Número	01200.001574/2010-91
Data Celebração	17/09/2010
Objeto	Estabelecimento de parceria entre as partes, para continuidade do fomento e execução das atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e transferência de tecnologia nas suas áreas de atuação, de forma a contribuir para elevar o nível

	de capacitação tecnológica e científica do Brasil.	
Endereço de publicação do CG para consulta	http://www.mct.gov.br/upd_blob/0218/218816.pdf	
Período Vigência	**Início**	17/09/2010
	Fim	30/09/2016
Valor Global (R$ 1,00)	**Da UJ**	R$ 478.747.000,00
	Da Entidade	R$ 0,00
Limite para Remuneração (R$ 1,00)	**Dirigentes**	R$ 26.500.000,00 Critério: A remuneração mensal dos dirigentes e empregados com recursos do Contrato de Gestão, aprovada pelo Conselho de Administração, observará, como limite máximo, o que dispõe o inciso XI, do art. 37 da Constituição Federal, sem prejuízo da observância dos valores praticados no mercado.
	Empregados	R$ 21.670.000,00 Critério: A remuneração mensal dos dirigentes e empregados com recursos do Contrato de Gestão, aprovada pelo Conselho de Administração, observará, como limite máximo, o que dispõe o inciso XI, do art. 37 da Constituição Federal, sem prejuízo da observância dos valores praticados no mercado.

Fonte: Site da ABTLuS; Contrato de Gestão MCTI/ABTLuS; Administração ABTLuS / DGA; Portal MCTI

Quadro LXV - Quadro C.37.1 – Caracterização dos contratos de gestão vigentes no exercício - IDSM

Informações da UJ Contratante do CG	
Nome	MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
UG SIAFI	240113
Atribuições da UJ Contratante do CG	Negociar, pactuar, supervisionar e avaliar o desempenho das organizações sociais e congêneres, conforme metas e indicadores estabelecidos nos Contratos de Gestão ou instrumentos similares; coordenar as reuniões das Comissões de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão; analisar os relatórios das Comissões de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão e instrumentos similares; acompanhar a execução das ações das organizações sociais estabelecidas no Plano Plurianual; apoiar e acompanhar a elaboração e execução do Planejamento Estratégico das organizações sociais, no que tange aos Contratos de Gestão; articular-se com órgãos congêneres de gestão no âmbito do poder executivo federal; e executar outras competências que lhe forem cometidas, no seu campo de atuação.
Informações da Entidade Contratada	
Nome	IDSM – INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ
CNPJ	03.119.820/0001-95
Endereço	Estrada do Bexiga, 2.584 Bairro Fonte Boa Cx. Postal 38 69470-000 – Tefé (AM) Tel/fax: +55 (097) 3343-4672

Dirigente Máximo	Helder Lima de Queiroz
Âmbito de atuação (art. 1º da Lei nº 9.637/98)	Ensino, Pesquisa Científica, Desenvolvimento Tecnológico, Proteção e preservação do Meio Ambiente.
Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 17 da Lei nº 9.637/98)	REGULAMENTO PARA A AQUISIÇÃO E ALIENAÇÃO DE BENS E PARA A CONTRATAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS – publicado no Diário Oficial da União -DOU no dia 15/06/2001, seção 3, e suas alterações aprovadas pelo Conselho de Administração publicadas no Diário Oficial da União – DOU n° 202 em 20/10/2004, na seção 3.
Atribuições da Entidade Contratada	Desenvolver conhecimento científico e tecnológico dos domínios da conservação da biodiversidade amazônica; Promover modelos para a gestão e proteção da biodiversidade da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã; Facilitar processos que resultem na melhoria da qualidade de vida da população das reservas; Promover condições para disseminação desses objetivos no Bioma Amazônia usando como exemplo os experimentos-piloto desenvolvidos e explorando seu efeito demonstrativo; e Promover o desenvolvimento institucional da OS.

Informações do Contrato de Gestão		
Número	01200.001834/2010-29	
Data Celebração	27/05/2010	
Objeto	Estabelecimento de parceria entre as partes e o fomento e execução de atividades de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico e extensão nas áreas de proteção ambiental com manejo participativo, por meio do estabelecimento de parceria entre as partes contratantes.	
Endereço de publicação do CG para consulta	http://www.mct.gov.br/upd_blob/0215/215000.pdf	
Período Vigência	**Início**	27/05/2010
	Fim	30/06/2016
Valor Global (R$ 1,00)	**Da UJ**	R$ 125.937.506,00
	Da Entidade	R$ 0,00
Limite para Remuneração (R$ 1,00)	**Dirigentes**	R$ 774.533,34 Critério: A remuneração mensal dos dirigentes e empregados com recursos do Contrato de Gestão, aprovada pelo Conselho de Administração, observará, como limite máximo, o que dispõe o inciso XI, do art. 37 da Constituição Federal, sem prejuízo da observância dos valores praticados no mercado.
	Empregados	R$ 10.557.731,77 Critério: A remuneração mensal dos dirigentes e empregados com recursos do Contrato de

		Gestão, aprovada pelo Conselho de Administração, observará, como limite máximo, o que dispõe o inciso XI, do art. 37 da Constituição Federal, sem prejuízo da observância dos valores praticados no mercado.

Fonte: Site do IDSM; Contrato de Gestão MCTI/IDSM; Administração IDSM; Site MCTI

Quadro LXVI - Quadro C.37.1 – Caracterização dos contratos de gestão vigentes no exercício - IMPA

Informações da UJ Contratante do CG	
Nome	MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
UG SIAFI	240113
Atribuições da UJ Contratante do CG	Negociar, pactuar, supervisionar e avaliar o desempenho das organizações sociais e congêneres, conforme metas e indicadores estabelecidos nos Contratos de Gestão ou instrumentos similares; coordenar as reuniões das Comissões de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão; analisar os relatórios das Comissões de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão e instrumentos similares; acompanhar a execução das ações das organizações sociais estabelecidas no Plano Plurianual; apoiar e acompanhar a elaboração e execução do Planejamento Estratégico das organizações sociais, no que tange aos Contratos de Gestão; articular-se com órgãos congêneres de gestão no âmbito do poder executivo federal; e executar outras competências que lhe forem cometidas, no seu campo de atuação.
Informações da Entidade Contratada	
Nome	IMPA – INSTITUTO NACIONAL DE MATEMÁTICA PURA E APLICADA
CNPJ	03.447.568/0001-36
Endereço	Estrada Dona Castorina, 110 Jardim Botânico 22460-320 Rio de Janeiro, RJ Telefone: (55) (21) 2529-5000
Dirigente Máximo	César Camacho
Âmbito de atuação (art. 1º da Lei nº 9.637/98)	Ensino, Pesquisa Científica, Desenvolvimento Tecnológico, Proteção e preservação do Meio Ambiente.
Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 17 da Lei nº 9.637/98)	REGULAMENTO PARA A AQUISIÇÃO E ALIENAÇÃO DE BENS E PARA A CONTRATAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS - Aprovado pelo Conselho de Administração em 25/07/2003 - Publicado no Diário Oficial da União – DOU n° 186 em 25/09/2003, Seção 3.
Atribuições da Entidade Contratada	Realização de pesquisas matemáticas em tópicos considerados de grande relevância, em padrão internacional, para o avanço do conhecimento na área de suas aplicações, dando ao Brasil destacado nível de competência no setor; Difusão do conhecimento matemático em todos os níveis para propiciar acesso à comunidade brasileira aos progressos científicos das áreas e suas aplicações e produção de literatura básica que permita não só alcançar este objetivo nesta e em áreas afins do conhecimento, mas também, despertar o interesse dos mais jovens pela matemática; Capacitação científica de pesquisadores e professores universitários no

	melhor padrão internacional, promovendo a formação de mestres e doutores com credenciais para produzir pesquisas de qualidade, participar de projetos e programas de inovação científico-tecnológica e agir como multiplicadores desta competência; Realização de projetos de melhoria do ensino da matemática em todos os níveis e prestação de serviços de assessoramento e consultoria qualificada; Desenvolvimento de aplicações da matemática e tecnologias associadas através da elaboração de modelos matemáticos aplicados e da produção de *software* inovador, que respondam a problemas concretos colocados pelas políticas públicas e pelo setor produtivo; Fomento e cooperação com a comunidade científica nacional, órgãos públicos e empresas estatais ou privadas, em conformidade com a missão institucional do **IMPA**, mediante termos de cooperação, parcerias ou prestação de serviços; e Colaboração técnica e científica com as ações e políticas nacionais de desenvolvimento do setor público e privado.

Informações do Contrato de Gestão		
Número	01200.001572/2010-01	
Data Celebração	27/05/2010	
Objeto	Estabelecimento de parceria entre as partes e o fomento de atividades de pesquisa, difusão do conhecimento, capacitação científica, desenvolvimento tecnológico e melhoria de ensino na área da matemática.	
Endereço de publicação do CG para consulta	http://www.mct.gov.br/upd_blob/0214/214998.pdf	
Período Vigência	**Início**	27/05/2010
	Fim	30/05/2016
Valor Global (R$ 1,00)	**Da UJ**	R$ 326.835.200,00
	Da Entidade	R$ 0,00
Limite para Remuneração (R$ 1,00)	**Dirigentes**	R$ 15.852,82 *(a partir de 1º de maio de 2011)* Critério: A remuneração mensal dos dirigentes e empregados da IMPA, com recursos do Contrato de Gestão, aprovada pelo Conselho de Administração, observará, como limite máximo, o que dispõe o inciso XI, do art. 37 da Constituição Federal, sem prejuízo da observância dos valores praticados no mercado.
	Empregados	R$ 15.852,82 *(a partir de 1º de maio de 2011)* Critério: A remuneração mensal dos dirigentes e empregados da IMPA, com recursos do Contrato de Gestão, aprovada pelo Conselho de Administração, observará, como limite máximo, o que dispõe o inciso XI, do art. 37 da Constituição Federal, sem prejuízo da observância dos valores praticados no mercado.

Fonte: Site do IMPA; Contrato de Gestão MCTI/IMPA; Administração IMPA; Site MCTI

Quadro LXVII - Quadro C.37.1 – Caracterização dos contratos de gestão vigentes no exercício - RNP

Informações da UJ Contratante do CG	
Nome	MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
UG SIAFI	240113
Atribuições da UJ Contratante do CG	Negociar, pactuar, supervisionar e avaliar o desempenho das organizações sociais e congêneres, conforme metas e indicadores estabelecidos nos Contratos de Gestão ou instrumentos similares; coordenar as reuniões das Comissões de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão; analisar os relatórios das Comissões de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão e instrumentos similares; acompanhar a execução das ações das organizações sociais estabelecidas no Plano Plurianual; apoiar e acompanhar a elaboração e execução do Planejamento Estratégico das organizações sociais, no que tange aos Contratos de Gestão; articular-se com órgãos congêneres de gestão no âmbito do poder executivo federal; e executar outras competências que lhe forem cometidas, no seu campo de atuação.
Informações da Entidade Contratada	
Nome	RNP – ASSOCIAÇÃO REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA
CNPJ	03.508.097/0001-36
Endereço	Rua Lauro Müller, 116 sala 1103 - Botafogo - Rio de Janeiro – RJ 22290-906 Tel: 55 21 2102-9660
Dirigente Máximo	Nelson Simões da Silva
Âmbito de atuação (art. 1º da Lei nº 9.637/98)	Associação Civil sem fins lucrativos, pessoa jurídica de direito privado, com atividades dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à cultura e à saúde, atendidos aos requisitos previstos nesta Lei.
Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 17 da Lei nº 9.637/98)	REGULAMENTO PARA A AQUISIÇÃO E ALIENAÇÃO DE BENS E PARA A CONTRATAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS - aprovado em Reunião Extraordinária do Conselho de Administração em 21/06/02 – publicado em http://www.rnp.br/_arquivo/asrnp/regulamento_compras.pdf
Atribuições da Entidade Contratada	Promover o desenvolvimento tecnológico e apoiar a pesquisa de novos protocolos, serviços e aplicações de tecnologia de informação e comunicação; Prover serviços de infra-estrutura de redes IP (Protocolo Internet) avançadas para atividades de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico, educação e cultura; Promover a disseminação de tecnologias de informação e comunicação, através da implementação, em nível de produção, de novos protocolos, serviços e aplicações, da capacitação de recursos humanos e da difusão de informações; Planejar e empreender projetos de tecnologia de informação e comunicação para o desenvolvimento e uso de aplicações e serviços inovadores;

	Apoiar as políticas nacionais em ciência e tecnologia, educação, saúde e cultura associadas ao Programa Interministerial para o Desenvolvimento e Manutenção da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (Programa Interministerial RNP); e Promover o fomento e a cooperação com a comunidade científica nacional, órgãos públicos e empresas estatais ou privadas, em conformidade com a missão institucional da RNP, mediante termos de cooperação, parcerias ou prestação de serviços.

Informações do Contrato de Gestão		
Número	01200.003789/2010-47	
Data Celebração	22/12/2010	
Objeto	Estabelecimento de parceria entre as partes e o fomento de atividades de pesquisas tecnológica, desenvolvimento e operação de meios e serviços de difusão do conhecimento na área de tecnologia de informação e comunicação.	
Endereço de publicação do CG para consulta	http://www.mct.gov.br/upd_blob/0215/215007.pdf	
Período Vigência	**Início**	31/12/2010
	Fim	31/12/2016
Valor Global (R$ 1,00)	**Da UJ**	R$ 244.552.000,00
	Da Entidade	R$ 0,00
Limite para Remuneração (R$ 1,00)	**Dirigentes**	A remuneração do Diretor Geral foi fixada em R$ 18.500,00 mensais, conforme resolução nº 01/2009 da ata do Conselho de Administração de 10/07/2009. Os demais diretores, receberão 90% do valor da remuneração fixada para o Diretor Geral. Critério: A remuneração mensal dos dirigentes e empregados com recursos do Contrato de Gestão, aprovada pelo Conselho de Administração, observará, como limite máximo, o que dispõe o inciso XI, do art. 37 da Constituição Federal, sem prejuízo da observância dos valores praticados no mercado.
	Empregados	Salários inferiores aos Dirigentes, baseado na mediana do mercado, em pesquisa realizada anualmente pela Política de Salários de Recursos Humanos. Critério: A remuneração mensal dos dirigentes e empregados recursos do Contrato de Gestão, aprovada pelo Conselho de Administração, observará, como limite máximo, o que dispõe o inciso XI, do art. 37 da Constituição Federal, sem prejuízo da observância dos valores praticados no mercado.

Fonte: Administração RNP; Regulamento de Recursos Humanos http://www.rnp.br/_arquivo/asrnp/regulamento_rh.pdf e Contrato de Gestão – cláusula décima http://www.mct.gov.br/upd_blob/0215/215007.pdf

Composição e atualização do Conselho de Administração

Quadro LXVIII - Quadro C.37.2 – Relação de membros do Conselho de Administração - ABTLuS

Membros do Conselho de Administração						
Representação	**Nome**	**CPF**	**Órgão que Representa**	**Ato de Designação**	**Período de Exercício**	
					Início	**Fim**
Poder Público	Pedro Wongtschowski	385.585.058-53	MCTI	Ata da 33ª Reunião do Conselho de Administração	14/02/06	-
	Emilio Kazunoli Matsuo	928.993.318-68	MCTI	Ata da 55ª Reunião do Conselho de Administração	10/12/10	-
	Luiz Davidovich	532.487.597-04	MCTI	Ata da 59ª Reunião do Conselho de Administração	25/11/11	-
	Mariano Francisco Laplane	096.769.418-32	MCTI	Ata da 59ª Reunião do Conselho de Administração	25/11/11	-
	Pedro Antonio Arraes Pereira	363.135.727-34	MCTI	Ata da 59ª Reunião do Conselho de Administração	25/11/11	-
	José Geraldo Eugênio de França	098.848.824-87	MCTI	Ata da 46ª Reunião do Conselho de Administração	20/03/09	25/11/11
	Lucia Carvalho Pinto de Melo	148.545.544-87	MCTI	Ata da 51ª Reunião do Conselho de Administração	11/12/09	25/11/11
	Ricardo Magnus Osório Galvão	340.597.848-34	MCTI	Ata da 31ª Reunião do Conselho de Administração	02/09/05	25/11/11
Da Sociedade	Luis Roberto Pogetti	991.829.988-68	UNICA (Sociedade Civil	Ata da 59ª Reunião do	25/11/11	-

Civil			de Biocombustíveis)	Conselho de Administração		
	Roberto de Rezende Barbosa	368.376.798-72	UNICA (Sociedade Civil de Biocombustíveis)	Ata da 51ª Reunião do Conselho de Administração	11/12/09	25/11/11
Eleitos	Antonio Rubens Britto de Castro	614.605.248-53	Associados da ABTLuS	Ata da 48ª Reunião do Conselho de Administração	05/06/09	-
	Isaias Raw	045.360.538-91	Conselho	Ata da 56ª Reunião do Conselho de Administração	18/02/11	-
	Jefferson Bettini	831.476.089-72	Conselho	Ata da 50ª Reunião do Conselho de Administração	18/09/09	-
	José Ellis Ripper Filho	011.591.787-04	Conselho	Ata da 48ª Reunião do Conselho de Administração	05/06/09	-
	Marco Antonio Raupp	076.608.801-44	Conselho	Ata da 48ª Reunião do Conselho de Administração	05/06/09	-
	Reginaldo dos Santos	037.564.598-53	Conselho	Ata da 59ª Reunião do Conselho de Administração	25/11/11	-
	Fernando Ferreira Costa	358.340.308-82	Conselho	Ata da 46ª Reunião do Conselho de Administração	20/03/09	18/02/11
	Rogério Cezar de Cerqueira Leite	209.583.158-68	Conselho	Ata da 39ª Reunião do Conselho de Administração	13/09/07	25/11/11
Estatuto	Amir Ordacgi Caldeira	347.787.137-53	ABC	Ata da 37ª Reunião do Conselho de Administração	09/03/07	-
	Edmundo José Correia	607.165.097-68	ANPEI	Ata da 57ª Reunião do	27/05/11	-

	Aires			Conselho de Administração		
	Celso Antonio Barbosa	768.702.008-15	ANPEI	Ata da 21ª Reunião do Conselho de Administração	25/02/03	24/02/11
	José Fernando Perez	730.524.268-34	SBPC	Ata da 56ª Reunião do Conselho de Administração	18/02/11	-
	Fernando Claudio Zawislak	001.579.960-34	SBPC	Ata da 22ª Reunião do Conselho de Administração	17/06/03	18/02/11
Quantidade de reuniões do Conselho no exercício					**Ordinárias**	4 (em 2011)
					Extraordinárias	0 (em 2011)

Fonte: Administração ABTLuS

Quadro LXIX - Quadro C.37.2 – Relação de membros do Conselho de Administração - CGEE

Membros do Conselho de Administração						
Representação	**Nome**	**CPF**	**Órgão que Representa**	**Ato de Designação**	**Período de Exercício**	
					Início	**Fim**
Poder Público	Glaucius Oliva	045.686.168-83	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	Carta CNPq nº 057/11 – 14/02/2011 Resolução CA nº 107 – 15/03/2011	15/03/11	Estatuto Art. 16 §2º
	Carlos Alberto Aragão de Carvalho Filho	337.000.447-04	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	Ofício PR CNPq nº 0069/10 – 18/02/2010 Termo de Posse 24/02/2010	24/01/10	13/02/11
	Carlos Alberto Ribeiro de Xavier	008.443.146-68	Ministério da Educação	Ofício nº 599/2006/SE/MEC – 27/06/2006	29/06/06	Estatuto Art. 16 §2º

				Termo de Posse – Livro página 12 – 29/06/2006		
	Nelson Fujimoto	021.839.178-14	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	Ofício nº 231/2011/SE-MDIC - 06/09/2011 Resolução CA nº 115 – 11/10/2011	11/10/11	Estatuto Art. 16 §2º
	Francelino José Lamy de Miranda Grando	625.769.688-72	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	Oficio nº 37/GM-MDIC - 27/02/2008 Termo de posse – Livro pág. 16 – 06/03/2008	06/03/08	05/09/11
	Glauco Antonio Truzzi Arbix	518.652.118-34	Financiadora de Estudos e Projetos	Carta FINEP/PRES nº 002028/11 – 17/02/2011 Resolução CA nº 107 - 15/03/2011	15/03/11	Estatuto Art. 16 §2º
Poder Público	Luís Manuel Rebelo Fernandes	797.578.477-04	Financiadora de Estudos e Projetos	Ofício FINEP/PRES/nº 011973 – 02/06/2007 Termo de posse – Livro pág. 14 - 27/06/2007	27/06/07	14/03/11
	Luiz Antonio Rodrigues Elias	549.900.767-53	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	Ofício nº 083/MCT - 14/02/2008 Termo de posse – Livro pág. 14 – 27/06/2008	14/02/08	Estatuto Art. 16 §2º
	Helena Bonciani Nader	586.545.938-49	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência	Carta SBPC-118/Dir – 24/08/2011 Resolução CA nº 119 – 11/10/11	11/10/11	Estatuto Art. 16 §2º
Da Sociedade Civil	Marco Antonio Raupp	076.608.601-44	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência	Carta SBPC-028/Dir 02/12/2009 Termo de posse de 10/12/2009	10/12/09	11/10/11
	Eduardo Moacyr Krieger	015.126.428-49	Academia Brasileira de Ciência	Ata da II Reunião do CA 12/11/2001 -	12/11/011	Estatuto Art. 16 §2º

	Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti	431.712.655-91	Confederação Nacional da Indústria	Carta CNI 09/2010 - 12/02/2010 Termo de posse de 24/02/10	10/12/10	Estatuto Art. 16 §2º
	Isa Assef dos Santos	022.729.112-34	Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica	Carta ABIPTI - 17/09/2007 Termo de posse – Livro pág. 16 – 06/03/2008	06/03/08	Estatuto Art. 16 §2º
	Guilherme Marco de Lima	006.946.402-02	Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras	Ofício ANPEI nº 002-01-2011 – 07/01/2011 Resolução CA nº 110 – 28/06/2011	28/06/11	Estatuto Art. 16 §2º
	Maria Angela do Rego Barros	874.867.768-04	Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras	Ofício nº 20-07-2010 - 08/07/2010 Termo de posse – 24/08/2010	24/08/10	06/01/11
				Ata da II Assembléia 27/05/2010		
Eleitos	Carlos Américo Pacheco	005.317.578-62	Representante dos Associados	Carta PRESI nº 149 – 06/07/2011 Resolução CA nº 115 – 11/10/2011	24/08/10	23/08/14
	Ênio Duarte Pinto	334.187.721-53	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas	Carta SEBRAE PRESI nº 057 – 16/04/2010 Resolução CA nº 99 – 13/05/2010	11/10/11	13/05/14
	Edson Fermann	004.143.768-38	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas	Carta nº 58/2010-CNA – 07/01/2010 Resolução CA nº 98 – 24/02/2010	11/10/11	05/07/11
	Alysson Paolinelli	004.071.436-53	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil	Ofício Dieese nº 499/09 – 14/12/2009 Resolução nº 24/02/10 –	24/02/10	23/02/14

				24/02/2010		
	Clemente Ganz Lúcio	298.827.029-53	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos	Carta Anprotec nº 152/2009 – 15/12/2009 Resolução nº 98 – 24/02/2010	24/01/10	23/01/14
	Guilherme Ary Plonski	576.650.608-20	Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores	Ofício Consecti nº 0197/2011 – 19/04/2011 Resolução CA nº 110 – 28/06/2011	24/01/10	23/01/14
Estatuto	Odenildo Teixeira Sena	018.200.933-53	Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos	Ofício nº 01149/2008/CONSECTI – 10/07/2008 Resolução nº 78 – 29/09/08	28/06/11	04/07/12
	Renê Teixeira Barreira	018.208.933-53	Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos	Ofício CONFAP nº 026/2009 – 11/03/2009 Resolução CA nº 84 – 19/03/2009	29/09/08	18/04/11
	Mario Neto Borges	257.786.506-63	Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa	Carta FOPROP – 24/02/2010 Resolução CA nº 98 – 24/02/2010	19/03/09	18/03/13
	Jorge Luís Nicolas Audy	408.344250-68	Fórum dos Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação das Universidades Brasileiras	Carta CNPq nº 057/11 – 14/02/2011 Resolução CA nº 107 – 15/03/2011	24/02/10	23/01/14
Quantidade de reuniões do Conselho no exercício					**Ordinárias**	04
					Extraordinárias	00

Fonte: Administração CGEE

Quadro LXX - Quadro C.37.2 – Relação de membros do Conselho de Administração – IDSM

Membros do Conselho de Administração						
Representação	**Nome**	**CPF**	**Órgão que Representa**	**Ato de Designação**	**Período de Exercício**	
					Início	**Fim**
Poder Público	Dr. CARLOS ALFREDO JOLY	046.376.747-00	Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação - **MCTI**	E-mail enviado pelo Subsecretário da SCUP - Arquimedes Diogenes Ciloni, em data de 01/11/2011 às 19h:14	Novembro2011	Indeterminado
	Dra. NÁDIA D`ÁVILA FERREIRA **Suplente**: Sérgio Luiz Ferreira Gonçalves - CPF n.º 320.056.872-00	915.991.137-91	Secretaria de Estado de meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do estado do Amazonas – **SDS**	ATA DA XXXI REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO	17.08.2010	Indeterminado
	Dr. ONIVALDO RANDIG **Suplente**: Denise de Oliveira - CPF n.º 120.692.508-65	652.963.389-87	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – **CNPq**	OF.PR. nº 046/11, datado de 09/02/2011	Fevereiro 2011	Indeterminado
Da Sociedade Civil	Dr. LUIZ HILDEBRANDO PEREIRA DA SILVA	026.767.888-68	Academia Brasileira de Ciências - **ABC**	OF.PR. nº 353/10, datado de 26/11/2010	Novembro2010	Indeterminado
	Dr. ADALBERTO LUIS VAL	823.590.328-87	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - **SBPC**	ATA DA IV REUNIÃO ORDINÁRIA DO CA DO IDSM	01/10/01	Indeterminado
	Dr. ESTEVÃO VICENTE MONTEIRO DE PAULA	027.230.422-00	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - **INPA**	XXVIII REUNIÃO ORDINÁRIA DO CA DO IDSM	26/06/09	Indeterminado
Eleitos	Sra. ANA RITA PEREIRA ALVES	049.345.982-00	Associados do IDSM	ATA DA III ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DOS SÓCIOS - IDSM	29/02/12	28/02/2016
	Sr. OTACÍLIO SOARES BRITO	049.769.082-91	Funcionários do IDSM	ATA DA VI REUNIÃO DOS FUNCIONÁRIOS	06/10/11	05/10/15
Estatuto	Dra. IMA CÉLIA GUIMARÃES VIEIRA	180.330.242-91	Conselheiro de Notório Saber na Área Biológica	ATA DA XXXI REUNIÃO ORDI	17/08/10	16/08/14

				NÁRIA DO CA DO IDMS		
	Dr. AVÍLIO ANTÔNIO FRANCO	046.376.747-00	Conselheiro de Notório Saber na Área Ambiental	ATA DA XXXIII REUNIÃO ORDINÁRIA DO CA DO IDSM	17/02/11	16/02/15
	*Assento VAGO	*	Conselheiro de Notório Saber na Área Social	*	*	*
Quantidade de reuniões do Conselho no exercício				**Ordinárias**	**01**	
				Extraordinárias	**0**	

Fonte: Administração IDSM

Quadro LXXI - Quadro C.37.2 – Relação de membros do Conselho de Administração – IMPA

Membros do Conselho de Administração						
Representação	**Nome**	**CPF**	**Órgão que Representa**	**Ato de Designação**	**Período de Exercício**	
					Inicio	**Fim**
Natos	Eduardo Moacyr Krieger	015.326.426-49	Academia Brasileira de Ciências	Ata da 27ª Reunião	17 /12/2007	INDETERMINADO
	Jonas de Miranda Gomes	137.092.164-00	FIRJAN	Ata da 31ª Reunião	18/03/2009	INDETERMINADO
	José Fernando Perez	730.524.268-34	SBPC	Ata da1ª Reunião	13/12/1999	INDETERMINADO
	Glaucius Oliva	045.686.168-83	CNPq	Ata da 38ª Reunião	17/06/ 2011	INDETERMINADO
	Jorge Almeida Guimarães	048.563.847-91	MEC	Ata da 38ª Reunião	17/06/2011	INDETERMINADO
	Luiz Antonio Rodrigues Elias	590.900.767-53	MCTI	Ata da 40ª Reunião	09/12/ 2011	INDETERMINADO
Eleitos	Jacob Palis Júnior	044.718.307-91	IMPA	Ata da 35ª Reunião	19/09/2010	atual
	André Nachbin	667.272.867-87	IMPA	Ata da 35ª Reunião	19/09/2010	atual
	Carlos Ivan Simonsen Leal	441.982057-87	FGV	Ata da 27ª Reunião	17/12/2007	atual

	Luiz Davidovich	532.487.597-04	UFRJ	Ata da 27ª Reunião	17/12/2007	atual
Quantidade de reuniões do Conselho no exercício				**Ordinárias**	3	
				Extraordinárias	1	

Fonte: Administração IMPA

Quadro LXXII - Quadro C.37.2 – Relação de membros do Conselho de Administração - RNP

Membros do Conselho de Administração						
Representação	**Nome**	**CPF**	**Órgão que Representa**	**Ato de Designação**	**Período de Exercício**	
					Início	**Fim**
Poder Público	Virgilio Augusto Fernandes de Almeida	130.465.196-72	MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	Ofício MCTI nº 76/2011 de 21/02/2011	21/02/11	Atual
	Guilherme Euclides Brandão	225.345.201-72	MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	Ofício MCTI nº 176/ 2011 de 06/04/2011	06/04/11	Atual
	José Guilherme Moreira Ribeiro	357.969.281-04	MEC – Ministério da Educação	Ofício nº 162/2009/GM-MEC de 27/07/2009	27/07/09	Atual
	Cleber Bueno	480.221.791-91	MEC – Ministério da Educação	Ofício nº 176/2011/SE-MEC de 13/09/2011	13/09/11	Atual
Da Sociedade Civil	Ronaldo Alves Ferreira	558.742.741-20	Sociedade Brasileira de Computação - SBC	Ofício nº 009/2011/SBC/DIR de 12/08/2011	12/08/11	Atual
	Artur Ziviani	895.019.507-00	Laboratório Nacional de Redes de Computadores- LNCC	Ofício nº 001/2010 de 28/06/2010 do Conselho Técnico Cientifico do LARC	28/06/10	Atual

Eleitos	Adailton José Santos Silva	296.551.294-20	Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa	Ofício nº 0372/2010 / RNPc/COR de 27/07/2010	27/07/10	Atual
	Roberto Câmara de Araújo	539.065.604-06	Representante dos Pontos de Presença – PoP	Carta nomeação de 15/02/2011 do Ponto de Presença da Bahia	15/02/11	Atual
	Sérgio Vianna Fialho	315.102.307-00	Representante dos Pontos de Presença – PoP	Carta nomeação de 15/02/2011 do Ponto de Presença da Bahia	15/02/11	Atual
Quantidade de reuniões do Conselho no exercício (anual de 2011)				**Ordinárias**	6 reuniões	
				Extraordinárias	0	

Fonte: Administração RNP

Quadro LXXIII - Quadro C.37.3 – Informações sobre o custo de participação do membro nas reuniões – ABTLuS

Nome do Conselheiro	Nº de Reuniões de que o Conselheiro Participou no exercício	Ajuda de Custo (R$ 1,00)	
		2011	2010
Pedro Wongtschowski	4	0	0
Emilio Kazunoli Matsuo	2	0	0
Luiz Davidovich	0	0	0
Mariano Francisco Laplane	1	0	0
Pedro Antonio Arraes Pereira	1	566,69	0
José Geraldo Eugênio de França	4	3.457,40	3.101,11
Lucia Carvalho Pinto de Melo	3	2.981,50	3.154,29
Ricardo Magnus Osório Galvão	3	307,97	868,44
Luis Roberto Pogetti	1	0	0
Roberto de Rezende Barbosa	1	0	0
Antonio Rubens Britto de Castro	4	0	0
Isaias Raw	3	0	0
Jefferson Bettini	4	0	0
José Ellis Ripper Filho	4	0	0
Marco Antonio Raupp	1	727,34	0
Reginaldo dos Santos	0	0	0
Fernando Ferreira Costa	0	0	0
Rogério Cezar de Cerqueira Leite	3	0	0
Amir Ordacgi Caldeira	4	0	0
Edmundo José Correia Aires	3	0	0
José Fernando Perez	2	0	0
Fernando Claudio Zawislak	0	0	0
Celso Antonio Barbosa	2	49,02	83,22

Fonte: ABTLuS/DG/Secretaria Geral

Quadro LXXIV - Quadro C.37.3 – Informações sobre o custo de participação do membro nas reuniões – CGEE

Nome do Conselheiro	Nº de Reuniões de que o Conselheiro Participou no exercício	Ajuda de Custo (R$ 1,00)	
		2011	2010
O CGEE não paga ajuda de custo aos seus Conselheiros		-	-

Fonte: Administração CGEE

Quadro LXXV - Quadro C.37.3 – Informações sobre o custo de participação do membro nas reuniões - IDSM

Nome do Conselheiro	Nº de Reuniões de que	Ajuda de Custo (R$ 1,00)

	o Conselheiro Participou no exercício	2011	2010
Marilene Correa da Silva Freitas	3	0,00	0,00
Dra. Ima Célia Guimarães Vieira	5	3.459,46	1.193,24
Denise de Oliveira	1	420,00	0,00
Otacílio Soares Brito	1	2.381,70	0,00
Dr. Avílio Antonio Franco	2	420,00	0,00
Dr. Estevão Vicente Monteiro de Paula	2	1.056,20	0,00
Dra. Miriam Marmontel	5	1.073,90	2.134,04
Dr. Luiz Hildebrando Pereira da Silva	2	3.805,95	0,00
Paulo Roberto Souza	4	0,00	420,00
Guillermo Moisés Bendezú Estupiñán Representante Dr. Nádia Cristina	1	1.273,20	0,00
Dr. Adalberto Luiz Val	2	0,00	0,00
Dr. Onivaldo Randig	1	0,00	0,00
Lúcia Roberta Pradines Coelho	3	0,00	0,00
Dra. Magalli Henriques Representante do Dr. Estevão	1	0,00	315,00
Dr. Domingos Sávio M. dos S. Macedo Representante da Dra. Nádia Cristina	2	0,00	685,24
Dr. José Galizia Tundisi	2	0,00	1.560,31
TOTAL		**13.890,41**	**6.307,83**

Fonte: Contabilidade IDSM

Quadro LXXVI - Quadro C.37.3 – Informações sobre o custo de participação do membro nas reuniões - IMPA

Nome do Conselheiro	**Nº de Reuniões de que o Conselheiro Participou no exercício**	**Ajuda de Custo (R$ 1,00)**	
		2011	**2010**
Eduardo Moacyr Krieger	3	R$ 1.356,00	R$ 1.244,00
José Fernando Perez	4	R$ 1.808,00	R$ 792,00
Jorge Almeida Guimarães	3	R$ 1.356,00	-
José Monserrat Filho	2	-	R$ 1.792,00
Sandoval Carneiro Júnior	1	-	R$ 740,00
Glaucius Oliva	1	R$ 452,00	-

Fonte: Coordenação de Administração do IMPA

Quadro LXXVII - Quadro C.37.3 – Informações sobre o custo de participação do membro nas reuniões -RNP

Nome do Conselheiro	**Nº de Reuniões de que**	**Ajuda de Custo (R$ 1,00)**

	o Conselheiro Participou no exercício	2011	2010
Virgilio Augusto Fernandes de Almeida	6 reuniões (2011)	0 (zero)	0 (zero)
Guilherme Euclides Brandão	4 reuniões (2011)	0 (zero)	0 (zero)
José Guilherme Moreira Ribeiro	*5 reuniões (2011)* 4 reuniões (2010)	0 (zero)	0 (zero)
Cleber Bueno	2 reuniões (2011)	0 (zero)	0 (zero)
Adailton José Santos Silva	*5 reuniões (2011)* 3 reuniões (2010)	1.020,00 (diárias de viagens)	612,00 (diárias de viagens)
Roberto Camara de Araújo	5 reuniões (2011)	1.020,00 (diárias de viagens)	0 (zero)
Artur Ziviani	*5 reuniões (2011)* *2 reuniões (2010)*	1.020,00 (diárias de viagens)	408,00 (diárias de viagens)
Sérgio Vianna Fialho	*5 reuniões (2011)*	1.020,00 (diárias de viagens)	0 (zero)
Ronaldo Alves Ferreira	*2 reuniões (2011)*	408,00 (diárias de viagens)	0 (zero)

Fonte: Secretaria Executiva da Diretoria Geral RNP

Volume de recursos repassados às entidades privadas signatárias do Contrato de Gestão

Quadro LXXVIII - Quadro C.37.4 – Demonstração dos valores mensais repassados no exercício - ABTLuS

Identificação da Entidade Contratada			
Nome	Associação Brasileira de Tecnologia em Luz Síncrotron - ABTLuS		
CNPJ	01.576.817/0001-75		
Valores Repassados no exercício (R$ 1,00)			
No Primeiro Semestre		**No Segundo Semestre**	
Janeiro	R$ 1.000.000,00	**Julho**	R$ 11.725.000,00
Fevereiro		**Agosto**	R$ 20.623.000,00
Março		**Setembro**	R$ 11.723.000,00
Abril		**Outubro**	R$ 11.723.000,00
Maio	R$ 6.700.000,00	**Novembro**	
Junho	R$ 4.400.000,00	**Dezembro**	R$ 23.446.000,00
Total	R$ 12.100.000,00	**Total**	R$ 79.240.000,00

Fonte: SIAFI 2011

Quadro LXXIX - Quadro C.37.4 – Demonstração dos valores mensais repassados no exercício – CGEE

Identificação da Entidade Contratada	
Nome	Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE

CNPJ	04.724.690/0001-82		
Valores Repassados no exercício (R$ 1,00)			
No Primeiro Semestre		**No Segundo Semestre**	
Janeiro		**Julho**	
Fevereiro		**Agosto**	
Março		**Setembro**	
Abril		**Outubro**	R$ 5.850.000,00
Maio		**Novembro**	
Junho		**Dezembro**	
Total		**Total**	R$ 5.850.000,00

Fonte: SIAFI 2011

Obs.: Aproximadamente 5/6 dos recursos que fomentam o CGEE por meio do Contrato de Gestão são repassados diretamente pela interveniente Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP.

Quadro LXXX - Quadro C.37.4 – Demonstração dos valores mensais repassados no exercício – IDSM

Identificação da Entidade Contratada			
Nome	Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Mamirauá - IDSM		
CNPJ	03.119.820/0001-95		
Valores Repassados no exercício (R$ 1,00)			
No Primeiro Semestre		**No Segundo Semestre**	
Janeiro	R$ 530.000,00	**Julho**	
Fevereiro		**Agosto**	R$ 6.090.000,00
Março		**Setembro**	R$ 880.000,00
Abril		**Outubro**	R$ 880.000,00
Maio	R$ 5.300.000,00	**Novembro**	
Junho		**Dezembro**	R$ 1.760.000,00
Total	R$ 5.830.000,00	**Total**	R$ 9.610.000,00

Fonte: SIAFI 2011

Quadro LXXXI - Quadro C.37.4 – Demonstração dos valores mensais repassados no exercício – IMPA

Identificação da Entidade Contratada			
Nome	Associação Instituto de Matemática Pura e Aplicada – IMPA		
CNPJ	03.447.568/0001-43		
Valores Repassados no exercício (R$ 1,00)			
No Primeiro Semestre		**No Segundo Semestre**	
Janeiro	R$ 2.900.000,00	**Julho**	R$ 3.665.000,00
Fevereiro		**Agosto**	R$ 8.260.000,00
Março		**Setembro**	R$ 1.032.500,00
Abril		**Outubro**	R$ 1.032.500,00
Maio	R$ 10.500.000,00	**Novembro**	
Junho	R$ 3.665.000,00	**Dezembro**	R$ 2.065.000,00
Total	R$ 17.065.000,00	**Total**	R$ 16.055.000,00

Fonte: SIAFI 2011

Quadro LXXXII - Quadro C.37.4 – Demonstração dos valores mensais repassados no exercício - RNP

Identificação da Entidade Contratada	
Nome	Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

CNPJ	03.508.097/0001-36		
Valores Repassados no exercício (R$ 1,00)			
No Primeiro Semestre		**No Segundo Semestre**	
Janeiro	R$ 57.200.000,00	**Julho**	R$ 12.250.000,00
Fevereiro	R$ 6.130.633,20	**Agosto**	
Março		**Setembro**	R$ 28.482.605,45
Abril		**Outubro**	R$ 19.966.666,00
Maio	R$ 4.966.488,29	**Novembro**	R$ 2.800.000,00
Junho	R$ 8.283.511,71	**Dezembro**	*R$ 39.933.334,00
Total	**R$ 76.580.633,20**	**Total**	**R$ 103.432.605,45**

Fonte: SIAFI 2011

*Dos R$ 39.933.334,00 repassados em dezembro de 2011, R$ 15.166.667,00 foram repassados apenas em 30/12/2011, sendo inscritos em Restos a Pagar e recebidos pela RNP, portanto, apenas em janeiro de 2012.

Quadro LXXXIII - Quadro C.37.5 – Relação dos Dirigentes da Entidade Contratada por meio de Contrato de Gestão – ABTLuS

Identificação da Entidade Contratada						
Nome	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TECNOLOGIA DE LUZ SÍNCROTRON - ABTLuS					
CNPJ	01.576.817/0001-75					
Relação dos Dirigentes da Entidade Contratada						
Nome	**CPF**	**Área de Formação**	**Qualificação**	**Ato de Designação**	**Período de Exercício**	
					Início	**Fim**
Rogério Cezar de Cerqueira Leite	209.583.158-68	Física	Diretor-Geral *pro tempore*	Ata da 51ª Reunião do Conselho de Administração	11/12/09	31/05/10
Walter Colli	025.757.878-15	Medicina	Diretor-Geral	Ata da 53ª Reunião do Conselho de Administração	01/06/10	11/05/11
Rogério Cezar de Cerqueira Leite	209.583.158-68	Física	Diretor-Geral *pro tempore*	Ata da 57ª Reunião do Conselho de Administração	12/05/11	21/08/11
Carlos Alberto Aragão de Carvalho Filho	337.000.447-04	Física	Diretor-Geral	Ata da 58ª Reunião do Conselho de Administração	22/08/11	-

Quadro LXXXIV - Quadro C.37.5 – Relação dos Dirigentes da Entidade Contratada por meio de Contrato de Gestão – CGEE

Identificação da Entidade Contratada						
Nome	Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE					
CNPJ	04.724.690/0001-82					
Relação dos Dirigentes da Entidade Contratada						
Nome	**CPF**	**Área de Formação**	**Qualificação**	**Ato de Designação**	**Período de Exercício**	
					Início	**Fim**
Mariano Francisco Laplane	096.769.418-32	Economia	Gestão em	Eleito – 47ª Reunião	20/07/2011	Atual

			Ciência e Tecnologia	Resolução CA nº 113 do Conselho de Administração		
Lucia Carvalho Pinto de Melo	148.545.544-87	Engenharia	Gestão em Ciência e Tecnologia	Eleita - 24ª Reunião do CA - 01/11/2005 Posse - 14/12/2005	14/12/2005	20/07/2011
Marcio de Miranda Santos	618.397.877-91	Engenharia	Gestão em Ciência e Tecnologia	Eleito - 3ª Reunião CA - 24/01/2002.	24/01/2002	Atual
Antonio Carlos Filgueira Galvão	185.466.171-04	Economia	Gestão em Ciência e Tecnologia	Resolução CA nº 049/2006.	17/03/2006	Atual
Fernando Cosme Rizzo Assunção	204.240.867-00	Engenharia	Gestão em Ciência e Tecnologia	Resolução CA nº 55-A/2006 - 29/06/2006.	01/08/2006	Atual
Gerson Gomes	533.546.487-91	Economia	Gestão em Ciência e Tecnologia	Ata e Resolução nº 108 do Conselho de Administração.	17/03/2011	Atual
Edmundo Antonio Taveira Pereira	182.091.737-15	Psicologia	Gestão em Ciência e Tecnologia	Ordem Interna nº 85/2008 e Termo de Posse.	11/02/2008	Atual

Quadro LXXXV - Quadro C.37.5 – Relação dos Dirigentes da Entidade Contratada por meio de Contrato de Gestão - IDSM

Identificação da Entidade Contratada	
Nome	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ - IDSM
CNPJ	03.119.820/0001-95

Relação dos Dirigentes da Entidade Contratada

Nome	**CPF**	**Área de Formação**	**Qualificação**	**Ato de Designação**	**Período de Exercício**	
					Início	**Fim**
ANA RITA PEREIRA ALVES	049.345.982-00	Licenciada em Ciências Sociais	MSc.	Diretora Geral - Ata da V Reunião Ordinária do C.A	01/2002	09/2010
HELDER LIMA DE QUEIROZ	245.207.131-53	Bch.Ciências Biológicas	PhD.	Diretor Geral – Ata da XXXI Reunião Ordinária do C.A de	10/2010	Indeterminado

				Administração do IDSM		
SELMA SANTOS DE FREITAS	268.272.202-49	Bch.Ciências Contábeis	Esp.	Diretora Administrativa - Ata da XIV Reunião Ordinária do C.A Eletrônica	12/2004	Indeterminado
JOÃO VALSECCHI DO AMARAL	268.127.908-93	Bch.Ciências Biológicas	MSc	Diretor Técnico Científico – Ordem Interna Diretoria Geral Nº 04/2010	12/2010	Indeterminado
ISABEL SOARES DE SOUSA	257.842.772-00	Licenciada em Ciências Sociais	MSc.	Diretora de Manejo e Desenvolvimento - Ata XIII Reunião Ordinária do C. A	03/2004	Indeterminado

Quadro LXXXVI - Quadro C.37.5 – Relação dos Dirigentes da Entidade Contratada por meio de Contrato de Gestão - IMPA

Identificação da Entidade Contratada						
Nome	Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada - IMPA					
CNPJ	03.447.568/0001-43					
Relação dos Dirigentes da Entidade Contratada						
Nome	**CPF**	**Área de Formação**	**Qualificação**	**Ato de Designação**	**Período de Exercício**	
					Início	**Fim**
César Leopoldo Camacho Manco	290.266.957-72	Matemática	Doutor	40ª Ata do Conselho de Administração	2012	2015
Claudio Landim	825.738.597-20	Matemática	Doutor	41ª Ata do Conselho de Administração	---	---

Quadro LXXXVII - Quadro C.37.5 – Relação dos Dirigentes da Entidade Contratada por meio de Contrato de Gestão - RNP

Identificação da Entidade Contratada						
Nome	Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP					
CNPJ	03.508.097\0001-36					
Relação dos Dirigentes da Entidade Contratada (Diretoria Executiva)						
Nome	**CPF**	**Área de Formação**	**Qualificação**	**Ato de Designação**	**Período de Exercício**	
					Início	**Fim**

Nelson Simões da Silva	708.191.577-91	Engenheiro de Computação	Experiência em planejamento, execução e controle de redes de computadores.	Ata do Conselho de Administração de 12 de setembro em 2001	12/09/2001	Até o momento
Wilson Biancardi Coury	110.414.127-20	Engenheiro e Especialização em Planejamento	Experiência de gestão em organizações privadas e publicas.	Ata do Conselho de Administração de 14 de novembro de 2001	14/11/2001	Até o momento
Eduardo Cezar Grizendi	851.644.378-72	Engenheiro Eletrônico e Mestre em Telecomunicaçõe s	Experiência em Telecomunicações (Redes de Computadores, Comunicação de Dados, Gerência de Redes e Desenvolvimento de Negócios)	Ata do Conselho de Administração de 31 de outubro de 2011	31/10/2011	Até o momento
Michael Anthony Stanton	547.835.188-15	Matemático e Doutor em Matemática	Experiência em planejamento, execução e controle de redes de computadores.	Ata do Conselho de Administração de 27 de agosto de 2002	27/08/2002	Até o momento
José Luiz Ribeiro Filho	582.646.397-04	Engenheiro Eletrônico, Mestre e Doutor em Ciência da Computação	Experiência em planejamento, execução e controle de redes de computadores.	Ata do Conselho de Administração de 11 de agosto de 2008	11/08/2008	Até o momento

Quadro LXXXVIII - Quadro C.37.6 – Demonstrativo da remuneração do pessoal da entidade Signatária do Contrato de Gestão – ABTLuS

Identificação da Entidade Contratada						
Nome	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TECNOLOGIA DE LUZ SÍNCROTRON - ABTLuS					
CNPJ	01.576.817/0001-75					
Valor total para a execução do contrato no exercício (R$ 1,00)		**Exercício 2011**	**R$** 90.340.000,00			
		Exercício 2010	**R$** 67.091.000,00			
Quadro de Pessoal *versus* remuneração paga						
Exercícios	**Dirigentes**		**Empregados**		**Outros**	
	Qtde	**Remuneração total (R$ 1,00)**	**Qtde**	**Remuneração total (R$ 1,00)**	**Qtde**	**Remuneração total (R$ 1,00)**
2011	6	R$ 1.679.118,71	**364**	R$ 40.606.071,90	33	R$ 940.809,39
2010	5	R$ 1.279.779,80	**300**	R$ 29.930.739,25	37	R$ 622.480,95

Fonte: ABTLuS / Área de Recursos Humanos (ARH); Contrato de Gestão e Termos Aditivos.

Quadro LXXXIX - Quadro C.37.6 – Demonstrativo da remuneração do pessoal da entidade Signatária do Contrato de Gestão – CGEE

Identificação da Entidade Contratada						
Nome	Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE					
CNPJ	004.724.690/0001-82					
Valor total para a execução do contrato no exercício (R$ 1,00)		**Exercício 2011**	**R$** 7.050.000,00			
		Exercício 2010	**R$** 5.850.000,00			
Quadro de Pessoal *versus* remuneração paga						
Exercícios	**Dirigentes**		**Empregados**		**Outros**	
	Qtde	**Remuneração total (R$ 1,00)**	**Qtde**	**Remuneração total (R$ 1,00)**	**Qtde**	**Remuneração total (R$ 1,00)**
2011	06	R$ 2.114.569,73	75	R$ 10.438.731,78	14	R$ 372.323,55
2010	05	R$ 1.524.558,33	54	R$ 9.514.810,14	10	R$ 298.176,17

Quadro XC - Quadro C.37.6 – Demonstrativo da remuneração do pessoal da entidade Signatária do Contrato de Gestão – IDSM

Identificação da Entidade Contratada			
Nome	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ IDSM		
CNPJ	03.119.820/0001-95		
Valor total para a execução do contrato no exercício (R$ 1,00)	**Exercício 2011**	**R$** 14.410.000,00	
	Exercício 2010	**R$** 15.130.000,00	

Quadro de Pessoal *versus* remuneração paga						
Exercícios	**Dirigentes**		**Empregados**		**Outros**	
	Qtde	**Remuneração total (R$ 1,00)**	**Qtde**	**Remuneração total (R$ 1,00)**	**Qtde**	**Remuneração total (R$ 1,00)**
2011	04	R$ 776.647,62	**04**	R$ 5.966.491,05	161	R$ 6.743.138,67
2010	04	R$ 692.813,59	**04**	R$ 5.603.683,60	152	R$ 6.296.503,19

Fonte: Sistema RM/Labore Folha de Pagamento – IDSM; Contrato de Gestão e Termos Aditivos.
1º OBS: Em 2010, tivemos um total de 152 funcionários, sendo: 134 Ativos em 31/12/2010 é 18 demissões dentro do ano.
2º OBS: Em 2011, tivemos um total de 161 funcionários, sendo: 136 Ativos em 31/12/2011 è 25 demissões dentro do ano.

Quadro XCI - Quadro C.37.6 – Demonstrativo da remuneração do pessoal da entidade Signatária do Contrato de Gestão – IMPA

Identificação da Entidade Contratada			
Nome	Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada		
CNPJ	03.447.568/0001-43		
Valor total para a execução do contrato no exercício (R$ 1,00)	**Exercício 2011**	**R$** 54.875.000,00	
	Exercício 2010	**R$** 51.220.000,00	

Quadro de Pessoal *versus* remuneração paga						
Exercícios	**Dirigentes**		**Empregados**		**Outros**	
	Qtde	**Remuneração total (R$ 1,00)**	**Qtde**	**Remuneração total (R$ 1,00)**	**Qtde**	**Remuneração total (R$ 1,00)**
2011	02	143.373,00	104	9.952.660,12	53	-
2010	02	137.216,00	88	7.582.777,79	53	-

Fonte: Coordenação Financeira e Divisão de Recursos Humanos do IMPA; Contrato de Gestão e Termos Aditivos.

Quadro XCII - Quadro C.37.6 – Demonstrativo da remuneração do pessoal da entidade Signatária do Contrato de Gestão – RNP

Identificação da Entidade Contratada						
Nome	Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP					
CNPJ	03.508.097\0001-36					
Valor total para a execução do contrato no exercício (R$ 1,00)		**Exercício 2011**	**R$** 116.889.664,45			
		Exercício 2010	**R$** 109.313.914,56			
Quadro de Pessoal *versus* remuneração paga						
Exercícios	**Dirigentes**		**Empregados**		**Outros**	
	Qtde	**Remuneração total (R$ 1,00)**	**Qtde**	**Remuneração total (R$ 1,00)**	**Qtde**	**Remuneração total (R$ 1,00)**
2011	5	981.996,51	114	9.198.036,63	181	5.390.872,66
2010	5	825.282,58	96	6.846.479,22	187	5.517.664,13

Fonte: Gerência de Recursos Humanos da RNP; Contrato de Gestão e Termos Aditivos.

Quadro XCIII - Quadro C.37.7 – Relação dos membros da Comissão de Avaliação - CGEE

Identificação da Entidade Contratada						
Nome	Centro Gestão de Estudos Estratégicos - CGEE					
CNPJ	04.724.690/0001-82					
Relação dos Membros da Comissão de Avaliação						
Nome	**CPF**	**Área de Formação**	**Qualificação**	**Ato de Designação**	**Período de Exercício**	
					Início	**Fim**
FERNANDO DE NEILANDER RIBEIRO – Presidente e Titular (FINEP)	627.437.597-04	Bacharel em Ciências Sociais - UFRJ	Mestre em Planejamento Energético e Ambiental – Área Interdisciplinar de Energia – COPPE/UFRJ.	Portaria MCTI Nº 725/2010 Portaria MCTI Nº 891/2011	16/SET/10 25/NOV/11	24/NOV/11 Vigente
CRISTINA FÁTIMA DO RIO FERNANDES - FINEP (Suplente)	743.583.837-34	Ciências Biológicas	Não informado	Portaria MCT Nº 725/2010	16/SET/10	24/Nov/11
ALEXANDRE KALIL PIRES – Secretaria de Gestão - SEGES (Titular)	414.998.320-87	Eng. Química e Adm. de Empresas Públicas	Espec. em Administração de Ciência e Tecnologia	Portaria MCT Nº 725/2010 Portaria MCTI nº 891/2011 – DOU	16/SET/10 25/Nov/11	24/Nov/11 vigente
MARIA DA PENHA BARBOSA - SEGES (Suplente)	239.988.811-15	Psicologia – UNB	Especialista em Administração de Recursos Humanos	Portaria MCT Nº 725/2010	16/SET/10	24/Nov/11
AQUILINO SENRA MARTINEZ	384.070.277-15	Graduação em Física UFRJ, Brasil.	Doutorado em Engenharia Nuclear E Mestrado em Engenharia Nuclear - UFRJ (Conceito CAPES 6).	Portaria MCTI nº 891/2011 – DOU	25/Nov/11	vigente
CLAUDIA INÊS CHAMAS	010.865.587-31	Graduação em Engenharia	Mestrado e Doutorado em Políticas Públicas,	Portaria MCTI nº 891/2011 –	25/Nov/11	vigente

		Química . Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ	Estratégias e Desenvolvimento, do Instituto de Economia da (IE/UFRJ)	DOU		
JACQUES MARCOVITCH	Com pedido para sair da comissão.	Graduação em Administração de Empresas – USP	Livre-docência -USP . Pós-Doutorado . University of Génève. *Grande área:* Ciências Sociais Aplicadas	Portaria MCTI nº 891/2011 – DOU	25/Nov/11	vigente
MARIA REGINA PINTO DE GUSMÃO	040.863.408-10	Graduação em Administração Pública - Fundação Getulio Vargas.	Pós-Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas, a Administração Pública / Política Científica e Tecnológica.	Portaria MCTI nº 891/2011 – DOU	25/Nov/11	vigente
REGINA LUNA SANTOS DE SOUZA – Secretaria de Gestão - SEGES (Suplente)	418.037.011-53	Relações Internacionais	Doutorado: Ciência Política / Comunicação	Portaria MCTI nº 891/2011 – DOU	25/Nov/11	vigente
RUY DE ARAÚJO CALDAS	386.966.308-15	Graduado em Eng. Agronômica - Esc. Sup. de Agricultura	Doutorado em Bioquímica Vegetal / Cultura de Tecidos .	Portaria MCTI nº 891/2011 – DOU	25/Nov/11	vigente
SÉRGIO LUIZ MONTEIRO SALLES FILHO	728.058.977-49	Graduação em Engenharia Agronômica - UFRRJ	Doutorado em Ciência Econômica (Conceito CAPES 5) – UNICAMP.	Portaria MCTI nº 891/2011 – DOU	25/Nov/11	vigente
FELIZARDO PENALVA DA SILVA – CNPQ (Titular)	192.636.788-04	Analista em C&T. ?	?	Portaria MCT Nº 725/2010	16/SET/10	24/Nov/11
FLÁVIO COUTINHO DE CARVALHO – CNPQ (Suplente)	031.336.964-08	Comunicação Social	Mestre em Filosofia	Portaria MCT Nº 725/2010	16/SET/10	24/Nov/11

Quadro XCIV - Quadro C.37.7 – Relação dos membros da Comissão de Avaliação - IDSM

Identificação da Entidade Contratada						
Nome	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ – IDSM					
CNPJ	03.119.820/0001-95					
Relação dos Membros da Comissão de Avaliação						
Nome	**CPF**	**Área de Formação**	**Qualificação**	**Ato de Designação**	**Período de Exercício**	
					Início	**Fim**
ANA MARIA GIULIETTI HARLEY – MCT (Presidenta)	610.232.138-34	História Natural pela Faculdade de Filosofia do Recife	Doutorado em Ciências Biológicas (Botânica). Universidade de São Paulo, USP.	Portaria MCT nº 724/10 , Portaria MCTI Nº 889/2011	16/set/2010 25/Nov/11	24/Nov/11 vigente
EDSON BARCELOS DA SILVA – MCT (Especialista)	094.928.106-97	Graduação em Engenharia Agronomica. Universidade Federal de Viçosa, UFV,	Mestrado em Biologia (Ecologia). Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, INPA, Manaus	Portaria MCT nº 724/10	16/set/2010	24/Nov/11
LINDEMBERG DE LIMA BEZERRA – STN (Titular)	477.413.760-04	Bacharel em ciências econômicas, mestre em ciências econômicas	Pós-graduação: mestrado em economia no IPE-USP	Portaria MCT nº 724/10	16/set/2010	24/Nov/11
FELIPE PALMEIRA BARDELLA – STN (Suplente)	510.806.132-34	Bacharel em Engenharia Eletrônica.		Portaria MCT nº 724/10	16/set/2010	24/Nov/11
ALEXANDRE KALIL PIRES - Secretaria de Gestão - SEGES (Suplente)	414.998.320-87	Eng. Química e Adm. de Empresas Públicas	Espec. em Administração de Ciência e	Portaria MCTI Nº **891** ou 889/2011	25/Nov/11	vigente

			Tecnologia			
PAULO AFONSO VIEIRA FÚNIOR - SEGES (Titular)	829.892.146-15			Portaria MCT nº 724/10	16/set/2010	24/Nov/11
AUGUSTA AIKO UMEDA KUHN - SEGES (Suplente)	177.290.798-79	Engenheira Civil	Não informado	Portaria MCT nº 724/10	16/set/2010	24/Nov/11
ARIANE LUNA PEIXOTO – Especialista	298.179.607-06	Graduação em História Natural - UFRJ	Doutorado em Biologia Vegetal - UNICAMP	Portaria MCTI Nº 889/2011	25/Nov/11	vigente
CHARLES ROLAND CLEMENT – Especialista	075. 764-802-97	Mestrado em Biologia (com ënfase em Genética) Universidade Costa Rica.	Doutorado em Horticultura . University Of Hawaii	Portaria MCTI Nº 889/2011	25/Nov/11	vigente
DAVID GEORGE FRANCIS – Especialista		Graduação em Educação Agrícola . Ohio State University, O.S.U., Estados Unidos.	Doutorado em Sociologia do Desenvolvimento . Cornell University, C.U., Estados Unidos.	Portaria MCTI Nº 889/2011	25/Nov/11	vigente
EVLYN MÁRCIA LEÃO DE MORAES NOVO – Especialista		Graduação em Geografia - Univ. Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP	Doutorado em Geografia (Geografia Física) Universidade de São Paulo, USP	Portaria MCTI Nº 889/2011	25/Nov/11	vigente
LEONARDO DE AZEVEDO CALDERON – Especialista	026.810.686-06	Graduação em Ciências Biológicas - Universidade de Brasília, UNB, Br	Pós-Doutorado em Ciências Biológicas (Biologia Molecular) UNB	Portaria MCTI Nº 889/2011	25/Nov/11	vigente

REGINA LUNA SANTOS DE SOUZA – MP/SEGEP(Titular)	418.037.011-53	Relações Internacionais	Doutorado: Ciência Política / Comunicação	Portaria MCTI Nº 154/2012	29/FEV/12	Vigente
MARIA DA PENHA BARBOSA DA CRUZ - Secretaria de Gestão SEGES (Titular)	239.988.811-15	Psicologia – UNB	Especialista em Administração de Recursos Humanos	Portaria MCT nº 724/2010 Portaria MCTI Nº 889/2011	16/set/10 25/Nov/11	24/Nov/11 31/dez/11
RODRIGO LOFRANO ALVES DOS SANTOS – SEGES (Suplente)	689.273.201-15			Portaria MCT nº 724/2010	16/SET/10	24/Nov/11
NELSON MOURA BRASIL DO AMARAL SOBRINHO – Especialista	068.572.132-91	Graduação em Agronomia - UFRRJ,	Doutorado em Agronomia (Solos e Nutrição de Plantas) Universidade Federal de Viçosa, UFV,	Portaria MCTI Nº 889/2011	25/Nov/11	vigente
SONIA SENA ALFAIA – Especialista	068.572.132-91	Graduação em Agronomia . Universidade Federal do Amazonas, UFAM	Doutorado em Sciences Agronomiques . Institut National Polytechnique de Lorraine.	Portaria MCTI Nº 889/2011	25/Nov/11	vigente

Quadro XCV - Quadro C.37.7 – Relação dos membros da Comissão de Avaliação - IMPA

Identificação da Entidade Contratada	
Nome	ASSOCIAÇÃO INSTITUTO DE MATEMÁTICA PURA E APLICADA - IMPA
CNPJ	03.447.568/0001-43
Relação dos Membros da Comissão de Avaliação	

Nome	CPF	Área de Formação	Qualificação	Ato de Designação	Período de Exercício	
					Início	Fim
ABIMAEL FERNANDO DOURADO LOULA - Presidente	244.775.757-34	Graduação em Engenharia Civil - Universidade Federal da Bahia, UFBA,	Doutorado em Engenharia Mecânica - UFRJ	Portaria MCTI Nº 723/2010 Portaria MCT Nº 173/11 Portaria MCTI Nº 890/2011	16/SET/10 30/mar/11 25/Nov/11	29/mar/11 24/Nov/11 vigente
LILIA SOARES RAMOS DE FERREIRA – Secretaria de Gestão - SEGES (Suplente	309.846.531-04	Pedagogia/Adm. Escolar	MBA em Gestão de Serviços e Espec. Adm. em Recursos Humanos	Portaria MCTI Nº 890/2011	25/Nov/11	vigente
NELSON DELFINO D'ÁVILA MASCARENHAS – Especialista	075.040.124-91	Graduação em Engenharia Eletrônica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (19	mestrado em Engenharia Eletrônica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica e doutorado em Engenharia Elétrica - University of Southern California	Portaria MCTI Nº 890/2011	25/Nov/11	vigente
PAULO DOMINGOS CORDARO – Especialista	990.311.408-72	Graduado em Matemática Aplicada pela Universidade de São Paulo	Doutorado em Doutorado em Matemática . The State University of New Jersey, RUTGERES, Estados Unidos.	Portaria MCTI Nº 890/2011	25/Nov/11	vigente
ROBERTO RIBEIRO PATERLINI - Especialista	350.766.317-15	Graduação em Matemática . Universidade	Doutorado em Matemática - Associação Instituto	Portaria MCTI Nº 890/2011	25/Nov/11	vigente

		Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP	Nacional de Matemática Pura e Aplicada, IMPA			
SHEILA MARIA REIS RIBEIRO – Secretaria de Gestão - SEGES (Titular)	237.142.983-04	Assistência Social	Mestrado em Sociologia	Portaria MCTI Nº 890/2011	25/Nov/11	vigente
YUAN JIN YUN – Especialista	016.740.337-02	Graduação em Matematica . Nanjing Institute of Technology.		Portaria MCTI Nº 890/2011	25/Nov/11	vigente
ABRAMO HEFEZ – Especialista - MCT	373.019.507-72.	Graduação em Matemática . Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio	Doutorado em Matemática - Massachusetts Institute Of Technology.	Portaria MCTI Nº 723/2010 Portaria MCT Nº 173/11	16/Set/10 30/mar/11	29/mar/11 24/Nov/11
JUAN CARLOS GUILHERMO VALDIVIA MURILLO – STN (Titular)	037.638.417-41	Engenharia de Produção	Não possui	Portaria MCTI Nº 723/2010 Portaria MCT Nº 173/11	16/Set/10 30/mar/11	24/Nov/11 24/Nov/11
RODRIGO PARENTE VEVES – STN (Suplente)	770.012.437-20	Engenharia Mecânica	Não possui	Portaria MCT Nº 173/11	30/mar/11	24/Nov/11
NINA MARIA ARCELA – STN (Suplente)	636.474.787-68	Graduação em economia - PUC/RJ.	(*MBA*) em finanças e mercado de capitais - FGV/DF, Economia Moderna University – GWU. Mestrado - UnB. Analista de Finanças e Controle	Portaria MCTI Nº 723/2010	16/Set/10	24/Nov/11
SHEILA MARIA REIS RIBEIRO – SEGES (Titular)	237.142.983-04	Assistência Social	Mestrado em Sociologia	Portaria MCTI Nº 723/2010 Portaria MCTI	16/Set/10 30/mar/11	29/mar/11 24/Nov/11

				Nº 173/2011 Port. MCT nº 890/11	25/Nov/11	vigente
EVANDRO FERREIRA VASCONCELOS – SEGES (Suplente)	435.650.186-15	Engenheiro Industrial Mecânico	MBA em Administração	Portaria MCTI Nº 723/2010 Portaria MCTI Nº 173/2011	16/Set/10 30/mar/11	24/Nov/11 24/Nov/11
MILTON LUIZ TORRES PINHEIRO - SEGES (Titular)	120.683.458-70	Bacharel em Ciências Militares e Direito	Pós-graduação em Direito Constitucional Aplicado	Portaria MCTI Nº 723/2010 Portaria MCTI Nº 173/2011	16/Set/10 30/mar/11	24/Nov/11 24/Nov/11
PAULO AFONSO VIEIRA JUNIOR - SEGES (Suplente)	829.892.146-15			Portaria MCTI Nº 723/2010 Portaria MCTI Nº 173/2011	16/Set/10 30/mar/11	24/Nov/11 24/Nov/11

Quadro XCVI - Quadro C.37.7 – Relação dos membros da Comissão de Avaliação - RNP

Identificação da Entidade Contratada						
Nome	ASSOCIAÇÃO REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA - RNP					
CNPJ	05.508.097/0001-36					
Relação dos Membros da Comissão de Avaliação						
Nome	**CPF**	**Área de Formação**	**Qualificação**	**Ato de Designação**	**Período de Exercício**	
					Início	**Fim**
EDMUNDO ALBUQUERQUE DE SOUZA E SILVA – MCT (Presidente)	106.412.458-58	Engenharia Elétrica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.	Mestrado em Engenharia Elétrica pela Pontifícia Univ. Católica do RJ, doutorado em Ciência da Computação pela University Of California Los	Portaria MCT Nº 174/11 Portaria MCTI Nº 892/2010	30/mar/11 25/nov/11	24/Nov/11 vigente

			Angeles			
LUIZ FERNANDO GOMES SOARES – MCT	425.363.597/00	Graduação em Engenharia Elétrica - PUC-Rio	Mestre e Doutor em Engenharia Elétrica - PUC-Rio	Portaria MCT Nº 174/11	30/mar/11	24/Nov/11
ANTÔNIO JORGE GOMES ABELÉM – MCT (Especialista)	306.235.022-91	Graduação em Engenharia Elétrica - UFPA	Doutorado em Informática - PUC-Rio	Portaria MCTI Nº 892/2010	25/nov/11	vigente
EUGENIUS KASZKUREWICZ – Especialista	316.206.477-53	Graduação em Engenharia de Aeronáutica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica	Mestrado e doutorado em Engenharia de Sistemas e Computação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro	Portaria MCTI Nº 892/2010	25/nov/11	vigente
FLÁVIO RECH WAGNER – Especialista	221.074.010-04	Graduação em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Mestrado em Ciência da Computação pela mesma universidade e doutorado em Informática pela Universidade de Kaiserslautern, Alemanha	Portaria MCTI Nº 892/2010	25/nov/11	vigente
JOSÉ HENRIQUE DE LIMA CORREA DIEGUEZ BARREIRO - Especialista	011.102.937-63	Engenheiro Mecânico pela UERJ	Mestre em Ciências em Engenharia de Produção pela UFRJ/COPPE, Doutor em Administração e Economia de Empresas pela	Portaria MCTI Nº 892/2010	25/nov/11	vigente

			Universidade de Salamanca/USAL (Espanha)			
JOSÉ PALAZZO MOREIRA DE OLIVEIRA – Especialista	056.543.600-78	Graduação em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal do RS (1968).	Mestrado em Ciências da Computação pela Universidade Federal do RSul (1976) e doutorado em Informática pelo Instituto Nacional Politécnico de Grenoble (1984).	Portaria MCTI Nº 892/2011	25/nov/11	vigente
LILIA SOARES RAMOS DE FERREIRA – Secretaria de Gestão - SEGES (Suplente)	309.846.531-04	Pedagoga	MBA -Gestão de Serviços. Especialista em Adm. de Rrecuros Humanos	Portaria MCTI Nº 892/2011	25/nov/11	vigente
MARCELO KNÖRICH ZUFFO – Especialista	016.740.337-02	Engenheiro Eletricista pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (1989),	Mestre e Doutor em Engenharia Elétrica (1993) e (1997) e livre-docência na especialidade Meios Eletrônicos Interativos pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo	Portaria MCTI Nº 892/2011	25/nov/11	vigente
SHEILA MARIA REIS RIBEIRO – Secretaria de Gestão - SEGES (Titular)	237.142.983-04	Assistência Social	Mestrado em Sociologia	Portaria MCT Nº 174/2011 Portaria MCTI Nº 892/2010	30/mar/11 25/nov/11	24/Nov/11 vigente

EVANDRO FERREIRA VASCONCELOS - SEGES (Suplente)	435.650.186-15	Engenheiro Industrial Mecânico – Centro Federal de Educação e Tecn. MG.	MBA em Administração na BRDFORD – Inglaterra.	Portaria MCT Nº 174/2011	30/mar/11	24/Nov/11
JUAN CARLOS GUILHERMO VALDIVIA MURILLO – STN (Titular)	037.638.417-41	Engenharia de Produção	Não possui	Portaria MCTI Nº 174/2011	30/mar/11	24/Nov/11
RODRIGO PARENTE VEVES – STN (Suplente)	770.124.371-20	Engenharia Mecânica	Não possui	Portaria MCT Nº 174/2011	30/mar/11	24/Nov/11
LUCIANA RODRIGUES RIBEIRO - SEGES (Titular)	599.352.191-00	Administração	Não possui	Portaria MCT Nº 174/2011	30/mar/11	24/Nov/11
MILTON LUIZ TORRES PENHEIRO - SEGES (Suplente)	120.683.458-70	Bacharel em Ciências Militares e Direito	pós-graduação em Direito Constitucional Aplicado	Portaria MCT Nº 174/2011	30/mar/11	24/Nov/11

Quadro XCVII - Quadro C.37.7 – Relação dos membros da Comissão de Avaliação - ABTLuS

Identificação da Entidade Contratada						
Nome	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TECNOLOGIA DE LUZ SÍNCROTRON – ABTLuS,					
CNPJ	01.576.817/0001-75					
Relação dos Membros da Comissão de Avaliação						
Nome	**CPF**	**Área de Formação**	**Qualificação**	**Ato de Designação**	**Período de Exercício**	
					Início	**Fim**
CÉSAR ZUCCO – Presidente	019.401.559-91	Mestrado em Físico-Química	Pós-Doutorado. Áreas do conhecimento :	Portaria 726/2010 Portaria nº 888, DOU	16/set/10 25/Nov/11	24/Nov/11 vigente

			Físico-Química Orgânica			
ADALBERTO FAZZIO – Especialista	248.616.288-73	Graduação em Física - Univ. de Brasília, UNB	Doutorado em Física - Univ. de São Paulo, USP	Portaria nº 888, DOU	25/Nov/11	vigente
AMILTON SINATORA - Especialista	746.984.358-20	Engenheiro Metalúrgista pela Escola Politécnica da USP	Mestre e Doutor em Engenharia Mecânica pela Universidade Estadual de Campinas -SP	Portaria nº 888, DOU	25/Nov/11	vigente
CÉLIO PASQUINI - Especialista	016.719.268-03	Bacharel em Química pela Universidade Estadual de Campinas	mestrado em Química pela Universidade Estadual de Campinas	Portaria nº 888, DOU	25/Nov/11	vigente
CLAUDIA INÊS CHAMAS - Especialista	010.865.587-31	Graduação em Engenharia Química . Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ	Mestrado e Doutorado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, do Instituto de Economia da (IE/UFRJ)	Portaria nº 888, DOU	25/Nov/11	vigente
JOSELENE PEREIRA LEMOS SEGES (Su*plent*e)	893.107.561-87	Química	Espec. Gestão de Pessoas no Serviço Público	Portaria nº 888, DOU	25/Nov/11	vigente
LÚCIA CARVALHO PINTO DE	148.545.544-87		Mestre em Física	Portaria nº 888, DOU	25/Nov/11	vigente

MELO – Especialista						
MARCELO PEREIRA DE ARAUJO - SEGES (Titular)	722.209.376-15	Economista	Só graduado	Portaria nº 888, DOU	25/Nov/11	vigente
MARIA BEATRIZ MACHADO BONACELLI - Especialista	137.680.608-88	graduada em Ciências Econômicas (IE/Universidade Estadual de Campinas	Especialização em Economia do Sistema Agroalimentar (CeFAS, Viterbo, Itália, mestrado em Política Científica e Tecnológica (DPCT/IG/Unicamp,	Portaria nº 888, DOU	25/Nov/11	vigente
ROSILENE KUHLMANN PEREIRA PERES-STN (Titular) ANDERSON DE SÁ ALMEIDA (Suplente)	261.903.381-00	Administração de Empresas	Não possui	Portaria 726/2010	16/set/10	24/Nov/11
MARCELO PREIRA DE ARAUJO – SEGES(Titular	722.209.376-15	Economista	Não possui	Portaria 726/2010	16/set/10	24/Nov/11
ANTONIO AUGUSTO IGNÁCIO AMARAL – SEGES (Suplente)	848.359.581-87			Portaria 726/2010	16/set/10	24/Nov/11
AGUSTA AIKO UMEDA KUHN SEGES(Titular	177.290.798-79	Engenheira Civil	Não possui	Portaria 726/2010	16/set/10	24/Nov/11
LUCIANA RODRIGUES RIBEIRO - SEGES (Suplente)	599.352.191-00	Administração	Não possui	Portaria 726/2010	16/set/10	24/Nov/11

Quadro XCVIII - Quadro C.37.8 – Demonstrativo das prestações de contas apresentadas no exercício - ABTLuS

Identificação da Entidade Contratada		
Nome	ABTLuS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TECNOLOGIA DE LUZ SINCROTRON	
CNPJ	01.576.817/0001-75	
Informações da Prestação de Contas		
Data da apresentação	28/02/2012	
Período de Referência	**Data Início**	Janeiro/2011
	Data Fim	Dezembro/2011
Dados do D.O.U. de publicação	Nº 51, seção 3, pág. 182,-185, 14/03/2012.	
Situação da Análise	Concluída	
Decisão	Aprovada pelo Conselho de Administração em sua 60ª reunião ordinária em 09/03/2012.	

Quadro XCIX - Quadro C.37.8 – Demonstrativo das prestações de contas apresentadas no exercício – CGEE

Identificação da Entidade Contratada		
Nome	CGEE – CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS	
CNPJ	04.724.690/0001-82	
Informações da Prestação de Contas		
Data da apresentação	01/03/2012	
Período de Referência	**Data Início**	Janeiro/2011
	Data Fim	Dezembro/2011
Dados do D.O.U. de publicação	Nº 51, seção 3, pág. 191-193, 14/03/2012	
Situação da Análise	Concluída	
Decisão	Aprovada pela resolução nº 125 do Conselho de Administração, em 28/02/2012.	

Quadro C - Quadro C.37.8 – Demonstrativo das prestações de contas apresentadas no exercício - IDSM

Identificação da Entidade Contratada			
Nome	IDSM – INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ		
CNPJ	03.119.820/0001-95		
Informações da Prestação de Contas			
Data da apresentação	29/02/2012		
Período de Referência	**Data Início**	Janeiro/2011	
	Data Fim	Dezembro/2011	
Dados do D.O.U. de publicação	Nº 53, seção 3, pág. 174-176, 16/03/2012		
Situação da Análise	Concluída		
Decisão	Aprovada pelo Conselho de Administração em sua 36ª reunião ordinária em 28/02/2012.		

Quadro CI - Quadro C.37.8 – Demonstrativo das prestações de contas apresentadas no exercício – IMPA

Identificação da Entidade Contratada			
Nome	IMPA – INSTITUTO DE MATEMÁTICA PURA E APLICADA		
CNPJ	03.447.568/0001-43		
Informações da Prestação de Contas			
Data da apresentação	06/03/2012		
Período de Referência	**Data Início**	Janeiro/2011	
	Data Fim	Dezembro/2011	
Dados do D.O.U. de publicação	Nº 52, seção 3, pág. 186-190, 15/03/2012		
Situação da Análise	Concluída		
Decisão	Aprovada pelo Conselho de Administração em sua 41ª reunião em 02/03/2012.		

Quadro CII - Quadro C.37.8 – Demonstrativo das prestações de contas apresentadas no exercício - RNP

Identificação da Entidade Contratada			
Nome	RNP - ASSOCIAÇÃO REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA		
CNPJ	03.508.097\0001-36		
Informações da Prestação de Contas			
Data da apresentação	12/03/2012		
Período de Referência	**Data Início**	01/01/2011	
	Data Fim	21/12/2011	
Dados do D.O.U. de publicação	Nº 43, seção 3, pág. 163-168, 2/03/2012		
Situação da Análise	Concluída		
Decisão	Aprovada pelo Conselho de Administração em 23/02/2012.		

Quadro CIII- Quadro C.37.9 – Valores repassados e avaliação das metas do contrato de gestão – ABTLuS

Identificação da Entidade Contratada	
Nome	Associação Brasileira de Tecnologia em Luz Síncrotron - ABTLuS
CNPJ	01.576.817/0001-75

Recursos Financeiros (R$ 1,00)				
Valores Pactuados		**Valores Repassados**		**Repasse previsto para o exercício seguinte**
Global	**Para o Exercício**	**No Exercício**	**Acumulado Até o Exercício**	
478.447.000,00	90.340.000,00	91.340.000,00	109.091.000,00	87.646.730,00

Meta

Descrição da Meta		**Número de propostas realizadas nas instalações abertas**
Meta do Exercício	Pactuada	850
	Realizada	917
	% Realização	108%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	106%
	2009	141%

Descrição da Meta		**Índice de satisfação dos usuários**
Meta do Exercício	Pactuada	85%
	Realizada	85%
	% Realização	100%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	112%
	2009	113%

Descrição da Meta		**Número total de publicações**
Meta do Exercício	Pactuada	300
	Realizada	337
	% Realização	112%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	126%
	2009	119%

Descrição da Meta		**Publicações em revistas com fator de impacto >5**
Meta do Exercício	Pactuada	23
	Realizada	36
	% Realização	156%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	127%
	2009	133%

Descrição da Meta		**Número de horas-linhas disponíveis para usuários das Linhas de Luz**
Meta do Exercício	Pactuada	53.400
	Realizada	50.390

	% Realização	94%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	124%
	2009	102%

Descrição da Meta		**Confiabilidade da Fonte de Luz Síncrotron**
Meta do Exercício	Pactuada	95%
	Realizada	97,6%
	% Realização	103%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	103%
	2009	103%

Descrição da Meta		**Grau de satisfação no uso da Fonte de Luz Síncrotron**
Meta do Exercício	Pactuada	70%
	Realizada	70%
	% Realização	100%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	107%
	2009	0,94%

Descrição da Meta		**Índice de ocupação das Linhas de Luz**
Meta do Exercício	Pactuada	85%
	Realizada	91%
	% Realização	107%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	100%
	2009	115%

Descrição da Meta		**Grau de implantação do Projeto da Planta-Piloto para Desenvolvimento de Processos (PPDP) para etanol de 2ª geração**
Meta do Exercício	Pactuada	40%
	Realizada	40%
	% Realização	100%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	Pactuada para 2011
	2009	Pactuada para 2011

Descrição da Meta		**Publicação resultante por pesquisador**
Meta do Exercício	Pactuada	2,5
	Realizada	2,1
	% Realização	0,84%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	205%
	2009	116%

Descrição da Meta	**Taxa de Orientação de pós-graduados**

Meta do Exercício	Pactuada	2,0
	Realizada	1,2
	% Realização	0,60%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	153%
	2009	147%

Descrição da Meta		**Taxa de Orientação de pós-doutores**
Meta do Exercício	Pactuada	1,0
	Realizada	0,63
	% Realização	63%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	0,64%
	2009	0,63%

Descrição da Meta		**Número de memorandos técnicos disponíveis internet**
Meta do Exercício	Pactuada	10
	Realizada	10
	% Realização	100%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	100%
	2009	143%

Descrição da Meta		**Número de projetos científicos internos do LNBio**
Meta do Exercício	Pactuada	12
	Realizada	25
	% Realização	208%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	130%
	2009	Pactuado para 2010

Descrição da Meta		**Número de projetos de desenvolvimento tecnológico**
Meta do Exercício	Pactuada	16
	Realizada	23
	% Realização	144%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	100%
	2009	125%

Descrição da Meta		**Curso de treinamento técnico**
Meta do Exercício	Pactuada	70
	Realizada	87
	% Realização	124%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	158%
	2009	104%

Descrição da Meta		**Horas de treinamento de técnicos externos**
Meta do Exercício	Pactuada	84.000
	Realizada	112.979
	% Realização	134%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	160%
	2009	109%

Descrição da Meta		**Horas de treinamento de pesquisadores externos**
Meta do Exercício	Pactuada	10.000
	Realizada	10.401
	% Realização	104%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	651%
	2009	191%

Descrição da Meta		**Alavancagem de recursos do Contrato de Gestão**
Meta do Exercício	Pactuada	30%
	Realizada	23%
	% Realização	0,77%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	110%
	2009	207%

Indicadores específicos do Laboratório Nacional de Ciência e Tecnologia do Bioetanol (CTBE), - objeto do primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Gestão MCTI/ABTLuS

Descrição da Meta		**Término da montagem dos grupos de pesquisa do CTBE** I**ndicador**: pessoal contratado
Meta do Exercício	Pactuada	Montagem de laboratórios e equipes do Programa de Pesquisa Básica
	Realizada	Realizada
	% Realização	100%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	Pactuado para 2011
	2009	Pactuado para 2011

Descrição da Meta		**Formação de um banco de dados a partir dos experimentos realizados por pesquisadores do programa** **Indicador**: ferramenta implementada e disponível
Meta do Exercício	Pactuada	Montagem de laboratórios e equipes do programa de Pesquisa Básica
	Realizada	Não Realizada
	% Realização	0%
% de Realização da Meta de Exercícios	2010	Pactuado para 2011
	2009	Pactuado para 2011

Anteriores		

Descrição da Meta		**Caracterização física e química da biomassa de cana-de-açúcar** **Indicador**: relatório de acompanhamento
Meta do Exercício	Pactuada	Pesquisa do Programa de Pesquisa Básica
	Realizada	Realizada
	% Realização	100%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	Pactuado para 2011
	2009	Pactuado para 2011

Descrição da Meta		**Ensaios de pré-tratamento de bagaço de cana-de-açúcar** **Indicador**: relatório de acompanhamento
Meta do Exercício	Pactuada	Pesquisa do Programa de Pesquisa Básica
	Realizada	Realizada
	% Realização	100%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	Pactuado para 2011
	2009	Pactuado para 2011

Descrição da Meta		**Produção e caracterização de enzimas de microorganismos e plantas** **Indicador**: relatório de acompanhamento
Meta do Exercício	Pactuada	Pesquisa do Programa de Pesquisa Básica
	Realizada	Realizada
	% Realização	100%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	Pactuado para 2011
	2009	Pactuado para 2011

Descrição da Meta		**Estudos sobre a transcriptômica e metabolômica de espécies selecionadas de fungos e de leveduras** **Indicador**: relatório de acompanhamento
Meta do Exercício	Pactuada	Pesquisa do Programa de Pesquisa Básica
	Realizada	Realizada
	% Realização	100%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	Pactuado para 2011
	2009	Pactuado para 2011

Descrição da Meta		**Estudos de ação de enzimas sobre polissacarídeos** **Indicador:** relatório de acompanhamento
Meta do Exercício	Pactuada	Pesquisa do Programa de Pesquisa Básica
	Realizada	Meta realizada
	% Realização	100%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	Pactuado para 2011
	2009	Pactuado para 2011

Descrição da Meta		**Realização de ensaios de hidrólise e fermentação** **Indicador**: relatório de acompanhamento
Meta do Exercício	Pactuada	Pesquisa do Programa de Pesquisa Básica
	Realizada	Realizada
	% Realização	100%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	Pactuado para 2011
	2009	Pactuado para 2011

Descrição da Meta		**Desenvolvimento da técnica de Engenharia Fisiológica, com aplicação de inibidores metabólicos** **Indicador**: relatório de acompanhamento
Meta do Exercício	Pactuada	Pesquisa do Programa de Pesquisa Básica
	Realizada	Realizada
	% Realização	100%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	Pactuado para 2011
	2009	Pactuado para 2011

Descrição da Meta		**Seminários** **Indicador:** quinze seminários realizados
Meta do Exercício	Pactuada	Articulação do Programa de Pesquisa Básica
	Realizada	Realizada
	% Realização	100%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	Pactuado para 2011
	2009	Pactuado para 2011

Descrição da Meta		**Executar projeto básico, executivo e montagem dos equipamentos (da PPDP)** **Indicador**: equipamentos instalados
Meta do Exercício	Pactuada	Disponibilizar a PPDP a usuários do Programa Industrial
	Realizada	Realizada
	% Realização	100%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	Pactuado para 2011
	2009	Pactuado para 2011

Descrição da Meta		**Comissionamento e Start-up parciais da PPDP** **Indicador**: PPDP parcialmente disponível para usuários (4 de 10 módulos)
Meta do Exercício	Pactuada	Disponibilizar a PPDP a usuários do Programa Industrial
	Realizada	Realizada
	% Realização	100%
% de Realização da Meta de Exercícios	2010	Pactuado para 2011
	2009	Pactuado para 2011

Anteriores		

Descrição da Meta		**Planejamento experimental de plantio direto em campo** **Indicador**: planejamento concluído
Meta do Exercício	Pactuada	Desenvolvimento Estruturado de Tráfego Controlado (ETC – Máquina base) do Projeto de Mecanização de Baixo Impacto do Programa Agrícola
	Realizada	Realizada
	% Realização	100%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	Pactuado para 2011
	2009	Pactuado para 2011

Descrição da Meta		**Unidade piloto de limpeza e picagem** **Indicador**: unidade montada em laboratório protótipo
Meta do Exercício	Pactuada	Desenvolvimento da frente de colheita do Projeto Frente de Colheita do Programa Agrícola
	Realizada	Realizada
	% Realização	100%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	Pactuado para 2011
	2009	Pactuado para 2011

Descrição da Meta		**Projeto temático agricultura de precisão** **Indicador**: documento do projeto temático concluído
Meta do Exercício	Pactuada	Desenvolvimento da Agricultura de Precisão do Programa Agrícola
	Realizada	Realizada
	% Realização	100%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	Pactuado para 2011
	2009	Pactuado para 2011

Descrição da Meta		**Simulação para produção de etanol de primeira geração, açúcar e eletricidade (Rota1)** **Indicador**: Relatório de simulação
Meta do Exercício	Pactuada	Desenvolvimento da Biorrefinaria Virtual de cana-de-açúcar (BVC) do Programa de Avaliação Tecnológica
	Realizada	Realizada
	% Realização	100%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	Pactuado para 2011
	2009	Pactuado para 2011

Descrição da Meta	**Consolidação e validação do Banco de Dados**

		(Rota1) **Indicador:** Banco de dados validado
Meta do Exercício	Pactuada	Desenvolvimento da Biorrefinaria Virtual de cana-de-açúcar (BVC) do Programa de Avaliação Tecnológica
	Realizada	Meta parcialmente realizada
	% Realização	50%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	Pactuado para 2011
	2009	Pactuado para 2011

Descrição da Meta		**Construção de fluxogramas para BVX para produção de bioetanol de segunda geração por hidrólise (Rota2)** **Indicador**: fluxogramas concluídos
Meta do Exercício	Pactuada	Desenvolvimento da Biorrefinaria Virtual de cana-de-açúcar (BVC) do Programa de Avaliação Tecnológica
	Realizada	Realizada
	% Realização	100%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	Pactuado para 2011
	2009	Pactuado para 2011

Descrição da Meta		**Elaboração de cenários refletindo possíveis melhorias nas tecnologias atualmente em uso e com a introdução das tecnologias de 2ª geração (preliminar), atualmente em desenvolvimento** **Indicador**: relatório parcial de cenários
Meta do Exercício	Pactuada	Estudo de impacto de novas tecnologias
	Realizada	Realizada
	% Realização	100%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	Pactuado para 2011
	2009	Pactuado para 2011

Descrição da Meta		**Montagem de um banco de dados para o cultivo e processamento de cana-de-açúcar, produção e distribuição de fertilizantes, produção e distribuição de combustíveis fósseis, estoques de carbono acima e no solo para diferentes culturas e regiões** **Indicador**: banco de dados parcialmente implementado
Meta do Exercício	Pactuada	Banco de Dados de Sustentabilidade
	Realizada	Realizada
	% Realização	100%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	Pactuado para 2011
	2009	Pactuado para 2011

Descrição da Meta		**Análise de ciclo de vida das emissões de GEE do etanol para os cenários mais promissores (inclusive integração com a produção de biodiesel) e para a gasolina brasileira** **Indicador:** relatório técnico parcial
Meta do Exercício	Pactuada	Análise de ciclo de vida
	Realizada	Realizada
	% Realização	100%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	Pactuado para 2011
	2009	Pactuado para 2011

Descrição da Meta		**Consolidação dos dados existentes na literatura sobre os impactos das mudanças diretas de uso do solo devido à expansão da cana-de-açúcar nos últimos 10 anos. Definição das tendências para a próxima década** **Indicador**: relatório técnico parcial
Meta do Exercício	Pactuada	Definição de tendências
	Realizada	Realizada
	% Realização	100%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	Pactuado para 2011
	2009	Pactuado para 2011

Descrição da Meta		**Elaboração de documento sobre relações com a indústria** **Indicador**: documento aprovado
Meta do Exercício	Pactuada	Relacionamento com o Setor Privado
	Realizada	Realizada
	% Realização	100%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	Pactuado para 2011
	2009	Pactuado para 2011

Descrição da Meta		**Assinaturas de acordos/convênios com instituições públicas e/ou privadas, com o intuito de desenvolver trabalhos conjuntos** **Indicador**: um termo aditivo correspondendo a um projeto
Meta do Exercício	Pactuada	Articulação com outras instituições (nacionais/internacionais)
	Realizada	Realizada
	% Realização	100%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	Pactuado para 2011
	2009	Pactuado para 2011

Descrição da Meta	**Planejamento e Gerenciamento (físico e**

		financeiro) das atividades do laboratório **Indicador**: relatórios de acompanhamento
Meta do Exercício	Pactuada	Gestão e manutenção das atividades
	Realizada	Realizada
	% Realização	100%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	Pactuado para 2011
	2009	Pactuado para 2011

Indicadores Específicos do Projeto da Nova Fonte de Luz Síncrotron – SIRIUS
- objeto do primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Gestão MCTI/ABTLuS

Descrição da Meta		**Projetos executivos e construção de cabeças de série dos magnetos DC e câmaras de vácuo**
Meta do Exercício	Pactuada	Magnetos DC e Câmaras de Vácuo
	Realizada	Em andamento: adequação dos conceitos demonstrada por meio de protótipos.
	% Realização	Parcialmente realizada
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	Pactuado para 2011
	2009	Pactuado para 2011

Descrição da Meta		**Desenvolvimento e fabricação de cabeças de série de kicker e septa**
Meta do Exercício	Pactuada	Magnetos Pulsados
	Realizada	Kicker multipolar fabricado e testado; o trabalho no septum foi adiado
	% Realização	Parcialmente realizada
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	Pactuado para 2011
	2009	Pactuado para 2011

Descrição da Meta		**Fabricação e teste de monitores de posição para anel e booster**
Meta do Exercício	Pactuada	Sistema de Diagnóstico
	Realizada	Em andamento; tarefa adiada em função de atrasos no projeto do sistema de vácuo
	% Realização	Parcialmente realizada
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	Pactuado para 2011
	2009	Pactuado para 2011

Descrição da Meta		**Fabricação e teste do novo sistema de controle na Fonte atual**
Meta do Exercício	Pactuada	Sistema de Controle
	Realizada	Testes efetuados em sistema parcial implantado no Anel existente
	% Realização	Parcialmente realizada
% de Realização da	2010	Pactuado para 2011

Meta de Exercícios Anteriores	2009	Pactuado para 2011

Descrição da Meta		**Fabricação de cabeças de série das fontes de alimentação DC**
Meta do Exercício	Pactuada	Fontes de Alimentação
	Realizada	Em andamento; primeiro lote de fontes de corretoras fabricado
	% Realização	Parcialmente realizada
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	Pactuado para 2011
	2009	Pactuado para 2011

Descrição da Meta		**Fabricação de dois berços e testes de vibração e estabilidade**
Meta do Exercício	Pactuada	Sistema de Sustentação e Alinhamento
	Realizada	Em projeto: tarefa adiada por falta de recursos humanos disponíveis.
	% Realização	Parcialmente realizada
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	Pactuado para 2011
	2009	Pactuado para 2011

Descrição da Meta		**Fabricação e teste do primeiro amplificador de potência em 500 MHz**
Meta do Exercício	Pactuada	Sistema de Radiofrequência
	Realizada	Tarefa adiada por falta de recursos humanos disponíveis
	% Realização	Não realizada
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	Pactuado para 2011
	2009	Pactuado para 2011

Descrição da Meta		**Anteprojeto das obras e instalações para a Fonte de Luz Síncrotron**
Meta do Exercício	Pactuada	Obras civis para a Fonte
	Realizada	Concluído
	% Realização	100%
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	2010	Pactuado para 2011
	2009	Pactuado para 2011

Fonte: Administração ABTLuS ; Relatório de Gestão Anual 2010 e 2011; SIAFI

Quadro CIV - Quadro C.37.9 – Valores repassados e avaliação das metas do contrato de gestão - RNP

Identificação da Entidade Contratada	
Nome	Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP
CNPJ	03.508.097\0001-36
Recursos Financeiros (R$ 1,00)	

Valores Pactuados		Valores Repassados		Repasse previsto para o exercício seguinte
Global	Para o Exercício	No Exercício	Acumulado Até o Exercício	
1.053.279.000,00	116.889.664,45	**180.013.238,65	180.526.238,65	162.579.000,00

Acompanhamento das metas estabelecidas			
Descrição da meta		**Taxa de Oferta de Serviços Experimentais Oriundos de Grupos de Trabalho (GTs) de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)** O indicador mede o potencial da oferta de serviços experimentais e plataformas oriundos do Programa Grupos de Trabalho de P&D (GT-RNP) em redes avançadas. Entende-se por plataformas os produtos de software que podem ser utilizados para compor serviços e soluções que ampliem as ofertas para os clientes da RNP. Os GTs realizam pesquisa e desenvolvimento tecnológico em novos protocolos, serviços e aplicações de rede, com o objetivo de promover a evolução e a inovação da rede como infraestrutura para pesquisa e educação. Após duas fases de desenvolvimento, tipicamente em anos consecutivos, é possível declarar se o resultado alcançado pelo GT possui potencial para ser aproveitado como serviço experimental na rede.	
Meta do exercício	Pactuada	69%	
	Realizada	69%	
	% Realização	100%	
% de realização da meta de exercícios anteriores	Exercícios	2010	Não se aplica*
		2009	Não se aplica*
Descrição da meta		**Número de Iniciativas Estruturantes de Desenvolvimento Tecnológico** O indicador mede o número de iniciativas de desenvolvimento tecnológico em que a RNP participa de forma colaborativa em âmbito nacional ou internacional e que possuem características estruturadoras das ofertas de valor da organização. Estas iniciativas são realizadas em áreas temáticas consideradas de fronteira e estratégicas, como pesquisa em redes experimentais, novos protocolos, serviços e aplicações avançadas.	
Meta do exercício	Pactuada	3U	
	Realizada	3U	
	% Realização	100%	
% de realização da meta de exercícios anteriores	Exercícios	2010	Não se aplica*
		2009	Não se aplica*
Descrição da meta		**Índice de Qualidade da Rede** O indicador expressa a qualidade do serviço de conectividade da rede Ipê oferecido aos seus usuários. A qualidade é aferida	

		por meio da pontuação combinada de duas medidas de desempenho da rede: taxa média de perda de pacotes e retardo médio de entrega de pacotes. Os dois parâmetros são sensíveis a problemas de congestionamento e outras situações que indicam desempenho inadequado da rede, independentemente da sua capacidade (banda). A degradação da qualidade é rapidamente percebida pelos usuários, o que faz o indicador ser capaz de caracterizar plenamente o desempenho da rede.	
Meta do exercício	**Pactuada**	**100%**	
	Realizada	**136,32%**	
	% Realização	**136,32%**	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2010**	**89,46%**
		2009	**107,18%**
Descrição da meta		**Percentual de Disponibilidade Média da Rede** O indicador permite aferir a continuidade dos serviços de trânsito nacional e internacional, observada a partir dos Pontos de Presença (PoPs) estaduais, e a ação gerenciadora da RNP, feita junto aos provedores de serviços que contribuem para o funcionamento da rede núcleo. Sempre com o objetivo de buscar o mínimo de interrupções da rede.	
Meta do exercício	**Pactuada**	**99,80%**	
	Realizada	**99,75%**	
	% Realização	**99,95%**	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2010**	**100,02%**
		2009	**100,05%**
Descrição da meta		**Percentual de Organizações Atendidas na Capacidade Adequada** O indicador avalia o grau de sucesso na implantação de capacidade adequada na interligação de organizações usuárias à rede, de acordo com patamares de velocidade estabelecidos no Plano Operacional da Rede acordado com o Comitê Gestor (CG-RNP) do Programa Interministerial para o Desenvolvimento e Manutenção da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (Programa Interministerial RNP) no ano anterior ao da apuração do indicador.	
Meta do exercício	**Pactuada**	**0%** Obs.: a meta para o indicador foi definida pelo Comitê Gestor em setembro de 2011. O valor reflete o entendimento do Comitê de que não foram dadas as condições para que a RNP desenvolvesse ações capazes de promover a conexão das instituições clientes ainda em 2011	
	Realizada	**Não se aplica**	
	% Realização	**Não se aplica**	

% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2010**	**141,18%**
		2009	**76%**
Descrição da meta		**Número de Serviços em Produção** O indicador reflete a oferta de serviços da RNP – distribuídos nas categorias comunicação e colaboração, disponibilização de conteúdos digitais, gestão de identidade, hospedagem estratégica e suporte à rede acadêmica – , em nível de produção, às suas instituições usuárias. Por ser cumulativo, contempla, além da introdução com sucesso de novos serviços, a manutenção daqueles já ofertados. O Catálogo de Serviços é acordado com o Conselho de Administração (CADM) da RNP no ano anterior ao da apuração do indicador.	
Meta do exercício	**Pactuada**	**9 U**	
	Realizada	**12 U**	
	% Realização	**133%**	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2010**	**Não se aplica***
		2009	**Não se aplica***
Descrição da meta		**Índice de Execução de Iniciativas Estratégicas de Apoio às Políticas Públicas** O indicador mede o nível de execução de iniciativas estratégicas em Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) – ações plurianuais que apoiam políticas públicas relacionadas com ciência e tecnologia, educação, saúde e cultura, patrocinadas pelo Programa Interministerial para o Desenvolvimento e Manutenção da RNP (Programa Interministerial RNP). O portfólio de iniciativas e suas metas anuais de desempenho são apresentados no Plano de Ação Anual da RNP para aprovação junto ao Conselho de Administração (CADM) da RNP no ano anterior ao período de avaliação.	
Meta do exercício	**Pactuada**	**Não definida. Indicador de caráter experimental em 2011. A metodologia de cálculo encontra-se em formulação.**	
	Realizada	**Não se aplica**	
	% Realização	**Não se aplica**	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2010**	**Não se aplica***
		2009	**Não se aplica***
Descrição da meta		**Número de Pessoas-hora Capacitadas em Cursos** O indicador mede o número de pessoas-hora capacitadas em cursos oferecidos pela Escola Superior de Redes (ESR), em atendimento à demanda por capacitação de técnicos e gestores de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) das organizações usuárias da RNP, dentro das seguintes áreas temáticas: administração de sistemas, administração e projetos	

		de redes, segurança, mídias de suporte à colaboração digital, e governança de Tecnologia da Informação (TI). A meta anual é acordada com o Comitê Gestor (CG) do Programa Interministerial para o Desenvolvimento e Manutenção da RNP (Programa Interministerial RNP), no ano anterior ao período de avaliação.	
Meta do exercício	**Pactuada**	**29.080 U**	
	Realizada	**34.152 U**	
	% Realização	**117,44%**	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2010**	**106,95%**
		2009	**112,38%**
Descrição da meta		**Número de Iniciativas de Disseminação do Conhecimento em TICs** O indicador mede o número de iniciativas de disseminação do conhecimento em Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) realizadas com sucesso pela RNP, tais como publicações, eventos, reuniões técnicas etc. O conjunto de iniciativas é apresentado no Plano de Ação Anual da RNP para aprovação junto ao Conselho de Administração (CADM) da RNP no ano anterior ao período de avaliação.	
Meta do exercício	**Pactuada**	**Não definida. Indicador de caráter experimental em 2011. Os perfis de iniciativas de disseminação do conhecimento em TIC encontram-se em definição.**	
	Realizada	**Não se aplica**	
	% Realização	**Não se aplica**	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2010**	**Não se aplica***
		2009	**Não se aplica***
Descrição da meta		**Número de Comunidades de Interesse Atendidas** O indicador expressa o número de comunidades ou públicos de interesse atendidos pela RNP por meio de relacionamentos estruturados e sistematizados, que contribuem diretamente para o alcance dos objetivos estratégicos da organização. O conjunto de comunidades ou públicos de interesse é apresentado no Plano de Ação Anual da RNP, para aprovação junto ao Conselho de Administração (CADM) da RNP no ano anterior ao período de avaliação, e as ações são detalhadas no Plano Operacional de Relacionamentos Institucionais da RNP.	
Meta do exercício	**Pactuada**	**2 U**	
	Realizada	**2 U**	
	% Realização	**100%**	
% de realização da meta de exercícios	**Exercícios**	**2010**	**Não se aplica***
		2009	**Não se aplica***

anteriores			
Descrição da meta		**Percentual de Pontos de Presença (PoPs) que Atuam com Grau de Excelência Padrão** O indicador avalia o grau de excelência de atuação dos Pontos de Presença (PoPs) da RNP a partir de um padrão estabelecido que contempla diferentes requisitos e critérios de análise, como infraestrutura física, qualificação do capital humano, maturidade em gestão de processos administrativos e de Tecnologia da Informação (TI) e nível de institucionalidade. O padrão prevê níveis de maturidade de forma a atender a três perfis diferenciados de PoPs. O grau de excelência para cada um dos perfis é acordado com o Conselho de Administração (CADM) da RNP no ano anterior ao período de avaliação e as ações são detalhadas no Plano de Desenvolvimento dos PoPs.	
Meta do exercício	**Pactuada**	**Não definida. Indicador de caráter experimental em 2011. A metodologia de cálculo encontra-se em formulação**	
	Realizada	**Não se aplica**	
	% Realização	**Não se aplica**	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2010**	**Não se aplica**
		2009	**Não se aplica**
Descrição da meta		**Índice de Qualidade da Gestão Organizacional** O indicador expressa o grau de qualidade da gestão organizacional sob a ótica de oito dimensões: liderança, estratégias e planos, clientes, sociedade, informações e conhecimento, pessoas, processos e resultados.	
Meta do exercício	**Pactuada**	**Não definida. Um novo V e uma nova meta serão estabelecidos ao final da fase de implantação dos primeiros novos processos organizacionais, em julho de 2012.**	
	Realizada	**Não se aplica**	
	% Realização	**Não se aplica**	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2010**	**Não se aplica**
		2009	**133,34%**
Descrição da meta		**Índice de Satisfação das Partes Interessadas** O indicador mede a satisfação global de um determinado conjunto estabelecido de partes interessadas da organização, refletindo a reputação da RNP como resultado de sua credibilidade e imagem.	
Meta do exercício	**Pactuada**	**73**	
	Realizada	**74,4**	
	% Realização	**102%**	
% de realização da meta de exercícios	**Exercícios**	**2010**	**Não se aplica***
		2009	**Não se aplica***

anteriores			

Fonte: Administração RNP ; Relatório de Gestão Anual 2010 e 2011; SIAFI 2010 e 2011.

* Um novo Quadro de Indicadores e Metas foi estabelecido para a RNP a partir de 2011 , portanto, para este indicador não é possível informar o percentual de realização dos exercício de 2009 e 2010.

** Dos R$ 180.013.238,65 repassados à RNP no exercício de 2011, R$ 15.166.667,00 foram repassados apenas em 30/12/2011, sendo inscritos em Restos a Pagar e recebidos pela RNP, portanto, apenas em janeiro de 2012.

Quadro CV - Quadro C.37.9 – Valores repassados e avaliação das metas do contrato de gestão – IDSM

Identificação da Entidade Contratada					
Nome	Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Mamirauá - IDSM				
CNPJ	03.119.820/0001-95				
Recursos Financeiros (R$ 1,00)					
Valores Pactuados		**Valores Repassados**		**Repasse previsto para o exercício seguinte**	
Global	**Para o Exercício**	**No Exercício**	**Acumulado Até o Exercício**		
125.937.506,00	14.410.000,00	15.440.000,00	24.740.000,00	19.144.775,00	
Acompanhamento das metas estabelecidas					
Descrição da meta		1. Índice Geral de Publicações (IGPub) ou produtos científicos por ano			
Meta do exercício	**Pactuada**	0,75			
	Realizada	1,17			
	% Realização	Superada em 56%			
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	2010	Superada em 48%		
		2009	Este indicador não existia em 2009		
Descrição da meta		2. Índice de Publicações Indexadas (IPub-I) dos pesquisadores do IDSM ao ano.			
Meta do exercício	**Pactuada**	0,6			
	Realizada	0,6			
	% Realização	100%			
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	2010	Não cumprida com 92,9%		
		2009	Este indicador não existia em 2009		
Descrição da meta		3. Índice de Publicações Indexadas Abrangente (Ipub-IA) de pesquisadores e colaboradores do IDSM ao ano.			
Meta do exercício	**Pactuada**	0,65			
	Realizada	0,69			
	% Realização	Superada em 6%			
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	2010	Não cumprida com 46,7%		
		2009	Este indicador não existia em 2009		
Descrição da meta		4. Índice de Publicações não-Indexadas (IPuNI), reunindo todo			

		tipo de produção científica não indexada realizada no IDSM ao ano.	
Meta do exercício	**Pactuada**	2,5	
	Realizada	2	
	% Realização	Não cumprida com 20%	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	2010	Superada em 12,9%
		2009	Este indicador não existia em 2009
Descrição da meta		5. Número de eventos de difusão cientifica promovidos (EDCP) pelo IDSM ao ano.	
Meta do exercício	**Pactuada**	6	
	Realizada	6	
	% Realização	100%	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	2010	100%
		2009	Este indicador não existia em 2009
Descrição da meta		6. Número de eventos de disseminação das experiências e melhores práticas do IDSM (EDEMP) ao ano	
Meta do exercício	**Pactuada**	4	
	Realizada	4	
	% Realização	100%	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	2010	Não Cumprida com 66,7%
		2009	Este indicador não existia em 2009
Descrição da meta		7. Número Cumulativo de Rotinas de Abordagem elaboradas para diferentes contextos de manejo sustentável de recursos naturais (NCRAb).	
Meta do exercício	**Pactuada**	4	
	Realizada	4	
	% Realização	100%	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	2010	100%
		2009	Este indicador não existia em 2009
Descrição da meta		8. Índice de Clareiras de Derrubada (ICD) nas áreas de Manejo Florestal Comunitário.	
Meta do exercício	**Pactuada**	Abaixo de 360	
	Realizada	303,91	
	% Realização	100%	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	2010	Este indicador não pôde ser mensurado, deixando de ser computado para fins de cálculo do resultado obtido no exercício, conforme explicitado no relatório anual e conclusivo da Comissão de Avaliação do Contrato de

			Gestão.
		2009	Este indicador não existia em 2009
Descrição da meta		9. Índice de pirarucus manejados nas RDSM e RDSA com tamanho superior ao limite ideal de abate (ITP).	
Meta do exercício	**Pactuada**	Acima de 0,7	
	Realizada	0,75	
	% Realização	100%	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	2010	100%
		2009	Este indicador não existia em 2009
Descrição da meta		10. Índice de comunidades realizando atividades de manejo dos recursos naturais nas RDSM e RDSA (ICRAM).	
Meta do exercício	**Pactuada**	0,32	
	Realizada	0,32	
	% Realização	100%	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	2010	100%
		2009	Este indicador não existia em 2009
Descrição da meta		11. Índice de Comunidades Beneficiadas (ICB) nas RDSM e RDSA por experimentos que visam qualidade de vida de seus moradores	
Meta do exercício	**Pactuada**	0,082	
	Realizada	0,082	
	% Realização	100%	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	2010	Não cumprida com 74,5%
		2009	Este indicador não existia em 2009
Descrição da meta		12. Índice de participação de lideranças-ano capacitadas pelo IDSM (IPLC)	
Meta do exercício	**Pactuada**	0,3	
	Realizada	0,32	
	% Realização	Superada em 6%	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	2010	Não cumprida com 80%
		2009	Este indicador não existia em 2009
Descrição da meta		13. Índice de setores da RDSM e da RDSA nos quais há atuação de Agentes Ambientais Voluntários (ISAAV).	
Meta do exercício	**Pactuada**	0,8	
	Realizada	0,8	
	% Realização	100%	
% de realização	**Exercícios**	2010	Não cumprida com 97,3%

da meta de exercícios anteriores		2009	Este indicador não existia em 2009
Descrição da meta		14. Alavancagem mínima de recursos fora do contrato de gestão no IDSM (AMRFCG)	
Meta do exercício	**Pactuada**	Acima de 0,3	
	Realizada	0,16	
	% Realização	Não cumprida com 47%	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	2010	100%
		2009	Superada em 3,9%

Fonte: Administração IDSM ; Relatório de Gestão Anual 2010 e 2011; SIAFI 2010 e 2011.

Quadro CVI - Quadro C.37.9 – Valores repassados e avaliação das metas do contrato de gestão – IMPA

Identificação da Entidade Contratada				
Nome	Associação Instituto Nacional d Matemática Pura e Aplicada - IMPA			
CNPJ	03.447.568/0001-43			
Recursos Financeiros (R$ 1,00)				
Valores Pactuados		**Valores Repassados**		**Repasse previsto para o exercício seguinte**
Global	**Para o Exercício**	**No Exercício**	**Acumulado Até o Exercício**	
326.835.200,00	54.875.000,00	53.735.500,00	96.555.500,00	65.955.860,00

Acompanhamento das metas estabelecidas			
Descrição da meta		**1.** Número de artigos publicados no ano em revistas de circulação internacional de alto padrão científico com corpo de pareceristas.	
Meta do exercício	**Pactuada**	*65*	
	Realizada	*83*	
	% Realização	*127*	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2010**	*104*
		2009	*141*
Descrição da meta		**2.** Número de artigos publicados ou aceitos para publicação em revistas de circulação internacional e alto padrão científico, com corpo de pareceristas.	
Meta do exercício	**Pactuada**	*130*	
	Realizada	*134*	
	% Realização	*103*	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2010**	*103*
		2009	*120*
Descrição da meta		**3.** Proporção de pesquisadores com Bolsa de Produtividade do	

		CNPq.	
Meta do exercício	**Pactuada**	*80*	
	Realizada	*90*	
	% Realização	*112*	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2010**	*106*
		2009	*118*
Descrição da meta		**4.** Número de visita-mês ao IMPA de pesquisadores nacionais e estrangeiros.	
Meta do exercício	**Pactuada**	*240*	
	Realizada	*287*	
	% Realização	*119*	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2010**	*105*
		2009	*106*
Descrição da meta		**5.** Número de visita-mês ao IMPA de estagiários de pós-doutorado.	
Meta do exercício	**Pactuada**	*240*	
	Realizada	*365*	
	% Realização	*152*	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2010**	*131*
		2009	*161*
Descrição da meta		**6.** Número de reuniões científicas do IMPA.	
Meta do exercício	**Pactuada**	*10*	
	Realizada	*13*	
	% Realização	*130*	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2010**	*120*
		2009	*110*
Descrição da meta		**7.** Índice de sucesso do doutorado - programa de 4 anos (quantidade de títulos concedidos a bolsistas nos 4 últimos anos, multiplicada por 48 e dividida pelo número de meses de bolsas concedidas nos quatro anos precedentes à obtenção do grau).	
Meta do exercício	**Pactuada**	*85*	
	Realizada	*86*	
	% Realização	*101*	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2010**	*103*
		2009	*103*

Descrição da meta		**8.** Índice de sucesso do mestrado - programa de 2 anos (quantidade de títulos concedidos a bolsistas nos 2 últimos anos, multiplicada por 24 e dividida pelo número de meses de bolsas concedidas nos dois anos precedentes à obtenção do grau).	
Meta do exercício	**Pactuada**	*85*	
	Realizada	*87*	
	% Realização	*102*	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2010**	*103*
		2009	*107*
Descrição da meta		**9.** Número de doutores formados anualmente/ média dos últimos três anos.	
Meta do exercício	**Pactuada**	*16*	
	Realizada	*20*	
	% Realização	*125*	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2010**	*148*
		2009	*141*
Descrição da meta		**10.** Número de participantes do Colóquio Brasileiro de Matemática (realizado nos anos ímpares).	
Meta do exercício	**Pactuada**	*600*	
	Realizada	*637*	
	% Realização	*106*	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2010**	*Só nos anos ímpares*
		2009	*102*
Descrição da meta		**11.** Número de protótipos e *Softwares* produzidos ou aperfeiçoados (novas versões).	
Meta do exercício	**Pactuada**	*5*	
	Realizada	*5*	
	% Realização	*100*	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2010**	*100*
		2009	*100*
Descrição da meta		**12.** Número de publicações tecnológicas e patentes resultantes dos Projetos.	
Meta do exercício	**Pactuada**	*7*	
	Realizada	*7*	
	% Realização	*100*	
% de realização da meta de	**Exercícios**	**2010**	*100*
		2009	*100*

exercícios anteriores			
Descrição da meta		**13.** Número de títulos publicados (livros de graduação e pós-graduação).	
Meta do exercício	**Pactuada**	*16*	
	Realizada	*16*	
	% Realização	*100*	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2010**	*100*
		2009	*100*
Descrição da meta		**14.** Número de livros e assinaturas de revistas incorporados ao acervo bibliográfico do IMPA.	
Meta do exercício	**Pactuada**	*800*	
	Realizada	*930*	
	% Realização	*116*	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2010**	*103*
		2009	*102*
Descrição da meta		**15.** Número de livros emprestados.	
Meta do exercício	**Pactuada**	*12500*	
	Realizada	*12709*	
	% Realização	*101*	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2010**	*101*
		2009	*110*
Descrição da meta		**16.** Notas da CAPES (avaliação a cada três anos)	
Meta do exercício	**Pactuada**	*7*	
	Realizada	*7*	
	% Realização	*100*	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2010**	*100*
		2009	*100*
Descrição da meta		**17.** Número de projetos de pesquisa e convênios de cooperação vigentes, aprovados por mérito, ou a convite.	
Meta do exercício	**Pactuada**	*48*	
	Realizada	*57*	
	% Realização	*118*	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2010**	*161*
		2009	*204*
Descrição da meta		**18.** Número de alunos inscritos na Olimpíada Brasileira de	

		Matemática das Escolas Públicas - OBMEP. **(Tornou-se indicador somente em 2011)**	
Meta do exercício	**Pactuada**	*16 milhões*	
	Realizada	*18,7 milhões*	
	% Realização	*116*	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2010**	*Tornou-se indicador somente em 2011*
		2009	*Tornou-se indicador somente em 2011*

Fonte: Coordenação de Administração do IMPA; Relatório de Gestão Anual 2010 e 2011; SIAFI 2010 e 2011.

Quadro CVII - Quadro C.37.9 – Valores repassados e avaliação das metas do contrato de gestão - CGEE

Identificação da Entidade Contratada					
Nome	Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE				
CNPJ	04.724.690/0001-82				
Recursos Financeiros (R$ 1,00)					
Valores Pactuados		**Valores Repassados**		**Repasse previsto para o exercício seguinte**	
Global	**Para o Exercício**	**No Exercício**	**Acumulado Até o Exercício**		
53.300.000,00	7.050.000,00	5.850.000,00	8.700.000,00	5.727.150,00	
Acompanhamento das metas estabelecidas					
Descrição da meta		Concluir 11 (onze) subações da Linha de Atividade "Estudos, Análises e Avaliações"			
	Pactuada	11 Subações			
	Realizada	11 Subações			
	% Realização	100%			
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2010**	100%		
		2009	108%		
Descrição da meta		Concluir 03 (três) subações da Linha de Atividade "Articulação"			
	Pactuada	3 Subações			
	Realizada	4 Subações			
	% Realização	133,33			
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2010**	100%		
		2009	75%		
Descrição da meta		Item a) Concluir 8 (oito) subações da Linha de Atividade "Apoio a Gestão Estratégica do SNCTI" Item b) Realizar 03 (três) Reuniões de Especialistas			
	Pactuada	Item a) 8 Subações Item b) 3 Subações			
	Realizada	Item a) 11 Subações Item b) 3 Subações			

	% Realização	Item a) 137,5% Item b) 100%	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2010**	Item a) 150% e Item b) 250%
		2009	Item a) 100% e Item b) 100%
Descrição da meta		Item a) Editar e publicar 02 (dois) números da revista Parcerias Estratégicas Item b) Editar e publicar 12 (doze) trabalhos técnicos realizados pelo CGEE da Linha de Atividade "Disseminação de Informação em Ciência, Tecnologia e Inovação"	
	Pactuada	Item a) 2 Subações Item b) 12 Subações	
	Realizada	Item a) 2 Subações Item b) 12 Subações	
	% Realização	Item a) 100% Item b) 100%	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2010**	Item a) 100% e Item b) 175%
		2009	Item a) 100% e Item b) 150%
Descrição da meta		Item a) Capacitar 12 (doze) empregados do CGEE em cursos de aperfeiçoamento da Linha de Atividade "Gestão Institucional" Item b) Concluir a especificação do Projeto de Integração dos Sistemas Internos de Informação do CGEE	
	Pactuada	Item a) 1 Meta Item b) 1 Especificação do Projeto	
	Realizada	Item a) 1 Meta Item b) 1 Especificação do Projeto	
	% Realização	Item a) 100% Item b) 100%	
% de realização da meta de exercícios anteriores	**Exercícios**	**2010**	Item a) 100% e Item b) 100%
		2009	Item a) 100% e Item b) 100%

Fonte: Administração CGEE; Relatório de Gestão Anual 2010 e 2011; SIAFI 2010 e 2011.

Obs.: Aproximadamente 5/6 dos recursos que fomentam o CGEE por meio do Contrato de Gestão são repassados diretamente pela interveniente Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP.

Quadro CVIII - Quadro C.37.10 – Indicadores de Desempenho pactuados e seus resultados – ABTLuS

Identificação da Entidade Contratada	
Nome	Associação Brasileira De Tecnologia De Luz Síncrotron – ABTLuS
CNPJ	01.576.817/0001-75
Indicador de Desempenho Pactuado	
Corresponde ao ANEXO I do 2º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão MCTI / ABTLuS	
Nome	**Número de propostas realizadas nas instalações abertas**
Fórmula de Cálculo	Número de propostas realizadas
Unidade de Medida	U
Periodicidade de Medição	Anual

Meta do Indicador para o exercício de referência		850
Resultado do Indicador	*2011*	*917*
	2010	*903*
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 28 a 30/03/2012.
Nome		**Índice de satisfação dos usuários**
Fórmula de Cálculo		{[Qualidade das instalações abertas ótima e/ou bom] + [Atendimento/suporte recebido ótimo e/ou bom] + [Acesso a laboratórios de preparação de amostras ótimo e/ou bom]} / [Total da pontuação possível]
Unidade de Medida		U
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		85%
Resultado do Indicador	*2011*	*85%*
	2010	*95%*
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 28 a 30/03/2012.
Nome		**Número total de publicações**
Fórmula de Cálculo		[Total de publicações em periódicos indexados]
Unidade de Medida		U
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		300
Resultado do Indicador	*2011*	*337*
	2010	*315*
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 28 a 30/03/2012.
Nome		**Publicações em revistas com fator de impacto >5**
Fórmula de Cálculo		[Total de publicações em periódicos indexados com fator de impacto igual ou superior a cinco]
Unidade de Medida		U
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		23
Resultado do Indicador	*2011*	*36*
	2010	*23*
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 28 a 30/03/2012.
Nome		**Número de horas-linha disponíveis para usuários das Linhas**

		de Luz
Fórmula de Cálculo		[Linhas de luz abertas aos usuários * total de horas feixe]
Unidade de Medida		U
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		53.400
Resultado do Indicador	*2011*	*50.372*
	2010	*53.378*
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 28 a 30/03/2012.
Nome		**Confiabilidade da Fonte de Luz Síncrotron**
Fórmula de Cálculo		[horas entregues no tempo programado/horas previstas]
Unidade de Medida		%
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		95%
Resultado do Indicador	*2011*	*97,6%*
	2010	*98%*
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 28 a 30/03/2012.
Nome		**Grau de saturação no uso da Fonte de Luz Síncrotron**
Fórmula de Cálculo		[(horas de máquina utilizada e em manutenção)/total de horas no ano]
Unidade de Medida		%
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		70%
Resultado do Indicador	*2011*	*70%*
	2010	*75%*
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 28 a 30/03/2012.
Nome		**Índice de Ocupação das Linhas de Luz**
Fórmula de Cálculo		[Turnos utilizados nas linhas de Luz / turnos disponíveis nas linhas de luz]
Unidade de Medida		%
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		85%
Resultado do Indicador	*2011*	*91%*
	2010	*85%*
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da

		Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 28 a 30/03/2012.
Nome		**Grau de implantação do Projeto da Planta-Piloto para Desenvolvimento de Processos (PPDP) para etanol de 2ª geração**
Fórmula de Cálculo		[(Módulos em operação/ total de módulos)*100]
Unidade de Medida		%
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		40%
Resultado do Indicador	*2011*	*40%*
	2010	*Pactuado para 2011*
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 28 a 30/03/2012.
Nome		**Publicações resultantes por pesquisador da ABTLuS**
Fórmula de Cálculo		[Publicações de pesquisadores ABTLuS/número de pesquisadores da ABTLuS]
Unidade de Medida		Rz
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		2,5
Resultado do Indicador	*2011*	*2,1*
	2010	*4,1*
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 28 a 30/03/2012.
Nome		**Taxa de orientação de pós–graduados**
Fórmula de Cálculo		[Total de pós-graduados orientados/total de pesquisadores ABTLuS]
Unidade de Medida		Rz
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		2,0
Resultado do Indicador	*2011*	*1,2*
	2010	*2,3*
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 28 a 30/03/2012.
Nome		**Taxa de supervisão de pós-doutores**
Fórmula de Cálculo		[Total de pós-doutores orientados/total de pesquisadores ABTLuS]
Unidade de Medida		Rz
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		1,0

Resultado do Indicador	*2011*	*0,63*
	2010	*0,70*
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 28 a 30/03/2012.
Nome		**Número de Memorandos Técnicos disponíveis na Internet**
Fórmula de Cálculo		[Total de memorandos técnicos na página eletrônica da Instituição]
Unidade de Medida		U
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		10
Resultado do Indicador	*2011*	*10*
	2010	*10*
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 28 a 30/03/2012.
Nome		**Número de Projetos Científicos Internos do LNBio**
Fórmula de Cálculo		[Número total de projetos científicos]
Unidade de Medida		U
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		12
Resultado do Indicador	*2011*	*25*
	2010	*13*
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 28 a 30/03/2012.
Nome		**Número de projetos de desenvolvimento tecnológico**
Fórmula de Cálculo		[Número total de projetos científicos]
Unidade de Medida		U
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		16
Resultado do Indicador	*2011*	*23*
	2010	*12*
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 28 a 30/03/2012.
Nome		**Curso de Treinamento Técnico**
Fórmula de Cálculo		[Número de técnicos treinados]
Unidade de Medida		U
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		70

Resultado do Indicador	*2011*	*87*
	2010	*38*
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 28 a 30/03/2012.
Nome		**Horas de Treinamento de técnicos externos**
Fórmula de Cálculo		[Horas de técnicos treinados]
Unidade de Medida		U
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		84.000
Resultado do Indicador	*2011*	*112.979*
	2010	*30.030*
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 28 a 30/03/2012.
Nome		**Horas de treinamento de pesquisadores externos**
Fórmula de Cálculo		[Total de horas de pesquisadores externos treinados]
Unidade de Medida		U
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		10.000
Resultado do Indicador	*2011*	*10.401*
	2010	*16.271*
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 28 a 30/03/2012.
Nome		**Alavancagem de recursos do Contrato de Gestão**
Fórmula de Cálculo		[Recursos de outras fontes / Recursos do Contrato de Gestão]
Unidade de Medida		%
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		30%
Resultado do Indicador	*2011*	*23%*
	2010	*33%*
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 28 a 30/03/2012.
INDICADORES ESPECÍFICOS DO CENTRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO BIOETANOL - CTBE		
Nome		**Término da montagem dos grupos de pesquisa do CTBE: pessoal contratado**
Fórmula de Cálculo		XXXX
Unidade de Medida		%

Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Montagem de laboratórios e equipes do Programa de Pesquisa Básica
Resultado do Indicador	*2011*	*100%*
	2010	*Pactuado para 2011*
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 28 a 30/03/2012.
Nome		**Formação de um banco de dados a partir dos experimentos realizados por pesquisadores do programa: ferramenta implementada e disponível**
Fórmula de Cálculo		XXXX
Unidade de Medida		%
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Montagem de laboratórios e equipes do Programa de Pesquisa Básica
Resultado do Indicador	*2011*	*0%*
	2010	*Pactuado para 2011*
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 28 a 30/03/2012.
Nome		**Caracterização física e química da biomassa de cana-de-açúcar: relatório de acompanhamento**
Fórmula de Cálculo		XXXX
Unidade de Medida		%
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Pesquisa do Programa de Pesquisa Básica
Resultado do Indicador	*2011*	*100%*
	2010	*Pactuado para 2011*
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 28 a 30/03/2012.
Nome		**Ensaios de pré-tratamento de bagaço de cana-de-açúcar: relatório de acompanhamento**
Fórmula de Cálculo		XXXX
Unidade de Medida		%
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Pesquisa do Programa de Pesquisa Básica
Resultado do Indicador	*2011*	*100%*
	2010	*Pactuado para 2011*
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada

		somente em 28 a 30/03/2012.
Nome		**Produção e caracterização de enzimas de microorganismos e plantas**
Fórmula de Cálculo		XXXX
Unidade de Medida		%
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Pesquisa do Programa de Pesquisa Básica
Resultado do Indicador	*2011*	*100%*
	2010	*Pactuado para 2011*
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 28 a 30/03/2012.
Nome		**Estudos sobre a transcriptômica e metabolômica de espécies selecionadas de fungos e de leveduras: relatório de acompanhamento**
Fórmula de Cálculo		XXXX
Unidade de Medida		%
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Pesquisa do Programa de Pesquisa Básica
Resultado do Indicador	*2011*	*100%*
	2010	*Pactuado para 2011*
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 28 a 30/03/2012.
Nome		**Estudos de ação de enzimas sobre polissacarídeos: relatório de acompanhamento**
Fórmula de Cálculo		XXXX
Unidade de Medida		%
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Pesquisa do Programa de Pesquisa Básica
Resultado do Indicador	*2011*	*100%*
	2010	*Pactuado para 2011*
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 28 a 30/03/2012.
Nome		**Realização de ensaios de hidrólise e fermentação: relatório de acompanhamento**
Fórmula de Cálculo		XXXX
Unidade de Medida		%
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Pesquisa do Programa de Pesquisa Básica

Resultado do Indicador	*2011*	*100%*
	2010	*Pactuado para 2011*
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 28 a 30/03/2012.
Nome		**Desenvolvimento da técnica de Engenharia Fisiológica, com aplicação de inibidores metabólicos: relatório de acompanhamento**
Fórmula de Cálculo		XXXX
Unidade de Medida		%
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Pesquisa do Programa de Pesquisa Básica
Resultado do Indicador	*2011*	*100%*
	2010	*Pactuado para 2011*
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 28 a 30/03/2012.
Nome		**Seminários: quinze seminários realizados**
Fórmula de Cálculo		XXXX
Unidade de Medida		%
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Articulação do Programa de Pesquisa Básica
Resultado do Indicador	*2011*	*100%*
	2010	*Pactuado para 2011*
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 28 a 30/03/2012.
Nome		**Executar projeto básico, executivo e montagem dos equipamentos: equipamentos instalados (da PPDP)**
Fórmula de Cálculo		XXXX
Unidade de Medida		%
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Disponibilizar a PPDP a usuários do Programa Industrial
Resultado do Indicador	*2011*	*100%*
	2010	*Pactuado para 2011*
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 28 a 30/03/2012.
Nome		**Comissionamento e Start-up parciais da PPDP: PPDP parcialmente disponível para usuários (4 de 10 módulos)**
Fórmula de Cálculo		XXXX

Unidade de Medida		%
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Disponibilizar a PPDP a usuários do Programa Industrial
Resultado do Indicador	*2011*	*100%*
	2010	*Pactuado para 2011*
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 28 a 30/03/2012.
Nome		**Planejamento experimental de plantio direto em campo: planejamento concluído**
Fórmula de Cálculo		XXXX
Unidade de Medida		%
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Desenvolvimento estruturado de Tráfego Controlado (ETC – Máquina Base) do Projeto de Mecanização de Baixo Impacto do Programa Agrícola
Resultado do Indicador	*2011*	*100%*
	2010	*Pactuado para 2011*
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 28 a 30/03/2012.
Nome		**Unidade piloto de limpeza e picagem: unidade montada em laboratório protótipo**
Fórmula de Cálculo		XXXX
Unidade de Medida		%
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Desenvolvimento da frente de colheita do Programa Agrícola
Resultado do Indicador	*2011*	*100%*
	2010	*Pactuado para 2011*
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 28 a 30/03/2012.
Nome		**Projeto temático agricultura de precisão: documento do projeto temático concluído**
Fórmula de Cálculo		XXXX
Unidade de Medida		%
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Desenvolvimento da agricultura de precisão do Programa Agrícola
Resultado do Indicador	*2011*	*100%*
	2010	*Pactuado para 2011*
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada

		somente em 28 a 30/03/2012.
Nome		**Simulação para produção de etanol de primeira geração, açúcar e eletricidade (Rota1): Relatório de simulação**
Fórmula de Cálculo		XXXX
Unidade de Medida		%
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Desenvolvimento da Biorrefinaria Virtual de cana-de-açúcar (BVC) do Programa de Avaliação Tecnológica
Resultado do Indicador	*2011*	*100%*
	2010	*Pactuado para 2011*
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 28 a 30/03/2012.
Nome		**Consolidação e validação do Banco de Dados (Rota1): Banco de dados validado**
Fórmula de Cálculo		XXXX
Unidade de Medida		%
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Desenvolvimento da Biorrefinaria Virtual de cana-de-açúcar (BVC) do Programa de Avaliação Tecnológica
Resultado do Indicador	*2011*	*50%*
	2010	*Pactuado para 2011*
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 28 a 30/03/2012.
Nome		**Construção de fluxogramas para BVX para produção de bioetanol de segunda geração por hidrólise (Rota2): fluxogramas concluídos**
Fórmula de Cálculo		XXXX
Unidade de Medida		%
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Desenvolvimento da Biorrefinaria Virtual de cana-de-açúcar (BVC) do Programa de Avaliação Tecnológica
Resultado do Indicador	*2011*	*100%*
	2010	*Pactuado para 2011*
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 28 a 30/03/2012.
Nome		**Elaboração de cenários refletindo possíveis melhorias nas tecnologias atualmente em uso e com a introdução das tecnologias de 2ª geração (preliminar), atualmente em desenvolvimento: relatório parcial de cenários**
Fórmula de Cálculo		XXXX
Unidade de Medida		%
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o		Estudo de impacto de novas tecnologias

exercício de referência		
Resultado do Indicador	*2011*	*100%*
	2010	*Pactuado para 2011*
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 28 a 30/03/2012.
Nome		**Montagem de um banco de dados para o cultivo e processamento de cana-de-açúcar, produção e distribuição de fertilizantes, produção e distribuição de combustíveis fósseis, estoques de carbono acima e no solo para diferentes culturas e regiões: banco de dados parcialmente implementado**
Fórmula de Cálculo		XXXX
Unidade de Medida		%
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Banco de Dados de Sustentabilidade
Resultado do Indicador	*2011*	*100%*
	2010	*Pactuado para 2011*
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 28 a 30/03/2012.
Nome		**Análise de ciclo de vida das emissões de GEE do etanol para os cenários mais promissores (inclusive integração com a produção de biodiesel) e para a gasolina brasileira: relatório técnico parcial**
Fórmula de Cálculo		XXXX
Unidade de Medida		%
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Análise de ciclo de vida
Resultado do Indicador	*2011*	*100%*
	2010	*Pactuado para 2011*
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 28 a 30/03/2012.
Nome		**Consolidação dos dados existentes na literatura sobre os impactos das mudanças diretas de uso do solo devido à expansão da cana-de-açúcar nos últimos 10 anos. Definição das tendências para a próxima década: relatório técnico parcial**
Fórmula de Cálculo		XXXX
Unidade de Medida		%
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Definição de tendências
Resultado do Indicador	*2011*	*100%*
	2010	*Pactuado para 2011*

Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 28 a 30/03/2012.
Nome		**Elaboração de documento sobre relações com a indústria: documento aprovado**
Fórmula de Cálculo		XXXX
Unidade de Medida		%
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Relacionamento com o Setor Privado
Resultado do Indicador	*2011*	*100%*
	2010	*Pactuado para 2011*
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 28 a 30/03/2012.
Nome		**Assinaturas de acordos/convênios com instituições públicas e/ou privadas, com o intuito de desenvolver trabalhos conjuntos: um termo aditivo correspondendo a um projeto**
Fórmula de Cálculo		XXXX
Unidade de Medida		%
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Articulação com outras instituições (nacionais / internacionais)
Resultado do Indicador	*2011*	*100%*
	2010	*Pactuado para 2011*
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 28 a 30/03/2012.
Nome		Planejamento e Gerenciamento (físico e financeiro) das atividades do laboratório; relatórios de acompanhamento
Fórmula de Cálculo		XXXX
Unidade de Medida		%
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Gestão e manutenção das atividades
Resultado do Indicador	*2011*	*100%*
	2010	*Pactuado para 2011*
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 28 a 30/03/2012.
INDICADORES ESPECÍFICOS DO PROJETO SIRIUS		
Nome		**Projetos executivos e construção de cabeças de série dos magnetos DC e câmaras de vácuo**

Fórmula de Cálculo		XXXX
Unidade de Medida		%
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Magnetos DC e Câmaras de Vácuo
Resultado do Indicador	*2011*	*Parcialmente realizada.*
	2010	*Pactuado para 2011*
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 28 a 30/03/2012.
Nome		**Desenvolvimento e fabricação de cabeças de série de kicker e septa**
Fórmula de Cálculo		XXXX
Unidade de Medida		%
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Magnetos pulsados
Resultado do Indicador	*2011*	*Parcialmente realizada*
	2010	*Pactuado para 2011*
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 28 a 30/03/2012.
Nome		**Fabricação e teste de monitores de posição para anel e booster**
Fórmula de Cálculo		XXXX
Unidade de Medida		%
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Sistema de diagnóstico
Resultado do Indicador	*2011*	*Parcialmente realizado*
	2010	*Pactuado para 2011*
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 28 a 30/03/2012.
Nome		**Fabricação e teste do novo sistema de controle na fonte atual**
Fórmula de Cálculo		XXXX
Unidade de Medida		%
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Sistema de controle
Resultado do Indicador	*2011*	*Parcialmente realizado*
	2010	*Pactuado para 2011*
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 28 a 30/03/2012.

Nome		Fabricação de cabeças de série das fontes de alimentação DC
Fórmula de Cálculo		XXXX
Unidade de Medida		%
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Fontes de alimentação
Resultado do Indicador	*2011*	*Parcialmente realizada*
	2010	*Pactuado para 2011*
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 28 a 30/03/2012.
Nome		**Fabricação de dois berços e testes de vibração e estabilidade**
Fórmula de Cálculo		XXXX
Unidade de Medida		%
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Sistema de sustentação e alinhamento
Resultado do Indicador	*2011*	*Parcialmente realizada*
	2010	*Pactuado para 2011*
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 28 a 30/03/2012.
Nome		**Fabricação e teste do primeiro amplificador de potência em 500 MHz**
Fórmula de Cálculo		XXXX
Unidade de Medida		%
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Sistema de Radiofrequência
Resultado do Indicador	*2011*	*Não realizada*
	2010	*Pactuado para 2011*
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 28 a 30/03/2012.
Nome		Anteprojeto das obras e instalações para a Fonte de Luz Síncrotron
Fórmula de Cálculo		XXXX
Unidade de Medida		%
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Obras civis para a Fonte
Resultado do Indicador	*2011*	*Concluído*
	2010	*Pactuado para 2011*
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada

	somente em 28 a 30/03/2012.

Fonte: Administração ABTLuS; Relatório de Gestão Anual 2010 e 2011.

Quadro CIX - Quadro C.37.10 – Indicadores de Desempenho pactuados e seus resultados - CGEE

Identificação da Entidade Contratada		
Nome	Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE	
CNPJ	04.724.690/0001-82	
Indicador de Desempenho Pactuado		
Nome		**Concluir 11 (onze) subações da Linha de Atividade "Estudos, Análises e Avaliações"**
Fórmula de Cálculo		Informação não disponível pela OS
Unidade de Medida		Informação não disponível pela OS
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Concluir 11 (onze) subações
Resultado do Indicador	***2011***	*11 Subações*
	2010	*18 Subações*
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 10 a 12/04/2012.
Nome		**Concluir 03 (três) subações da Linha de Atividade "Articulação"**
Fórmula de Cálculo		Informação não disponível pela OS
Unidade de Medida		Informação não disponível pela OS
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Concluir 03 (três) subações
Resultado do Indicador	***2011***	*4 Subações*
	2010	*Item a) 1 Subação e Item b) 1 Subação*
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 10 a 12/04/2012.
Nome		**a) Concluir 8 (oito) subações da Linha de Atividade "Apoio a Gestão Estratégica do SNCTI"** **b) Realizar 03 (três) Reuniões de Especialistas**
Fórmula de Cálculo		Informação não disponível pela OS
Unidade de Medida		Informação não disponível pela OS
Periodicidade de Medição		Anual

Meta do Indicador para o exercício de referência		Item a) Concluir 8 (oito) subações Item b) Realizar 03 (três) Reuniões
Resultado do Indicador	***2011***	Item a) 11 Subações *Item b) 03 Reuniões*
	2010	*Item a) 9 Reuniões e Item b) 10 Notas Técnicas*
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 10 a 12/04/2012.
Nome		**Item a) Editar e publicar 02 (dois) números da revista Parcerias Estratégicas** **Item b) Editar e publicar 12 (doze) trabalhos técnicos realizados pelo CGEE da Linha de Atividade "Disseminação de Informação em Ciência, Tecnologia e Inovação"**
Fórmula de Cálculo		Informação não disponível pela OS
Unidade de Medida		Informação não disponível pela OS
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		02 (dois) números da revista Parcerias Estratégicas e 12 (doze) trabalhos técnicos
Resultado do Indicador	***2011***	*Item a) 2 Revistas Parcerias Estratégicas e Item b) 12 Trabalhos Técnicos*
	2010	*Item a) 2 Revistas Parcerias Estratégicas e Item b) 21 Trabalhos Técnicos*
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 10 a 12/04/2012.
Nome		**Item a) Capacitar 12 (doze) empregados do CGEE em cursos de aperfeiçoamento da Linha de Atividade "Gestão Institucional"** **Item b) Concluir a especificação do Projeto de Integração dos Sistemas Internos de Informação do CGEE**
Fórmula de Cálculo		Informação não disponível pela OS
Unidade de Medida		Informação não disponível pela OS
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Item a) Capacitar 12 (doze) empregados Item b) Concluir a especificação do Projeto
Resultado do Indicador	***2011***	Item a) 1 Meta cumprida e Item b) 1 Especificação de projeto
	2010	*Item a) 1 Curso e Item b) 1 Desenvolvimento/consolidação*
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião Anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 10 a 12/04/2012.

Fonte: Administração CGEE; Relatório de Gestão Anual 2010 e 2011.

Quadro CX - Quadro C.37.10 – Indicadores de Desempenho pactuados e seus resultados – IDSM

Identificação da Entidade Contratada		
Nome	Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Mamirauá – IDSM	
CNPJ	03.119.820/0001-95	
Indicador de Desempenho Pactuado		
Nome		**1. Índice Geral de Publicações (IGPub) ou produtos científicos por ano**
Fórmula de Cálculo		IGPub = NGPUB / TNSE → 2011: IGPub = 35/30 = 1,17 Onde: NGPUB = (18 artigos publicados em periódicos indexados + 16 livros ou capítulos de livros e 1 cartilha com ISBN) = 35 publicados no ano da análise. TNSE = 30 "Técnicos de Nível Superior e Especialistas" vinculados diretamente à atividade de pesquisa (pesquisadores, tecnólogos e bolsistas), com 12 ou mais meses atuando no IDSM no momento da análise (14 funcionários e 16 bolsistas. Ver apêndice 1).
Unidade de Medida		N
Periodicidade de Medição		Semestral
Meta do Indicador para o exercício de referência		0,75
Resultado do Indicador	***2011***	1,17
	2010	1,04
Análise do Indicador		*A meta para 2011 foi superada em 56%, resultado da publicação de 14 funcionários e 16 bolsistas, sendo 18 artigos e 17 capítulos de livros. A CA sugere que o percentual de 30% das publicações sejam realizadas em revistas ou jornais de qualificação "Qualis" A1 a B1.*
Nome		**2. Índice de Publicações Indexadas (IPub-I) dos pesquisadores do IDSM ao ano**
Fórmula de Cálculo		IPub-I = NPUBI / TNSE → 2011: IPub-I = 18/30 = 0,6 Onde: NPUBI = 18 artigos publicados em periódicos indexados no ano da análise com membros do IDSM como autores principais ou co-autores. TNSE = 30 "Técnicos de Nível Superior e Especialistas" vinculados

		diretamente à atividade de pesquisa (pesquisadores, tecnólogos e bolsistas), com 12 ou mais meses atuando no IDSM no momento da análise (14 funcionários e 16 bolsistas. Ver apêndice 1)
Unidade de Medida		N
Periodicidade de Medição		Semestral
Meta do Indicador para o exercício de referência		0,6
Resultado do Indicador	***2011***	0,6
	2010	0,464
Análise do Indicador		*Apesar da meta para o indicador ter sido cumprida, a Comissão acrescentou uma nova sugestão de que nos próximos relatórios, uma tabela da produção científica associada aos Indicadores 1 a 3 seja incluída apresentando uma distribuição de autoria ou coautoria, por pesquisador e bolsista.*
Nome		**3. Índice de Publicações Indexadas Abrangente (Ipub-IA) de pesquisadores e colaboradores do IDSM ao ano.**
Fórmula de Cálculo		IPub-IA = $\frac{\text{NPUBIC}}{\text{(TNSE + CE)}}$ → 2011: IPub-IA = 27/(30+9) = 27/39 = 0,69 Onde: NPUBIC = 27 artigos publicados em periódicos indexados no ano da análise com membros do IDSM ou seus colaboradores externos como autores principais ou co-autores (estes artigos devem versar sobre os temas de trabalho do IDSM, sobre as RDSM e RDSA, ou suas populações ou espécies, e produzidos por meio de suporte institucional do IDSM). Ver listagem no apêndice 2. TNSE = 30 técnicos de nível superior e especialistas vinculados diretamente à atividade de pesquisa (pesquisadores, tecnólogos e bolsistas. Ver apêndice 1). CE = 9 colaboradores externos que realizaram pesquisas em colaboração com o IDSM, e com seus pesquisadores. Foram contabilizados colaboradores que tiveram seu trabalho de pesquisa apoiado pelo IDSM (em termos de recursos financeiros e/ou infraestrutura e/ou logística. Ver apêndice 2).
Unidade de Medida		N
Periodicidade de Medição		Semestral
Meta do Indicador para		0,65

o exercício de referência		
Resultado do Indicador	***2011***	0,69
	2010	0,28
Análise do Indicador		A meta de 0,65 prevista foi superada em 6%, totalizando 27 publicações, sendo 18 artigos de membros do IDSM e 9 artigos de colaboradores.
Nome		**4. Índice de Publicações não-Indexadas (IPuNI), reunindo todo tipo de produção científica não indexada realizada no IDSM ao ano.**
Fórmula de Cálculo		**IPuNI = NPCNI → 2011: IPuNI = (48+17 +3+8)/38 = 2** **TNSEo** Onde: NPCNI = 76 produtos científicos não indexados (16 livros e capítulos de livros + 1 cartilha + 48 resumos em eventos científicos publicados + 3 trabalhos de estudantes + 8 documentos de conclusão de graduação ou de pós-graduação) desenvolvidos por orientandos ou co-orientandos dos membros do IDSM tais como monografias, dissertações e/ou teses apoiadas pelo IDSM executados no período da análise. Ver apêndice 2. TNSEo = 30 "Técnicos de Nível Superior e Especialistas" vinculados diretamente à atividade de pesquisa (pesquisadores, tecnólogos e bolsistas), e 8 estudantes em cursos de pós-graduação que sejam autores de trabalhos considerados na mensuração do indicador (presentes no numerador – NPCNI. Ver apêndice 1).
Unidade de Medida		N
Periodicidade de Medição		Semestral
Meta do Indicador para o exercício de referência		2,5
Resultado do Indicador	***2011***	2
	2010	2,26
Análise do Indicador		No ano de 2011, foram produzidos 16 livros e/ou capítulos, 1 cartilha, 48 resumos, 3 trabalhos de estudantes e 8 documentos de conclusão de graduação e/ou pós-graduação, produzidos por 14 funcionários, 16 bolsistas e 8 estudantes. Esse resultado reflete o alcance de 80% da meta pactuada para o ano.
Nome		**5. Número de eventos de difusão cientifica promovidos (EDCP) pelo IDSM ao ano.**
Fórmula de Cálculo		O indicador foi obtido por meio da contagem direta dos eventos científicos promovidos pelo IDSM no ano da análise, e de sua programação. Estes eventos são aqueles nos quais pesquisadores do IDSM e de outras instituições são convidados, e onde são apresentados os projetos de pesquisa correntes, sua metodologia, seus resultados correntes (parciais ou finais), e as conclusões (especialmente aquelas

		relevantes para a conservação da biodiversidade, para a gestão participativa da unidade de conservação e para o desenvolvimento social e da qualidade de vida). Seis eventos foram realizados pelo IDSM em 2011.
Unidade de Medida		N
Periodicidade de Medição		Semestral
Meta do Indicador para o exercício de referência		6
Resultado do Indicador	***2011***	6
	2010	6
Análise do Indicador		o IDSM cumpriu plenamente a meta pactuada de 6 eventos.
Nome		**6. Número de eventos de disseminação das experiências e melhores práticas do IDSM (EDEMP) ao ano**
Fórmula de Cálculo		O indicador foi obtido por meio da contagem direta dos cursos acerca do desenvolvimento de processos e tecnologias desenvolvidos pelo IDSM que são oferecidos no ano da análise. A fonte da informação são relatórios mensais de atividades dos programas de manejo de recursos naturais do IDSM.
Unidade de Medida		N
Periodicidade de Medição		Semestral
Meta do Indicador para o exercício de referência		4
Resultado do Indicador	***2011***	4
	2010	2
Análise do Indicador		o IDSM cumpriu 100% da meta com a realização de 4 eventos de disseminação tecnológica.
Nome		**7. Número Cumulativo de Rotinas de Abordagem elaboradas para diferentes contextos de manejo sustentável de recursos naturais (NCRAb).**
Fórmula de Cálculo		O indicador é obtido por meio da contagem direta cumulativa das rotinas de abordagem ou protocolos de manejo sustentável de recursos naturais, apropriados para diferentes contextos socioambientais. A fonte da informação são as próprias publicações dos programas de manejo de recursos naturais do IDSM. Em 2011 foram publicados dois novos protocolos.
Unidade de Medida		N

Periodicidade de Medição		Semestral
Meta do Indicador para o exercício de referência		4
Resultado do Indicador	***2011***	4
	2010	2
Análise do Indicador		O IDSM cumpriu a meta cumulativa de 4 protocolos. Os documentos são publicados no site do IDSM na internet e, após a avaliação, podem ser produzidos no formato físico (brochura ou livro).
Nome		**8. Índice de Clareiras de Derrubada (ICD) nas áreas de Manejo Florestal Comunitário.**
Fórmula de Cálculo		O Índice de Clareiras de Derrubada (ICD) nas áreas de Manejo Florestal Comunitário passou a ser calculado por meio da divisão entre o somatório do tamanho das clareiras abertas (em m^2) pelo somatório da área manejada (em hectares). Onde: AC (área da clareira) = π (D/2)2 (onde D é o diâmetro da clareira), ou AC (área da clareira) = π r2 (onde r é o raio da clareira) STMC (somatório do tamanho das clareiras) = Σ (π (D/2)2) (em m2) ICD = STMC/Sha (onde Sha é o somatório da área manejada no ano, em hectares, sob atividade de manejo florestal recebendo aconselhamento técnico do PMFC) Nc (número de clareiras) = 17 Clareiras STMC (somatório do tamanho das clareiras)= 6.193,78 m2 Sha (somatório da área manejada) = 20,38 ha ICD = 6.193,78 / 20,38 = 303,91 m2 /ha
Unidade de Medida		M2/ha
Periodicidade de Medição		Semestral

Meta do Indicador para o exercício de referência		Abaixo de 360
Resultado do Indicador	***2011***	303,91 *(m2/ha)*
	2010	NA
Análise do Indicador		O IDSM cumpriu a meta pactuada de índice de clareiras abaixo de 360 m^2/hectare. Ao total, foram 17 clareiras executadas.
Nome		**9. Índice de pirarucus manejados nas RDSM e RDSA com tamanho superior ao limite ideal de abate (ITP).**
Fórmula de Cálculo		Este indicador é obtido pelo cálculo da proporção de animais manejados com tamanhos (comprimentos totais) maiores ou iguais a 1,65m, em relação a todos os animais abatidos em todos os sistemas de manejo de pesca de pirarucu que estejam sob acompanhamento técnico-científico do IDSM, no ano da análise. A fórmula deste indicador é: ITP = Npm , onde NTp ITP = 4.265/5704 = 0,75 Npm = número de pirarucus manejados de tamanho maior ou igual a 1,65m no ano (4.265) NTp = número total de pirarucus manejados no mesmo ano (5.704)
Unidade de Medida		N
Periodicidade de Medição		Semestral
Meta do Indicador para o exercício de referência		Acima de 0,7
Resultado do Indicador	***2011***	0,75
	2010	0,72
Análise do Indicador		A meta para este indicador foi cumprida, com índice de 75% dos pirarucus manejados com tamanho igual ou superior a 1,65m, considerado ideal para o abate.
Nome		**10. Índice de comunidades realizando atividades de manejo dos recursos naturais nas RDSM e RDSA (ICRAM).**
Fórmula de Cálculo		Este indicador é calculado pela contagem do número cumulativo de comunidades da RDSM e RDSA que recebem assessorias e aconselhamento dos programas de manejo de recursos naturais do IDSM, em relação ao número total de comunidades existentes nestas duas reservas. As fontes da informação são os relatórios mensais de atividades dos respectivos programas de manejo de recursos naturais. A fórmula aplicada é: ICRAM = Nca/NTC ICRAM = 71/220 = 0,32 Onde: Nca = número de comunidades atendidas/beneficiadas pelo IDSM no

		ano (71) NTc = número total de comunidades existentes nas RDSM e RDSA (220)
Unidade de Medida		N
Periodicidade de Medição		Semestral
Meta do Indicador para o exercício de referência		0,32
Resultado do Indicador	***2011***	0,32
	2010	0,30
Análise do Indicador		A meta pactuada para 2011 de 0,32 foi atendida, com a inclusão de 5 novas comunidades.
Nome		**11. Índice de Comunidades Beneficiadas (ICB) nas RDSM e RDSA por experimentos que visam qualidade de vida de seus moradores**
Fórmula de Cálculo		Usando informações obtidas a partir dos relatórios mensais do Programa de Qualidade de Vida do IDSM, são contabilizadas as comunidades onde foram realizadas cumulativamente, ao longo dos seis anos (2010-2015), experimentos de abastecimento e tratamento de água, energia alternativa ou destinação de dejetos com recursos originários do Contrato de Gestão. É utilizada a seguinte fórmula: ICB = NCCExp / NCVAF ICB = 6 /73 = 0,082 Onde: NCCExp = Número cumulativo de comunidades com experimentos em qualidade de vida na RDSM e RDSA no ano de análise (6) NCVAF = Número de comunidades alvo nas áreas focais das reservas (N=73)
Unidade de Medida		N
Periodicidade de Medição		Semestral
Meta do Indicador para o exercício de referência		0,082
Resultado do Indicador	***2011***	0,082
	2010	0,041
Análise do Indicador		A meta cumulativa pactuada de atender 6 comunidades até 2011 foi cumprida, por meio do beneficiamento de 3 comunidades nesse ano.
Nome		**12. Índice de participação de lideranças-ano capacitadas pelo IDSM (IPLC)**
Fórmula de Cálculo		Os cálculos deste indicador são realizados a partir de informações coletadas por meio da consulta às listas de lideranças presentes e

		votantes nas assembléias anuais da RDSM e da RDSA, confrontadas com as listas de pessoas capacitadas pelos esforços do IDSM ao longo dos últimos anos. De acordo com orientações da comissão de avaliação, o cálculo deste indicador obedece a seguinte fórmula: IPLC = NLCAG/NTLC IPLC = 127/392 = 0,32 Onde: NLCAG = Número de lideranças capacitadas pelo IDSM participando das Assembléias Gerais da RDSM e da RDSA no ano da análise (N=127) NTLC = Número total cumulativo de lideranças capacitadas pelo IDSM (N=392)
Unidade de Medida		N
Periodicidade de Medição		Semestral
Meta do Indicador para o exercício de referência		0,30
Resultado do Indicador	***2011***	0,32
	2010	0,20
Análise do Indicador		A meta foi superada em 7%.
Nome		**13. Índice de setores da RDSM e da RDSA nos quais há atuação de Agentes Ambientais Voluntários (ISAAV).**
Fórmula de Cálculo		Este indicador é calculado pela seguinte fórmula: IDAAV = SAAV / 15 IDAAV = 12 /15 = 0,8 Onde: SAAV = Número de Setores onde há atuação de AAV´s na RDSM e na na RDSA (N=12) E 15 é o número total de setores organizados nas áreas focais destas duas reservas.
Unidade de Medida		N
Periodicidade de Medição		Semestral
Meta do Indicador para o exercício de referência		0,8
Resultado do Indicador	***2011***	0,8
	2010	0,73
Análise do Indicador		A meta para este indicador foi cumprida.
Nome		**14. Alavancagem mínima de recursos fora do contrato de gestão no IDSM (AMRFCG)**
Fórmula de Cálculo		O indicador é obtido através da relação proporcional entre os recursos obtidos pelo Contrato de Gestão e os recursos de outras fontes de financiamento, segundo a fórmula: RRP = AMRFCG = 2.424.145,01 = 0,16

		VTCG 15.440.000,00 Onde: AMRFCG = Recursos alavancados fora do Contrato de Gestão pelo IDSM ao ano. VTCG = Valores transferidos pelo Contrato de Gestão ao IDSM no ano.
Unidade de Medida		N
Periodicidade de Medição		Semestral
Meta do Indicador para o exercício de referência		0,3
Resultado do Indicador	***2011***	0,16
	2010	0,52
Análise do Indicador		A meta prevista para 2011 é "acima de 0,3" e o Instituto não cumpriu a meta, realizando apenas 0,16.

Fonte: Administração IDSM; Relatório de Gestão Anual 2010 e 2011.

Quadro CXI - Quadro C.37.10 – Indicadores de Desempenho pactuados e seus resultados – IMPA

Identificação da Entidade Contratada		
Nome	Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada - IMPA	
CNPJ	03.447.568/0001-43	
Indicador de Desempenho Pactuado		
Nome		**1.** Número de artigos publicados no ano em revistas de circulação internacional de alto padrão científico com corpo de pareceristas.
Fórmula de Cálculo		Soma aritmética doas artigos publicados nas revistas de circulação internacional
Unidade de Medida		Unidade
Periodicidade de Medição		Semestral
Meta do Indicador para o exercício de referência		65
Resultado do Indicador	***2011***	*83*
	2010	*68*
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 2 a 4/4/2012.
Nome		**2. Número de artigos publicados ou aceitos para publicação em revistas de circulação internacional e alto padrão científico, com corpo de pareceristas.**
Fórmula de Cálculo		Soma aritmética doas artigos publicados ou aceitos nas revistas de circulação internacional
Unidade de Medida		Unidade

Periodicidade de Medição		Semestral
Meta do Indicador para o exercício de referência		130
Resultado do Indicador	***2011***	*134*
	2010	*135*
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 2 a 4/4/2012.
Nome		**3. Proporção de pesquisadores com Bolsa de Produtividade do CNPq.**
Fórmula de Cálculo		Número de pesquisadores com bolsa vezes 100, dividido pelo número total de pesquisadores do IMPA
Unidade de Medida		Percentual %
Periodicidade de Medição		Semestral
Meta do Indicador para o exercício de referência		80
Resultado do Indicador	***2011***	*90*
	2010	*85,4*
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 2 a 4/4/2012.
Nome		**4. Número de visita-mês ao IMPA de pesquisadores nacionais e estrangeiros.**
Fórmula de Cálculo		Número total de dias dividido por 30
Unidade de Medida		Unidade
Periodicidade de Medição		Semestral
Meta do Indicador para o exercício de referência		240
Resultado do Indicador	***2011***	*287*
	2010	*252*
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 2 a 4/4/2012.
Nome		**5. Número de visita-mês ao IMPA de estagiários de pós-doutorado.**
Fórmula de Cálculo		Número total de permanência dividido por 30 dias
Unidade de Medida		Unidade
Periodicidade de Medição		Semestral
Meta do Indicador para		240

o exercício de referência		
Resultado do Indicador	***2011***	*365*
	2010	*236*
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 2 a 4/4/2012.
Nome		**6. Número de reuniões científicas do IMPA.**
Fórmula de Cálculo		Soma aritmética das reuniões científicas realizadas
Unidade de Medida		Unidade
Periodicidade de Medição		Semestral
Meta do Indicador para o exercício de referência		10
Resultado do Indicador	***2011***	*13*
	2010	*12*
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 2 a 4/4/2012.
Nome		**7. Índice de sucesso do doutorado - programa de 4 anos (quantidade de títulos concedidos a bolsistas nos 4 últimos anos, multiplicada por 48 e dividida pelo número de meses de bolsas concedidas nos quatro anos precedentes à obtenção do grau).**
Fórmula de Cálculo		quantidade de títulos concedidos a bolsistas nos 4 últimos anos, multiplicada por 48 e dividida pelo número de meses de bolsas concedidas nos quatro anos precedentes à obtenção do grau
Unidade de Medida		Percentual %
Periodicidade de Medição		Semestral
Meta do Indicador para o exercício de referência		85
Resultado do Indicador	***2011***	*86*
	2010	*88*
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 2 a 4/4/2012.
Nome		**8. Índice de sucesso do mestrado - programa de 2 anos (quantidade de títulos concedidos a bolsistas nos 2 últimos anos, multiplicada por 24 e dividida pelo número de meses de bolsas concedidas nos dois anos precedentes à obtenção do grau).**
Fórmula de Cálculo		quantidade de títulos concedidos a bolsistas nos 2 últimos anos, multiplicada por 24 e dividida pelo número de meses de bolsas concedidas nos dois anos precedentes à obtenção do grau
Unidade de Medida		Percentual %
Periodicidade de		Semestral

Medição		
Meta do Indicador para o exercício de referência		85
Resultado do Indicador	***2011***	*87*
	2010	*88*
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 2 a 4/4/2012.
Nome		**9. Número de doutores formados anualmente/ média dos últimos três anos.**
Fórmula de Cálculo		Soma dos três últimos anos dividido por três (média)
Unidade de Medida		Unidade
Periodicidade de Medição		Semestral
Meta do Indicador para o exercício de referência		16
Resultado do Indicador	***2011***	*20*
	2010	*19,33*
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 2 a 4/4/2012.
Nome		**10. Número de participantes do Colóquio Brasileiro de Matemática (realizado nos anos ímpares).**
Fórmula de Cálculo		Soma aritmética dos participantes
Unidade de Medida		Unidade
Periodicidade de Medição		Semestral
Meta do Indicador para o exercício de referência		600
Resultado do Indicador	***2011***	*637*
	2010	*Realizado nos anos ímpares*
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 2 a 4/4/2012.
Nome		**11. Número de protótipos e *Softwares* produzidos ou aperfeiçoados (novas versões).**
Fórmula de Cálculo		Soma aritmética dos protótipos e softwares
Unidade de Medida		Unidade
Periodicidade de Medição		Semestral
Meta do Indicador para o exercício de referência		5

Resultado do Indicador	***2011***	*5*
	2010	*5*
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 2 a 4/4/2012.
Nome		**12. Número de publicações tecnológicas e patentes resultantes dos Projetos.**
Fórmula de Cálculo		Soma aritmética das publicações
Unidade de Medida		Unidade
Periodicidade de Medição		Semestral
Meta do Indicador para o exercício de referência		7
Resultado do Indicador	***2011***	*7*
	2010	*7*
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 2 a 4/4/2012.
Nome		**13. Número de títulos publicados (livros de graduação e pós-graduação).**
Fórmula de Cálculo		Soma aritmética dos títulos publicados
Unidade de Medida		Unidade
Periodicidade de Medição		Semestral
Meta do Indicador para o exercício de referência		16
Resultado do Indicador	***2011***	*16*
	2010	*18*
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 2 a 4/4/2012.
Nome		**14. Número de livros e assinaturas de revistas incorporados ao acervo bibliográfico do IMPA.**
Fórmula de Cálculo		Número total de livros adquiridos no ano mais assinatura de periódicos
Unidade de Medida		Unidade
Periodicidade de Medição		Semestral
Meta do Indicador para o exercício de referência		800
Resultado do Indicador	***2011***	*930*
	2010	*931*
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida

		para o indicador será feita na Reunião anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 2 a 4/4/2012.
Nome		**15. Número de livros emprestados.**
Fórmula de Cálculo		Cálculo dos acessos eletrônicos feitos ao site de assinaturas de revistas da biblioteca mais empréstimo de periódicos na biblioteca
Unidade de Medida		Unidade
Periodicidade de Medição		Semestral
Meta do Indicador para o exercício de referência		12500
Resultado do Indicador	***2011***	*12709*
	2010	*12687*
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 2 a 4/4/2012.
Nome		**16. Notas da CAPES (avaliação a cada três anos).**
Fórmula de Cálculo		Cálculo realizado pela Capes para os programas de pós-graduação
Unidade de Medida		Unidade
Periodicidade de Medição		Semestral
Meta do Indicador para o exercício de referência		7
Resultado do Indicador	***2011***	*7*
	2010	*7*
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 2 a 4/4/2012.
Nome		**17. Número de projetos de pesquisa e convênios de cooperação vigentes, aprovados por mérito, ou a convite.**
Fórmula de Cálculo		Soma aritmética dos projetos de pesquisa e convênios de cooperação vigentes
Unidade de Medida		Unidade
Periodicidade de Medição		Semestral
Meta do Indicador para o exercício de referência		48
Resultado do Indicador	***2011***	*57*
	2010	*58*
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 2 a 4/4/2012.
Nome		**18. Número de alunos inscritos na Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas - OBMEP. (Tornou-se indicador**

		somente em 2011)
Fórmula de Cálculo		Levantamento realizado através do total de escolas mais municípios mais alunos de níveis 1,2 e 3
Unidade de Medida		Unidade
Periodicidade de Medição		Semestral
Meta do Indicador para o exercício de referência		16 milhões
Resultado do Indicador	***2011***	*18,7 milhões*
	2010	*Tornou-se indicador somente em 2011*
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 2 a 4/4/2012.

Fonte: Coordenação de Administração do IMPA; Relatório de Gestão Anual 2010 e 2011.

Quadro CXII - Quadro C.37.10 – Indicadores de Desempenho pactuados e seus resultados – RNP

Identificação da Entidade Contratada		
Nome	Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP	
CNPJ	03.508.097\0001-36	
Indicador de Desempenho Pactuado		
Nome		**Taxa de Oferta de Serviços Experimentais Oriundos de Grupos de Trabalho (GTs) de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)**
Fórmula de Cálculo		O indicador é expresso pela razão entre o número de GTs de fase 2 identificados com potencial de tornarem-se serviços experimentais ou serem ofertados como plataformas, segundo o Grupo de Avaliação de Projetos de Inovação (Gapi), e o número total de novos GTs de fase 1 contratados, nos últimos quatro anos.
Unidade de Medida		%
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		**69%**
Resultado do Indicador	***2011***	***69%***
	2010	*Não se aplica**
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 14-16/03/2012.
Nome		**Número de Iniciativas Estruturantes de Desenvolvimento Tecnológico**
Fórmula de Cálculo		O indicador é expresso pelo somatório de iniciativas estruturantes de desenvolvimento tecnológico acumulado nos últimos quatro anos.
Unidade de Medida		U
Periodicidade de Medição		Anual

Meta do Indicador para o exercício de referência		**3U**
Resultado do Indicador	***2011***	***3U***
	2010	*Não se aplica**
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 14-16/03/2012.
Nome		**Índice de Qualidade da Rede**
Fórmula de Cálculo		O indicador é expresso pelo fator de desempenho da rede, calculado por PP + PR, em que: PP – pontuação relativa à perda de pacotes, calculada por PP = (6 – P%) x 10, sendo P igual ao percentual médio de perda de pacotes. Para o cálculo, atribui-se 50 pontos para uma taxa média de perda de 1%, compatível com virtualmente todos os aplicativos da rede. Taxas de perdas superiores implicam em redução de pontos, chegando-se a zero pontos para perdas acima de 6%. PR – pontuação relativa ao retardo médio de entrega de pacotes, calculada por PR = 5500/Rmédio, sendo Rmédio o retardo médio medido para a entrega de pacotes. Para o cálculo, atribui-se 50 pontos para um valor medido de 110 milissegundos, que garante o funcionamento adequado de todos os aplicativos. Valores superiores a 110 milissegundos implicam em perda gradual de pontos. A pontuação mínima é de 100 pontos para uma rede de alta qualidade para seus usuários%.
Unidade de Medida		%
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		**100%**
Resultado do Indicador	***2011***	***136,32%***
	2010	***89,46%***
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 14-16/03/2012.
Nome		**Percentual de Disponibilidade Média da Rede**
Fórmula de Cálculo		O indicador é expresso pela razão entre a média dos tempos de pleno serviço em cada um dos PoPs e o tempo total no período de observação mensal.
Unidade de Medida		%
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		**99,80%**

Resultado do Indicador	***2011***	***99,75%***
	2010	***99,72%***
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 14-16/03/2012.
Nome		**Percentual de Organizações Atendidas na Capacidade Adequada**
Fórmula de Cálculo		O indicador é expresso como a percentagem simples de instituições atendidas com sucesso, na banda estabelecida no Plano Operacional da Rede.
Unidade de Medida		%
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		**0%**
Resultado do Indicador	***2011***	***Não se aplica***
	2010	***24***
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 14-16/03/2012.
Nome		**Número de Serviços em Produção**
Fórmula de Cálculo		O indicador é expresso pela média do número de serviços em produção e em uso pelas instituições, calculada nos últimos quatro anos.
Unidade de Medida		U
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		**9 U**
Resultado do Indicador	***2011***	***12 U***
	2010	*Não se aplica**
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 14-16/03/2012.
Nome		**Índice de Execução de Iniciativas Estratégicas de Apoio às Políticas Públicas**
Fórmula de Cálculo		O indicador é expresso por uma nota atribuída de acordo com o desvio dos índices de progresso de execução física das iniciativas estratégicas. O índice de progresso da execução física de cada iniciativa é calculado pela razão entre o progresso físico acumulado e a meta prevista para o período de avaliação
Unidade de Medida		Índice
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Não definida. Indicador de caráter experimental em 2011. A metodologia de cálculo encontra-se em formulação.
Resultado	***2011***	***Não se aplica***

do Indicador	***2010***	*Não se aplica**
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 14-16/03/2012.
Nome		**Número de Pessoas-hora Capacitadas em Cursos**
Fórmula de Cálculo		O indicador é expresso pelo número de pessoas-hora capacitadas.
Unidade de Medida		U
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		**29.080 U**
Resultado do Indicador	***2011***	***34.152 U***
	2010	***23.325 U***
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 14-16/03/2012.
Nome		**Número de Iniciativas de Disseminação do Conhecimento em TICs**
Fórmula de Cálculo		O indicador é expresso pelo somatório de iniciativas de disseminação do conhecimento em TIC realizadas com sucesso nos últimos quatro anos.
Unidade de Medida		U
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Não definida. Indicador de caráter experimental em 2011. Os perfis de iniciativas de disseminação do conhecimento em TIC encontram-se em definição.
Resultado do Indicador	***2011***	***Não se aplica***
	2010	*Não se aplica**
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 14-16/03/2012.
Nome		**Número de Comunidades de Interesse Atendidas**
Fórmula de Cálculo		O indicador é expresso pelo somatório de comunidades ou públicos de interesse atendidos por meio do Plano Operacional de Relacionamentos Institucionais da RNP.
Unidade de Medida		U
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		**2 U**
Resultado do Indicador	***2011***	***2 U***
	2010	*Não se aplica**
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 14-16/03/2012.

Nome		**Percentual de Pontos de Presença (PoPs) que Atuam com Grau de Excelência Padrão**
Fórmula de Cálculo		O indicador é expresso pela razão entre o número de PoPs que atuam com grau de excelência igual ou acima do padrão estabelecido para o seu perfil e o número total de PoPs
Unidade de Medida		Índice
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Não definida. Indicador de caráter experimental em 2011. A metodologia de cálculo encontra-se em formulação.
Resultado do Indicador	***2011***	***Não se aplica***
	2010	*Não se aplica**
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 14-16/03/2012.
Nome		**Índice de Qualidade da Gestão Organizacional**
Fórmula de Cálculo		Para a medição, é realizado o processo anual Avaliação e Diagnóstico da Gestão Organizacional e utilizado como referência o Modelo de Excelência da Gestão® (MEG), da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ). O processo é conduzido por uma equipe de avaliadores internos, supervisionada por empresa certificada pela FNQ, e envolve todos os gestores, além de um grupo significativo de colaboradores. O valor do indicador é obtido ao longo deste processo e estabelece o grau de aderência que a organização tem em relação ao MEG. O valor máximo que uma organização pode obter na avaliação é de 1.000 pontos. Em função dos pontos obtidos, as organizações são classificadas em cinco níveis – de uma organização embrionária, desprovida de processos organizados, à uma organização chamada classe mundial, que tem estabelecido o sistema da qualidade, com processos definidos e ciclos organizados, visando aprendizado e melhoria contínuos.
Unidade de Medida		Índice
Periodicidade de Medição		Anual
Meta do Indicador para o exercício de referência		Não definida. Um novo V0 e uma nova meta serão estabelecidos ao final da fase de implantação dos primeiros novos processos organizacionais, em julho de 2012.
Resultado do Indicador	***2011***	***Não se aplica***
	2010	*Não se aplica**
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 14-16/03/2012.
Nome		**Índice de Satisfação das Partes Interessadas**
Fórmula de Cálculo		O indicador é expresso pela pontuação obtida com a aplicação da Pesquisa Anual de Satisfação das Partes Interessadas da RNP.
Unidade de Medida		Índice
Periodicidade de		Anual

Medição		
Meta do Indicador para o exercício de referência		**73%**
Resultado do Indicador	***2011***	***74,4%***
	2010	*Não se aplica**
Análise do Indicador		A análise crítica acerca do cumprimento ou não da meta estabelecida para o indicador será feita na Reunião anual da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que será realizada somente em 14-16/03/2012.

Fonte: Administração RNP; Relatório de Gestão Anual 2010 e 2011.

Quadro CXIII - Quadro C.37.11 – Avaliação geral dos resultados do contrato de gestão – ABTLuS

Identificação da Entidade Contratada	
Nome	Associação Brasileira de Tecnologia em Luz Síncrotron - ABTLuS
CNPJ	01.576.817/0001-75
Resultados	
Avaliação dos resultados da parceria no exercício	Em 2010: Considerando-se analisados: as informações constantes do Relatório do Contrato de Gestão 2010 e documentos comprobatórios da prestação de contas; os resultados da avaliação da Comissão de Acompanhamento e Avaliação, que, relativamente à execução do Plano de Ação 2010, apurou a nota 9,23 e o conceito de que a ABTLuS atingiu plenamente as metas pactuadas para o exercício de 2010. A única a exceção deu-se no indicador 11 (Taxa de Supervisão de pós-doutores) plenamente justificável devido pelo aumento de demanda de contratação de doutores no quadro de professores e pesquisadores das universidades nacionais, além da baixa atratividade dos valores de bolsas praticados pelas agências de fomento e apoio à pesquisa no Brasil. Conclui-se que foi cumprido o que dispõe o art. 8º da Lei nº 9.637 de 1998, sobre a Execução e Fiscalização do Contrato de Gestão. Resultado SATISFATÓRIO. Em 2011: Não houve tempo hábil para a elaboração de nota com a análise técnica do Relatório Anual de Execução Contrato de Gestão da OS e do Relatório Anual conclusivo 2011 da Comissão de Avaliação, comissão essa, que se reunirá de 28 a 30/03/2012.
Irregularidades ou Ilegalidades Apuradas Durante o Exercício	Esta Unidade Jurisdicionada não tomou ciência de qualquer irregularidade ou ilegalidade praticada por esta OS na execução de recursos públicos repassados a título de fomento de suas atividades por Contrato de Gestão firmado.
Parecer da Comissão de Avaliação	Em 2010: A Comissão se posicionou pela continuidade da parceria. Em 2011: O relatório anual e conclusivo 2011 da Comissão de Avaliação será elaborado na reunião anual dessa comissão que será realizada somente em 28 a 30/03/2012.
Síntese das Conclusões da Comissão de Avaliação	Em 2010: de acordo com a sistemática de avaliação pactuada no

	Contrato de Gestão, a ABTLuS atingiu plenamente o desempenho esperado, obtendo nota média global de 9,23. Não obstante o alcance do desempenho esperado, julga-se importante destacar, uma vez mais, a necessidade de ampla revisão da sistemática de avaliação e dos indicadores de desempenho, em virtude da ampliação do espectro de atividades científicas a cargo da instituição e de sua crescente complexidade institucional. **Em 2011:** O relatório anual e conclusivo 2011 da Comissão de Avaliação será elaborado na reunião anual dessa comissão que será realizada somente em 28 a 30/03/2012.

Quadro CXIV - Quadro C.37.11 – Avaliação geral dos resultados do contrato de gestão - CGEE

Identificação da Entidade Contratada	
Nome	Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE
CNPJ	04.724.690/0001-82
Resultados	
Avaliação dos resultados da parceria no exercício	Em 2010: Considerando-se analisados: as informações constantes do Relatório do Contrato de Gestão 2010 e documentos comprobatórios da prestação de contas; os resultados da avaliação da Comissão de Acompanhamento e Avaliação, que, relativamente à execução do Plano de Ação 2010, apurou a nota 9,0 e o conceito de que o CGEE atingiu plenamente as metas pactuadas para o exercício de 2010. Tal fato deveu-se a Linha de Ação, Estudos, Análises e Avaliações - quando foram pactuados a conclusão de 18 subações vinculadas para o período de 2010 e 2011 pela atualização de Termos Aditivos firmados, das quais 16 foram finalizados conforme pactuado até 31/12/2010. Nesta opção, o CGEE teria cumprido 16 num total de 18 estudos pactuados, ou seja, 89% de cumprimento da meta. Conclui-se portanto, que foi cumprido o que dispõe o art. 8º da Lei nº 9.637 de 1998, sobre a Execução e Fiscalização do Contrato de Gestão para o período. Resultado SATISFATÓRIO. Em 2011: Não houve tempo hábil para a elaboração de nota com a análise técnica do Relatório Anual de Execução Contrato de Gestão da OS e do Relatório Anual conclusivo 2011 da Comissão de Avaliação, comissão essa, que se reunirá de 10 a 12/04/2012
Irregularidades ou Ilegalidades Apuradas Durante o Exercício	Esta Unidade Jurisdicionada não tomou ciência de qualquer irregularidade ou ilegalidade praticada por esta OS na execução de recursos públicos repassados a título de fomento de suas atividades por Contrato de Gestão firmado.
Parecer da Comissão de Avaliação	Em 2010: A Comissão se posicionou pela continuidade da parceria. Em 2011: O relatório anual e conclusivo 2011 da Comissão de Avaliação será elaborado na reunião anual dessa comissão que será realizada somente em 10 a 12/04/2012.
Síntese das Conclusões da Comissão de Avaliação	**Em 2010:** De acordo com a metodologia e sistemática de avaliação definidas nos anexos ao Contrato de Gestão 2010-2016, o CGEE

	atingiu plenamente as metas pactuadas para o exercício de 2010. **Em 2011:** O relatório anual e conclusivo 2011 da Comissão de Avaliação será elaborado na reunião anual dessa comissão que será realizada somente em 10 a 12/04/2012.

Quadro CXV - Quadro C.37.11 – Avaliação geral dos resultados do contrato de gestão - IDSM

Identificação da Entidade Contratada	
Nome	Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Mamirauá - IDSM
CNPJ	03.119.820/0001-95
Resultados	
Avaliação dos resultados da parceria no exercício	**Em 2010:** Na aplicação da sistemática de avaliação constante do Anexo V do Contrato de Gestão pela CA, a nota obtida pelo IDSM foi de 8,31, que corresponde ao conceito "atingiu parcialmente as metas compromissadas" para o exercício 2010. Na avaliação da comissão, dos 14 indicadores pactuados no Contrato de Gestão, sete (1, 4, 5, 7, 9, 10 e 14) alcançaram as metas com sucesso, seis (2, 3, 6, 11, 12 e 13) atingiram parcialmente e um (8) foi desconsiderado para fins de cálculo, tendo em vista que não foi aplicável ao período. Salienta-se que, dos sete indicadores cumpridos, dois (1 e 4) foram superados em mais de 10%. Já dos seis que foram atingidos parcialmente, apenas o Indicador 3 alcançou menos de 50% da meta. Em relação à nota obtida pelo IDSM, há que se considerar que os indicadores foram redefinidos, além disso, neste período houve perda de agentes capacitados e problemas, como por exemplo, a seca que impossibilitou um rendimento melhor do Instituto. Porém a CGOS espera que o IDSM se adapte aos novos desafios, e volte a alcançar a média de consecução das metas estabelecidas nos últimos tempos. Resultado SATISFATÓRIO. **Em 2011:** Não houve tempo hábil para a elaboração de nota com a análise técnica do Relatório Anual de Execução Contrato de Gestão da OS e do Relatório Anual conclusivo 2011 da Comissão de Avaliação, comissão essa, que se reuniu de 19 a 23/03/2012.
Irregularidades ou Ilegalidades Apuradas Durante o Exercício	Esta Unidade Jurisdicionada não tomou ciência de qualquer irregularidade ou ilegalidade praticada por esta OS na execução de recursos públicos repassados a título de fomento de suas atividades por Contrato de Gestão firmado.
Parecer da Comissão de Avaliação	Em 2010: A Comissão se posicionou pela continuidade da parceria. Em 2011: A Comissão se posicionou pela continuidade da parceria.

Síntese das Conclusões da Comissão de Avaliação	**Em 2010:** Não foram cumpridas as metas previstas para cinco indicadores (2, 3, 6, 11 e 12) e o indicador 8 não pôde ser mensurado, deixando de ser computado para fins de cálculo do resultado obtido no exercício. Os indicadores 1 e 4 tiveram suas metas superadas. Aplicando-se a sistemática de avaliação constante do Contrato de Gestão, o IDSM atingiu parcialmente as metas compromissadas**.** Como este foi o primeiro ano do novo contrato com indicadores redefinidos, a perspectiva é que o IDSM ajuste seu desempenho aos novos indicadores no próximo exercício. **Em 2011:** de acordo com a sistemática de avaliação pactuada no Contrato de Gestão, o IDSM atingiu plenamente as metas compromissadas. Não foram cumpridas as metas previstas para os indicadores 4 e 14. As demais metas foram cumpridas, sendo 3 delas superadas.

Quadro CXVI - Quadro C.37.11 – Avaliação geral dos resultados do contrato de gestão – IMPA

Identificação da Entidade Contratada	
Nome	Associação Instituto de Matemática Pura e Aplicada – IMPA
CNPJ	03.447.568/0001-43
Resultados	
Avaliação dos resultados da parceria no exercício	**Em 2010:** Após a análise do Relatório de Gestão Anual de 2010 do IMPA e respectivos documentos comprobatórios, nas informações prestadas pela Direção do IMPA e de acordo com a sistemática de avaliação pactuada no Contrato de Gestão 2010-2016, a Comissão de Avaliação verificou que todos os dezessete indicadores tiveram suas metas alcançadas e por vezes superadas. Com esse alcance pleno das metas pactuadas o IMPA obteve o conceito máximo de 10 pontos previsto na sistemática de avaliação, conforme declarado pela Comissão. Conclui-se, portanto, que foi cumprido o que dispõe o art. 8º da Lei nº 9.637 de 1998, sobre a Execução e Fiscalização do Contrato de Gestão. Resultado SATISFATÓRIO. **Em 2011:** Não houve tempo hábil para a elaboração de nota com a análise técnica do Relatório Anual de Execução Contrato de Gestão da OS e do Relatório Anual conclusivo 2011 da Comissão de Avaliação, comissão essa, que se reunirá de 2 a 4/04/2012.
Irregularidades ou Ilegalidades Apuradas Durante o Exercício	Esta Unidade Jurisdicionada não tomou ciência de qualquer irregularidade ou ilegalidade praticada por esta OS na execução de recursos públicos repassados a título de fomento de suas atividades por Contrato de

	Gestão firmado.
Parecer da Comissão de Avaliação	Em 2010: A Comissão se posicionou pela continuidade da parceria. Em 2011: O relatório anual e conclusivo 2011 da Comissão de Avaliação será elaborado na reunião anual dessa comissão que será realizada somente em 2 a 4/04/2012.
Síntese das Conclusões da Comissão de Avaliação	**Em 2010:** de acordo com a sistemática de avaliação pactuada no Contrato de Gestão, o IMPA obteve a pontuação global dez ao atingir plenamente as metas pactuadas para o exercício de 2010. **Em 2011:** O relatório anual e conclusivo 2011 da Comissão de Avaliação será elaborado na reunião anual dessa comissão que será realizada somente em 2 a 4/04/2012.

Quadro CXVII - Quadro C.37.11 – Avaliação geral dos resultados do contrato de gestão – RNP

Identificação da Entidade Contratada	
Nome	Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP
CNPJ	03.508.097/0001-36
Resultados	
Avaliação dos resultados da parceria no exercício	**Em 2010:** Na conclusão do Relatório Anual e Conclusivo a Comissão de Avaliação exprime que, a exceção do Índice de Qualidade de Rede pelas razões explicitadas no citado Relatório, "Tal resultado deveu-se à falta de atualização de enlaces de cerca de um terço dos Pontos de Presença (PoPs) da RNP, em decorrência do atraso na entrega dos circuitos Gbps pela operadora Oi – circuitos que virão compor a Nova rede Ipê, resultado de acordo entre Oi, RNP e Agência Nacional, as metas pactuadas para cada um dos indicadores foram alcançadas. de Telecomunicações (Anatel). Os PoPs que apresentaram alto grau de congestionamento e que contribuíram para o mau resultado do indicador foram os do Acre, Alagoas, Amazonas, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima, Sergipe e Tocantins." Portanto conforme Sistemática de Avaliação pactuada no Contrato de Gestão, a RNP atingiu plenamente as metas pactuadas para o exercício de 2010 ao obter a nota média global de 9,77. Resultado SATISFATÓRIO. **Em 2011:** Não houve tempo hábil para a elaboração de nota com a análise técnica do Relatório Anual de Execução Contrato de Gestão da OS e do Relatório Anual conclusivo 2011 da Comissão de Avaliação, comissão essa, que se reuniu de 14 a 16/03/2012, mas ainda não remeteu a versão final do seu relatório.
Irregularidades ou Ilegalidades Apuradas Durante o Exercício	Esta Unidade Jurisdicionada não tomou ciência de qualquer irregularidade ou ilegalidade praticada por esta OS na execução de recursos públicos repassados a título de fomento de suas atividades por Contrato de

	Gestão firmado.
Parecer da Comissão de Avaliação	Em 2010: A Comissão se posicionou pela continuidade da parceria. Em 2011: A Comissão se posicionou pela continuidade da parceria.
Síntese das Conclusões da Comissão de Avaliação	**Em 2010:** as metas pactuadas para cada um dos indicadores foram alcançadas, a exceção do Índice de Qualidade de Rede, pelas razões explicitadas no Relatório de Gestão Anual 2010 da RNP, páginas 52 e 53. Conforme Sistemática de Avaliação pactuada no Contrato de Gestão vigente, a RNP atingiu plenamente as metas pactuadas para o exercício de 2010 ao obter a nota média global de 9,77. **Em 2011:** Aguardando versão final do relatório.

Quadro CXVIII - Quadro C.37.12 – Identificação da estrutura de pessoal da unidade responsável pelo acompanhamento

Identificação da unidade administrativa responsável	
Nome	Coordenação-Geral de Supervisão e Acompanhamento das Organizações Sociais - CGOS
UG SIAFI da qual são repassados os recursos	240113
Atribuições da unidade responsável	Negociar, pactuar, supervisionar e avaliar o desempenho das organizações sociais e congêneres, conforme metas e indicadores estabelecidos nos Contratos de Gestão ou instrumentos similares; coordenar as reuniões das Comissões de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão; analisar os relatórios das Comissões de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão e instrumentos similares; acompanhar a execução das ações das organizações sociais estabelecidas no Plano Plurianual; apoiar e acompanhar a elaboração e execução do Planejamento Estratégico das organizações sociais, no que tange aos Contratos de Gestão; articular-se com órgãos congêneres de gestão no âmbito do poder executivo federal; e executar outras competências que lhe forem cometidas, no seu campo de atuação.

Quantidade de pessoas da UJ envolvidas com o acompanhamento dos contratos de gestão							
Direção e Assessoramento		**Cargo Efetivo sem função ou comissão**		**Estagiários**		**Terceirizados**	
Qtde.	**Custo (R$ 1,00)**	**Qtde.**	**Custo (R$ 1,00)**	**Qtde.**	**Custo (R$ 1,00)**	**Qtde.**	**Custo (R$ 1,00)**
3	288.420,90	6	283.101,54	-	-	1	R$ 53.040,00

Quadro CXIX - Quadro C.37.13 – Discriminação dos recursos da UJ colocados à disposição da entidade privada - CGEE

Identificação da Entidade Contratada	
Nome	Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE
CNPJ	04.724.690/0001-82

Relação das pessoas da UJ colocadas à disposição da entidade privada

Nome	Ato de Designação	Cargo que ocupava na UJ	Cargo que ocupa na entidade	Data da cessão	Ônus para a UJ?
Antonio Carlos Filgueira Galvão	Resolução CA nº 049/2006.	Analista em Ciência e Tecnologia Sênior III - (CNPq)	Diretor	17/03/2006	Não
Lucia Carvalho Pinto de Melo	Eleita - 24ª Reunião do CA - 01/11/2005 Posse - 14/12/2005	Pesquisador - (Fundação Joaquim Nabuco)	Presidenta	14/12/2005 até 20/07/2011	Não
Carlson Batista de Oliveira	Portaria nº 56 de 16/06/2011 do Diário Oficial da União.	Analista em Ciência e Tecnologia Sênior III - (CNPq)	Assessor Técnico	16/06/2011	Não
Esper Abrão Cavalheiro	Portaria nº 3.210 publicada no D.O.U dia 21/09/2005.	Professor – (Universidade Federal de São Paulo – Escola Paulista de Medicina) UNIFESP-EPM	Assessor Técnico	21/09/2005	Não
Ethel Airton Capuano	Portaria nº 1.107 publicada no D.O.U dia 12/05/2011.	Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental – (SEGES-MPOG)	Assessor Técnico	12/05/2011	Não
Ione Egler	Portaria nº 97 publicada no D.O.U dia 04/10/2011.	Analista em Ciência e Tecnologia Sênior III (MCTI)	Assessor Técnico	04/10/2011	Não
Lélio Fellows Filho	Portaria nº 123 publicada no D.O.U dia 19/08/2002.	Analista em Ciência e Tecnologia Sênior III - (CNPq)	Assessor Técnico	19/08/2002	Não
Sandra Andrade de Lima	Portaria nº 49 publicada no D.O.U dia 29/04/2005.	Analista em Ciência e Tecnologia Sênior III - (CNPq)	Assessor Técnico	29/04/2005	Não
Sofia Cristina Adjuto Daher Aranha	Portaria nº 02 publicada no D.O.U dia 17/01/2007.	Analista em Ciência e Tecnologia Pleno II - (CNPq)	Assessor Técnico	17/01/2007	Não
Tatiana Maria Carvalho Pires	Portaria nº 123 publicada no D.O.U dia 19/08/2002.	Analista em Ciência e Tecnologia Sênior	Assessor Técnico	19/08/2002	Não

		III - (CNPq)			

Relação dos bens móveis e imóveis cedidos pela UJ para a entidade privada no exercício						
Descrição do bem	**Móvel ou imóvel?**	**Data de aquisição**	**Valor de aquisição**	**Ato autorizador da cessão**	**Data da cessão**	**A propriedade foi transferida?**
No exercício de 2011 não foi cedido nenhum Bem para o CGEE						

Fonte: Administração CGEE

Quadro CXX - Quadro C.37.13 – Discriminação dos recursos da UJ colocados à disposição da entidade privada - IDSM

Identificação da Entidade Contratada	
Nome	Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Mamirauá - IDSM
CNPJ	03.119.820/0001-95

Relação das pessoas da UJ colocadas à disposição da entidade privada					
Nome	**Ato de Designação**	**Cargo que ocupava na UJ**	**Cargo que ocupa na entidade**	**Data da cessão**	**Ônus para a UJ?**
• ***O IDSM não tem servidores públicos cedidos***					

Relação dos bens móveis e imóveis cedidos pela UJ para a entidade privada no exercício						
Descrição do bem	**Móvel ou imóvel?**	**Data de aquisição**	**Valor de aquisição**	**Ato autorizador da cessão**	**Data da cessão**	**A propriedade foi transferida?**
Terreno com área de 127.595,00 m², situado no Bairro de Fonte Boa. Limita-se pela frente com o Lago de Tefé e fundo com a Estrada do Bexiga. O número da escritura do terreno é 2.984	Imóvel	10/01/1995	R$ 100.000,00	Contrato de Gestão	09/04/2007	Não
Veículo Automotor – Marca; Modelo: GM/Blazer; Cor: Branca Mahler; Chassi nº 9BG116ARVVC944777; Ano / Modelo: 1997/1997; Placa: JWN8952	Móvel	Ano 1997	Não Informado	Contrato de Gestão	27/05/2010	Não

Fonte: Administração IDSM

Quadro CXXI - Quadro C.37.13 – Discriminação dos recursos da UJ colocados à disposição da entidade privada - IMPA

Identificação da Entidade Contratada	
Nome	Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada - IMPA
CNPJ	03.447.568/0001-43

Relação das pessoas da UJ colocadas à disposição da entidade privada					
Nome	**Ato de Designação**	**Cargo que ocupava na UJ**	**Cargo que ocupa na entidade**	**Data da cessão**	**Ônus para a UJ?**
Alcides Lins Neto	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Pesquisador	Pesquisador	06/08/2001	Sim
Alexandre Maria de Oliveira	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Analista em C&T	Analista em C&T	06/08/2001	Sim
Alfredo Noel Iusem	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Pesquisador	Pesquisador	06/08/2001	Sim
Aloísio Pessoa de Araújo	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Pesquisador	Pesquisador	06/08/2001	Sim
André Nachbin	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Pesquisador	Pesquisador	06/08/2001	Sim
Arnaldo Leite Pinto Garcia	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Pesquisador	Pesquisador	06/08/2001	Sim
Benar Fux Svaiter	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Pesquisador	Pesquisador	06/08/2001	Sim
Benedito de Souza	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Assistente em C&T	Assistente em C&T	06/08/2001	Sim
Carlos Augusto de Moraes	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Assistente em C&T	Assistente em C&T	06/08/2001	Sim
Carlos Gustavo T. A. Moreira	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Pesquisador	Pesquisador	06/08/2001	Sim
Carlos Roberto M. dos Santos	Portaria nº 064 de 16/05/03 MCT	Analista em C&T	Analista em C&T	21/05/2003	Sim
Carolina Celano Lima	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Analista em C&T	Analista em C&T	06/08/2001	Sim
César Leopoldo Camacho Manco	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Pesquisador	Pesquisador	06/08/2001	Sim
Claudio Landim	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Pesquisador	Pesquisador	06/08/2001	Sim
Claudio Luiz Fahl Santos	Portaria nº 098 de 31/07/01	Assistente em C&T	Assistente em C&T	06/08/2001	Sim

	MCT				
Cristiana Silva C. Marques	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Tecnologista	Tecnologista	06/08/2001	Sim
Dan Marchesin	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Pesquisador	Pesquisador	06/08/2001	Sim
Dion Villar Visgueiro	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Tecnologista	Tecnologista	06/08/2001	Sim
Eduardo de Sequeira Esteves	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Pesquisador	Pesquisador	06/08/2001	Sim
Elenice dos Santos da Silva	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Assistente em C&T	Assistente em C&T	06/08/2001	Sim
Fatima Ferreira Russo	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Analista em C&T	Analista em C&T	06/08/2001	Sim
Gilson Nunes Bouças	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Assistente em C&T	Assistente em C&T	06/08/2001	Sim
Hermano Frid Neto	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Pesquisador	Pesquisador	06/08/2001	Sim
Jonas de Miranda Gomes	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Pesquisador	Pesquisador	06/08/2001	Sim
Jorge Passamani Zubelli	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Pesquisador	Pesquisador	06/08/2001	Sim
José Felipe Linares Ramirez	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Pesquisador	Pesquisador	06/08/2001	Sim
José Paulo Fahl Santos	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Assistente em C&T	Assistente em C&T	06/08/2001	Sim
Karl Otto Stohr	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Pesquisador	Pesquisador	06/08/2001	Sim
Lúcio Ladislao Rodriguez	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Pesquisador	Pesquisador	06/08/2001	Sim
Luis Adrian Florit	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Pesquisador	Pesquisador	06/08/2001	Sim

Luiz Carlos da Costa Moura	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Assistente em C&T	Assistente em C&T	06/08/2001	Sim
Luiz Carlos P. R. Velho	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Pesquisador	Pesquisador	06/08/2001	Sim
Luiz Henrique de Figueiredo	Portaria nº 098 de 31/07/01 Secretaria Executiva do MCT	Pesquisador	Pesquisador	06/08/2001	Sim
Marcelo Miranda V. da Silva	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Pesquisador	Pesquisador	06/08/2001	Sim
Marcelo Peres Lopes	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Assistente em C&T	Assistente em C&T	06/08/2001	Sim
Marcos Dajczer	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Pesquisador	Pesquisador	06/08/2001	Sim
Marcus Vinícius S. Martins	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Pesquisador	Pesquisador	06/08/2001	Sim
Maria Celano Maia	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Analista em C&T	Analista em C&T	06/08/2001	Sim
Miguel Antonio dos R. Filho	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Assistente em C&T	Assistente em C&T	06/08/2001	Sim
Mikhail Vladimir Solodov	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Pesquisador	Pesquisador	06/08/2001	Sim
Paulo Cézar Pinto Carvalho	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Pesquisador	Pesquisador	06/08/2001	Sim
Paulo Roberto Grossi Sad	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Pesquisador	Pesquisador	06/08/2001	Sim
Rafael José Iório Junior	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Pesquisador	Pesquisador	06/08/2001	Sim
Roberto de Beauclair Seixas	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Tecnologista	Tecnologista	06/08/2001	Sim
Rogério de Souza Silva	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Assistente em C&T	Assistente em C&T	06/08/2001	Sim
Rogério Dias Trindade	Portaria nº 098 de 31/07/01	Assistente em C&T	Assistente em C&T	06/08/2001	Sim

	MCT				
Ronaldo de Souza Silva	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Assistente em C&T	Assistente em C&T	06/08/2001	Sim
Rosana de Souza Silva	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Assistente em C&T	Assistente em C&T	06/08/2001	Sim
Sidney da Silva Teixeira	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Assistente em C&T	Assistente em C&T	06/08/2001	Sim
Sonia Maria Alves	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Assistente em C&T	Assistente em C&T	06/08/2001	Sim
Suely Torres de M. S. Lima	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Analista em C&T	Analista em C&T	06/08/2001	Sim
Vladas Sidoravicius	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Pesquisador	Pesquisador	06/08/2001	Sim
Welington Celso de Melo	Portaria nº 098 de 31/07/01 MCT	Pesquisador	Pesquisador	06/08/2001	Sim

Relação dos bens móveis e imóveis cedidos pela UJ para a entidade privada no exercício								
Descrição do Bem			**Móvel ou Imóvel?**	**Data de Aquisição**	**Valor de aquisição**	**Ato autorizador da cessão**	**Data da cessão**	**A propriedade foi transferida?**
MCT	**CNPQ**	**Descrição do Bem**						
Não houve bens cedidos no exercício de 2011.								

Fonte: Divisão de Recursos Humanos do IMPA e Divisão de Material de Patrimônio do IMPA.

Quadro CXXII - Quadro C.37.13 – Discriminação dos recursos da UJ colocados à disposição da entidade privada - RNP

Identificação da Entidade Contratada	
Nome	RNP - Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa
CNPJ	03.508.097\0001-36

Relação das pessoas da UJ colocadas à disposição da entidade privada					
Nome	**Ato de Designação**	**Cargo que ocupava na UJ**	**Cargo que ocupa na entidade**	**Data da cessão**	**Ônus para a UJ?**
-	-	-	-	-	-

Relação dos bens móveis e imóveis cedidos pela UJ para a entidade privada no exercício

Descrição do bem	Móvel ou imóvel?	Data de aquisição	Valor de aquisição	Ato autorizador da cessão	Data da cessão	A propriedade foi transferida?
-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Gerência de Recursos Humanos e Gerência Financeira / Contábil da RNP

Quadro CXXIII - Quadro C.37.13 – Discriminação dos recursos da UJ colocados à disposição da entidade privada - ABTLuS

Identificação da Entidade Contratada	
Nome	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TECNOLOGIA DE LUZ SÍNCROTRON - ABTLuS
CNPJ	01.576.817/0001-75

Relação das pessoas da UJ colocadas à disposição da entidade privada

Nome	Ato de Designação	Cargo que ocupava na UJ	Cargo que ocupa na entidade	Data da cessão	Ônus para a UJ?
Carlos Roberto Scorzato	Portaria nº 13, de 10 de março de 2000	Tecnico 3-III	Técnico em Eletrônica	10/03/2000	Sim
Fátima Sandra Marques Hollanda	Portaria nº 133, de 24 de agosto de 2010	Analista em Ciência, Tecnologia, Classe Sênior III	Assessora do Diretor-Geral	24/08/2010	Sim
Jair de Castro Araujo	Portaria nº 135, de 11 de setembro de 2002	Analista em C&T Senior	Assistente de Diretor de Administração	11/09/2002	Sim
José Fernando Gomes do Amaral Lapa	Portaria nº 13, de 10 de março de 2000	Assistente em C&T 3-III	Técnico na Área de Suprimentos	10/03/2000	Sim
José Guilherme Ribas Sophia Franco	Portaria nº 13, de 10 de março de 2000	Tecnologista Senior III	Tecnologista em Eletrônica –Líder de Grupo	10/03/2000	Sim
Margarida Maria Silva Abreu de Lima	Portaria nº 13, de 10 de março de 2000	Analista em C&T Senior I	Líder da Biblioteca Geral	10/03/2000	Sim
Osmar Roberto Bagnato	Portaria nº 13, de 10 de março de 2000	Tecnologista Senior III	Tecnologista em Materiais – Líder de Grupo	10/03/2000	Sim
Roberto Pereira Medeiros	Portaria nº 13, de 10 de março de 2000	Analista em C&T Senior III	Assessor do Diretor-Geral	10/03/2000	Sim

Rui Henrique Pereira Leite de Albuquerque	Portaria nº 73, de 27 de maio de 2002	Analista em C&T Senior III	Assessor do Diretor-Geral	27/05/2002	Sim
Waldir Lombas	Portaria nº 13, de 10 de março de 2000	Assistente em C&T 3 II	Técnico em Manutenção Geral	10/03/2000	Sim

Relação dos bens móveis e imóveis cedidos pela UJ para a entidade privada no exercício

Descrição do bem	Móvel ou imóvel?	Data de aquisição	Valor de aquisição	Ato autorizador da cessão	Data da cessão	A propriedade foi transferida?
-	-	-	-	-	-	-

Não houve bens cedidos no exercício de 2011. A relação de todos os bens cedidos em exercícios anteriores pode ser consultada no link abaixo, do portal do MCTI, páginas 203 a 382:
http://www.mct.gov.br/upd_blob/0218/218816.pdf

Fonte: ABTLUS / DGA / Área de Recursos Humanos

OBSERVAÇÃO: Os cedidos à ABTLuS são do quadro do CNPq, não do MCTI.

ITEM 38 DA PARTE “C”

38. Informações sobre o acompanhamento das ações relacionadas aos termos de parcerias – Não se aplica

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ano de 2011 foi singular para as Unidades de Pesquisa coordenadas e supervisionadas pela Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa (SCUP), as quais têm alcançado, nos últimos anos, crescentes resultados positivos, quer sob o ponto de vista científico e tecnológico, quer sob o ponto de vista de recuperação de sua infraestrutura física e laboratorial, recomposição orçamentário-financeira, implantação e acompanhamento dos modelos de gestão - Termos de Compromisso de Gestão (TCG), Contratos de Gestão (CG), Planos Diretores das Unidades de Pesquisa (PDU), Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas nas Unidades de Pesquisa (SIGTEC), interação das Unidades de Pesquisa entre si e com outras Secretarias do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

A implantação do SIGTEC e dos Arranjos de Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) nas Unidades de Pesquisa, assim como o início da retomada de atividades efetivas dos Núcleos Regionais vinculadas ao INPA (Porto Velho, Boa Vista, Rio Branco) e do CETEM (Cachoeiro do Itapemirim), a elaboração dos novos Planos Diretores das Unidades de Pesquisa para o período 2011-2014, e a reformulação do Programa de Capacitação Institucional (PCI), foram pontos altos que contaram com a participação efetiva da SCUP, dentro de sua missão e determinação da alta administração do MCTI.

Ressentem-se, no entanto, as Unidades de Pesquisa da carência de pessoal, tendo em vista as aposentadorias crescentes, os desligamentos e falecimentos de servidores. Se o quadro de servidores não for reposto adequadamente nos próximos três anos, teme-se que muitos laboratórios de pesquisa, tão duramente recuperados nos últimos dez anos, estejam fechados por falta de pessoal capacitado. Em algumas das Unidades de Pesquisa, em 2011 a idade média dos servidores ultrapassou os 60 anos.

A agenda de supervisão dos Contratos de Gestão contabilizou a preparação e realização das reuniões de avaliação (anual 2010 e semestral 2011) totalizando 10 reuniões e respectivos relatórios de gestão das Organizações Sociais, das Comissões de Avaliação bem como Notas Técnicas de análise de execução e instrução aos processos dos contratos.

Paralelamente, houve um difícil trabalho de reestruturação das Comissões de Avaliação, envolvendo a revisão de competências, perfil e o processo de busca e seleção para compor a lista de

indicação dos membros para a decisão da alta administração. Processo que foi encerrado apenas na última semana de novembro de 2011, com a publicação das portarias instituindo as Comissões.

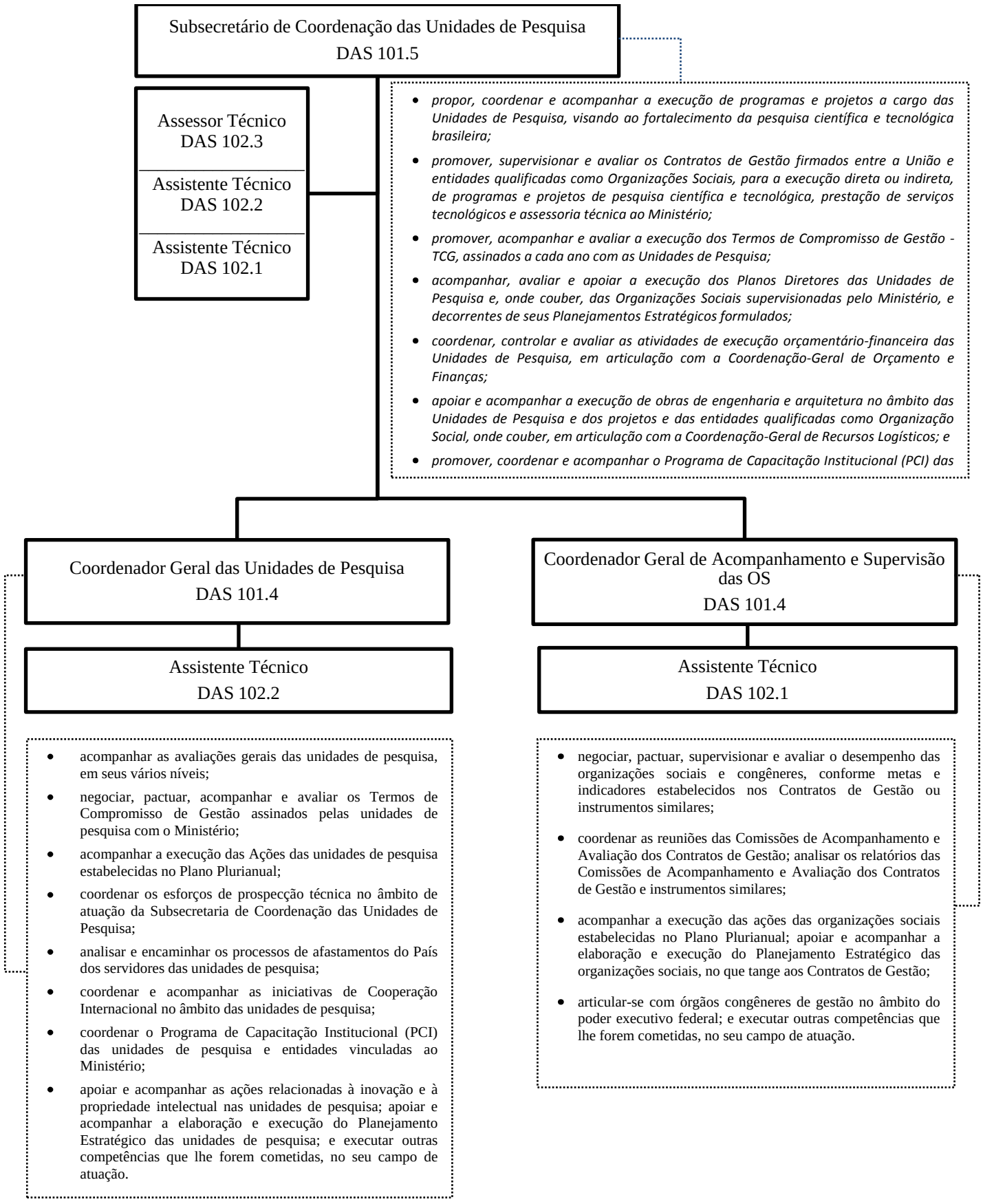
Durante o referido ano houve um intenso trabalho de desenvolvimento e fundamentação da Portaria MCTI nº 967/2011 de 21/12/2011, publicada no D.O.U de 23/12/2011, e seus dispositivos de regulamentação dos procedimentos técnico operacionais de promoção, acompanhamento, avaliação e fiscalização dos Contratos de Gestão. Também destaca-se a realização de estudos e produtos de consultorias contratadas pela UNESCO, dentre estes os mais exitosos foram o de Análise de Conformidade Econômico-Financeira dos Contratos de Gestão e os Estudos de Fundamentação das Reservas Técnicas.

Cabe destacar ainda a utilização de energia e tempo para realizar o atendimento às solicitações da CGU e do Plano de Providencias, bem como acompanhar e gestionar os Acórdãos do TCU. Em relação a este assunto, esta CGOS entende ser necessário otimizar os processos revendo a forma e integração de relatórios, para facilitar a coleta e síntese de dados e informações, bem como negociar a agenda de trabalho e auditoria para que esta não coincida com a fase de avaliação anual dos contratos de gestão, que gera grande sobrecarga a equipe nos meses de março e abril.

Além da forte participação das organizações sociais na elaboração da ENCTI e seus eixos estratégicos, para o próximo exercício foram celebrados compromissos por Termos Aditivos aos seus respectivos Contratos de Gestão que determinarão um período de intensa produção na execução de seus Planos de Ação Anuais investindo em projetos estratégicos de grande importância, como a Plataforma Aquarius pelo CGEE, o Projeto Sirius e o Centro Binacional (Brasil/China) de Nanotecnologia pela ABTLuS, a rede de Telemedicina pela RNP, a OBMEP pelo IMPA e o PLNV - Projeto de Laboratório Nacional de Várzea pelo IDSM.

ANEXO

ORGANOGRAMA FUNCIONAL



Unidades de Pesquisa	
CBPF	Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas
CETEM	Centro de Tecnologia Mineral
CTI	Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INSA	Instituto Nacional do Semiárido
INT	Instituto Nacional de Tecnologia
LNA	Laboratório Nacional de Astrofísica
LNCC	Laboratório Nacional de Computação Científica
MAST	Museu de Astronomia e Ciências Afins
MPEG	Museu Paraense Emílio Goeldi
ON	Observatório Nacional
CETENE*	Instituto de Tecnologias Estratégicas do Nordeste
INPP*	Instituto Nacional de Pesquisas do Pantanal
INA*	Instituto Nacional de Águas
INMA*	Instituto Nacional da Mata Atlântica

Organizações Sociais	
ABTLuS	Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron
CGEE	Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
IDSM	Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá
IMPA	Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada
RNP	Rede Nacional de Ensino e Pesquisa

*Futuros Institutos de Pesquisa ligados ao MCT

ROL DE RESPONSÁVEIS

UJ: SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS UNIDADES DE PESQUISA

UNIDADES GESTORAS: 240113
GESTÃO: 00001

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE			Coordenador-Geral						
AGENTE:	CARLOS OITÍ BERBERT					**CPF:**	004.550.401-68		
ENDEREÇO RESIDENCIAL	SQS 104 Bloco "E" Apartamento nº 201 – Asa Sul – Brasília - DF								
MUNICIPIO	BRASÍLIA	**CEP:**	70343-050	**UF:**	DF	**TELEFONE:**	(61)3317-8114	**FAX:**	(61)3317-8114
CARGO OU FUNÇÃO:	COORDENADOR-GERAL DAS UNIDADES DE PESQUISA – CGUP/SCUP								
DESIGNAÇÃO: PORTARIA	DOCUMENTO:		EXONERAÇÃO:		DOCUMENTO:	PERÍODO DA GESTÃO:			
Data 19/12/2003	**Ato / nº / ano PO 885**		Data / /		**Ato / nº / ano**	**Data de Início 10/11/2000**		**À data fim 31/12/2011**	

Encarregado do Setor: CARLOS OITÍ BERBERT (Coordenador-Geral das Unidades de Pesquisa – CGUP/SCUP)

Dirigente da Unidade: ARQUIMEDES DIÓGENES CILINI (Subsecretario de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP)

ROL DE RESPONSÁVEIS

UJ: SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS UNIDADES DE PESQUISA

UNIDADES GESTORAS: 240113
GESTÃO: 00001

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE			Coordenador-Geral						
AGENTE:	MARIA CRISTINA LIMA PEREZ MARÇAL					**CPF:**	244.106.591-20		
ENDEREÇO RESIDENCIAL	SQN 108 BLOCO "B" APARTAMENTO Nº 102								
MUNICIPIO	BRASÍLIA	**CEP:**	70774-020	**UF:**	DF	**TELEFONE:**	(61)3317-8013	**FAX:**	(61)3317-8013
CARGO OU FUNÇÃO:	COORDENADORA-GERAL DE SUPERVISÃO E ACOMPANHAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAS - CGOS								

DESIGNAÇÃO: PORTARIA	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO DA GESTÃO:	
Data 28/08/2000	**Ato / nº / ano PO 510**	Data / /	**Ato / nº / ano**	**Data de Início 28/08/2000**	**À data fim 31/12/2011**

Encarregado do Setor: MARIA CRISTINA LIMA PEREZ MARÇAL (Coordenadora-Geral de Supervisão e Acompanhamento das Organizações Sociais – CGOS/SCUP)

Dirigente da Unidade: ARQUIMEDES DIÓGENES CILINI (Subsecretario de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP)

ROL DE RESPONSÁVEIS

UJ: SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS UNIDADES DE PESQUISA

UNIDADES GESTORAS: 240113
GESTÃO: 00001

<table>
<tr><td colspan="3">NATUREZA DE RESPONSABILIDADE</td><td colspan="7">Subsecretario Substituto</td></tr>
<tr><td>AGENTE:</td><td colspan="5">CARLOS OITÍ BERBERT</td><td>CPF:</td><td colspan="2">004.550.401-68</td></tr>
<tr><td>ENDEREÇO RESIDENCIAL</td><td colspan="8">SQS 104 Bloco “E” Apartamento nº 201 – Asa Sul – Brasília - DF</td></tr>
<tr><td>MUNICIPIO</td><td>BRASÍLIA</td><td>CEP:</td><td>70343-050</td><td>UF:</td><td>DF</td><td>TELEFONE:</td><td>(61)3317-8114</td><td>FAX:</td><td>(61)3317-8114</td></tr>
<tr><td colspan="2">CARGO OU FUNÇÃO:</td><td colspan="8">SUBSECRETÁRIO DE COORDENAÇÃO DAS UNIDADES DE PESQUISA SUBSTITUTO</td></tr>
<tr><td>DESIGNAÇÃO: PORTARIA</td><td>DOCUMENTO:</td><td>EXONERAÇÃO:</td><td>DOCUMENTO:</td><td colspan="3">PERÍODO DA GESTÃO:</td><td colspan="2"></td></tr>
<tr><td>Data 19/12/2003</td><td>Ato / nº / ano PO 885</td><td>Data / /</td><td>Ato / nº / ano</td><td colspan="2">Data de Início 14/01/2010</td><td colspan="2">À data fim 31/12/2011</td></tr>
</table>

Encarregado do Setor: CARLOS OITÍ BERBERT (Coordenador-Geral das Unidades de Pesquisa – CGUP/SCUP)

Dirigente da Unidade: ARQUIMEDES DIÓGENES CILINI (Subsecretario de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP)

ROL DE RESPONSÁVEIS

UJ: SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS UNIDADES DE PESQUISA

UNIDADES GESTORAS: 240113
GESTÃO: 00001

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE			Coordenador-Geral Substituto						
AGENTE:	ISABEL FELICIDADE AIRES CAMPOS					**CPF:**	084.730.721-20		
ENDEREÇO RESIDENCIAL	SQS 116 BLOCO"J" APARTAMENTO Nº 612 – Asa Sul – Brasília - DF								
MUNICIPIO	BRASÍLIA	**CEP:**	70386-100	**UF:**	DF	**TELEFONE:**	(61)3317-7536	**FAX:**	(61)3317-7536
CARGO OU FUNÇÃO:	COORDENADOR-GERAL DAS UNIDADES DE PESQUISA SUBSTITUTO – CGUP/SCUP								

DESIGNAÇÃO: PORTARIA	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO DA GESTÃO:	
Data 10/06/2003	**Ato / nº / ano PO 451**	Data / /	**Ato / nº / ano**	**Data de Início 31/10/2010**	**À data fim 31/12/2011**

Encarregado do Setor: CARLOS OITÍ BERBERT (Coordenador-Geral das Unidades de Pesquisa – CGUP/SCUP)

Dirigente da Unidade: ARQUIMEDES DIÓGENES CILINI (Subsecretario de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP)